

A VIDA FAMILIAR NO MASCULINO

Negociando velhas
e novas masculinidades

ESTUDOS 6

Coordenação | **Karin Wall**
Sofia Aboim
Vanessa Cunha

A VIDA FAMILIAR NO MASCULINO
Negociando velhas e novas masculinidades

Coordenação | **Karin Wall**
Sofia Aboim
Vanessa Cunha

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

Título: “A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades”

Colecção: “Estudos”

Coordenação: Karin Wall
Sofia Aboim
Vanessa Cunha

Edição: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
Rua Viriato, n.º 7 – 1.º, 2.º e 3.º – 1050-233 LISBOA
Tel.: 217 803 700 • Fax: 213 104 661
E-mail: cite@cite.gov.pt • Sítio: www.cite.gov.pt

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação

ISBN: 978-972-8399-45-0

Lisboa, 2010

O conteúdo desta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opinião da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

ÍNDICE GERAL

Índice de quadros e gráficos	5
Notas sobre as autoras	7
Agradecimentos	9
INTRODUÇÃO	11

PARTE I

ESTADO, FAMÍLIA E TRABALHO: DO GANHA-PÃO MASCULINO AO DUPLO EMPREGO NO CASAL	37
Cap. 1 Género, família e mudança em Portugal	39
<i>Sofia Aboim</i>	
Cap. 2 Os homens e a política de família	67
<i>Karin Wall</i>	

PARTE II

HOMENS ENTRE O TRABALHO E A FAMÍLIA	95
Cap. 3 A conciliação entre a vida profissional e a vida familiar em casais com filhos: Perspectivas masculinas	97
<i>Karin Wall</i>	
Cap. 4 A articulação família-trabalho em famílias monoparentais masculinas	129
<i>Sónia Vladimira Correia</i>	

PARTE III

VIDA CONJUGAL E IDENTIDADES MASCULINAS	157
Cap. 5 Conjugalidades no masculino: Renegociando poderes e identidades no quotidiano	159
<i>Sofia Aboim</i>	
Cap. 6 Os discursos de género: Mudança e continuidade nas narrativas sobre diferenças, semelhanças e (des)igualdade entre mulheres e homens	225
<i>Maria do Mar Pereira</i>	

PARTE IV

CONSTRUINDO A PATERNIDADE.....	263
Cap. 7 Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal	265
<i>Vanessa Cunha</i>	
Cap. 8 Perfis de paternidade no Portugal contemporâneo	313
<i>Karin Wall, Sofia Aboim e Sofia Marinho</i>	

PARTE V

PARENTALIDADE MASCULINA NO PÓS-DIVÓRCIO E NA RECOMPOSIÇÃO FAMILIAR.....	333
Cap. 9 Ser pai na residência alternada: Dinâmicas, trajectos e contextos da paternidade	335
<i>Sofia Marinho</i>	
Cap. 10 O lugar do padrasto no quotidiano familiar	397
<i>Susana Atalaia</i>	
CONCLUSÕES: Negociando velhas e novas masculinidades	457
<i>Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha</i>	
Referências bibliográficas.....	473
Anexo I – Apresentação dos entrevistados	501
Anexo II – Guião de entrevista.....	511

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

I.1	Tipos de Família.....	25
I.2	“Tempo” biográfico e familiar	27
I.3	Percurso conjugal.....	29
I.4	Percurso parental.....	30
I.5	Caracterização socioeconómica	32
1.1	Evolução da escolaridade e taxa de actividade, 1981-2008.....	43
1.2	Remuneração média mensal de base, no Continente, por sexo Unidade: €.....	43
1.3	População empregada por sexo e profissão, Portugal 2008.....	44
1.4	Trajectória profissional da mulher e do homem em casais com filhos em idade escolar.....	45
1.5	Formas de divisão do trabalho profissional em casais entre os 20 e os 49 anos, em que pelo menos um dos parceiros está empregado (% de casais)	49
1.6	Proporção de “trabalho” realizado sempre ou muitas vezes por cada pessoa/grupo de pessoas por tipo de tarefa actualmente (n=1776).....	51
1.7.	Proporção de “cuidados aos filhos” realizado sempre ou muitas vezes por cada pessoa/grupo de pessoas por tipo de cuidado actualmente (n=1776)	52
1.8	Formas de divisão do trabalho doméstico (n=1776).....	54
1.9	Número de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas em casais dos 18 aos 65 anos.....	57
1.10	Padrões de divisão do trabalho em casais dos 18 aos 65 anos, por país.....	59
1.11	Atitudes face à divisão do trabalho, Portugal (n=1092)	62
1.12	Atitudes dos homens relativamente aos papéis masculinos na vida familiar e profissional	65
2.1	Licenças no masculino (1984-2009).....	85
2.2	Gozo das licenças em números absolutos, índice sintético de fecundidade e número de nascimentos (2000-2008)	87
7.1	Distribuição percentual de homens e mulheres pela existência ou não de filhos e pelo número médio de filhos, segundo o grupo etário – Portugal, 1997.....	269

7.2	Distribuição percentual de homens e mulheres (fecundas e não grávidas) em casal, por último método contraceptivo utilizado durante pelo menos 3 meses – Portugal, 1997	271
7.3	Distribuição percentual de homens e mulheres por número máximo de filhos desejados, segundo o grupo etário – Portugal, 1997	272
7.4	Distribuição percentual de homens e mulheres, por opiniões sobre ter filhos e grau de concordância ou importância – Portugal, 1997	273
7.5	Distribuição percentual de homens e mulheres pelas razões para não terem realizado o projecto de fecundidade que tinham por volta dos 20 anos – Portugal, 2001	275
7.6	Idade média ao nascimento (IMN), proporção da fecundidade realizada até aos 30 anos (PFR 30) e índice sintético de fecundidade (ISF) de homens e mulheres, segundo a educação – Portugal, 2000/01	276
7.7	Quadro-síntese dos projectos de paternidade e da construção da fecundidade conjugal (perfis)	312
8.1	Quadro-resumo do funcionamento familiar e das formas de paternidade	332
10.1	Quadro-resumo das dimensões de análise, subdimensões e variáveis	400
10.2	Quadro-resumo das lógicas de construção da relação padrasto-enteado	453

GRÁFICOS

1.1	Taxa de emprego na população entre 15-64 anos, 2005	41
1.2	Mulheres a trabalhar a tempo parcial (%), 2005	46

NOTAS SOBRE AS AUTORAS

Karin Wall

Socióloga, é Investigadora Principal do ICS-UL. É doutorada em Sociologia pela Universidade de Genebra (Faculdade de Ciências Económicas e Sociais). Entre 1980 e 2001 foi docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL). Entre 1994 e 2004 foi membro do European Observatory on National Family Policies da Comissão Europeia. Actualmente, coordena o programa de investigação sobre famílias, estilos de vida e escolaridade no ICS-UL, é membro do Committee of Experts on Social Policy for Families and Children e membro da International Network on Leave Policy and Research. Tem desenvolvido diversas pesquisas de âmbito nacional e internacional na área da sociologia da família e das políticas sociais. As suas áreas de interesse incluem evolução demográfica e mudanças nas estruturas da família contemporânea; interações familiares e redes sociais; género e família; políticas de família na Europa; mulheres e famílias imigrantes.

Maria do Mar Pereira

Doutoranda no Gender Institute da London School of Economics, com uma tese sobre a institucionalização dos Estudos de Género em Portugal. Formada em Sociologia (ISCTE-IUL), tem realizado e publicado investigação sobre epistemologia e metodologia feministas, negociação do género entre jovens, narrativas de homens sobre género e (des)igualdade, e questões de tradução na investigação em ciências sociais.

Sofia Aboim

Socióloga, é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL (2004). Licenciou-se em Sociologia no ISCTE-IUL em 1995 e fez o Mestrado em 2000 no ICS-UL. Tem trabalhado desde 1997 no ICS-UL, onde actualmente é Investigadora Auxiliar, desenvolvendo investigação sobre família e mudança social, trajetórias e interações conjugais, relações e identidades de género, sexualidade, curso de vida e processos de modernização social. Tem publicado livros e artigos sobre estas temáticas em revistas nacionais e estrangeiras. Coordena actualmente projectos de investigação na área da família e do género.

Sofia Pappámikail Marinho

Socióloga, licenciada em Sociologia (2000, ISCTE-IUL) e doutoranda do ICS-UL. Recentemente tem-se dedicado ao estudo da paternidade, das famílias e do género, colaborado em projectos do ICS-UL e publicado nestas áreas.

Sónia Vladimira Correia

Socióloga, mestre em Ciências Sociais (2004, ICS-UL), doutoranda no mesmo Instituto. Tem vindo a desenvolver investigação sobre conciliação trabalho-família, famílias monoparentais, políticas de apoio à família e pobreza. As suas áreas de interesse também incluem género e políticas familiares na Europa.

Susana Atalaia

Socióloga, licenciada em Sociologia (2003, ISCTE-IUL) e doutoranda do ICS-UL, onde tem colaborado em projectos na área da sociologia da família. Actualmente desenvolve investigação na área da parentalidade em contexto de recomposição familiar.

Vanessa Cunha

Socióloga, Investigadora Auxiliar do ICS-UL, doutorou-se no ISCTE-IUL em 2006 com uma tese sobre o lugar dos filhos nas famílias portuguesas. Desde 1997 que se dedica às questões da família, da fecundidade e da parentalidade. Actualmente, encontra-se a desenvolver duas linhas de pesquisa em simultâneo: a análise da fecundidade de homens e mulheres portugueses de diferentes gerações; e a investigação dos processos de negociação e construção conjugal das descendências de filho único, traço que caracteriza a fecundidade portuguesa contemporânea.

AGRADECIMENTOS

Este livro sintetiza os resultados do projecto *A Produção da Vida Familiar no Masculino: Novos Papéis, Novas Identidades*, que decorreu entre 2004 e 2007 e foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Projecto de Investigação no Domínio das Relações Sociais de Género e das Políticas para a Igualdade entre Mulheres e Homens em Portugal – PIHM/SOC/49749/2003).

Gostaríamos de agradecer ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa o apoio material e logístico e à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego o entusiasmo com que acolheu o nosso estudo e o apoio financeiro que nos deu para a publicação deste livro.

Agradecemos ainda aos homens entrevistados. A sua confiança e os seus testemunhos tornaram possível aceder a um universo, diverso e complexo, de práticas e representações pessoais relativas a domínios resguardados da vida familiar e privada. Não poderíamos deixar de manifestar aqui a nossa enorme gratidão.

INTRODUÇÃO

O livro que agora se apresenta constitui o resultado de vários anos de investigação sobre a “*vida familiar no masculino*”. Os principais objectivos eram o de observar a diversidade social nas formas de ser homem na família, bem como o de identificar as principais tendências de mudança nas relações sociais de género na sociedade portuguesa contemporânea. Procurando encontrar respostas para interrogações ainda pouco pesquisadas pela sociologia em Portugal, tentou-se dar voz aos homens, protagonistas ainda pouco conhecidos da vida familiar e, de uma forma mais geral, compreender as transformações operadas nas práticas, nos valores e nas identidades masculinas. Embora já bem conhecidas no meio académico e também pelo público em geral, as desigualdades de género produzidas na família necessitavam de uma análise mais aprofundada que contabilizasse o ponto de vista dos homens.

Temas tão actuais e controversos como a divisão sexual do trabalho e a evolução das políticas de família, as relações conjugais e as novas formas de paternidade, a desigualdade de poderes e a expressão dos afectos, as dinâmicas de recomposição e as novas trajectórias masculinas na família (como ser pai-só ou padrasto), as tensões sentidas pelos homens entre a família e o trabalho ou entre referências múltiplas de masculinidade, fazem parte deste livro, sendo abordados ao longo dos vários capítulos que o compõem. Cada um destes capítulos reflecte a vontade de romper com ideias pré-concebidas sobre o papel dos homens na vida familiar, mostrando, antes, o retrato complexo e diversificado que emergiu da observação intensiva das práticas e das trajectórias, ou dos valores e das identidades dos homens que entrevistámos entre 2004 e 2005. Através das narrativas de homens, todos eles pais ou padrastos, a viver em casal e em situações de monoparentalidade, descobrimos, afinal, formas plurais de ser cônjuge e pai, no entrecruzamento de velhas e novas masculinidades.

Com efeito, procurámos, antes de mais, investigar a diversidade. Para isso, seleccionámos à partida homens com diferentes trajectórias familiares, marcadas por transições também elas diversas. Neste panorama, foi afinal no domínio da parentalidade que ancorámos esse primeiro critério de diferenciação na construção da pesquisa: os homens entrevistados são pais em casal uns, são pais-sós outros, e são padrastos outros ainda. O centramento na paternidade como elemento vital das trajectórias familiares dos homens trouxe para a investigação temas fundamentais na problematização da

condição masculina nas sociedades ocidentais contemporâneas. A multiplicação de estudos focados na relação pai-filhos tem vindo a reflectir mudanças profundas nos lugares dos homens na família e sinaliza, como refere Therborn (2004), a centralidade das dinâmicas de paternidade na reconstrução das relações de género na vida familiar. É muitas vezes através da criança, enquanto portadora de uma “nova instrumentalidade” para os homens e a identidade masculina, que vemos despontar os primeiros sinais da mudança. Foi também esta a perspectiva que nos guiou. Todavia, o retrato diversificado que procurámos construir não está completo, o que constitui, apesar de tudo, uma limitação da pesquisa. Nesta investigação ficaram de fora, por exemplo, os pais homossexuais, visto termos restringido a amostra a homens heterossexuais. Questão cada vez mais importante na arena dos debates públicos, o estudo da paternidade entre homens homossexuais constitui, por conseguinte, uma lacuna neste livro – não podemos deixar de o frisar –, mas também, simultaneamente, um desafio para futuras pesquisas na sociedade portuguesa.

Os objectivos da investigação: *Família e género em perspectiva*

Face às transformações ocorridas em Portugal ao longo das últimas décadas, procurámos assim investigar o lugar que os homens ocupam hoje no universo familiar, tentando perceber até que ponto a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, e na esfera pública em geral, teve como contraponto um movimento de entrada dos homens no mundo privado da família. Procurámos, no fundo, saber até que ponto as mudanças na organização da vida privada alteraram o regime de género produzido na família, redefinindo a balança das desigualdades entre homens e mulheres. Através da análise das práticas e das orientações normativas masculinas relativas à conciliação entre obrigações familiares e vida profissional, à construção do papel parental ou ainda referentes à divisão sexual do poder e dos recursos materiais na conjugalidade tentámos saber – e esse foi um dos grandes objectivos da investigação – de que formas as mudanças operadas ao nível macrossocial tiveram impacto **nas práticas e nas orientações masculinas construídas, ao longo do tempo, no seio da vida familiar.**

A avaliação das referências de **construção da identidade masculina** constituiu uma segunda dimensão-chave da investigação. Pretendíamos saber se, face às mudanças que têm transformado as relações de género e o lugar da mulher na sociedade portuguesa, começam também a vislumbrar-se

novas “formas de ser” no masculino, fragmentando a ideia de uma “masculinidade hegemónica” (Connell, 1995; Almeida, 1995), a favor da multiplicidade de identidades sociais de género. Saber em que contextos sociais e em que situações familiares específicas se encontram as principais mudanças face a um modelo de masculinidade tradicional (sustentado pela figura do ganha-pão e pela autoridade na família), é, assim, uma questão central, que beneficiou de uma perspectiva de género enquadrada pela realidade familiar, juntando duas abordagens nem sempre justapostas na investigação sociológica: referimo-nos à perspectiva de género e à perspectiva da sociologia da família.

Propomos afinal um encontro de saberes, ao sustentarmos que é ao longo da trajectória familiar (obviamente ancorada em contextos e estruturas sociais particulares) que se (re)produzem determinadas práticas e identidades de género. A família é uma instância primordial de incorporação e reprodução do género, materializado em determinados papéis e visões do mundo, à margem da qual dificilmente se conseguirá obter uma perspectiva ampla das mutações que ocorrem nas relações entre homens e mulheres e, de forma mais particular, nas formas de construir o lugar do homem na família.

Em terceiro lugar, em consonância com a ênfase na diversidade de trajectórias familiares, vale a pena reiterar a importância dos percursos de vida. A par de variáveis estruturais como a classe social ou a geração, entendemos que as práticas, os valores e as identidades se vão reconstruindo ao longo da biografia. Entrar na conjugalidade, ser pai, divorciar-se, voltar a reconstruir uma família, constituem momentos-chave da vida familiar contemporânea, cujo impacto sobre os indivíduos implica, não raras vezes, uma verdadeira redefinição de si. Assim, a ênfase nos **diferentes tipos de trajectória conjugal e familiar** (quando e como se entrou na conjugalidade e na parentalidade, como se saiu da primeira conjugalidade, se viveu a experiência de ser pai-só, de ser padrasto...), ao constituir o critério principal de construção da amostra de homens entrevistados, visou igualmente compreender, de forma aprofundada, os padrões de construção da vida familiar, bem como as diferentes perspectivas masculinas sobre esses processos. Dá-se um estatuto metodológico activo à configuração de diferentes quadros de paternidade. Compara-se a actuação do homem nos chamados novos tipos de famílias (famílias monoparentais masculinas e famílias recompostas) e em famílias nucleares clássicas (casais com filhos comuns). Além disso, através deste enfoque nos “cursos de vida” masculinos avalia-se, por um lado, a diversificação das trajectórias conjugais e a emergência de “novos tipos de família”, e, por outro, o

impacto das biografias individuais sobre as restantes dimensões do lugar do homem na família.

Um quarto aspecto a salientar prende-se, como anteriormente referimos, com a importância concedida às questões relacionadas com a paternidade (v., por exemplo, Hobson, 2002; Hayhood e Mac an Ghaill, 2003; Björnberg e Kollind, 1996; Brandth e Kvande, 1998; Lupton e Barclay, 1997, Doucet, 2006, entre outros). Investigar as **diferentes formas de ser “pai”** constituiu, desde o início, uma outra grande dimensão desta investigação, que se traduziu num questionamento aprofundado sobre tópicos tais como: a participação masculina nos cuidados aos filhos e a preocupação com a justiça em relação à mãe da criança; o tipo de cuidados que o homem considera ter obrigação de prestar aos filhos (sustento, cuidados quotidianos, apoio emocional); os ideais, os projectos e as práticas de paternidade; o uso das políticas sociais para a conciliação (licença de paternidade, etc.); e, globalmente, a importância dada ao papel paternal na definição da identidade.¹ Por outro lado, a transformação e a pluralização dos ideários e das práticas de paternidade são analisadas em estreita articulação com a emergência de um modelo de divisão mais igualitária do trabalho, com o decréscimo das “funções” tradicionais dos homens, com a emergência de novas formas de vida familiar (as famílias monoparentais masculinas ou as situações de guarda-conjunta, por exemplo), ou mesmo com a crescente “sentimentalização” do lugar do homem, cada vez mais permeável à manifestação dos afectos e, por isso mesmo, menos reflectido na figura tradicional de “ganha-pão”. A literatura sobre a importância das questões afectivas no estudo da família “moderna” (ou de modernidade avançada), trazidas para o debate através da tese da sentimentalização da vida familiar proposta por Ariès (1973), tem tocado as mudanças nas definições tradicionais da masculinidade (Giddens, 1996).

Finalmente, procurámos, ainda, estabelecer a ponte entre as políticas públicas e as práticas masculinas na família, nomeadamente no que respeita à paternidade e à conciliação entre trabalho profissional e vida familiar. Através da análise da evolução das medidas que afectam directamente estas esferas articulam-se vários objectivos: por um lado, afere-se qual é a concepção de “homem” e de “pai” que é veiculada desse ponto de vista jurídico,

¹ Veja-se, por exemplo, que, com base em indicadores semelhantes, Cooper (1995) definiu 3 tipos de pais: os *super-pais* (participação muito activa, concepção alargada de *caring*, empenho identitário enquanto pais); os *pais tradicionais* (modelo tradicional de conciliação entre trabalho e família); os *pais transicionais* (a meio termo entre os primeiros e os segundos, aqui a modernização acontece sobretudo pelo investimento na relação paternal, e não por uma divisão mais abrangente do todo o trabalho, nomeadamente o doméstico).

observando as proximidades e as distâncias entre homens e mulheres (por exemplo, as diferenças entre a protecção legal à maternidade e à paternidade); por outro lado, analisa-se o impacto das políticas sociais recentes (por exemplo, o incremento das licenças dadas ao pai para cuidar do bebé) sobre as práticas dos homens na família e no local de trabalho, avaliando eventuais tensões e constrangimentos colocados aos homens no usufruto dos direitos que lhes foram legalmente concedidos.

Em suma, investigar os novos lugares dos homens na família significa entrar numa área ainda pouco pesquisada em Portugal e, assim, contribuir, seguindo tendências em expansão noutros países, para o conhecimento das transformações no modelo tradicional de relações de género. As questões da masculinidade têm sido, apesar de tudo, mais objecto de investigações que, centrando os seus interesses nas questões do género (nomeadamente, Almeida, 1995 e Amâncio, 1994, 2004), não pesquisam directamente a realidade da vida familiar, nem o lugar (mais ou menos tradicional) que os homens aí ocupam. No entanto, a partir da década de noventa têm surgido inúmeros estudos que advogam a necessidade de se recolocar a “masculinidade” no interior da vida familiar, de maneira a identificar algumas tendências de mudança fundamentais (ver por exemplo, Marsiglio, 1995).

Género e vida familiar: Apontamentos teóricos

A questão da desigualdade de género e do lugar social da mulher, cada vez mais estruturado por um tenso equilíbrio entre papéis públicos e privados, tem sido objecto de um amplo debate no campo das ciências sociais. Por um lado, as transformações de que foram palco as últimas décadas evidenciaram o protagonismo feminino (Roussel, 1987; Commaille, 1993). Por outro, a conceptualização do género como elemento fundador dos processos sociais (Bourdieu, 1998) e a desconstrução da separação entre produção e reprodução, bem como o interesse pela diversidade das formas familiares e das identidades sociais, contribuíram para a atenção sociológica sobre a questão da desigualdade de género (Roux, 1999). Nesta linha de reflexão, os dilemas e as ambiguidades que se colocam à mulher na vivência da sua “dupla jornada” entre o trabalho, a casa e os filhos têm vindo a ser cada vez mais um objecto central de investigação (Garey, 1999; Drew *et al.*, 1998; Barrère-Maurrisson, 1992; Guerreiro, 1998; Hochschild, 1989).

No entanto, nas investigações sobre a produção das relações de género, o homem só muito mais recentemente foi descoberto como objecto, ao

perceber-se que o modelo tradicional de masculinidade estava em transformação (Almeida, 1995; Amâncio, 1994; Brod e Kaufman, 1994; Kimmel e Messner, 1995) e que a tensão trabalho-família também se lhe aplicava (Crompton, 1999). Se a manutenção, na esfera da família, das desigualdades entre homens e mulheres é indubitável, é certo que também se evidencia um movimento de entrada do homem no universo da produção doméstica e parental (Perista, 2002; Torres, 2001; Almeida e Wall, 2001; Wall, 2005a). A panóplia de estudos produzidos, sobretudo nos países do norte da Europa e no mundo anglo-saxónico, sobre a questão da paternidade e o seu impacto sobre a mudança dos comportamentos e das identidades masculinas têm demonstrado a recente participação do homem em áreas tradicionalmente femininas (Björnberg, 1995; Björnberg e Kollind, 1996; Lupton e Barclay, 1997), tema sobre o qual ainda pouco se sabe em Portugal. Seja pela força da mudança simbólica, que instaurou uma forte representação da igualdade como norma legítima (Almeida e Wall, 2001; Almeida, 2003), seja pelas transformações no papel das mulheres e nos comportamentos familiares, é certo que o aumento de brechas no modelo de masculinidade tradicional começou a revelar os seus efeitos. Os filhos, a vocação crescentemente relacional da conjugalidade entre dois parceiros iguais, ou a participação doméstica que idealmente se pede ao homem surgem, hoje, cada vez mais em confronto com as exigências da ética do trabalho, da responsabilidade patriarcal e da autoridade que muitas vezes se associam ao masculino.

Nestes breves apontamentos sobre o enquadramento teórico da pesquisa, vale a pena tentar brevemente resumir alguns contributos essenciais para a consolidação de uma perspectiva de género sobre a produção da vida familiar, primeiro lembrando algumas perspectivas importantes na construção de um olhar sociológico sobre o feminino e a mulher, segundo enunciando algumas das principais correntes teóricas que, desde a década de noventa, se tem desenvolvido no âmbito dos “estudos sobre a masculinidade”.

As mudanças no papel e estatuto das mulheres e a “dominação masculina”

No contexto das transformações sociais que caracterizam o processo de modernização das sociedades ocidentais, as relações sociais de género são uma questão fundamental. Aliás, um dos pressupostos nucleares do que se entende por processo de *individualização* (v. Beck e Beck-Gernsheim, 2002) reside, precisamente, no progressivo abandono dos papéis de género

tradicionais em benefício da igualdade de género nas normas² e nas práticas. Sem a aquisição de igualdade, a capacidade dos homens e das mulheres para a conquista de autonomia individual ficaria certamente comprometida, e a vida familiar ficaria também vinculada a lógicas de desigualdade e dominação. Ora, na verdade é precisamente isto que tende a acontecer: apesar das enormes mudanças no estatuto e papel das mulheres, que configuram um movimento da ideia de mulher-natureza para a de mulher-indivíduo (v. Torres, 2001; Mathieu, 1977; Roussel, 1989, entre outros), as desigualdades de género tendem a permanecer vivas nas sociedades contemporâneas³, não constituindo Portugal, como é evidente, uma excepção. Se, como refere Bourdieu, o afecto é a única coisa capaz de momentaneamente anular a dominação masculina, a sua permanência no seio da vida familiar concede-nos novo argumento para dizer que às relações conjugais e familiares não preside apenas uma lógica afectiva. Nela misturam-se muitas outras dimensões, sugerindo a sobreposição, que na produção da dinâmica familiar tende a acontecer, entre o instrumental e o expressivo. Em última instância, uma relação puramente amorosa exigiria uma total igualdade entre os indivíduos, para que nela não interferissem as lógicas da dominação masculina (Bourdieu, 1998). De qualquer forma, a sentimentalização da vida familiar e a legitimidade adquirida pela norma de igualdade entre os géneros são, com certeza, movimentos bastante imiscuídos um no outro.

A questão do género e das desigualdades entre homens e mulheres tem, aliás, ocupado um lugar de destaque na produção sociológica sobre a família, permitindo assim complexificar leituras excessivamente “individualistas” dos processos de mudança, por um lado, e desmistificar a ideia de papéis sociais derivados de uma natureza biológica específica a favor de uma visão socialmente construída do género enquanto categoria social diferenciada do

² Este é aliás um dos aspectos fundamentais da regulação jurídica, que progressivamente passou de uma norma restrita de igualdade (exclusiva das mulheres, de minorias raciais, etc.) para uma de igualdade universal. No sistema legal português esta transição acontece logicamente em 1974, sendo particularmente acutilante no que respeita aos papéis de género. Antes do 25 de Abril a lei legitimava a desigualdade entre os sexos e codificava os papéis que caberiam a homens e a mulheres, sendo que só após a Revolução o texto legal vem legitimar a igualdade sexual de direitos e deveres. Veja-se por exemplo as disposições referentes às relações conjugais: enquanto que no Código Civil promulgado durante o Estado Novo se pode ler “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum...” (artigo 1674.º do Código Civil de 1966), na revisão do Código Civil introduzida em 1977 pode já ler-se o princípio afirmado da igualdade entre homens e mulheres, “1. O casamento baseia-se na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (artigo n.º 1671.º).

³ Reside neste ponto uma crítica por vezes feita à teoria da individualização proposta por Beck: a de não conceptualizar as desigualdades de género que ainda permanecem e que dão origem a formas de individualização diferenciadas consoante sejam operadas no masculino ou no feminino.

sexo, por outro (para um visão global da questão v. Amâncio, 2003). A formulação do conceito de género nos Estados Unidos (Oakley, 1974) ou de trajetórias sociais sexuadas em França (Chaudron, 1984) inserem-se no movimento de análise das desigualdades entre homens e mulheres, observando a família enquanto lugar fundador de tais diferenciações sociais. Analisar as formas modernas de divisão social e sexual do trabalho tem, assim, constituído uma questão presente no trabalho de diversos autores (Chaudron, 1984; Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schwebel e Sonthonnax, 1985; Battagliola, 1984; Barrère-Maurrisson, 1992; Delphy e Leonard, 1992, são apenas alguns exemplos), comprovando a presença de grandes diferenças entre homens e mulheres nas sociedades actuais. A família e o casal não são, assim, um grupo ou um par de indivíduos homogéneos entre si, não podendo, por conseguinte, ser compreendidos fora da sua ancoragem em relações sociais de género, que tendem indubitavelmente a reproduzir. Como verificaram para o contexto francês Singly (1991, 1993) e Kaufmann (1992), as diferenças de género são activamente fabricadas (por excelência na divisão do trabalho doméstico, esfera que aí tem tido a primazia), mesmo quando se trata de contextos altamente qualificados. Em Portugal, como comprovam também vários estudos, a realidade “sexuada” (ou *genderificada*) da família constitui uma evidência, apesar das profundas transformações que mudaram paulatinamente o “lugar social das mulheres” ao longo das últimas três décadas (Infante, 1989; Nazareth, 1993; Torres e Silva, 1998; Perista, 2002; Wall *et al.*, 2000, 2005a; Torres, 2001). Como refere Almeida (2003, p. 60): “A modernização da sociedade portuguesa mobiliza portanto, na linha da frente da mudança, as mulheres”, fazendo uma apreciação que coincide com a ideia, defendida por alguns autores, de que a grande mudança, por detrás de todas as outras, se encontra na transformação profunda do estatuto das mulheres (por exemplo, Segalen, 1999; Rousset, 1987).

É indubitável que a entrada massiva das mulheres em esferas tradicionalmente masculinas (nomeadamente, o sistema de ensino e o mercado de trabalho) é uma das linhas mestras dos processos de mudança que atravessam a sociedade portuguesa desde o 25 de Abril, movimento cujas raízes remontam a anos anteriores situados na década de 60. A guerra colonial, a emigração dos homens empurraram as mulheres para a esfera do trabalho profissional: na agricultura ou no sector dos serviços, que então se encontrava em franca expansão, um número crescente de mulheres começa a substituir os homens que haviam partido entretanto (Silva, 1983; André, 1993). Contudo, este movimento de conquista feminina da esfera pública, que não tem parado de ganhar força até à actualidade, tem sido acompanhado por uma entrada masculina na esfera da vida privada mais gradual.

Mais ainda: a produção social do género não se vislumbra apenas nas formas de divisão familiar e social do trabalho, estando simbolicamente entranhada na produção de categorias e de identidades sociais. Como mostra a proposta de Amâncio (1994), situada ao nível dos processos sócio-cognitivos de produção social do género, existe uma assimetria dos modelos de masculino e feminino, cujos significados são mais universais no pólo masculino e mais situacionais no pólo feminino. Enquanto que o modelo de masculinidade é uma “fotografia” do modelo social de individualidade dominante, o modelo feminino tende a ser conotado com o espaço privado da família e com a expressão das emoções e dos sentimentos. A coincidência entre masculinidade e universalidade explicaria, assim, a dominância simbólica do masculino sobre o feminino. Pelo menos, quando a referência é feita aos modelos dominantes de masculinidade e de feminilidade, já que também estes podem adquirir formas variadas e minoritárias, como aponta Almeida (1995). Mas, como refere Amâncio, estas representações sociais relativamente autónomas e reguladoras dos comportamentos constituem-se como modelos estereotípicos de masculino e de feminino, que, apesar de tudo, coexistem com as transformações ao nível das práticas ou daquilo que se pensa como normativamente correcto: a importância da participação das mulheres no mercado de trabalho; as transformações ao nível da divisão doméstica do trabalho; ou a adesão considerável à ideia de igualdade de género.

Do lado dos homens: Abordagens da “masculinidade”

Do lado dos homens, primeiramente relegados para segundo plano no âmbito das teorizações sobre o género, o interesse começa a manifestar-se sobretudo a partir dos anos noventa do século XX, ao trazer-se o debate sobre a masculinidade para o centro da arena sociológica. Também a ideia de uma masculinidade “natural” se começa a questionar de uma forma mais sistemática, constituindo-se um novo sub-campo teórico sob a égide dos estudos sobre o género (v., por exemplo, Connell, 1995, 1996). Numa descrição muito breve de algumas correntes que têm vindo a desenvolver a investigação sobre a masculinidade e o lugar dos homens importa referir algumas perspectivas principais, de maneira a situarmos as “heranças” teóricas de que fazemos utilização na presente investigação sobre os homens portugueses com filhos (v., por exemplo, a compilação de textos organizada por Flood *et al.*, 2007, ou aquela organizada por Kimmel, Hearn e Connell, 2005).

Algumas destas perspectivas a que fazemos alusão, desenvolveram-se no âmbito do que usualmente se entende por “anti-feminismo”, enquanto reacção,

politicamente empenhada de grupos de acção masculinos, às reivindicações de grupos feministas. Encontrou-se assim espaço, teórico e político, para o desenvolvimento de teorizações que visavam recolocar o homem e a masculinidade no centro do debate, combatendo a quase exclusiva colagem entre género e feminismo. Surgem, por um lado, vários grupos seculares em defesa dos direitos dos homens, com destaque para determinados grupos religiosos que fazem a apologia do tradicionalismo de género. Um exemplo deste tipo de movimentos é o chamado *mytho-petic mouvement de Robert Bly*, que sustenta que a fonte de todos os problemas criados aos homens se encontra no facto de estes serem criados pelas mulheres e de, portanto, não conseguirem encontrar o “guerreiro” dentro de si. A falta de referências masculinas com que se deparam os homens durante a infância e adolescência coloca dificuldades à masculinidade que só poderiam ser superadas com uma mudança de atitude dos homens. A solução advogada consiste, assim, numa maior participação masculina na criação dos seus filhos, para os ensinarem de mais perto e com eles fazerem “coisas de homens”. Em resumo, nestas formas de anti-feminismo, que acabamos de explicar, faz-se o elogio da participação masculina em domínios tradicionalmente femininos, mas justificando-a pela via de um anti-feminismo que recusa a “feminização” da masculinidade, observando-lhe os perigos para a identidade masculina.

Outras correntes teóricas, pelo contrário, encaixam-se no que se pode entender por pró-feminismo, já que se desenvolvem (sobretudo nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Austrália) procurando aproveitar a herança dos estudos sobre as mulheres para teorizar e pesquisar a masculinidade e as transformações do lugar dos homens na vida pública e privada.

Uma das perspectivas teóricas mais conhecidas neste quadro é constituída pelos *men's studies*, normalmente a perspectiva mais comum nesta área, que tem sido desenvolvida por autores como: Michael Kimmel, Michael Kaufman, Henry Brod ou Victor Seidler, entre outros. Nesta óptica, que de certa maneira corresponde aos “estudos sobre as mulheres” numa versão masculina, os homens são vistos na sua relação com o trabalho, reflectindo-se sobretudo sobre os modos como o patriarcado afecta negativamente os homens. São, afinal, as obrigações profissionais que impedem os homens de se realizar na vida privada, chamando-se a atenção para as tensões e dificuldades sofridas pelos homens na conciliação entre vida profissional e vida familiar. Não são só as mulheres que têm dificuldades de conciliação nas suas diversas obrigações públicas e privadas, mas também os homens as sofrem. Esta ênfase na questão família-trabalho e nas questões relacionadas com a paternidade define os *men's studies* como uma área de

investigação paralela aos *women's studies*, o que aliás é criticado por algumas feministas. Convém ainda salientar que a tónica nas relações família-trabalho é consentânea com a ideia de pluralidade de masculinidades, importando investigar as diferentes estratégias de conciliação dos homens. Objectivo este que, como deixámos claro anteriormente, faz igualmente parte do nosso modelo de análise.

Uma outra perspectiva de relevo é corporificada pelos chamados *critical studies of men*, com destaque para autores como Connell (que construiu o conceito de masculinidade hegemónica, a partir das teorizações de Bourdieu (1998) ou de Giddens (1996), conceito tão bem utilizado, no contexto científico português, pelo antropólogo Miguel Vale de Almeida (1995), Jeff Hearn (autor da designação *critical studies of men*), David Morgan ou Keith Pringle. Alguns pressupostos diferenciam esta última perspectiva dos *men's studies*. Em primeiro lugar, não se trata de apoiar ou sequer de complementar os *women's studies*, mas de construir um campo teórico de pesquisa de forma autónoma face a problemas e a problemáticas particulares. Em segundo lugar, evita-se sobretudo usar o termo *masculinidade* de forma reificada, uma vez que não se pode separar este conceito do sistema de relações de género e das práticas dos homens. Nesta óptica, o enfoque nas práticas dos homens é essencial para compreender os processos de produção da masculinidade, abordagem que igualmente se integra neste projecto de investigação. O uso de vários níveis e dimensões de análise, incluindo com destaque as práticas masculinas e as histórias familiares dos entrevistados, constitui peça central da pesquisa sobre os papéis e as identidades masculinas na família. Um terceiro factor a referir prende-se com a própria definição de masculinidade. Enquanto os *men's studies* se centravam muitíssimo sobre a relação dos homens com o trabalho, considerando esta esfera de inserção uma fonte crucial de identidade, os *critical studies of men* frisam mais a importância da sexualidade, da intimidade e das relações sociais para a construção da identidade masculina. A masculinidade é assim um conceito que, embora necessariamente multidimensional, não deve deixar de contemplar as questões relacionadas com a sexualidade e a vida privada, como elemento fundamental de construção social do género. As novas exigências colocadas ao homem na relação com a profissão e com a vida privada (ser marido, ser pai, ser afectivo e participante...) desafiam a figura tradicional do homem, ou seja, a definição hegemónica de masculinidade, construída sobre alicerces que se fundam, em última instância, sobre uma sexualidade (compulsiva, dominante...) que é concebida em antítese com o feminino (afectivo, passivo...).

Em resumo, em qualquer destas perspectivas se destaca – e é esse um ponto crescentemente frisado por vários autores – a importância da vida familiar na construção social da masculinidade, sobretudo quando se trata de comparar homens em diferentes situações familiares e com diferentes experiências de transição e de vivência da paternidade. Por exemplo, Marsiglio (1992) refere a importância de se investigarem, no masculino, três tipos de situações parentais: a paternidade biológica, a paternidade por afinidade (os padrastos) e os pais-sós que têm a custódia legal dos filhos. Por um lado, é necessário perceber como é que a construção do papel de pai sofre a influência da relação tecida com a esposa/companheira (ou ex-mulher) (mais ou menos igualitária em matéria de responsabilidades e tarefas...), bem como o impacto do tipo de vida profissional tida/desejada e dos valores referentes à masculinidade. Por outro lado, é preciso compreender vários tipos de experiências de paternidade, identificando as diferenças entre elas: a diferença entre ser pai biológico ou apenas padrasto (que vários estudos mostram ser importante, aludindo ao factores que agilizam um sentimento parental pelos enteados – por exemplo, ter filhos próprios a viver no grupo doméstico...), a diferença entre viver em casal ou ser pai sozinho. É normalmente nesta última situação que os pais desenvolvem mais “competências de responsabilidade” (como marcar as consultas médicas dos filhos, comprar-lhes roupa, etc.); quando a mãe das crianças está por perto tende, mais frequentemente, a ser ela que assume este tipo de responsabilidades, permitindo ao homem um tipo de envolvimento mais lúdico. Para saber como o homem se desenvencilha, de facto, enquanto pai – argumenta o autor – é preciso investigar também a monoparentalidade, tal como é vivida pelos homens.

Em qualquer das situações, importa frisar a importância da paternidade como experiência (re)constituente da própria masculinidade, sobretudo quando, como vai acontecendo nas sociedades contemporâneas, se cria distância face ao papel do homem como “patriarca”, ganha-pão e autoridade da família. Neste sentido, captar os efeitos gerados por transições ligadas à paternidade (a idade com que se tem o primeiro filho, a experiência paternal pós-divórcio...) é, refere ainda Marsiglio, uma mais-valia da pesquisa. Refira-se ainda que existe até uma linha de estudos sobre *fathers' transitional experiences*, cuja perspectiva sobre o lugar dos homens na vida familiar encontra semelhanças com a que se operacionaliza neste projecto.

Feito um breve sumário de alguns contributos teóricos importantes para o desenvolvimento de estudos sobre os homens e a masculinidade, importa sinalizar que a perspectiva deste projecto de investigação beneficiou da combinatória de diferentes abordagens: inclui questões sobre práticas,

representações e identidades, sobre trabalho e família, sobre sexualidade, relações de género e paternidade; analisa tanto dados quantitativos como qualitativos, tanto o macro como o microsocial; investiga os homens sem excluir a relação com outros protagonistas das suas vidas (as mulheres, os filhos, os parentes e os amigos).

A investigação do lugar dos homens na vida familiar: Apontamentos metodológicos

Neste ponto procuramos, por fim, apresentar uma sistematização mais operativa da investigação, fazendo referência às principais componentes da pesquisa e à composição da amostra.

Estratégia metodológica e instrumentos de observação

Seguindo uma estratégia de complementaridade metodológica, a pesquisa contemplou três instrumentos principais de observação.

- 1. Estudo dos factores macrossociais a montante.** A análise da informação estatística oficial relativa aos comportamentos familiares masculinos, bem como a análise do lugar dos homens nas políticas sociais constituíram etapas fundamentais da pesquisa, visando contextualizar as relações de género e as dinâmicas da vida familiar na sociedade portuguesa. Contemplámos para isso os seguintes elementos: a análise das políticas públicas relativas aos homens no universo da vida familiar; a evolução da posição dos homens no mercado de emprego (sectores de actividade, horas de trabalho, desemprego...); as desigualdades de género (emprego, remunerações, qualificações, cargos públicos...); a evolução das estruturas domésticas dos homens e das mulheres, bem como a evolução dos comportamentos demográficos.
- 2. Análise quantitativa dos modelos de género e do papel do homem na família.** Através do inquérito *Família e Papéis de Género* (ISSP 2002⁴) foi possível beneficiar de uma perspectiva comparativa e investigar as normas relativas à divisão conjugal do trabalho em Portugal e noutros países europeus. Simultaneamente, foram ainda utilizados

⁴ Ver Capítulo 1.

dados recolhidos no âmbito do *Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo* (IFPC 1999 – Wall, 2005a), que nos permitiram obter uma visão estatisticamente representativa da participação masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças em famílias conjugais com filhos em idade escolar.

- 3. Estudo qualitativo.** As entrevistas semi-directivas realizadas a 59 homens com idades até aos cinquenta e poucos anos, residentes na Área Metropolitana de Lisboa, foram o principal instrumento de recolha da informação, sendo sobretudo esse material de que tratamos neste livro. Através das narrativas masculinas obtivemos, então, o retrato complexo e diversificado que ambicionávamos no início da investigação. São esses resultados que agora partilhamos com o leitor. Começamos, assim, por expor o estudo neste ponto introdutório, apresentando uma breve caracterização da população entrevistada.

Elementos do trabalho de campo e retrato da população entrevistada

O trabalho de campo, que decorreu entre Dezembro de 2004 e Dezembro de 2005, procurou captar o modo como os homens vivem em família e o lugar que esta ocupa no seu universo de valores a partir de entrevistas em profundidade, 59 ao todo. A constituição desta amostra passou, numa primeira fase, pelo recurso às redes sociais da equipa de investigação e, numa segunda fase, pelo conhecido método *bola de neve*, ou seja, os entrevistados disponibilizaram contactos das suas próprias redes sociais. Daqui resultou uma forte receptividade e curiosidade em relação ao estudo por parte dos homens contactados, pelo que não houve recusas à participação. As entrevistas tiveram lugar nos locais propostos pelos entrevistados, normalmente a sua casa ou o seu local de trabalho; a duração variou entre uma hora e vinte minutos e 5 horas, sendo que o grosso delas durou entre duas e três horas implicando, em muitos casos, fraccioná-las em duas sessões; e todas elas foram gravadas e transcritas na íntegra.

Visto o trabalho de campo ter sido conduzido inteiramente pelas investigadoras da equipa, a diferença de género marcou a situação da entrevista. Para fazer face a esta especificidade da pesquisa, utilizou-se a valorização do “ponto de vista masculino” como princípio organizador da relação entre entrevistadora e entrevistado. Esta estratégia metodológica revelou-se produtiva, pois permitiu ultrapassar eventuais resistências a falar sobre questões pessoais, íntimas até (como sexualidade, conflito, problemas, etc.), e obter ainda uma explicitação clara de opiniões e valores a respeito da vida familiar.

Ora, o requisito central que presidiu à selecção dos entrevistados foi, portanto, o desempenho de um papel parental. E quisemos tê-lo em conta em diferentes situações familiares (quadro I.1): em *famílias “simples” de casais com filhos*, a situação mais frequente do ponto de vista da composição dos agregados domésticos, onde ambos os cônjuges se encontram, em regra, numa primeira conjugalidade e têm filhos comuns; em *famílias monoparentais paternas* resultantes de divórcio ou separação, mas também de viuvez; e em *famílias recompostas*, nas quais o homem desempenha o papel de padrasto co-residente, independentemente de também poder ser pai no âmbito dessa conjugalidade ou de uma anterior.

A população entrevistada foi constituída, portanto, com base na articulação deste requisito fundador com alguns critérios de uniformização da amostra, tais como residir na Área Metropolitana de Lisboa, viver ou ter vivido em conjugalidade e ter pelo menos um menor de 18 anos a cargo (filho ou enteado). Procurámos, por outro lado, introduzir alguma diversidade no panorama escolar e profissional dos entrevistados, de modo a perceber o impacto do posicionamento no espaço social nas suas vivências e orientações familiares. Passemos ao retrato da população entrevistada, a partir da apresentação de alguns dados de caracterização biográfica, familiar e socioeconómica.

Quadro I.1 – Tipos de Família

Tipos de Família	Amostra
Famílias “simples” de casais com filhos	23
Primeira conjugalidade de ambos	20
Outra conjugalidade de um ou ambos	3
Famílias monoparentais paternas	19
Por divórcio	12
Por separação	4
Por viuvez	3
Famílias recompostas	17
Só padrasto	4
Padrasto e pai em conjugalidade anterior	9
Padrasto e pai na conjugalidade actual	3
Padrasto e pai em conjugalidade anterior e na actual	1
Total	59

Apesar de termos procurado alguma uniformização da amostra, a verdade é que nos deparamos com entrevistados em “tempos” biográficos e familiares bem diversos (quadro I.2). Estes homens tinham, assim, idades compreendidas entre os 25 e os 57 anos, embora muitos estivessem na casa dos 30 e dos 40. Os padrastos e os pais-sós tendiam a ser mais velhos, visto terem necessariamente experienciado mais transições familiares. A relação conjugal à data da entrevista era já bem longa para alguns (25 anos, a mais antiga), mas recente para outros, em especial para os homens em famílias recompostas. A maior parte das conjugalidades tinha, no entanto, entre 6 e 15 anos. Já em relação aos homens que não viviam à data em conjugalidade, o tempo de monoparentalidade variava entre 1 e 12 anos, sendo que 2 dos 3 viúvos entrevistados eram, justamente, aqueles que estavam há mais tempo na situação de pais-sós. A transição para a parentalidade também é marcada por essa amplitude temporal: alguns homens foram pais há muitos anos e tinham, portanto, filhos adultos (alguns deles, por sua vez, também já tinham constituído família); enquanto outros passaram por essa experiência mais recentemente e tinham crianças pequenas, em idade pré-escolar. Por fim, os entrevistados das famílias recompostas encontravam-se em momentos bem distintos no que toca à paternidade, pois se foram eles que, em regra, fizeram essa transição há mais tempo (visto também serem os homens mais velhos da amostra), 4 ainda não tinham passado sequer por essa experiência, embora 2 estivessem, na altura, a aguardar o nascimento do primeiro filho.

Quadro I.2 – “Tempo” biográfico e familiar

“Tempo” biográfico e familiar	Amostra	“Simples”	Monoparentais	Recompostas
Idade do entrevistado				
25-29 anos	1	–	–	1
30-39 anos	24	12	6	6
40-49 anos	24	10	9	5
50-57 anos	10	1	4	5
Duração da conjugalidade actual				
≤ 5 anos	9	1	–	8
6-10 anos	13	9	–	4
11-15 anos	10	6	–	4
16-20 anos	3	2	–	1
21-25 anos	5	5	–	–
Duração da monoparentalidade				
≤ 3 anos	5	–	5	–
4-5 anos	6	–	6	–
6-10 anos	5	–	5	–
≥ 11 anos	3	–	3	–
Transição para a paternidade				
≤ 5 anos	8	5	2	1
6-10 anos	21	9	7	5
11-15 anos	13	5	6	2
16-20 anos	7	3	3	1
≥ 21 anos	6	1	1	4
<i>Não são pais</i>	4	–	–	4*
Total	59	23	19	17

* Dois deles estavam à espera do nascimento do 1.º filho à data da entrevista

Esta pluralidade de “tempos” com que nos deparámos permitiu-nos tomar contacto com situações muito diversas do ponto de vista dos percursos conjugais e parentais dos entrevistados (quadros I.3 e I.4). De facto, se o casamento, enquanto formalização religiosa ou civil da relação conjugal, marcava presença entre a população entrevistada, em especial nas famílias “simples”, a verdade é que, para alguns, o casamento não inaugurou a vida em casal, só se realizando anos mais tarde (12 casos) ou não se realizando de todo (10 casos). Viver a dois de um modo mais informal parece caracterizar, sobretudo (mas não em exclusivo), uma opção das famílias recompostas, configurando a resistência, por parte destes casais, em reproduzir o “formato” mais tradicional das primeiras conjugalidades (afinal, 12 dos 17 entrevistados recompostos já tinham sido casados anteriormente). Com efeito, ao contrário dos homens em famílias “simples”

que se encontravam numa primeira conjugalidade e quase todos eram casados, apenas para 3 homens das famílias recompostas se tratava da primeira experiência de vida em casal e vários não formalizaram a actual relação (8 casos). As idades dos entrevistados ao início da presente união traduziam, assim, as diferentes etapas dos seus percursos conjugais. Deste modo, enquanto as primeiras conjugalidades, associadas em grande medida às famílias “simples”, ocorreram quase sempre antes dos 30 anos (a situação que ocorreu depois dos 40 anos correspondia, efectivamente, a uma terceira conjugalidade), as recomposições familiares tiveram lugar mais tarde, a partir dos 35 anos, quando não mesmo dos 45. Por fim, quanto aos homens em famílias monoparentais, em regra tiveram só uma experiência conjugal, se bem que 5 tenham tido efectivamente outras experiências, anteriores ou mesmo posteriores àquela que deu lugar ao nascimento dos filhos. Encontrando-se sozinhos com os filhos à data da entrevista, a verdade é que alguns tinham iniciado há pouco tempo novas relações amorosas, renunciando o carácter transitório da situação de monoparentalidade. Após uma primeira conjugalidade mal sucedida, ou que terminou inesperadamente com a morte da mulher, estes homens não perderam a expectativa de vir a ter uma experiência conjugal mais gratificante⁵.

⁵ Ver Capítulo 4.

Quadro I.3 – Percurso conjugal

Percurso conjugal	Amostra	“Simples”	Monoparentais	Recompostas
Lazo conjugal actual				
Casamento	18	16	–	2
Casamento com coabitação inicial	12	5	–	7
Coabitação	10	2	–	8
<i>Sem laço conjugal</i>	19	–	19	–
Estado civil actual				
Casado	31	21	1*	9
Divorciado	20	1	12	7
Viúvo	3	–	3	–
Solteiro	5	1	3	1
Número de conjugalidades (casamento + coabitações)				
Uma	37	20	14	3
Duas	14	1	2	11
Três ou mais	8	2	3	3
Idade ao início da conjugalidade actual				
20-24 anos	11	9	–	2
25-29 anos	13	11	–	2
30-34 anos	5	2	–	3
35-39 anos	5	–	–	5
40-44 anos	2	1	–	1
45-50 anos	4	–	–	4
Total	59	23	19	17

* Separado há 8 anos, mas não houve divórcio

Já nos percursos parentais dos entrevistados (quadro I.4), observámos, antes de mais, a polarização das descendências no filho único e nos dois filhos, traço típico da fecundidade portuguesa⁶, se bem que também tenhamos encontrado descendências mais numerosas (num máximo de 6 filhos) em todos os tipos de famílias. Curiosamente, em relação ao número de enteados, predominavam as situações em que os entrevistados tinham apenas um. Por outras palavras, no momento da recomposição familiar, aquelas que passaram a ser suas companheiras eram, então, mães de filhos únicos. No que toca às idades dos filhos e dos enteados mais velhos – recordemos que um dos critérios de selecção dos entrevistados era, justamente, residir com um filho ou enteado menor – verificámos situações muito diversificadas. Com efeito, enquanto alguns destes homens viviam na altura em famílias apenas

⁶ Ver Capítulo 7.

com crianças pequenas, em idade pré-escolar, outros estavam numa fase da vida bem diferente, pois tinham filhos ou enteados jovens ou mesmo adultos. A maioria tinha a cargo, contudo, crianças em idade escolar, entre os 6 e os 15-16 anos. O nascimento do primeiro filho, transição que apenas 4 entrevistados das famílias recompostas ainda não tinham experienciado à data da entrevista – ocorreu em idades muito diversas, entre os 20 e os 46 anos, embora grande parte tenha ocorrido, efectivamente, antes dos 35. Os primeiros nascimentos mais tardios tiveram lugar, na verdade, no quadro de segundas ou outras conjugalidades. Apenas em dois casos foi no âmbito da primeira relação conjugal.

Quadro I.4 – Percurso parental

Percurso parental	Amostra	“Simples”	Monoparentais	Recompostas
Número de filhos				
<i>nenhum</i>	4	–	–	4*
1 filho	20	7	8	5
2 filhos	26	13	7	6
3 ou mais filhos	9	3	4	2
Número de enteados				
1 enteado	12	–	–	12
2 enteados	3	–	–	3
3 ou mais enteados	2	–	–	2
Idade do filho mais velho				
≤ 5 anos	9	5	2	2
6-10 anos	22	9	8	5
11-15 anos	9	4	5	–
≥ 16 anos	14	4	4	6
Idade do enteado mais velho				
≤ 5 anos	3	–	–	3
6-10 anos	5	–	–	5
11-15 anos	2	–	–	2
≥ 16 anos	7	–	–	7
Idade ao nascimento do 1.º filho				
20-24 anos	12	6	2	4
25-29 anos	18	7	7	4
30-34 anos	16	7	6	5
35-39 anos	5	2	2	1
≥ 40 anos	3	1	2	–
Residência dos filhos de anteriores conjugalidades				
Residência única (paterna)	8	–	7	1
Residência alternada	14	–	12	2
Não residente (residência materna)	7	–	–	7
Total	59	23	19	17

* Dois deles estavam à espera do nascimento do 1.º filho à data da entrevista

Quanto aos homens das famílias recompostas, estes podiam acumular diferentes papéis parentais: ao papel de padrasto (os entrevistados foram seleccionados em função do critério da co-residência com enteados) podia aliar-se, assim, o de pai, o que sucedeu em 13 das 17 entrevistas (como pudemos constatar, aliás, no quadro I.2). Contudo, se os filhos nascidos da actual relação vivem efectivamente com o entrevistado e partilham o dia-a-dia doméstico e familiar com os seus enteados (4 casos), o mesmo pode não ser verdade, pelo menos numa base quotidiana, para os filhos nascidos em uniões anteriores. De facto, dos 10 casos em que tal acontecia (sendo que num deles também havia uma criança da actual conjugalidade), apenas em 3 os entrevistados viviam com os filhos: em um dos casos, de forma permanente por abandono da mãe; nos outros dois, em regime de residência alternada. Já em relação às famílias monoparentais, na medida em que os filhos tinham de viver necessariamente com o pai, encontrámos 12 casos de residência alternada e 7 de residência única, sendo que, num deles, tratava-se de uma situação mais complexa, visto um dos filhos residir com o pai e o outro com a mãe.

Ora, para além daquelas variáveis de natureza biográfica e que ilustram as situações conjugais e parentais dos entrevistados, a escolha da população também procurou ter em conta o seu posicionamento diferenciado no espaço social. Desta forma, a diversificação da amostra a partir do nível de escolaridade foi uma das estratégias utilizadas. Todavia, se nas famílias “simples” conseguiu-se obter casos mais ou menos diversificados – embora pesando a sub-representação do entrevistados com o primeiro ciclo, se tivermos em mente o panorama escolar da sociedade portuguesa – já em relação às famílias recompostas e monoparentais, devido à maior dificuldade em encontrá-las, sobretudo em meios sociais desfavorecidos, não nos foi possível preencher satisfatoriamente essas “quotas”, ou seja, encontrar homens com qualificações escolares a nível dos dois primeiros ciclos do ensino básico, pelo que se trata de uma população tendencialmente mais homogénea deste ponto de vista (quadro I.5). Como é óbvio, esta distribuição dos capitais escolares reflecte-se a nível das actividades profissionais desempenhadas, com grande peso das profissões mais qualificadas, nomeadamente das científicas e técnicas. São professores, investigadores, arquitectos, informáticos, formadores, artistas, entre outros. As profissões manuais ou pouco qualificadas – como operários, mecânicos, motoristas, ou estafetas – encontraram-se, sobretudo, entre os entrevistados das famílias “simples”. Já os profissionais executantes dos serviços, como os empregados administrativos ou do comércio, estão presentes em todos os tipos de família.

Quadro I.5 – Caracterização socioeconómica

Caracterização socioeconómica	Amostra	“Simples”	Monoparentais	Recompostas
Nível de escolaridade				
1.º ciclo do ensino básico	3	2	1	–
2.º ciclo do ensino básico	7	5	–	2
3.º ciclo do ensino básico	13	5	4	4
Ensino secundário	10	4	4	2
Ensino superior	11	3	4	4
Ensino pós-graduado	15	4	6	5
Grupo socioprofissional				
Empresários e dirigentes	4	1	1	2
Profissionais intelectuais, científicos e artísticos	18	7	5	6
Profissionais técnicos e de enquadramento intermédio	9	3	4	2
Pequenos empresários e profissionais liberais	8	1	4	3
Empregados executantes	9	3	4	2
Empregados não qualificados dos serviços	4	3	–	1
Profissões manuais	6	4	1	1
Condição perante o trabalho				
Trabalha	51	22	17	12
Desempregado	6	1	2	3
Reformado	2	–	–	2
Escalaõ de rendimento (líquido, mensal)				
Sem rendimentos	4	2	1	2
≤ 750 €	7	3	2	2
> 750 e ≤ 1000 €	8	7	1	–
> 1000 e ≤ 2000 €	15	5	4	6
> 2000 e ≤ 3000 €	8	3	1	4
> 3000 €	10	2	5	3
NR	6	1	5	–
Total	59	23	19	17

Importa referir que um dos objectivos desta pesquisa era conhecer as dinâmicas familiares, em especial no que respeita à necessidade de conciliar a vida familiar e a vida profissional, em casais “duplo emprego”, ou seja, em que homem e mulher estão integrados no mercado e trabalho. Mas se este era o cenário para a grande maioria dos casais (em famílias “simples” e recompostas) e se não encontrámos, efectivamente, nenhum caso de

mulher doméstica à data da entrevista⁷, a verdade é que nos deparámos com situações de inactividade masculina. Se dois dos entrevistados mais velhos já estavam reformados mas tinham situações económicas confortáveis, os restantes estavam desempregados, sendo que destes, apenas um deles era muito qualificado. As outras situações configuravam quadros de grande vulnerabilidade ou mesmo exclusão social: algumas destas famílias dependiam de apoios públicos; uma família monoparental com 3 filhos vivia dos rendimentos de um deles; e numa família recomposta, o desemprego está ligado a um percurso masculino de toxicodependência. Assim sendo, três entrevistados não tinham rendimentos próprios e sete tinham rendimentos até 750 euros mensais. No outro extremo encontravam-se, então, dez entrevistados com rendimentos acima dos 3000 euros, cinco dos quais em famílias monoparentais, justamente aquelas onde os homens são, regra geral, mais qualificados.

Os capítulos do livro

Para finalizar, resta-nos apresentar muito brevemente a estrutura deste livro. Dividido em cinco partes distintas, cada uma delas integrando dois capítulos, foi deste modo que organizámos a apresentação dos “vários lados” da vida familiar no masculino.

Na primeira parte procuramos contextualizar a mudança e o paulatino movimento de um modelo familiar de “ganha-pão masculino” para um modelo de casal “duplo emprego”, interligando Estado, família e trabalho. No primeiro capítulo procede-se a uma análise de carácter quantitativo que também fazia parte dos objectivos propostos. Procura-se, aproveitando dados disponíveis e estatisticamente representativos da realidade portuguesa, traçar algumas linhas de evolução no respeitante às diferenças de género nos padrões demográficos e nas formas de co-residência, na estrutura do emprego e nos níveis salariais, nos valores da vida familiar e da divisão do trabalho, bem como nas práticas do dia-a-dia. Recorre-se para isso a dados dos Censos, das Estatísticas Demográficas e do Inquérito ao Emprego; analisam-se ainda dois outros inquéritos: o *Family and Gender Survey* realizado no âmbito do *International Social Survey Programme* (ISSP), que nos permite comparar, além de homens e mulheres, vários países europeus; e o *Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo* (1999), que nos

⁷ Ainda que, em casos pontuais, tenha havido períodos de interrupção da actividade profissional feminina com a parentalidade, nomeadamente em situações de desemprego. Esta situação também foi vivida por um dos entrevistados.

possibilita a entrada no universo da vida quotidiana dos homens na família, embora a partir de uma perspectiva feminina. O segundo capítulo é dedicado ao lugar dos homens nas políticas de família, traçando as principais linhas de evolução das últimas décadas, tal como era objectivo inicial deste projecto. Faz-se o retrato da “imagem legal” do homem, acompanhando a transição de um modelo de homem “chefe de família”, que vigorou até ao 25 de Abril, para um modelo de homem envolvido na paternidade, que começou a ganhar peso ao longo da década de noventa do século xx.

Na segunda parte do livro, já dedicada, então, à análise dos resultados do estudo qualitativo que realizámos, identificam-se múltiplas estratégias masculinas de participação na vida doméstica e parental, perscrutando as formas de divisão do trabalho. O principal objectivo do capítulo 3 é, assim, o de analisar a articulação entre a vida profissional e a vida familiar de homens a viver em família simples de casais com filhos. Trata-se de um lugar de observação significativo, do ponto de vista das mudanças do papel do homem na família, devido, fundamentalmente, ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas. Esperava-se que a rejeição de uma organização familiar baseada no homem provedor/mulher dona de casa levasse a uma transformação rápida e profunda dos papéis de género, em que a saída de casa da mulher fosse compensada pela entrada do homem no universo doméstico. Ao estudar as trajectórias masculinas de família/trabalho, os modos de conciliar as duas esferas e as perspectivas dos homens relativamente ao *stress* entre trabalho e família, mostra-se que existe uma grande diversidade, hoje, nas formas masculinas de pensar, idealizar e gerir a articulação entre a vida familiar e a vida profissional. O capítulo faz o retrato de seis principais modos de articulação. No capítulo 4, um retrato semelhante é apresentado, mas agora tendo como protagonistas os homens a viver em situação de monoparentalidade. Aqui, pretende-se conhecer o modo como estes pais-sós, na ausência da figura materna do quotidiano dos filhos, procuram fazer face ao exercício diário de articulação, mais a *solo* num perfil, mais delegado em outros dois perfis e algo precário num último perfil.

A terceira parte do livro integra igualmente dois capítulos, procurando dissecar a relação entre vida conjugal e identidade masculina. Assim, no capítulo 5 analisam-se estilos diferenciados de conjugalidade e de família, estabelecendo a diversidade nas formas de ser homem. A identificação destes vários estilos permite traçar dois movimentos relativamente diferenciados de transformação do modelo mais institucionalista de ganhar-pão e autoridade masculinas. Um movimento de conjugalização em que o homem aparece dividido entre uma identidade de “providenciador”, ainda

tradicionalista e *genderificada* mas já aceitante do trabalho profissional das mulheres, e o “companheiro”, igualitário, cooperante e afectivo. Trata-se, assim, de um movimento que retrata diferentes gradações da inclusão do homem na dinâmica familiar. Um outro movimento é, por outro lado, de individualização, apresentando homens divididos entre a família e um ideal de indivíduo autónomo, centrado na realização pessoal. Estes homens investem na família, mas garantindo a sua realização pessoal antes de mais. Muitas vezes abrigam tensões entre os valores de igualdade e autonomia que acalentam e a realidade da desigualdade conjugal: no poder, no dinheiro, nos capitais relacionais, na identidade. Por fim, retratamos ainda uma outra tendência de relevo: a do afastamento masculino da família, que parece ser transversal a diversos meios sociais, desafiando mesmo os ideais de uma paternidade mais activa. Por várias razões (de auto-centramento, de concepções de género muito diferenciadas, de trajectória marcada por sucessivas rupturas e recomposições), alguns homens revelam fortes dificuldades de integração na dinâmica familiar, pautando-se por modelos de ausência masculina. Em suma, partindo da hipótese de que à “masculinidade hegemónica” (tradicional) se contrapõe um cenário de múltiplas formas de “ser homem”, tenta-se encontrar diferentes perfis investigando tanto as práticas como as normas relativas às “divisões de género” (*tradicional breadwinner vs. modelo igualitário*), bem como vários indicadores de “identidade” social de género. Tenta-se sobretudo identificar a sua diversidade e grau de distância face ao modelo de masculinidade tradicional/dominante. O capítulo 6 desenvolve este problema através de uma análise aturada dos discursos masculinos sobre a construção das diferenças e das semelhanças entre homens e mulheres. Numa palavra, toca-se no cerne da questão, procurando perceber, do ponto de vista dos homens, que dimensões e que factores são hoje relevantes para fabricar a desigualdade e os valores que a sustentam materialmente.

Finalmente, as partes quatro e cinco exploram com minúcia a questão da paternidade, primeiro entre os homens a viver em família simples de casal com filhos e depois entre os pais monoparentais em situação de guarda conjunta e os pais/padrastos a viver em famílias recompostas. O amplo leque de situações de paternidade que investigámos permite compor um cenário multifacetado em que emergem estilos muito diferenciados de paternidade.

O primeiro capítulo da parte quatro (capítulo 7) procura conhecer os projectos de paternidade dos homens em famílias “simples” e o modo como estes são materializados no quadro da vida em casal, aclarando as questões

da negociação e da decisão mais ou menos “a dois” da fecundidade conjugal. Seguidamente, no capítulo 8 analisam-se as formas de construção da paternidade, identificando vários estilos de “ser pai”. Aqui, se as funções de provedor, educador e protector (se bem que reinterpretadas ou reinventadas) continuam a dar sentido às práticas parentais masculinas, a verdade é que não deixam de andar a par das “novas” funções do pai, de cuidador e de companheiro de brincadeiras.

O primeiro capítulo da parte cinco (capítulo 9) explora, por seu lado, as formas de (re)construção da paternidade em situações de pós-divórcio, investigando, especificamente, situações de guarda conjunta com residência alternada. Também aqui se destaca a diversidade de formas de “ser pai”, levantando-se a ponta do véu de uma realidade tão recente na sociedade portuguesa quanto inexplorada. Finalmente, no último e décimo capítulo, a análise volta-se para uma outra “nova forma” de construir e exercer a parentalidade: o papel de padrasto. Procurando ultrapassar a dicotomia clássica entre lógica de substituição e lógica de perenidade, redutora da complexidade do fenómeno da recomposição familiar, é proposto, em alternativa, um panorama mais diversificado de modos de equacionar e apropriar este papel parental, tendo em conta não só o tipo de envolvimento destes homens com os enteados, como também o espaço que lhes é concedido pelas mães dos enteados, suas actuais companheiras, assim como pelos pais biológicos, mais ou menos presentes e influentes.

PARTE I

Estado, Família e Trabalho: Do ganha-pão masculino ao duplo emprego no casal

Capítulo 1 Género, família e mudança em Portugal

Sofia Aboim

Introdução

Ao longo das últimas décadas foram inúmeras e profundas as mudanças que atravessaram a sociedade portuguesa. Há quarenta ou cinquenta anos vivia-se numa sociedade rural, pobre, iletrada e, acima de tudo, fortemente marcada pela diferenciação de género. Na vida social e familiar, homens e mulheres tinham funções muito distintas, como era apanágio ideológico do Estado Novo.¹ Ao homem cabia incontestavelmente o dever de sustentar e proteger a família, enquanto a mulher devia permanecer em casa, fiel aos labores de esposa e mãe. Era assim de um contrato de género (Hirdman, 1998) desigual centrado na oposição entre a “dona-de-casa” e o “provedor da família” que se alimentava a ideologia dominante. Com efeito, em 1960 apenas 13,1% das mulheres se encontravam oficialmente no mercado de trabalho, não obstante grande parte delas desempenharem tarefas essenciais à sobrevivência da família, contribuindo nomeadamente para os trabalhos agrícolas essenciais à sobrevivência do grupo familiar. No entanto, o ideal do ganha-pão masculino não só caracterizava parte significativa das famílias, como constituía símbolo inquestionável do modelo mais desejável de família. Algumas décadas mais tarde, o panorama tinha-se, contudo, tornado muito diferente. O aumento da taxa de actividade feminina, que a década de 1960 inaugurava, sinalizou, afinal, uma das mudanças mais espectaculares transformações da sociedade portuguesa. Depois de 1974, a entrada feminina no mercado de trabalho evoluiu ainda num ritmo mais rápido, transformando Portugal num dos países europeus com maior número de mulheres activas a trabalhar a tempo inteiro.

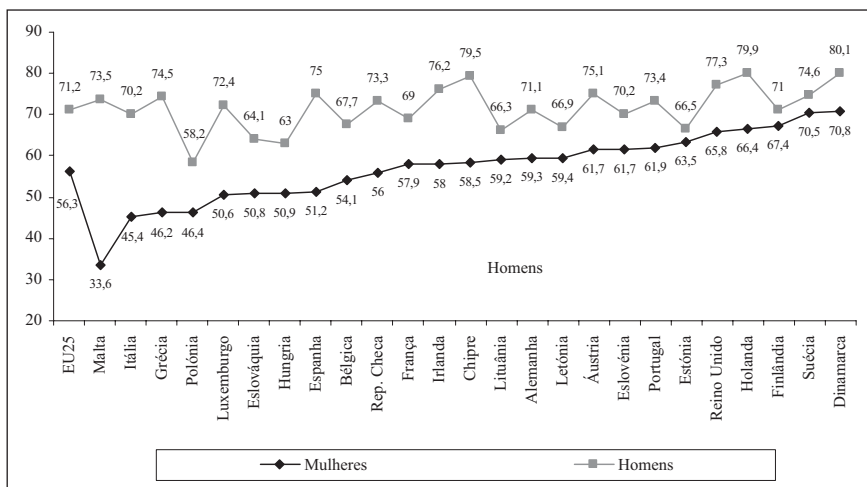
O protagonismo das mulheres nos movimentos de transformação da sociedade portuguesa é inegável (Almeida e Wall, 2001; Almeida, 2003; Torres *et al.*, 2004). A conquista feminina de um lugar cada vez mais visível na esfera pública alterou sensivelmente as relações de género e a vida familiar, à medida que no mundo ocidental o esquema patriarcal da mulher doméstica e subordinada ia sendo posto em causa e aumentavam exponencialmente os casais em que tanto homens como mulheres trabalham profissionalmente a tempo inteiro (Lewis, 2001; Pascall e Lewis, 2004; Pfau-Effinger, 2004a e 2004b). Os desafios impostos às mulheres são bem

¹ Ver Capítulo 2.

conhecidos na sociedade portuguesa (v., por exemplo, Wall e Guerreiro, 2005). Todavia, a passagem a de um modelo de “ganha-pão masculino” para um modelo de “casal de duplo emprego” espelha igualmente mudanças profundas no lugar social dos homens, dentro e fora da família. Sem dúvida, os papéis sociais masculinos, bem como a ordem de género global, têm vindo a sofrer uma enorme reconfiguração à medida que novas realidades vão desafiando a composição tradicional da masculinidade e os homens se vão tornando também um objecto de análise e reflexão (Hearn *et al.*, 2002). Actualmente, a preocupação com a mudança, outrora maioritariamente reservada ao feminino, é assim cada vez mais inclusiva dos homens. Afinal, a transformação operada nas formas de divisão familiar do trabalho em direcção a um modelo igualitário de “duplo emprego” tem vindo a alterar o papel dos homens, convocando-os a reconstruir o seu “lugar tradicional” na esfera da vida privada (Wall, Aboim e Marinho, 2007).

Em Portugal, o declínio do antigo modelo “homem provedor” sinaliza um movimento muito rápido de transformação, em comparação com a maioria dos países europeus. A principal consequência do aumento da presença feminina no mercado de trabalho tem-se traduzido no declínio sistemático do modelo tradicional de homem provedor e de esposa doméstica (Crompton, 2006). Afinal, Portugal tem hoje uma das mais elevadas taxas de actividade feminina a tempo inteiro da Europa, situação singular particularmente no contexto da Europa do sul (gráfico 1). Neste capítulo, procuramos, consequentemente, apresentar sinteticamente as principais mudanças operadas na divisão do trabalho, destacando a expansão de um modelo de casal de duplo emprego que, não obstante as desigualdades persistentes na esfera doméstica, tem vindo a alterar a associação inequívoca entre masculinidade e sustento da família. Mais do que nunca, é oportuno perceber até que ponto a mudança na divisão do trabalho profissional se traduz em novas formas de participação masculina na esfera doméstica e nos cuidados parentais. Além disso, num segundo momento da análise, analisamos também as mudanças operadas no plano normativo, investigando os ideais face aos papéis masculinos e femininos na vida profissional e familiar. Que modelo de divisão do trabalho é hoje considerado mais desejável? Como têm os indivíduos, neste caso os homens, reagido às mudanças que objectivamente têm transmutado o modelo tradicional de vida familiar? Que resistências e tensões encontramos? Estas são algumas questões que procuramos analisar e debater neste capítulo de contextualização, introduzindo ao leitor indagações centrais que atravessam os vários capítulos deste livro, bem como a pesquisa que lhe serviu de base.

Gráfico 1.1 – Taxa de emprego na população entre 15-64 anos, 2005



Fonte: Eurostat.

Do homem provedor ao duplo emprego: Equilíbrios de género na divisão do trabalho po

Sem dúvida, o aumento exponencial da participação feminina no mercado de trabalho é uma das mudanças que, ao longo das últimas décadas, mais impacto teve na organização da vida familiar e da sociedade em geral. Em Portugal, tal como sucedeu em outros países europeus, a taxa de actividade feminina cresceu a um ritmo intenso nas últimas décadas, passando, na população com 15 ou mais anos, de menos de 30% em 1981 para 56,2% em 2008 (quadro 1.1). Indubitavelmente, as mulheres entraram progressiva e massivamente na vida activa, diminuindo, ao longo dos últimos trinta anos, a distância face aos homens. Em grupos etários mais jovens, e mais activos, este diferencial é também bastante mais reduzido, com mais de 80% das mulheres entre os 25 e os 44 anos inseridas na vida activa. Enquanto a taxa de actividade masculina se tem mantido relativamente constante, entre 1998 e 2008 as mulheres deste grupo etário aumentaram significativamente a sua presença no mercado de trabalho (quadro 1.1).

Acompanhando esta tendência geral para o reforço da presença das mulheres no mercado de trabalho, registou-se também uma mudança nas idades e nas fases da vida em que as mulheres trabalham mais intensamente. A expansão do emprego feminino na década de 1960 alimentou-se sobretudo do incremento da

actividade profissional nos grupos das mulheres mais jovens e solteiras que substituíam os homens que haviam partido para combater em África ou emigrado para outros países europeus. O casamento e, sobretudo, o nascimento de um filho eram habitualmente barreiras que impediam as mulheres de permanecer no mercado de trabalho. Porém, a partir dos anos setenta do século XX, este padrão vai alterar-se, passando a incluir mulheres mais velhas, casadas e mães de filhos. A “revolução” normativa, quer na lei, quer nos costumes, trazida pelo 25 de Abril, o aumento rápido da escolaridade feminina, bem como o desenvolvimento de actividades económicas no sector terciário, capazes de absorver cada vez mais mão-de-obra feminina, contribuíram decisivamente para a permanência das mulheres no emprego (Almeida *et al.*, 1998). Este é, sem dúvida, um processo importante que interpela directamente a organização da vida familiar. Enquanto nos anos 1960, eram as mulheres jovens, entre os 15 e os 19 anos, as que mais participavam no mercado de trabalho, em grande parte dos casos antes do casamento e do nascimento dos filhos, actualmente, porém, a maior percentagem de actividade feminina encontra-se entre mulheres na faixa etária dos 25-29 anos. Nos grupos de idade seguintes mantém-se a tendência, permanecendo elevados os valores do emprego feminino. Entre os 25 e os 34 anos, precisamente na fase do curso de vida pessoal em que mais frequentemente se entra numa relação conjugal e se é mãe, 86,6% das mulheres são activas; entre os 35 e os 44 anos, 84,7% estão igualmente inseridas no mercado de trabalho (valores de 2008).

Do ponto de vista da família, estas alterações significam, pelo menos ao nível do trabalho pago, a passagem de um modelo de organização familiar centrado numa divisão diferenciada dos papéis de género – o homem, fora de casa, responsável pelo ganha-pão; a mulher, doméstica, consagrada à lida da casa e aos cuidados dos filhos – para um modelo de família centrado numa divisão mais simétrica e “igualitária” dos papéis de género, em que ambos os cônjuges participam no mercado de trabalho e contribuem para o rendimento familiar. No entanto, esta passagem não se deu de forma clara e linear, sem que permanecessem desigualdades de género ao nível do trabalho pago. O declínio do modelo de ganha-pão masculino é indubitável, mas as modalidades de divisão familiar do trabalho que emergiram são variadas e combinam, de forma complexa, continuidades e descontinuidades em relação ao modelo anterior (Crompton, 2006; Lewis, 2002). Algumas dessas tendências de desigualdade são intrínsecas à própria estrutura do emprego feminino e masculino, o primeiro habitualmente mais precário, desqualificado e mal pago do que o segundo (quadros 1.1 e 1.2). Além disso, em Portugal, bem como na globalidade dos países europeus, os homens continuam a ter uma taxa de actividade significativamente mais elevada.

Quadro 1.1 – Evolução da escolaridade e taxa de actividade, 1981-2008

	1981	1991	1998	2000	2001	2004	2008
Escolaridade e mercado de trabalho							
População residente com 20 e mais anos com o ensino médio/superior completo (%)	3,8	5,3	–	–	9,3	–	–
Homens (%)	3,7	5,2	–	–	8,3	–	–
Mulheres (%)	3,8	5,4	–	–	10,1	–	–
Taxa de actividade (pop. activa > 14 anos/ total pop.)	42,5	44,9	50,3	51,1	51,7	52,2	62,5
Masculina	57,1	54,4	57,4	57,9	58,4	58,1	69,4
Feminina	29,0	36,0	43,7	44,8	45,5	46,7	56,2
Taxa de actividade por grupos de idade							
25-34 anos HM	–	85,6*	86,7	87,5	87,6	88,8	90,0
25-34 anos H	–	93,3*	92,8	92,5	92,2	91,9	92,8
25-34 anos M	–	78,5*	80,7	82,4	83,1	85,7	86,6
35-44 anos HM	–	84,6*	86,1	86,8	87,2	88,6	89,9
35-44 anos H	–	96,7*	95,1	93,9	94,8	94,5	94,6
35-44 anos M	–	73,5*	77,5	80,0	79,8	82,9	84,7
Taxa de desemprego							
Taxa de Desemprego HM	–	4,1*	4,9	3,9	4,0	6,7	7,6
Taxa de Desemprego H	–	3,4*	3,9	3,1	3,2	5,8	8,8
Taxa de Desemprego M	–	4,9*	6,2	4,9	5,0	7,6	6,5
Número médio de horas semanais de trabalho							
Total	–	–	40,3	39,7	39,4	39,2	39,0
Homem	–	–	42,4	41,5	41,2	41,0	40,6
Mulher	–	–	37,7	37,5	37,3	37,0	37,0
População empregada a tempo parcial (milhares)							
Homens	–	106,1*	165,3	177,4	188,6	198,1	223,0
Mulheres	–	219,4*	368,4	370,7	377,4	381,1	402,9

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Censos; *Inquérito ao Emprego 1992.

Quadro 1.2 – Remuneração média mensal de base, no Continente, por sexo Unidade: €

	1995	1998	1999	2000	2002	2007
Total	584	567,34	588,3	613,83	687,48	806,07
Homens	656	627,9	652,0	677,5	747,4	876,75
Mulheres	475	480,2	498,5	524,5	601,0	712,72
Rem. Mulheres/ Rem. Homens (%)	72,4	76,5	76,5	77,4	80,4	81,3

Fonte: MTSS-DGEEP-Quadros de Pessoal.

A análise da taxa de desemprego e da sua evolução ao longo dos últimos anos mostra-nos a maior fragilidade da inserção laboral das mulheres, por comparação com a menor incidência de desemprego entre os trabalhadores homens. Por outro lado, a observação da diferença salarial média entre homens e mulheres não deixa margem para dúvidas quanto às menores

remunerações das mulheres. Em 2007, o salário médio das mulheres portuguesas continuava a ser apenas cerca de 80% do dos homens, diferença que representa, ainda assim, uma evolução positiva face a 1995, ano em que o salário feminino médio atingia somente os 72,4%. Apesar da diminuição do hiato de género nas remunerações, os menores ganhos das mulheres não deixam de se evidenciar. São afinal elas quem continua a ocupar posições mais desqualificadas no mercado de trabalho, nomeadamente encabeçando contingentes de pessoal não especializado do sector terciário. A análise da estrutura profissional por sexo (quadro 1.3) mostra claramente a permanência de algumas disparidades importantes em termos de género. Em 2008, continuam a ser os homens quem ocupa mais frequentemente lugares dirigentes quer na administração pública, quer em empresas privadas. Por outro lado, além da tradicional divisão entre ocupações femininas nos serviços e o emprego masculino no sector industrial, são as mulheres quem em maior número engrossa o grupo dos trabalhadores não qualificados (18,6% das mulheres contra apenas 9,2% dos homens empregados). Em suma, não obstante a presença elevada de mulheres no mercado de trabalho e a sua presença significativa em alguns segmentos qualificados (nomeadamente os “especialistas das profissões intelectuais e científicas”, como se observa no quadro 1.3.), a segmentação ocupacional continua a ser marcante, apontando para cenários de desigualdade. A maior precarização das condições de trabalho das mulheres corrobora esta situação estrutural. Basta referir que é consistente a sua sobrerrepresentação no grupo dos trabalhadores sub-empregados (ou seja aqueles indivíduos que o Instituto Nacional de Estatística [INE] considera trabalharem involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho): no primeiro trimestre de 2009 este contingente era essencialmente constituído por mulheres (62,1%).

Quadro 1.3 – População empregada por sexo e profissão, Portugal 2008

	Homens	Mulheres
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	9,2	4,2
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	8,5	10,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	10,4	9,6
Pessoal administrativo e similares	7,8	12,3
Pessoal dos serviços e vendedores	10,7	22,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	12,0	11,6
Operários, artífices e trabalhadores similares	33,8	8,2
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	13,7	2,5
Trabalhadores não qualificados	9,2	18,6
Total	100,0	100,0

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Adicionalmente, uma outra diferença importante prende-se ainda com as formas de inserção no mercado de trabalho ao longo do tempo. Um inquérito realizado em 1999 a casais com filhos em idade escolar (cf. Wall, 2005a) permitiu observar a disparidade de trajetórias profissionais de homens e de mulheres ao longo do trajecto familiar, assim revelando padrões de género que escapam à análise necessariamente fotográfica de um determinado momento que encontramos nas estatísticas oficiais. A reconstrução dos percursos profissionais dos dois membros do casal em vários momentos-chave do trajecto familiar (o início da conjugalidade, o nascimento do primeiro filho e o momento da inquirição, em que o casal vivia com pelo menos um filho entre os 6 e os 16 anos) permitiu evidenciar diferenças relevantes nos percursos profissionais de homens e de mulheres, não obstante encontrarmos em Portugal um claro modelo conjugal de duplo emprego (cf. Wall e Guerreiro, 2005).

Quadro 1.4 – Trajectória profissional da mulher e do homem em casais com filhos em idade escolar

	Mulher		Homem	
	n	%	n	%
Sempre com trabalho	913	51,7	1608	90,5
A tempo inteiro	778	44,1	1574	88,6
A tempo parcial	34	1,9	13	0,7
A tempo inteiro ou parcial	101	5,7	21	1,2
Sempre sem trabalho	218	12,3	5	0,3
Trabalho em 1 ou 2 momentos	635	35,9	163	9,2
A tempo inteiro	551	31,2	157	8,8
A tempo parcial	59	3,3	3	0,2
A tempo inteiro ou parcial	25	1,4	3	0,2
Total	1766	100,0	1776	100,0

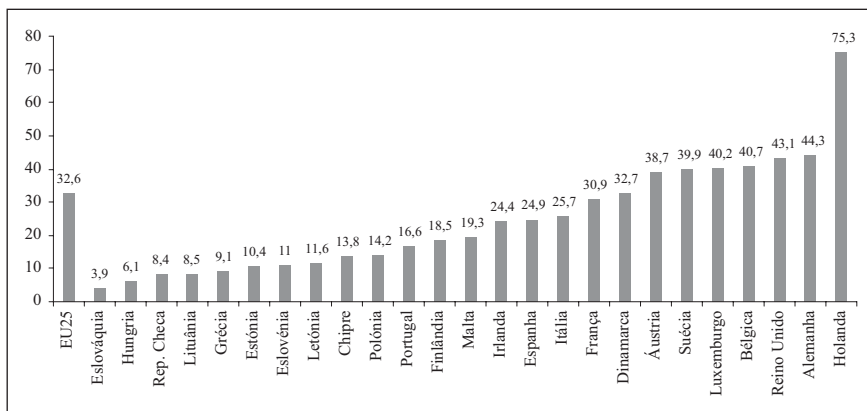
Fonte: Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo, 1999.

No caso dos homens predomina, sem margem para dúvidas, a trajetória “sempre com trabalho” (90,5%) que assinala a presença continuada no mercado de emprego. Com excepção de uma minoria de homens que sofreram interrupções no seu percurso profissional, nomeadamente em consequência de situações de desemprego, a relação dos homens com o trabalho fora de casa não sofre alterações visíveis em função do calendário familiar. Para as mulheres, a situação é muito diferente, mostrando maior diversidade de trajectos profissionais. Apesar de metade das mulheres terem, tal como os homens, uma trajetória “sempre com trabalho” e de a maioria destas (44%) trabalharem sempre a tempo inteiro, mais de um terço interrompeu a actividade

profissional em pelo menos um momento da vida familiar. Num olhar longitudinal, a relação das mulheres com a actividade profissional é, sem dúvida, mais intermitente do que a dos homens. No entanto, apesar de um padrão mais sensível às entradas e saídas do mercado de trabalho, não encontramos, entre as mulheres entrevistadas em 1999, um modelo de domesticidade feminina. As mulheres que depois de iniciarem a vida conjugal sempre estiveram em casa não representavam mais de 12,3% da amostra.

Estes dados evidenciam, acima de tudo, a erosão de um modelo de mulher doméstica que nunca trabalhou depois de iniciar a sua vida conjugal. No entanto, apontam também para uma maior diversidade de trajectórias femininas, por comparação com o modelo masculino de trabalho contínuo. As trajectórias profissionais das mulheres parecem assim sofrer constrangimentos vários que, muito provavelmente, se encontram intimamente relacionados com as responsabilidades da vida familiar. Afinal, entre as mulheres a viver em casal com filhos, quatro em cada dez reduz o tempo de trabalho ou chega mesmo a interromper temporariamente a vida profissional. Em suma, se o trabalho feminino constitui um dado incontornável na sociedade portuguesa, as cadências dos trajectos profissionais femininos não deixam de espelhar, por oposição ao modelo masculino, as dificuldades e tensões que continuam a pesar sobre os ombros das mulheres quando se trata de conciliar trabalho fora de casa e vida familiar. No entanto, apesar da descontinuidade de muitos trajectos profissionais, são muito poucas as mulheres que, em Portugal, têm um trabalho a tempo parcial. Esta opção surge, no contexto deste inquérito, numa minoria de casos, assim demonstrando a força estatística do trabalho a tempo inteiro.

Gráfico 1.2 – Mulheres a trabalhar a tempo parcial (%), 2005



Fonte: Eurostat.

Não obstante as mulheres trabalharem menos horas e serem elas quem mais o faz a tempo parcial, por comparação com os homens, o modelo de “ganha-pão e meio”, em que as mulheres reduzem o horário de trabalho e continuam a assumir a maioria das responsabilidades domésticas e parentais (Pfau-Effinger, 2004a), tem pouca expressão em Portugal, ao contrário do que sucede em vários países europeus (gráfico 1.2)².

Em países como a Holanda, a Alemanha, a Bélgica ou o Reino Unido grande parte das mulheres empregadas trabalha a tempo parcial, predominando o padrão do “ganha-pão e meio”. Como nota Pfau-Effinger (2004a), nestes países a transição entre o modelo de ganha-pão masculino e o modelo do duplo emprego seguiu uma via de compromisso, continuando a atribuir às mulheres responsabilidades especiais na vida familiar e sobretudo nos cuidados prestados às crianças. Aliás, mesmo nos países escandinavos, normalmente apresentados como representativos de um modelo de duplo emprego igualitário, a percentagem de mulheres a trabalhar a tempo parcial é consideravelmente elevada. Neste sentido, Portugal apresenta um perfil particular, distante da domesticidade feminina que ainda encontramos nos restantes países do sul da Europa (nomeadamente em Itália e na Grécia, como se observa no gráfico 1.1) e claramente na linha da frente (relativamente próximo da Finlândia, por exemplo), quando se trata de avaliar a incidência do trabalho a tempo inteiro das mulheres. Para compreender estas diferenças, é preciso ter em conta, tanto para o passado como para as décadas mais recentes, a influência de contextos históricos e sociais que promoveram políticas públicas distintas em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho, ao trabalho a tempo parcial e a tempo inteiro, à conciliação entre vida familiar e vida profissional e à igualdade de género em geral³. Se no panorama europeu o modelo do homem provedor tem sido posto em causa, as modalidades de divisão do trabalho profissional continuam a revelar desigualdades relevantes, mostrando que o modelo do duplo emprego é ainda um padrão desigualmente distribuído.

² Em muitos países europeus, a inserção das mulheres a tempo parcial na força de trabalho tem sido objecto de intensas discussões e mesmo considerada uma fonte potencial de desigualdade de género. Na verdade, o entendimento cultural do trabalho a tempo parcial pode variar significativamente de país para país. Um estudo comparativo de 15 países europeus (Bang *et al.*, 2000) mostrou que esta opção pode ter conotações positivas ou negativas dependendo da forma como é conceptualizado o trabalho a tempo parcial. Se visto como uma barreira ao progresso profissional das mulheres é qualificado como negativo, se visto como uma solução adaptada às necessidades das mulheres é encarado como positivo.

³ Ver no Capítulo 2 a descrição do “lugar do homem” nas políticas de família e o texto de Wall e Escobedo (2009) sobre a comparação entre Portugal e Espanha.

No conjunto dos 25 países da União Europeia, apenas 45% dos casais com idades entre os 25 e os 49 anos trabalhavam a tempo inteiro em 2003 (quadro 1.5). Em cerca de 19% dos casos, o homem trabalha a tempo inteiro e a mulher a tempo parcial e em quase 30% só o homem tem um emprego. Na comparação por países, pelo menos neste grupo etário, Portugal surge como o segundo país onde o modelo de duplo emprego a tempo inteiro é mais frequente, logo atrás da Eslovénia. De uma forma geral, Portugal aproxima-se dos países de leste e da Finlândia, distanciando-se, mais uma vez, do contexto sul europeu. Em Itália, Espanha e Grécia mais de 40% dos casais deste grupo etário seguem um modelo tradicional de organização do trabalho pago, em que apenas o homem trabalha e a mulher é doméstica.

As mudanças efectuadas ao nível da divisão do trabalho profissional têm tido considerável impacto nas formas de organização das relações de género e da vida familiar na sociedade portuguesa. A transição acentuada e rapidamente operada entre um modelo de ganha-pão masculino para um de duplo emprego a tempo inteiro não apagou, contudo, os traços da desigualdade entre homens e mulheres. O mercado de emprego continua a acolher as mulheres de modo diferenciado, geralmente mais precário, mal pago e menos qualificado. Por outro lado, no cenário da vida doméstica continuam, como veremos seguidamente, a ser as mulheres a estar mais sobrecarregadas com tarefas e cuidados. São elas quem, em muitos casos, assume um verdadeiro “duplo turno” de trabalho (Hochschild e Machung, 1989).

Quadro 1.5 – Formas de divisão do trabalho profissional em casais entre os 20 e os 49 anos, em que pelo menos um dos parceiros está empregado (% de casais)

	Ambos os cônjuges a tempo inteiro	Só o homem trabalha	Homem a tempo inteiro / mulher a tempo parcial	Ambos os cônjuges a tempo parcial ou homem a tempo parcial e mulher a tempo inteiro	Só a mulher trabalha	Total
EU 25	45	29	19	2	5	100
Eslovénia	77	13	2	1	7	100
Portugal	67	21	7	1	4	100
Eslováquia	66	24	2	1	7	100
República Checa	64	29	3	0	4	100
Finlândia	63	21	7	2	7	100
Estónia	62	25	4	2	7	100
Chipre	62	27	8	1	2	100
Lituânia	60	16	10	4	10	100
Letónia	58	25	5	3	9	100
Hungria	56	33	2	1	8	100
Polónia	49	29	8	2	12	100
França	52	25	16	2	5	100
Grécia	47	44	5	2	2	100
Itália	38	45	13	2	2	100
Espanha	44	43	9	1	3	100
Luxemburgo	40	35	21		4	100
Malta	22	67	8	*	*	100
Áustria	47	22	27	1	3	100
Reino Unido	44	21	30	2	3	100
Bélgica	43	25	24	3	5	100
Alemanha	37	26	28	2	7	100
Holanda	27	21	44	4	4	100

Fonte: Eurostat, European Labour Survey, 2003.

Dados não disponíveis para Dinamarca, Irlanda e Suécia.

*dados não fiáveis.

Os homens no cenário doméstico: O trabalho doméstico e os cuidados às crianças

Em Portugal, a realidade sexualmente diferenciada da família constitui uma flagrante evidência que, ao longo das últimas décadas, tem sobrevivido e convivido com as transformações do “lugar social das mulheres” (Infante, 1988, 1989; Nazareth, 1993; Torres e Silva, 1998; Perista, 2002; Torres, 2001; Torres *et al.*, 2004; Wall, 2005a). É indubitável, como vimos, que a entrada massiva das mulheres em esferas tradicionalmente masculinas

(nomeadamente, o sistema de ensino e o mercado de trabalho) constitui uma linha mestra das mudanças que, desde os anos 60, começaram a atravessar a sociedade portuguesa, atirando as mulheres para fora da família. Contudo, a progressiva “conquista” feminina da esfera pública não se tem reflectido nem em igualdade de oportunidades e recompensas⁴, nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado. Aí, elas continuam a ter a primazia, apesar, é certo, de uma crescente participação masculina nos labores da produção doméstica e parental.

A verdade é que a sociedade portuguesa viu condensadas, em apenas três décadas, mutações que noutros lugares se fizeram em muito mais tempo. O ideal da esposa doméstica e do homem provedor cedeu, mas no interior do espaço doméstico as desigualdades não deixaram de marcar a vida dos casais. Nos anos oitenta do século XX predominava ainda a diferenciação entre tarefas femininas e masculinas no seio do casal. Um inquérito realizado pela *Direcção Geral da Família* em 1988 (Infante, 1989) mostrava que 73% dos homens participavam em algumas tarefas domésticas, mas fazendo maioritariamente trabalhos “masculinos” como reparações ou tratar das questões administrativas. A desigualdade na esfera doméstica resistia assim às profundas mudanças que haviam abalado a sociedade portuguesa. No final da década de noventa, a participação dos homens no trabalho doméstico tinha, contudo, aumentado, tendência que se mantém consistente na actualidade, prenunciando novas mudanças nas vidas conjugais, ainda que na maioria das famílias seja ainda a mulher a arcar com a maioria do trabalho dentro de casa. O inquérito aos usos do tempo realizado em 1999 (Perista, 2002) revelava que os homens fazem mais horas de trabalho pago (em média, os homens trabalham 9 horas e as mulheres 8), sendo, no entanto as mulheres, a assumir mais horas de trabalho não pago (em média mais duas horas e meia por dia). Assim, o dia de trabalho total das mulheres empregadas a tempo inteiro tende a ser mais longo do que o dos homens (em média as mulheres trabalham mais uma hora e meia). Vejamos, contudo, mais pormenorizadamente como se opera a divisão do trabalho doméstico nas famílias com filhos.

Dados de um inquérito igualmente realizado em 1999 a casais com filhos em idade escolar (cf. Wall, 2005a) permitiram descobrir uma realidade múltipla onde convivem diferentes modelos de divisão do trabalho doméstico e dos

⁴ Lembre-se a discrepância entre as remunerações dos homens e das mulheres com o mesmo nível de qualificações, a diminuição do número de mulheres em lugares de topo na carreira profissional, a reduzida proporção de mulheres em cargos públicos e políticos. V. por exemplo, Torres *et al.*, 2004; Viegas e Faria, 2001.

cuidados com os filhos. Em traços gerais, a maioria das tarefas era realizada pela mulher, destacando-se, todavia, alguma participação masculina, como constatamos observando os resultados apresentados nos quadros 1.6 e 1.7, em que surgem discriminadas as tarefas realizadas pelos vários membros da família. Na verdade, a resposta à pergunta de *quem é que faz sempre ou muitas vezes as seguintes tarefas* (respostas possíveis: mulher, homem, filhos, filhas, empregada, outros familiares residente, etc.,) permitiu identificar, de forma alargada, todas as pessoas que fazem determinada tarefa sempre ou muitas vezes e, assim, calcular a percentagem de participação de cada pessoa, ou de cada grupo de pessoas, em cada uma das tarefas e dos cuidados prestados aos filhos, que incluímos no questionário realizado em 1999. Pretendíamos, desta forma, avaliar não só qual a percentagem de participação de cada cônjuge nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças, mas igualmente compreender que tarefas são habitualmente partilhadas pelo casal e por outros membros da família na vida doméstica.

Quadro 1.6 – Proporção de “trabalho” realizado sempre ou muitas vezes por cada pessoa/grupo de pessoas por tipo de tarefa actualmente (n=1776)

	Todas as tarefas	Ir às compras	Fazer as refeições	Tratar da loiça	Tratar da roupa	Limpar a casa	Fazer reparações	Tarefas Administrativas
Mulher	54,2	51,0	74,4	65,8	81,2	62,5	8,2	34,0
Cônjuge	17,9	3,8	0,8	1,8	–	0,4	79,8	41,1
Casal	14,4	39,4	14,0	9,9	1,6	7,6	5,2	22,5
Mulher e filhos/as	5,3	1,8	3,7	11,7	5,6	13,0	0,7	0,3
Cônjuge e filhos/as	0,5	0,5	0,2	–	–	–	2,9	0,3
Casal e filhos/as	1,5	1,7	1,1	3,0	0,5	2,6	0,1	0,6
Filhos/as	0,7	0,3	0,3	1,9	0,6	1,3	0,8	0,2
Empregada doméstica (sozinha ou sobretudo com a mulher)	3,3	0,2	2,2	2,4	7,5	9,5	1,1	0,1
Familiares residentes (sozinhos ou sobretudo com a mulher)	2,2	1,3	3,3	3,5	3,0	3,0	1,2	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Famílias no Portugal Contemporâneo, 1999.

Quadro 1.7 – Proporção de “cuidados aos filhos” realizado sempre ou muitas vezes por cada pessoa/grupo de pessoas por tipo de cuidado actualmente (n=1776)

	Todas as tarefas	Ajudar os filhos nos trabalhos escolares	Levar os filhos à escola	Levar os filhos ao médico	Estar com os filhos na hora de deitar
Mulher	53,3	50,7	47,9	60,8	46,4
Cônjuge	10,3	16,1	23,8	3,9	3,3
Casal	34,0	27,7	25,0	35,0	49,0
Mulher e filhos/as	0,3	1,0	0,1	–	0,1
Cônjuge e filhos/as	0,0	0,2	0,3	–	–
Casal e filhos/as	0,1	0,2	0,1	–	0,1
Filhos/as	1,3	2,8	1,0	0,1	0,2
Empregada doméstica (sozinha ou sobretudo com a mulher)	0,1	0,5	0,5	–	–
Familiares residentes (sozinhos ou sobretudo com a mulher)	0,6	0,8	1,3	0,2	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Famílias no Portugal Contemporâneo, 1999.

Nas famílias pesquisadas, notamos que grande parte das obrigações domésticas e para com os filhos recaem sobre as mulheres. Afinal, em média, a mulher realiza sozinha 54,2% das tarefas domésticas e uma proporção elevada de todas as tarefas, à excepção das pequenas reparações em casa e das tarefas administrativas. Esta percentagem aumenta para 71% quando contabilizamos apenas as 4 tarefas rotineiras e, se olharmos para cada uma destas tarefas isoladamente, verificamos que, no momento presente, a mulher realiza sozinha 81,3% do trabalho da roupa, 74,3% das refeições, 65,8% das lavagens de loiça e 62,8% das limpezas da casa.

O marido ou companheiro faz actualmente sozinho, em média, 17,9% das tarefas domésticas, mas a sua participação só é elevada na realização das reparações (79,8%) e nas tarefas administrativas (41%). Aliás, se isolarmos as 4 tarefas rotineiras, o homem realiza sozinho apenas 0,8% do total destas tarefas. Em casal, porém, o que pode significar fazer as tarefas em conjunto ou à vez, o homem já está mais presente nas tarefas domésticas rotineiras: o casal faz, em média, 39,4% das compras, 14% das refeições, 9,9% da loiça e 7,5% das limpezas da casa. As compras, as refeições e a loiça parecem constituir, assim, os domínios em que uma participação conjunta, de ambos os membros do casal, emerge com mais frequência. Por último, uma outra parcela, bastante reduzida, de cerca de 12% do total das tarefas domésticas, é feita por outras pessoas ou outros agrupamentos de pessoas, revelando-se aqui, de forma bastante clara, a natureza diferenciada das

participações adicionais. Assim, no momento actual são, por um lado, os filhos e as filhas que se juntam à mãe ou ao casal para lavar a loiça, limpar a casa e tratar da roupa (mais as filhas que os filhos)⁵ e ao pai (sobretudo os filhos) para efectuar reparações na casa e, por outro lado, a empregada doméstica que intervém, sozinha ou em parceria com a mulher, para fazer as limpezas da casa e tratar da roupa. Os outros familiares co-residentes, com presença escassa no momento actual, aparecem na realização de várias tarefas.

Acrescentando a este retrato alguns dados sobre a divisão dos cuidados com os filhos, verifica-se que, ao contrário da imagem anterior marcada pelo trabalho feminino isolado, por uma participação modesta do homem sozinho ou em casal, e por uma colaboração oscilante de outros intervenientes, as tarefas à volta dos filhos estão esmagadoramente centradas sobre os dois membros do casal. Nos cuidados prestados actualmente às crianças em idade escolar, 98% das tarefas são realizadas por um dos cônjuges ou pelo casal (quadro 1.7). Este aumento da participação masculina nos cuidados prestados aos filhos é, de resto, uma tendência também identificada noutras pesquisas (André, 1993; Torres e Silva, 1998). A mulher só realiza metade de todas as tarefas e é aqui que o cônjuge sozinho e o casal colaboram mais: na ajuda nos trabalhos escolares, nas tarefas de levar as crianças à escola e de estar com os filhos na hora de deitar (sendo esta a tarefa que é mais realizada em conjunto pelos casais: 49%).

De qualquer forma, embora haja um acréscimo da participação masculina neste tipo de funções em comparação com as tarefas domésticas, continua a ser a mulher quem tem a seu cargo a maioria dos cuidados às crianças, manifestando-se, também nesta área da produção doméstica, as desigualdades de género geradas entre as mulheres e os seus maridos/companheiros. No entanto, malgrado as desigualdades conjugais no que toca à repartição do trabalho doméstico, maioritariamente assegurado pela mulher, algumas tarefas relacionadas com a casa e os filhos não deixam de marcar uma significativa presença no conjunto das actividades afectas simultaneamente aos dois membros do casal⁶.

⁵ Ver Wall e Guerreiro (2005) e Almeida, André e Cunha 2005.

⁶ Estes resultados concordam com os obtidos por Isabel André em 1991/92, através de um inquérito aplicado na Área Metropolitana de Lisboa. A participação das mulheres é quase sempre muito elevada, com excepção das compras e das reparações. A participação dos homens nas compras faz-se sobretudo em casal (46% contra os nossos 39,4%) e não isoladamente (4,6% contra os nossos 3,8%). Estas diferenças podem ser explicadas tendo em atenção os diferentes âmbitos geográficos de selecção da amostra.

No interior deste cenário geral, pudemos, entretanto, descortinar alguns perfis diferenciados (quadro 1.8) (Wall e Guerreiro, 2005). Identificámos assim três grandes formatos de divisão conjugal do trabalho doméstico: o “trabalho feminino” (59,2%) que abarca situações em que a mulher faz sozinha a maior parte do trabalho doméstico; a “divisão conjunta” (30,4%) que diz respeito a situações em que existe alguma repartição das tarefas domésticas entre o casal; e a “delegação” (10,4%), referenciada, finalmente, a situações em que se faz recurso aos serviços pagos de uma empregada ou ainda, minoritariamente, a situações em algumas tarefas são realizadas por familiares residentes.

Quadro 1.8 – Formas de divisão do trabalho doméstico (n=1776)

	%
Trabalho feminino (sub-total)	59,2
Sobretudo a mulher	34,2
Alguma divisão segmentada entre os cônjuges	25,0
Conjunta (sub-total)	30,4
Alguma divisão conjugal das mesmas tarefas	17,0
Alguma divisão conjugal e com os filhos	13,4
Delegação (sub-total)	10,4
Mulher e empregada doméstica	7,3
Mulher e familiares residentes	3,1
Total	100,0

Fonte: Famílias no Portugal Contemporâneo, 1999.

As organizações domésticas centradas no “trabalho feminino” contêm cerca de 60% dos casos, permitindo este resultado concluir sobre o predomínio de formas de divisão do trabalho doméstico que, em grande medida, se centram na mulher. Na verdade, a modalidade de realização das tarefas domésticas que inclui maior número de casos (34,2%) atribui apenas à mulher a maioria das tarefas domésticas (pelo menos 5 num total de 7), situação que traduz uma clara diferenciação de género no casal. Uma situação um pouco menos diferenciada reúne menos 10% de casos (apenas 25%), retratando agora uma forma “segmentada” de dividir no casal o trabalho doméstico, já que o homem tem a seu cargo algumas tarefas tradicionalmente “mais masculinas”. Devido a este carácter diferenciado, a enunciar competências e actividades distintas para cada membro do casal, considerámos este tipo de divisão como segmentada: cada um por si faz coisas diferentes, enunciando uma “oposição” entre feminino (mais rotineiro e interno à casa) e masculino (mais público).

De modo consideravelmente diferente, cerca de um terço de casos caracteriza-se, contrariamente, pelo maior vigor da “divisão conjugal” do trabalho doméstico. No primeiro caso, o casal faz sempre 3 ou mais tarefas domésticas conjuntamente (17,0%), no outro, toda a família nuclear participa, em alguma medida, nas lides domésticas (13,4%). Apesar dos pratos da balança penderem sempre para o lado feminino, pois a mulher marca quase sempre presença (ou faz tarefas sozinha ou em conjunto com o cônjuge), o duo conjugal reparte, com ou sem a ajuda dos filhos, pelo menos uma tarefa “tradicionalmente menos masculina” (e normalmente também mais rotineira que as reparações ou as tarefas administrativas): o casal em conjunto trata da comida, da loiça, da roupa ou da limpeza da casa. Este tipo de situação é, sem dúvida, a que mais se define pela participação masculina, transformando, pela divisão conjunta, o casal em elemento central da dimensão instrumental da vida quotidiana.

Finalmente, as formas de “delegação”, abrangendo apenas cerca de um décimo dos casos, caracterizam-se pela presença de intervenientes alheios ao âmbito restrito do casal ou da família conjugal: a empregada doméstica que em 7,3% dos casos participava em 3 das tarefas domésticas (sem contar, lembre-se, com as reparações e as tarefas administrativas) e os familiares co-residentes que em 3,1% dos casos fazem o mesmo. No primeiro tipo temos uma estratégia de delegação de tarefas por recurso ao trabalho pago, no segundo uma divisão doméstica assente na circulação do trabalho entre as mulheres da casa, organização característica de algumas famílias complexas. Quando estamos face a uma organização doméstica do trabalho fortemente estruturada pelo recurso aos serviços de uma empregada não residente, a participação tanto da mulher como do homem sofre sensíveis alterações, diminuindo a carga de trabalho afecta a cada um. O principal efeito da empregada é libertar a mulher da realização de algumas tarefas, não existindo assim um grande envolvimento masculino na azáfama doméstica. A intervenção de outros familiares co-residentes (sobretudo ascendentes femininos) nas lides domésticas constitui um quadro bastante particular, abrandando a carga de trabalho da mulher, entregando ao homem as chamadas tarefas mais masculinas e diminuindo significativamente a intervenção conjunta do casal na realização de tarefas. Enuncia-se, apesar de tudo, uma divisão feminina do trabalho – a mulher e a sua mãe, sogra, irmãs ou cunhadas – que liberta o homem de maiores afazeres, reduzindo a participação masculina.

Estes números globais dão conta de algumas tendências gerais. Por um lado, encontramos ainda uma maior afectação feminina às tarefas domésticas mais “rotineiras”, a par da predominância masculina sobretudo nas tarefas

tradicionalmente associadas aos homens. A “sobrecarga feminina”, evidente na maioria das famílias, denota aliás a relativa escassez de outros apoios para a realização do trabalho doméstico. De facto, em termos gerais, a participação dos filhos e de outros familiares residentes (no caso dos agregados domésticos complexos), bem como o recurso ao trabalho doméstico pago (a empregada) configuram situações minoritárias e mais pequenos apoios do que uma divisão ou delegação sistemática de todas as tarefas. Reafirme-se que, em média, a mulher faz sozinha mais de metade das tarefas pesquisadas, marcando bem o seu território dentro do espaço doméstico. Por outro lado, contudo, é inegável que os homens têm vindo também a entrar na esfera doméstica à medida que certas tarefas domésticas e parentais se conjugalizam, ou seja, são partilhadas pelos dois membros do casal. É, afinal, através da partilha conjugal que muitos homens encontram o seu lugar no quotidiano doméstico: nas compras, na cozinha, nos cuidados aos filhos encontramos, afinal, um significativo número de homens que assumem o seu quinhão de responsabilidades domésticas e parentais.

Estes resultados mostram sobretudo que a desigualdade entre homens e mulheres resiste no espaço doméstico. Apesar de não negligenciável, pelo menos em parte significativa dos casos, a participação do homem nas lides da casa e nos cuidados aos filhos fica ainda longe de um cenário igualitário. Se, aliás, compararmos o número de horas que homens e mulheres dedicam às actividades domésticas em Portugal e noutros países europeus (quadro 1.9) verificamos que no nosso país grassa uma evidente desigualdade de género, apontando para a permanência de traços de género tradicionais, não obstante o elevado número de mulheres a trabalhar profissionalmente a tempo inteiro. Na verdade, segundo dados de um inquérito realizado em 2002⁷ (cf. Wall e Amâncio, 2007) a diferença entre o número de horas que homens e mulheres dedicam semanalmente às tarefas domésticas é muitíssimo elevada entre os casais portugueses. Trata-se aliás da diferença mais expressiva no conjunto de países descritos.

No entanto, a discrepância entre homens e mulheres possui algumas especificidades interessantes, que devem ser mencionadas. Numa primeira leitura, destaca-se, obviamente, a magnitude das diferenças de género. Porém, numa segunda leitura, verificamos que os homens portugueses não fazem menos do que os outros europeus. Pelo contrário, os portugueses

⁷ O inquérito *Família e Papéis de Género*, realizado em 2002 no âmbito do programa ISSP (*International Social Survey Programme*), foi levado a cabo em 34 países em todo o mundo, dos quais seleccionámos os países europeus discriminados no quadro acima. Mais informação metodológica disponível em: http://www.gesis.org/en/data_service/issp/data/2002_Family_III.htm.

fazem, em média, um número de horas semanais de trabalho doméstico bastante expressivo (7,69 horas), o que os coloca, a par dos espanhóis, dos dinamarqueses e dos cidadãos de vários países do antigo bloco soviético, no grupo dos que mais se dedicam a actividades domésticas. A grande discrepância verificada prende-se, na verdade, com o elevadíssimo número de horas que as mulheres portuguesas passam a fazer tarefas domésticas. Veja-se que enquanto na França ou na Noruega as mulheres ocupam menos de 12 horas semanais a fazer tarefas domésticas, em Portugal este número ultrapassa as 20 horas por semana. De forma geral, são as mulheres portuguesas, as espanholas e as do leste europeu as que mais se dedicam ao trabalho da casa, evidenciando um padrão semelhante de dedicação feminina aos labores domésticos.

Quadro 1.9 – Número de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas em casais dos 18 aos 65 anos

	Homens	Mulheres	Diferença M-H
Eslováquia	11,09	17,82	6,73
Letónia	10,16	15,28	5,12
Hungria	9,98	20,48	10,5
Polónia	9,71	16,22	6,51
Espanha	8,39	18,44	10,05
Portugal	7,69	20,32	12,63
Dinamarca	7,66	12,09	4,43
Alemanha de Leste	7,31	14,64	7,33
Suécia	7,23	13,2	5,97
Grã-Bretanha	7,06	12,1	5,04
Suíça	6,72	14,09	7,37
Holanda	6,60	13,78	7,18
Irlanda do Norte	6,58	15,25	8,67
Alemanha Ocidental	6,5	16,62	10,12
Finlândia	6,45	12,24	5,79
França	5,49	11,31	5,82
Noruega	5,39	11,04	5,65

Fonte: Inquérito *Família e Papéis de Género*, ISSP 2002.

Em certa medida, a desigualdade entre homens e mulheres é também construída por este “excesso” de trabalho doméstico feminino, que posiciona as portuguesas acima da média europeia e, por isso mesmo, à distância dos homens que, em Portugal, se encontram relativamente mais próximos da média – aliás, até um pouco acima – encontrada para outros países. Os equilíbrios de género na vida familiar, bem como a sua complexa dinâmica,

tornam-se assim mais claros quando observados numa perspectiva comparativa. A interpretação dos dados portugueses sugere a permanência de uma associação feminina à esfera doméstica, onde a mulher continua a encontrar uma fonte de gratificação pessoal (Wall, 2005a; Aboim, 2006), como sucedia tradicionalmente. Muito provavelmente, a permanência de um modelo normativo de feminilidade doméstica sobreviveu ao movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho, continuando a marcar a sociedade portuguesa actual e a estruturar as formas de divisão do trabalho na família.

Como veremos na última secção deste capítulo, os ideais associados aos papéis de género e à divisão do trabalho sugerem mais complexidade e hibridismo entre tradição e modernidade, do que uma total ruptura com os modelos herdados do passado recente.

A divisão do trabalho no casal: Uma visão comparativa no contexto europeu

Os dados disponibilizados pelo inquérito *Família e Papéis de Género* realizado em 2002 (cf. Wall e Amâncio, 2007; Aboim 2007), permitiram ir um pouco mais longe na caracterização dos modelos de divisão conjugal do trabalho doméstico e profissional. Continuando a beneficiar da perspectiva comparativa, a divisão do trabalho nos casais dos 18 aos 65 anos pode ser observada através de dois indicadores-chave: a condição perante o trabalho pago dos dois membros do casal (ambos a tempo inteiro; o homem a tempo inteiro e a mulher a tempo parcial; apenas o homem a tempo inteiro)⁸ e o total de horas dedicadas semanalmente às tarefas domésticos (aproximadamente o mesmo número de horas, isto é, até uma hora a mais para cada parceiro; 2-6 horas a mais para a mulher; mais de 6 horas de tarefas feitas pela mulher)⁹. Através destes dois indicadores, foram identificadas cinco grandes formas de divisão conjugal do trabalho (quadro 1.10), primeiro para todos os casais da amostra e seguidamente apenas para aqueles a viverem com uma criança menor de 6 anos em casa.

⁸ A situação em que ambos os parceiros trabalhavam a tempo parcial aplicava-se a apenas 0,6 % dos casais inquiridos.

⁹ Os arranjos domésticos em que os homens fazem pelo menos mais duas horas de trabalho doméstico representava apenas 2,9 % dos casais.

Quadro 1.10 – Padrões de divisão do trabalho em casais dos 18 aos 65 anos, por país

	Todos os casais					Casais com pelo menos uma criança < 6 anos				
	Duplo emprego/divisão /igualitária	Duplo emprego/moderada	Duplo emprego/ desigualdade forte	Tempo parcial da mulher/ /desigualdade	Ganha-pão masculino Total	Duplo emprego/divisão /igualitária	Duplo emprego/Desigualdade moderada	Duplo emprego/ desigualdade forte	Tempo parcial da mulher/ /desigualdade	Ganha-pão masculino Total
Portugal	10,7	15,3	49,8	7,4	16,8	12,2	17,1	63,4	4,9	2,4
Alemanha Ocidental	7,6	9,3	15,6	33,5	34,0	0,0	0,0	5,0	25,0	70,0
Alemanha de Leste	11,7	27,5	26,7	19,1	15,0	0,0	34,3	37,3	0,0	30,3
Grã-Bretanha	21,4	19,2	15,1	34,2	10,1	17,4	15,2	6,5	26,1	34,8
Suíça	4,5	7,7	11,6	56,0	20,2	8,0	8,0	0,0	48,0	36,0
Flandres	13,6	13,9	21,5	37,5	13,5	16,7	21,4	31,0	26,2	4,8
Suécia	18,4	19,2	16,1	37,6	8,7	25,0	12,5	0,0	37,5	25,0
Noruega	20,0	28,6	26,5	23,1	1,8	32,5	35,0	22,5	5,0	5,0
Dinamarca	23,5	25,5	28,7	17,8	4,5	23,3	23,3	30,2	18,6	4,7
Finlândia	24,5	27,6	25,6	13,7	8,6	19,1	25,5	19,1	8,5	27,7
França	19,7	22,0	20,1	30,0	8,2	31,4	25,7	14,3	15,7	12,9
Espanha	17,0	13,0	26,5	15,6	27,9	22,7	18,2	21,2	9,1	28,8
Letónia	22,6	17,5	32,4	13,7	13,8	15,1	17,1	31,4	16,1	20,1
Eslováquia	11,5	20,5	48,2	7,4	12,4	9,7	19,4	19,4	6,5	45,2
Hungria	13,1	12,6	48,4	6,5	19,4	6,1	9,1	27,3	18,2	39,4
Polónia	23,4	18,9	33,5	6,7	17,5	23,3	20,0	26,7	23,3	6,7
Total	17,5	19,2	27,1	22,8	13,4	19,9	19,3	21,6	17,0	22,2

Coefficiente de contingência – todos os casais: 0,42; p < 0,000; casais com pelo menos uma criança < 6 anos: 0,50; p < 0,000

Fonte: Inquérito *Família e Papéis de Género*, ISSP 2002.

O modelo de duplo emprego e divisão igualitária do trabalho doméstico (*o dual earner, dual carer model*), em que ambos os membros do casal trabalham a tempo inteiro e fazem o menos número de horas semanais de trabalho doméstico, aplica-se, de forma transversal, a uma minoria de casais em todos os países (apenas 17,7% no total dos países analisados e somente 10,7% em Portugal). Mesmo nos países escandinavos, habitualmente considerados mais igualitários (Pffau-Effinger, 2004a), a proporção de casais igualitários é pouco expressiva. Na verdade, é bem mais comum encontrarmos modelos de duplo emprego em que as tarefas domésticas são sobretudo um encargo feminino, trate-se de uma desigualdade moderada (a mulher faz entre 2 a 6 horas mais) ou forte (a mulher faz pelo menos mais 7 horas de tarefas domésticas). O modelo de duplo emprego e desigualdade moderada é mais comum na Escandinávia, enquanto o modelo de desigualdade forte aparece destacado em Portugal e nos países pós-socialistas, particularmente na Hungria e na Eslováquia. Em Portugal, metade dos casais entrevistados enquadraram-se neste perfil, proporção que aumenta significativamente entre os casais com pelo menos uma criança em idade pré-escolar. Portugal é, alias, o único deste conjunto de países em que o modelo de trabalho a tempo inteiro acompanhado por forte desigualdade doméstica cresce nesta fase do ciclo de vida familiar, sinalizando a sobrecarga de trabalho das mães por comparação com os pais de crianças pequenas. Em muitos países, incluindo os de leste, é, antes, o modelo de ganha-pão masculino que aumenta exponencialmente neste momento da vida familiar. Quando as mulheres não ficam em casa, notamos pelo menos o crescimento do modelo de tempo parcial feminino, como sucede no caso da Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Suíça, Suécia e Finlândia. Apesar das diferenças que separam estes países entre si, a verdade é que a transição para a parentalidade parece promover o papel dos homens enquanto provedores da família por contraponto à maior domesticidade feminina.

A comparação europeia dos modelos de divisão conjugal do trabalho revela a permanência de diferenças de género que, apesar de serem transversais aos vários países em análise, apontam para padrões particulares de desigualdade no espaço europeu. O modelo do trabalhador adulto a tempo inteiro (Fraser, 1994) que, por razões historicamente diversas, se desenvolveu quer em Portugal, quer nos países do antigo bloco de leste,¹⁰ não é necessariamente

¹⁰ Nos países pós-socialistas, a promoção de medidas estatais de provisão de serviços públicos de guarda das crianças não resultou num decréscimo acentuado da sobrecarga das mulheres com as responsabilidades domésticas e familiares. A equidade de género era vista como estando mais dependente do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (Tarifa, 2001). Assim, como tem sido apontado por alguns autores, a falta de medidas públicas de conciliação entre trabalho e família permitiu a permanência de desigualdades de género. Sobre o caso português, ver Wall (2008) e Capítulo 2 neste livro.

cúmplice de práticas conjugais mais igualitárias em matéria de divisão do trabalho doméstico. Pelo contrário, a persistência de esquemas de género tradicionalistas parece ser mais forte do que as mudanças operadas na esfera do trabalho pago, como parece suceder, até certo ponto, em Portugal. Neste contexto, se realmente queremos compreender as razões profundas da resistência de modelos de género tão desiguais, em que muitos homens se encontram apartados de uma verdadeira partilha doméstica, teremos assim também de investigar o plano das normas e dos papéis que idealmente se atribuem a homens e a mulheres.

Os ideais de divisão do trabalho

A fim de perscrutar os ideais de divisão do trabalho na sociedade portuguesa recorremos novamente aos dados do inquérito *Família e Papéis de Género* realizado em 2002 (cf. Aboim, 2007). Este inquérito operacionalizava vários indicadores muito importantes para aferir das atitudes dos portugueses relativamente às normas desejáveis de divisão do trabalho profissional e doméstico, incidindo sobre quatro dimensões fundamentais: a relação entre trabalho profissional feminino e maternidade, o papel social feminino (entre a mulher mãe e dona-de-casa e a mulher profissionalmente independente), o papel do homem no trabalho doméstico e nos cuidados aos filhos e a divisão do trabalho pago no casal (quadro 1.11).

Em face dos resultados impõe-se, desde logo, destacar uma das principais conclusões aplicáveis ao caso português. Nas atitudes face à divisão do trabalho na família tanto homens como mulheres oscilam entre posições extremamente modernistas nuns aspectos e consideravelmente tradicionalistas noutros. Liberais e pouco institucionalistas em relação à divisão conjugal do trabalho (acha-se que o homem deve participar no trabalho não pago e a mulher no trabalho pago), os portugueses assumem posições mais conservadoras sempre que a tónica é colocada sobre a criança e a parentalidade, deixando transparecer valores bastante “maternalistas”, que parecem por em causa a deseabilidade social do modelo de emprego feminino a tempo inteiro. Com efeito, cerca de 80% dos homens e de 77% das mulheres pensa que uma criança com menos de seis anos sofre se a mãe trabalhar a tempo inteiro. Esta combinação específica de valores, por vezes aparentemente contraditórios, permite desconstruir a ideia de uma relação linear entre tradição e modernidade, complexificando-a, ao mesmo tempo que identifica os traços-chave da família enquanto regime simbólico de género. Protagonistas incontestáveis da mudança, também no plano dos valores (v. Almeida, 2003), são ainda sobretudo as mulheres a ver

divididos e fragmentados o seu papel e a sua identidade, entre a casa e os filhos e o direito à participação na esfera pública.

Quadro 1.11 – Atitudes face à divisão do trabalho, Portugal (n=1092)

% de concordo e concordo totalmente	Total	Homens	Mulheres
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa	57,3	58,1	56,6
É provável que uma criança pequena (até ir para a escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa	78,4	80,3	76,6
Quando a criança é menor de 6 anos, a mulher deve ter um emprego a tempo inteiro	12,1	12,6	11,7
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos	60,8	62,7	59,2
Ser dona de casa é tão gratificante como ter um emprego	50,7	54,8	47,0
A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego	75,4	69,1	81,2
Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente	85,0	81,5	88,2
Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente	86,2	81,9	90,2
Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar	93,3	92,3	94,2
Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	33,5	34,6	32,5

Fonte: Inquérito *Família e Papéis de Género*, ISSP 2002.

É verdade que, no âmbito da divisão sexual do trabalho, os inquiridos e as inquiridas portuguesas revelam posições tendencialmente modernistas relativamente ao papel do homem na esfera doméstica e à divisão do trabalho pago no casal – mais de 80% dos homens e das mulheres considera que estes devem participar mais nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, subindo para mais de 90% a percentagem dos que pensam ser de ambos a responsabilidade de contribuir para o rendimento familiar (quadro 1.11). Na realidade, Portugal encontra-se entre os países – a par da Espanha, por exemplo, onde o ideal de participação doméstica masculina é mais premente e hegemónico. No entanto, as atitudes são bastante mais tradicionalistas quando se opina sobre o papel social feminino, sublinhando a dualidade entre o ideal de mulher como mãe e dona-de-casa e o de mulher como pessoa independente. Afinal, um significativo número de indivíduos concorda com ambas as proposições: 75% dos inquiridos acha que a melhor maneira de a mulher ser independente é tendo um emprego enquanto cerca de dois terços afirma que o que elas realmente desejam é ter uma casa e filhos. Mais conservadoras e ambíguas são ainda as atitudes face ao impacto do trabalho feminino sobre a relação mãe/filhos, que surgem claramente

negativas. Se mais de 50% dos homens e quase metade das mulheres pensam que o trabalho feminino não impede a boa relação entre mãe e filhos, apenas 12% dos portugueses adere à ideia de esse trabalho ser a tempo inteiro quando as crianças têm idade pré-escolar.

Em traços gerais convém salientar que, no caso português, posições modernistas no que respeita ao papel masculino na esfera doméstica convivem com valores familialistas e maternalistas, bem expressos na visão negativa do impacto do trabalho feminino sobre os filhos pequenos. Em que medida encontramos aqui um regime de valores de género?

Em primeiro lugar, os valores maternalistas, largamente partilhados por homens e por mulheres, constituem peça fundamental no esquema da desigualdade. Continua afinal a ser o emprego feminino a estar em causa quando existem filhos pequenos e é à mulher que se reserva ambiguidade de funções, ora no seu papel de mãe e dona de casa, ora como indivíduo independente e ganha-pão. A transversal afirmação da participação masculina na esfera doméstica não anula, portanto, os dilemas normativos colocados ao feminino. Ambiguidades que, embora se revelem nas orientações normativas masculinas, ganham força no discurso das mulheres sobre o seu próprio papel social. Mais de 80% destas sublinha a importância da independência feminina através da profissão, mas quase metade acaba também por se identificar com o ideal de mulher mãe e dona de casa. Para os homens, o feminino continua, de maneira mais pacífica, a estar conotado com o espaço da vida privada e as funções reprodutivas, pese embora o carácter hegemónico da adesão à ideia de que o homem deve participar mais quer nas tarefas domésticas, quer nos cuidados prestados aos filhos e o facto de mais de 90% dos homens considerarem que ambos os membros do casal devem contribuir para o rendimento familiar. Também no caso dos homens encontramos alguma ambiguidade normativa, algures entre a recusa do tradicional papel de provedor, o reconhecimento da importância da participação masculina na vida familiar e a persistência de ideais maternalistas de feminilidade.

Seria assim redutor entregar todo o protagonismo destas clivagens às mulheres. Se no feminino se discutem grandes ambiguidades normativas, aliás encabeçadas pelas próprias mulheres, e se cristalizam alguns valores conservadores que mantêm vivo o arquétipo de “mulher-mãe”, a entrada do homem na esfera doméstica confere alguma centralidade ao homem no esquema simbólico da desigualdade. Afinal, o seu papel social também está em causa, exigindo-lhe uma acrescida participação em espaços e competências tradicionalmente femininos.

Na verdade, a adesão dos homens portugueses a ideais de participação masculina na esfera doméstica e nos cuidados com os filhos é muito elevada quando comparada com os valores obtidos noutros países europeus (quadro 1.12). Claramente, este é um traço distintivo do nosso país, apenas acompanhado pela Espanha e, um pouco mais à distância, pela França. Sem dúvida, o reconhecimento, por parte dos próprios homens, da necessidade de promover a entrada do homem na esfera familiar constitui, mesmo que as práticas não o espelhem inteiramente, um sinal indiscutível de mudança. Actualmente, os homens afastam-se do tradicional papel de homem provedor e autoritário, habitualmente ausente do quotidiano doméstico e parental, elogiando a participação, a presença e a cooperação masculina na família. Em Portugal, esta é, sem dúvida, uma tendência muito importante. Ainda que os “novos” ideais do masculino veiculados pelos homens não diluam as visões ainda presentes de uma feminilidade tradicional, o cenário actual das relações de género é, ainda assim, permeado por indefectíveis transformações. Muito provavelmente, a elevadíssima adesão ao ideal de um “homem cuidador” constitui reflexo, no plano ideológico, da expansão acelerada, quase hegemónica, do modelo de duplo emprego a tempo inteiro que vigora em Portugal. Noutros países, incluindo os da Escandinávia, a ênfase colocada pelos homens nos ideais de participação masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos não é, com efeito, tão elevada (quadro 1.12). As razões a montante desta realidade são certamente complexas, envolvendo factores quer culturais, quer materiais, como alerta Pfau-Effinger (2004a e 2004b) ao reportar os diferentes padrões de declínio do modelo tradicional de ganha-pão masculino. Esta discussão ultrapassa os objectivos deste capítulo introdutório. No entanto, convém sublinhar que no caso português a relação historicamente construída entre os padrões de emprego feminino e as mudanças ideológicas nos modelos de família constitui, muito provavelmente, um vector central das mudanças e dos desafios que hoje se impõem aos homens e à masculinidade tradicional. Mais ainda, estes resultados levam-nos a crer que o centro das mudanças se vai deslocando, até certo ponto, da esfera pública do trabalho pago para a esfera privada da família, hoje lugar onde se jogam novos equilíbrios de género. O facto de os homens portugueses, mais uma vez em comparação com os de outros países europeus (quadro 1.11), sentirem níveis de *stress* elevados (isto é, acima da média) devido à falta de tempo para a vida familiar evidencia igualmente esta tendência, mostrando que já não basta aos homens sustentar a família. O tempo para a família, muitas vezes entendido como uma questão mais feminina, passa assim a fazer parte das preocupações de muitos homens (cf. Guerreiro e Carvalho, 2007).

Quadro 1.12 – Atitudes dos homens relativamente aos papéis masculinos na vida familiar e profissional

	Papéis de género*			Stress sentido na conciliação família trabalho*	
	Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente	Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente	Stress devido à falta de tempo para a vida familiar	Stress devido à falta de tempo para a vida profissional
n	10214	10058	9414	6564	6631
Média global	2,64	3,56	3,69	2,32	3,20
Alemanha Ocidental	2,61	3,36	3,64	2,39	3,30
Alemanha de Leste	2,16	3,44	3,66	2,19	3,06
Grã-Bretanha	2,49	3,51	3,54	2,41	3,30
Irlanda do Norte	2,61	3,38	3,43	2,36	3,09
Hungria	3,27	3,40	3,54	2,34	3,54
Irlanda	2,32	3,48	-	1,40	2,53
Holanda	2,33	3,33	3,38	2,31	3,08
Noruega	2,18	3,51	3,65	2,27	3,23
Suécia	1,99	3,66	3,70	2,35	3,18
República Checa	3,45	3,25	3,51	2,43	3,29
Polónia	3,31	3,42	3,68	2,63	3,56
Espanha	2,48	3,99	4,04	2,38	3,19
Eslováquia	3,50	3,07	3,34	2,61	3,66
França	2,55	3,84	3,93	2,46	3,32
Portugal	2,73	3,96	3,97	2,42	3,20
Suíça	2,58	3,60	3,73	2,10	2,70
Finlândia	2,36	3,65	3,75	2,32	3,11
<i>Eta</i> ² (<i>p</i> <0,001)	0,12	0,08	0,06	0,17	0,09

* Escala: 1) Fraco a 5) Forte

Fonte: Inquérito *Família e Papéis de Género*, ISSP 2002.

Resumindo, no caso português ganha contornos claros a combinatória entre valores maternalistas e familialistas, defendidos por um lado, e ideais de igualdade e de privatização da vida familiar, legitimados por outro. Os homens revelam-se pouco institucionalistas em relação à divisão sexual do trabalho, reconhecendo a necessidade de aumentar a sua participação na esfera doméstica. No entanto, recuam para posições mais tradicionalistas sempre que o ónus é colocado sobre o impacto negativo do trabalho das mães sobre as crianças pequenas. De um lado, abandona-se um ideal de homem apenas como provedor do lar e exige-se, em contrapartida, a participação masculina em casa e com os filhos; mas, de outro lado, emergem os resistentes ideais maternalistas a servirem de suporte, em certa medida, para

a manutenção de concepções de género tradicionais. Apesar da legitimidade da profissionalização feminina e de um ideal de homem envolvido no espaço doméstico, não se fracturou por completo a associação da mulher ao mundo da reprodução e do homem ao da produção, alimentando, ainda que de forma complexa e híbrida, um traço importante do esquema tradicional das relações de género, hoje cada vez mais fracturado pela sobreposição entre tradicional e moderno (Aboim, 2007). De uma forma geral, os valores da vida familiar são condicionados pela história que os fabricou, não constituindo Portugal, como é óbvio, uma excepção. O processo muito rápido de modernização, agilizado pela ruptura institucional do 25 de Abril de 1974, condensou em pouco mais de três décadas mudanças que noutros contextos demoraram o dobro do tempo. Por um lado, promoveram-se valores de igualdade de género, como o direito das mulheres à profissão e o afastamento do ideal de homem provedor, mas sem romper com determinadas formas de “familiarismo” e de “maternalismo”. No entanto, cada vez mais, como eles próprios parecem reconhecer, os homens são chamados a ocupar um “novo lugar” na vida familiar. É afinal desta realidade em rápida mutação e dos desafios e condicionantes actualmente vividos pelos homens, enquanto cônjuges, pais e profissionais, que trata este livro.

Capítulo 2 Os homens e a política de família

*Karin Wall*¹

O principal objectivo deste capítulo é analisar as políticas de família que enquadram o lugar dos homens nas famílias portuguesas ao longo das últimas décadas. São diversas as variáveis macrossociais – o mercado de trabalho, os contextos sociais e religiosos, as políticas públicas – que podem afectar directa ou indirectamente a vida familiar, em particular os papéis de género na família. No caso português, porém, as políticas de família representam um factor determinante quando se analisa a segunda metade do século xx. Sublinhe-se, por um lado, o longo período de vigência do Estado Novo, cuja política de família impôs uma visão marcante do estatuto e do papel do homem na sua qualidade de *chefe de família* e, por outro lado, as novas políticas públicas introduzidas desde o 25 de Abril de 1974.

O termo “políticas de família” refere-se, genericamente, às acções governamentais dirigidas às famílias, isto é, a tudo o que os governos fazem para regular e para apoiar a vida familiar. Trata-se da legislação, das resoluções, dos subsídios e dos programas delineados e concebidos para atingir determinados objectivos para os indivíduos nos seus papéis familiares ou para o núcleo familiar no seu conjunto. As políticas de família podem ser mais ou menos explícitas. Podemos considerar que são “implícitas” quando as acções governamentais são concebidas no interior de outras políticas públicas (por exemplo, no interior de políticas de habitação ou de protecção social) e, sobretudo, quando não se pretende atingir objectivos específicos para a família. Considera-se que são explícitas quando, por um lado, propõem de forma deliberada certos objectivos específicos para a família (por exemplo: proteger a paternidade, aumentar a redistribuição vertical, promover a natalidade, proteger certo tipo de família mais vulnerável à pobreza) e, por outro lado, quando se procura institucionalizar a política de família, ou seja, sempre que se procura criar, no interior dos poderes políticos, organismos ou instituições responsáveis por esta problemática (uma Direcção-geral, uma Secretaria de Estado, uma agência). Por último, é importante não esquecer que a acção do Estado neste domínio tem três principais instrumentos à sua disposição: o apoio económico, através dos subsídios e da política fiscal; a regulação jurídica em diversos domínios (relações conjugais, divórcio, relações pais-filhos, conciliação entre vida profissional e vida familiar, adopção, contracepção e aborto, sucessão e

¹ Agradeço a Mafalda Leitão a sua colaboração na recolha e no tratamento de dados para este capítulo.

transmissão de património, violência doméstica); e o apoio em serviços e equipamentos, como creches, infantários, centros de dia e lares.

Para analisar brevemente os conteúdos das políticas e apreender o sentido das mudanças ao longo das últimas décadas, podemos distinguir quatro grandes períodos que correspondem a diferentes perspectivas de política familiar e a diferentes modelos normativos de família e de papéis de género subjacentes a essas políticas.

Anos 40-70: um lugar bem definido – o homem chefe de família

O primeiro período, que vai dos anos 40 até aos anos 70, é um período de “familiarismo” que assenta, basicamente, numa política da “mãe em casa” e do “homem ganha-pão masculino”. A família é vista como uma entidade, como um todo que deve ser controlado pelo Estado e que responde, antes de mais, às preocupações e às necessidades do bem colectivo. Trata-se, por outras palavras, de uma visão tradicional e intervencionista de política familiar, em que se impõe um modelo único de família, obrigando os indivíduos a organizar o seu universo privado de forma a responder aos interesses da sociedade no seu conjunto. Os interesses da sociedade são, entre outros, neste período, o pleno emprego masculino, a natalidade e a função integradora e moralizadora da família (garantida, em primeira instância, pelo homem chefe de família).

A Constituição de 1933 e o Código Civil de 1966 sublinham um modelo de família assente no casamento “legítimo”, no estatuto subordinado da mulher, na distinção entre filhos nascidos dentro e fora do casamento, e, por conseguinte, numa desigualdade profunda não só entre cônjuges e entre filhos “legítimos” e “ilegítimos”, mas também entre os poderes do pai e os da mãe em relação aos filhos. A Constituição declara a igualdade dos cidadãos perante a lei “salvas, quanto à mulher” devido às “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”. O marido, considerado como a principal autoridade em todos os actos da vida conjugal, tem o direito de administrar os bens da mulher, abrir a sua correspondência, dar ou não o seu consentimento ao contrato de trabalho acordado pela esposa com terceiros e emancipar os filhos sem a autorização da mãe. O artigo 1677.º estipula que “pertence à mulher, durante a vida em comum, o governo doméstico, conforme os usos e a condição dos cônjuges”. Quanto à violência doméstica, tolerada no exercício da função disciplinadora do chefe de família e considerada como um assunto do foro privado, não exige por isso nenhuma intervenção por parte do Estado.

Quanto ao modelo normativo que está subjacente a esta política de família, podemos dizer que a família constitui neste período uma pedra angular da ideologia do Estado Novo. Humilde e cristã, assente no casamento religioso para toda a vida, a família é um símbolo da estabilidade institucional e do vigor moral, o lugar da transmissão dos costumes e da continuidade da tradição, com os quais se afirma a identidade da Nação (Almeida e Wall, 2001). A família, construída e invocada no singular, assenta numa hierarquia rígida de autoridade e poder, de um sexo (masculino) sobre o outro (feminino), e de uma geração (os pais) sobre a outra (os filhos). E também a divisão do trabalho está naturalmente definida à partida: o pai, fora de casa, responsável pelo ganha-pão; a mãe, no recato do lar, consagrada à lida da casa e à educação de uma descendência numerosa. Esta representação dominante da família não traça, obviamente, um retrato completo das situações que existiam no tempo do Estado Novo. Por exemplo, muitas mulheres, sobretudo nos estratos mais pobres da sociedade, trabalhavam na fábrica, à jorna nos campos ou na exploração agrícola como trabalhadoras familiares não remuneradas. Contudo, enaltecida pelo Estado Novo, esta representação da família serve de ideal, definindo os contornos de uma norma que se pretende universal.

O lugar do homem nesta família entendida como uma instituição baseia-se em três funções principais que definem o “bom pai” e o “bom marido”:

- a de **provedor** da família, função associada à norma de “ser trabalhador”, impondo a si mesmo longas horas de trabalho ou mesmo sacrifícios se necessário, e de “ser poupado” nos gastos gerais e individuais (a que o marido tem direito, na qualidade de homem chefe de família, enquanto os gastos da mulher são “domésticos”);
- a de **chefe de família**, representante da autoridade e guardião da moral no seio da família. É uma função associada à norma do homem que deve “mandar mais”, exigindo o respeito inquestionável e a obediência imediata dos outros, que tem o poder de decisão sobre os destinos da família e de cada um dos seus membros, assim como o poder de sancionar comportamentos desviantes, castigando e punindo. É inaceitável que não seja o homem “a mandar” e espera-se, na qualidade de “bom pai”, que seja severo e disciplinador, mas sem infligir maus-tratos excessivos e indiscriminados. No entanto, cabe ao pai disciplinador ensinar obediência e transmitir as normas sociais vigentes sem transigir e sem generosidades afectivas que possam pôr em causa a disciplina e o modelo ideal de família;

- a de **protector** da família e dos membros da família que tem a seu cargo (o agregado doméstico do chefe de família inclui a mulher e os filhos mas pode acolher netos ou ascendentes). É uma função associada à obrigação de prestar assistência às pessoas próximas que estão na sua dependência económica e social. Significa proteger do abandono material e dos perigos externos e velar, também, pelo “bom nome” e a honra da família, optando pelo ostracismo ou mesmo pela expulsão dos membros da família que os põem em causa. Recorde-se o caso do lavrador do Baixo Minho que deserdou o filho e nunca mais lhe dirigiu palavra, mesmo quando este adoeceu com tuberculose, porque contra a vontade do pai e pondo em causa o casamento religioso e homogâmico, se quis “juntar” com uma jornaleira pobre, lançando “a vergonha” sobre a sua família e a casa a que pertencia (Wall, 1998).

A política de família centrada neste modelo único de família tem, nos anos quarenta e cinquenta, a sua época áurea. Estabelece abonos de família para os chefes de família legitimamente casados que têm mulher, descendentes e ascendentes a cargo sendo, assim, especialmente dirigido às famílias numerosas (Pereirinha *et al.*, 2008). Não cria organismos governamentais ligados à família, até porque conta com a Igreja para impor normas e vigiar a vida privada, nem precisa de criar instituições de apoio à família, porque remete para a mulher a obrigação de cuidar de todos os dependentes, crianças e idosos, e também para as misericórdias e outras instituições religiosas, mais próximas das comunidades locais, que gerem lares e esmolas para os necessitados “sem família”. Quanto às crianças pequenas, estão, obrigatoriamente, a ser cuidadas em casa pela mãe, sendo a maternidade, o trabalho doméstico e os cuidados femininos louvados e enaltecidos de formas variadas, tanto pelo Estado como pela Igreja e as várias organizações associadas à sua tutela.

Um olhar de perto quanto ao abono de família permite-nos perceber melhor de que forma as normas relativas ao lugar do homem na família se traduziam em leis e regulamentações específicas. Influenciado pela doutrina social católica e impulsionado pela sua missão de “defender a instituição da família”, o Estado Novo introduz o *abono de família* em 1942. O abono é limitado aos trabalhadores dos sectores da indústria e dos serviços² e realça a necessidade de “assegurar uma maior protecção aos servidores de modesta remuneração e de família numerosa”. De um ponto de vista corporativo, o trabalhador

² O direito ao abono de família é alargado aos funcionários públicos em 1943, aos pescadores em 1946 e aos trabalhadores rurais em 1969.

individual não é considerado como um indivíduo isolado mas como membro/provedor de uma família, sendo o dever do Estado o de promover um *salário familiar*, através de complementos salariais em função do número de dependentes. Assim, este modelo de subsídio, que podemos apelidar de “subsídio ao chefe de família”, reconhece de forma explícita a inadequação do sistema salarial em relação ao papel de provedor desempenhado pelo trabalhador. De forma implícita, porém, afirma também o reconhecimento, por parte do Estado, da importância do casamento legal, da fecundidade “natural” e do estatuto dependente da mulher.

O direito ao abono de família era estabelecido através do “chefe de agregado familiar”, que se esperava que fosse um homem e o principal ganha-pão da família. Por lei, o chefe de família podia ser considerado como tal se fosse (1) um homem casado, com uma “família legítima” vivendo sob a sua autoridade; (2) uma pessoa solteira, viúva ou separada vivendo com outros membros da família sujeitos à sua autoridade; (3) uma mulher casada cujo marido fosse deficiente ou incapaz de desempenhar o papel de provedor da família.

O direito ao abono de família também dependia do casamento legal e do nascimento dentro do casamento, limitando assim os direitos dos casais que viviam em união de facto e das pessoas com filhos nascidos fora do casamento. Este aspecto da política de família do Estado Novo é particularmente importante quando visto à luz das elevadas percentagens de crianças nascidas fora do casamento – entre 12 e 17% – nas décadas de 40 e 50 (Almeida *et al.*, 1998). O caso das famílias monoparentais era especialmente problemático. Embora as mães e os pais viúvos e separados a viverem sozinhos pudessem obter o direito ao subsídio através do emprego nos sectores industrial ou de serviços, na prática trabalhavam muitas vezes em sectores económicos sem formas estabelecidas de protecção social (por exemplo, serviços domésticos, agricultura). Quanto aos pais/mães solteiras/os que eram chefes do agregado familiar, não tinham direito a requerer subsídios familiares para os descendentes (considerados ilegítimos), mas apenas para os parentes em linha ascendente que com eles residissem.

Para as que tinham direito a requerê-los, os pagamentos dos abonos de família eram baixos, majorados em função do número de filhos³ e tomavam como base a família alargada de três gerações. O chefe de um agregado

³ Esta majoração em função do número de filhos foi introduzida em 1973 pelo Decreto-Lei n.º 328, de 3 de Julho: o abono de família era de 160\$ para o primeiro filho e aumentava para 360\$ em caso de dois filhos, sendo de 240\$ por cada filho a partir do terceiro inclusive.

familiar podia requerer o abono para os seus filhos legítimos, ou para os da sua mulher (desde que perfilhados), com idade inferior a 14 anos (alargado até aos 18 anos para os estudantes com aproveitamento); para os seus netos legítimos, ou para os da sua mulher, se as pessoas directamente responsáveis pelo seu sustento tivessem falecido; para os seus parentes em linha ascendente ou para os da sua mulher; e para qualquer criança ou adulto deficiente, independentemente da idade.

Anos 70: um lugar em construção – o homem que deve respeitar, cooperar e partilhar

Os anos 60 e 70 representam, do ponto de vista da sociedade europeia no seu conjunto, uma época de um certo optimismo – de confiança no crescimento económico e na subida dos níveis de vida. Representam, também, um momento de afirmação do movimento feminista e do movimento geral das sociedades ocidentais em direcção à igualdade dos direitos dos cidadãos.

Em Portugal, o 25 de Abril introduz mudanças imediatas e radicais nas políticas de família da segunda metade dos anos 70. O objectivo é duplo: por um lado, alterar o modelo de família e de papéis de género subjacente às políticas anteriores; por outro, promover uma nova relação entre o Estado e a família, reconhecendo a autonomia e a liberdade dos indivíduos e das famílias na esfera privada, mas garantindo, simultaneamente, o apoio e a protecção do Estado.

Do ponto de vista do modelo de família, é um quadro ideológico que sublinha a horizontalidade democrática e valoriza a vontade dos indivíduos de se libertarem dos constrangimentos que a família faz pesar sobre eles. A autonomia da mulher é, neste contexto, a expressão e o motor do processo de individualização e de maior igualdade que toca à família. A mulher deve poder trabalhar a tempo inteiro como o homem e o Estado deve apoiar a família nas suas funções de guarda das crianças. Temos assim um modelo normativo que aponta para uma família “igualitária e democrática” e, também, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, para uma família “duplo emprego” (*dual earner*) por oposição à família “ganha-pão masculino” (*male breadwinner*) do período anterior.

Do ponto de vista da agenda política é um período em que se procura redefinir o papel do Estado em relação à família. Questiona-se a visão da

família como um todo e deixa-se de pensar que o Estado pode controlar o universo privado das famílias e dos indivíduos. Procura-se, portanto, um novo equilíbrio, que passa simultaneamente pelo apoio às famílias e pela promoção do indivíduo e da sua vontade de maior autonomia.

Assim, podemos considerar que a política de família passou, também, por um processo de individualização (Commaille *et al.*, 2002). A sua preocupação principal, neste período, foi a de passar a ter em conta as necessidades dos diferentes membros da família: as necessidades da criança, as aspirações da mulher, o papel do homem. No fundo, as políticas que antes se aplicavam à família como um todo (visão holista) passam, agora, a ser concebidas de uma forma mais individualizada.

Por outro lado, no plano da protecção à família, dá-se um lugar cada vez mais importante ao social em detrimento do familiar. O papel do Estado já não é o de impor um certo tipo de família mas, pelo contrário, de proteger as famílias mais vulneráveis, as que, por diferentes razões, estão expostas a maiores riscos sociais ou familiares: as famílias pobres, as famílias monoparentais e as famílias com violência doméstica.

Estas mudanças tiveram implicações no plano das medidas e dos instrumentos de política familiar. Por exemplo, ao nível dos subsídios, passou-se da ideia de um subsídio dirigido à família (o abono de família) para um subsídio concebido como um direito individualizado, o direito da criança (Wall, 2010). Neste novo contexto, todas as crianças, independentemente do tipo de família em que estão inseridas, têm direito ao subsídio que pode ser requerido pelo pai ou pela mãe. Existe, também, uma reorientação progressiva da política de família num sentido mais favorável à actividade das mulheres: melhoram-se os direitos das trabalhadoras, aumentam-se ligeiramente as licenças de maternidade e introduz-se uma política de equipamentos para a guarda das crianças com menos de 6 anos.

Em Portugal, apesar da Revolução de 1974 vir precipitar e apressar, no campo dos comportamentos e valores familiares, movimentos de fundo que tomam corpo na sociedade portuguesa a partir do fim dos anos 60, estas mudanças de política de família foram tardias e introduzidas lentamente após o 25 de Abril. Num primeiro momento foi sobretudo no plano das leis sobre a família que foram introduzidas mudanças profundas.

A primeira modificação e a que é considerada como mais urgente, pois era exigida insistentemente há já algum tempo por largos sectores da opinião

pública e pelos milhares de apoiantes do *Movimento Pró-Divórcio* que desceram à rua em 1974, foi a de alterar o artigo da Concordata que impedia o divórcio dos casados catolicamente (Torres, 1996). Em 1940, no tratado então estabelecido entre o Estado Novo e o Vaticano, tinha sido instituída a opção pelo casamento religioso, regido exclusivamente pelo direito canónico, não podendo os tribunais civis aplicar o divórcio aos casamentos católicos celebrados posteriormente à Concordata. Alterado o artigo da Concordata em Fevereiro de 1975, procedeu-se rapidamente à promulgação de um diploma sobre a dissolução do casamento (decreto-lei n.º 261/75, de 27 de Maio) que introduz duas alterações importantes. A primeira diz respeito à possibilidade de dissolução dos casamentos católicos: passam a estar sujeitos à lei do Estado e a poder ser dissolvidos nos tribunais civis, nos mesmos termos e com os mesmos fundamentos de um casamento civil. A segunda refere-se à reintrodução do divórcio por mútuo consentimento (Wall, 2010).

Das outras mudanças legislativas que se seguiram no pós-25 de Abril e até 1977, convém salientar três aspectos principais.

Em primeiro lugar, deu-se uma alteração profunda nos *princípios* que fundamentam e regulam a vida familiar. Tal como anteriormente referido, a Constituição (1933) e o Código Civil (1966) do Estado Novo promoviam um modelo familiar assente no casamento “legítimo”, na discriminação dos filhos “ilegítimos” e no estatuto subordinado da mulher. Na Constituição de 1976, estes princípios são radicalmente alterados: todos os cidadãos têm o direito de constituir família em condições de plena igualdade, os cônjuges têm direitos e deveres iguais e os filhos “ilegítimos” não podem ser objecto de qualquer discriminação (artigo 36.º). Estabelece-se assim, e pela primeira vez em Portugal, o princípio da igualdade entre cônjuges e entre filhos nascidos dentro ou fora do casamento.

Em segundo lugar, são definidas na Constituição *novas relações entre a instituição familiar e o Estado*. A família é objecto de uma protecção especial do Estado, que se compromete a divulgar os métodos de planeamento familiar, a desenvolver uma rede nacional de assistência materno-infantil e a cooperar com os pais na educação dos filhos e, ainda, a promover a independência social e económica dos agregados domésticos (artigo 67.º). Por outro lado, a Constituição considera que a família deve ser protegida de uma intervenção estatal excessiva – assim, segundo o artigo 33.º, “a todos é reconhecido o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar”, e também é proibida a utilização abusiva de informações relativas às pessoas e às famílias.

Por último, são introduzidas em 1977, na revisão do anterior Código Civil, pelo decreto-lei n.º 496/77, de 25 de Novembro, *alterações substanciais nas leis do casamento, da filiação, da adopção e das sucessões*. Procura-se reformular o direito da família em função dos novos princípios constitucionais acima referidos: maior igualdade e cooperação entre os cônjuges, maior respeito pela pessoa individual, pela criança e pelas diferentes formas de vida doméstica privada. É importante referir, pelo menos, três grandes campos de mudança.

As relações conjugais

No novo direito da família, o casamento é permitido entre duas pessoas de sexo diferente (artigo 1577.º) a partir dos dezasseis anos (catorze anos para as mulheres no código civil anterior). O casamento de menores (filhos com menos de 18 anos) está, no entanto, sujeito ao consentimento de ambos os pais, podendo esse consentimento ser substituído judicialmente em casos de “razões ponderosas que justifiquem a celebração do acto”. O “poder marital” atribuído ao marido, chefe de família, no Código Civil de 1966, desaparece e os cônjuges passam a ter os mesmos direitos e deveres (artigos 1671.º e 1672.º): “a direcção da família pertence a ambos os cônjuges, que devem acordar sobre a orientação da vida em comum tendo em conta o bem da família e os interesses um do outro”; e “os cônjuges estão reciprocamente vinculados pelos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência”. O Código Civil anterior já reconhecia os deveres de fidelidade, coabitação e assistência mas não os de respeito mútuo e de cooperação.

O estatuto subordinado e menorizado da mulher no casal também é abolido. Assim, “cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão ou actividade sem o consentimento do outro” (artigo 1677.º-D), “na constância do matrimónio o exercício do poder paternal pertence a ambos os pais” e estes devem exercê-lo “de comum acordo” (artigo 1901.º); por último, no domínio da administração dos bens, “cada um dos cônjuges tem a administração dos seus bens próprios” e só administra os bens próprios do outro cônjuge “se este lhe conferir por mandato esse poder” (artigo 1678.º).

Os casais que vivem em “união de facto” – isto é, os que “vivem em condições análogas às dos cônjuges” sem serem casados – são reconhecidos enquanto tal na nova legislação, mas os seus direitos e deveres são diferentes dos do casal “casado”. Não são definidas quaisquer obrigações recíprocas de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação ou assistência,

excepto num caso muito pontual: o parceiro sobrevivente que coabitava há mais de dois anos com a pessoa falecida pode, em certas condições, exigir alimentos da herança do falecido (artigo 2020.º).

O divórcio e a separação

Apesar das mudanças legislativas introduzidas com o 25 de Abril, o decreto de 1977 veio acrescentar algumas alterações e permitir regular de forma mais pormenorizada o divórcio litigioso e por mútuo consentimento.

Relativamente ao divórcio litigioso, por exemplo, faz-se uma nova distinção entre os casos em que o fundamento do divórcio é a “violação culposa” dos deveres conjugais e aqueles em que o divórcio se baseia na ruptura da vida em comum. No caso de violação dos deveres conjugais, abandona-se também a antiga lista dos possíveis “fundamentos” da separação/divórcio litigiosos – adultério, práticas anticoncepcionais ou de aberração sexual contra a vontade do requerente, condenação por crime, abandono do lar, maus tratos (artigo 1778.º do código civil de 1966) – e passa-se a uma cláusula geral que autoriza qualquer dos cônjuges a requerer o divórcio se o outro violar os deveres conjugais.

Insiste-se, por outro lado, no empenho da lei em que o divórcio seja decretado por via consensual. Com esta preocupação, impõe-se ao juiz o dever de procurar o acordo dos cônjuges para o divórcio por mútuo consentimento e permite-se a opção por essa modalidade de divórcio em qualquer altura do processo (artigo 1774.º, n.º 2). No entanto, só podem requerer o divórcio por mútuo consentimento os cônjuges casados há mais de três anos (artigo 1775.º) e está previsto um período de reflexão de um ano após a primeira conferência com o juiz, ao fim do qual os cônjuges devem renovar o seu pedido de divórcio (1776.º). São requisitos e processos que só mais tarde, nos anos noventa, vão ser de novo analisados e parcialmente alterados (Wall, 2010).

A filiação

É o capítulo das relações pais-filhos que sofre algumas das mais fundas modificações a seguir ao 25 de Abril, o que mostra que o lugar da criança no direito da família e na sociedade é um indicador importante de mudança. Capítulos inteiros do anterior código civil, centrados na distinção entre filhos

legítimos e filhos ilegítimos, são quase integralmente substituídos. Assim, a nova lei prevê que o estabelecimento da relação de filiação quanto à mãe assente numa declaração de maternidade no registo de nascimento, sem distinguir se o filho provém ou não do matrimónio dos pais. Também abre a possibilidade, no que respeita à filiação relativamente ao pai, de a mulher casada indicar no acto de registo que o filho não é do marido.

As modificações mais importantes referem-se ao estatuto dos filhos menores e às obrigações entre pais e filhos. O código civil anterior começava por referir a obrigação “de guarda e de regência” dos filhos menores (filhos com menos de 21 anos), insistia no poder especial e mais alargado do pai e, em seguida, sublinhava o “poder de correcção” dos pais perante as faltas dos filhos, que deviam ser obedientes e disciplinados. A lei de 1977, em contrapartida, dá mais importância à ideia da reciprocidade entre pais e filhos e procura defender melhor os interesses da criança. Começa por sublinhar que os deveres de respeito, de auxílio e de assistência são deveres *mútuos* de pais e filhos (todos os filhos, nascidos dentro ou fora do casamento). Quanto ao dever de assistência, refere-se em concreto à obrigação de prestar alimentos e à de contribuir, durante a vida em comum, e de acordo com os recursos próprios, para os encargos da vida familiar (artigo 1874.º).

A posição do filho menor encontra-se alterada de outras maneiras. Por exemplo, está estabelecido que os filhos devem obediência aos pais, mas que estes, por sua vez, devem ter em conta a opinião dos filhos nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida (artigo 1878.º). O “poder de correcção” dos filhos faltosos (artigo 1884.º do antigo código) já não é mencionado.

Na nova lei, as obrigações específicas dos pais são definidas genericamente sem distinguir entre os filhos nascidos dentro ou fora do casamento. Assim, compete aos pais “velar pela segurança e saúde dos filhos, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens” (artigo 1878.º), e também cabe aos pais “promover o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos filhos” (artigo 1885.º). No caso de pais que vivem em união de facto, o poder paternal é atribuído a ambos desde que declarem ser essa a sua vontade (artigo 1911.º). Por outro lado, se o não fizerem ou se a filiação estiver estabelecida em relação a ambos os pais mas eles não viverem juntos, o poder paternal é presumido em favor da mãe (artigo 1911.º), mas é exigido, do pai não unido pelo casamento à mãe do filho, que lhe preste alimentos durante a gravidez e o primeiro ano de vida do filho (artigo 1884.º).

Nota-se, em suma, uma preocupação acrescida em reforçar os direitos da criança e, também, em limitar, mais do que no passado, os poderes dos pais e em particular o do pai.

Em síntese, no campo das leis o corte introduzido pelo 25 de Abril é radical. Do ponto de vista dos conteúdos, a família é representada, na nova ordem jurídica, como um espaço de companheirismo e de igualdade entre os dois cônjuges, e como um lugar onde a criança-filho/a se reconhecem não só direitos de protecção e de provisão, como também de participação em certas decisões que lhe dizem directamente respeito.

O lugar do homem na família, no quadro das novas leis, é assim profundamente modificado. O homem deixa de ser o chefe de família (a direcção da família e o poder paternal pertencem a ambos os cônjuges), deixa de ser considerado como o provedor da família (ambos devem contribuir para os encargos da vida familiar e cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão sem o consentimento do outro) e passa a partilhar com a mulher as funções de protecção e orientação dos membros da família.

Por outro lado, associam-se agora ao lugar do homem novas funções e competências familiares:

- a de um homem que **coopera** na vida familiar;
- a de um cônjuge que **partilha o poder** conjugal e **respeita** a mulher;
- a de um pai que, ao exigir obediência, deve **respeitar** a opinião e a autonomia dos filhos;
- a de um pai **educador-formador** que, em vez de se preocupar prioritariamente com a disciplina e o inculcar de certos comportamentos, promove o desenvolvimento integral da criança.

Registe-se, no entanto, que as políticas de família inerentes às novas leis de família, ao estabelecer um papel de menor ingerência na vida privada por parte do Estado, também deixam em aberto, considerando-o como um assunto privado, grande parte do funcionamento do quotidiano familiar. A ideia de que os cônjuges devem *acordar sobre a orientação da vida em comum tendo em conta o bem da família e os interesses de cada um* sublinha claramente a liberdade e a margem de manobra atribuídas às famílias para organizarem, de forma negociada e acordada, o dia-a-dia e as tarefas familiares (Wall, 2005a; Aboim, 2006). Isto é, as formas diversas e concretas de partilha e de cooperação são, em grande medida, entregues às

famílias, reservando-se o papel do Estado à promoção de certos valores: a igualdade de direitos e deveres, a fidelidade, a assistência e o respeito mútuos, a cooperação, a partilha de encargos e do poder paternal.

No plano de outras medidas de política familiar, tal como os subsídios e os serviços de apoio às famílias, algumas mudanças após o 25 de Abril também são reveladoras do novo lugar do homem na vida familiar.

Voltando ao exemplo do “abono de família”, observa-se que as alterações no subsídio familiar no final da década de 70 estão relacionadas com as importantes reformas sociais e políticas introduzidas após a revolução de 25 de Abril de 1974. Ao sublinhar a igualdade entre homens e mulheres, ao eliminar o conceito de chefe do agregado familiar e ao estabelecer a igualdade entre os filhos nascidos dentro e fora do casamento, a reestruturação do Direito Civil tem, por isso, algum impacto no novo modelo de subsídios. O principal subsídio destinado às famílias continua a chamar-se “abono de família” mas é transformado numa prestação universal dirigida à criança. São introduzidas alterações relativamente aos requerentes, aos direitos ao subsídio e à unidade do subsídio. O requerente pode ser qualquer beneficiário adulto, independentemente do sexo ou do estado civil, e o subsídio é considerado como sendo um direito da *criança*, não do chefe do agregado familiar. A unidade do subsídio também é reduzida à família nuclear. Os parentes em linha ascendente deixam de ter direito ao subsídio familiar, mas os netos continuam a ter direito ao subsídio se os pais tiverem falecido ou não puderem, por qualquer motivo, requerê-lo.

Por último, importa referir alguns elementos das políticas públicas durante este período relativamente ao emprego feminino e à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, o emprego das mulheres, especialmente das que têm filhos pequenos, aumenta rapidamente durante os anos 70 e início dos anos 80 (Almeida *et al.*, 1998)⁴. É também um período em que os valores familiares e a educação parental estão em transformação: a obrigação de assegurar a rápida participação dos filhos no mercado de trabalho depois da escolaridade obrigatória evolui para obrigações de educar e sustentar os filhos durante mais anos de educação (alargamento do ensino obrigatório nos anos 60 e 80). Esta transição de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade urbana mais moderna cria tensões específicas às famílias

⁴ Ver Capítulo 1.

com filhos pequenos: como conciliar o emprego e os novos valores da educação parental sem o recurso às práticas tradicionais (por exemplo, deixar os filhos sozinhos ou com um filho mais velho)? Como melhorar e facilitar as tarefas domésticas num contexto em que a maioria das famílias não tem dinheiro para comprar fraldas descartáveis ou uma máquina de lavar roupa? Como mudar os papéis familiares tradicionais e fazer com que os homens comecem gradualmente a participar no trabalho doméstico? As políticas nacionais da década de 70 e do início da década de 80 procuram resolver algumas destas questões, mas apenas de uma forma limitada e com uma aplicação lenta (Wall, 1995).

Já vimos que a legislação depois de Abril de 1974 introduz os mesmos direitos e deveres para ambos os conjuges, abolindo o dever da mulher de governar as tarefas domésticas e o seu estatuto parental subordinado. Reconhece, também, as obrigações do Estado no âmbito da informação sobre o planeamento familiar, da criação de uma rede nacional de creches e da cooperação com os pais na educação dos filhos. A nova Constituição impõe a igualdade em todos os domínios, proibindo qualquer tipo de discriminação em razão de sexo, especialmente no emprego.

No entanto, durante este período, as medidas específicas com impacto significativo na vida diária das famílias com filhos pequenos centram-se sobretudo na questão da protecção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente através de uma série de disposições relativas à maternidade. A licença de maternidade paga (com direito a 100% do salário médio) por um período de 90 dias é introduzida em 1976 para todas as trabalhadoras. Em 1979, o decreto-lei n.º 392 de 20 de Setembro sobre a igualdade no trabalho e no emprego também estipula salário igual para trabalho igual e salienta a importância social da maternidade, definindo a protecção das mulheres grávidas no local de trabalho; por outro lado, nele se afirma que *“é garantido às trabalhadoras, nas mesmas condições dos homens, o desenvolvimento de uma carreira profissional que lhes permita atingir o mais elevado nível hierárquico da sua profissão”*. A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (Ministério do Emprego e da Segurança Social) é fundada pelo mesmo decreto com o dever de supervisionar a aplicação dos novos princípios.

O apoio financeiro e a prestação de serviços públicos às famílias com filhos pequenos são, no entanto, muito limitados durante este período. O pacote de subsídios inclui várias prestações pecuniárias que visam especificamente as famílias com filhos (o abono, o subsídio de nascimento, o subsídio de

casamento, o subsídio de aleitação), mas os montantes mantêm-se em níveis reduzidos, representando pequenas quantias gastas em alimentação ou vestuário.

Ao nível dos serviços de guarda de crianças – um elemento importante das políticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar quando os dois membros do casal trabalham – os dados relativos às taxas de utilização para as crianças com menos de seis anos de idade revelam coberturas extremamente baixas nos anos 70, apesar de um aumento gradual e da diversificação dos tipos de serviços (Bairrão *et al.*, 1990). No rescaldo da revolução, os movimentos populares, os sindicatos e os empregadores por vezes abrem creches e infantários locais. São também lançados serviços formais de guarda de crianças prestados pelo Estado, mas o número de estabelecimentos mantêm-se extremamente baixo. A resposta ao problema da guarda das crianças e da educação pré-escolar vem principalmente dos sectores privado e cooperativo: das instituições particulares sem fins lucrativos ligadas à Igreja, que têm uma longa tradição na prestação de serviços, e dos sectores privado com fins lucrativos e cooperativo, que respondem em grande parte ao desejo dos pais da classe média em aceder a jardins de infância e a uma educação pré-escolar de boa qualidade. As creches abertas pelos empregadores diminuem gradualmente, mas os estabelecimentos de solidariedade social sem fins lucrativos aumentam de forma regular. No entanto, esse aumento não é suficiente para satisfazer as necessidades das famílias com filhos pequenos, especialmente as que dependem das instituições sem fins lucrativos, economicamente mais acessíveis. Nos centros urbanos maiores, longas listas de espera e cuidados de baixa qualidade causados pela sobrelotação caracterizam os estabelecimentos de guarda de crianças nos anos 70 e início dos anos 80; as creches e a educação pré-escolar não existem na maioria das zonas rurais e nas cidades não são suficientes para satisfazer as necessidades das famílias (Wall, 1997; Torres e Silva, 1998).

Os cuidados prestados pela família e as amas não licenciadas constituem as soluções alternativas mais frequentes às instituições formais de guarda; têm ainda a vantagem de serem menos dispendiosas e de oferecerem horários mais flexíveis. As mulheres com qualificações profissionais mais elevadas também recorrem sistematicamente à mão-de-obra feminina não qualificada para cuidar dos seus filhos e fazer os trabalhos domésticos. Se nenhuma destas soluções estiver disponível, os filhos são então muitas vezes deixados sozinhos ou com um filho mais velho, apesar dos novos valores da infância insistirem na protecção dos filhos pequenos. No entanto, devemos recordar que os pais

desta geração foram criados numa sociedade rural pobre, onde o trabalho e a sobrevivência eram prioritários e a protecção social e a prestação de serviços não existiam, pelo que estas soluções eram muitas vezes consideradas inevitáveis para assegurar a sobrevivência da família (Wall, 1998).

Anos 80-90: a introdução dos direitos de paternidade

De um modo geral, podemos afirmar que este período representa uma nova fase na política de conciliação entre vida familiar e vida profissional. Enquanto, a seguir ao 25 de Abril, se sublinha a importância do trabalho para a emancipação da mulher e a necessidade de uma maior protecção das mulheres com filhos no mercado de trabalho, nos anos 80 surge uma preocupação adicional: a da protecção de ambos os pais e não só da mãe. Nesse sentido, desenvolveram-se respostas públicas de acordo com três linhas principais: a produção de legislação sobre o direito de faltar ao trabalho e licenças associadas (com o objectivo explícito de as aumentar e de introduzir uma maior igualdade de género na utilização das mesmas); o aumento da protecção das mães trabalhadoras antes e após o parto; e a expansão dos serviços de guarda para crianças pequenas (Wall, 1997).

Em 1984, a lei sobre “a protecção da maternidade e da paternidade” (ver quadro 2.1) vem estipular novas disposições em matéria de licenças e direitos de faltar ao trabalho, revelando, pela primeira vez, a preocupação do Estado em promover, por um lado, a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e, por outro, **a paternidade**. Esta lei refere de forma explícita a protecção da paternidade e concede aos trabalhadores (qualquer dos pais) o direito de faltarem ao trabalho até 30 dias por ano para prestarem assistência a um filho dependente doente com menos de dez anos. Estipula, ainda, que os trabalhadores (qualquer um dos pais) com filhos com menos de 12 anos de idade têm o direito de trabalhar em regime de tempo parcial, jornada contínua ou com flexibilidade de horário e, após a licença de maternidade, a uma licença parental especial (não paga) de 6 meses a 2 anos para prestarem assistência aos filhos com idade até 3 anos.

Nos anos 80 e no início dos anos 90, contudo, estas novas disposições em matéria de licenças (licença parental e assistência à família em caso de doença) têm um impacto limitado nas famílias com filhos uma vez que não estipulam pagamentos de substituição. Até Dezembro de 1995, a maioria dos trabalhadores não recebe qualquer remuneração enquanto goza a licença de prestar assistência a um filho menor doente; as excepções são os

funcionários públicos e as famílias monoparentais mais carenciadas (com rendimento *per capita* inferior a 70% do salário mínimo nacional). Esta situação muda em 1995, quando é instituído um subsídio igual a 65% do salário médio para todos os trabalhadores, homens ou mulheres, que peçam licença para prestar assistência a um filho doente, menor de 10 anos.

No que diz respeito ao reforço da protecção das mães trabalhadoras antes e após o parto, e sob o impulso de uma Directiva Comunitária (92/85/CEE), surge, também em 1995, a Lei n.º 17, de 9 de Junho, que aumenta a licença por maternidade de 90 para 98 dias, estipula um período de gozo obrigatório não inferior a 14 dias após o parto, reforça a protecção das mulheres grávidas no local de trabalho e isenta as mulheres trabalhadoras do trabalho nocturno durante um período de 112 dias antes e depois do parto. A lei estipula, ainda, que o despedimento respeitante a mulheres grávidas ou a mães lactantes tem que ser autorizado pelo Ministério do Emprego e da Solidariedade.

Para além de transpor as medidas daquela Directiva, esta lei de 1995 introduz medidas inovadoras em matéria de faltas e licença por paternidade, nomeadamente a possibilidade de transferir a licença por maternidade para o pai mediante decisão conjunta de ambos os cônjuges⁵, após os 14 dias de gozo obrigatório para a mãe, e a generalização das faltas por paternidade, ou seja, a possibilidade de o pai faltar ao trabalho até dois dias úteis seguidos ou interpolados por ocasião do nascimento de um filho (pagos pelo empregador)⁶. No entanto, só em 1999⁷, e já no decurso de uma nova legislatura de um governo socialista (1995-2002), é que aquelas medidas de paternidade ganham mais visibilidade e impacto ao serem inseridas numa nova legislação que amplia a protecção social da maternidade e, principalmente, da paternidade (ver quadro 2.1). Aliás, esta nova legislação de 1999 representa um marco relevante na evolução dos direitos da paternidade em Portugal, sendo a partir desta data que se torna mais evidente a relação entre

⁵ “Faltas e licença por paternidade”, art.º 10. Anteriormente, a atribuição da licença ao pai só era permitida quando envolvia morte ou doença da mãe, com excepção de uma cláusula já referida que previa a possibilidade de o pai gozar a licença por paternidade nos casos em que, comprovadamente, a mãe viesse frequentando, antes do parto, cursos ou estágios de formação que pudessem ser afectados por ausência prolongada, situação em que a mãe gozaria obrigatoriamente trinta dias de licença por maternidade a seguir ao parto podendo o pai gozar o restante período.

⁶ Faltas já previstas na lei desde 1988, mas apenas para os funcionários e agentes da administração pública – “faltas por nascimento”, art.º 22 do decreto-lei n.º 497/88 de 30 de Dezembro.

⁷ A lei de 1995 virá a ser regulamentada cerca de 3 meses mais tarde, no final da legislatura do governo maioritário do PSD, liderado por Cavaco Silva, através do Decreto-Lei n.º 333/95 de 23 de Dezembro, o qual foi promulgado em Outubro dias antes do novo governo socialista entrar em funções e substituir o anterior governo do partido social-democrata.

a política de licenças e a política de igualdade de género. Assim, a Lei n.º 142/99, de 31 de Agosto, não só aumenta os direitos da mulher⁸ e o período de licença parental como também vem promover os direitos do pai aquando do nascimento de uma criança com o objectivo explícito de introduzir uma maior igualdade de género na utilização das licenças.⁹ Nesse sentido, é introduzida uma licença parental não paga de três meses tanto para o pai como para a mãe (direito individual não transferível) para prestar assistência a filhos até seis anos de idade; por outro lado, introduz-se, pela primeira vez em Portugal, uma **licença exclusiva do pai de cinco dias úteis a gozar no primeiro mês do nascimento** e integralmente subsidiada pelo sistema de previdência da segurança social, em cem por cento do vencimento de referência. Outra inovação desta lei é a possibilidade de o pai utilizar **15 dias consecutivos da licença parental** de 3 meses, também integralmente subsidiados pela segurança social na condição de serem gozados logo após a licença de 5 dias ou imediatamente a seguir à licença da mãe, depois desta regressar ao mercado de trabalho. De mencionar, ainda, a dispensa para aleitação – de duas horas por dia durante o primeiro ano de vida da criança – que pode ser gozada pela mãe ou pelo pai ou, ainda, dividida entre ambos (dispensa já prevista na lei de 1984 mas apenas para as mães e só em caso de amamentação).

⁸ O período de gozo obrigatório passa de 14 dias para 6 semanas. Por outro lado, a Lei n.º 18/98, de 28 de Abril, já tinha estipulado que a licença por maternidade aumentaria de 98 para 120 dias de forma faseada: 110 dias em 1999 e 120 dias a partir de Janeiro 2000.

⁹ No Decreto-Lei n.º 230/2000, de 23 de Setembro, que regulamenta a Lei n.º 142/99 é expressamente referido que “um objectivo saliente no presente diploma é o desenvolvimento da partilha de responsabilidades familiares entre os trabalhadores de ambos os sexos”.

Quadro 2.1 – Licenças no masculino (1984-2009)

Direito partilhado (1984-1995)

1984 (Lei n.º 4/84, de 5 de Abril)

- Introdução da licença por paternidade em Portugal apenas em caso de morte/incapacidade da mãe
- Introdução de 30 dias de faltas/ano não pagos para cuidar de menor 10 anos (pai ou mãe, subsídio só famílias monoparentais pobres)
- Introdução de licença especial não paga de 6 meses a 2 anos, até aos 3 anos (pai ou mãe)

1988 (Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro)

- Introdução de 2 dias de “faltas por nascimento” para o pai (só funcionários públicos)

1995 (Lei n.º 17/95, de 9 de Junho)

- Introdução do direito do pai a partilhar a licença de maternidade por decisão conjunta de ambos (14 dias obrigatórios mãe)
- Introdução de 2 dias de faltas por nascimento para o pai; 30 dias de faltas agora remuneradas (65% salário)

1997 (Lei n.º 102/97, de 13 de Setembro)

- Introdução de uma licença especial subsidiada (pai ou mãe) para assistência a filho deficiente ou doente crónico (licença até 6 meses prorrogável até 4 anos durante os primeiros 12 anos de vida)

Reconhecimento do direito exclusivo do pai (desde 1999)

1999 (Lei n.º 142/99, de 31 de Agosto)

- Introdução, pela primeira vez em Portugal, de uma “licença por paternidade” exclusiva do pai: 5 dias úteis no 1.º mês após parto (a 100%)
- Introdução da licença parental não paga 3 meses ou 6 meses tempo parcial, até aos 6 anos (direito individual, pai e mãe)
- Pagamento de 15 dias consecutivos de licença parental só para o pai (a 100%)
- Introdução da dispensa aleitação 2 horas/dia (pai e/ou mãe)
- Mantém-se licença especial não paga de 6 meses até 2 anos (pai ou mãe) a seguir à licença parental

2003/04 (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto e Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho)

- Obrigatoriedade da licença de paternidade de 5 dias úteis
- Licença parental a tempo parcial passa de 6 para 12 meses
- Direito a faltar até 4 horas por trimestre para acompanhamento da situação educativa de filho (pai ou mãe, responsável pela educação)

2008 (Decreto-Lei n.º 105, de 25 de Junho)

- Introdução de um subsídio social de paternidade – sistema não contributivo

Direito Equiparado (desde 2009)

2009 (Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro)

- “Licença parental inicial” (pai ou mãe) substitui “licença por maternidade”, agora com bónus em caso de partilha (se o pai gozar em exclusivo pelo menos 30 dias ou 2 períodos de 15 dias consecutivos): 5 meses a 100% ou 6 meses a 83%; sem partilha: 4 meses a 100% ou 5 meses a 80%
- “Licença exclusiva do pai” substitui “licença de paternidade” de 5 dias úteis e licença parental de 15 dias: 10 dias obrigatórios durante 1.º mês nascimento (5 dos quais consecutivos ao parto) + 10 dias opcionais a gozar em simultâneo com a mãe (a 100%)
- “Licença parental alargada” de 3 meses (pai e mãe) é subsidiada (25% do ordenado de referência) se gozada imediatamente a seguir à licença inicial parental
- Introdução de 3 dispensas para acompanhamento de consultas pré-natais
- Introdução de 3 dispensas para avaliação em caso de adoção
- Alargamento do limite de idade de 10 para 12 anos em caso de faltas (30 dias/ano a 65%) para cuidar de filho doente (pai ou mãe)
- Introdução de 15 dias de faltas (pai ou mãe, pagas a 65%) para cuidar de filho com 12 ou mais anos de idade, desde que, sendo maior, faça parte do agregado familiar

Tal como se pode observar no quadro 2.2, no espaço de poucos anos, a proporção de homens que gozam as licenças de paternidade, baseadas no *direito exclusivo do pai*, sobe rapidamente. No que diz respeito à licença de cinco dias, nota-se um crescimento regular e significativo, embora ainda longe, ao fim de vários anos, de atingir a totalidade dos homens que foram pais. Há que ter em atenção, porém, que estes dados excluem muitos homens que foram pais na medida em que não contabilizam os trabalhadores abrangidos por esquemas de previdência social paralelos como, por exemplo, os funcionários públicos e alguns trabalhadores do sector bancário. De acordo com os dados disponíveis¹⁰, verificamos que a licença de cinco dias foi utilizada no ano 2000 por 11% dos pais (tomando como base de cálculo o número de nascimentos), aumentando para 27% em 2002 e para 45% em 2007 e 2008. Contudo, se utilizarmos como base de cálculo o número de mulheres elegíveis ao subsídio por maternidade, verificamos que a proporção de homens que gozam a licença de 5 dias passa a ser de 42% em 2002, 61% em 2007 e 57% em 2008.

A mesma tendência de crescimento se observa no que diz respeito à opção pela licença parental de 15 dias, que é utilizada pela maioria dos pais que gozaram a licença obrigatória de 5 dias.

Quanto à partilha, por decisão de ambos os cônjuges, dos 120/150 dias de licença paga (possibilidade introduzida em 1995), observa-se, pelo contrário, que os números são extremamente baixos. Apenas 375 homens partilharam a licença de maternidade em 2004 e 417 em 2006, aumentando para 582 pais em 2008.

¹⁰ Dados fornecidos pelo Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social (IIES). Estes dados subestimam o número de pais em licença porque não incluem os trabalhadores da função pública nem aqueles abrangidos por regimes especiais, mas apenas os que se incluem no sistema de previdência geral da segurança social.

**Quadro 2.2 – Gozo das licenças em números absolutos,
índice sintético de fecundidade e n.º de nascimentos (2000-2008)**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Índice sintético de fecundidade	1,56	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36	1,33	1,37
Nascimentos (nados vivos)	120.008	112.774	114.383	112.515	109.298	109.399	105.449	102.492	104.594
Total licença por maternidade (por 150 dias)	76.898	73.342	72.566	76.953	76.346	76.126 (16.198)	73.110 (16.807)	75.297 (25.850)	82.380* (30.672)
Total homens que partilham c/mãe licença 120/150 dias	n.d	n.d	n.d	351	375	384	417	529	582
Licença por paternidade de 5 dias	12.931**	27.114**	30.637**	40.034	40.800	42.982	42.894	45.687	46.856 ^{a)}
Licença parental de 15 dias (pai)	146	4.734	16.282	27.352	31.151	32.945	34.296	37.552	38.441

Fontes relativas às licenças: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social (IIES).

Fonte relativa aos dados sobre nascimentos e índice sintético de fecundidade: INE.

n.d.: não disponível (ver **).

* Já inclui 7.257 processamentos de subsídio social de maternidade.

** Nestes anos estão incluídos os pais que gozaram os 5 dias de licença e os pais que dividiram com a mãe a licença de 120/150 dias (só estão desagregados a partir de 2003 inclusive).

a) Já inclui 883 processamentos de subsídio social por licença de paternidade de 5 dias.

A par das alterações da legislação na área da protecção social da parentalidade, também é importante referir algumas alterações importantes introduzidas em 1995 no âmbito das relações conjugais e do divórcio (XII Governo liderado por Aníbal Cavaco Silva): protecção legal dos casais que vivem em união de facto e do seu acesso aos benefícios sociais; mudança no divórcio por mútuo consentimento cujo processo pode ser realizado pelas autoridades civis, fora do tribunal, no caso de casais sem filhos e de casais com filhos em que o poder paternal tenha sido acordado; alterações na regulação do poder paternal, introduzindo-se a possibilidade de optar pelo “exercício em comum do poder paternal” por decisão conjunta dos pais. A lei também estabelece um maior reconhecimento dos interesses da criança, nomeadamente o interesse em manter um relacionamento próximo com o progenitor não guardião.

Por último, o problema da prestação de serviços e da educação das crianças pequenas é alvo de debate constante durante este período. O apoio do Estado às instituições do terceiro sector, com vista à expansão dos serviços de apoio às famílias, representa um marco importante na política de conciliação dos anos oitenta. Definido em 1983 o estatuto legal das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), a lei de 1984 sobre a maternidade e a paternidade prevê o desenvolvimento dos serviços de guarda de crianças com base na cooperação entre o Estado e o terceiro sector. Refere, também, que as horas de abertura devem ser compatíveis com os horários dos pais que trabalham. O crescimento dos serviços ocorre devagar, mas de forma regular. Em meados dos anos oitenta, ao fazer-se um primeiro balanço dos serviços de

guarda e educação para crianças até aos 6 anos, estima-se que apenas 29% das crianças dos 3 aos 6 anos frequentam jardins-de-infância (de toda a rede pública e privada). Em 1989/90 a taxa de cobertura para o mesmo grupo de idade sobe para 45% e, em 1994/95, para 56% (Wall e Escobedo, 2009).

No entanto, até meados dos anos 90 a prestação de serviços mantém-se ainda baixa e desigualmente distribuída, apesar do aumento gradual e de uma maior sensibilização para o problema. As principais medidas de expansão tomadas na segunda metade dos anos 90, no âmbito do governo socialista, apostam num crescimento mais rápido dos estabelecimentos de educação pré-escolar. No grupo etário dos 3 aos 6 anos, a taxa de cobertura aumenta para 65% em 1998 e para 76% em 2001/2002. No que diz respeito às crianças com menos de três anos, o número de serviços formais de guarda aumenta mais lentamente, merecendo menos atenção tanto no debate sobre as prioridades políticas de apoio às famílias com filhos pequenos como nos programas de expansão da rede de equipamentos.

Início do século XXI: o centramento na questão da paternidade

Durante o período do governo de coligação PSD/CDS (2002-2004) são apresentadas perspectivas e opções diferentes em várias áreas da política de família (Wall, 2004). Sublinha-se, por exemplo, a necessidade de proteger o modelo tradicional de família (casal com filhos) e de desenvolver uma perspectiva pró-natalista e pró-vida, estabelecendo-se, entre outras medidas, um reforço do apoio às famílias numerosas, a criação de serviços de “apoio à vida” para mães adolescentes ou socialmente excluídas, uma maior protecção da maternidade e a promoção da conciliação família/trabalho para as mães através do trabalho a tempo parcial. No âmbito das alterações introduzidas é importante referir: *a)* a introdução de medidas de apoio à educação parental e de serviços de aconselhamento/mediação numa perspectiva da perenidade do casamento e da família. Esta volta a ser invocada no singular e como uma “unidade” que importa defender, mais do que os indivíduos que a compõem¹¹; *b)* a alteração das

¹¹ No Plano “100 Compromissos para uma Política de Família” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2004), uma das áreas de intervenção é “Família, Conjugalidade e Parentalidade”, na qual se inserem, entre outros, os seguintes objectivos: “promover e divulgar a realização de estudos e de diagnósticos que identifiquem as causas e analisem as consequências das mutações verificadas no seio das famílias e as suas repercussões na relação conjugal e parental; apoiar e facilitar o acesso dos casais a serviços de aconselhamento e orientação conjugal, alargando as atribuições dos gabinetes de mediação familiar; criar e reforçar o elenco de meios extrajudiciais em sede de mediação familiar, disponibilizando estruturas e criando diferentes formas de apoio aos membros da família numa lógica preventiva, de proximidade e de participação, tendo em vista a preservação da unidade da família; apoiar e facilitar o acesso das famílias a serviços de educação e de formação parental”.

condições de acesso ao abono de família, o qual anteriormente abrangia todos os trabalhadores com filhos e que passa, de ora em diante, a depender de cinco escalões de rendimento do agregado familiar, excluindo-se do direito a este benefício as famílias com rendimentos superiores e discriminando-se positivamente as famílias numerosas pobres; *c*) a prioridade, no domínio dos equipamentos, que é concedida à criação dos “centros de apoio à vida” enquanto organizações que têm como missão apoiar as mulheres grávidas e mães sós vulneráveis do ponto de vista familiar, emocional e/ou económico; *d*) e as mudanças ao nível da legislação na área da maternidade e paternidade, nomeadamente a introdução da possibilidade de escolher entre os já existentes 4 meses de licença paga a 100% ou, em alternativa, os 5 meses de licença pagos a 80%¹²; **a introdução da obrigatoriedade de gozo da licença de paternidade de cinco dias**; a possibilidade de utilizar a licença parental não paga na modalidade de 12 meses em tempo parcial, em vez dos 6 meses em tempo parcial previstos na lei anterior; o acréscimo de um dia de faltas por ano por cada filho maior de 10 anos; e, ainda, o direito a faltar até quatro horas por trimestre para deslocação a estabelecimento de ensino a fim de acompanhamento da situação educativa de filho menor (Wall, 2004).

Assim, por um breve período, entre 2002 e 2004, a orientação e os objectivos das políticas de família mudam. Não obstante uma maior responsabilização do papel do pai por ocasião do parto, dado o carácter obrigatório que a licença de 5 dias passa a ter, a introdução de licenças mais longas e a promoção do trabalho a tempo parcial revela uma vontade de definir novas formas de conciliação, oferecendo mais liberdade de escolha às mães empregadas que queiram ficar em casa durante mais tempo nos primeiros anos de vida da criança, e algum questionamento do modelo de família centrado na ideia do casal de duplo emprego a tempo inteiro.

Globalmente, no entanto, podemos considerar que aquelas modificações pouco alteraram o modelo estatal de apoio à paternidade/maternidade e à conciliação família/trabalho que fora definido nos anos noventa e que se baseia numa articulação entre, por um lado, uma licença de maternidade curta e bem compensada (associada a opções de partilha e pequenas licenças de paternidade que apelam a uma participação maior do pai nos primeiros

¹² Segundo os dados da segurança social, logo em 2005 cerca de um quarto – 21% – das mulheres elegíveis ao subsídio por maternidade (neste caso excluindo o subsídio social por maternidade) optou pelos 150 em vez dos 120 dias, percentagem que tem vindo a aumentar até 2008, ano em que quase metade das mulheres elegíveis ao subsídio por maternidade (41%) optaram por gozar o período mais longo de licença – ver quadro 2.2.

meses de vida da criança) e, por outro lado, o apoio do Estado a instituições de guarda das crianças pequenas (Wall, 2008).

A partir de 2005 a orientação e os objectivos da política da família voltam a mudar com o regresso do partido socialista ao governo. A acção governativa centra-se, à partida, nalguns compromissos e nas prioridades dos governos socialistas anteriores: alterações à lei do aborto (realização de um novo referendo¹³); protecção das uniões de facto; apoio às famílias mais vulneráveis (numa concepção mais abrangente na qual se incluem não só as famílias numerosas pobres mas também as famílias monoparentais e as famílias imigrantes); **promoção da paternidade e da maternidade num contexto de maior igualdade de género** e também de maior justiça social pela introdução de novos subsídios sociais de maternidade/paternidade; combate à violência doméstica; conciliação família/trabalho. A acção governativa desenrola-se, todavia, num contexto de fortes constrangimentos orçamentais, de uma descida da fecundidade (1.56 em 2000, 1.33 em 2007) e de dificuldades económicas acrescidas para as famílias. Redireccionando as políticas sociais para apoiar as famílias mais afectadas, a acção política na área da família concentra-se, entre 2005 e 2009, em quatro principais objectivos:

- O reforço do apoio económico às famílias mais vulneráveis, através do aumento dos quantitativos do abono de família e da discriminação positiva que nele é introduzida para as famílias monoparentais.
- A promoção da natalidade, através da instituição de um abono de família pré-natal e de uma majoração no abono para as crianças entre os 12 e os 36 meses (em caso de 2.º filho e seguintes) e, ainda, pela introdução de novos subsídios sociais de maternidade/paternidade para mães/pais sem direito à protecção social.
- O reforço das medidas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, cuja principal aposta incide na expansão dos serviços e equipamentos de apoio às famílias, em especial das creches (0-3 anos de idade), para as quais é definida a meta de uma taxa de cobertura de 33%¹⁴, mas também no prolongamento dos horários dos estabelecimentos de

¹³ No seguimento do referendo, é aprovada uma nova lei do aborto em 2007 (permite a IVG até às 10 semanas). A primeira lei do aborto (6/84) autorizava o aborto até às 12 semanas em caso de perigo de morte, grave lesão para a saúde física ou psíquica da mulher, violação; e até às 16 semanas em caso de malformação do feto.

¹⁴ Foi criado um programa para esse efeito – o Programa PARES – e foi definida uma política de financiamento público de novas creches e jardins-de-infância. Em consequência, as taxas de cobertura dos serviços de guarda de crianças com menos de três anos passam de 23,5% em 2004 para 30,2 em 2008 e 34% em 2009, estimando-se que as taxas de cobertura do pré-escolar subam de 78% – 2003/2004 – para 82% em 2009.

ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico público. Promove-se, por outro lado, a protecção social no que diz respeito ao direito de faltar ao trabalho para assistência à família na eventualidade de acidente ou doença: mantêm-se os 30 dias de faltas por ano (a 65%) para prestar assistência a um filho(a) doente, mas amplia-se o limite de idade de 10 para 12 anos e introduzem-se mais 15 dias de faltas por ano (a 65%) para assistência a filho com 12 ou mais anos de idade (Wall e Leitão, 2009).

- Por fim, destaca-se a igualdade de género como objectivo transversal a várias medidas políticas: a legislação na área da maternidade e paternidade (Código do Trabalho 2009) e as alterações no regime jurídico do divórcio, em particular no que se referem à regulação do poder paternal, que é substituído pelo conceito de “responsabilidades parentais” exercidas em conjunto. As mudanças relativamente à maternidade/ paternidade marcam uma nova etapa na evolução dos direitos dos homens pais no sentido de uma maior equiparação com as mães (ver quadro 2.1). As designações das licenças são completamente reformuladas: os termos “maternidade” e “paternidade” desaparecem do corpo das leis e são substituídos pelo conceito de “parentalidade” numa tentativa de equiparar os direitos de ambos os pais por ocasião do nascimento de uma criança. Partindo do novo conceito de “protecção à parentalidade”, a licença de maternidade passa a designar-se “licença parental inicial” (sem prejuízo de uma licença “exclusiva da mãe”, de até 30 dias antes da data do parto e de 6 semanas imediatamente a seguir).

No âmbito da paternidade, as três principais mudanças dizem respeito: às licenças e dispensas do pai, que passa a ter direito a uma **“licença exclusiva do pai” de 20 dias úteis** a gozar durante o período em que a mãe também se encontra de licença (dez são de gozo obrigatório durante o primeiro mês a seguir ao nascimento, cinco dos quais consecutivos ao parto¹⁵; à licença “parental complementar”, antes “parental”, de 3 meses para cada progenitor, que passa agora a ser subsidiada a 25% do salário de referência (se utilizada a imediatamente a seguir à licença parental inicial); e à **possibilidade de gozar mais um mês de licença inicial** (cinco meses a 100% ou seis a 83%) desde que haja partilha da mesma entre os cônjuges (o pai deverá gozar em exclusivo pelo menos um mês de licença parental inicial). Este bónus, destinado a promover a igualdade de género, permite aos cônjuges com filhos aceder a uma licença paga durante o primeiro ano de vida da criança (6 meses bem pagos a 83% mais 6 meses a 25%), tendo como eventual referência uma

¹⁵ Esta licença exclusiva do pai é acrescida em dois dias úteis por cada gémeo além do primeiro.

aproximação ao modelo, promovido em especial pelos países nórdicos, de nove a doze meses de licença paga a seguir ao parto. Por último, é de referir a introdução de mais um novo direito do pai: **três dispensas do trabalho para acompanhamento das consultas pré-natais** (Wall e Leitão, 2009).

O impacto destas novas medidas na utilização das licenças por parte dos homens é ainda difícil de medir dado que, até à data, não passou sequer um ano após a sua aprovação e entrada em vigor. Dados provisórios revelam, contudo, uma adesão significativa às novas regras de partilha da licença inicial parental por parte dos homens que foram pais recentemente: estima-se, para o período compreendido entre Maio e Agosto de 2009¹⁶, que cerca de 17 429 homens tenham gozado a licença exclusiva do pai de 10 dias obrigatórios, enquanto que 16 031 optaram por também utilizar o acréscimo de 10 dias de licença para gozar em simultâneo com a mãe. Por outro lado, cerca de 7.000 pais (aproximadamente metade do número de pais acima referido) partilharam, pelo menos, um mês da licença parental inicial com a mãe, o que significa que estiveram em casa “por sua conta” a cuidar da criança após o regresso da mãe ao mercado de trabalho, tendo, assim, beneficiado do bónus de 30 dias extra de licença (4 meses + 1 ou 5 meses +1).

¹⁶ Dados disponibilizados pelo Ministério da Segurança Social de acordo com o publicado pelo *Jornal Económico* em 19 de Setembro de 2009.

Comentários finais

Em resumo, a abordagem das políticas públicas em Portugal no que diz respeito ao lugar do homem e da mulher na família caracteriza-se, desde o fim dos anos 70, por quatro tendências principais:

- Em primeiro lugar, uma atitude favorável em relação ao emprego feminino a tempo inteiro, independentemente do estado civil e parental, com mais protecção e direitos no trabalho, e a introdução pelo Estado de uma licença de maternidade paga e bastante generosa (pelo menos para a década de 70) para as mulheres trabalhadoras;
- Em segundo lugar, uma atitude favorável à igualdade dos direitos e deveres dos cônjuges, no que respeita à partilha do poder e dos encargos familiares, ao respeito mútuo e à cooperação, a qual é explicitada nas leis de família sem, no entanto, haver uma definição única e obrigatória, como no passado, de como se devem organizar, concretamente, os papéis de género na família.
- Em terceiro lugar, uma atitude favorável a um modelo de conciliação família/trabalho baseado no padrão do *duplo emprego*. O apoio do Estado às famílias duplo emprego que têm filhos pequenos define-se, a partir dos anos 80 e sem grandes rupturas ao longo dos últimos anos, por uma vontade de implementar um modelo misto de apoio à conciliação que combina licenças de maternidade/paternidade curtas (a 100%) com a criação de serviços de guarda para crianças pequenas. Ao contrário de um modelo liberal, que deixa nas mãos do mercado a criação de creches e jardins-de-infância (não tendo em conta as necessidades das famílias de menores rendimentos que não acedem ao privado), a solução encontrada foi um sistema de *welfare mix* em que o Estado apoia financeiramente as instituições particulares sem fins lucrativos.
- Por último, uma atitude favorável a um novo lugar do homem na família enquanto pai. As leis e as licenças estabelecidas nos anos noventa são explícitas. Sublinham claramente a vontade do Estado em promover uma paternidade nova, mais partilhada do ponto de vista dos cuidados na altura do parto (licença de 5 dias), abrindo, por outro lado, a porta para uma partilha da licença de “maternidade” e para um curto período de 15 dias pagos se forem gozados pelo pai. É uma medida de política familiar que interpela os homens-pais a desenvolver o seu papel paterno, reforçando a importância da sua presença junto da criança desde o nascimento. No entanto, é uma interpelação que assenta fundamentalmente em dois pontos: na ideia do pai mais

presente desde o início e no conceito do pai-substituto ocasional da mãe (por opção dos dois) a seguir a esse período. De resto, e até 2009, a licença de maternidade continuou a chamar-se licença por maternidade, apesar de poder ser partilhada, e a licença de 5 dias a intitular-se licença por paternidade, como se de dois papéis parentais, de natureza diferente, se tratasse. Em suma, o sinal que a política de licenças tem dado às famílias desde 1995, e até às alterações introduzidas em 2009, assenta, por um lado, na valorização de um pai mais participativo mas que ainda é o provedor principal da família e, por outro lado, de uma mãe que trabalha sem deixar de ser, nos primeiros tempos de vida dos/das filhos/as, a principal cuidadora das crianças pequenas.

São estas representações e práticas de género que a mais recente alteração na legislação sobre parentalidade pode vir a mudar, ao introduzir uma maior igualdade no uso dos direitos parentais pelos pais e pelas mães e ao permitir novas opções na relação de cada um com o mercado de trabalho, já que disponibiliza a ambos, e de forma equiparada, um conjunto de direitos e de licenças para faltar ao trabalho.

PARTE II

Homens entre o Trabalho e a Família

Capítulo 3 A conciliação entre a vida profissional e a vida familiar em casais com filhos: Perspectivas masculinas

Karin Wall

Introdução

As transformações da vida profissional e da vida familiar conduziram, ao longo das últimas décadas, a alterações profundas na articulação destas duas esferas. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a rejeição de um modelo de família assente no provedor masculino, a flexibilidade e intensificação dos tempos de trabalho, a persistente desigualdade de género face ao emprego e ao trabalho doméstico, são alguns dos factores que pesam, hoje, sobre a relação família-trabalho. Um número elevado de pessoas tem de lidar com imperativos contraditórios, confrontar-se com desvantagens no mercado de trabalho ou aguentar diversas tensões e problemas por não conseguir articular de forma satisfatória as esferas do trabalho, da família e da vida pessoal.

Os primeiros trabalhos que começaram a analisar de forma articulada as problemáticas da família e do trabalho datam já do fim dos anos 60. Rapoport e Rapoport (1971) identificaram o padrão de famílias de *dupla carreira*, em que os dois membros do casal têm uma carreira profissional, e exploraram alguns dos problemas com que tais famílias se defrontam no seu dia-a-dia. Desde então para cá, adoptando enfoques variados e partindo de diferentes perspectivas teóricas, o estudo das relações entre família e trabalho adquiriu um significativo destaque no domínio da sociologia da família e das relações de género. Podemos dividi-las em quatro grandes grupos: a sociologia da divisão familiar do trabalho pago e não pago, a sociologia do conflito e do *stress* na relação família-trabalho, a sociologia da prestação de cuidados a pessoas dependentes, e a sociologia das políticas públicas no âmbito da conciliação entre vida profissional e vida familiar.

O primeiro centra-se, então, na análise da **divisão de papéis dentro e fora da família**, desdobrando o olhar pelos temas clássicos da partilha conjugal das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças, dos usos do tempo, e da inserção profissional diferenciada dos cônjuges (entre outros: Piotrkowski, Rapoport e Rapoport, 1988; Hantrais, 1990; Chaudron, 1991; Barrère-Maurisson, 1992; Drew, Emerek e Mahon, 1998; Crompton, 1999; Garey, 1999; Hattery, 2001; Dulk, Doorne-Huiskes e Schippers, 1998; Dulk, Peper e Doornes-Huiskes, 2005). A relação entre trabalho e família, do ponto de

vista das representações e das práticas sociais, é aqui trabalhada minuciosamente para se chegar a modelos de organização dos papéis de género que permitem conciliar família e trabalho. Estes estudos têm revelado, grosso modo, três modelos principais (Pfau-Effinger, 1999): o modelo de segregação tradicional, do *marido ganha-pão/mulher doméstica*; o modelo intermédio de *emprego e meio* (*marido principal ganha-pão/mulher a tempo parcial*), em que o papel profissional da mulher é secundário em relação ao do marido e a mulher continua a assegurar a maior parte das tarefas e dos cuidados às crianças; e o modelo de *duplo emprego/duplo cuidar*, mais igualitário, seja no plano da actividade profissional, seja no plano do trabalho não pago. Ressalta, de todas as pesquisas efectuadas, o impacto nítido do meio social de pertença e do nível de formação da mulher nos modos de conciliação entre a família e o trabalho profissional: a partilha da função de ganha-pão é tanto mais reivindicada e praticada quanto mais elevada é a formação socioprofissional do homem e da mulher, enquanto a retirada da actividade profissional por parte da mulher, a curto ou a longo prazo, é mais frequente nas operárias e nas empregadas subalternas dos serviços. Aliás, Portugal está próximo destas tendências (Guerreiro e Romão, 1996; Almeida *et al.*, 1998; Torres e Silva, 1998; Wall *et al.*, 2001; Torres, 2004; Wall e Guerreiro, 2005; Wall, 2007; Lyonette, Crompton e Wall, 2007).

O estudo dos modos de articular a vida profissional e a vida familiar conduziu, por outro lado, a pesquisas interessadas em identificar **os efeitos dos diferentes padrões de conciliação** para os vários membros da família. Os resultados apontam para efeitos em termos do *stress* gerado pelas influências recíprocas das esferas familiar e profissional, mas também das tensões vividas em cada uma destas esferas. Greenhaus, Collins e Shaw (2003), por exemplo, chamam a atenção para os conflitos gerados pelas influências recíprocas e assinalam tensões a três níveis: a nível da insuficiência de tempo para atender às exigências de ambas as esferas, a nível das responsabilidades que uma e outra implicam, e a nível dos diferentes comportamentos esperados em ambos os contextos. O tipo de profissão, o número de horas de trabalho, o sexo (dada a existência de expectativas diferentes a nível dos papéis de género), a presença de crianças pequenas e o modo de divisão dos cuidados aos filhos e das tarefas domésticas são variáveis que aparecem associadas, sistematicamente, ao *stress* trabalho-família (Hochschild, 1997; Crompton, 2006; Guerreiro e Carvalho, 2007; Crompton e Lyonette, 2006; Crompton, Lewis e Lyonette, 2007). Actividades profissionais de maior exigência podem gerar dificuldades no desempenho das responsabilidades familiares, embora provoquem menos problemas quando existe alguma autonomia ou

flexibilidade no trabalho. Longos horários de trabalho, por sua vez, podem ser geradores de grande conflito entre trabalho e família devido à insuficiência de tempo para a família, do mesmo modo que a ausência de entajuda conjugal ou familiar nos cuidados às crianças pequenas poderá interferir, pela ansiedade e pelo cansaço gerados no cônjuge sobrecarregado, nos comportamentos e nas responsabilidades da vida profissional. Na sociedade portuguesa, as mulheres apresentam um nível de *stress* significativamente mais elevado que os homens (Guerreiro e Carvalho, 2007), nomeadamente do ponto de vista do impacto do *stress* profissional na vida familiar. No entanto, é nas mulheres com escolaridades mais baixas e profissões manuais que o *stress* trabalho-família é maior (Crompton, Lyonette e Wall, 2007). Este nível elevado de *stress* está relacionado com o facto de serem as mulheres destes grupos socioprofissionais quem acumula, no total, mais horas de trabalho pago e não pago.

A terceira perspectiva tem-se centrado na problemática dos “cuidados sociais” (*social care*). O conceito refere-se a todo o tipo de assistência, pública ou privada, paga ou não paga, que é prestada a crianças e a pessoas adultas dependentes que precisam de cuidados nas suas actividades do dia-a-dia (Daly e Lewis, 1998; Kroger, 2001; Mahon, 2002). Inclui os cuidados informais (de guarda, de higiene, de confecção de refeições) prestados por familiares próximos, outros parentes ou pessoas amigas e, também, os cuidados prestados por serviços formais, ou seja, instituições públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos. Com esta abordagem procura-se saber não só quem faz o quê dentro do casal – a questão clássica da sociologia da divisão familiar do trabalho –, mas também como é que a família organiza socialmente os cuidados às crianças pequenas: se sozinha, recorrendo apenas aos serviços públicos não pagos; se apoiada informalmente, através de ajudas de familiares ou vizinhos; ou, ainda, se combinando os cuidados prestados pela família com diferentes tipos de apoios e serviços, pagos ou não pagos.

Ao remeter para este olhar entrecruzado sobre a organização dos cuidados dentro e fora da esfera privada, a perspectiva dos cuidados sociais constitui uma porta de entrada directa, do ponto de vista analítico, para a questão da conciliação entre família e trabalho. É, precisamente, perante a dupla pressão de responder à necessidade de prestar cuidados às crianças e às exigências do trabalho profissional que os homens e as mulheres procuram, de diversas formas, combinar os cuidados prestados por pessoas e serviços diferentes. Os principais modos de cuidar de crianças pequenas, quando os pais trabalham, têm sido analisados em várias pesquisas (Torres e Silva, 1998; Wall, 2005b). Wall, São José e Correia (2001a, 2001b, 2002; Wall e

São José, 2004) identificaram quatro formas principais. Na **delegação extensa**, as famílias delegam a guarda da criança durante longas horas através do recurso a soluções variadas e múltiplas: a criança fica numa ou em várias instituições formais (jardim-de-infância com horários prolongados, escola + ATL); combina-se o formal e o informal pago ou não pago (avós, ou empregada, que vão buscar e ficam com a criança até um dos pais chegar); ou, ainda, entrega-se a criança a uma ama ou aos avós durante o dia e até de noite. No modo de cuidar **maternocêntrico** (ou de **ajustamento de horários**) é a mãe que reduz ou adapta os seus horários de trabalho para cuidar da criança, evitando deste modo os prolongamentos ou a utilização de ATL. Já na estratégia **familiar negociada**, os dois membros do casal (incluindo por vezes um filho adolescente) ajustam os seus tempos de trabalho para assegurar a guarda da criança. Por último, foi identificado um modo de cuidar com **negligência** em que a conciliação se faz de forma deficiente e as crianças pequenas, com menos de dez anos, ficam sozinhas durante uma parte do dia ou da noite.

De sublinhar, por outro lado, que estas pesquisas partem de quadros teóricos diferentes para explicar a desigualdade social e de género na divisão familiar do trabalho e nos modos de cuidar das crianças pequenas. Do ponto de vista dos teóricos da “escolha” ou “preferência individual” (*individual choice*), são as preferências das mulheres e dos homens que representam o factor determinante, uma interpretação que leva os autores a identificar os diversos perfis de mulheres com base nas suas atitudes face à forma de divisão do trabalho preferida para conciliar família e vida profissional. A classificação de Hakim (2003) apresenta três tipos: as mulheres centradas no lar e na família, que dão prioridade à vida familiar; as mulheres orientadas para o trabalho, que dão prioridade à profissão; e as mulheres “adaptativas/flutuantes”, cujas prioridades oscilam entre a família e o trabalho ao longo do seu percurso de vida. Para esta autora, há mais mulheres centradas na família do que homens, sendo este o factor fundamental para perceber a existência de trajectórias de emprego femininas menos contínuas e menos bem sucedidas. Esta situação resultaria, portanto, das preferências individuais das mulheres e não de outros constrangimentos derivados da natureza do emprego, ou de outros factores estruturais (tais como, por exemplo, a existência ou não de serviços de apoio para as famílias com filhos).

Contrariando a perspectiva da “preferência individual”, outros autores enfatizam que a construção social da articulação entre a vida profissional e a vida familiar depende de uma diversidade de factores explicativos.

A perspectiva feminista insiste no sistema cultural de representações sobre a família e o género, em particular no conjunto de valores que se refere às relações entre homens e mulheres numa determinada sociedade. Trata-se, para utilizar o conceito de Duncan (1995), do *contrato de género*, isto é, a forma como uma sociedade define o que os géneros devem pensar, ser ou fazer. A perspectiva interaccionista (Finch e Mason, 1993), por outro lado, insiste na negociação de papéis no interior da família, negociação essa que se desenrola num contexto normativo e moral mais amplo que define as responsabilidades, os direitos e os deveres dos homens e das mulheres na família. Por último, se olharmos para os trabalhos mais recentes sobre o tema, observamos uma abordagem mais abrangente em que se procura ter em conta tanto o papel da negociação como a influência dos contextos normativos e institucionais que enquadram as preferências e as identidades individuais ao longo do percurso de vida (Crompton, 2006; Le Bihan-Youinou e Martin, 2008; Rosa, 2009).

O quarto e último grupo de pesquisas analisa a relação entre família e trabalho tal como emerge do **sistema legal e das políticas públicas** (políticas de família, de género, normas legais que regulam as relações familiares e entre géneros), procurando retratar as diferenças entre Estados Providência que procuram apoiar o trabalho feminino e a conciliação entre família e trabalho – através de benefícios, licenças de maternidade e de paternidade, direitos de faltar ao trabalho e serviços de apoio alargados para as famílias em que os dois cônjuges trabalham –, e aqueles com políticas mais frágeis ou recentes neste domínio. Fazendo a ponte entre as políticas públicas e a organização dos cuidados sociais, diversos estudos, ao longo da última década, têm procurado estudar a relação entre certos modelos de Estado Providência e as políticas de conciliação entre família e trabalho em diferentes sociedades (Antonnen e Sipilä, 1996; Hantrais e Latablier, 1996; Drew, Emerek e Mahon, 1998; Lewis, 2001; Pfau-Effinger e Geissler, 2005; Plantenga e Remery, 2005; Kremer, 2006; OECD, 2007; Le Bihan-Youinou e Martin, 2008; Lewis *et al.*, 2008; Lewis, 2009; Wall, 2008; Wall *et al.*, 2009).

Ora, no âmbito deste capítulo pretendemos analisar a articulação entre vida profissional e vida familiar reconhecendo as interações complexas entre sociedade, emprego, família, relações de género e indivíduo. Importa sublinhar que todo e qualquer modo de conciliação – bem como as tensões que dele decorrem – pode depender dos vários factores mencionados, ou seja, da intersecção entre: as **preferências** e os **recursos** dos actores envolvidos; as oportunidades e os constrangimentos criados pelo **mercado de trabalho** e por determinados tipos de **profissão** (com horários atípicos, com exigências

elevadas); as **orientações e negociações** desenvolvidas ao longo do **percurso conjugal e familiar**; as **políticas sociais e de família** (nomeadamente no âmbito da promoção dos serviços de apoio à família e dos direitos a faltar ao trabalho para prestar assistência à família); e o **contrato de género**, isto é, a forma como uma sociedade define o que os géneros devem pensar, ser e fazer.

Os homens em casais com filhos e a articulação família-trabalho

A análise efectuada baseia-se numa sub-amostra da população estudada. Trata-se de auscultar a articulação entre família e trabalho de 23 homens, a viver em famílias simples de casais com filhos menores¹. Para identificar e comparar os principais modos de articulação e as perspectivas dos homens relativamente à conciliação tivemos em conta as seguintes dimensões e indicadores:

- 1) Práticas e representações da **divisão conjugal do trabalho profissional** – profissão e situação na profissão de cada membro do casal, horários de trabalho, flexibilidade na gestão do tempo profissional, apreciação masculina do envolvimento, satisfação e ambição profissionais de cada cônjuge, percepção masculina do grau de partilha do papel de provedor, atitudes face ao modelo posto em prática e outros modelos existentes, mudanças e negociações ao longo do percurso conjugal;
- 2) Práticas e representações da **divisão das tarefas domésticas** – repartição das tarefas domésticas na família, saberes masculinos associados a essas tarefas, percepção masculina da injustiça ou dos efeitos causados pela repartição existente, representação do papel desempenhado pelo homem e pela mulher, grau de delegação das tarefas noutras pessoas, mudanças e negociações ao longo do percurso conjugal;
- 3) Práticas e representações dos **modos de guarda** e da **divisão dos cuidados prestados** às crianças pequenas, sobretudo até aos dez anos – repartição dos cuidados prestados ao bebé e às crianças pequenas, ajudas e serviços pagos, mudanças e negociações ao longo do tempo, utilização de e atitudes face às licenças de paternidade, percepção masculina da maternidade e da paternidade, dos modos ideais de cuidar das crianças pequenas e das escolhas efectuadas;
- 4) Avaliação masculina do **stress família-trabalho** – tensões, problemas, conflitos vividos no dia-a-dia profissional e familiar, resultantes,

¹ Ver Introdução sobre a população observada.

justamente, das dificuldades sentidas a nível da articulação dessas duas esferas.

Passemos, então, aos principais modos de articulação família-trabalho em casais com filhos.

Perfil 1 – Trajectória moderna-autónoma do casal “dupla carreira”

Encontramos um primeiro perfil que assenta na **dupla carreira** do casal. Os dois ambicionam ter uma carreira profissional qualificada e empenham-se nesse objectivo ao longo da vida conjugal: ambos têm horários longos ou situações profissionais que obrigam a estar fora de casa durante uns dias, a ficar até mais tarde no emprego, ou a trabalhar ao fim-de-semana. É sobretudo a exigência do trabalho e a responsabilidade de cumprir objectivos e ultimar projectos que é realçada por estes profissionais, existindo, no entanto, alguma autonomia para gerir os tempos e as formas de trabalho (levar trabalho para casa, ficar até mais tarde num dia, etc.).

Nunca tive horários rígidos. Aliás, nunca tive horários, ponto. Agora, tinha tarefas, e elas tinham que estar prontas e tinham de ser feitas. Portanto, sempre tive horários de trabalho longos. Estou habituado a ter horários de trabalho da ordem das 12 horas por dia. Agora, nunca tive alguém que me dissesse: ‘Olhe, são 9h30 e você devia ter entrado às 9h00!’. Não. ‘Você tem x coisas para fazer, lá se faz às 9 ou às 9h30, tanto faz’. Tive um Director Geral que dizia que quando contratava uma pessoa, contratava o cérebro, não era o rabo. Portanto, o número de horas que passava sentado à secretária era perfeitamente irrelevante, desde que a cabeça funcionasse e as coisas aparecessem feitas.

Patrício, empresário, 44 anos, uma filha de 15

O homem considera que a mulher investe tanto ou mais que ele na vida profissional e não refere períodos em que um ou ambos tivessem abrandado o ritmo de trabalho ou interrompido a carreira profissional. Pelo contrário, a actividade contínua e permanentemente investida é vista como a única forma de *ser produtivo* e de avançar ou manter-se numa determinada carreira. Além disso, valoriza-se a actividade profissional como um meio privilegiado de autonomia e de realização pessoal, rejeitando-se ao mesmo tempo a ideia de que alguém deva ficar em casa com os filhos pequenos, o que representaria um *sacrifício* em termos individuais e profissionais. Como diz Manuel (informático num banco, 31 anos, uma filha de 5 anos e um filho de 10 meses, mulher bancária):

Ficar em casa com as crianças não. Não, não só por ser uma necessidade trabalhar, mas porque ficar em casa com as crianças não ia resultar.

Consideramos, os dois, que as pessoas devem ter uma actividade. Não acho que faz sentido. Devem ser autónomas, não devem ficar agarradas aos filhos em casa.

Em relação às licenças de maternidade e de paternidade, que aprova nos moldes actuais, Patrício também acha que as mulheres não devem ficar muito tempo em casa depois do nascimento de um filho. Considera que pode afectar a carreira profissional e, sobretudo, que é preciso ter em conta o ponto de vista da empresa:

Eu não sei de que país é que falaram no outro dia, um país qualquer, acho que foi a Polónia. Na Polónia, uma mulher que engravida pode ficar um ano ou dois sem trabalhar, sem fazer grande esforço à face da lei. Ora, uma pessoa que passa um ano sem estar no seu local de trabalho, não pode pensar ter os mesmos direitos na empresa do que uma pessoa que passa lá a vida. Portanto, há que optar. (...) Não se pode esperar das empresas... atenção, não estou a falar do caso português, porque eu acho que o caso português é equilibrado, falamos de três, quatro meses, acho equilibrado. Mas no caso da Polónia, por exemplo, não se pode esperar que as empresas dêem igualdade de oportunidades a uma pessoa que está um ano sem aparecer na empresa (...) Portanto, temos também de ver as coisas do ponto de vista das empresas e da sociedade.

Empresário e treze anos mais velho do que Manuel, Patrício não teve a oportunidade de pedir a licença de paternidade (a filha nasceu em 1991, muito antes da legislação sobre a licença de paternidade²). Para ele, trata-se ainda, essencialmente, de um problema de opção das mulheres, já que *os homens não têm filhos*. Já Manuel, cujos filhos nasceram em 2001 e 2004, teve o direito a ficar em casa 5 dias na altura do nascimento dos dois filhos e 15 dias mais tarde. Depois de uma experiência em casa que descreve como *fantástica*, por ser um espaço para o pai estar com os filhos recém-nascidos, considera que a licença de cinco dias é demasiado curta e que o pai devia poder estar mais tempo em casa, pelos menos duas ou três semanas, para ajudar a mulher a seguir ao parto. Reconhece também, no entanto, que o nascimento de um filho afecta bastante a vida profissional e que a licença de vários meses pode representar uma quebra na produtividade e na presença do trabalhador, o que, quando existem ambições profissionais, pode ter consequências negativas. Em suma, do ponto de vista dos dois entrevistados, subentende-se que, nas empresas onde trabalham e no seu meio profissional, é comum pensar-se que as licenças prolongadas, e mesmo as licenças de quatro ou cinco meses, podem penalizar o quadro superior e o seu estatuto na empresa.

² Ver Capítulo 2.

Com efeito, nestes *casais dupla carreira*, as mulheres voltaram ao trabalho a seguir à licença de maternidade de quatro meses e o casal optou, em função das ajudas disponíveis e dos problemas de horários e de carreira que viviam nessa altura, por soluções de guarda de “delegação extensa”, cujos contornos variaram um pouco. Patrício e a mulher estavam ambos numa fase intensa da carreira, ele como Director de *Marketing* de uma empresa de Exportação e ela como Directora de Exploração de outra empresa, tendo ambos necessidade de viajar (ele para o estrangeiro, ela pelo país). A solução encontrada, para além de uma empregada doméstica diária que já tinham, foi a dos pais de Patrício instalarem-se durante a semana, ao longo de vários anos, no primeiro andar da vivenda do filho. Aos fins-de-semana voltavam para a casa deles em Lisboa e o jovem casal procurava partilhar as duas tarefas que tinham: cuidar da filha (aquele que tivesse passado menos tempo com ela nessa semana tinha inicialmente o direito de prestar mais cuidados, depois era *à vez*); e cozinhar – tarefa preferida de Patrício ainda hoje –, enquanto a mulher prefere lavar a loiça.

Para Manuel e a mulher, a solução também passou pela “delegação extensa” da guarda da criança. No entanto, com os avós a viverem um pouco longe na cidade, a opção foi colocar os filhos numa instituição privada com horários prolongados até às 19h (com berçário, jardim-de-infância e escola primária) perto de casa. A avó materna dá, no entanto, uma ajuda ocasional: quando os dois têm de trabalhar até tarde; se for preciso levar um filho ao médico e alguém ficar com o outro em casa; ou para o casal poder sair ao fim-de-semana. Tanto Manuel como a mulher trabalham num banco considerado *muito exigente* em relação aos seus quadros, mas quando decidiram ter filhos nunca colocaram a hipótese de um deles ficar em casa mais tempo. No início do casamento já tinham uma empregada três vezes por semana para limpar e tratar das roupas, mas era sobretudo a mulher que tratava do resto das tarefas domésticas. Por isso, conta Manuel, quando nasceu a primeira filha, a mulher sentiu-se sobrecarregada e pediu-lhe ajuda, tendo ele começado a cozinhar um pouco e, sobretudo, a cuidar e a tratar do bebé. Actualmente, é ele que, por ter flexibilidade na hora de entrada, prepara e leva as crianças à escola às 9 horas. Mas é a mulher, que trabalha na área comercial com horário fixo (tem de entrar às 8:30 mas sai às 17:30), que vai buscar as crianças, o que permite a Manuel, pelo menos alguns dias por semana, trabalhar até mais tarde.

Num outro casal *dupla carreira*, ele gestor de projectos numa empresa consultora de informática (entrada flexível) e ela economista num banco (entrada fixa às 8.30), a “delegação extensa” da guarda dos 3 filhos – de 6

anos, 3 anos e 6 meses – passa, também, pela possibilidade de recorrer a vários apoios pagos e não pagos e a instituições privadas com horários longos. Nesta família, o enquadramento do universo doméstico envolve, como nos acasos acima mencionados, uma gestão complexa de diferentes soluções: a empregada doméstica para a limpeza e a roupa; uma instituição privada com horários longos para os dois filhos mais velhos; uma avó que toma conta do bebé há 2 meses, até ele entrar para o berçário daqui a três meses; e, por último, depois de a mãe chegar a casa com os três filhos (até o filho mais novo ter um ano, ela tem direito à dispensa de horário por aleitação e sai mais cedo), uma *babysitter* durante duas horas ao fim da tarde, paga pelos avós, para ajudá-la a dar o banho, o jantar e a deitar as três crianças. Curiosamente, a *babysitter* é qualificada (educadora de infância), o que mostra uma preocupação crescente, nestes meios sociais, em ter apoios pagos mas qualificados para tomar conta de crianças muito pequenas em casa. Existe, ainda, o apoio de um tio-avô que mora em frente e que leva e traz o filho mais velho da catequese. Os avós, dos dois lados, também ajudam ao fim-de-semana quando é necessário. Adriano (37 anos) confessa que, no seu caso pessoal, ele apenas *ajuda* a mulher em vez de *partilhar* os cuidados, mas também faz notar, que, em geral, os homens *têm uma pressão superior no trabalho*. É o que se passa com eles no momento actual: a mulher, por não ter horas extraordinárias e por ter dispensa de aleitação, tem menos *stress* no trabalho e em geral, apesar de ser ela que *tem a liderança das questões da vida familiar*.

Regista-se, assim, nos casais **dupla carreira** que fazem a conciliação família-trabalho através de múltiplos recursos e uma enorme delegação, tanto das tarefas domésticas como dos cuidados às crianças, uma tendência para ser a mulher a “gerir”, no dia-a-dia, a articulação múltipla de pessoas, escolas, horários, tarefas, actividades, deslocações e apoios. Os homens reconhecem esta *liderança* feminina do espaço doméstico e o facto de as mulheres terem de *abrir mais espaço para os filhos*. Falam pouco, porém, e menos do que alguns homens que vamos encontrar mais à frente, do cansaço da mulher ou do facto de ela sentir algum *stress* provocado pelo trabalho sobre a vida familiar. Tanto Patrício, como Adriano, ou Manuel referem, sobretudo, o seu próprio *stress*: não só o *stress* do trabalho em si mesmo, sujeito a longas horas, prazos apertados que obrigam a horas extraordinárias, exigência em termos da qualidade do trabalho; mas também a tensão gerada pelos horários e as pressões de trabalho sobre a vida familiar. Adriano fala do *desequilíbrio* de tempos que o impedem de passar mais tempo em casa e com os filhos. Para *aliviar as tensões de um lado e do outro* procura estabelecer uma *métrica de prioridades*: a família está em primeiro lugar se houver problemas

urgentes ou filhos muito doentes, o trabalho está depois disso. Mesmo assim, acha que há desequilíbrio, pois o trabalho pesa demasiado na balança. Por isso, de vez em quando, decide ser ele a ir buscar os filhos à escola para tratar deles e estar com eles até à hora de se deitarem. Manuel também sente os mesmos problemas e tensões. Acha que a opção de ter escolhido horários longos, para poder subir na carreira e ganhar mais, acabou por lhe dar pouco tempo para estar com os filhos:

Pressões, senti realmente essa, a que eu senti foi realmente eu querer estar mais tempo com os meus filhos e não ter tempo para isso... e de misturar temas, quer dizer, não conseguir isolá-los e não conseguir ter as coisas estanques no trabalho. Não transportar os problemas do trabalho para casa e de casa para o trabalho. E eu tento fazer uma gestão, que acho que consigo gerir mais ou menos. Às vezes, claro, chego a casa aborrecido, ou vou para o trabalho mais aborrecido, porque as coisas mexem connosco. Não conseguimos abstrair completamente dos problemas.

Tem tentado, por isso, compensar essa falta de tempo estando mais presente quando pode e abdicar de alguns *hobbies e saídas* para estar mais com os filhos ao fim-de-semana.

Perfil 2 – Trajectória moderna-autónoma do casal “carreira masculina/ profissão feminina”

Destaca-se um segundo perfil de articulação família-trabalho relacionado com casais em que os homens têm uma carreira profissional altamente qualificada e exigente, enquanto as mulheres, por diversas razões (menor qualificação, carreira interrompida por desemprego, vários anos fora do mercado de emprego) têm uma carreira menos bem sucedida ou um emprego mais administrativo e rotineiro. Também neste perfil, os homens destacam a exigência e a responsabilidade da sua profissão e sublinham a realização pessoal que daí advém. No entanto, por contraste com os homens em casal **dupla carreira**, dão grande destaque ao facto de os seus rendimentos serem muito mais elevados do que os das mulheres e de assegurarem o nível de vida e as necessidades económicas da família. Em consequência, a identidade masculina liga-se, na prática e simbolicamente, a uma superioridade e a um poder que assenta em qualificações, saberes, redes de conhecimento e rendimentos mais elevados. Trata-se de homens qualificados que acreditam na partilha dos cuidados e das tarefas, mas vivem uma situação familiar em que são os principais provedores da família, o que lhes permite, de certa forma, impor o tipo de articulação família-trabalho.

Curiosamente, as trajectórias do casal **carreira masculina/profissão feminina** não são sempre iguais, tal como acontece no perfil anterior. Variam, por um lado, em função da estratégia do homem para se envolver ou não no universo doméstico e dos cuidados aos filhos e, por outro lado, do esforço feito pela mulher para manter algumas ambições de progressão profissional (o que significa tentar lutar por algum afastamento do espaço doméstico que lhe permita uma valorização ou um empenhamento profissionais).

a) Trajectória casal “carreira masculina/profissão feminina” com apoio feminino à carreira masculina

Vejamus um primeiro caso em que a trajectória se foi tornando mais desigual ao longo do tempo conjugal, não por vontade da mulher mas por condicionamentos do mercado de trabalho e pela dinâmica familiar gerada na altura do nascimento dos filhos. Francisco exerce uma profissão liberal, é professor universitário convidado e tem horários de trabalho livres e longos, que se prolongam por vezes pela noite dentro. Quando casou estava no início da carreira, enquanto a mulher, licenciada em gestão e cinco anos mais velha, depois de passar por diferentes cargos na empresa privada de venda e distribuição onde trabalhava, já estava bem colocada como directora financeira. Além disso, quando ainda namoravam e Francisco estava a estudar, Inês comprou um andar, o que facilitou a rápida passagem do casal para a coabitação no momento em que Francisco acabou o curso. No entanto, desde o início que a realização das tarefas domésticas tem sido sobretudo feminina. Francisco considera-se o *limpeiro* da casa, a pessoa que arruma, e é também responsável pela decoração. Quanto ao resto, desculpa-se dizendo, por exemplo, que Inês *cozinha bem e gosta. Eu até gostava de saber, mas neste facto ela gosta de cozinhar, portanto...* Reconhece que, *em relação à família, tem havido sempre um apoio da parte da Inês*, o que lhe permitiu, ao longo da carreira, dar sempre prioridade ao trabalho e não se preocupar em conciliar a profissão com as tarefas domésticas e os cuidados às crianças.

Quanto ao modelo ideal de repartição do trabalho doméstico, Francisco procura ser sincero. Afirmo que o lugar dos homens na família está a mudar e que o facto de as mulheres trabalharem os obriga a *dividir* e a *tratar dos miúdos*. Mas diz também:

(...) de qualquer forma, eu ainda sinto, e penso que a entrevista tem de ser reveladora da verdade... eu ainda sinto que há umas coisinhas que devem

ser elas a fazer... as mesmas coisas, por exemplo, tratar dos miúdos e não sei que mais, eu faço tudo, mas ainda sinto, às vezes sinto, isto é o papel dela, embora... eu também, se calhar no meu caso sinto isso porque tenho uma profissão em que eu tenho de empreender mais. Então sinto. Portanto, acho que não é bem machismo, é porque eu preciso de trabalhar, por razões familiares também, para ganhar mais, não é? Sinto que, às vezes penso 'pá, ela tem que tomar conta senão não consigo trabalhar'. Mas não é no sentido, se calhar não estou tanto no sentido antigo do 'acho que deve ser ela a fazer', acho que isto tem mais a ver com o aspecto profissional do que propriamente com discriminação.

O casal ainda viveu alguns anos sem ter filhos. Quando Inês engravidou, não colocaram a hipótese de ela ficar em casa com o bebé depois da licença de maternidade. Inclusivamente, até reservaram um lugar numa creche muito antes de a criança nascer. No entanto, foi isso que aconteceu: três meses depois de regressar ao trabalho a seguir à licença da maternidade, a empresa decidiu centralizar a parte financeira na empresa-mãe noutra cidade e Inês ficou desempregada. Nessa mesma altura engravidou acidentalmente. Grávida, com o subsídio de desemprego e com uma filha de oito meses, Inês não pôde procurar emprego e acabou por ficar em casa, durante mais de dois anos, a cuidar dos filhos. Francisco comenta que não foi opção dela e que ela não gostou de estar fechada em casa, mas admite que *até coincidiu e deu jeito, porque estava com os bebés em casa*. Por outro lado, ele sentiu que a situação teve um certo impacto na sua própria vida profissional. Não conseguiu fazer a tese de mestrado, porque teve de se empenhar mais profissionalmente e arranjar trabalhos extra para compensar a quebra de rendimentos e o facto de passarem a ser uma família de quatro pessoas.

Quando Inês voltou para o mercado de emprego conseguiu um lugar de gestora numa instituição sem fins lucrativos com um horário flexível das 10h às 18h. Para ela poder investir outra vez na vida profissional, os filhos passaram a frequentar o jardim-de-infância e a escola ao pé de casa dos avós paternos (delegação extensa formal e informal), indo para casa destes à tarde até um dos pais, normalmente a Inês, os ir buscar. Inês ganha agora bastante menos que o marido mas valoriza a actividade e inscreveu-se, há pouco tempo, num mestrado. Quando questionado sobre a conciliação família-trabalho, Francisco acha que a mulher vai agora sentir algum *stress* por acumular estudos, trabalho e responsabilidades domésticas. A pensar nisso, já contrataram uma empregada para passar a ferro, de modo a aliviar Inês. Quanto a ele mesmo, sente:

(...) agora, às vezes, não dá para conciliar nada, não é? E então, se há um trabalho para entregar, não dá para conciliar nada, pronto. E neste caso, em relação à família, tem havido sempre um apoio da parte da Inês, pronto, ela entender... quer dizer, também tenho estas actividades extras

para controlar um bocadinho a estabilidade económica da família, portanto, isto é entendido assim (...). ‘Tou pouco tempo com os miúdos mas quando estou, faço por render o tempo, e aos fins-de-semana faço por brincar com eles.

Apesar disso, Francisco refere algumas tensões, pois a vida familiar é algo limitadora da sua liberdade criativa e as relações com a família próxima (almoços/convívio ao fim-de-semana com pais e irmãos) tiram espaço à vida em casal.

Temos, assim, um modo de articulação família-trabalho que assenta, progressivamente, num modelo de carreira masculina com apoio feminino, legitimado pelo entendimento implícito, entre os dois membros do casal, dos direitos reconhecidos ao homem pelo facto de ser o principal provedor da família. Devido às *circunstâncias* do desemprego da mulher, ao nascimento *de rajada* dos filhos e, principalmente, às características da carreira masculina, a articulação família e trabalho no casal construiu-se à volta do apoio dado por ela à carreira do marido, assumindo ela a responsabilidade pelas tarefas e pelos cuidados aos filhos. Este “contrato de género”, note-se, parece representar, para Inês, uma desigualdade de oportunidades que ela procura actualmente reestruturar, inscrevendo-se num mestrado e procurando, novamente, afastar-se um pouco das responsabilidades domésticas. Apoia-se, para tal, em várias ajudas, o que, neste meio socioprofissional, é frequente conseguir reunir: os avós e a delegação parcial numa empregada doméstica.

b) Trajectória casal “carreira masculina/profissão feminina” com investimento masculino nos cuidados e nas tarefas

Com mais de quarenta anos e uma carreira de investigação científica que exige dedicação, concentração e deslocações frequentes para fora do país (2 ou 3 meses por ano), Pedro foi pai já bastante tarde na vida e sente que foi sobretudo o nascimento da filha, hoje com 4 anos, *que veio mudar as regras do jogo.*

No entanto, Pedro já dividia as tarefas domésticas em casa, sendo ele, por exemplo, o responsável pela cozinha no dia-a-dia (considera que cozinha melhor do que a mulher) e pela compra dos alimentos, enquanto a mulher se responsabiliza pela roupa e pela limpeza. Na verdade, quando ainda era um jovem adolescente, aprendeu a tratar de si mesmo e a cozinhar, pois vivia numa família monoparental em que ficava frequentemente sozinho.

Contudo, foi a paternidade e a relação privilegiada que criou com a filha, sobretudo a partir dos dois anos de idade, que transformou radicalmente a sua relação família-trabalho. Passou a querer estar mais presente no quotidiano da filha e a assegurar alguns dos cuidados prestados: estar em casa à hora que a carrinha do infantário chega e tomar conta dela até a mulher chegar do emprego uma hora depois. A sua ausência do país, uma ou duas vezes por ano, também motivam um envolvimento paterno mais sistemático nos períodos em que se encontra em Portugal.

Ao contrário de Pedro, a mulher não frequentou o ensino superior, e tem um emprego administrativo onde ganha pouco e que não a satisfaz completamente. No entanto, prefere trabalhar a estar em casa. O horário não é muito longo, mas o local do emprego fica longe, obrigando a várias horas de viagem em transportes públicos. Pedro, apesar de achar que, pelo lado da criança, *há uma certa vantagem em alguém não trabalhar (...) a mulher ou o homem, a pessoa que tiver melhores características para estar com a criança em casa*, também acha que isso representa um sacrifício e que existe um obstáculo:

[o facto de] *assumirmos socialmente, dentro de determinadas camadas sociais, que a nossa vida e a nossa realização passam por uma actividade respeitável e respeitada... e, portanto, assumirmos que é, de alguma forma, uma menorização das pessoas estarem em casa. E isso paga-se.*

Depois da licença de maternidade e antes de a filha ir para a creche, a mulher ficou em casa mais oito meses sem remuneração e Pedro refere que ela *ia dando em doida*. Nesses primeiros meses de vida da criança, Pedro sentiu-se mais afastado enquanto pai: tinha algum receio em pegar num bebé pequeno e frágil e acha que, nessa fase, existe uma ligação forte à mãe. Começou a envolver-se muito quando a filha começou a falar e a andar e hoje até sente que os papéis de género estão invertidos: *num casal que divide as tarefas eu sou a mulher, não sou o homem*. É uma apreciação global que é também provocada e reforçada por alguns amigos que, ao considerarem que ele faz muito em casa, dizem que ele *é a mãe da casa*. Na realidade, quando analisamos as práticas, este novo significado atribuído por Pedro e os seus amigos à divisão familiar do trabalho não se aplica inteiramente ao seu caso, dado que a companheira de Pedro trata da roupa e da limpeza da casa e assume, na sua ausência, todos os cuidados à filha e todas as tarefas. De qualquer forma, é importante registarmos que, a partir de um envolvimento mais partilhado na vida familiar, surge, com alguma facilidade, o estereótipo da inversão de papéis por parte da sociedade e em meios que defendem uma nova ordem de género.

Do ponto de vista dos problemas que resultam da articulação família-trabalho, Pedro refere, ainda mais que Francisco, que a vida familiar *perturba o trabalho dele*. Embora possa levar trabalho para casa, por vezes sente-se cansado demais para trabalhar depois de fazer o jantar e de dar atenção à filha. Como o grande prejudicado é o seu trabalho profissional, uma das estratégias de Pedro é não abdicar das estadias de um ou dois meses para fazer trabalho de pesquisa fora do país: é uma forma de separar completamente, durante um período suficientemente longo mas sempre controlado, as duas esferas da família e do trabalho. Assim, ao contrário de Francisco que, apesar de tudo, sente uma tensão grande e permanente por ser um pai sempre pouco presente, Pedro resolve a tensão alternando fases de muito envolvimento, em que é mesmo apelidado de *mãe da casa*, com períodos de ausência/liberdade total para investir na sua carreira profissional.

Em suma, a desigualdade de género produzida num casal de **carreira masculina/profissão feminina** é difícil de resolver. Para a incorporar sem conflitos graves na vida familiar, Francisco e Inês atribuem um significado particular à dedicação profissional masculina e à falta de presença paterna no dia-a-dia (necessidade económica, carreira mais importante); Pedro e Manuela alternam períodos de partilha/presença paternal muito forte, com períodos de desigualdade/ausência do pai justificada pelas exigências da carreira de investigação. O impacto, do ponto de vista da relação pai-filhos e do bem-estar do homem na família, parece pender mais favoravelmente para o último modo de articulação, pelo menos se tivermos em conta a perspectiva masculina. Apesar de sentir *stress* no trabalho e alguma preocupação pelas ausências no estrangeiro, Pedro está confortável com a solução de segmentação dos tempos que *impôs*, sobretudo porque lhe permitiu criar uma relação próxima com a filha e sentir-se o seu principal educador.

Perfil 3 – Trajectória moderna-companheirista do casal “dupla carreira, dominante masculina”

Voltamos, neste tipo de trajectória, a um casal **dupla carreira**, em que os dois são qualificados e têm, desde o início da vida conjugal, carreiras profissionais estabelecidas. Porém, ao contrário da primeira trajectória, em que o casal procura conciliar família e trabalho através da delegação ampla das tarefas domésticas e dos cuidados – desenvolvendo até uma espécie de *desfamiliarização* do espaço doméstico para não perturbar a autonomia profissional dos dois membros do casal –, neste caso adopta-se uma estratégia mais **negociada e familiarista** de articulação família-trabalho.

O objectivo é manter o espaço profissional de cada um sem deixar de estimular a participação dos dois na vida quotidiana da família e, sobretudo, no apoio aos filhos. Dando menos prioridade ao trabalho, tenta-se negociar o que se tira à vida profissional de cada um e o espaço que se deixa em aberto para alguma coesão conjugal e familiar à volta da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, cuidados esses que são considerados, justamente, “parentais”.

A articulação família-trabalho na altura dos primeiros anos de casamento, muito centrada na partilha do universo doméstico, parece influenciar, ao longo da trajectória familiar, uma divisão conjugal do trabalho e dos cuidados mais partilhada e negociada. Sérgio, licenciado em engenharia informática e a mulher, licenciada em *marketing*, tiveram um início de vida a dois um pouco diferente do habitual. Quando casaram, Sérgio ainda estava a terminar a licenciatura (trabalhando ao mesmo tempo como monitor) e passava bastante tempo em casa, e Raquel já estava grávida (gravidez acidental). Desde o início que houve uma partilha conjugal das tarefas domésticas (por ter vivido sozinho, Sérgio sabia fazer tudo, desde cozinhar até passar a ferro) e os cuidados prestados ao primeiro filho também foram partilhados: Sérgio, mais em casa, continuava a fazer tarefas domésticas e ajudava a tratar do bebé (embora tivesse algum receio de pegar nele nos primeiros tempos), partilhando inclusivamente o levantar de noite durante os primeiros meses.

Por *inspiração do filho* que tinha acabado de nascer, nessa mesma altura formaram uma empresa de *software* educativo e cultural, onde trabalharam os dois durante algum tempo. Os escritórios eram no mesmo prédio onde viviam, assim como a casa dos pais da mulher, que deram bastante apoio quando os filhos (com dois anos de intervalo) eram muito pequenos. Continuaram, no entanto, a partilhar tarefas e cuidados e nunca tiveram empregada doméstica. Por necessidade económica e por opção – para um deles ter mais flexibilidade para acompanhar as crianças – decidiram, uns anos depois, que apenas um deles continuaria na empresa fundada por ambos. Sérgio arranhou outro emprego, passando a ganhar bastante mais que a mulher, mas esta, ao ficar na empresa, teve sempre como vantagem principal poder sair do trabalho mais cedo para poder acompanhar os filhos de perto, não só do ponto de vista escolar, mas também das actividades extra-escolares, sobretudo musicais, onde os inscreveram desde muito pequenos. Assim, o dia-a-dia da família, hoje, organiza-se muito não só à volta da vida profissional, mas também do acompanhamento próximo das actividades dos filhos, mesmo no caso de Sérgio, que está agora a fazer uma pós-graduação

(o que, na sua opinião, prejudica um pouco o acompanhamento que ele faz).
No entanto, como diz

[o trabalho] *permite que faça a gestão do meu tempo como eu quiser, ...
ou seja, se houver necessidade de sair para ir buscar os meus filhos e
levá-los a qualquer lado...*

Por regra, é ele que, de manhã, deixa os filhos na escola. À tarde é a mulher que costuma levá-los para outras actividades, mas há um dia por semana em que é o pai a levar o filho ao conservatório de música. Considera que o acompanhamento dos filhos (que também inclui assistir aos eventos musicais em que eles participam) e a gestão dos tempos de trabalho torna o ritmo de vida por vezes *alucinante*, por ser difícil encaixar tudo e não fazer as coisas *com muita pressa*. No entanto, considera que tanto ele como a mulher têm *essa capacidade de gestão*. Faz notar, também, que a mulher tem mais flexibilidade no trabalho e assume mais a educação e o acompanhamento das crianças *não porque culturalmente isso acontece com a mulher, mas também porque nós fizemos essa opção. Optámos...*

Em suma, observa-se no modo de articulação família-trabalho uma progressiva separação e desigualdade nas carreiras de cada membro do casal, que assenta numa maior flexibilidade família-trabalho por parte da mulher. No entanto, é uma decisão que é interpretada como uma opção conjunta, permitindo um investimento na educação dos filhos, na qual o pai, apesar do investimento exterior na carreira, procura sempre participar. O modo de articulação família-trabalho revela, desta forma, um esforço e um entendimento conjugal que nos leva a poder falar de uma conciliação “companheirista”, por contraste quer com a autonomia e a “desfamiliarização” quotidiana mais marcada da trajectória moderna-autónoma do casal **dupla carreira**, quer com a imposição unilateral do modo de articulação no caso do casal **carreira masculina/profissão feminina**.

Do ponto de vista das tensões, porém, voltamos a encontrar, por parte do homem, uma tensão forte relacionada com o trabalho propriamente dito (prazos, objectivos a cumprir, horas longas de trabalho) e um problema de *falta de tempo* para dedicar à vida familiar. Em resposta a esta tensão, Sérgio optou por fazer menos tarefas domésticas em casa, de modo a não quebrar a proximidade que tem no dia-a-dia com os filhos. Como sente que esta situação sobrecarrega a mulher em termos de tarefas, já sugeriu a contratação de uma empregada doméstica para tratar da roupa, embora, segundo Sérgio, a mulher prefira continuar a ser ela a passar.

Perfil 4 – Trajectória moderna-companheirista do casal “duplo emprego/ duplo cuidar”

Neste modo de articulação centrado no duplo emprego, duplo trabalho doméstico e duplo cuidar, encontramos uma organização familiar em que o lugar do homem mudou radicalmente. Não significa, no entanto, que ele deixe de ter um emprego com horários longos e horas extraordinárias, como a maior parte dos homens da sua classe social, para poder manter o nível de vida da família. No entanto, a gestão dos tempos é feita de modo a permitir um ajustamento e uma partilha conjugais em que ambos procuram assumir a sua parte do trabalho doméstico e ambos reconhecem o esforço feito pelo outro, considerando-o justo e importante em termos de coesão familiar.

No caso que escolhemos para exemplificar este modo de articulação família-trabalho, Miguel, 32 anos, 8.º ano, é electricista por conta de outrem com um horário seguido (8:30-17:30), embora tenha períodos em que faça mais horas de trabalho por conta própria a seguir ao emprego ou ao sábado (cerca de 25 horas por mês). Maria José, 31 anos, 9.º ano, trabalha como vigilante numa empresa de segurança das 8 às 16 horas. Miguel tem alguma facilidade em faltar ao emprego, porque o patrão deixa-o compensar com horas extraordinárias, enquanto Maria José, dado o tipo de trabalho, dificilmente pode faltar ou chegar atrasada ao trabalho para prestar assistência às filhas (de 9 e 6 anos). Como a mulher entra cedo e só Miguel é que tem carta de condução, é ele que leva as filhas de manhã à escola e as vai buscar ao fim da tarde (estão numa IPSS, com horários longos, onde se paga segundo o rendimento).

Miguel nasceu em Lisboa numa família de empregados dos serviços com baixa escolaridade (pai 4.ª classe, mãe 2.ª classe). Actualmente o pai, depois de ser fotógrafo durante muitos anos, é motorista particular a tempo inteiro e a mãe é vendedora numa loja de móveis. A divisão de tarefas em casa dos pais era tradicional. A mãe fazia todas as tarefas domésticas, mas começou desde cedo a pedir a ajuda dos filhos para conseguir conciliar melhor a vida profissional e a vida familiar. Além disso era raro o pai estar presente e Miguel considera-o uma pessoa autoritária e rígida. Miguel, sendo o mais velho dos filhos, aprendeu a aquecer e mesmo a fazer a comida para os irmãos, quando a mãe, que durante alguns anos trabalhou num restaurante e tinha horários atípicos, não estava. Também se habituou a cuidar e a pegar em crianças pequenas, pois era ele que levava e buscava da creche o irmão mais novo, com 2 anos, a quem também dava de comer antes de a mãe chegar a casa. No entanto, era pouco controlado no que diz respeito à escola

e outras actividades, passando grande parte do dia na rua enquanto os pais trabalhavam. Depois de chumbar de ano 3 vezes seguidas, abandonou a escola no 8.º ano. Teve a sorte de ser contratado por uma empresa da área da informática, onde lhe deram uma formação de electricista. Hoje ganha cerca de 900 euros e a mulher 600.

Maria José perdeu os pais em criança e foi criada por uma tia. Gostaria de ter estudado serviço social mas teve de ir trabalhar aos 15 anos, numa florista, para ganhar dinheiro e ajudar a tia. Conheceu o Miguel com 17 anos e casou com ele aos 18. Miguel conta que se sentiram atraídos por partilharem os mesmos gostos, por conversarem muito e por existir uma cumplicidade e uma grande proximidade entre os dois que se instalou logo de início. Coabitaram durante uns meses e depois casaram pelo civil. Queriam comprar casa e viajar antes de ter filhos, mas Maria José engravidou acidentalmente aos 23 anos. Na altura não existia a licença de paternidade mas Miguel tirou férias para poder estar com a mulher em casa. Nos cuidados ao bebé, conta:

Fazia de tudo, fazia a papa, dava-lhes de comer, mudava as fraldas, às vezes passava a noite, eu em pé com elas.

Como a primeira filha era muito *chorona* e a mulher não conseguia dormir, conta-nos que foi muito importante a partilha das noites, para a mulher poder dormir e descansar. No nascimento da segunda filha, Miguel já gozou a licença de 5 dias. Na opinião dele a licença é importante para o marido poder estar em casa nesses momentos a seguir ao parto para ajudar a mulher.

Quanto às tarefas domésticas, existiam no jovem casal competências diferenciadas que orientaram, desde o início da coabitação, a divisão conjugal das tarefas. Maria José, com 18 anos, não sabia cozinhar. Hoje já sabe um pouco mas mesmo assim, quando o Miguel não está, aproveita o que ele deixou feito ou, se necessário, utiliza comida pré-cozinhada. Apesar de tudo, Miguel sente que teve de se modificar muito e de fazer um esforço para assumir sozinho, todos os dias, o cozinhar para a família. É sempre ele, ainda hoje, que faz o jantar. Mas reconhece que ganhou gosto pela cozinha e, curiosamente, refere que cozinhar é um dos domínios da sua vida (depois da família e do futebol) que mais prazer lhe dá. A Maria José trata das roupas e das tarefas administrativas mas os dois partilham a limpeza ao fim-de-semana e as compras (desde há um ano que as duas filhas, de 9 e 6 anos, ficam sozinhas em casa, com telemóvel, enquanto os pais vão às compras).

Interrogado sobre as mudanças que estão a ocorrer no lugar do homem na família, Miguel considera que esse lugar está a mudar e que ele se sente como um *exemplo disso*. Considera que as mulheres são hoje mais respeitadas porque trazem dinheiro e assim são ajudadas pelos maridos. Mas acha que a igualdade passa por uma mudança de mentalidade do homem, que demora a acontecer. A sua avaliação baseia-se na observação que vai fazendo dos seus amigos que, segundo ele, mesmo quando as mulheres trabalham, pouco fazem em casa. Refere que nos meios pequenos de *bairro*, como o seu, aquilo que os homens dizem uns sobre os outros pode ser um entrave importante à mudança: os homens que não fazem nada em casa gozam frequentemente com os homens que o fazem e também com aqueles que são fiéis às mulheres.

As tensões ligadas a este modo de articulação entre família e trabalho são, sobretudo, as que se prendem com o *cansaço* das horas de trabalho acumuladas com as horas de trabalho doméstico e de cuidados às crianças. Neste modo de articulação, de partilha das tarefas domésticas e dos cuidados, o homem considera que tanto ele como a mulher se sentem cansados quando chegam a casa e têm de tratar de tudo e que sentem alguma falta de tempo para o casal. Afirma, também, que o *stress* parece ser maior para a mulher, porque ela não gosta muito do trabalho que faz. Em termos pessoais, por outro lado, Miguel sublinha que as tensões família-trabalho começaram a ser mais sentidas a partir do momento em que foi pai. Tem problemas quando faz muitas horas extraordinárias porque sabe que a mulher precisa da sua ajuda: diz que é preciso muita paciência para estar ao fim do dia com duas miúdas pequenas a fazer os trabalhos da escola e a fazer tudo em casa sem a ajuda de outra pessoa.

De registar, em suma, que a construção social deste modo de articulação mais igualitário apresenta-se fortemente associado aos percursos individuais e ao percurso conjugal de Miguel e de Maria José. Num duplo sentido. Por um lado, temos um tipo de conjugalidade – dialogante e próxima – que esteve na base da sua coabitação inicial. Sabemos, a partir do que nos diz a sociologia das interações conjugais, que este tipo de dinâmica conjugal favorece a entajuda e o companheirismo. Acresce, também, que este modo de articulação mais centrado na partilha conjugal existe desde o princípio do casamento e não foi despoletado pela transição para a parentalidade, o que parece ter facilitado, na altura dos nascimentos dos filhos, um assumir quase automático de uma entajuda a nível dos cuidados prestados às crianças pequenas. Aliás, o significado que o próprio Miguel atribui à presença dele em casa na altura dos nascimentos é de “ajuda à mulher” e

não tanto de “aproximação ao papel de pai”. Por outro lado, o facto de ela não saber cozinhar e de ele ter alguma experiência nesse domínio, favoreceu uma repartição mais fácil das tarefas domésticas. Em resumo, a socialização prévia do homem às tarefas e aos cuidados parece ser de uma importância fundamental quando, num quadro conjugal companheirista e dialogante, existe uma maior probabilidade de utilizar e pôr em prática os saberes masculinos já adquiridos.

Perfil 5 – Trajectória tradicional-companheirista do casal “emprego e meio”

Iremos descrever agora um perfil de articulação família-trabalho que se aproxima do modelo “emprego e meio” descrito por alguns estudos do sistema família-trabalho. Na investigação efectuada, os homens que se situam neste modo de articulação família-trabalho têm uma escolaridade muito baixa (4.ª classe ou 2.º ciclo completo) e trabalham como operários ou empregados pouco qualificados dos serviços. A vida familiar representa, para eles, um refúgio importante para uma vida de trabalho dura, pouco gratificante e com longas horas de trabalho; e também o lugar (conjugal, parental, familiar) através do qual procuram deixar para trás um mundo rural pobre onde nasceram e cresceram. A casa de família onde *nada falte* e uma nova vida para os filhos em que se vislumbre *um futuro melhor* são as motivações-chave para um forte investimento do homem (com a ajuda da mulher) na angariação de mais rendimentos nos primeiros anos de vida conjugal, com o objectivo de assegurar aos filhos esse lugar na sociedade. Neste contexto, é o trabalho do homem, e o seu esforço em horas extraordinárias ou em trabalhos de fim-de-semana, que é visto como o pilar principal desse empenhamento. Tal como no mundo rural, o trabalho da mulher é considerado como um complemento importante que pode dar para cobrir os custos da alimentação (“da casa”), mas que deve ser conciliado com os cuidados aos filhos e o trabalho doméstico. Espera-se, apesar de tudo, que o homem colabore quando está em casa e os homens entrevistados rejeitam a ideia do homem distante, autoritário e “não cooperante” do passado.

Vejamos o exemplo de Jeremias, que nasceu numa aldeia da Beira Baixa, numa família de camponeses com nove filhos. Jeremias ajudou sempre na agricultura e ficou a trabalhar com os pais durante alguns anos depois de fazer a 4.ª classe. Com 15 anos veio para Lisboa e arranjou um emprego como ajudante de pasteleiro, um trabalho que não lhe agradava, estudando também à noite até fazer o 8.º ano. Queria trabalhar com automóveis e conseguiu uns anos depois entrar para uma oficina, onde ganhava menos do

que na pastelaria mas onde fazia o que gostava. Hoje, aos 39 anos, é sócio, com um irmão, de uma oficina de mecânica de automóveis em Lisboa. É sobretudo bate-chapa, mas também ajuda na parte mecânica e arranja carros em segunda mão.

Quando era mais novo fazia mais horário, para ganhar mais dinheiro, que foi quando me casei. No princípio, as coisas eram mais difíceis, e continuam a ser, não é? Na altura, como não trabalhava por conta própria, tinha que trabalhar mais horas para ganhar mais alguma coisa, não é? Trabalhava sábado, às vezes domingo, por vezes trabalhava até à meia-noite (...). Eu, na minha profissão, conseguia ganhar mais dinheiro do que se fosse ela [a mulher], não é? Trabalhava mais, também porque nós comprámos uma casa, a primeira casa que tivemos, portanto, sem dinheiro absolutamente nenhum. Era preciso mobilá-la, pagá-la também, não é? Nós não tínhamos automóvel, e para isso foi preciso trabalhar; para se ter estas mordomias era preciso (...) Não era agradável, porque... a gente gosta de estar com os filhos e com a família em casa, não é? O mais tempo possível. Mas só que, prontos, tivemos que nos sujeitar. Era muito mais fácil ter um horário certinho, vir sempre para casa, estar com a família, a mulher, as miúdas, só que... era necessário fazer aquilo, para se ganhar algum dinheiro, portanto, nós éramos pobres... e continuamos a ser pobres... continuamos a fazer esforços.

Actualmente o casal tem uma vivenda em Alhandra e duas filhas, de 14 e 6 anos. Já do ponto de vista da divisão conjugal do trabalho, Jeremias acha:

é sempre bom trabalhar o casal. Acho que cada um deve ter a sua independência, mas se, na idade... por exemplo, eu acho, para mim, que as mães deviam de acompanhar os filhos pelo menos até aos 8, 9 meses. Mete um bocado de dó quando se vai pôr uma criança com 5 meses num infantário... nunca conseguem dar o mesmo conforto e carinho que dá uma mãe...

A mulher de Jeremias sempre foi empregada doméstica externa e teve, como ele diz, *horários não completos* que não a ocupavam até tarde:

Como nós nunca tivemos ninguém que... avós, nem ninguém que pudesse ficar com as crianças, ela teve sempre estes trabalhos de... horários não completos. Para poder ter sempre vagar para acompanhar, ir buscá-las ao infantário e à escola...

No entanto, quando nasceu a primeira filha, a mulher de Jeremias apenas ficou em casa 4 meses até a filha ir para o infantário, e quando nasceu a segunda ficou 5 meses. Jeremias explica que não havia avós a viver perto para ajudar, senão teriam optado por deixar as filhas com os avós durante mais tempo antes de irem para o infantário. No momento da entrevista, com as duas filhas na escola, a mulher de Jeremias já estava a trabalhar mais

horas por dia, a cuidar de um casal de idosos entre as 10 e as 5 da tarde, um horário que, apesar de tudo, ainda lhe permite ir buscar a filha mais nova, de 6 anos, ao ATL (pelo qual pagam 130 euros). Depois de chegarem a casa, a filha por vezes fica sozinha, enquanto a mãe vai às compras ou levar a filha mais velha à explicadora.

Quanto às tarefas domésticas, Jeremias acha que as mulheres:

são mais caprichosas, gostam de ter as coisas mais arrumadinhas, desempenham melhor esse papel. Embora, claro, penso que os homens também devem ajudar a fazer, não é? O que for preciso, mas... pelo menos para orientar a casa penso que devem ser elas, porque elas orientam melhor.

Com efeito, em casa, Jeremias nunca participou regularmente nas principais tarefas domésticas (cozinhar, tratar da roupa), mas sempre “ajudou” pondo a mesa, lavando a loiça, colaborando na limpeza da casa ao fim de semana (grande demais para uma pessoa limpar sozinha), fazendo as reparações e a jardinagem. Quando as filhas nasceram, também ajudou nos primeiros meses, dando banho e mudando a fralda.

Por último, quando se fala nos problemas de conciliação, refere que até há muito pouco tempo sentiu problemas por não ter tempo suficiente para estar com a mulher e as crianças. Trabalhava até tarde, ao sábado e mesmo ao domingo se fosse necessário, e sentia-se muito cansado. Hoje, embora ainda sinta alguma falta de tempo, já está mais satisfeito: tem um horário menos sobrecarregado, das 9 até às 19 horas e pode estar em casa ao fim-de-semana.

Em suma, a articulação entre trabalho e família passou sempre, nesta família, por uma divisão do trabalho em que o homem assume o papel de principal provedor, mas a mulher ajuda, enquanto esta assume o papel de principal responsável pelos cuidados aos filhos e pela casa, embora o homem também ajude. Ao trabalhar profissionalmente menos horas e ajustando o seu horário de trabalho aos horários das crianças pequenas, é ela que faz a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Também é ela que tem a seu cargo a maior parte das tarefas domésticas. No entanto, o facto de o marido “ajudar” introduz na vida familiar um elemento de proximidade e de companheirismo conjugal, que é maior do que no modelo tradicional que iremos apresentar em seguida.

Perfil 6 – Trajectória tradicional-paralela do casal “duplo emprego/mulher doméstica e cuidadora”

Ao contrário do perfil anterior, encontramos casais em que o duplo emprego não é acompanhado de um esforço, por parte do homem, em modificar o seu lugar “tradicional” na divisão familiar do trabalho. As suas atitudes face aos papéis de género na família ainda se associam fortemente à noção do homem ganha-pão principal, menos distante e autoritário do que no passado, mas que se afasta do universo doméstico e delega tudo – desde as tarefas domésticas até aos cuidados aos filhos – na mulher ou nas mulheres da família em geral. Embora o homem neste modo de articulação esteja à procura de novas maneiras de se pensar enquanto “pai”, nota-se, até nesse campo, a influência ainda forte da ideia do ganha-pão masculino que sustenta a família, exerce a autoridade e aplica os castigos. Marcelo, 38 anos, vendedor de óptica, 11.º ano, e Nicolau, 30 anos, estafeta numa empresa de distribuição, 9.º ano, são dois dos vários exemplos deste modo de articulação família-trabalho. Quando questionado sobre o que considera ser um “bom pai”, Marcelo responde:

(...) fazer aquilo que nós no fundo fazemos: trabalhar, dedicar algum tempo para eles, tentar dar-lhes as melhores condições de vida, principalmente sem exageros: não é dar-lhes nada, mas também não é dar tudo... e dar-lhes bastante carinho sempre, mesmo, às vezes, quando eles não estão à espera. Tentar manter com eles uma relação de maior harmonia possível. Acho que isso é ser um bom pai. Logicamente o sustento, aquilo que é necessário, não é? Pô-los na escola...

Apesar de tentar hoje, mais do que no passado, ser um pai que brinca e que responde às solicitações dos filhos, confessa que continua a ter alguma dificuldade na forma de os educar e corrigir. Afirma ser uma pessoa que perde a cabeça, que gosta de ser obedecido e que, quando os filhos se mostram teimosos, tende a ser violento e a bater-lhes. Marcelo brinca um pouco com eles ao fim-de-semana e gosta, sobretudo, de levar o filho mais velho a fazer desporto na associação onde ele também pratica. Durante a semana, normalmente não os vê, porque trabalha 12 horas e chega a casa muito tarde. No entanto, não sente que devia passar mais tempo com os filhos. Às vezes, quando a mulher trabalha ao sábado, até acaba por deixá-los em casa da sua sogra, para ele mesmo poder estar mais à vontade e ir fazer desporto. Quanto à licença de paternidade, Marcelo não gozou a licença dos 5 dias. Achou que era uma fuga à responsabilidade profissional e não considera importante o pai ficar em casa com os filhos, sobretudo na altura do nascimento, mas também mais tarde. Para ele, e também para Nicolau,

mãe é mãe, a mulher nasce com isso e, apesar de concordarem com a ideia de os dois membros do casal trabalharem fora de casa, acham que compete à mulher tratar da casa e cuidar dos filhos. Marcelo reconhece que foi sempre *um bocado tradicional, sou um bocado à moda antiga*, não tendo de todo ajudado a mulher a seguir ao nascimento dos filhos. Quando eles choravam de noite, ele acordava mais facilmente do que ela e dizia-lhe *olha aí, o teu filho tá a chorar*. Ela levantava-se e Marcelo comenta que *isso é uma coisa perfeitamente natural e que ela aceita bem*.

Nicolau também tem horários longos – das 8 da manhã até às 8 ou 10 da noite – enquanto a mulher, que ganha um pouco mais do que ele, trabalha numa perfumaria como vendedora (das 10.30 às 19.30 e ao sábado de manhã). A mulher de Marcelo trabalha num grande centro comercial, por turnos (turno da 13 às 19h e turno da noite), o que torna muito difícil a conciliação entre vida familiar e vida profissional. Nas duas famílias, porém, a guarda das crianças e as tarefas domésticas são asseguradas pelas mães em cooperação com as avós. Marcelo chega a dizer que, apesar de não “viver” com os sogros, eles *coabitam*. Refere-se apenas ao facto de os pais da mulher estarem todos os dias em casa deles. Quando eram bebés, tomavam conta dos netos durante todo o dia. Agora que um está na escola e outra no infantário, vão buscá-los e tratam deles ao fim da tarde; ao sábado também tomam conta deles quando a mãe está a trabalhar. Em casa do Nicolau, a situação é semelhante. Nicolau e a mulher tiveram gémeos e viveram com os sogros dele durante um ano e meio para ter ajuda e a mulher poder voltar para o trabalho ao fim de oito meses. Hoje já estão numa casa independente mas vivem perto dos sogros. É a mãe que os leva à escola de manhã e a avó que os vai buscar à tarde e trata deles até à hora de jantar. Também passa a ferro, e dá o jantar e o banho aos dois netos antes de os pais chegarem.

Do ponto de vista do *stress* trabalho-família, Marcelo e Nicolau referem sobretudo o cansaço que ambos sentem por trabalhar muitas horas. Em relação à falta de tempo para a família, devido aos horários longos, apenas Marcelo diz que sente *alguma falta de tempo* para estar com a mulher por causa dos turnos e também por não terem conseguido passar férias juntos nos últimos anos. No entanto, diz que compensam essa falta de tempo deixando de vez em quando os filhos com os avós para poderem passear os dois sozinhos. Por último, surgem por vezes neste modo de articulação alguns problemas conjugais devido à falta de participação do homem no universo doméstico; é no casal de Nicolau que este problema tem surgido com mais frequência.

Em suma, na trajetória “tradicional-paralela” de articulação família-trabalho, observamos que tanto a mulher como o homem têm horários longos ou mesmo atípicos. As mulheres sempre trabalharam e sempre foram as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados às crianças, embora com a ajuda das suas próprias mães. Os homens consideram o universo doméstico e dos filhos como o mundo das mulheres e na opinião deles *as mulheres diferenciam-se pelo instinto maternal* (Marcelo). Dada a pouca participação do homem nas tarefas e nos cuidados, a conciliação só se faz através de ajudas informais extensas e diárias por parte de avós que moram perto. Existe, assim, um forte entrosamento familiar, entre ascendentes e família nuclear, que assegura a conciliação entre família e trabalho. A existência desta rede de apoio faz com que os problemas de conciliação da mulher não sejam mencionados e que os homens não sintam nenhuma necessidade de dedicar mais tempo à família. Os homens referem mesmo que podem estar *tranquilos* relativamente aos filhos e às tarefas domésticas na medida em que sabem que a mulher e os sogros estão a tratar de tudo.

Conclusão

O objectivo deste capítulo foi o de perceber a articulação entre a vida profissional e a vida familiar de homens a viver em famílias simples de casais com filhos. Através da análise das práticas, das orientações e das trajetórias masculinas relativas à divisão do trabalho pago e não pago, interessava perceber, em primeiro lugar, como é que os homens nestas famílias se posicionam face a um modo de conciliação baseado no modelo de ganha-pão masculino/mulher doméstica e, em segundo lugar, se a rejeição deste modelo tradicional conduz a formas novas e diversificadas de ver e operar a conciliação trabalho-família no masculino. Uma terceira interrogação dizia respeito aos contextos sociais e aos percursos individuais e familiares que se associam às principais mudanças face a um modelo de conciliação tradicional. Tratava-se de saber se as novas formas de conciliar, mais igualitárias e negociadas, se associam a homens com posicionamentos sociais elevados, ou se, pelo contrário, a mudança é mais transversal, tendo lugar em contextos sociais e em percursos diversificados.

Uma primeira conclusão revela uma tensão entre velhas e novas orientações normativas relativamente ao papel do homem na divisão conjugal do trabalho e na articulação entre vida profissional e vida familiar com crianças. Por um lado, rejeita-se a figura de homem ganha-pão, enquanto único provedor e chefe de família. Mesmo aqueles que se incluem no modo de

conciliação mais tradicional (ver último perfil) aprovam hoje a integração da mulher no mercado de trabalho e a ideia de uma figura masculina mais participativa na esfera doméstica. Em alternativa, destaca-se a noção da importância do papel económico do homem, sobretudo quando há filhos menores, e a imagem clara daquilo que o homem “não deve ser nem fazer”: o “homem de família” não deve deixar de trabalhar. Aliás, os entrevistados que passaram por essa experiência, quase sempre involuntariamente³, sentem problemas consideráveis por estar em casa: desvalorizam o maior envolvimento doméstico que se produz; e passam a duvidar da sua capacidade de homem de família por *não se poder contar* com eles do ponto de vista económico, como nos contou um entrevistado que cuidou do filho pequeno durante algum tempo, por estar na altura desempregado. Pelo contrário, o facto de a mulher ficar em casa durante uns meses para tomar conta de um bebé (mesmo por desemprego) é assumido, a maior parte das vezes, como “um tempo de oportunidade” que pode trazer benefícios à conciliação família-trabalho: a mãe aproveita para ficar com o bebé até mais tarde, para pensar numa segunda gravidez, ou *está mais em casa* numa altura em que *dá jeito*. Em suma, existe um pano de fundo normativo – não o de ganha-pão masculino mas o de **homem de família que trabalha sempre** – que marca fortemente o cenário ideal e as práticas de articulação entre vida profissional e vida familiar com filhos. As expectativas que recaem sobre os homens entrevistados no mercado de trabalho sublinham, também, esta pressão ligada a uma norma de comprometimento masculino forte ao emprego e à carreira profissional.

Uma segunda conclusão aponta para o facto de os principais modos de articulação família-trabalho referidos na literatura – os modelos de “ganha-pão masculino”, “emprego e meio” e “dupla carreira” – representarem uma visão demasiado esquemática e redutora da variedade considerável de modos de articular e de negociar, entre os géneros, o problema do trabalho e da vida familiar com crianças. Fornecem, sem dúvida, um ponto de partida útil, mas retratam mal a complexidade dos processos sociais e a diversidade de novos modelos, que procurámos perceber.

No quadro deste estudo encontramos **seis principais perfis**, mas sabemos que não esgotámos, neste trabalho qualitativo exploratório, todas as possíveis

³ Por doença, por desemprego e, num único caso, por o casal considerar importante o bebé permanecer em casa até aos 3 anos, estando a mulher menos disponível profissionalmente e sendo ela a deter o papel de principal provedor. Esta situação aponta para um outro modo de conciliação, centrado na **carreira feminina/homem cuidador e doméstico**, que optámos por não retratar aqui por só termos um caso.

formas de conciliar o trabalho e a família⁴. Num pólo mais modernista, assente em normas e trajectos autónomos e bastante igualitários do ponto de vista do trabalho pago e não pago, encontramos casais **dupla carreira**, em que ambos têm uma carreira profissional e partilham quer os cuidados à criança quer as tarefas domésticas, embora nem sempre de forma inteiramente igualitária; no entanto, este modo de articulação só é possível porque estas famílias dispõem de uma rede ampla de apoios familiares e de serviços pagos e não pagos, nos quais delegam uma grande parte dos cuidados e das tarefas. No pólo oposto, encontramos o perfil tradicional do casal **duplo emprego/mulher cuidadora e doméstica** em que, tendo ambos um emprego a tempo inteiro e horários de trabalho longos ou difíceis, o homem se assume como figura de principal ganha-pão que não participa nos cuidados às crianças e no trabalho doméstico, enquanto a mulher tem a seu cargo todo o trabalho não pago, necessitando de fazer apelo a uma rede familiar de outras mulheres para fazer face a essa sobrecarga.

Entre estas duas situações encontramos uma diversidade de modos de articulação trabalho-família. Aquele que se destaca à partida, por se afastar completamente, num contexto social desqualificado, do modelo de ganha-pão masculino/mulher doméstica, é o perfil do **duplo emprego/duplo cuidar**. Trata-se de casais em que os dois trabalham a tempo inteiro (em profissões operárias ou de empregados executantes) e, não recorrendo a qualquer delegação, partilham de forma igualitária os cuidados às crianças e as tarefas domésticas. Os restantes três perfis implicam uma maior desigualdade de género. No casal **emprego e meio**, a conciliação entre família e trabalho passa pela redução do horário de trabalho da mulher, embora o homem, ao contrário do perfil mais tradicional, também participe nas tarefas e nos cuidados às crianças. Por outro lado, ainda associado a posicionamentos sociais mais qualificados e contextos que enfatizam a importância da autonomia e da realização pessoais, encontramos o perfil **carreira masculina/profissão feminina**. São mulheres que, por diversos constrangimentos ao longo da trajectória individual e familiar, têm profissões mais desqualificadas e rotineiras, o que leva o homem, detentor de uma posição de poder devido à carreira e ao estatuto de principal provedor, a impor as regras e as práticas de conciliação. Por último, encontramos o perfil **dupla carreira, dominante masculina**, em que casais com profissões qualificadas adoptam uma concepção negociada e familialista da conciliação, já que “optam” por assumir sozinhos os cuidados e as tarefas, em conjunto

⁴ Por exemplo, não observámos nenhum casal em que a mulher tem uma carreira profissional e o homem um emprego desqualificado ou rotineiro.

e delegando pouco. Os dois comprometem-se a partilhar o trabalho não pago, mas a opção de sacrificar parcialmente o investimento profissional da mulher acaba por introduzir, ao longo do percurso conjugal, alguma desigualdade na divisão do trabalho pago e não pago.

Numa terceira conclusão geral, é importante chamar a atenção para alguns factores que, neste estudo, parecem influenciar fortemente as dinâmicas de construção social da conciliação trabalho-família, ora promovendo ora limitando a maior igualdade de género na conciliação, mas contribuindo sempre para lógicas complexas de diversificação.

Num primeiro grupo de factores encontramos, então, as trajectórias conjugais e familiares dos entrevistados. Uma primeira variável diz respeito à trajectória do casal, do ponto de vista dos valores e das práticas relativas às dinâmicas de conjugalidade e de divisão familiar do trabalho (Wall, 2005a; Aboim, 2006). **Conjugalidades construídas em torno da autonomia individual aliada à igualdade ou, numa visão mais fusional e familialista, à volta do companheirismo e da partilha, tendem a envolver o homem, de forma sistemática, na articulação trabalho-família** (ver os cinco primeiros perfis). Independentemente de a conciliação ser mais ou menos igualitária e de promover a participação masculina no trabalho não pago de forma mais ou menos regular, os homens nestas famílias estão envolvidos na gestão e nos problemas da articulação e, por isso, também nas tensões e no *stress* trabalho-família. À excepção do último perfil, construído em torno de uma dinâmica paralela de diferenciação de género e de ausência de companheirismo, todos os perfis revelam, de alguma forma, o envolvimento do homem na conciliação. Curiosamente, o perfil carreira masculina/profissão feminina **com apoio feminino à carreira masculina** parece ser, dos perfis ‘modernos’, o que menos envolve o homem, sobrecarregando de forma marcada a gestão feminina da conciliação. Aqui, a mulher é, ao longo do percurso conjugal, o principal suporte da carreira masculina.

Ainda no âmbito das trajectórias familiares, uma segunda variável refere-se à experiência de socialização doméstica vivida pelos homens entrevistados ao longo da infância ou mesmo na vida adulta. Alguns deles, filhos mais velhos, *ajudaram a criar* irmãos ou sobrinhos mais novos; outros, filhos únicos, aprenderam a *adiantar o almoço* para a mãe que chegava da fábrica a correr. Uns tiveram uma mãe doméstica que nunca os deixou fazer nada; outros viveram sempre em famílias com empregadas domésticas; e outros, ainda, que nunca tinham feito nada na família de orientação, aprenderam rapidamente a fazer tudo quando emigraram ou decidiram viver sozinhos.

A “domesticação” dos rapazes e dos homens não surge, como nas primeiras décadas do Salazarismo, como um interdito, mas parece fazer-se, pelo menos desde o fim dos anos 60 e até meados dos anos 80 – principal período de socialização primária dos homens entrevistados – de forma irregular e pouco sistemática, a reboque das situações e das necessidades. Por contraste, as mulheres dos entrevistados, à exceção de uma que ficou órfã cedo, são retratadas como pessoas que já possuíam as necessárias competências domésticas na altura do casamento. A conclusão que daqui retiramos diz mais respeito aos homens do que às mulheres: em muitos casos, **a aprendizagem masculina na infância associa-se, mais tarde, a uma maior facilidade de envolvimento doméstico e parental dos homens**, embora, por vezes, a aprendizagem possa perder-se parcialmente na conjugalidade, conduzindo a modos de articulação ou a fases da vida familiar em que o cuidar dos filhos e o trabalho doméstico são desiguais. Convém realçar, portanto, um sistema de representações e de práticas de género em que a noção do homem que “sabe fazer” tarefas, ou que “se prepara desde cedo para cuidar”, se constrói como prática ocasional mas não como norma. Esta realidade, acompanhada de um stock limitado de prescrições relativamente àquilo que um homem tem de saber fazer, abre a porta a outras possibilidades: às preferências masculinas na esfera doméstica, por exemplo pela cozinha; à influência do desejo de companheirismo conjugal (norma que predomina na sociedade portuguesa nos anos 80 e 90), que pode incentivar a uma maior partilha; à pressão criada por certas situações, como os horários longos da mulher, que podem conduzir a uma participação masculina mais sistemática no universo doméstico e dos cuidados aos filhos. Também os períodos iniciais de integração conjugal e de transição para a parentalidade, em que os homens e as mulheres negociam a responsabilidade de certas tarefas (Kaufmann, 1992), são, nos casos estudados, momentos cruciais para envolver os homens na construção social da articulação família-trabalho.

Por último, num segundo grupo de factores, encontramos os contextos sociais e institucionais que enquadram a vida profissional e a vida familiar dos entrevistados. Uma primeira variável diz respeito aos **contextos profissionais**. Nota-se que a pressão introduzida por horários longos, por investimentos intensos na carreira profissional e por expectativas e representações de género que enfatizam a orientação masculina para trabalhar “sempre”, conduzem, para quase todos os entrevistados, a um forte impacto do *stress* profissional na vida familiar. No entanto, a pluralidade de modos de articular o trabalho e a família mostra que a **atividade profissional intensa, apesar de exercer sempre alguma pressão, pode ser gerida e negociada de diferentes formas**. Sacrificar a carreira profissional

de um dos membros do casal, em regra a da mulher, é uma estratégia possível (perfil carreira masculina/profissão feminina, com apoio feminino à carreira masculina). Mas também existem outras estratégias: de “segmentação” dos tempos para o trabalho e para a família (perfil carreira masculina/profissão feminina com investimento masculino no trabalho não pago); de “delegação extensa” do trabalho não pago (perfil dupla carreira); ou de “redução” ou flexibilização ocasional do tempo de trabalho (perfil dupla carreira, dominante masculina). Os homens entrevistados revelam que começa a ser reconhecida a legitimidade social de algumas práticas, como *sair mais cedo* ou *ficar em casa* após o nascimento de uma criança, mas também referem os fortes constrangimentos e a reprovação social que pesam sobre eles.

Uma segunda variável prende-se com o papel desempenhado pelos **serviços formais de guarda das crianças** (creches, infantários, ATLS, prolongamentos), que dão apoio aos casais em que ambos trabalham. A utilização sistemática destes serviços, referida pelos homens entrevistados, mostra que a articulação se organiza hoje, em todos os contextos socioprofissionais, em torno dos cuidados prestados por serviços formais. O apoio das redes familiares também é significativo, mas nem sempre está disponível e, nalguns casos, pode não corresponder aos ideais de guarda dos pais.

Por último, se olharmos para os posicionamentos sociais e a forma como se ligam às transformações em curso na conciliação trabalho-família, podemos referir duas conclusões importantes. Primeiro, **as novas formas de articular a vida profissional e a vida familiar não parecem ser exclusivas dos grupos socioprofissionais mais elevados**. É verdade que o modo mais tradicional de conciliação está associado a meios menos favorecidos, mas também se destacam, nestes contextos sociais, outras formas de conciliar que aproximam os homens da partilha e da gestão quotidiana dos problemas da conciliação. Em segundo lugar, importa sublinhar **o impacto que diferentes condições de vida e de exercício da actividade profissional podem ter na construção social da conciliação**. Antes de mais nos valores, já que não só a igualdade de género, mas também a realização individual através de uma carreira profissional, são normas incontornáveis nos grupos socioprofissionais mais qualificados da sociedade portuguesa. Mas também nas formas de implementar a conciliação no dia-a-dia. São, por um lado, as oportunidades de autonomia e flexibilidade no trabalho oferecidas muitas vezes por profissões mais qualificadas. E são, por outro lado, as opções mais diversificadas que se colocam às famílias com recursos económicos elevados, no que toca à escolha e à utilização dos serviços de apoio ao trabalho doméstico e à guarda das crianças.

Capítulo 4 A articulação família-trabalho em famílias monoparentais masculinas

Sónia Vladimira Correia

Introdução

A cedência do modelo tradicional masculino a novas pluralidades no papel do homem produz um novo conjunto de questões, quer das formas de construção deste novo “carácter” social e familiar do homem, quer da mudança simbólica que isto pode representar na vida das famílias e na própria sociedade. É exactamente nesta moldura, que reúne novos e velhos papéis, em que o homem se vai enquadrando nos dias de hoje – prestador de cuidados aos filhos, participante nas tarefas domésticas e, ao mesmo tempo, ainda detentor da autoridade patriarcal, da dominação simbólica e do papel de principal provedor dos recursos económicos – que surge a tensão, sentida por alguns pais, entre o trabalho e a vida familiar.

A conciliação trabalho-família deixa de ser um problema exclusivo das mulheres para passar a ser também uma preocupação dos homens. Ficar em casa quando nasce um bebé ou quando as crianças estão doentes, levar os filhos ao médico ou participar nas reuniões da escola passam a ser solicitações a que também os pais têm de dar resposta sem prejudicar o seu desempenho profissional (Wall, São José e Correia, 2001b; Wall, 2003, 2005b; Guerreiro e Carvalho, 2007). Se esta necessidade de articular família-trabalho surge em famílias em que ambos os cônjuges trabalham, nas famílias de pais e mães sós ainda com mais premência se poderá sentir a necessidade de encontrar novas e melhores soluções na organização do quotidiano profissional e familiar (Wall, São José e Correia, 2001b; Wall, 2005b; Correia, 2004). Deste modo, dos estudos sobre a transformação do papel da mulher na família e na sociedade portuguesa (Almeida *et al.*, 1998; Ferreira, 2008; Aboim, 2006; Vasconcelos, 1998; Wall, 2003, 2005b; Guerreiro e Romão, 1995, 1998; Wall e Amâncio, 2007; Cunha, 2007; Infante, 1989; Torres e Silva, 1998; Torres, 2001, 2004; Perista, 2002), deslocizou-se o olhar para o homem, a mudança do modelo tradicional de masculinidade e a nova atribuição de papéis na família, nos cuidados aos filhos e nas tarefas domésticas (Amâncio, 1994; Almeida *et al.*, 1995; Wall *et al.*, 2006).

Daqui surge o tema central deste estudo: a articulação trabalho-vida familiar em famílias de pais-sós.

Iniciamos este capítulo sobre os pais sós fazendo uma breve apresentação sobre o campo teórico do conceito de família monoparental, desde a tomada de consciência de alguns autores da pluralidade de organização da vida privada, até à abertura do seu próprio espaço teórico. Posteriormente, traçamos o quadro demográfico mais ou menos aprofundado das famílias monoparentais masculinas segundo a idade, o estado civil, os níveis de escolaridade, a posição perante o trabalho e a composição do agregado doméstico. De seguida, apresentamos a questão central de partida e as dimensões de análise para, finalmente, darmos conta dos diferentes perfis de articulação trabalho-família em famílias de pais sós com filhos menores dependentes. Posto isto, fazemos uma síntese dos perfis de articulação família-trabalho e apresentamos as conclusões.

Família monoparental: Breve apresentação do conceito

O surgimento do interesse pela diversidade das formas familiares, a partir da década de 60, baseou-se no confronto com um conjunto de mudanças sustentadas pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pelo aumento da coabitação e dos divórcios, por uma maior atribuição de importância às relações afectivas no núcleo familiar, e, finalmente, por uma menor diferenciação de papéis entre homens e mulheres. Esta viragem ao nível dos comportamentos condicionou uma série de trabalhos científicos que ajudaram a ultrapassar uma visão monolítica da organização familiar e doméstica.

Kellerhals e Roussel (1987) foram dos primeiros autores a dar conta da diversidade do funcionamento familiar. Os autores colocaram em causa a nuclearização da família enquanto resultado do processo de industrialização das sociedades modernas, contrariando, com isto, a tendência para a identificação e explicação de modelos socialmente dominantes. Na mesma linha de pensamento encontramos Segalen (1999), que firma a caducidade da concepção de um único tipo de família moderna. Deste modo permitiu a abertura de um espaço teórico para o estudo de outros tipos de família. A partir da ideia de diversidade familiar e dos diversos modos de funcionamento que a família pode adoptar, surgiu um novo filão de abordagens teóricas com o intuito de “tipificar os géneros de relações que nelas se encontram” (Kellerhals, 1989, p. 21). O estudo das famílias monoparentais é um exemplo deste tipo de abordagens.

Foi em meados dos anos 70, em França, que surgiu o termo “família monoparental” (Wall e Lobo, 1999). Este conceito foi introduzido por sociólogas

feministas como uma adaptação do conceito de *lone parent* já trabalhado por autores anglo-saxónicos. Segundo alguns autores, o seu uso teve consequências importantes: permitiu chamar a atenção para a importância numérica destas famílias, através das estatísticas de recenseamento da população; conduziu a uma nova abordagem da maternidade fora do casamento, dando-lhe maior visibilidade económica, política e social; e condicionou em alguns países, como a França, a adopção de políticas sociais de apoio a famílias de mães e pais sós.

A generalização do conceito de família monoparental na sociologia da família e nos estudos de política social, conduziu à realização de uma série de trabalhos orientados para o estudo das condições de vida, da vulnerabilidade e dos efeitos da monoparentalidade na educação e socialização da criança, no lugar destas famílias no mercado de trabalho e nas políticas sociais (LeGall e Martin, 1987; Lefaucheur, 1991; Kellerhals, 1989; Gordon, 1994; Demo e Acock, 1996; Lewis, 1997; Gongla, 1982; Wall e Lobo, 1999; Chambaz, 2000; Chambaz e Martin, 2001; Wall, São José e Correia, 2001a, 2002; Correia, 2004).

Convém, no entanto, referir algumas especificidades deste conceito. Se, por um lado, apresenta vantagens no que toca à percepção imediata da configuração familiar específica, por outro lado, a sua definição teórica não é inteiramente consensual. Vários autores debruçaram-se sobre esta questão e enfatizaram diferentes aspectos do ponto de vista teórico. Lefaucheur (1991) defende que o conceito de família monoparental é ambíguo, na medida em que abrange ao mesmo tempo as situações tradicionais de carência e marginalidade e as formas modernas de monoparentalidade assumidas, sobretudo, pelas mulheres. Kellerhals (1989), por seu turno, afirma que a formulação deste conceito resulta da menor estigmatização da prática do divórcio e exprime a “ideia de carência” que unifica situações que são consideradas heterogéneas.

Apesar do conceito de monoparentalidade estar longe de uma definição teórica consensual é importante não deixar de assinalar que, apesar da heterogeneidade de situações que abarca, ser mãe e pai sozinho não é um fenómeno actual. Este tipo de famílias sempre existiu, embora estivesse essencialmente ligada a situações relacionadas com a ausência/ emigração masculina, o falecimento de um dos cônjuges, ou o celibato feminino associado ao nascimento de filhos fora do casamento. As famílias monoparentais decorrentes de uma separação ou de um divórcio, num passado mais ou menos recente eram praticamente ausentes. Em Portugal, foi a partir de meados dos anos 70, com o aumento do divórcio e a diminuição

de situações decorrentes da morte do cônjuge e da emigração, que se assistiu a uma mudança na definição da condição de família monoparental.

Nos nossos dias, continuamos a debater o âmbito teórico deste conceito. A amplitude de configurações familiares que envolve, a mudança dos papéis do homem e da mulher na família, no trabalho e na sociedade e o actual quadro jurídico do divórcio (atribuição da guarda aos dois progenitores e a possibilidade, cada vez mais utilizada, da guarda conjunta com residência alternada), levam-nos a ter em consideração novas e velhas formas de monoparentalidade¹.

Neste trabalho a definição de família monoparental de pai-só com filhos a cargo diz respeito a famílias em que o pai, após a ruptura da conjugalidade tem a guarda e a residência exclusiva da criança. Para explorar a diversidade dos modos de articular trabalho e vida familiar realizaram-se 11 entrevistas semi-directivas a homens com idades compreendidas entre os 33 e os 57 anos, a viverem sozinhos com pelo menos um filho dependente menor de 18 anos.

Retrato estatístico das famílias monoparentais masculinas

A definição de família monoparental estabelecida pelo INE mudou dos Censos 1991 para os de 2001: enquanto que, em 1991, os núcleos familiares de pais e mães sós incluem apenas os filhos *solteiros*; em 2001 são incluídos todos os filhos *não casados* (solteiros, divorciados, separados ou viúvos), sendo que estes últimos podem ser indivíduos de qualquer idade que habitem com um dos pais e que não tenham cônjuge ou descendentes a viverem na mesma casa. A definição alargada que foi adoptada nos Censos 2001 engloba situações diferentes como sejam uma mãe ou um pai-só, viúva(o), com 60 anos, a viver com o filho solteiro de 40; como uma mãe ou um pai-só divorciada(o), de 35 anos, a viver com o filho de 4 anos. Pelo que, para não incluir estas situações de mesclado de composições familiares e níveis etários dos filhos, centrámos a nossa leitura estatística nas famílias monoparentais “jovens”, ou seja, de pais e mães sós com pelo menos um filho menor de 18 anos. Deste modo, as famílias monoparentais “jovens” representavam, nos Censos 2001, 8% do total de núcleos familiares com filhos e 42% do total de núcleos monoparentais. As famílias de mães-sós eram 89% do total de famílias monoparentais “jovens” e as famílias de pais-sós eram 12% (Wall, 2003).

¹ Ver Capítulo 9.

Ora, estes valores deixam-nos perceber que as famílias de pai-só com filhos menores, solteiros e dependentes constituem uma franja muito estreita do quadro de famílias monoparentais e uma ínfima parte da composição das famílias na nossa sociedade. Talvez por isso pouco se saiba sobre os homens sós a viver com filhos em Portugal. O que conhecemos limita-se, então, à sua demografia, também esta mais aprofundada a partir da década de 90, quando começaram a surgir os primeiros dados estatísticos relativos ao género, à idade, ao estado civil, aos níveis de escolaridade, à posição perante o trabalho e à composição doméstica das famílias monoparentais.

Centrando a leitura estatística nas famílias monoparentais masculinas “jovens” e analisando a sua diferenciação interna segundo o estado civil podemos observar que as famílias de pai-só “jovem” solteiro passaram de 12% em 1991 para 23% em 2001; os pais-sós casados, separados ou divorciados passaram de 52% em 1991 para 56% em 2001, e a percentagem de famílias de pai-só viúvo baixou dos 37% em 1991 para 22%, em 2001.

As estatísticas relativas aos níveis de escolaridade das famílias de pai-só com filhos menores de 18 anos e à sua condição perante o trabalho fazem-nos perceber algumas transformações no perfil das famílias monoparentais masculinas. Observamos um aumento do nível de instrução destas famílias, decorrente do cenário global da sociedade portuguesa, apesar de ainda predominarem os pais-sós com escolaridades básicas (73%, em 1991 e 67%, em 2001): a percentagem dos pais com nenhuma escolaridade ou apenas o ensino básico baixou (nenhum: 9%, em 1991, 4% em 2001; 1.º ciclo: 54%, em 1991, 39% em 2001); e nota-se um aumento de pais-sós com o ensino secundário, um curso médio ou uma licenciatura (18% em 1991 e 29% em 2001).

Os níveis de participação no mercado de trabalho das famílias monoparentais masculinas “jovens” são bastante elevados (em 2001, 79%). No entanto, se compararmos a posição perante a actividade económica destes pais com os pais que vivem em conjugalidade, são estes últimos que apresentam percentagens mais elevadas de participação no mercado de trabalho. Esta observação indicia que a situação de monoparentalidade parece conviver por vezes com situações de desemprego, reformas ou em que o pai-só ainda é estudante, o que poderá potenciar situações de maiores dificuldades económicas, sociais e até mesmo de habitação. São, então, os pais sós solteiros (mais jovens) e viúvos (mais velhos) que apresentam valores mais baixos no exercício da actividade económica.

Estes valores testemunham uma realidade em mudança na caracterização destas famílias: a predominância de famílias monoparentais de pai-só

divorciado invoca, mais uma vez, a transformação ocorrida na sociedade portuguesa, com o permanente aumento do divórcio desde o 25 de Abril e principalmente nas décadas seguintes (Wall e Lobo, 1999); do mesmo modo, o aumento, na última década, das famílias de pai-só solteiro pode ser um indicador do crescimento dos nascimentos fora do casamento decorrentes de “uniões de facto” em que os cônjuges se separam (Ferreira e Aboim, 2002). Esta predominância estatística de pais-sós casados, divorciados, separados e o aumento dos pais-solteiros pode fazer-nos pensar que a monoparentalidade masculina não acontece necessariamente por imposição das circunstâncias (morte ou incapacidade económica, física ou psicológica da ex-mulher), mas também porque os homens passaram a assumir os cuidados aos filhos não só num quadro de guarda exclusiva, como num contexto de guarda conjunta.

Famílias de pais-sós: Uma abordagem intensiva

Podemos traçar um retrato estatístico das famílias monoparentais “jovens” masculinas, mas não podemos fazer uma caracterização da sua realidade e evolução na sociedade portuguesa no que diz respeito aos seus quotidianos (familiares e profissionais), contextos e significados. Observando um quadro de mudança marcado por transformações simbólicas dos papéis do homem na família e na sociedade surgem os primeiros estudos sobre os processos de transformação das identidades masculinas nas esferas pública e privada. O tema central deste estudo é uma primeira abordagem ao modo como as famílias monoparentais masculinas articulam vida familiar e vida profissional. O objectivo é perceber como se constituem os diferentes perfis de articulação trabalho-família nas famílias de pai-só tendo em consideração as seguintes dimensões de análise: os constrangimentos profissionais e materiais, o modo de cuidar dos filhos, os momentos de *stress* e tensão sentidos no dia-a-dia, a participação da mãe na vida dos filhos e o significado do que é ser pai-só.

A dimensão que diz respeito às condições do exercício da actividade profissional, refere-se a um conjunto de variáveis como a profissão, os horários de trabalho, o tipo de trabalho, a situação na profissão e as condições de exercício da actividade profissional. Associada a esta dimensão está outra que diz respeito às condições materiais de existência, que nos parecem poder influenciar o campo de possibilidades objectivas na estruturação dos perfis de articular trabalho e vida familiar. Famílias de pais-sós com condições económicas favoráveis que facilitam o recurso a

diversos equipamentos de apoio à criança e à família possivelmente farão parte de perfis caracterizados por uma maior facilidade e flexibilidade na gestão dos quotidianos.

O modo de cuidar da criança é outra dimensão que tivemos em consideração para compreender a articulação família-trabalho. Os indicadores desta dimensão são: os horários da criança (na escola, no CAF/ATL², nas actividades desportivas, em casa – quando se levanta, quando se deita, etc.); quem cuida (cuidadores formais pagos e/ou não pagos – instituições de apoio à criança e à família; cuidadores informais – pai, mãe, avós, tios, primos, colegas de trabalho dos pais, amigos da família, pais de colegas da escola, outros; quando cuida (manhã, tarde, noite); como cuida (que tipo de ajudas presta à criança e ao pai-só) e o tempo para cuidar (regularidade dos cuidados; duração dos cuidados, etc.).

Os momentos de *stress* e tensão sentidos no dia-a-dia são uma terceira dimensão de análise. Trata-se de captar o tipo de pressão que os pais-sós sentem no dia-a-dia e, com esse objectivo, procurar identificar os problemas que estes associam ao modo de cuidar da criança, ao trabalho, à relação entre as duas esferas, aos *gaps* nos horários da escola e ao tipo de relação com a mãe da criança ou entre esta e os filhos. Procuramos perceber que tipo de tensões são sentidas no quotidiano familiar e profissional e se estas imprimem algum tipo de diferenciação nas soluções do dia-a-dia na articulação família-trabalho. Trata-se de encontrar um sentido para o facto de as responsabilidades profissionais e familiares se poderem constituir como incompatíveis, protagonizando momentos de *stress* e tensão. No fundo, é também perceber de que modo as exigências inerentes às duas esferas da vida do pai-só impõem limitações/constrangimentos ao quotidiano da articulação família-trabalho.

A participação da mãe na vida dos filhos é outra das dimensões consideradas: o regime de “visitas” acordado entre o pai-só e a ex-mulher/companheira, a participação ou não nos cuidados diários, na educação, etc. são indicadores que podem dar conta do grau de envolvimento da mãe com a vida das crianças. Aqui procuramos captar as principais orientações do pai-só para a parentalidade, para o ideal e importância do papel do pai e da mãe na vida da criança e na articulação família-trabalho.

² CAF – Centro de Apoio à Família (pré-escolar); ATL – Actividades de Tempos Livres (1.º ciclo do ensino básico).

Partindo destas dimensões de análise colocámos a seguinte questão: de que modo os constrangimentos profissionais, materiais e sociais, o modo de cuidar da criança, os momentos de *stress* e tensão sentidos no dia-a-dia e a participação da mãe na vida da criança se relacionam com diferentes perfis de articulação família-trabalho?

Perfis de articulação trabalho-família em famílias de pais-sós

A partir da análise das entrevistas foram encontrados 4 diferentes perfis de articulação trabalho-família: ***Auto-gestão***, onde o pai faz todos os ajustamentos entre o seu horário de trabalho e os horários dos filhos; ***Delegação múltipla***, em que o pai faz o ajustamento diário entre diversos tipos de prestadores de cuidados, sejam eles formais ou informais; ***Partilha Avó***, em que o pai recorre diariamente ao apoio da sua mãe nos cuidados aos filhos, mas também nas tarefas domésticas, na realização de refeições, etc.; e ***Articulação precária***, em que se observa uma forte dificuldade ou nenhuma possibilidade na gestão entre o trabalho e a família, o que conduz à deficiência de cuidados aos filhos e ao alheamento face a algumas das suas necessidades diárias.

Perfil 1 – Auto-gestão

Faço a gestão do meu horário de acordo com os miúdos, com a vida deles, com aquilo que tenho de fazer no trabalho.

Vasco

Neste perfil, a relação entre a actividade profissional e a vida familiar faz-se na articulação dos horários do pai com os horários dos filhos (creche, escola, ATL, etc.). Este perfil obriga à utilização sistemática e prolongada de equipamentos colectivos de prestação de cuidados à criança. Estes pais usufruem de um apoio institucional muito forte e coordenam os seus horários de trabalho e os dos filhos através do recurso a colégios particulares ou a escolas públicas e ATLS públicos ou privados. No entanto, apesar do prolongamento de horários ser mais ou menos utilizado, também é fácil saírem mais cedo do emprego para irem buscar os filhos à escola ou ao ATL, pois estes pais, em geral, têm alguma autonomia e flexibilidade no trabalho porque são empresários, exercem cargos de direcção que lhes permite gerir o volume e intensidade de trabalho ou têm horários que lhes permite sair cedo (17h). Inclusivamente, a maioria destes pais passaram a ter horários de trabalho mais longos somente quando os filhos começaram a sair mais tarde

da creche, da escola, do ATL ou das actividades extra-curriculares. Por conseguinte, estes pais definem-se como sendo completamente independentes da família alargada e sublinham a sua capacidade de cuidar sozinhos dos filhos. É através desta estratégia de articular família e trabalho, centrada neles próprios e na gestão diária dos horários, que sustentam a afirmação das suas capacidades de ser pais sós extremos, autónomos e prestadores eficientes de cuidados. Não obstante, numa situação imprevista têm a quem solicitar apoio, mesmo que seja por um curto espaço de tempo (entre 15 a 30 minutos), a familiares, amigos ou mesmo a uma empregada doméstica:

Se por acaso me atraso 5 minutos, como os meus sobrinhos andam na mesma escola, a minha irmã apanha-os e fica com eles até eu chegar, mas é raro, muito raro, faço questão disso

Vasco

Este modo de relacionar trabalho-família é transversal a diferentes condições de classe. Porém, o tipo de instituições a que os pais sós recorrem no dia-a-dia difere de acordo com os recursos económicos das famílias: os pais com escolaridades mais longas e profissões mais qualificadas ou que ocupam lugares de chefia em negócios próprios têm os filhos a estudar em colégios particulares com diversas actividades extra-curriculares que lhes permite a ocupação dos tempos livres; os pais com percursos escolares curtos e profissões com disponibilidades financeiras menos favoráveis têm os filhos em escolas e ATLs públicos ou IPSSs que, de um modo geral, terminam as actividades um pouco mais cedo (17, 18 horas). Vejamos dois casos:

Vasco, 48 anos, 12.º ano de escolaridade, empresário do ramo de Seguros, divorciado, guarda exclusiva dos dois filhos (8 e 10 anos). Este pai acorda às seis e meia da manhã. Toma banho, veste-se e prepara o pequeno-almoço. Acorda as crianças às sete e meia, veste a filha e vai *orientando* o mais velho. Depois de vários contratempos com roupas, preparação das coisas para a escola ou para as actividades daquele dia sentam-se à mesa e comem. Dez a quinze minutos depois estão a sair de casa. As aulas começam às oito e não se podem atrasar. Vai trabalhar. Como é proprietário de uma agência de seguros tem a possibilidade de marcar as visitas a clientes ou possíveis reuniões para o período da manhã ou para logo depois do almoço o que lhe permite conjugar o fim do seu dia de trabalho com o das aulas ou das actividades no ATL dos filhos. Por volta das seis e meia vai buscá-los e, a caminho de casa, passam pela padaria e pela frutaria para comprar o pão para o dia seguinte e a sobremesa dessa noite. Vasco dá-lhes banho, veste-lhes o pijama e, enquanto os filhos fazem os trabalhos de casa ou vêem televisão, prepara o jantar. Conversam um pouco e as crianças vão para a cama. O pai vai para a cozinha lavar a loiça

e preparar a mesa para o pequeno-almoço do dia seguinte. Organizadas as coisas, um livro ou um bom filme terminam a noite de Vasco.

Xavier, 53 anos, 6.º ano de escolaridade, assistente de secretariado, separado, guarda exclusiva do filho (7 anos), uma enteada à sua guarda (15 anos). O dia começa cedo, pelas 7 horas. Xavier é o primeiro a levantar-se, toma banho e prepara o pequeno-almoço. Ajuda o filho a vestir-se e a arrumar a mala da escola. Depois de comerem saem todos. A enteada vai para o curso técnico-profissional de cabeleireira, Xavier leva o filho à escola (entra às 8 horas) e vai trabalhar. Sai às 5 da tarde e vai buscar o filho ao ATL. Quando os dias estão bons vão até ao parque ou jogam um pouco à bola na rua. É o pai que prepara o jantar, normalmente jantam entre as 8 e as 9, e são refeições pré-cozinhadas porque Xavier não sabe cozinhar. Depois de verem televisão enquanto comem, sentados no sofá da sala, vão até ao café para estarem com os amigos. A hora de dormir chega relativamente tarde. Aos fins-de-semana acordam mais tarde e depois do pequeno-almoço fazem as limpezas da casa. Como não têm empregada, todas as tarefas são feitas por Xavier e pela enteada. O Lourenço *ainda é pequeno*, mas já tem a responsabilidade de arrumar o quarto.

A mãe das crianças está afastada do quotidiano destas famílias. A ausência das ex-companheiras/mulheres está relacionada com a trajectória familiar do pai-só e a conjugalidade vivida com a mãe da criança. A presença de fortes tensões emocionais e psicológicas decorrentes de uma relação extra-conjugal da mulher num caso, e os problemas associados a toxicodependências e doença mental noutro caso, fizeram com que estes pais assumissem a guarda dos filhos, passando a organizar o seu dia-a-dia em torno dos horários do trabalho e da escola das crianças.

Apesar das diferenças nas trajectórias familiares destes pais, todos afirmam que tiveram consciência que seriam eles a ficar com a guarda das crianças, quando se decidiram pelo divórcio/separação. Mesmo que os contextos e quotidianos familiares tenham sido diferentes, estes homens sentiam que o melhor era ficarem com as crianças porque sempre foram a figura central nos afectos e na prestação de cuidados. Aliás, o afastamento emocional destas mães e a sua não presença nos cuidados aos filhos fez com que os pais assumissem, mesmo enquanto viviam em conjugalidade, a organização das tarefas relacionadas com as crianças e a realização dos trabalhos domésticos:

Era eu que tratava da A., que a levava ao infantário, que a acordava, quando ela (a mãe) se baldava; ou A parte relacionada com o filho foi sempre comigo.

Romeu, 43 anos, mestrado, empresário do ramo informático, divorciado, guarda exclusiva da filha, 3 anos.

Era tudo eu. Que dava banho, que tratava da casa, que fazia o jantar porque ela chegava sempre tarde, era eu!

Vasco, 48 anos, 12.º ano de escolaridade, empresário do ramo de Seguros, divorciado, guarda exclusiva dos dois filhos (8 e 10 anos).

Apesar disto, o fim da relação conjugal não fez com que os pais procurassem o afastamento da ex-mulher/companheira. Todos sentem como necessária a presença da mãe na vida dos filhos, quer nos cuidados, quer nos afectos. Ao contrário do que se observou em estudos sobre a relação trabalho – vida familiar em famílias de mães-sós – nas quais a tendência, em situações de baixa escolaridade e/ou de empregos pouco qualificados, é para as mães sós considerarem que a família da criança é a família monoparental e acharem “natural” o afastamento do pai face aos cuidados aos filhos, sendo visto como uma “visita” e sendo o seu papel mais o de prover do que o de cuidar (Wall, São José e Correia, 2002; Correia, 2004) – o rompimento da relação conjugal não implicou um corte radical entre mãe e filho. Nem mesmo em situações mais complicadas:

A mãe tem problemas (...) é toxicodependente e maniaco-depressiva, portanto é uma situação muito difícil. É difícil de controlar, muito instável, tanto pode estar a trabalhar como não estar...enfim (...) mas a mãe é importante (...) enquanto ele for assim criança vou tentar evitar ficarem os dois sozinhos porque eu não tenho confiança nela (...) se lhe dá a “malacueca” ela pode fazer o maior disparate do mundo e eu previno isso com algum controlo (...) porque é preciso estar com ele.

Xavier, 53 anos, 6.º ano de escolaridade, assistente de secretariado, separado, guarda exclusiva do filho (7 anos), uma enteada à sua guarda (15 anos).

De facto, as representações da relação da criança com a mãe continuam a ser marcadas pela necessidade de manter contacto e de incentivar a ideia da sua importância na vida dos filhos.

Importa ainda referir que neste perfil a autonomização da criança acontece bastante cedo. É entre os 10 e os 12 anos que os pais começam por permitir alguns gestos de autonomia à criança, entre os quais ficar com a chave de casa, ir e vir da escola sozinha, ou aprender a andar de transportes públicos. *A autonomia controlada* acontece não só porque o pai sente que a criança/ /jovem precisa de assumir uma atitude mais pró-activa, como também porque o próprio jovem manifesta o desejo de maior *independência*:

Veríssimo, 57 anos, frequência de doutoramento, cargo de chefia num serviço público de Lisboa, viúvo, 1 filho (12 anos). Veríssimo começa a trabalhar às 9 da manhã. O filho já está na escola desde as 8. Quando não tem muito trabalho sai por volta das 5 horas, mas também pode acontecer precisar

ficar mais tempo no emprego para terminar alguma tarefa inadiável. Nestes dias, Filipe vai sozinho para os treinos de futebol ou para o Inglês, depois vai para casa, telefona ao pai e janta sozinho. Aquece a comida no microondas (previamente preparada pela empregada e porque tem receio de mexer no fogão) e espera pela chegada do pai. Depois de conversarem um pouco sobre o dia de cada um vão-se deitar. Veríssimo deu as chaves de casa ao filho quando este fez 11 anos. Achava que era uma coisa importante e esperou pelo seu aniversário para oferecer, com alguma pompa, um porta-chaves só dele. Olhando para trás acha que foi *talvez um pouco cedo demais* porque, como diz entre risos, *perdeu-as logo a seguir*.

Para os pais das crianças mais velhas, a *autonomia controlada* pode ser fonte de algum *stress*. Estes pequenos momentos que permitem ao pai maior flexibilidade na gestão dos seus tempos, também o colocam numa posição de algum temor sobre o que pode acontecer aos filhos. Estar a trabalhar e saber que o filho vai para casa sozinho ou está sozinho, mesmo que por breves momentos, deixa estes pais preocupados. O final do dia é, por si só, um momento em que a tensão de um dia de trabalho se acumula. Ainda mais quando as tarefas são feitas em exclusivo pelo pai. Ir buscar os filhos à escola, fazer o jantar, dar-lhes banho, dar apoio ao estudo, conversar sobre o dia na escola, ler a história e deitar as crianças faz com que sintam que a necessidade de afirmar a sua capacidade de cuidar dos filhos sozinhos lhes proporciona alguns momentos difíceis. É, pois, no centrar em si próprios os cuidados às crianças que surgem as tensões, uma vez que não deixam espaço para que outras pessoas os ajudem no dia-a-dia e porque também os faz sentir sós. Não têm tempo para si próprios e não deixam espaço na sua vida para outras relações, porque se sentem completamente absorvidos pela sua condição de pais únicos cuidadores. O afastamento da mãe das crianças do ponto de vista dos cuidados é outra questão que suscita alguma tensão, porque sentem que os filhos gostariam de ter mais contacto com a mãe, mas isso não acontece.

Perfil 2 – Delegação múltipla

Tenho muitos amigos que me ajudam, que muitas vezes me dão apoio. Quando trabalhava à noite (...) ficava com amigas, em casa de amigos, em casa da rapariga que trabalhava lá em casa. Outras vezes, alguém ficava lá em casa até eu chegar.

Álvaro

Este modo de relacionar a actividade profissional com os cuidados aos filhos surge da existência de uma rede de apoio diário vasta. Amigos, colegas de

trabalho, amas, vizinhas, ou empregadas domésticas fazem parte de uma rede de apoio regular e flexível, que permite ao pai organizar os recursos, as pessoas e os meios disponíveis de acordo com diferentes circunstâncias e necessidades.

Este perfil é característico de famílias monoparentais de pais sós com percursos escolares longos e/ ou qualificações profissionais altamente especializadas. Os horários de trabalho podem ser flexíveis, mas exigem um forte investimento no seu trabalho/carreira, ou irregulares (por turnos), com folgas rotativas e trabalho ao fim-de-semana. No entanto, este quadro de alguma irregularidade de horários é compensado por bons recursos financeiros que permitem aceder a uma rede de cuidados ampla, quer de cuidados pagos (empregadas domésticas, *babysitters*), quer de cuidados não pagos (amigos, vizinhos).

Álvaro, 43 anos, 12.º ano de escolaridade, profissional de aeronáutica, divorciado, guarda exclusiva da filha (13 anos). Quando estava de serviço nos Açores, Álvaro vivia sozinho com a filha de 2 anos. Os dias começavam cedo com a Marta. Acordar, vestir, dar o pequeno-almoço e levar a filha à creche tinha que ser feito cedo, pois tinha conseguido estabelecer um horário de trabalho mais ou menos fixo (das 9 às 17). Como trabalhava muito perto de casa e do jardim infantil saíam em cima da hora. Álvaro tinha uma rede de apoio muito alargada. Sempre que ficava a substituir um colega, precisava fazer compras, sair um pouco à noite, ou apenas beber um café tinha uma série de pessoas dispostas a ficar com a filha. Desde a empregada doméstica e a *babysitter*, às mães das amiguinhas da creche, aos vizinhos e aos colegas de trabalho, todos se disponibilizavam para ficar com a filha em algum momento. A vinda para Lisboa não implicou a diminuição da diversidade da rede de cuidados. Apesar de já não dispor de um horário fixo, pois trabalha por turnos (um das duas da tarde às dez da noite e outro das oito da manhã às duas da tarde; trabalha três dias descansa dois), Álvaro continua com uma rede de apoios muito extensa. A sua mãe, os amigos, os vizinhos, outros familiares e colegas de trabalho continuam a fazer parte dos cuidados à filha e a terem um papel muito importante no quotidiano desta família.

Como vimos, existe uma rede de cuidados bastante alargada com diversos tipos de prestadores de cuidados. Há sempre alguém para cuidar, ir buscar à creche, dar jantar, brincar, ou mesmo para substituir quando um dos pais sós faz o turno da noite. As ocasiões em que estas pessoas cuidam da criança também variam: pode ser de manhã, quando o pai necessita sair mais cedo

para o trabalho; ao fim do dia, quando fica a trabalhar até tarde; durante a noite, ou apenas durante uma refeição:

Tenho amigos que muitas vezes me ajudam, que vivem ao pé de mim, que muitas vezes me dão apoio quando eu estou a trabalhar à noite, ou a fazer isto ou aquilo. A Marta ficava com amigas ou em casa de amigos meus, em casa da rapariga que trabalhava lá em casa. Outras vezes, se eu precisasse de sair, se eu quisesse sair, alguém ficava lá em casa até eu chegar. E isto foi o melhor que me aconteceu.

Álvaro

Quem vai levar o Manuel à escola é o motorista da minha sogra, é também ele que o vai buscar; Tenho a empregada cá em casa que também pode ficar com ele até eu chegar; A mãe dele também pode ficar com ele ao fim do dia; A minha sogra também fica com ele quando preciso.

Nuno (45 anos, doutorado, investigador).

Neste perfil, a decisão de ficar com os filhos está associada à necessidade emocional dos filhos. Em ambos os casos o pai ficou com a guarda exclusiva da criança porque a criança manifestou sofrimento com a separação do pai e mostrou uma forte necessidade de estar com ele. No entanto, num dos casos o pai afirma que decidiu ficar com a filha porque também acreditava que a ex-mulher não tinha capacidade para cuidar da filha:

(...) não tinha qualquer noção de projecto em relação a filhos. Não fazia a mínima ideia do que era ter um filho, sobretudo no aspecto em que um filho vem alterar a vida de uma pessoa (...) Outra das razões dela ficar comigo lá é que, se ela viesse para Lisboa, vinha comer muito mal, muito mal. E lá, ela, na alimentação, ia ter a melhor alimentação, porque, pronto, era eu que cozinhava e tinha também uma pessoa em casa [empregada] que me ajudava.

Álvaro

Os momentos de tensão deste perfil parecem não estar relacionados com ter ou não ter quem fique com a criança neste ou naquele momento, trabalhar por turnos, cumprir horários longos ou ter folgas rotativas que pressupõem trabalhar ao fim-de-semana. A tensão advém, sim, da dificuldade em gerir uma rede alargada de prestadores de cuidados, sejam eles formais ou informais, pagos ou não pagos, que estão disponíveis em diferentes momentos do dia; em saber adequar as necessidades de cada momento, sem sentir que está a sobrecarregar toda a gente à sua volta. O mesmo acontece com a necessidade de lidar com a *obrigatoriedade de retribuir a atenção*. No entanto, é importante frisar que, não obstante, este perfil consegue relacionar família e trabalho sem grandes situações de *stress*.

Perfil 3 – Partilha avó

A minha mãe fica com ele todos os dias. Leva e traz da escola. Dá-lhe o almoço e o jantar quando venho mais tarde. Muitas vezes vem para casa com o banho tomado. E cuida dele nas férias, ou quando está doente e não posso faltar ao trabalho.

Júlio

Ao contrário de todos os perfis anteriormente apresentados, este caracteriza-se por uma forte dependência do pai-só em relação aos familiares mais próximos, neste caso, os seus próprios pais. Existe um apoio diário e permanente, em caso de doença da criança, quando o pai trabalha até tarde ou nos fins-de-semana e férias. São as avós que assumem os cuidados às crianças, que organizam o seu dia-a-dia e que fazem as limpezas e confeccionam as refeições, mesmo não residindo na mesma casa. Na verdade, na população entrevistada, esta forte dependência dos cuidados e atenções dos avós paternos pode assumir duas situações diferentes: pais sós (viúvos ou divorciados) que vivem sozinhos com os filhos, mas que tomam as refeições em casa dos seus pais; e pai-só viúvo que, apesar de temporariamente, voltou a viver em casa dos pais.

Os horários de trabalho destes pais são fixos, por vezes longos. Apesar de os pais exercerem a sua actividade profissional sem grande flexibilidade e, por isso, necessitarem diariamente dos cuidados das avós, é exactamente pela presença contínua das avós que eles podem responder às exigências das suas actividades profissionais.

Neste perfil, à excepção óbvia dos casos em que as mães das crianças faleceram, a maior parte delas não procura participar no dia-a-dia dos filhos, mas mantém um contacto mais ou menos regular com eles. Estas mulheres, em alguns casos, acabam por estar afastadas da organização do quotidiano da família monoparental e dos cuidados aos filhos porque têm ocupações profissionais muito envolventes. E este afastamento das mães face à vida dos filhos tende a estender-se à sua família, ou seja, os avós maternos estão relativamente ausentes dos cuidados à criança. No discurso dos entrevistados, a família materna apenas está com a criança quando a mãe a vai buscar a casa do pai, não tomando a iniciativa de ficar com a criança durante a semana ou mesmo ao fim-de-semana na ausência da progenitora.

No caso específico dos pais sós viúvos, podemos pensar que a fragilidade emocional e psicológica os fez apoiarem-se nas suas mães e nos seus cuidados, mas também porque estas sentiram a necessidade de prestar apoio

à família monoparental e, concretamente, de cuidar dos netos e de lhes dar toda a atenção *de uma mãe*. No fundo, estas avós assumiram, perante elas e perante o filho e os netos, o “papel de mãe” que centra nela tudo o que diz respeito ao dia-a-dia das crianças, cuidando, ajudando nas tarefas escolares e orientando a sua educação e decisões. Posto isto, apresentamos três histórias de vida (dois pais viúvos e um pai divorciado):

Leonel, 50 anos, 12.º ano de escolaridade, profissional de seguros, viúvo, dois filhos (14 e 9 anos). Quando os miúdos eram mais pequenos, o seu dia começava bem mais cedo. Levantava-se, tomava banho e depois de estar pronto acordava os filhos, ajudava o mais novo e preparava o pequeno-almoço. Se por algum motivo tivesse que ir mais cedo para o trabalho deixava as crianças em casa da avó e era ela que lhes dava o pequeno-almoço e levava à escola o mais novo. Todas as tardes era a avó quem cuidava dos netos, dava-lhes o almoço, o lanche, preparava o banho do pequeno e procurava controlar os trabalhos de casa (aliás, era a avó que, algumas vezes, ia a reuniões na escola ou marcava atendimentos com os professores). Às 19 horas o pai chegava, jantavam em casa dos avós e só pelas 21 horas é que iam para casa. Hoje, com os netos mais velhos, ainda é a avó que faz as refeições, deixa comer feito em casa do filho, lava e passa a roupa e ajuda nas limpezas e grandes arrumações. Leonel teve um casamento muito feliz, diz: *não via outra mulher à frente, ainda hoje não consigo pensar que a perdi sem chorar ou ficar deprimido*. Conheceram-se ainda adolescentes, por intermédio de amigos, e nunca mais se separaram. A forma como se confrontou com o fim da vida da sua mulher e amiga de anos marcou-o de tal modo que ainda hoje a voz se lhe embarga e os olhos rasam de lágrimas. Foi numas análises de rotina que descobriram que Manuela tinha cancro. Morreu meses depois. A devastação tomou conta da existência de Leonel e dos seus filhos, na altura com ... anos. Ficou *sem Norte, à deriva de tudo na vida*. Faltava-lhe a *reflexão e perspicácia* da mulher nas decisões do dia-a-dia. Desde o acompanhamento escolar das crianças, até à compra de roupas ou calçado, tudo passou a depender dele e da avó paterna. Leonel fez o luto mantendo intacta a casa e tudo o que pertencia à mulher: *Não queria mexer em nada, queria tudo assim como estava quando ela foi para o hospital. Queria-a de volta, queria tudo de volta como estava, antes de tudo*.

Bruno, 42 anos, 12.º ano de escolaridade, mediador de seguros, viúvo, 1 filho (17 anos). Vive sozinho com o filho desde que ele tinha 7 anos, altura em que a mulher morreu. Voltar a viver com os pais foi a melhor opção que encontrou quando, depois da morte da mulher, decidiu remodelar o

apartamento. Esta solução revelou-se bastante cómoda, uma vez que podia acordar mais tarde para ir trabalhar. No entanto, era ele que acordava o filho e o vestia para a escola. Saía depois do pequeno-almoço, preparado pela avó, e era esta que, minutos mais tarde, levava o neto à escola. No final das aulas, a avó apanhava a criança e iam para casa. Ao entardecer, depois do banho, André fazia os trabalhos da escola, via os desenhos animados e esperava pelo pai para jantarem juntos. Quando Bruno tinha que sair muito mais tarde ou ficar a dormir fora era a avó que preparava a criança para dormir. O casamento de Bruno e Teresa sempre teve muitos *altos e baixos*, ela era uma pessoa com alguns *desequilíbrios psicológicos e emocionais*, e isso reflectia-se na vida familiar. As discussões tornaram-se cada vez mais frequentes e intensas e Teresa parecia não querer fazer nada nem pelas suas melhoras, nem pela própria relação. Bruno decide-se pelo divórcio. Confrontada com a saída de casa do marido e o fim do casamento, a mulher decide entregar o filho aos avós maternos que interpõem uma providência cautelar contra o pai. Depois de uma forte batalha judicial, e com fortes pressões psicológicas por parte dos advogados da família da mulher, Bruno consegue ir de férias com o filho. Vão viajar e no dia em que regressam um amigo telefona a dizer que a mulher se tinha suicidado. Leva o filho para casa da avó paterna, senta-o na cama e conta-lhe que a mãe tinha morrido num acidente de automóvel.

Júlio, 33 anos, 12.º ano de escolaridade, bancário, divorciado, 1 filho (7 anos). Acorda às 7 horas. Uma hora é suficiente para Ricardo entrar às 8. O colégio que o filho frequenta é ao lado do seu local de trabalho. Numa hora toma banho, prepara o pequeno-almoço e ajuda o filho a vestir-se. Por volta das 5 horas vai buscar o filho ao colégio e vai para casa da sua mãe jantar. Agora é menos frequente ir lá a casa comer, mas continua a passar por lá todos os dias e a levar para casa comida feita pela mãe. Costumam deitar-se tarde. Ainda hoje é muito difícil deitar o filho antes das 10.30, 11 horas. Quando a criança está doente, não tem aulas ou está de férias a avó fica com ela até o pai chegar. E é ela que também trata da roupa. Já as restantes tarefas domésticas são partilhadas entre a mãe e a empregada, que vai lá a casa uma vez por semana.

O forte centramento na família de origem do pai cria uma grande dependência e, conseqüentemente, algum *stress*. A necessidade da presença diária da avó e a certeza que esta dependência pode prolongar-se por muito mais tempo faz com estes pais vivam alguns momentos de ansiedade. Acontece porque sentem que desempenham mais o *papel de filhos* do que o *papel de pais*, que voltaram a depender dos cuidados e apoio das mães e

que, por isso, poderão não ser capazes de cuidar dos filhos sem este apoio permanente. A obrigatoriedade, não imposta mas sentida, de dar conta de todas as situações que digam respeito ao seu dia-a-dia é outra das circunstâncias que, neste perfil, podem provocar alguma tensão. O conflito de interesses entre a necessidade e o desejo da presença da avó na vida da família e o anseio por mais liberdade de acção parece constituir-se como outro foco de tensão.

Perfil 4 – Articulação precária

Vão-se cuidando, como podem e sabem.
Inácio

Neste perfil estão os casos em que a gestão do dia-a-dia familiar assenta em alicerces muito frágeis. A actividade profissional dos pais inclui, em alguns casos, situações de alguma precariedade no vínculo contratual de trabalho. Horários rígidos que podem ser longos e/ou irregulares, folgas rotativas que obrigam a trabalhar nos feriados e ao fim-de-semana estão aqui associados a actividades profissionais pouco qualificadas com baixos rendimentos, e a percursos escolares médios (12.º ano) ou muito curtos (1.º ciclo). Este enquadramento profissional, pela indisponibilidade de tempo para os filhos e pela incapacidade financeira para pagar serviços (CAF/ATL) que cuidem das crianças fora dos horários de funcionamento das escolas públicas, conduzem a situações de abandono parcial. A articulação é feita não só deixando, em alguns momentos, os filhos sozinhos, como recorrendo aos irmãos mais velhos. De certo modo, um cenário familiar tradicional em que cabia aos filhos mais velhos cuidar dos mais pequenos. Ficar em casa sozinho ou ao cuidado de um irmão mais velho menor, preparar refeições em forno a gás, ir e vir da escola sem companhia de um adulto, brincar na rua sem vigilância, cuidar ou estar ao cuidado de um irmão em caso de doença, são algumas das situações, bastante vulneráveis, a que estas crianças parecem estar expostas.

Manuel, 40 anos, 12.º ano de escolaridade, empregado bancário, divorciado, guarda exclusiva dos três filhos (13, 8 e 3 anos). Acorda cedo. Às sete da manhã já começa a contar os minutos para sair de casa. Como Manuel trabalha no centro de Lisboa e mora com os filhos nos arredores, o trânsito não permite sair de casa muito tarde. Os mais velhos já preparam o seu próprio pequeno-almoço e o pai dá os cereais ao mais pequeno. Deixa os rapazes à porta da escola de um deles, o mais velho leva o irmão à escola e depois vai para as aulas (as escolas são perto uma da outra). O pai leva a

criança mais pequena para o jardim-de-infância. Depois das aulas é o mais velho que apanha o irmão na escola ou no ATL e vão para casa de autocarro: *Os rapazes têm actividades fora da escola e ela a escolinha. Mas são de clubes recreativos onde não pago para lá ficarem e fecham cedo. Mesmo assim têm que ir para casa sozinhos, de autocarro.* A criança mais pequena chega na carrinha do jardim-de-infância, já os irmãos estão em casa à sua espera. Tomam banho, fazem os trabalhos, vêem televisão. Perto da hora do jantar, o filho do meio (8 anos) telefona ao pai para saber o que é o jantar e é ele que toma a iniciativa de o começar a preparar com a ajuda do irmão. Manuel chega a casa, normalmente, depois das oito, oito e meia. Nessa altura acaba o jantar e jantam todos juntos. Quando chega mais tarde, os filhos aquecem o jantar (piza, comida pré-cozinhada, etc.). *Ficam por lá a fazer os trabalhos, a ver televisão ou outra coisa qualquer até eu chegar a casa, o que é normalmente depois das 8 da noite.* Chegado a casa, o pai fica um pouco com os filhos para saber como correu o dia, prepara as coisas para o dia seguinte, deixa a roupa da mais nova aos pés da cama para o outro dia de manhã, lê uma história aos mais novos e deita-os.

Inácio, 56 anos, 1.º ciclo (antiga 4.ª classe), servente, divorciado, guarda exclusiva dos 4 filhos (19, 16, 13, 12 anos). Quando se divorciou e ficou com os filhos, o dia começava bem cedo, de madrugada. Inácio saía de casa e deixava os filhos a dormir para ir trabalhar. Os mais velhos andavam na escola e, por isso, a organização do dia-a-dia era complicada. Inácio dependia da *boa vontade* das vizinhas para cuidarem dos filhos olhando por eles enquanto brincavam na rua com as outras crianças. No entanto, muitas das vezes, a filha mais velha faltava às aulas para cuidar dos irmãos, fazer as refeições e tratar das coisas da casa: *Era tudo pequenino... tinha dois que eram mesmo pequeninos, tinha um de 1 ano ou 2, ou o que era. E os outros eram mais crescidinhos mas não tinha ninguém para tomar conta deles. Era a mais velhinha* (referindo-se à filha). Encontrar uma creche e um ATL para os mais pequenos alterou o quotidiano. A filha mais velha preparava o pequeno-almoço e era ela ou o irmão que levavam os mais pequenos à creche e depois iam para as aulas. Às 15 horas (hora de encerramento das creches financiadas pelo Estado) eram também os mais velhos que apanhavam os irmãos. A partir desse momento, os mais novos andavam a brincar pelas ruas perto de casa e era a criança mais velha que *ia dando um olhinho pelos irmãos* enquanto tratava das tarefas domésticas e preparava o jantar. Agora mais crescidas, as crianças antes de saírem de casa preparam o pequeno-almoço, vão e vêm da escola sozinhas e andam pelo Bairro com os amigos até à hora do jantar. A irmã mais velha deixou de estudar e continua a ser o garante da dinâmica familiar e da lida da casa.

Porque alguns pais têm ocupações profissionais que lhes exige muito tempo, não só pela natureza da sua actividade profissional como porque necessitam cumprir horários mais longos, o dia-a-dia destas crianças não começa, em alguns casos, com os cuidados do pai. São os irmãos mais velhos que têm a responsabilidade de cuidar dos mais pequenos e, muitas das vezes, de fazer as refeições e as tarefas domésticas:

Iam-se buscar uns aos outros (à escola) né? Quando eles andavam na creche, eles vinham, ia lá a minha sobrinha buscar e depois quando começaram a crescer já vinham sozinhos para cima. Também era perto (...) Meto a mais velha a passar a ferro.

Inácio

Além disto, estas famílias não dispõem de uma rede familiar de apoio muito segura. Tanto num caso como noutro os pais estão sós nos cuidados às crianças porque ou vivem longe dos avós e estes têm uma idade avançada, ou porque já faleceram. Os outros familiares não parecem sequer ser tidos em linha de conta quando pensam nas pessoas que os podiam ajudar com cuidados aos filhos. No entanto, num dos casos existe uma sobrinha que levava os mais novos à escola e umas vizinhas que vão olhando pelas crianças enquanto estas brincam.

Estes pais viveram conjugalidades longas. O fim do casamento deu-se com a descoberta de uma relação extra-conjugal das mulheres, que, entretanto, saíram de casa para viver com outra pessoa:

(...) ela começou a trabalhar para um restaurante ali no Castelo e arranjou lá um e abalou... foi logo naquela noite, ela, ela tinha noites que já não aparecia em casa; Foi-se embora. Deixou-os aqui comigo. Fiquei mal, foi difícil, acontecer uma coisa destas...

Inácio

A infidelidade e abandono da mulher parece não ter influenciado a forma como vêem a maternidade e o papel das mães na vida dos filhos. Afirmam a necessidade e importância da presença da mãe como um pilar importante na formação e educação das crianças. No entanto, afirmam que, no seu caso específico, a mãe dos filhos é dispensável porque os abandonou e, segundo eles, não se preocupa em estar presente no dia-a-dia das crianças:

Eles precisam de uma mãe. Não precisam de uma mulher que os abandona. Não se precisa de um exemplo destes.

Inácio

Ainda reflectindo sobre a sua experiência conjugal alguns chegam mesmo a afirmar ser *natural* o afastamento da ex-mulher uma vez que, quando

ainda estavam casados, parecia não haver grande envolvimento emocional com as crianças e as suas necessidades:

Ela já não tinha uma participação muito activa na vida dos miúdos, por isso é natural que se comporte assim, como uma adolescente sem responsabilidades; Havia as coisas todas por fazer (...) era sempre a casa por arrumar, era o comer por fazer, era tudo...os miúdos (...) se ela nunca soube dar educação, agora é que ia saber?

Inácio

A mãe não tem qualquer tipo de participação no dia-a-dia dos filhos e os momentos em que está com eles são vistos como *visitas*:

“Ela abalou e nunca mais falou com eles (...) estiveram dois ou três anos sem ver a mãe; “as visitas são poucas, quando os visita, voltam bem e até gostam de estar com ela, têm saudades...””.

Manuel

Não tendo recursos económicos para colocar os filhos em instituições privadas de apoio à infância com horários mais longos, e não podendo recorrer à ex-mulher para cuidar das crianças (não só pela sua quase total ausência, como por não parecer capaz de cuidar dos filhos) estes pais deixam a família em “piloto automático” onde os cuidados e as atenções, a educação e a formação das crianças acontece um pouco ao sabor das circunstâncias e vicissitudes do dia-a-dia.

Como não é difícil de perceber, os focos de *stress* e tensão são vários: acentuada falta de recursos financeiros para fazer face às necessidades da família; em alguns casos, precariedade no vínculo contratual e/ou horários de trabalho longos e irregulares; permanente insuficiência na conjugação entre os horários de trabalho e os horários das crianças; preocupação constante com os filhos; forte necessidade de colmatar o abandono da mãe face aos filhos. Estes focos de pressão fazem os pais sentirem uma baixa auto-estima. Vivem sentimentos de abandono e tristeza e sentem-se impotentes para resolver os problemas económicos e familiares.

Conclusão

Neste trabalho estudámos a forma como famílias de pais só a viverem com pelo menos um filho menor de 18 anos articulam trabalho e família. A análise dos constrangimentos sociais, materiais e profissionais, do modo de cuidar, das ajudas que o pai-só tem ao seu dispor no dia-a-dia familiar, dos momentos de *stress* e da participação da mãe nos cuidados aos filhos permitiu-nos captar

diferentes perfis de articular trabalho-família: **Auto-gestão**, onde o pai faz sozinho todos os ajustamentos necessários entre o horário de trabalho e os horários dos filhos. Neste perfil os pais fazem uma gestão coordenada dos seus horários de trabalho e dos horários das instituições que ficam com a criança durante todo o dia. Isto obriga à utilização sistemática e prolongada de equipamentos de cuidados à criança, sejam eles públicos, privados ou IPSS. O tipo de instituições a que os pais só recorrem nos cuidados aos filhos difere de acordo com a escolaridade, a qualificação profissional e as condições materiais de existência. Pais com escolaridades mais longas e profissões mais qualificadas ou que são empresários por conta própria procuram soluções de guarda que pressupõem algum investimento financeiro, como sejam colégios particulares com diversas actividades extra-curriculares que, ao garantirem horários prolongados, lhes proporcionam alguma maleabilidade de horário; os pais com percursos escolares curtos, profissões menos qualificadas e disponibilidades financeiras menos favoráveis acedem a escolas públicas e ATL (públicos ou IPSS) que, de um modo geral, terminam as actividades um pouco mais cedo (17, 18 horas). No entanto, estes pais não deixam de procurar algum apoio, embora esporádico, de familiares, amigos ou mesmo da empregada doméstica. A mãe está afastada do dia-a-dia e só está com a criança quando a *visita* aos fins-de-semana de quinze em quinze dias. É da situação de *quase abandono* da mãe e do centrar dos cuidados em si e na instituição de apoio à criança que surgem as principais situações de *stress* deste perfil.

O segundo perfil, o **Delegação múltipla**, caracteriza-se pelo ajustamento diário da disponibilidade de um grupo bastante alargado de pessoas envolvidas nos cuidados à criança e à família. Familiares, amigos, colegas de trabalho, amas, vizinhas, ou empregadas domésticas fazem parte de uma rede de apoio regular e flexível que permite ao pai-só organizar os recursos, as pessoas e os meios disponíveis de acordo com diferentes circunstâncias e necessidades. Este perfil é característico de famílias monoparentais de pais só com qualificações profissionais altamente especializadas. Isto quer dizer que é um modo de relacionar trabalho-família que pressupõe recursos financeiros, uma vez que acedem a uma rede mais ou menos ampla de cuidados pagos (empregada doméstica, *babysitter*) e não pagos (familiares, amigos, vizinhos). Os momentos de *stress* estão relacionados com a gestão da necessidade de dádiva para com a vasta rede de pessoas envolvidas nos cuidados à família. A necessidade de retribuição e de não ser “*um peso*” para os que o rodeiam poderão ser fonte de *stress*.

No terceiro perfil, o **Partilha avó**, o pai recorre diariamente ao apoio da avó nos cuidados aos filhos, nas tarefas domésticas, na realização de refeições,

etc. Aqui observa-se uma forte dependência dos avós paternos, mais especificamente da avó. Os avós cuidam das crianças durante toda a semana, em caso de doença, quando o pai trabalha até tarde ou aos fins-de-semana e durante as pausas escolares e férias. As avós têm um papel central nos cuidados às crianças quer no início, quer no final do dia, organizam as tarefas do dia-a-dia, ajudam nos trabalhos da escola e, mesmo quando o pai e a criança vivem noutra casa, preparam as refeições, arrumam e limpam a casa e tratam da roupa, mesmo que para esta última tarefa o pai recorra à ajuda de empregada doméstica. A dependência que surge desta forte presença da avó paterna assume duas formas: a de pais só (viúvos ou divorciados) que vivem na sua casa com os filhos, mas que passam muito tempo em casa dos avós e a de pai-só viúvo que voltou a viver em casa dos pais, mesmo que temporariamente. Esta dependência e necessidade permanente da presença da avó no dia-a-dia dos filhos é um foco de tensão para estes pais. A sensação de que é uma situação que pode prolongar-se no tempo; o sentimento que *são mais filhos do que pais*; a insegurança de não serem capazes de cuidar dos filhos sem este apoio permanente; a “obrigatoriedade” de prestar contas de todas as situações do dia-a-dia; o conflito de interesses entre a vontade da presença da avó na vida da família e a necessidade de mais liberdade de acção parecem constituir-se como possíveis razões para a existência de momentos de tensão. No que diz respeito à participação da mãe no dia-a-dia das crianças, no caso dos pais divorciados, a maior parte das mães e a sua família não mantêm um contacto frequente. No caso das mães porque estão muito envolvidas com a sua profissão, no caso da sua família porque existem alguns conflitos/desentendimentos com o pai.

Finalmente, o quarto perfil, o **Articulação precária**. Neste perfil observa-se uma forte dificuldade na gestão entre o trabalho e a família, o que conduz à delegação nos filhos mais velhos dos cuidados aos mais novos. Aqui estão contidos os casos em que a situação profissional do pai pode ser de alguma precariedade no vínculo contratual de trabalho, com horários rígidos, prolongados e irregulares, em alguns casos com folgas rotativas que obrigam a trabalhar ao fim-de-semana. Estas condições de exercício da actividade profissional e os baixos rendimentos não possibilitam o recurso a instituições de apoio às crianças com horários prolongados (normalmente privadas, logo pagas), o que obriga estes pais a confiarem os filhos a eles próprios. No final do dia depois das aulas, (caso do Manuel), todo o dia (caso do Inácio), as crianças têm de ficar sozinhas em casa ou ao cuidado de um irmão menor. Isto acontece porque ou os pais não dispõem de uma rede informal de cuidados que seja permanente e regular ou existe um grupo muito restrito de pessoas que participam de uma forma ténue e esporádica

nos cuidados às crianças. Avós, tios, primos, amigos, vizinhos ou colegas não participam nos cuidados às crianças e a mãe é uma figura quase ausente. Os focos de *stress* e tensão deste perfil são: falta de recursos financeiros; precariedade no vínculo contratual; horários de trabalho longos e irregulares; insuficiência na organização do dia-a-dia; preocupação com a segurança dos filhos; forte necessidade preencher o vazio que a mãe deixou. De qualquer modo, e apesar de existirem falhas na organização do dia-a-dia e nos cuidados às crianças, estes pais ainda conseguem trabalhar e ficar com os filhos.

Uma vez apresentados os perfis retomamos a questão de partida: de que modo as condições materiais de existência, o modo de cuidar da criança, os apoios de que os pais-sós usufruem, a participação da mãe no quotidiano e nos cuidados da criança e os momentos de *stress* e tensão sentidos no dia-a-dia se relacionam com os diferentes modos de relacionar família e trabalho?

A análise da diversidade em termos da profissão, da condição perante o trabalho, das condições de exercício da actividade profissional e do capital escolar permitiu-nos perceber que existe uma relação estreita entre os constrangimentos profissionais e materiais e o modo como se relaciona família e trabalho. As condições materiais de existência determinam não só a forma como os pais vivem a sua profissão, como o acesso a serviços de cuidados aos filhos (pagos, formais ou informais). São os pais pertencentes a classes sociais mais favorecidas, com trajectórias escolares mais longas e profissões mais qualificadas que têm acesso privilegiado a soluções que permitem uma maior flexibilidade na gestão do dia-a-dia. São também estes que dispõem de maior elasticidade na forma como estruturam o quotidiano e resolvem situações inesperadas, com o apoio de uma rede alargada de pessoas dispostas a ajudar. A facilidade decorrente da sua posição privilegiada no espaço social reflecte-se num conjunto de respostas bastante mais alargado quer nos cuidados à criança, quer noutros âmbitos da vida familiar. Estes pais encontram-se maioritariamente nos cuidados centrados em equipamentos formais (**Auto-gestão**) e em soluções que se caracterizam por uma grande variedade de prestadores de cuidados às crianças (pais, tios, amigos, vizinhos, colegas, entre outros) e pelo acesso a instituições formais de apoio à infância (creches, ATL, centros-de-dia, *babysitters*, desporto, música, etc.) (**Delegação múltipla**). Numa situação distinta encontram-se os pais sós que dispõem de menores recursos económicos e escolares. Estes estão representados em perfis de articulação família-trabalho que se caracterizam pelo recurso a soluções de cuidados mais baratas ou informais (**Partilha avó**) ou por não acederem a cuidados formais de apoio à criança,

conduzindo a situações em que a criança passa muito tempo sozinha ou é entregue aos cuidados de irmãos mais velhos (**Articulação precária**).

Os horários de trabalho também influenciam o modo como os pais gerem os cuidados aos filhos e a actividade profissional. Responder às necessidades de articular o quotidiano profissional e familiar com horários de trabalho flexíveis é bastante diferente de exercer uma profissão que exige o cumprimento de um horário fixo, longo, por turnos e/ou aos fins-de-semana. Horários flexíveis permitem aos pais só usufruírem da possibilidade de articularem trabalho e família de modo mais permeável às suas necessidades pessoais e da família e estimulam o próprio empenho/rendimento profissional. Horários de trabalho rígidos, longos – que começam muito cedo (5,6 da manhã); que se prolongam, em alguns casos, para além da hora do jantar (entre as 20 e as 22 horas) – irregulares, por turnos, com folgas rotativas e salários baixos condicionam o aparecimento de níveis de ansiedade e *stress* mais elevados. São situações que obrigam ao reajustar diário do trabalho com as necessidades familiares e pessoais (**Delegação múltipla**), a uma dependência diária e permanente dos avós paternos (**Partilha avó**), ou ao abandono parcial dos cuidados aos filhos (**Articulação precária**). Os dois últimos perfis de gestão do quotidiano profissional e familiar estão associados, na sua maioria, aos percursos escolares mais curtos, às condições de trabalho menos flexíveis, e às profissões menos qualificadas, com inserções laborais precárias. No pólo oposto encontramos os pais que têm autonomia e possibilidade de gerir a intensidade e o volume de trabalho. Usufruem de grande flexibilidade e de um maior grau de satisfação pessoal e profissional. Trabalhar em casa, por exemplo, permite aos pais sentir que conseguem gerir melhor o dia-a-dia porque podem ir buscar os filhos à escola ou ATL, cuidar das crianças e dar-lhes atenção, com a certeza de que a tarefa do dia seguinte será assegurada. Nestas condições de exercício da actividade profissional encontramos o perfil **Auto-gestão**. Aqui os pais coordenam os seus horários de trabalho e os dos filhos recorrendo a colégios particulares ou a escolas públicas e ATL (públicos ou privados), sem deixar de lado algum apoio, apesar de esporádico, de alguns familiares. Os vínculos contratuais precários exercem uma pressão muito grande sobre os pais sós. Para além da insegurança que os contratos a prazo imprimem na capacidade de previsão do futuro da família, o facto de estes pais não terem um contrato efectivo de trabalho pode dificultar o acesso a uma creche ou ATL para os filhos. Não saber se podem pagar serviços de apoio à criança chegado o fim do contrato faz com que deixem os filhos em situações de quase abandono ou ao cuidado uns dos outros (**Articulação precária**). Na nossa população este tipo de contrato a termo certo ou à tarefa está associado a profissões menos especializadas e com rendimentos baixos.

Saber que a mãe não está presente potencia soluções onde o pai se centra noutros prestadores de cuidados (**Partilha avó**) e recorre a vários outros tipos de cuidadores (**Delegação múltipla**) ou, não tendo mais ninguém a quem recorrer, deixa os filhos sozinhos (**Articulação precária**). Uma família de pai-só que pode contar com a presença da mãe nos cuidados aos filhos numa base regular (fins-de-semana, férias...) ou num modelo de guarda conjunta, organiza o dia-a-dia de forma diferente de uma família em que a mãe está completamente ausente³. A própria ausência da mãe constitui-se como um factor de *stress*. As crianças têm saudades e perguntam ao pai porque não a vêem e este, em alguns casos para proteger os filhos, oculta as razões do seu abandono. Apesar disto, a maioria mostra empenho em manter a relação da criança com a ex-cônjuge. Inclusivamente, em todos os casos, não deixam de atribuir à mãe um papel muito importante na vida dos filhos e a maioria mostra empenho em manter a relação da criança com a mãe.

O modo de cuidar da criança é uma dimensão muito importante na definição dos perfis de articulação família-trabalho. Nem todas as famílias têm ao seu dispor pessoas a quem recorrer (família, amigos, vizinhos, colegas) e esta questão é transversal a todas as classes. No entanto, essa falta de apoios/ /cuidados tem efeitos muito distintos: no caso dos pais-sós mais desfavorecidos a ausência é compensada por serviços públicos ou privados sem fins lucrativos, a baixos custos e horários alargados; no caso destes não existirem, o acesso ser difícil ou terem rendimentos muito baixos, esta ausência condiciona o surgimento de situações de abandono parcial dos cuidados à criança. No caso dos pais-sós com mais recursos económicos esta ausência de prestadores de apoios de familiares próximos é compensada pelo cuidado de instituições formais e pelo informal pago (amas, *babysitters*, entre outros) e pelo apoio de amigos e vizinhos. Tal como noutros estudos realizados sobre a mesma temática, mas respeitantes às famílias monoparentais femininas (Wall, São José e Correia, 2001a, 2002; Correia, 2004) ou mesmo às famílias de casais com filhos (Wall, São José e Correia, 2001b), os pais-sós que pertencem às classes sociais mais favorecidas usufruem de uma rede de cuidados à criança mais extensa e variada (avós, tios, amigos, colegas de trabalho, vizinhos, amas, *babysitters*, escolas, etc.) ao mesmo tempo que dispõem de outro tipo de ajudas igualmente importantes e estruturadoras, como sejam as ajudas monetárias. Por seu turno, os pais-sós que pertencem a categorias socioprofissionais menos qualificadas, quando têm a quem recorrer, têm ao seu dispor apoios que se traduzem em pequenas e esporádicas prestações de cuidados como sejam ir buscar a criança à creche/escola ou ficar algumas horas com a criança até o pai

³ Ver Capítulo 9.

chegar. Deste modo, quanto mais privilegiada a condição social e económica da família, maior o acesso a um leque variado de prestadores de cuidados e quanto maior, mais versátil e mais especializado for este leque de opções, mais fácil, mais controlado e com menos focos de tensão é o modo destes pais-sós relacionarem família e trabalho. Importa ainda sublinhar que, apesar das diferenças, as adaptações destes pais-sós, no que diz respeito ao exercício da sua actividade profissional e à vida familiar, fazem-se, em grande parte dos casos, recorrendo a serviços de prestadores de cuidados formais e informais. Isto denota não só uma tentativa de independência face aos familiares mais próximos (avós e tios) como uma forma de mostrar a todos os que os rodeiam que um pai-só cuida dos filhos tão bem quanto uma mãe e que o faz sem necessitar de recorrer frequentemente à ajuda de terceiros. Mas também há quem sinta essa limitação e desenvolva laços de dependência.

Para finalizar, tendo em perspectiva não só os estudos realizados sobre esta temática, centrados nas famílias monoparentais femininas, como também os resultados desta investigação, podemos perceber que as diferenças existentes entre os modos de articular família e trabalho em famílias de mães e pais-sós não estão associados ao género. Os perfis de articulação família e trabalho parecem-nos muito semelhantes nas famílias monoparentais femininas e masculinas. O modo como cada pai e mãe só vive o dia-a-dia pessoal e familiar, o exercício da sua actividade profissional, os cuidados à criança e os momentos de *stress* influenciam mais fortemente as soluções do quotidiano que constituem cada perfil de articulação família-trabalho do que serem do sexo masculino ou feminino. No entanto, observamos algumas diferenças fundamentais: no caso específico das famílias monoparentais que se constituíram através de uma relação conflituosa e de um divórcio difícil, as mães-sós parecem basear as suas atitudes em valores maternalistas “fechando” a criança na família materna e não permitindo a presença regular do pai e da sua família. Contrariamente, nas famílias de pais-sós este fechamento não se dá. Apesar das circunstâncias difíceis em que se deu o fim da relação eles não tendem a afastar a criança da mãe, pelo contrário, tentam estimular os seus encontros porque acreditam ser importante a presença da mãe na vida dos filhos. Outra diferença que consideramos importante é que, ao contrário das mães-sós, alguns pais-sós sentem necessidade de afirmar a sua validade enquanto principais prestadores de cuidados à criança. Sentem que a mulher está desde sempre validada como cuidadora “competente” ao passo que os homens têm de provar as suas capacidades. A afirmação de que são tão competentes quanto as mulheres na educação e nos cuidados às crianças está presente em alguns discursos, independentemente do grau académico e da profissão.

Em suma, com este trabalho surge a certeza de que é cada vez mais importante abrir novas linhas de investigação relacionadas com os “novos” papéis de género na sociedade e na família. Os resultados deste estudo afirmam uma nova atribuição de significados do que é ser homem, trabalhador e pai-só. Aqui testemunhou-se um movimento lento na sociedade portuguesa que substitui os modelos mais tradicionalistas do homem na família e na sociedade por concepções da masculinidade associadas ao homem protagonista – empenhado e capaz – de dois papéis: o de profissional e o de pai prestador de cuidados aos filhos.

PARTE III

Vida Conjugal e Identidades Masculinas

Capítulo 5 Conjugalidades no masculino: Renegociando poderes e identidades no quotidiano

Sofia Aboim

Introdução

Procurando entrar no “lado de dentro” da vida familiar a partir de um ponto de vista masculino, este capítulo tem como principal objectivo descrever e explicar o funcionamento interno da família conjugal na sociedade portuguesa contemporânea¹. Desvelando uma realidade ainda pouco conhecida, pretende-se, acima de tudo, compreender de que formas as práticas e as identidades dos homens, historicamente associadas ao mundo da vida pública e do trabalho profissional, se têm vindo a construir, e também a transformar, no seio do casal e da família à medida que a masculinidade tradicional se foi alterando e os homens começaram a assumir novos lugares na esfera privada.

Na verdade, a construção histórica da “família moderna”, que, desde o final do século XIX, constituiu uma preocupação central das ciências sociais, como tão bem reflectem as teorizações de Durkheim (1975 [1895]) ou de Parsons (Parsons and Bales 1955), dificilmente pode ser compreendida fora de uma perspectiva de género. É, afinal, na história da família que encontramos também desenhada uma narrativa da diferenciação social entre homens e mulheres. A transição de uma família pré-moderna fortemente patriarcal e institucionalista para formas modernas de família, certamente diferenciadas mas já orientadas para valores de afectividade e companheirismo, como propunham Burgess, Locke e Thomes na década de 1940 (1960 [1945]), representou um movimento inaugural de profunda transformação nas relações sociais de género, cujas consequências marcariam indelevelmente a segunda metade do século XX. Em décadas recentes, a passagem de modelos familiares organizados em torno de uma forte diferenciação de género para normas de crescente paridade conjugal tem reflectido mudanças profundas na situação das mulheres (Torres, 2001; Aboim, 2006 e 2007), mas tem igualmente servido para desafiar os velhos códigos da masculinidade. Hoje, cada vez mais, os homens vêm-se a braços com as exigências impostas por novos modelos de masculinidade, que têm vindo a instituir um “novo papel” masculino, mais participante e afectivo, no seio da vida privada (Wall, Aboim e Marinho, 2007).

¹ Nesta perspectiva, trata-se de dar continuidade, agora a partir de uma perspectiva masculina, a um trabalho anteriormente desenvolvido sobre as dinâmicas das famílias conjugais contemporâneas e a sua diversidade interna. A este respeito ver Aboim (2006) e Aboim e Wall (2002).

Sem dúvida, os ideais dominantes da masculinidade – ou seja, a masculinidade hegemónica na aceção de Connell (1987, 1995) – têm sofrido acérrimas transformações, muitas das quais interpelam directamente a esfera da vida familiar. O ideal de um “homem familiarizado”, que hoje ganha novos contornos, não é, contudo, novo. Com o advento da industrialização e da urbanização nas sociedades modernas ocidentais, a separação entre as esferas da produção e da reprodução e a crescente importância de um casal afectivo e romântico (Ariès, 1973 [1960], Shorter, 2001 [1975]) deram novos significados aos processos de diferenciação de género. À medida que a vida familiar se tornava mais privada (Roussel, 1989), mais se institucionalizava também o modelo de um “homem familiarizado”, cuja função seria a de proteger, sustentar e guiar a família. Este era afinal o ideal de “homem respeitável” (Collier, 1995), autoritário mas justo e leal à família, que predominou até às décadas de cinquenta e sessenta do século XX. A identidade masculina, como aliás em Portugal os valores dominantes do Estado Novo tão bem afirmavam, prendia-se assim indelevelmente à figura do “homem chefe de família”, provedor do lar e responsável público pela mulher e os filhos. A ordem de género da “primeira modernidade”, como é apelidada por Singly (1993), constituía, em grande medida, o produto de uma idealização dos papéis de género em que a figura masculina do provedor familiar se opunha ao feminino e ao ideal de mulher como mãe e esposa enclausurada no mundo doméstico. Porém, apesar da prevalência de uma forte diferenciação de género na vida familiar, a expansão dos códigos do amor romântico enquanto princípio fundador da vida conjugal serviu também para transformar a imagem do homem e alterar o tradicional esquema patriarcal de organização familiar (Chaumier, 1999; Luhmann, 1991). Como nota Wilcox (2004), os homens foram-se tornando “patriarcas suaves”, progressivamente disciplinados pelo amor – conjugal e paternal – numa família simbolicamente representada como refúgio. Neste sentido, os ideais românticos que inauguraram um movimento de familiarização e emocionalização do homem, malgrado a persistência da diferenciação, traduzem-se actualmente num elogio dos valores da intimidade e da partilha conjugal, crescentemente dominantes nas sociedades ocidentais (Giddens, 1996; Lupton, 1998; Jamieson, 1998).

A família conjugal é, hoje, como nota Roussel (1991), ao procurar complexificar a passagem da instituição para o companheirismo que Burgess, Locke e Thomes haviam proposto em 1945, palco de profundas transformações. A evolução histórica da vida familiar é assim descrita pelo autor através da progressão gradual da “família instituição”, em que dominavam as finalidades de sobrevivência e uma subordinação total à instituição matrimonial, para modelos mais modernos: o de aliança, ainda fortemente institucionalizado, mas já

caracterizado pelo amor romântico; o de fusão, em que sobressai ainda mais o amor romântico no quadro de uma recusa da instituição tradicional e da afirmação da igualdade entre os cônjuges; e, mais recentemente, o de associação, que simbolizaria o triunfo do individualismo sobre o “nós conjugal”. Em Portugal, a realidade da família conjugal não é muito diferente, igualmente sugerindo diversidade e hibridismo, a par de uma lenta transição para modelos mais companheiristas e igualitários.

Se em anteriores pesquisas (v. Aboim, 2006; Wall, 2005a) confirmámos este movimento no caso feminino, encontrando uma considerável diversidade de estilos e de normas de funcionamento conjugal e familiar,² importa comparar resultados, aplicando agora o mesmo questionamento aos homens. Manter-se-á, para eles, a mesma regra de casal fusional, onde se juntam recursos, tempos, e projectos, que agregava significativa parte das mulheres? Num contexto em que o movimento de conjugalização da família parece predominar sobre o de individualização, apesar da sua progressão nos últimos anos, será a autonomia individual mais valorizada pelos homens do que pelas mulheres, perfilando um maior peso de dinâmicas de tipo associativo? Qual o grau de inclusão dos homens no dia-a-dia da família? Será o funcionamento interno da família descrito de forma tão diversificada como a que descobrimos nos discursos femininos? Terão os valores do companheirismo, acalentados por grande parte das mulheres num movimento significativo de modernização da vida familiar, expressão semelhante no caso dos homens? Que relação

² Com efeito, a diversidade de tipos de família ficou bem comprovada quer pelos dados quantitativos do inquérito às *Famílias no Portugal Contemporâneo* (v. Wall, 2005a), quer através de entrevistas em profundidade realizadas a mulheres a viver em casal com filhos (v. Aboim, 2006), permitindo-nos identificar pelo menos seis grandes tipos de família, que corporificam diferentes formas de coesão conjugal, de divisão do trabalho, de valores mais tradicionalistas e institucionalistas ou mais modernistas. Encontrámos diversidade na visão feminina dos casais portugueses, não obstante o predomínio de normas de fusão conjugal, em que se procura uma partilha intensa – de recursos, momentos, identidades – com o cônjuge: o tipo “paralelo familiar”, orientado por uma visão institucionalista do casal enquanto aliança de género, alia o predomínio de práticas conjugais separadas a normas de fusão familiar, que se combinam com divisões de género assinaláveis; o tipo “bastião”, ainda orientado por valores institucionalistas, apresenta igualmente um perfil fusional, muito fechado ao exterior e ainda marcado por papéis de género diferenciados; o tipo “fusão aberta”, elege, por outro lado, os valores do companheirismo conjugal, da intimidade e da negociação, caracterizando-se por fusão forte e por uma relativa igualdade de género; o tipo “confluente”, caracteriza-se pela combinação de uma orientação fusional, ancorada na ideia de projecto familiar e de ajuda mútua, com práticas polivalentes (em que cada membro da família desfruta de algum espaço e tempo para si próprio) e papéis de género pouco diferenciados. Apenas dois tipos apresentaram orientações explícitas para a autonomia individual no seio do casal. O tipo “paralelo”, em que a autonomia feminina é desejada, apresenta um perfil sexualmente diferenciado e resulta frequentemente de trajectórias conjugais e familiares marcadas por lógicas de ruptura e dificuldades de integração conjugal. Finalmente, o tipo “associativo” representa a autonomia modernista, caracterizando-se por práticas polivalentes, intenções explícitas de autonomia e papéis de género pouco diferenciados.

existirá entre conjugalidade e identidade masculina? É afinal este o conjunto de questões que nos propomos investigar neste capítulo.

Sem dúvida, as transformações da vida conjugal e familiar têm tido implicações sérias do ponto de vista das masculinidades, na medida em que novos modelos de “ser homem” têm vindo a ser construídos. Actualmente, espera-se que os homens, enquanto cônjuges e pais, assumam também o lado expressivo da vida privada e se distanciem do modelo tradicional de provedor e figura de autoridade a favor de ideais de companheirismo e igualdade (Morgan, 1996; Nock, 1998). Adicionalmente, o ideal de um “homem cuidador”, outrora uma função atribuída, por excelência, às mulheres, tem ganho força simbólica e institucional.³ No entanto, as rápidas mudanças a que temos assistido dificilmente se traduzem em modelos dominantes ou numa transição linear dos ideais patriarcais do passado para um novo e singular modelo de participação e envolvimento masculino. Pelo contrário, no cenário familiar, o lugar dos homens é hoje pouco uniforme, revelando a diversidade de expectativas, práticas e valores que atravessam a sociedade portuguesa contemporânea (Wall, Aboim e Marinho, 2007).

Masculinidades e conjugalidades: Uma análise da diversidade

Investigando a diversidade e a mudança nos lugares que os homens ocupam hoje no universo da vida privada, tentamos, por conseguinte, identificar diferentes estilos de conjugalidade, vividos e falados no masculino. Observar, numa óptica microssociológica, as práticas quotidianas e as orientações normativas dos homens no casal e na família, permite-nos, de forma privilegiada, perscrutar o campo das mudanças operadas nas relações sociais de género, e saber até que ponto estas se reflectem na esfera privada, promovendo a erosão de modelos institucionalistas, sexualmente diferenciados e dominados pela autoridade masculina a favor de modelos centrados no companheirismo, numa maior igualdade de género, na reciprocidade e na negociação de poderes e de papéis entre cônjuges e entre pais e filhos. A análise das interacções conjugais e familiares, além de permitir identificar diferentes formas de conjugalidade existentes na sociedade portuguesa contemporânea, responde, assim, também a questões centrais sobre os novos equilíbrios de género na família e, neste caso, sobre as mudanças nas práticas e nas identidades sociais dos homens⁴. Urge, pois, investigar mais minuciosamente

³ Ver Capítulo 2 neste livro.

⁴ Ver Capítulos 1 e 2 neste livro.

o funcionamento interno da família conjugal, juntando interrogações clássicas da sociologia da família e da conjugalidade, interessada em acompanhar a diversificação das formas de organização da vida privada, a uma perspectiva de género que enfatiza a diferenciação entre homens e mulheres, observando-a enquanto eixo fundamental na construção do casal e da família.

Ao longo deste capítulo, tentaremos mostrar de que formas os homens portugueses a viver em casal com filhos estão a reconstruir a masculinidade no contexto da vida familiar combinando habitualmente diferentes referências e valores. Do ponto de vista metodológico, procuramos beneficiar do entrecruzamento entre várias dimensões de análise a fim de equacionar a diversidade e a mudança no funcionamento interno da família conjugal, retratada a partir de entrevistas em profundidade feitas a 37 homens a viver em casal (casamento ou união de facto, primeira ou segunda conjugalidade), todos eles pais de filhos (na actual ou em anteriores experiências conjugais). Interessa pois definir brevemente os eixos analíticos que, como veremos ao longo das próximas páginas, nos permitiram identificar diferentes perfis de dinâmicas conjugais e familiares, bem como traçar alguns caminhos prováveis da transformação das relações de género e do lugar do homem e da masculinidade na esfera privada. Organizamos a nossa análise a partir de quatro eixos fundamentais.

Em primeiro lugar, as relações de género são examinadas através da análise da divisão do trabalho pago e não pago e das estratégias masculinas de conciliação entre vida familiar e vida profissional. Damos assim particular atenção às formas de divisão conjugal do trabalho e dos recursos. Num contexto em que a grande maioria dos casais são de dupla profissão (padrão reiterado na nossa amostra de pais a viver em casal), vale a pena investigar mais a fundo qual o estatuto (material e simbólico) do trabalho profissional feminino (paritário, um apoio estrutural, uma pequena contribuição...) por comparação com o masculino, aferindo mais profundamente da (des)igualdade entre o casal. Diferentes equilíbrios na repartição do trabalho doméstico e profissional podem, obviamente, traduzir variadas formas de diferenciação de género. Num extremo, podemos ter casais caracterizados por um modelo de indiferenciação, predominando a partilha conjugal das tarefas domésticas e uma dupla profissão equitativa em termos remuneratórios e de carga horária, enquanto, num outro extremo, podemos ter vários modelos de diferenciação: o modelo de ganha-pão masculino, o modelo em que ambos têm profissão e a mulher se encarrega das tarefas domésticas, o modelo de apoio mútuo em que a mulher ajuda o homem no sustento da família, enquanto ele vai participando, quando é preciso, em algumas tarefas da casa.

Uma segunda dimensão importante prende-se com as interacções conjugais. Para observarmos o funcionamento conjugal analisaremos então as práticas e normas de coesão conjugal, um conceito clássico da sociologia das interacções familiares que se reporta à natureza do laço social que une internamente os membros da família (Kellerhals et al., 1982; Aboim 2006; Wall, 2005a). Na óptica interaccionista importa sobretudo caracterizar as relações conjugais/familiares em função do eixo *fusão/autonomia*: no primeiro caso, coloca-se a ênfase na semelhança de gostos e ideais, na junção de tempo, recursos, dinheiro e decisões, ou na partilha quotidiana de tarefas e actividades, sociabilidades e convívios, diálogo e intimidade; no segundo, tenta-se preservar, em maior ou menor grau, a autonomia de cada um em todas ou nalgumas destas esferas. Começamos por dar ênfase às interacções e à rotinização da vida, analisando a medida de inclusão/exclusão do homem nas práticas quotidianas da família, tanto instrumentais (tarefas domésticas, cuidados com os filhos, gestão do dinheiro), como expressivas (lazer, sociabilidades, conversas). Queremos saber o que faz o homem na sua vida privada, em que momentos e com quem. Tentamos ainda aferir qual a importância do diálogo e da intimidade entre o casal: se assenta na ideia de partilha total e é muito importante ou, pelo contrário, se privilegia formas de autonomia e resguardo da individualidade.

Em terceiro lugar, procuramos analisar as orientações normativas dos homens (Berger e Kellner, 1971; Kellerhals e Troutot, 1987; Aboim, 2005a). Trata-se sobretudo de saber que valores e objectivos são fundamentais para os homens na vida familiar: se uma orientação institucional (predominância de finalidades económicas e estatutárias, normas autoritárias de funcionamento e sujeição às pressões exteriores do meio social), se uma orientação companheirista (valorização da satisfação afectiva e relacional, enfatizando-se normas de funcionamento democráticas e igualitárias). Com a análise das orientações normativas do homem face à conjugalidade e à família, privilegamos, por conseguinte, três dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, retratamos a maior ou menor adesão a valores do casamento como instituição ou como relação de companheirismo; as declarações feitas a propósito da diferenciação de género nas esferas pública e privada, do casamento e do divórcio, do ser marido e pai, das componentes instrumentais e expressivas da vida familiar permitem perscrutar os valores veiculados pelos homens entrevistados. Em segundo lugar, importa identificar os principais objectivos da vida conjugal e familiar: entreaajuda e sobrevivência/bem-estar económico, aquisição de estatuto social, conforto e expressão afectiva, construção da identidade e realização pessoal. Em terceiro lugar, importa ainda compreender a forma como o homem se vê no cenário familiar – o

provedor, o responsável, o apoio quotidiano, o companheiro ou o indivíduo autónomo.

Finalmente, consideramos igualmente o impacto de transições familiares-chave (tais como a entrada na parentalidade, o divórcio ou a recomposição) nas práticas e identidades masculinas.

Ao longo das próximas páginas identificamos e descrevemos várias lógicas de funcionamento conjugal e familiar, assim retratando também diferentes formas de construir a masculinidade na vida privada. Analisamos 37 casos de homens, todos eles maridos e pais, mas consideravelmente heterogéneos em termos etários (de 30 a 50 e poucos anos), escolares (da 2.^a classe ao doutoramento), sócio-profissionais (desde desempregados a trabalhadores desqualificados, a profissionais técnicos e científicos ou empresários), de trajectória conjugal (de primeiras conjugalidades a situações de recomposição familiar) ou tipo de laço conjugal (de união de facto a casamento religioso). Estamos, portanto, face a um conjunto de homens bastante diferentes entre si, em representação de vários quadrantes da sociedade portuguesa contemporânea, condensada na Área Metropolitana de Lisboa.⁵

Caracterizando, passo a passo, situações diversificadas, começamos por identificar conjugalidades organizadas ao abrigo do que entendemos genericamente como um “movimento de construção do casal fusional”, sinalizando, como comentam alguns autores (v. por exemplo, Elias, 1993; Giddens, 1996), o distanciamento face a uma matriz de família instituição no seu sentido mais tradicional, a favor de tendências de inclusão do homem no domínio privado, nas próprias interações quotidianas da família. Uma segunda grande tendência de organização do casal, das relações de género e do lugar do homem na família retrata, não já a conjugalização, mas “processos de individualização no seio da família”: pouco a pouco o “eu” emerge com relativa autonomia do “nós” – o casal, a família. Trata-se, em suma, do que podemos entender como um movimento do “homem familiar”, acima de tudo empenhado na vida da sua família e na concretização do projecto familiar, para o “homem indivíduo”, orientado para a realização de si e a autonomia individual, ainda que o casal e a família continuem a representar instâncias centrais de bem-estar pessoal. Finalmente, identificamos uma terceira grande lógica de construção da masculinidade no casal e na família, retratado um movimento de “desfamiliarização da masculinidade”. Trata-se agora não de situações conformes aos cânones da

⁵ Ver nota metodológica e caracterização da amostra entrevistada na introdução deste livro.

autonomia modernista (relacionalista, democrática, idealmente igualitária), mas de vidas conjugais vividas de forma bastante separada em virtude do afastamento do homem, que busca realização pessoal em esferas exteriores à família.

A construção do casal fusional e a “domesticação” da masculinidade

A busca de inclusão e fusionalidade no seio do casal e da família constitui um elemento vital das identidades de grande parte dos homens. Todavia, em muitos casos não é sem dificuldades que o homem assume um novo lugar na vida familiar. Neste sentido, e de um ponto de vista masculino, esta é ainda uma história incompleta que acompanha a difícil e complexa transição da família como instituição para o casal companheirista. No entanto, em muitos casos alguns caracteres do casamento como instituição ainda perduram, ainda que matizados pelo claro declínio dos ideais patriarcais.

Com efeito, muitos homens estão simplesmente a reconstruir-se como “provedores modificados” no contexto de conjugalidades relativamente institucionalistas e *genderificadas*, em que o casal é, acima de tudo, entendido e vivido como relação de género, muito embora essa relação dificilmente se encaixe no modelo de ganha-pão masculino ou de uma família desprovida de afectos. Do ponto de vista das orientações normativas falamos, sem dúvida, de um modelo de casal aliança, centrado na produção material da vida, mas já modificado pela maior democratização das relações no interior da família e pelo apelo a uma matriz de família unida e fusional. Um segundo grande perfil designa, por outro lado, conjugalidades de estilo bastião, descrevendo um casal fusional, fechado e familialista onde o homem encontra um “refúgio” e se define já como “estando presente” ao abrigo de ideais de apoio mútuo entre o casal. Finalmente, em estilos mais modernistas de casal fusional (de matriz companheirista, mais paritária) tende-se, em traços gerais, a acentuar o carácter relacional da conjugalidade, o esforço de inclusão do homem no quotidiano familiar e a representação de si também como cônjuge e pai afectivo e igualitário.

De uma forma geral, a construção do casal fusional, conjugalizado e voltado para o grupo familiar, constitui uma tendência importante de desinstitucionalização da família e, mais ainda, de inclusão masculina na vida privada. Constitui, em traços gerais, um verdadeiro movimento do “homem-provedor”, institucionalista e regulador, para o “homem companheiro”, relacionalista e democrático (Adams e Coltrane, 2005). Como veremos, a construção do

companheirismo no masculino constitui um processo atravessado por dificuldades e tensões emanadas de um modelo de masculinidade tradicional que exige aos homens investimento profissional e uma identidade ainda fortemente vinculada aos papéis da esfera pública. A permanente *bricolage* tecida entre os ideais de envolvimento masculino nas dinâmicas conjugais e parentais e o papel de ganha-pão familiar continua, em muitos casos, a gerar tensões e dificuldades.

Alianças de género: Prover sem chefiar

Uma primeira lógica de construção do casal fusional é, então, a que designamos por aliança de género, seguindo de perto a terminologia avançada por Roussel (1991), aliás já anteriormente utilizada por nós na investigação sobre as conjugalidades no feminino (Aboim, 2006). Na aliança, os caracteres institucionalistas, a primazia dada à reprodução material do grupo e o modelo da autoridade patriarcal alteram-se face à força normativa do amor romântico e ao afecto entre pais e filhos (Shorter (2001 [1975], Ariès (1973 [1960])). A figura do provedor, distante e autoritário, ecoa do passado como um mito dificilmente encaixado na realidade vivida, muito embora prevaleça, como no modelo de família instituição, uma forte segmentação das relações de género.

No presente, essa masculinidade tradicional lembrada do passado enfrenta as mudanças operadas na vida familiar: o trabalho profissional das mulheres e a conseqüente erosão do modelo de ganha-pão masculino vieram alterar a ordem de género. Emergem assim ideais que transmutam a figura de “provedor autoritário” na de “providenciador afectuoso”. Este último aceita algum apoio da mulher no desempenho da função de ganha-pão, não obstante permanecer responsável último pela sobrevivência do grupo. Reconhece o esforço feminino, embora permaneça longe dos labores domésticos e dos cuidados às crianças. Demonstra afecto pelos filhos, mas permanece ainda distante. Resistem, apesar das mudanças na divisão do trabalho pago, lógicas de complementaridade entre papéis masculinos e femininos que legitimam visões do casal como união entre duas naturezas diferentes (Bourdieu, 1998). Conseqüentemente, no quotidiano predomina a separação de afazeres e de lazeres entre homens e mulheres. A família é uma unidade fundamental para a qual todos devem contribuir, mas desempenhando funções específicas e pré-definidas em conformidade com guiões de género tradicionais. As diferenças entre masculino e feminino são assim constantemente (re)feitas nas interacções familiares (West e Zimmerman, 1987).

A história familiar de Jerónimo (48 anos) é ilustrativa. Obrigado desde a infância a trabalhar, Jerónimo deixou a casa de origem na Beira Alta para tentar, na cidade, um futuro diferente do dos seus pais, ambos trabalhadores agrícolas: o pai jornaleiro, a mãe responsável pelo cultivo do pequeno terreno da família assegurava o auto-consumo doméstico. Chegou a Lisboa logo depois de acabar a 4.^a classe com apenas 11 anos, a convite de um primo que lhe deu emprego na mercearia de que era proprietário. Hoje, passados 36 anos, continua a trabalhar numa mercearia de bairro, onde há mais de 26 anos, labuta 12 ou mais horas diárias, seis dias por semana: de segunda a sábado chega ao trabalho de manhã cedo e só retorna a casa cerca das 9 da noite. A mulher de Jerónimo, empregada doméstica a cuidar de crianças, regressa pelo menos duas horas mais cedo, tempo necessário para fazer o jantar e adiantar as tarefas da casa, onde mora o casal e as suas duas filhas. A mais velha, agora com 21 anos, deixou de estudar no 9.^o ano e trabalha numa papelaria, a mais nova com 16 anos estuda no 10.^o ano.

O projecto de constituir família foi, desde cedo, acalentado por Jerónimo. Ser homem é, afinal, trabalhar, casar, ter filhos, assegurar o sustento da casa e o futuro da descendência. Como ele próprio refere: *Uma família começa por homem e mulher. E depois virão... os filhos*. Tal como acontece com muitos dos entrevistados, os filhos e a família são parte intrínseca da identidade masculina, sendo apresentados como finalidade da própria pessoa. No entanto, no caso de Jerónimo, este projecto familiarista esbarrou com as dificuldades económicas que sempre o acompanharam. A escassez de recursos materiais impôs-se aos ideais, constringendo-o a almejar apenas um filho, rapaz de preferência, pois como ele próprio justifica, naturalizando a opção: *... é a vida da gente, é a vida dos homens, de ser primeiro um rapaz*. Vieram, ao contrário, duas raparigas, obrigando os desejos iniciais a novos ajustes com a realidade.

As duas filhas constituem, aliás, uma referência crucial no discurso de Jerónimo, para quem casal e filhos são realidades indestrinçáveis. Por si só, o casamento, realizado pela Igreja quando tinha 25 anos, não foi suficiente para alterar os hábitos mais livres da juventude. Jerónimo gostava da mulher, mas foi a chegada das filhas que o conduziu a uma maior integração na vida familiar, bem diferente da vida de solteiro e mesmo da de casado antes de ser pai. A entrada na parentalidade accionou um processo de “domesticação masculina”, exemplificando o movimento histórico de “familiarização do homem” na família moderna. Mais do que o casamento e os ideais românticos de fusão amorosa, são os filhos quem, acima de tudo e todos, “domestica” o homem, trazendo-o para dentro da casa. Como nos diz

Therborn (2004) ao reflectir sobre o impacto da erosão do patriarcado no último século, uma das mais importantes mudanças operadas reflecte-se em novas formas de apropriação da criança. A perda de poder patriarcal sobre as gerações mais novas tem como contrapartida a reconstituição identitária com base num léxico de afectos que se mistura, em doses variáveis, com valores centrados na instrumentalidade e no institucionalismo. Os códigos do amor pelos filhos abrem, sem dúvida, uma janela de mudança na masculinidade tradicional. Vejamos o que nos diz Jerónimo:

A gente tem que pensar mais noutras coisas do que, por exemplo, de... eu quando era casado era capaz de, vá lá, de não ter aquela preocupação de, por exemplo, de ir logo pra casa. Agora, pronto, já há mulher, já há mais uma filha... ah, vou pra casa pra ver os garotos, não sei quê... Se não fosse isso, se calhar, ah, se calhar, ainda vou beber primeiro uma imperial, depois já vou pra casa, não sei quê..., é esse... não sei... há certas coisas que... devem baralhar.

A integração familiar gerada pela paternidade sofre, entretanto, os revezes trazidos pelo crescimento das filhas, hoje com 16 e 21 anos. No quotidiano familiar, a falta do bulício das crianças deixa um vazio que a relação de casal não preenche e nem se esperaria que preenchesse. Sem as filhas, o “nós casal” perde algumas das suas funções e perde a sua finalidade central: a reprodução. Perde-se igualmente uma parte central da identidade masculina na família, restando, quando muito, a sensação de dever cumprido. A ausência de finalidade e função reflecte-se nas percepções imediatas: para Jerónimo, se faltam as filhas em casa, parece que não está lá ninguém.

Acho que há qualquer coisa que... que falta... preencher na casa. Porque há certas alturas por exemplo – agora as garotas já são um bocado crescidas – às vezes, ainda ontem, foram ao Colombo, ou que foi, não sei quê, cheguei a casa não tava ninguém! (Tava a mulher; só) He! Aquilo... parece que é uma casa vazia, a casa é grande, ainda por cima sem os garotos! – continuo a dizer garotos, mas é sempre as garotas, não é? – Parece que é uma casa vazia, sem barulho sem nada, não sei quê, não sei que mais, tudo em silêncio, um gajo está ali a ver o futebol, ali tudo em silêncio...

A maior integração, apesar de introduzir mudanças numa ordem de género patriarcal, não anula, também, a forte diferenciação de género. Alterá-la seria subverter a natureza das coisas, expondo-se ao risco de uma excessiva feminização do “eu masculino”. Estar na família não implica intrusão nos territórios da mulher-mãe. É elucidativa a forma como Jerónimo se refere à gravidez da mulher, procurando deixar claro o seu afastamento desse assunto feminino; faz questão de dizer que não ia com a mulher ao médico

(*é claro que não ia com ela!...*, enfatiza) e que ela levava a madrinha, outra mulher portanto.

No dia-a-dia, os momentos de interacção familiar são organizados por uma divisão *genderificada* do trabalho que, em grande medida, separa Jerónimo da mulher e das filhas, mais ocupadas com as lides da casa ou o gosto pelas novelas. As tarefas domésticas são em geral partilhadas entre as três mulheres sem qualquer participação de Jerónimo. Quando chega a casa, cansado depois de tantas horas na mercearia, limita-se a ficar sentado, a ver futebol, ou as notícias no caso de não haver futebol na televisão, enquanto as mulheres da família acabam de preparar a refeição. Depois do jantar elas arrumam a cozinha e ele vai para a sala descansar um bocadinho; quando começam as novelas a sala feminiza-se: a mulher e as filhas sentam-se a ver televisão e ele vai para a cama.

Ao domingo, único dia livre de Jerónimo, mantêm-se as rotinas de género: ele vai sozinho beber o seu café, para assim desfrutar do prazer da sociabilidade masculina, enquanto a mulher e as filhas preparam o almoço. À tarde, as compras ou os passeios pelo centro comercial são também actividades femininas, em que ele não participa a não ser muito excepcionalmente. Além das suas actividades em separado, sempre dominadas pelo labor necessário ao sustento da família, Jerónimo e a mulher partilham momentos ritualizados de interacção familiar, vivendo uma vida fechada a convívios com familiares ou amigos.

Esse lado ritualista e instrumental transparece em quase todas as respostas de Jerónimo, mesmo quando fala da relação conjugal. Gostava e gosta da mulher, e isso parece resumir, para ele, o essencial da história da relação, pouco afeita aos cânones do romantismo. Conversar ou cultivar a proximidade fusional são aspectos ausentes do seu discurso familiarista e orientado para a produção da vida material. Falar da relação a dois é sobretudo falar dos momentos “funcionais” do dia, como o jantar em família. No que respeita à proximidade com a mulher, Jerónimo apenas refere jocosamente que se sente próximo quando está ao pé dela.

Ser marido, ser pai, trabalhar em prol da família fazem parte de um percurso de vida naturalizado, que se concretiza através da diferenciação de género. O trabalho profissional feminino é interpretado como um apoio ao do homem, ainda o principal provedor da família. Esse empenho, conseqüente de uma responsabilidade “natural”, isenta o homem das lides domésticas e mesmo de uma maior participação quotidiana na vida em família. É através

dessas diferenças de género que se constroem, ao longo da trajectória familiar, as referências centrais da masculinidade. Ao esforço para prover aliam-se, entretanto, valores afectivos já distantes da autoridade associada à masculinidade patriarcal. Emerge assim uma figura matizada, a de um “homem providenciador”. O “providenciador” é, pois, uma relativa modificação do provedor ideal típico. Aqui, o homem não é único ganhador da família, mas continua a sentir como sua essa responsabilidade. Aqui também, o homem substitui o código da autoridade patriarcal pelo de uma paternidade afectiva, que muito contribuiu para a sua identidade de “homem de família”.

Construir um bastião: Ajudar e proteger

Um segundo perfil descreve a cumplicidade entre um funcionamento conjugal fusional, fechado ao exterior e internamente diferenciado e um ideal de “homem ajudante” que apoia a mulher na esfera doméstica, ao mesmo tempo que aceita o apoio desta no sustento financeiro da família. Semelhantes aos casais identificados quer por Kellerhals *et al.* (1982, 2004) na Suíça, quer aos analisados em Portugal (ver Aboim 2006, Wall, 2005a), estes casais bastião são vistos como unidades fechadas de junção de recursos, tempos quotidianos, projectos e identidades. Como no caso anterior, a finalidade principal do casal e do indivíduo é a descendência: formar uma família com filhos e sustentá-la resume o essencial. A realização dessa tarefa depende igualmente da complementaridade de género entre homem e mulher, cujas diferenças se materializam na divisão do trabalho e nas competências distintas da maternidade e da paternidade.

No entanto, dois aspectos importantes demarcam estas lógicas das anteriores, dando corpo a um importante movimento de transformação da vida familiar e das relações de género na sociedade portuguesa. Por um lado, apesar da permanência de diferenciação, o ideal de cooperação conjugal é trazido para dentro da organização familiar, amenizando a pesada ortodoxia da família instituição. O lugar do homem é concebido de forma mais integrada na vida familiar. A mulher apoia o “papel masculino” de provedor da família, ainda uma fonte de identidade importante para o homem; este apoia o “papel feminino” no mundo doméstico. O homem sente que deve participar no quotidiano familiar; embora não seja aí o protagonista, deve apoiar, mostrando empatia e disponibilidade. A norma de apoio mútuo tem aqui uma força matricial, orientando quer as acções quotidianas e a organização da família, quer as mutações operadas na ordem

de género tradicional. A profissionalização feminina, ao levar a mulher para a vida pública, reduz a polaridade dos papéis de género, impondo novos modelos na vida doméstica, mais exigentes de participação masculina, em concordância com regras de justiça distributiva.

Por outro lado, a dimensão expressiva da vida conjugal e familiar é enfatizada, elogiando-se um ideal de família-refúgio, espaço de afectos, apoio e identidade. A vitalidade da norma de apoio coloca estes casais, e estes homens, algures a meio do movimento histórico da instituição para o companheirismo, diagnosticado por Burgess, Locke e Thomes (1960[1945]) nos anos quarenta do século XX. A par de uma menor diferenciação de género, a ênfase nalgumas qualidades expressivas dos homens (ser um marido compreensivo, ser um bom pai) constituem sintomas de desinstitucionalização da família. Embora outros ideais – como a rejeição do divórcio, a crença em diferentes naturezas de género, o familialismo e a orientação para objectivos instrumentais – denunciem lógicas mais institucionalistas, os elementos de modernidade accionados no plano da divisão do trabalho e no dos afectos colocam em evidência a emergente reconfiguração do lugar do homem na família.

Várias histórias familiares materializam este ideal de “homem ajudante e protector”. São protagonizadas por indivíduos de origem camponesa ou operária, eles próprios operários, na sua maioria casados uma primeira e única vez pela Igreja aos vinte e poucos anos. Como ilustram as histórias que reconstituiremos brevemente, em contraste com os casais do mundo camponês, que no passado aliavam a autoridade masculina a uma dose considerável de separação quotidiana entre homens e mulheres (Wall, 1998), a vida operária na cidade associou-se, como sucedeu aliás também no campo a partir de meados de 1980, a um movimento de conjugalização da família, favorecendo ideais de casal romântico e fusional, fechado sobre si mesmo e sobre os filhos (Aboim, 2006).

Armando (37 anos) é um desses homens. Nascido e criado em Lisboa, onde residem ainda os seus pais e os seus sogros, Armando reproduziu a condição de classe de origem, continuando a trabalhar na fábrica como operário especializado em metalomecânica, formação que obteve depois de ter completado o 9.º ano de escolaridade. Conheceu a actual mulher quando tinha 20 anos, na altura em que estava na tropa, vindo a casar dois anos e meio depois. Tiveram três filhos: a filha de 13 anos, o filho de 8 e o bebé de 2 anos. A mulher, actualmente empregada de limpeza num centro comercial, sempre trabalhou profissionalmente, excepto quando problemas de saúde a obrigaram a alguns períodos de interrupção. Embora não tanto como

Armando, passa bastantes horas fora de casa, obrigação que exige esforços redobrados na organização da vida doméstica. António, de 44 anos, é casado há 22 anos e pai de dois filhos (um rapaz de 20 anos e uma rapariga de 7). Filho único de um casal camponês, migrou para Lisboa aos 14 anos e foi viver para casa de uns tios, o que lhe permitiu completar o 12.º ano. Hoje trabalha como chefe de vendas de armazém no mercado abastecedor de Lisboa, depois de um percurso de esforço para conquistar uma posição financeira mais desafogada, que o obrigou a aceitar um horário de trabalho atípico (entre as 14 e as 24 horas). A mulher de António, telefonista e recepcionista na mesma empresa do marido, é o segundo ganha-pão da família, já que, como é habitual nestes casos, ganha menos e trabalha menos horas do que o marido.

António e Armando têm vários pontos em comum. Para ambos, o projecto familiar sempre constituiu uma prioridade. A família, acima de tudo um refúgio afectivo, é o centro nevrálgico a partir do qual organizam a vida e constroem uma identidade. Nos dois casos, a visão diferenciada do masculino e do feminino é conciliada com um verdadeiro modelo de apoio conjugal. No passado, as mulheres podiam ficar em casa, mas hoje não. Consequentemente, os homens passam a ser “pequenas muletas” das mulheres. Sem dúvida, elas são mais competentes no mundo doméstico, mas eles, como fazem questão de frisar, estão lá para o que for preciso. É, afinal, na esfera familiar que estes homens acabam por encontrar a sua principal realização. Ao serem cônjuges e pais, capazes de sustentar, apoiar e se responsabilizar pela família, alimentam a identidade enquanto homens. Uma identidade de “providenciador” mas também de “ajudante”, alguém que provê e protege, mas também apoia com labor e afecto. A forma como ambos descrevem a regra de apoio mútuo que deve existir entre o casal é ilustrativa:

(na profissão) ... *se eu tivesse (...) mais posses, pronto, não me importava que a minha mulher estivesse em casa (...) as mulheres também gostam de exercer a sua função, e não se sentem bem em casa sozinhas...*

(em casa) ... *não deve haver regras, pronto, eu penso que se devem ajudar um ao outro, pronto, não é assim, tu fazes o comer eu lavo a loiça, pronto, acho que não é por aí, é ajudarem-se um ao outro...*

Armando

(na profissão) *Nos dias de hoje, é difícil, porque a vida não está... não está fácil. É lógico, se um casal puder trabalhar, é lógico que... eu sei que custa, os filhos sofrerem um bocado por terem de sair de casa de manhã, para ir para um infantário, para ir... mas é... se um... se um membro do casal, é lógico que seria... ou portanto... um membro do casal, se tivesse assim, “Epá, eu tenho remuneração suficiente para que*

não seja necessário os dois trabalharmos”..., não há dúvida nenhuma que seria óptimo para uma criança. Mas... nos dias de hoje, não vejo qual é o casal...

(em casa) *É sempre, é sempre... a mulher está sempre mais sobrecarregada. Não vamos dizer o contrário. (...) É lógico. (...) Ajudo. É. Há um apoio... pronto, digamos que é uma pequena muleta.*

António

A integração do homem no quotidiano da família é normalmente descrita como um processo progressivo, que vai acontecendo à medida que os filhos nascem e a carga de trabalho doméstico aumenta. Trata-se também de um processo de aprendizagem doméstica. Por vezes, essa aprendizagem já vem de antes, como aconteceu com António que teve de cuidar de um primo mais novo quando veio da aldeia para Lisboa morar em casa de uns tios, outras é algo que a mulher vai ensinando aos poucos. Apesar de em miúdo ajudar a fazer o almoço para a mãe comer no limitado tempo entre a manhã e a tarde passadas na fábrica, Armando relaciona a sua integração familiar com o nascimento dos filhos; reconhece que ajudou muito pouco com a primeira filha, mas com os outros já participou mais. Como ele próprio refere *a mulher faz o homem, e depois os filhos também vão ajudando*. Por assim dizer, o homem “familiariza-se”, aprendendo a conciliar as suas funções de principal provedor e a inclusão no “lado de dentro” da vida familiar. Actualmente, Armando e António têm quotidianos bastante integrados na vida das famílias. Armando leva e traz os filhos da escola, leva o filho ao futebol, põe a mesa enquanto a mulher ou a filha mais velha começam a fazer o jantar. É também ele que arruma a cozinha e faz o café. Muito pontualmente ajuda mesmo a fazer a comida. Além disso, aspira e limpa a casa, embora só de vez em quando; mais regularmente trata das plantas e faz as compras. António, por sua vez, coopera diariamente nos cuidados com a filha, já que devido ao seu horário profissional passa as manhãs em casa. Assim, fica com ela durante o período matinal e finaliza a preparação do almoço, normalmente fazendo o acompanhamento para a carne/peixe que a mulher deixou adiantada de véspera. Habitualmente, almoçam os três em casa, ele, a filha e a mulher. “Ajuda” é, pois, a palavra-chave utilizada por todos para descrever o seu “papel doméstico”.

Na vida quotidiana predominam orientações familialistas. O conjunto casal e filhos é essencial para compor a dinâmica da família, delineando as fronteiras de uma pertença identitária importantíssima. Os filhos fazem parte da vida conjugal, dando-lhe uma finalidade e marcando presença constante nos lazeres de fim-de-semana e no espaço doméstico. Sem os

filhos, o casal sente-se vazio, como refere Armando; num casal, os filhos são o principal pilar, como nota António. No caso de António, o centramento da interacção familiar nos filhos é tão significativo que lhes é dada primazia em tudo, mesmo quando é preciso *sacrificar* a intimidade do casal: como ele conta, é normal a mulher trocar de lugar com a filha, para a pequena poder dormir com o pai, como sucede às vezes.

... às vezes passamos aqui um sábado, ou isso, sozinhos, e parece que não é a mesma coisa, pronto, tamos habituados àquela... àquela azafama, àquela coisa deles, pronto, não é a mesma coisa, daí eu digo que... pronto, para onde a gente vá eles também vão, pronto, tamos habituados aquilo...

Armando

... Por exemplo, a minha filha, volta e meia dá-lhe... hoje tem 7 anos, e ela hoje, ontem, deve ter dito à mãe, quando eu cheguei, “Hoje vou dormir com o pai”. Quando eu cheguei a casa, à noite (...) para a cama, era 1 hora, 1 e tal, lá estava a minha filha na cama, e a minha mulher na cama dela. Pronto, é daquelas coisas que a miúda... e sempre, nesse ponto aí, houve uma... há assim uma ligação muito, muito grande, um afecto muito grande, entre pais e filhos... felizmente.

O filho é um... num casal, um filho é o pilar... é o pilar n.º 1.

António

O centramento familiarista na vida privada acaba por colocar estes homens numa posição difícil. Por um lado, sentem-se responsáveis últimos pelo sustento e bem-estar da família, por outro lado, encaram esse esforço profissional como algo que os retira do espaço reconfortante da família, roubando-lhes tempo para desfrutar do “bastião” doméstico e da companhia dos filhos. Como diz António: *É muito bonito chegarmos ao fim do dia e estar o casal e estar os filhos todos juntos... mas as circunstâncias da vida nem sempre assim permitem, que é o meu caso agora.* O centramento na família leva-os, entretanto, a sentirem como sua a responsabilidade de proteger o refúgio doméstico, a mulher e, sobretudo, os filhos. O “exterior”, representado, discursivamente, pelos amigos ingratos, as pessoas oportunistas, as actividades perigosas e indutoras de maus caminhos, ameaça a estabilidade e a harmonia da família. É, portanto, necessário fechar fronteiras, mesmo para proteger os filhos de potenciais desregramentos.

António é, neste aspecto, um exemplo paradigmático, levando a moldes extremos a lógica do fechamento da família ao exterior. Porém, no geral, parece haver uma correlação entre o fechamento progressivo às relações de amizade, predominantemente associadas aos tempos de solteiro, e a inclusão, também progressiva, na vida da família, onde se passa a ser outro tipo de homem: adulto, pai, responsável. Voltando a António, importa contar um pouco mais da sua

história. Preocupado com a juventude do filho mais velho, utilizou uma estratégia de choque ao tentar alertá-lo para os perigos das saídas nocturnas, quando ele tinha apenas 12 ou 13 anos. Levou-o, ele próprio, a ver Lisboa à noite, num passeio à descoberta das zonas de prostituição e droga na cidade. Pensava António afastá-lo assim de futuras quedas no desconhecido, dando-lhe condições para observar e fazer as suas opções. Actualmente é com orgulho que o ouvimos gabar o filho, que pouco sai, a não ser para a Igreja, onde se junta com os amigos e a namorada; fora isso, a casa e a família são espaços preferidos em detrimento de divertimentos exteriores, com amigos desconhecidos. Afinal, como diz António *o filho não é dos que andam na rua, é dos que estão em casa.*

Outro aspecto importante da vida destes homens encontra-se nos discursos sobre a relação conjugal. Por um lado, a intimidade e o diálogo entre o casal surgem colados à dinâmica da família nuclear no seu conjunto. Por outro lado, os lados mais expressivos da relação a dois são absolutamente inseparáveis das rotinas instrumentais do quotidiano e dos aspectos de produção material da vida familiar. O retrato que António traça do seu percurso conjugal é exemplificativo. Como ele enfatiza, a adaptação aos primeiros tempos de vida a dois decorreu facilmente porque não havia dificuldades económicas e a *dispensa estava cheia:*

Adaptámo-nos bem. Eu vou-lhe dizer porquê: porque... eu tinha casa, não pagava renda. O recheio da casa... o que não tinha, após o casamento, o que me deram, chegou e sobrou para recheiar a casa com o que me faltava. A nível de frigorífico e arca frigorífica, na altura os meus pais tinham morto uma vaca, uns carneiros... foi a arca cheia... digamos, uma adaptação... o nosso motor de arranque, naquele tempo, foi... bom. A nível de... pronto, digamos, a nível de... de casa... A nível de casa, a nível financeiro, ficámos praticamente... minimamente, minimamente estabilizados, não... nada de exageros, sem exageros. O não pagar renda era muito importante.

Depois, interrogado sobre os aspectos mais importantes da vida a dois, salienta o valor da compreensão entre o casal, dando o exemplo da repartição do dinheiro:

Um trabalho... é um trabalho diário. Digamos, é o homem, é o casal, o homem ganhar 100, e a mulher ganhar 100, juntarem os 200 no mesmo bolo. E desse bolo sair, para gerirem a casa, para A, B, C comerem. Porque vê-se muitos casais que... ele ganha 200, ela ganha 100, os dele esqueceu, e ela tem que governar a casa com os 100 dela.

Considerada um elemento fundamental, a compreensão expressa-se sobretudo no apoio doméstico que António presta à mulher. Estender a

roupa quando ela está cansada é para este homem uma forma de demonstração da compreensão:

É lógico, e além disso... por exemplo, uma pessoa... o dizer-se, assim, o... vamos dividir... chega A, chega B... vamos, por exemplo, a minha mulher diz assim, "António, olha, vou fazer o jantar, dá-me uma arrumadela aqui no... nesta roupa apanha-me aquela... a roupa". É lógico. É a compreensão, ponto n.º 1. Eu tenho que compreender que enquanto ela está a fazer o jantar, eu posso apanhar a roupa.

Demonstrar os afectos é prover/*providenciar* a mulher e os filhos, dar-lhes o que eles gostam. Nada dá mais prazer a António do que ver a filha mais pequena comer as coisas que gosta, ir ao frigorífico e sentir que nada lhe falta: para ele essa é a grande realização do projecto conjugal. Casou com a mulher porque gostava dela e continua a gostar depois de 22 anos de casamento, mas é nessas realizações quotidianas que encontra gratificação e solidifica a família enquanto "nós". António exemplifica na perfeição a justaposição entre aspectos expressivos e instrumentais. Ao falar do profundo afecto pelos filhos, expressa as emoções através de exemplos ligados à subsistência e à comida, em suma, ao seu papel de provedor da família:

... vamos às compras em conjunto, por exemplo, vamos ao Jumbo, ou vou... usualmente, gosto... sou eu que gosto de gerir, por exemplo, a dispensa, gosto de gerir... essas partes, pronto. O frigorífico, por exemplo, da minha filha. "Ana, o que é que tens de iogurtes?". Pronto, ela gosta dos Danoninhos, gosta de... daqueles, gosta de... há uma série delas que eles gostam. Pronto, gosto de fazer... é uma coisa que me dá gosto, é ter uma dispensa cheia, é ter (...) É uma coisa que me dá gosto. É os meus filhos abrirem a porta, e ter lá o pacotinho de leite com chocolate, ou ter lá o... umas bolachas, ou ter lá... Gosto, dá-me gosto. Dá-me gozo, ver os meus filhos. Ver a minha filha abrir a porta do frigorífico, "Ih, pai, tenho aqui Danoninhos, tenho aqui isto e aquilo... Qual é que como hoje?", e tipo, "Ana, vê lá..."

Para António, como para outros entrevistados, a família é um bastião, um espaço gerido pela mulher, mas onde o homem presta o apoio possível, ao mesmo tempo que tem o dever de proteger e providenciar. O afecto e a compreensão entre o casal são aspectos muito valorizados, mas frequentemente exemplificados a partir de aspectos materiais da vida quotidiana. Traços do companheirismo convivem muito de perto com aspectos mais institucionalistas. A censura do divórcio, a visão do género como natureza diferenciada e baseada na complementaridade, o centramento na família como lugar de sobrevivência, o fechamento ao exterior e algum controle sobre os filhos constituem manifestações desse pendor institucionalista.

O companheirismo conjugal: Partilha e unidade

Uma terceira dinâmica de construção do casal fusional e de inclusão masculina distancia-se mais claramente do modelo institucionalista de homem provedor. O projecto conjugal e familiar continua a ser essencial, mas ao contrário dos “homens bastião”, os aspectos estatutários são abandonados a favor de um discurso centrado na intensidade dos afectos e na realização emocional. Mais do que simples “ajudante”, o homem procura definir-se como “companheiro” e a sua batalha, por vezes dificilmente conseguida, é a da inclusão forte no quotidiano familiar, quer nos seus aspectos instrumentais, quer nos expressivos. Ao mesmo tempo que abandona a retórica da “ajuda masculina” e a ética da responsabilidade, assume o esforço de construir uma identidade multifacetada, entre a família e a vida pública. Do ponto de vista simbólico, as diferenças de género reduzem-se, e nas práticas quotidianas encontramos homens mais participativos, embora sobrevivam desigualdades salariais (eles ganham habitualmente mais do que elas) e cargas horárias de trabalho profissional maiores para eles do que para elas.

O casal fusional companheirista, semelhante às famílias fusão de Roussel (1991) ou ao estilo companheirista observado por Kellerhals (1982, 2004) na Suíça e por nós em Portugal, parece ser (entre os homens entrevistados, mas também noutras pesquisas a amostras representativas da população (Aboim, 2006) consideravelmente transversal em termos de classe social, reunindo homens desde o ensino básico ao superior. A abrangência social dos ideais companheiristas, mais frequentes nas gerações mais novas, manifesta importantes mudanças operadas na vida familiar e nas relações de género em Portugal, denunciando quer a escalada dos movimentos de privatização e democratização da família, quer as transformações da masculinidade tradicional. Abertos à negociação de velhos e novos códigos de género, a luta pela inclusão numa vida familiar partilhada e fusional, contém, todavia, desafios difíceis, normalmente geradores de tensões. O maior de todos advém da junção entre feminilidade e maternidade, que impede uma igualdade de género mais plena ao reproduzir uma diferença social quase inabalável entre géneros. Adicionalmente, os percursos profissionais desiguais de homens e mulheres e os diferentes *habitus* domésticos herdados das socializações de género pesam fortemente sobre os ideais de uma masculinidade privatizada. As duas histórias que seleccionámos ilustram bem, como veremos, essas dificuldades. Constituem, ambas, excelentes exemplos da luta masculina por uma inclusão mais plena, travada sob a égide do movimento de familiarização ou domesticação da

masculinidade (Collier 1995). A união total com o outro é, afinal, ameaçada quer por condições estruturais (as diferenças ao nível do emprego, por exemplo), quer por condições “de natureza” (as competências especiais da maternidade, nomeadamente). Mas, enquanto Miguel (32 anos, electricista de redes informáticas com o ensino básico) narra um percurso de inclusão progressiva nos labores domésticos e parentais, depois de ultrapassadas dificuldades iniciais, Sérgio (33 anos, licenciado, gestor de programas e dono de uma pequena empresa familiar gerida pela mulher, também licenciada) sofre as tensões de um trajecto inverso. Com o passar do tempo a vida profissional, cada vez mais exigente, foi obstaculizando a materialização quotidiana da visão fusional e partilhada do casal, obrigando-o a complicadas manobras de gestão do quotidiano e da identidade.

Miguel tem origem numa família lisboeta de classe média baixa: a mãe tinha apenas a 2.^a classe, o pai chegou a fazer a 4.^a classe. Inicialmente doméstica a mãe de Miguel começou a trabalhar a dado ponto da história familiar para ajudar o pai, antes fotógrafo e hoje motorista de um padre, a sustentar a família. No que recorda da sua infância e adolescência, Miguel exalta a figura da mãe, presente e fazedora do lar, e apaga a do pai, habitualmente ausente. Apesar de o pai ter mudado a sua postura em anos mais recentes, Miguel fala do passado e da autoridade masculina na família de forma negativa, a favor de ideais democráticos e afectivos na relação de casal e entre pais e filhos, evitando reproduzir o modelo paterno na sua própria família.

Consequência, talvez, do desejo de ruptura com o *habitus* de origem, os projectos de Miguel quando jovem eram bastante difusos (viver junto, viajar pelo mundo...), pondo de lado lógicas estatutárias e de papel a favor de aspectos relacionais e experimentalistas. Como ele refere: *Uma família? Uma família é..., acho que é um conjunto de pessoas com que a gente se sente bem. Não tem necessariamente de ser do mesmo sangue. Que se dêem bem, que se ajudem quando é preciso.* Conheceu a actual mulher num bar, começaram depois a namorar e com 18 anos foi com ela para França trabalhar. Coabitaram então durante alguns meses, até ao regresso a Portugal e ao casamento civil que Miguel realizou quando tinha 19 anos e a mulher 18. A mais velha das suas duas filhas, actualmente com 9 e 6 anos, nasceu 4 anos depois e obrigou, de certo modo, o casal a assentar: compraram casa e Miguel viu-se solicitado pelas novas circunstâncias a participar mais nas tarefas domésticas. Como ele próprio diz, acusando, como muitos outros entrevistados, os efeitos da transição para a parentalidade: *ficámos assim um bocado mais presos.* Foi, no entanto, a parentalidade que conduziu Miguel

a uma maior integração na vida familiar, como é, aliás, recorrente nas histórias masculinas. No caso de Miguel, a vontade de ser diferente do seu próprio pai, alimentou-lhe a busca de um outro lugar para si mesmo. Acima de tudo pretendia realizar um ideal de família democrática e partilhada, transmitindo aos filhos outros valores. Para Miguel, *uma família ideal numa criança é uma família onde, onde eles consigam crescer bem, que se sintam seguros, que se sintam protegidos.*

Aos poucos foi-se adaptando, embora recorde algumas dificuldades, sobretudo as cedências que fez, deixando de sair com os amigos para se dedicar mais à vida de casal: tomou, desde logo, a seu cargo a tarefa de cozinhar, uma vez que a mulher nunca gostou de o fazer, nem teve vontade aprender. Miguel aproveitou os saberes culinários que lhe ficaram da adolescência quando tinha de fazer a comida para os irmãos (quando a mãe não estava em casa) e assumiu sem maiores problemas essa responsabilidade quotidiana. Ultrapassadas as dificuldades iniciais, ganhou gosto pela vida doméstica e pelas tarefas que desempenha. Embora considere justa a divisão do trabalho na sua casa, admite que além da cozinha (que já sente como um automatismo), é a mulher quem normalmente lhe pede para fazer isto ou aquilo. No entanto, os seus ideais são igualitários e sente com normalidade o facto de ter responsabilidades domésticas a seu cargo. Afinal, a mulher trabalha como vigilante das 8 às 16 horas, pelo que seria injusto que tivesse de fazer tudo em casa.

Eu tive que ceder um bocado, porque eu não fazia nada e tive começar a fazer o comer porque ela não faz comer. [risos] Se eu queria comer tinha que o fazer e então basicamente o que mudou mais pra mim foi a parte de ter que aprender a fazer mais comer do que o que sabia e, pronto, ajudá-la nalgumas coisas. Geralmente ela é que diz “Olha faz isto ou faz aquilo”

Tipo, se eu tiver aqui sentado não me levanto por minha iniciativa, não faço. Mas se me disser “Olha, preciso que me ajudes a fazer isto... ou aquilo...” eu aí eu ajudo. Só me levanto mesmo pra ir fazer o comer; “tá na hora de ir fazer o comer”, levanto-me, mas é assim, é automático.

(a mulher não cozinha) *Não gosta e não sabe. [risos] Não gosta e não faz por gostar.*

O retrato que Miguel traça dos seus dias típicos durante a semana e ao fim-de-semana evidencia o protagonismo que tem na vida doméstica, conseguido à custa de um esforço desejado de conciliação do trabalho profissional com a família.

Ora bem, levanto-me sempre às 7:20H, faço o chá e as torradas, ajudo ela a vestir as miúdas, comemos, saímos à pressa, que já tamos atrasados, levo a A. ao trabalho, depois levo a elas à escola e depois vou trabalhar. Depois ao fim do dia, geralmente vou buscá-las, a A. ou vai ter à escola ou vem pra casa. Depois, chegamos a casa, deito-me sempre um bocado a ver televisão, elas geralmente trazem os trabalhos feitos da escola, depois vou ali pró quarto, para o quarto delas, jogo um bocado computador, elas também brincam lá um bocado com o computador, faço o jantar, jantamos, depois elas vão pra caminha e prontos, depois eu tenho que ir tapá-las, dou um beijo de boa noite e vou-me deitar. Basicamente um dia normal é assim.

A inclusão na família implica retirar tempo à profissão para dedicar à mulher e aos filhos. Amenizam-se, portanto, as polaridades tradicionais entre homem/público e mulher/privada, mesmo no plano simbólico e de definição de si. Aqui, ao contrário dos homens em famílias bastião, já não é primordialmente o exercício de um papel social (o “ser” marido e pai) que define o homem adulto e responsável, mas é, antes de mais, o “estar” dentro da família que alimenta a identidade masculina, instaurando frequentemente uma visão de si marcada pela diferença face aos outros homens, mais tradicionalistas e aprovadores de diferenciação sexual no casal: ela mais em casa, ele mais na rua, seja a trabalhar ou a conviver com os amigos. Miguel exprime claramente esse sentimento de diferenciação face aos homens do seu meio social, enfatizando o carácter mais doméstico e fusional da sua masculinidade, progressivamente construída, em rota de colisão com o modelo de ausência herdado do pai.

Sou, sou um bocado diferente de toda a gente que eu conheço... isso é... beber um café, ou sair à noite, eu geralmente quando vou sair à noite... eu por ano, sem a A. sair à noite, devo sair pra aí umas 3 vezes, porque é, por exemplo com o pessoal do trabalho e é só homens e pronto ela não se ia sentir bem ir sair só com homens, não é, mas a maior parte das coisas que eu faço é com ela. Às vezes com outros casais não... é eles vão pra um lado, geralmente elas ficam em casa. Por isso acho que não.

Como Miguel, Sérgio também teve uma integração conjugal precoce. A actual mulher foi a sua primeira namorada, amiga da primeira infância passada em Moçambique (embora Sérgio tenha nascido em Angola, foi bebé para Moçambique), que voltou a reencontrar aos 17 anos (ela tinha 19) no liceu. Namoraram alguns anos (cerca de 6-7) e casaram pela Igreja já à espera do primeiro bebé, hoje com 10 anos. A filha mais nova tem 8 anos. Para Sérgio tudo parece ter sido fácil na adaptação à vida de casado: já conhecia a mulher há muitos anos, já tinham tudo em comum, incluindo as contas bancárias, estavam profundamente habituados um ao outro. Este percurso conjunto

parece ser muito importante para Sérgio, que insiste em frisar as dificuldades dos casamentos tardios. Casar cedo permite uma adaptação mais fácil, promovida pelos hábitos formados a dois durante muitos anos, por esse *ter tudo em conjunto*, tão importante no desenvolvimento de uma identidade adulta. Ser homem é, acima de tudo, ser parceiro, companheiro. Assim, desde cedo encontrou na alteridade conjugal a sua referência central, como tão bem descreveram Berger e Kellner (1971) ao associarem a interação conjugal à construção de sentido e de identidade. Como Sérgio refere:

Na minha opinião, a família em termos sociais não está a fazer uma execução de unidade. Cada vez mais se vêem os casais com contas separadas, com vidas completamente separadas. Eu acho que o casal tem uma vida só.

Para Sérgio, como para Miguel, a vida de casal supõe uma intensa fusionalidade, primeiro com a mulher, depois também com os filhos. A mulher é, contudo, o elemento mediador da inclusão masculina na interação familiar, espaço dinâmico de referência da masculinidade, neste caso. Os ideais de igualdade e de partilha seriam inviáveis fora de uma conjugalidade fusional, onde a mulher, de certa forma, continua a gerir o acesso do homem ao “mundo dos afectos” (Giddens, 1996). A proximidade emocional entre o casal é essencial. Os segredos pessoais (esse espaço de autonomia interior) e até os pequenos não ditos do quotidiano são postos de parte, num elogio rasgado de uma partilha absoluta de tudo aquilo que é individual. A conversa intensa serve o propósito de alimentar um universo e uma pertença identitária comuns. Como refere Sérgio: *Dividimos as preocupações, as alegrias, a parte chata, também (...). Falamos daquilo que está na nossa cabeça. (...) Acho que é importante haver uma transparência.* Para Miguel, a mulher é a melhor amiga, alguém a quem nada esconde: *Porque além de ser minha mulher é minha melhor amiga, se ela é a minha melhor amiga eu posso-lhe contar tudo, não tenho nada para esconder.* Na verdade, não existe falta de tempo para si próprio, apenas para o casal e a família. Procura-se partilhar tudo, evitando gastar tempo livre “fora” da família. Sair a sós restringe-se a obrigações profissionais incontornáveis e, ainda assim, Sérgio preferia partilhar esses momentos com a mulher. Veja-se como fala dos ocasionais jantares organizados pela sua empresa:

(sobre ela ir ao jantar) *Preferia. Preferia de longe, porque acho que a empresa também tem que perceber que a minha vida, a partir de determinada hora, também é um bocadinho menos dedicada. Portanto, tem que se suportar também com esse custo adicional (não em termos financeiros, mas custo também de presença). Mas, pronto. Ela não quer ir. E eu no lugar dela, se calhar, também não queria.*

Sérgio insiste na visão muito fusional do casal, mas alarga-a aos filhos. Como refere a propósito da entrada na parentalidade, *tudo gira à volta da criança*, pelo que, conseqüentemente, *as vontades próprias passam para segundo plano*. As normas fortemente familialistas, centradas na descendência, marcam a visão da família como unidade. A ênfase no “eu” prejudica a família, afirmação que faz em tom aceso e crítico. Em todos os momentos, desde a gestão da vida profissional e familiar às gratificações pessoais, prevalece a orientação fusional e familialista de Sérgio, construída para proteger o casal e o que chama de *mundo das crianças*, por contraposição ao mundo mais duro dos adultos. Todavia, na estruturação do seu discurso nunca são os aspectos estatutários, institucionalistas e instrumentais aqueles que se salientam. Embora invista na vida profissional e esteja hoje mais ausente do espaço doméstico que no passado, procura mostrar que só o faz até ao ponto de não prejudicar a vida familiar. Afinal, é aí que se encontram as referências mais importantes da construção identitária masculina, à laia do que Singly (2000) sugere a propósito da forte ligação entre a definição de si e o mundo privado do casal, da família.

No início da vida conjugal, Sérgio passava bastante tempo em casa. Fazia regularmente as tarefas domésticas e ajudou a tratar dos bebés, nascidos com dois anos de intervalo, embora se considerasse menos competente do que a mulher. Apesar da vontade de tudo partilhar, a primazia da mãe nos cuidados ao bebé constitui um dado natural, como sucede com a grande maioria dos homens entrevistados. No entanto, Sérgio partilhava o máximo que lhe parecia possível, levantando-se de noite, trocando fraldas, cuidando. A gestão do quotidiano era fácil, pois além de trabalharem e viverem no mesmo prédio (depois de o primeiro filho nascer fundaram ambos a empresa de *software* onde ainda hoje a mulher de Sérgio trabalha) contavam com a ajuda dos sogros, também moradores no mesmo local. Passado alguns anos, contudo, Sérgio começou a trabalhar numa empresa de informática e as mudanças na vida familiar foram acontecendo face aos imperativos das novas rotinas profissionais, mais exigentes. Apesar de nunca ter participado em tarefas como passar a ferro ou lavar as casas de banho e de incitar a mulher a contratar uma empregada doméstica, que ainda não têm porque ela não quer, inicialmente Sérgio ajudava muito mais nas tarefas rotineiras. Quando fala das tarefas que fazia sublinha a sua participação na lavagem da roupa e admite a diminuição desse esforço: *Inicialmente eu punha muito mais do que ela, confesso. Agora é o contrário. Ela põe muito mais do que eu*. Actualmente a fazer uma pós-graduação, Sérgio vê o seu tempo anda mais reduzido, o que o obriga a um complicado equilíbrio. No entanto, tem como prioridade o acompanhamento aos filhos que leva à escola de manhã e às aulas de música

duas vezes por semana. Os efeitos das suas obrigações profissionais fazem-se também sentir no tempo conjugal: *Às vezes eu e a minha mulher saímos à noite. Há muito tempo que não o fazemos, talvez porque andamos a dormir tão pouco. E, então... Não o têm feito mas fazíamos com alguma frequência já com os filhos. De vez em quando íamos sair à noite. Ai deixávamos os filhos. (...) É, é. Ter os seus momentos [o casal]. Claro que sim. Acho que sim.* Sérgio tenta, apesar de tudo, privilegiar o “nós-família” no seu conjunto, revelado na enorme importância das crianças e num forte empenhamento enquanto pai, aliás um dos pontos nevrálgicos de transformação em direcção a um modelo de homem companheiro. As enormes tensões na gestão do quotidiano e as dificuldades em conciliar a carreira profissional com os ideais fusionais e uma visão “familiarizada” da masculinidade levaram Sérgio, mais recentemente, a abandonar a posição na empresa onde trabalhava. “Ser companheiro” é assim uma ambição submetida a inúmeras tensões, levando os homens a enfrentar as dificuldades inerentes às exigências da vida profissional e a procurar vencer os obstáculos, materiais e simbólicos, à inclusão na vida privada.

A construção do casal autónomo e a individualização da masculinidade

A ideia de que na contemporaneidade a construção do casal e da família se fundaria cada vez mais em valores de autonomia individual tem sido sobejamente discutida, quer à luz das teorizações sobre os processos de individualização social (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Giddens, 1996), quer no âmbito da sociologia da família e do género. Roussel (1991) apresenta, afinal, os casais associativos como o ex-libris da modernidade, enquanto Singly (2000) ou Kauffman (1992) se debruçam sobre as emergentes tensões e as novas cumplicidades entre o *eu* e o *nós* na vida de casal e de família. No quadro das questões de género discute-se a transformação da ordem de género e das relações entre público e privado, identificando a passagem de um ideal de “mulher-natureza” para um de “mulher-indivíduo”. Do ponto de vista das “masculinidades” debate-se o declínio da figura do homem-provedor, fonte de autoridade, encaixando este movimento na pluralização das formas familiares e das práticas e identidades de género. As dinâmicas de inclusão observadas no ponto anterior retratam, de modo plural, um movimento de conjugalização e “familiarização” dos homens. A masculinidade alimenta-se, nas interações, de uma performatividade (Butler, 1990) que, transposta para o domínio da vida privada, se alia a manifestações túbias de individualização. De formas diferentes, é certo, a identidade masculina é familiarista, dependendo da

mediação do feminino – as mães ensinam o homem, as mulheres adaptam-no – para (re)encontrar novas formas de estar na família. O “providenciador” ou o “ajudante doméstico” constroem-se como indivíduos por relação à família (sustentam, ajudam, protegem, são responsáveis); o “companheiro” define-se tanto pelo projecto familiar como pela maneira como concilia a família com o trabalho, priorizando a primeira, ou, mais importante ainda, por uma identidade conjugalizada e familialista

Há contudo outras formas de re(fazer) o lugar masculino na vida familiar. Em casais de estilo associativo, o homem quer participar na vida doméstica, quer trocar afectos e trabalho, quer ser um marido e um pai presentes, um pouco como observámos nos casos de Sérgio e Miguel. No entanto, ao contrário dos últimos, estes “homens-indivíduo” valorizam a dimensão pessoal dos seus próprios projectos, não os subordinando ao ideal de bem-estar conjunto. Daí que falemos da construção do casal autónomo, no caso masculino, também como uma translação de masculinidades familialistas para masculinidades individualizadas, sublinhando a relativa homologia com os processos de mudança habitualmente descritos para o caso feminino (Aboim, 2006). Apesar das persistentes diferenças de género, sentem-se, neste plano microsociológico, os efeitos da individualização social.

Seguidamente descreveremos três lógicas de construção do “casal associativo”. Distanciando-se do ideal-tipo que alia autonomia, igualdade e intimidade, cujo *ex-libris* seria a relação pura idealizada por Giddens (1996), o tom usado pelos homens entrevistados para defender a autonomia individual é consideravelmente diversificado. Na maioria dos casos, a autonomia acaba por ancorar-se em dinâmicas de género, nas quais continuam a pesar as desigualdades entre homens e mulheres. Às vezes, como na primeira história que reconstituímos, a verbalização de uma tal orientação reveste-se de caracteres híbridos, sublinhando ora o “nós” e os ideais companheiristas, ora a margem de autonomia pessoal necessária à realização de uma carreira profissional autónoma. Outras vezes, o investimento em si próprio é cúmplice de uma mais forte desigualdade de género: um dos membros do casal constrói a sua realização individual, portanto a sua autonomia, sem paridade com o outro, acabando este por servir de base de apoio a essa estratégia mais individualizada. Só num número reduzido de casos, a declaração forte de autonomia individual se associa a formas de interacção mais igualitárias, construindo-se então um estilo de casal associativo forte, em que tanto o homem como a mulher investem na sua realização pessoal. Apesar das diferenças, algumas similitudes estruturais unem estes homens. Todos têm o ensino superior e

às vezes mesmo mais do que a licenciatura, comprovando novamente a associação entre escolaridade elevada e conjugalidades associativas (Kellerhals *et al.*, 1982, 2004; Aboim 2006).

A importância da carreira, uma identidade dividida

O exemplo que escolhemos para ilustrar a primeira dinâmica é o de Francisco, homem dividido entre um projecto de casal e de paternidade participante e a sua própria realização pessoal. Embora partilhe com os homens companheiristas a mesma orientação familialista, acaba, ao contrário destes, por sacrificar estrategicamente o tempo que dedica à vida privada em prol de uma carreira de sucesso. A dimensão pessoal da realização é vital para Francisco, sendo claramente o produto de uma estratégia realizada com relativa independência da família. É certo que ele ganha bastante mais do que a mulher, acabando esse facto por lhe constituir justificação parcial do pouco tempo passado em casa. Mas ainda que fosse diferente, a profissão e o seu espaço de afirmação continuariam a pesar na sua hierarquia de prioridades.

Francisco, de 35 anos, tem uma vida profissional muito intensa e ocupada: é arquitecto, trabalha no seu próprio ateliê, é professor de desenho numa universidade e artista plástico com várias exposições no curriculum. Uma vida profissional, enfim, que lhe deixa pouco tempo para a vida familiar, afirmação que faz explicitamente referindo que *às vezes não dá para conciliar nada*. Embora lamente o facto de não estar mais tempo com os filhos e a mulher, prefere não abrandar o seu quotidiano profissional, aproveitando o apoio da mulher, que elogia vivamente, bem como aquele que é dado a ambos no contexto familiar alargado – os pais de Francisco, os irmãos (7 ao todo, mais um adoptivo) e os cunhados marcam presença constante do dia-a-dia da família, constituindo uma forte cintura de apoio, sem a qual um investimento pessoal tão forte seria muito mais penoso. Se nenhum dos membros do casal puder estar com os filhos, ou ficar a tratar deles se estiverem doentes, têm sempre a solução da casa dos avós. Aliás, quem vai normalmente buscar os filhos à escola é o pai de Francisco. Caso contrário, a sua mulher ficaria realmente sobrecarregada e não teria sequer tempo para realizar alguns dos projectos pessoais que actualmente procura concretizar: licenciada em história, está neste momento a fazer um mestrado no período nocturno, para além do trabalho que faz entre as 10 e as 18 horas como secretária de uma associação profissional. Aliás, Francisco valoriza bastante o trabalho da mulher e procura, ao longo da entrevista, elogiar a sua

competência, apesar de reconhecer amiudadamente que, por força das circunstâncias, é ele o grande sustentáculo financeiro da família no presente. Foi a mulher de Francisco, mais velha do que ele cinco anos, quem iniciou primeiro a vida profissional e quem comprou a primeira casa do casal, quando ele ainda estava a estudar. Mas ao longo das suas trajectórias acabou por ser a carreira dele a ganhar rapidamente a dianteira.

É por isso que mesmo que seja à noite vou buscá-los, porque acho que eles, sinto falta deles, quer dizer, este distanciamento, o facto da pessoa não estar, não quero que exista um distanciamento exagerado, e a mim faz-me falta, e penso que a eles também, portanto, vou buscá-los, sinto isso, sinto que há ali uma falha, a pessoa devia estar mais tempo com os filhos.

... em casa vive-se menos, a verdade é essa, a pessoa chega cansado e não vive aquilo que poderia viver; isso é, não é uma questão de gosto ou não, mas é uma questão real, a pessoa chega a casa tem muito pouco tempo para conviver (...) por uma questão de facto de trabalho, trabalho condiciona muito a vivência...

... como estou a falar como homem – eu ainda sinto que há umas coisinhas que devem ser elas a fazer (...) As mesmas coisas, por exemplo, tratar dos miúdos e não sê que mais, eu faço tudo, mas ainda sinto, às vezes sinto isto é o papel dela, embora... gosto muito de fazer, e isso também é... eu também se calhar no meu caso porque que tenho uma profissão em que eu tenho que empreender mais, então sinto – se fosse ao contrário se calhar já não sentia – portanto, acho que não é bem o machismo é: como eu preciso de trabalhar, ahm, por razões familiares, não é? De existência, sinto que, às vezes penso “pá ela tem que tomar conta senão não consigo trabalhar”. Não é no sentido, se calhar não estou tanto no sentido inicial do “acho deve ser ela a fazer”, porque acho que isso tem mais a ver com aspecto profissional do que propriamente com a discriminação.

A justificação das desigualdades conjugais é um dos elementos recorrentes do discurso de Francisco, que procura dar de si uma imagem de “homem moderno”. Reflexivo e aparentemente empenhado em mudar os traços de género permanentes da sua socialização na família de origem, Francisco confessa as suas falhas na divisão do trabalho e lamenta o “machismo” incorporado desde tenra idade. Afinal, foi educado num esquema afectuoso e democrático, mas bastante tradicional: a mãe estava em casa, não foi habituado a fazer tarefas domésticas e do, ponto de vista da liberdade sexual, os rapazes e as raparigas eram controlados de maneira muito diferente pelo pai, bastante mais liberal com os primeiros. Contudo, apesar das suas confissões, Francisco procura apresentar-se como fazedor de tarefas domésticas e como prestador de cuidados com os filhos. Mais uma vez, vai

referindo que se a mulher tivesse outro tipo de situação profissional (em que ganhasse mais dinheiro, nomeadamente) a divisão do trabalho também seria diferente. A sua concepção de equidade é baseada num ideal de justiça distributiva, que utiliza para justificar as desigualdades entre ele e a mulher, mais comprometida, sem dúvida, com a gestão da vida doméstica.

Isso desde o início que houve essa... eu sempre entendi aquilo como dividirmos as coisas, não... acho que nesse aspecto nem sequer fazia sentido ser doutra maneira.

(cuidados com as crianças) ... quem trata dos miúdos é a Inês (...) Dou banho, preparo o comer, visto, ahm, tudo aquilo, brinco, que também acho que é um, aliás aí acho que sou campeão, sou brinco, brinco bastante com eles, que acho que também é essa componente, faz parte... porque quero como é óbvio.

(momentos em família) Há uma coisa que fazemos que não é jantar em casa, mas é, estamos em frente à televisão calmamente a comer. Isso é um momento que eu gosto, pronto, tou ali, uma coisa simples, quer dizer, sinto-me melhor.

A par com o acento tónico que coloca na sua realização pessoal, procura mostrar a sua integração no cenário doméstico e familiar, muito frequentemente lamentando a falta de tempo que sente na sua vida. Como refere, *a pessoa chega a casa e tem muito pouco tempo para conviver*. Não obstante o reconhecimento, relativamente entristecido, da sua falta de tempo, afirma que desde que começaram a viver juntos começaram logo a partilhar as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças. Foi ele que fez os móveis da casa e tratou da decoração, embora ela também desse as suas opiniões. Mudou fraldas e cuidou dos dois bebés (hoje com 6 e 5 anos) desde pequenos. Actualmente não têm empregada (já tiveram quando as crianças eram pequenas) mas vão contratar uma para passar as roupas. É ela que cozinha, pois ele não sabe cozinhar. Actualmente, cada um passa a sua roupa antes de a vestir. Ela trata da lavagem da roupa e ele ajuda a arrumar. Classifica-se como um *limpeiro*, por estar sempre a limpar e a arrumar. Considera que as iniciativas neste campo são divididas, embora a mulher faça mais em casa do que ele. Na verdade, o grande problema de Francisco prende-se com a falta de tempo para estar em casa.

No caso de Francisco encontramos cumplicidade entre lógicas individualizadas de investimento em si e lógicas fusionais de valorização da integração conjugal, do projecto de paternidade, bem como de uma inserção profunda nas relações de parentesco. É aliás essa rede de apoio forte, desde a sua mulher

à sua família de origem, que lhe permite realizar, sem maiores tensões ou sacrifícios, o seu projecto de carreira e de individualidade. Os liames, mesmo as tensões, entre autonomia individual e fusão conjugal e familiar estruturam várias dimensões do seu discurso, mostrando, mais do que noutros casos de “homens associativos” (que descreveremos seguidamente), a interpenetração entre as duas lógicas de construção do casal, da família e de si próprio.

... eu sempre pensei ser pai (...) acho que fazia parte da ordem natural. (...) no meu caso, como sou um meio artista, não tava muito pra ser; ter esse compromisso, não é, porque gosto da minha liberdade do ponto de vista criativo, e, ahm, isso limita bastante (...) o que me limita é muito menos do que aquilo que ganho e que aprendo...

... a pessoa pode ter os seus projectos e até acho mais interessante a pessoa tar noutros projectos, mais... menos, se calhar... monótono (...) porque eu... gosto de fazer as minhas coisas, ahm... separadas.

Uma das tensões entre autonomia/individualidade e fusão/integração familiar é, desde logo, percebida ao nível da “dimensão projecto”. Francisco apresenta-se como um homem dividido entre as compensações do projecto de família e de paternidade e a sensação de perda de liberdade individual. Embora pinte um cenário em que os ganhos da paternidade são a cor dominante, não deixa de aludir à questão da liberdade individual, justificando-se pelo facto de ser *meio artista*. Por outro lado, valoriza os projectos individuais no seio da conjugalidade: para Francisco existe obviamente o projecto do casal e dos filhos, mas este não pode “apagar” o projecto autónomo. Constatamos, portanto, a cumplicidade que Francisco estabelece entre o “eu” e o “nós”. Mais ainda, se a autonomia é tão importante como a dinâmica de casal e de família nuclear, a inserção na família alargada constitui para ele, adicionalmente, uma referência importantíssima: os filhos asseguram a continuidade familiar, os tempos de lazer e o fim-de-semana são dedicados ao encontro do parentesco. Como Francisco refere *fim-de-semana é família*. A vida de casal faz parte desse todo: *eu ponho a vida de casal porque tem essas componentes todas, lá metidas dentro*. E acrescenta:

Eu acho que famílias normalmente têm filhos, é por isso que nós temos pais, não é, porque uma família sem filhos acabou naquela geração, portanto... mas entendo... que um casal possa viver a vida toda... e queira viver dessa maneira. Pessoalmente acho que a dimensão dos filhos faz crescer as pessoas, faz crescer as pessoas, faz descentrar as pessoas, mas não sou dogmático até porque há pessoas excelentes que não têm filhos.

Outro ponto relevador desta sobreposição entre autonomia e fusão descobre-se na maneira como Francisco retrata a sua vida conjugal. A construção do casal associativo não é de forma alguma correlativa de menores investimentos na dinâmica da relação a dois. A gratificação afectiva com a vida de casal constitui um elemento importante na arquitectura das prioridades das mulheres e dos homens “associativos”. Está longe de indiciar afastamento ou “fissão”, como por vezes é sugerido (Chaumier 1999; Aboim, 2009), o que ressalta é, sobretudo, um desejo e um esforço de combinar várias instâncias de realização. Como ele também refere, é preciso fazer um esforço para manter a relação conjugal:

Às vezes é importante ter um gesto desses, quanto mais não seja para a pessoa sentir que a outra está, portanto, está presente, que gosta dela, etc., e às vezes também faço isso, com... com esse cuidado.

Francisco é elucidativo tanto quando fala do seu esforço de investimento na relação conjugal como ao frisar a necessidade de resguardar alguma privacidade na lógica comunicacional do casal. Nem sempre é necessário contar tudo ao outro, até *para não criar confusões*, como ele próprio justifica. De uma forma bastante evidente, o caso de Francisco, exemplifica um estilo de casal e de família (e também uma masculinidade) em que dinâmicas fusionais (o casal, a paternidade, a continuação da família, o parentesco) se articulam com um projecto individual que não dispensa formas explícitas de autonomia (na carreira profissional, nomeadamente), que vão “competindo”, ao longo da trajectória familiar, com o tempo dedicado à família, com a inclusão masculina no seio doméstico e familiar. Apesar de reduzida, essa inclusão é também feita de forma menos dependente da mulher. Ao contrário de homens como Sérgio ou Miguel, Francisco enfatiza a sua capacidade para a iniciativa própria na vida doméstica.

No entanto, os ideais de paridade, bem como o elogio da independência pessoal da mulher, não anulam as desigualdades de género no quotidiano. O projecto de realização de Francisco acaba por ser dominante no cenário da vida privada. A mulher, mesmo que ajudada pela rede de apoio familiar, serve de suporte à estratégia pessoal de Francisco. Como em outros casos, o “cônjuge suporte” envolve-se mais na vida familiar, apoiando tanto quanto possível o “sucesso” do outro na vida pública. Justificações diferenciadas podem enquadrar este estilo de casal, é certo, mas mantendo, de uma ou de outra forma, coordenadas de desigualdade estruturantes. Não se trata de uma desigualdade institucionalista, fundada sob a égide da dominação masculina, mas de formas de diferenciação conjugal mais subtis, relativamente despegadas da dicotomia entre “homem público” e “mulher privada”, mas nem por isso menos desiguais.

Liderança e apropriação: Poderes reinventados na vida privada

Existem, porém, formas mais complexas de desigualdade na construção do casal associativo. Seguidamente descrevemos duas histórias conjugais e familiares que ilustram na perfeição essas desigualdades menos habituais, engendradas ao abrigo de valores orientados para uma família modernista, relacional e autónoma. Na vida privada, e na reconstrução das suas identidades, estes homens acabam, como veremos, por subverter as bases tradicionais da diferenciação de género, embora o façam de formas muito diferentes. Em ambos os casos, contudo, assiste-se a uma reinvenção dos poderes tradicionais associados ao masculino e ao feminino conducente a uma “reinvenção” da própria masculinidade. Como tem sido frequentemente argumentado, muitas das mudanças operadas nas masculinidades estabelecem estreita conexão com o esbater das fronteiras entre os traços estereotípicos do masculino e do feminino (Segal 2007) ou mesmo com um crescente elogio da feminilidade (Hanke, 1992) e das emoções (Lupton 1998; Giddens 1996). No entanto, este movimento de “feminização” da masculinidade, embora transformativo, não conduz necessariamente à igualdade no equilíbrio de poderes conjugais.

No primeiro caso, o de Pedro, é ele o “indivíduo autónomo” do casal. Orientado por valores modernistas, encontra mais-valias identitárias tanto na vida pública (a realização profissional) como no exercício de competências tradicionalmente femininas (a gestão da casa, os cuidados aos filhos. De certa forma, Pedro apropria-se de caracteres estereotípicos da feminilidade para reconstruir o seu espaço e a sua identidade na família, sem, contudo, perder a ascendência. No caso de Filipe, ao contrário, é a mulher a figura-chave do casal; é ela quem procura realizar uma carreira de sucesso e ele quem assume o papel de “pai doméstico”, estratégia justificada por razões de rentabilidade económica. Estes dois casos, diferentes entre si, são ambos ilustrativos de determinado estilo de conjugalidade associativa, marcado por desigualdades que fogem à codificação mais institucionalista das relações sociais de género, convidando a discutir mais profundamente quer a relação entre autonomia e (des)igualdade, quer a articulação entre masculinidade e relações sociais de género.

Começemos por contar um pouco da história de Pedro, homem de 38 anos, casado pelo civil com uma mulher da mesma idade, depois de várias experiências de coabitação conjugal. Juntos tiveram uma filha, actualmente com 6 anos. Ele é doutorado, físico com uma carreira académica em franco desenvolvimento; ela completou o 11.º ano e é chefe de vendas numa empresa

privada. Casaram há 7 anos, depois de viverem juntos um ano e meio. Ele, apesar de se declarar veementemente contra o casamento, acabou por ceder à vontade da mulher e realizaram então um casamento civil. No entanto, apesar desta cedência inicial, Pedro acabou por se tornar dominante (pelo menos é esse o seu discurso) no cenário doméstico. À semelhança de Francisco, é ele quem investe na carreira e quem ganha a maior parte do dinheiro. Mas, ao contrário daquele, é ele quem “impõe” grande parte das regras na organização do quotidiano, na educação da filha, na gestão da casa.

Pedro teve uma trajectória de vida que lhe permitiu desenvolver a capacidade para o exercício da autonomia individual: começou cedo a tomar conta de si próprio e teve inúmeras experiências conjugais. Ele próprio nasceu numa família recomposta, sendo o único filho da coabitação do pai e da mãe, apesar de tanto um como o outro terem tido filhos de casamentos anteriores. Na infância e adolescência vivia com os pais e os meios-irmãos, desfrutando de uma posição privilegiada no quadro das interacções familiares. Apesar de habitualmente ausente das lides da casa, o pai era, na visão que Pedro guarda do passado, a principal figura de autoridade, exercendo o controle de marido e de pai, segundo regras de género. Os rapazes tinham mais liberdade do que as raparigas. A adesão a valores de igualdade e de negociação democrática na vida familiar, frisados pelo entrevistado, fez-se, na verdade, por recusa do modelo de autoritarismo paterno. Afinal Pedro insiste várias vezes neste ponto, referindo: ... *eu não apoio totalmente, a..., qualquer tipo de relacionamento autoritário na família e, particularmente, com as crianças.*

No entanto, este estilo de vida não durou muito na sua história, pois, ficou órfão de pai no início da adolescência. A partir dos 14 anos foi ficando entregue a si próprio, pois a mãe, por razões profissionais, só vinha a casa ao fim-de-semana. Pedro saiu de casa com 17 anos. A partir daí teve várias profissões, emigrou, voltou para Portugal e mudou várias vezes de ramo de actividade. Só mais tarde fez uma licenciatura e optou pela carreira académica, projecto que actualmente estrutura o seu horizonte de realizações. Na vida privada nunca fez projectos. Nem sequer o de constituir família: se hoje está casado e com uma filha foi porque aconteceu, não porque o tenha ambicionado antecipadamente. Pedro teve a sua primeira experiência conjugal entre os 17 e os 18 anos. A esta experiência inicial seguiram-se várias outras. Uma delas, a anterior ao casamento, durou cerca de sete anos, não obstante cada um ter a sua casa. Mas, depois de várias paixões e rupturas, Pedro acabou por começar a viver com a actual mulher quase por acaso, como ele próprio diz. Simplesmente aconteceu, não porque

um ou outro tivessem projectos muito definidos, mas porque começaram progressivamente a adaptar-se um ao outro. Como ele refere:

... eu relativamente aos filhos não..., não era um projecto, não era uma preocupação... Portanto, não era, não era uma necessidade que eu sentisse ter filhos, mas também não é uma coisa que eu descartasse. Relativamente a..., quer dizer, viver com alguém nunca foi propriamente um projecto foi praticamente uma sucessão de situações que surgem quase com naturalidade. Uma relação que tive e que durou vários anos e que eu contabilizo entre as tais, também me satisfazia plenamente e nós não vivíamos juntos. Estávamos cada um..., cada um tinha a sua casa...

creio que inicialmente a questão, se calhar de parte a parte, era sentirmo-nos bem juntos. E acho que basicamente é isso, foi isso que nos uniu e a base é..., sentirmos que..., sentirmos que nos sentíamos bem e confortáveis juntos e que...

Pedro conheceu a actual mulher numa fase em que ambos estavam sozinhos e passaram, sem dar por isso, quase imediatamente para uma relação de coabitação. Ela mudou-se para casa dele e assim se foi progressivamente construindo a relação, primeiro de maneira mais experimentalista, depois num estilo mais definido com a decisão de casar e de ter um filho. Tal como na decisão de casar pelo civil, mais uma vez, Pedro acaba por descrever o nascimento da filha como uma concessão sua (pelo menos relativamente) aos desejos da mulher: era ela quem, mais do que ele, queria ter filhos. Este tom de cedência marca, até certo ponto, o discurso de Pedro sobre a entrada na conjugalidade e na parentalidade, sugerindo o contrabalanço da sua própria forma de estar na vida, entre uma realização pessoal muito almejada e a inclusão numa dinâmica de família. A propósito do impacto no nascimento da filha, Pedro enuncia claramente o efeito consolidante da criança sobre a própria relação conjugal. Contam-se perdas e ganhos, mas sedimenta-se a família:

... com os filhos uma pessoa ganha uma..., há coisas que... digamos que abdicamos que já aconteceram, já aconteceram coisas, já ouvi coisas ou já houve atitudes que eu se calhar noutra..., sem a minha filha a minha reacção seria ir porta fora e:“ – Isto acaba por aqui isto está a cheirar mal.

Porém, ao reportar-se à vida em casal denota os cuidados a que se dedica para não sobrecarregar a mulher, sublinhando o valor do conforto recíproco. É, sem dúvida, uma visão da relação como construção, mas é também, em certa medida, uma declaração de troca limitada entre os cônjuges: mais do que partilhar tudo, importa evitar conflitos desnecessários, sobrecargas emocionais, verbalizações impensadas, em prol da protecção do bem-estar recíproco. Essa “boa relação” implica um controle de si, de parte a parte.

Estou disponível, faço o máximo possível para que a outra pessoa se sinta confortável. Tento não a sobrecarregar com fardos meus, mas mantê-la a par de problemas que tenho, desconfortos que tenho, evito ser..., evito ser mal-educado quando alguma coisa..., e bruto quando alguma coisa me desagrada, mas tento com cuidado e nas alturas que forem mais adequadas colocar as coisas. Às vezes não consigo.

Mas, a família, embora descrita por oposição ao regime autoritário da infância, acaba por ser, até certo ponto, construída e gerida à imagem de Pedro, que facilmente admite ter sido ele quem mais impôs maneiras de ser e de estar, desde a decoração da casa, à organização doméstica, à educação da filha. Como ele próprio nos diz:

Impus mais. Impus mais por um lado em termos de decoração, etc., aliás porque fomos para a minha casa, que já era minha casa, a..., e porque há coisas que realmente me fazem muita impressão em termos estéticos e tenho uma... (...) De gostos de decoração etc. Mas como ela..., como ela..., como lhe agrada a forma como eu decoro as coisas e...(...) depois em termos de formas de fazer, etc., creio que há uma adaptação mútua também se calhar uma maior..., com um maior ascendente da minha parte, mas também porque sou eu que faço mais coisas em casa. Sou eu que faço mais tarefas em casa.

Justifica facilmente o seu domínio relativo, porque é ele quem mais faz tarefas em casa, quem mais cuida da filha. É este pelo menos o retrato que de si transmite. Embora admita a participação da mulher nas lides domésticas (até porque Pedro passa vários meses por ano no estrangeiro, devido a motivos profissionais), a sua preponderância e indispensabilidade doméstica, bem como as suas capacidades emocionais e educativas são ressaltadas, acabando, na verdade, por diminuir as competências tradicionalmente associadas ao feminino. Veja-se a forma como descreve o seu quotidiano doméstico:

(Loiça) *A..., da loiça costumo ser eu, embora deteste mas a... Inicialmente era ela.(...) quer dizer, por exemplo a loiça não costumava ser eu a lavar. Mas como andamos francamente cansados os dois, geralmente a loiça fica de uma refeição para outra. Portanto, eu lavo antes de fazer a..., lavo antes de começar a fazer a comida.*

(Cozinhar) *Não, sou só eu que cozinho. De vez em quando cozinha ela, mas a... Então, apesar de todas estas coisas vivi várias vezes e durante bastante tempo sozinho. Sinceramente não gosto muito dos cozinhados da Manuela (risos).*

(Cuidar da filha) *Dar banho à miúda, deitá-la. Embora as coisas não sejam necessariamente..., de vez em quando ela cozinha, muito raramente,*

com mais frequência deita a miúda ou dá-lhe banho. Ela está geralmente mais cansada, aliás porque tem menos paciência do que eu. As crianças pequenas exigem um grau de paciência, de compreensão e de atenção que, às vezes, não é compatível com deslocações e..., com deslocações longas em autocarros malcheirosos e com chatices em empregos e não sei o quê. Digamos que eu tenho bastante mais...

(Sentimento de justiça) *Deve ser porque nós os dois achamos que trabalhamos demais. Deve ser justa. Como temos os dois essa sensação: ela acha que ...coiso..., que as coisas que faz é uma trabalhadeira desgraçada, a..., eu também, eu também, por vezes, quando estou mais cansado acho que também faço coisas de mais, portanto depreendo que ... Ou se calhar achamos os dois um bocadinho isso quando estamos mais cansados o que sempre interpretei como sinal de que a divisão está bem feita.*

A construção de uma identidade positiva na família passa também pela incorporação dessas competências, anexando vários poderes e vários papéis: uns estereotipicamente masculinos (a responsabilidade de sustentar a família e de orientar a filha e a própria mulher), outros femininos (o cuidar da casa e da criança). São, no entanto, os valores modernistas que o orientam as coordenadas utilizadas para justificar, ao contrário do habitual, a desigualdade de poderes entre ele e a mulher. Ao participar activamente na vida doméstica e familiar, Pedro acaba por se sobrepor à mulher em várias áreas. Como ele próprio refere: *num casal que divide as tarefas, eu sou a mulher, não sou o homem*. Mas, Pedro acumula papéis, pois coloca-se também no que tradicionalmente se entenderia como o “homem da casa”: além das funções gerais de orientador, ele é o principal ganha-pão da família, responsabilidade que retrata como pesada e incômoda, mas que é, apesar de tudo, sua. A mulher, portadora de menores capitais escolares e sócio-profissionais, trabalha a tempo inteiro, mas ganha pouco, comparativamente.

A questão da conciliação família-trabalho é, aliás, extremamente importante no discurso de Pedro, que revela sentir o peso da interferência da vida familiar na sua vida profissional, insistindo que o trabalho tem ficado prejudicado em função do seu envolvimento na vida doméstica e nos cuidados à criança. O discurso de Pedro é quase estereotipadamente feminino, reafirmando a semelhança com verbalizações frequentemente ouvidas às mulheres. Muito embora Pedro partilhe, apesar das suas posições modernistas, a crença profunda na relação umbilical entre mãe e filho, apelando a justificações biológicas para explicar o este laço primordial nos primeiros tempos de vida do bebé, a sua progressiva inclusão na família e numa paternidade activa à medida do crescimento da filha levam-no a enunciar a relação tensa entre a profissão e as responsabilidades familiares,

que sente como seu dever cumprir, estando disponível para cuidar da criança. É certo que as suas concessões em tempo para a família têm alguns limites: apesar do seu discurso empenhado, Pedro continua a deslocar-se ao estrangeiro várias vezes por ano, por exigências de sucesso na profissão. Mas, a benefício da vida familiar, procura nunca estar fora mais do que um mês, é o que refere. Nesse tempo, a mulher e a filha têm de sobreviver sem ele, facto que parece constituir para Pedro uma preocupação acrescida, pois sente a sua presença como imprescindível.

Sim, mesmo dentro do país. (...) não posso pegar em mim e ir para lá o tempo que for necessário, não é, tenho que gerir as coisas quer de acordo com o meu papel em casa quer com aquilo que acho que é necessário de ter para a família.

[qual fica mais prejudicado?] Até gora tem sido o trabalho.(...) Sim, porque acho que é uma..., porque acho que é uma altura muito sensível... na vida da minha filha. (...) também não quero..., não quero que..., não quero que a minha filha esteja aí, a..., esteja aí sozinha a..., sem eu estar presente por grandes temporadas.

A vítima é a minha actividade profissional, em grande parte.

Para além de factores objectivos, tais como a ausência de uma rede de familiares ou amigos próximos que possam prestar apoio quotidiano, a difícil gestão que retrata é conseqüente com a ênfase que o entrevistado coloca na sua individualidade. Apesar da sua lógica de inclusão forte na família, a protecção da autonomia é extremamente valorizada, quer na relação conjugal, quer na relação parental. A protecção da individualidade faz, afinal, parte da dinâmica do casal associativo. Pedro, o elemento dominante (e mais autónomo) de um casal associativo desigual, não é excepção.

Por um lado, Pedro frisa a necessidade de guardar tempo para si próprio, demarcando-se de uma visão tipicamente fusional do casal. Como ele próprio refere, a propósito da transparência comunicacional entre cônjuges, não é preciso contar tudo, apenas que o outro esteja convencido disso: no caso de uma infidelidade, exemplo que utiliza, é importante que exista entre ambos a convicção de que se saberia sempre de tudo, mesmo que isso não seja verdade. Sobressai, mais uma vez, a sua visão da relação como espaço de conforto, que deve ser protegido até do impacto negativo dos problemas individuais (o outro não é obrigado a *levar com queixinhas*, pois é *desagradável estar a ouvir*).

Por outro lado, embora a relação parental constitua um elemento central para Pedro, a sua lista de investimentos e cedências não comporta, para além de

certo limite, um excessivo centramento nas necessidades da filha, que se traduzisse, por exemplo, na organização de actividades lúdicas e sociabilidades em função da criança. Para Pedro, o casal e o indivíduo não devem subordinar os seus espaços e actividades exclusivamente ao bem-estar infantil. Em suma, o caso de Pedro ilustra algumas das ambiguidades existentes na construção de um casal associativo: aquelas que advêm da complexa gestão do “eu” e do “nós” na vida quotidiana, traduzíveis na multiplicidade de investimentos e gratificações que se deseja obter; as que se encontram na complexa articulação entre autonomia modernista, negocial, relacionalista e as desigualdades conjugais produzidas pela dominação de um mais do que de outro; e também as abrigadas na própria produção de uma identidade plural, resultante da combinatória entre várias referências de género. Aliam-se traços típicos da masculinidade – sustentar, proteger e orientar a família (*o providenciador*) – a um projecto de uma carreira de sucesso (*o indivíduo público*) e ao empenhamento na partilha doméstica e na paternidade activa (*o companheiro, o cuidador*). Incorporam-se, ou apropriam-se, traços da feminilidade – gerir a casa, fazer as tarefas, ser o principal cuidador da criança –, de modo a reinventar um novo lugar no seio privado, um lugar também autónomo e capaz de exercer liderança.

Uma masculinidade femininizada?

O segundo caso que escolhemos para ilustrar estas dinâmicas de reinvenção do masculino na vida privada mostra uma relação de desigualdade menos habitual, em que é o homem o cônjuge suporte da autonomia e da carreira feminina. Filipe é, por conseguinte, um pai doméstico casado com uma mulher de carreira, enfrentando na actualidade o desafio de reconstruir uma identidade masculina a partir de referenciais simbólicos tradicionalmente femininos.

Filipe, 47 anos, é um espanhol a viver em Lisboa há mais de 20 anos, tem uma licenciatura incompleta em Belas Artes, vive conjugalmente com a mesma mulher há 25 anos (22 anos de coabitação + 3 anos de casamento civil) e tem uma filha de 3 anos. Filipe é artista plástico e teve uma trajectória profissional bastante intermitente, no trabalho que desenvolvia por conta própria. Desde o nascimento da filha deixou de lado as actividades profissionais, enquanto a mulher, professora universitária, voltava a um quotidiano profissional exigente. A opção de ser ele a ficar em casa com a filha ficou a dever-se, como justifica, a questões de rentabilidade económica para a família: ficava em casa quem ganhasse menos e, no caso, era ele. Filipe vive, portanto, numa situação de relativa inversão dos papéis de género mais tradicionais, assumindo

significativa parte das competências domésticas, parentais, e vivendo na dependência financeira da mulher.

Para Filipe ficar em casa com a filha foi uma opção que retrata como natural. Face às necessidades profissionais da mulher era perfeitamente justificável ser ele a interromper uma actividade que já não era particularmente lucrativa (algures na entrevista diz só ter vendido um quadro desde que vive em Lisboa). Como o próprio Filipe diz, a mulher tem uma carreira, a dele pode parar, pode esperar enquanto for necessário. Na verdade, desde que a filha nasceu, Filipe sentiu que a sua presença era muito necessária não só para a bebé, mas também, e fundamentalmente, para dar apoio à mãe da criança. Apesar de tentarem dividir os cuidados com a recém-nascida, logo que esta nasceu, a mulher de Filipe precisou rapidamente de voltar a assumir alguns compromissos profissionais, o que fez passados pouco mais de três meses. Por isso era preciso que ele estivesse disponível. Apesar de na altura terem uma empregada para ajudar duas ou três vezes por semana das lides domésticas, era preciso que Filipe fosse pai a tempo inteiro. A opção de colocar a criança numa creche, ainda sugerida por Filipe, foi logo posta de lado pela sua mulher, que achava muito importante que a criança permanecesse em casa até pelo menos aos dois anos. Os conselhos de uma pediatra corroboraram esta opção e Filipe conformou-se, ficando ele com grande parte dos cuidados parentais a cargo. Certamente, a mulher de Filipe partilhava esses cuidados, de manhã e à noite, amamentando primeiro, dando de comer à criança depois, mas era e é ele que fica em casa durante o dia.

Uma trajectória profissional intermitente com pouco sucesso artístico e, finalmente, a situação de domesticidade pós-nascimento da filha, colocaram Filipe face a dilemas tão importantes como os da própria reconfiguração da sua identidade enquanto homem. Como ele próprio diz *inventei-me um novo... um novo eu*, muito diferente daquele para o qual foi educado. Continua:

Quer dizer, inventei-me... dadas as circunstâncias, uma pessoa confronta-se consigo mesmo e vê que, efectivamente, até sabe bem aprender a cuidar de si, de nós próprios, no fundo. Aprende-se coisas novas. Pelo menos eu encaro isso assim. É uma chatice, porque eu, engomar, não gosto [risos]. Mas, mas, por outro lado, quando visto a camisa que engomei eu, até dá uma certa satisfação. Pronto, é isso. Acho que vale a pena um esforço, pronto. Arrastar velhos modelos de família, acho que não vale a pena e também não é, não... não é por aí. Temos que nos inventar, um novo macho, um novo homem. Mas eu acho que sim, acho que... porquanto vá contra coisas que não sabia de ter. (...)No entanto, eu tinha que fazer um esforço... para me explicar, para

entrar no universo da criança tenho que fazer... um esforço sobresselente. No entanto, ela tem um à vontade, uma naturalidade... parecem uma coisa só, pronto.

Na realidade, Filipe nasceu e cresceu numa família tradicional: o pai era o chefe de família, ainda que não fosse particularmente autoritário, enquanto a mãe ficava em casa a cuidar da família. Foi por isso educado num ambiente em que os papéis de género estavam bem demarcados. A sua posição de hoje como “pai doméstico” significa portanto, em grande medida, uma ruptura com o passado, que ele próprio expressa com vigor falando da reinvenção de si enquanto homem, tarefa que lhe custou enorme esforço de aprendizagem ao tentar transformar as maneiras de ser tão tenramente incorporadas. Esse desafio de auto-criação surge com evidência nas opiniões de Filipe sobre as diferenças entre homens e mulheres, demonstrando a complexidade de uma identidade de género multi-referenciada. Para ele, é necessário que os homens mudem, tomando consciência da real força das mulheres e, assim, desafiando os cânones da masculinidade dominante. Para Filipe, as mulheres encerram dois traços fundamentais, tantas vezes polarizados no binómio “mulher natureza” (a mãe) versus “mulher indivíduo” (a pessoa autónoma).

Por um lado, expressa a sua crença no “poder tradicional das mulheres”. Para ele, o homem podia ser o ganha-pão e encarnar a figura de autoridade, mas esse era mais um poder superficial do que verdadeiro. O poder real, o verdadeiro controlo era exercido pelas mulheres, ainda que sub-repticiamente. Ao assumir estas posições, Filipe defende uma concepção mais activa da feminilidade tradicional, ao mesmo tempo que defende a sua situação actual de dependência, concedendo a si próprio alguns dos poderes ocultos atribuídos ao feminino. O processo de feminização de si, decorrente do seu quotidiano presente, impõe uma valorização das competências tradicionais das mulheres, como se pode inferir:

Quer dizer, a figura do pai podia ser aquela que, aparentemente, era o pivot, era o centro da, da família. Mas percebi que não era o pai, era a mãe. Mesmo antigamente era a figura da mulher, da mãe, que era indirectamente – ou também directamente – era o centro da... era aquela que controlava tudo, conseguia controlar tudo, talvez não se inseria na família duma maneira autoritária, por medo, porque antigamente tinham outros meios de persuasão, eu acho. Mas o que eu aprendi com a minha mãe é mesmo isso. E com as várias namoradas que eu tinha... antes, ou com as amigas... sempre captei o lado muito prático, muito eficiente das mulheres. E um homem, sempre vi o homem como uma espécie de dependente, enfim, seja afectivamente... como... decisão, poder de decisão. Quer dizer, notei muito menos dúvidas nas mulheres do que nos homens. É isso, pronto.

Mas esta estratégia não é linear no discurso de Filipe, que vai oscilando entre associações de gênero diversas, revelando uma masculinidade difusa e em mudança face às categorias sociais dominantes. Assim, por outro lado, Filipe acaba por diminuir os traços da masculinidade, ao elogiar a autonomia, tradicionalmente associada aos homens, como qualidade das mulheres, louvando quem se basta a si próprio e tem força suficiente para se impor e conquistar um lugar no mundo. Critica a dependência, a fraqueza. Num certo sentido critica-se a si próprio, transpondo mais uma vez a discussão das suas opções de vida para um âmbito mais geral de debate. Filipe reverte a oposição entre independência masculina e dependência feminina: descobre o poder oculto nessa dependência, de certo modo masculinizando um traço estereotípico do feminino, ao mesmo tempo que feminiza a autonomia, idealmente associada à masculinidade. Do ponto de vista da sua identidade enquanto homem a experiência parental de cuidar a tempo inteiro também representou uma mudança, uma (re)descoberta.

No entanto, apesar desta luta com as categorias de gênero dominantes, Filipe acaba, tal como acontecia com Pedro, por ceder perante a força do ideário maternal. A relação umbilical entre mãe e filho é concebida de forma tão forte que acaba por impor barreiras aos homens, na sua tentativa de entrar no mundo da criança. Filipe, mesmo sendo um “pai doméstico” sente essas dificuldades, diminuindo a sua capacidade para lidar com certas situações. Considera, por exemplo, que quando a criança está doente a mãe tem um papel especial, suplantando o pai. Pensa que a comunicação entre mãe e filho é imediata, enquanto o pai tem de a construir dia-a-dia. Em caso de divórcio, Filipe acha também que a criança deve ficar preferencialmente com a mãe, pois a figura do pai é mais dispensável para o equilíbrio da criança. De certa forma, Filipe, aqui muito ao contrário de Pedro, acaba por se enredar na teia da sua própria desigualdade face à mulher, transformando-a numa diferenciação mais generalista entre masculino e feminino. Diz ele:

Há uma relação entre mãe e filha ou filho... até uma certa idade, eu acho que são dependentes, tanto a filha quanto o filho, quer dizer... E o pai é um bocadinho uma figura... como é que hei-de dizer?, exterior. Porque a verdadeira relação – mas não é, isto não é um problema educacional, acho que é um problema, uma coisa natural – há uma empatia, há um fio condutor que liga a mãe (...). Eu acho que quer seja a criança quer a mãe... precisam uma da outra de uma maneira especial, de uma maneira que eu não consigo atingir, não consigo... perceber, se calhar porque pertença ao outro sexo.

No entanto, o nascimento do bebé revolucionou a vida do casal, e sobretudo a vida de Filipe, obrigando-o a abdicar da sua autonomia. A integração

conjugal e familiar decorrente do nascimento da filha foi, para ele, um processo de cedência da sua individualidade, ainda que gratificante. Passou a estar muito mais tempo em casa, deixou de ter proventos próprios (a mulher gere todo o dinheiro, apesar de ele ter uma conta pessoal), a rede de convívios ficou mais restrita à família da sua mulher, inserindo-o também num universo mais familialista. São, afinal, os tios dela que tomam conta da filha quando o casal sai a sós de vez em quando, pois normalmente saem todos juntos ao fim-de-semana, quando ela tem mais tempo livre para a família.

Mas isto tens que, tens que renunciar a qualquer coisa, não é? Também não, chegado aos 40 e tal, ir aos bares ou assim, já não interessa muito. (...) Depois mudas a vida também nesse sentido, quer dizer; desprendes um bocadinho do mundo... dos gozos, dos divertimentos, e dedicas-te à vida de casa. Que depois, ficando em casa, descobres muitas outras coisas para fazer, não é? Depende da disposição que tem uma pessoa. Se começamos a pensar só... se começo a pensar no meu divertimento, no meu gozo, na minha carreira... se só concentramos no nosso ser, no ego, então entra-se em situações desagradáveis mesmo. Tens que fazer uma, uma, uma cedência. Tens que ceder qualquer coisa. Nesse caso, bastante.

Filipe fala pouco da sua autonomia, acabando por se reportar mais à mulher, aos seus projectos, ritmos quotidianos e necessidades do que a ele próprio, hoje mais descapitalizado no exercício da independência pessoal. No entanto, apesar de ter uma visão romântica, mas também dinâmica, da relação a dois, revelando a centralidade do casal enquanto lugar de gratificação emocional, insiste em resguardar uma autonomia, hoje comprometida com a dependência da mulher. A situação de desigualdade em que se encontra combinam-se com uma matriz associativa das relações entre indivíduo, casal e família, bem visível no elogio rasgado que dirige à qualidade de ser autónomo, característica que, tal como acontecia com Pedro, é para Filipe uma das mais importantes a transmitir à filha de três anos. A proximidade conjugal não deve ameaçar a preservação *de uma ilha... de teu, de coisas tuas*, como ele diz. Filipe tem uma visão do casal baseada na intimidade e na troca, mas implicando também preservação da intimidade e mesmo de segredos. Esta é uma forma de preservar autonomia pessoal, manter um mundo só seu, numa conjugalidade associativa em que ele é o “cônjuge suporte”.

Igualdade e individualização: Um casal associativo forte

O último estilo casal associativo é indicativo de formas de autonomia conjugal mais vincadas e também mais igualitárias, não obstante o facto de se colocarem, novamente de maneira pouco linear como veremos, questões sobre a relação

entre autonomia, igualdade conjugal e construção da identidade masculina. No entanto, a especificidade das conjugalidades que classificámos como fortemente associativas distinguem-se pela concomitância de autonomias no casal, ambos claramente orientados para um vincado investimento na realização pessoal através da inserção na vida pública (uma carreira de sucesso) como da negociação na vida privada: aqui os membros do casal, mais do que valorizar o consenso, acentuam as maneiras de fazer individuais. Na relação a dois, na relação com os filhos, valoriza-se a especificidade de cada um e procura-se organizar o quotidiano sem que excessivas concessões pessoais ameacem a afirmação da individualidade. A dinâmica relacional, obviamente valorizada, deve coexistir com os projectos, os ritmos e os espaços do indivíduo. Em suma, são estas as conjugalidades mais próximas de um ideal de família de dupla carreira, orientada para valores de autonomia que desafiam o homem a encontrar, na família, um lugar igualitário, mas independente da mulher.

Na história de Patrício encontramos um exemplo deste estilo de conjugalidade. Homem de 44 anos, académica e sócio-profissionalmente qualificado, é casado há 17 anos, pela primeira e única vez, com Júlia, da mesma idade e igualmente muito qualificada. Bem instalados economicamente, o casal tem uma filha única, actualmente com 15 anos.

Reproduzindo na sua família actual algumas coordenadas da família de origem, Patrício é também o único filho de um casal de dupla carreira, com elevados capitais académicos. Tanto o seu pai como a sua mãe, hoje reformados, tinham carreiras profissionais exigentes: o pai, licenciado em economia, era, na altura da reforma, director de serviços num organismo público. A mãe, também licenciada em economia, era técnica superior da função pública, tendo ao longo do seu percurso profissional, tido vários trabalhos importantes. Fez inclusivamente parte da comissão que negociou a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e do grupo de trabalho que iniciou a informatização da Contabilidade Pública. Recordando a sua infância e adolescência, retrata um quotidiano relativamente igualitário na sua família de origem. Tal como acontece hoje na casa de Patrício, os seus pais sempre tiveram empregadas (às vezes internas, noutras períodos externas) que faziam a maior parte das tarefas domésticas. Quando a empregada não estava presente (por exemplo, aos fins de semana), as tarefas *eram mais ou menos divididas* entre o seu pai e a sua mãe, sendo o pai responsável principalmente pelas tarefas de *bricolage*, jardim, etc, e a mãe pela limpeza da casa. Ora, é também assim que Patrício e a mulher organizam o trabalho da casa nos dias de folga da empregada, mais uma vez sublinhando a proximidade com as origens. Do ponto de vista relacional, Patrício sublinha que a interacção entre

ele e os seus pais sempre foi muito afectiva, aberta e democrática, longe da autoridade, das divisões de género e da institucionalidade da família tradicional. Patrício refere, aliás, uma forte identificação com a mãe, que lhe constitui, ainda hoje, o modelo de referência quer na gestão da vida profissional, quer em termos educativos e de lidar com os filhos. Admira a sua capacidade de iniciativa e independência pessoal, que tenta transpor para a sua própria vida a para a família que construiu.

Novamente seguindo o exemplo de ambos os pais, casal homogâmico em termos de formação profissional, Patrício licenciou-se em economia (e casou, ele próprio, com uma economista, colega da faculdade), e fez depois um mestrado em economia europeia, outra das áreas de interesse e trabalho da sua mãe. O percurso académico levou-o, aos 24 anos, até Bruxelas onde viveu sozinho durante algum tempo, período que lhe facultou uma experiência importante tanto a nível pessoal como profissional. Patrício entrou, a partir daí, numa carreira dinâmica e exigente. Durante os últimos 20 anos teve vários cargos directivos e trabalhou em várias empresas. Foi quadro superior (Director de Exploração, Director Comercial, Director de Recursos Humanos, Director de *Marketing* e Exportação,...) de várias empresas. Recentemente, devido a reestruturações na orgânica da empresa em que trabalhava, o seu cargo como Director de Assuntos Externos e Imagem Corporativa foi extinto e ficou sem emprego. Decidiu que gostaria de começar a trabalhar por conta própria e está neste momento a criar uma empresa (um *franchise*) na área dos recursos humanos, recrutamento, organização de acções de formação profissional, consultadoria, etc. Sente que é um ponto de viragem no seu extenso percurso profissional e ainda não sabe se foi uma decisão acertada em termos de rentabilidade financeira. Por isso mesmo, explica, nesta fase é a sua mulher, actualmente directora geral de uma grande empresa, quem mais ganha no casal. Pelo menos até a recém-criada empresa de Patrício começar a dar lucro.

No entanto, apesar de ser claramente um homem de carreira, habituado a dirigir, a longos horários de trabalho e a elevadas remunerações financeiras, a sua actividade profissional não é, actualmente, um dos aspectos mais importantes da sua vida ou sequer um dos que lhe dá mais prazer. O seu sonho, se pudesse, seria dedicar-se àquilo que é a grande paixão dos tempos de lazer: a caça e a criação de cães. Comparando-se com a mulher, não hesita em afirmar que a carreira profissional é muito mais importante para a mulher do que para ele:

A Júlia, se ganhasse o Totoloto, muito provavelmente o que ela faria era comprar a empresa dela. Eu, se ganhasse o Totoloto, nunca mais trabalhava na vida e ia criar cães, ia à caça e nunca mais trabalhava

na vida. A Júlia não, a Júlia se de repente recebesse vinte milhões de euros, provavelmente compraria a sua própria empresa. Para a Júlia é mais importante a carreira do que para mim.

Brincando, refere que se ganhassem o totoloto, provavelmente a mulher compraria a sua própria empresa, enquanto ele abandonaria a actividade como economista para se dedicar à caça e à criação de cães, o seu lazer preferido. Pelo contrário, retrata a mulher como estando fortemente ligada à carreira, procurando ascender no meio empresarial: neste momento, considera inclusivamente a hipótese de dirigir uma filial da empresa no estrangeiro, o que a obrigaria a longas temporadas de ausência do espaço familiar. A verdade, é que ambos acabam por dedicar pelo menos dez horas diárias à vida profissional, em detrimento, claro está, do tempo passado em família.

A extensão dos horários de trabalho e o elevado nível de exigência profissional gerou, ao longo da trajectória familiar, várias dificuldades de conciliação entre família e trabalho. Como Patrício recorda, ele e a mulher passaram por períodos em que foi particularmente difícil conciliar ambas as esferas e obrigações. Um dos mais complicados, lembra, foi quando a filha era pequena. Nessa época, Patrício trabalhava como director de exportação numa empresa e era obrigado a viajar bastante; a mulher era directora de exploração de uma outra empresa e tinha frequentemente de visitar lotas em várias zonas do país. Aliás, regressou ao trabalho passados apenas três meses do nascimento da filha, já ansiosa pela agitação da vida profissional. Em suma, ambos tinham de passar dias fora de casa, obrigação profissional que dificultava sobremaneira a prestação de cuidados à filha ainda bebé. Absolutamente fundamental foi, então, o apoio dos pais de Patrício, que decidiram mudar-se para o primeiro andar da vivenda em que este e a família viviam unicamente para poder apoiar o filho e a nora, tomando eles conta da filha do casal.

Gostariam de ter tido dois filhos mas, devido a tais dificuldades de conciliação e à decisão recíproca de não diminuírem o investimento profissional, acabaram por decidir não o fazer. Como ele diz: *Quero dizer, a gente está cá realmente mas saímos às oito da manhã e voltamos às oito da noite, quem é que toma conta dele, os meus pais?*. As dificuldades sentidas, aquando do nascimento da primeira filha, de conciliar a carreira com a maternidade e paternidade acabaram por vencer, sobrepondo-se ao desejo de aumentar a descendência. Ambos concordaram que não era possível, até porque os pais de Patrício já não tinham a mesma disponibilidade para ajudar a tomar conta de um segundo bebé, como fizeram com a primeira neta. Assim, tanto Patrício como a mulher optaram pela carreira em detrimento de um segundo filho.

Além disso, a mulher teve um problema de saúde há quatro anos, que inviabilizou a hipótese de mais um filho.

Para além do apoio dos pais de Patrício, o casal conta ainda com o auxílio pago de uma empregada doméstica, que trata da maior parte das tarefas domésticas, deixando a menor parte para uma divisão conjugal que, apesar dos valores modernistas de igualdade, tende a associar o homem às tarefas exteriores e a mulher às tarefas interiores à casa (v. Bourdieu, 1999). Assim, em geral, a *bricolage* e cuidados com o jardim e os cães são da responsabilidade de Patrício. Quando a empregada não está presente, é Júlia que trata da limpeza e arrumação da casa. Os cuidados com a filha sempre foram, todavia, organizados de forma mais paritária entre o casal. Quando a filha era pequena, Patrício e a mulher tentavam dividir os cuidados com a criança e alternar quando era necessário, por exemplo, levá-la ao médico. Mas, se estava doente nenhum deles ficava em casa, aí entrando o enorme apoio dos avós paternos. Justificando as suas posições através de uma lógica de equidade na distribuição do trabalho conjugal, Patrício, que vê o trabalho doméstico como um mal necessário, considera que este deve ser dividido de acordo com critérios de *bom senso e de justiça* e em função da situação profissional dos cônjuges. No seu caso, a dupla carreira pressupõe igualmente uma dupla participação nas lides domésticas e nos cuidados parentais.

Eu acho que a divisão das tarefas dentro de casa deve ser um reflexo das divisões das tarefas fora de casa. Nos casais em que a um dos membros do casal, normalmente ao marido, corresponde 100% do trabalho fora de casa, então ao outro deve caber 100% do esforço de trabalho dentro de casa. E conheço casos desses entre os meus amigos, como já lhe tinha falado. Nos casos, como é o meu, em que o esforço de trabalho fora de casa é dividido meio por meio, o esforço de trabalho dentro de casa por uma questão de justiça deve-o ser da mesma forma. Pronto.

A orientação igualitária é cúmplice de uma concepção do casal baseada na autonomia individual. Na verdade, Patrício considera que ele e a mulher não podiam ser mais diferentes um do outro, já que ela é muito introvertida e calada (Patrício compara-a ao seu pai), ao contrário dele, sempre brincalhão e risonho. Diz mesmo mais: ele e a mulher não têm nenhum interesse em comum, referindo-se aos lazeres, hoje uma das esferas de bem-estar mais importantes para Patrício. Apesar de tudo, a relação a dois tem funcionado bem, com base nessa combinatória de autonomia e igualdade conjugal. Patrício, ao demarcar-se de situações conjugais pouco igualitárias em que há um dominado e um dominante como acontece com alguns amigos seus, estabelece, por palavras próprias, essa articulação. A sua relação com a

mulher é uma relação de iguais, e tal dinâmica reconhece perfeitamente a diferença de maneiras de ser e de estar como algo positivo.

Eu acho que acima de tudo entre mim e a Júlia há uma grande amizade e um grande respeito mútuo. Acima de tudo. E só isso é que explica que a gente se dê bem há 17 anos de casados mais oito de namoro, porque não podíamos ser mais diferentes. Não temos nenhum interesse comum, nenhum.

Que é um bocadinho aquilo que eu também vejo que aconteceu com os meus colegas cujas relações são mais estáveis e sobretudo, cujas relações são mais estáveis num ambiente de igualdade entre os dois membros do casal, porque há casais em que não existe uma relação de igualdade entre os dois elementos do casal. Eu tenho amigos que funcionam nessa base, em que há claramente uma relação de subordinante e subordinado. (...) Manda o homem! Obedece a mulher! Porque ela não trabalha, está em casa, é financeiramente dependente e portanto não tem muito voto na matéria. São felizes na mesma e dão-se bem na mesma, mas eu conheço dois casos desses, há dois casos desses no meu grupo de amigos chegados e aí eventualmente imagino que a relação será um pouco diferente, porque há talvez uma maior preocupação por parte da mulher em agradar, atrair, fazer algum charme, enquanto que no nosso caso, no caso dos outros meus colegas, é mais uma relação de iguais, do que propriamente uma relação de subordinante e subordinado. É mais uma relação de igual, é mais uma relação de igual.

No campo das decisões e da negociação conjugal essa igualdade e autonomia de poderes são veementemente sublinhadas. No entanto, Patrício, apesar de reconhecer que é um *negociador nato* (ao contrário da mulher, que não é uma boa negociadora), salienta o carácter individualizado da sua relação conjugal, afirmando que em caso de desacordo, seria impossível encontrar consensos. Nenhum dos dois quereria ceder à vontade do outro e preferiria fazer as coisas à sua maneira, com recíproca autonomia:

Nunca aconteceu haver um assunto [em que nenhum cedesse], tenho a impressão que se algum dia houvesse um assunto em que a Júlia tivesse uma opinião inabalável e eu tivesse uma opinião inabalável, fazíamos as duas coisas, cada uma fazia a sua.

A autonomia e a diferença individual são, por conseguinte, valores dominantes no discurso de Patrício. No quotidiano, esta autonomia conjugal transparece nos ritmos temporais e nas actividades de cada um. Além da hora do jantar, momento de reunião familiar, os tempos conjuntos, só com a mulher ou em grupo familiar, parecem escassear e também não são particularmente valorizados por Patrício. Ao contrário, a interacção estabelecida com a filha

adolescente ganha uma tonalidade mais forte no discurso do entrevistado, que novamente reiterando a autonomia do casal, retrata a relação individualizada, dele e da sua mulher, com a filha, Susana. Um bom exemplo, pode ser encontrado na forma como fala da sua educação, quase sempre no singular (*para mim, é importante que, eu achei que era melhor para ela que, eu pu-la num colégio privado...*), esquecendo o papel da mulher nas opções e decisões tomadas relativamente a este aspecto. Além disso, Patrício e a mulher têm esferas de relacionamento diferenciadas com a filha:

De qualquer maneira, há coisas em que ela é mais próxima da Júlia do que de mim, mas porque são duas mulheres, não é, e portanto há certas coisas para as quais eu sou mais inapto. (...) Portanto, em certas coisas ela é mais próxima da Júlia, mas ela lê os mesmos livros que eu, vê os mesmos filmes que eu e com quem ela gosta de andar na pândega é comigo! Agora, mas há certas coisas em que ela claramente é mais próxima da Júlia. É natural. Mas temos uma relação, eu acho, extraordinária, pelo menos acho eu, quero dizer, não sei se ela acha da mesma maneira, mas para isso teria de lhe perguntar a ela, mas eu acho que sim, nós damo-nos muito bem.

Na realidade, os pesos diferenciados concedidos ao “eu”, ao “nós-conjugal” e ao “nós-família” constituem um elemento importante. Como observámos ao longo deste capítulo, o casal pode privilegiar tempo e actividades só a dois ou, ao contrário, incluir sistematicamente os filhos (ou mesmo outras pessoas) nesses acontecimentos. No primeiro caso o principal eixo de coesão é o “casal a dois”, no segundo a “família nuclear” (Kantor e Lehr 1975; Kellerhals 1987). Numa terceira hipótese, a relação de maior proximidade e convivência pode não ser a de casal, mas ser, antes, a relação de cada um dos cônjuges com os filhos, como tende a suceder no presente caso, pouco centrado no “nós-casal”.

Por outro lado, a autonomia é, de tal modo, uma questão central para Patrício, que insiste em transmiti-la à filha, já que uma das suas principais preocupações em relação ao seu futuro repousa no facto de ela ter sido desde sempre *super-protegida* e não estar preparada para *o mundo aí fora*. Um mundo (e aqui começamos a entrever o lado de masculinidade tradicional que resiste em Patrício) onde abundam os perigos. Os maiores, para Patrício, são os da sexualidade, mais desregrada entre os rapazes do que entre as raparigas, pelas distintas naturezas de género que possuem. Ora, Patrício, refazendo a seu modo essas *naturezas*, pretende transmitir à filha valores estereotípicos da masculinidade (o ser senhora de si, o ser activa...), que lhe permitam ultrapassar a tradicional passividade das mulheres e assim proteger-se da *natureza masculina* (v. Halberstam, 1998).

Referindo-se, por exemplo, a questões educativas, Patrício diz que haveria aspectos da educação da filha e da sua relação com ela que seriam diferentes caso ela fosse um rapaz. Um desses aspectos é a educação sexual, pois considera que rapazes e raparigas têm atitudes e comportamentos distintos no que se refere à sexualidade. O início da vida amorosa e sexual da filha seria uma preocupação menor se ela fosse um rapaz, pois são as raparigas que habitualmente têm o papel *passivo* nos relacionamentos.

Teria menos ciúmes, com certeza, e acharia... Sim, quero dizer, acho que me preocuparia menos, sim. E preocuparia menos por uma razão, quero dizer, porque no caso das relações correrem mal, normalmente os rapazes são mais agressivos do que as raparigas e portanto se eu tivesse um rapaz, se o meu filho fosse um rapaz, ele teria em princípio o papel agressivo e não o papel passivo. Portanto eu não teria que me preocupar em ter a certeza de que ele teria as ferramentas para não ser passivo. Enquanto que no caso da Susana, tive que garantir e tive que me preocupar em ter a certeza que lhe passava e transmitia as informações necessárias para garantir que ela não teria ou não terá um papel passivo. (...) A última coisa que eu queria que acontecesse era ver a minha filha cair embaçada por um rapaz, pelo simples facto de ele ser um rapaz, ou porque ele tem um carro vistoso, ou uma roupa XPTO. Se ela tiver que cair por um rapaz, que caia pelas suas verdadeiras qualidades e não fique embaçada por essas coisas. Se algum vier para cima dela com esses atributos, eu garanti que ela tem as armas suficientes para o mandar passear a ele e mais os atributos. Pronto, num rapaz talvez não tivesse tantas preocupações a esse nível, talvez.

Apesar dos seus valores modernistas, traduzíveis numa visão igualitária e autónoma do casal, em certa medida incorporada através do exemplo dos seus próprios pais, Patrício revela uma identidade dividida, como parece ser o caso também de outros homens em conjugalidades associativas, entre um modelo de “homem participante”, incluso nas dinâmicas da partilha conjugal (pelo menos no trabalho) e numa paternidade activa e presente, e traços mais tradicionalistas da masculinidade. Neste caso, não se trata de uma dualidade entre o “homem providenciador” e “o homem companheiro”, como sucede em várias histórias familiares masculinas, mas de tensões geradas através do cruzamento entre referências diversas de masculinidade.

É agora a própria sexualidade o ónus da questão, mostrando outra das dificuldades enfrentadas pelos homens na sua relação com a “masculinidade hegemónica” (v. Connell 1995, pp. 76 e ss.). A articulação entre os modelos de masculinidade integrantes da ordem de género faz-se por relação ao que num dado momento e contexto constitui a masculinidade hegemónica, estabelecendo com ela relações de cumplicidade ou subordinação. Ora, a

sexualidade é uma peça-chave neste puzzle: a dominação masculina depende, mais do que da própria esfera do trabalho, de um determinado estilo de sexualidade (activa, compulsiva...), oposta à passividade do feminino ou à da própria homossexualidade masculina (o exemplo, por excelência, da masculinidade subordinada). O peso da sexualidade na definição do que é ser homem justifica, como se compreende, as frequentes dualidades entre dois pólos da masculinidade dominante: o ganha-pão, responsável pela família, e o homem sexualmente livre, aberto ao maior número possível de experiências. Na realidade os homens confrontam-se com os dois pólos ideal-típicos, não só gerindo as dissonâncias entre estes, mas, mais ainda, recriando práticas diferentes, mais ou menos à distância dos modelos ideais, dominantes ou não.

Em muitos casos, observámos a força do pólo “homem familiar”, referindo as tensões advindas da perda de supremacia masculina no domínio do trabalho assalariado, conseqüente com um movimento de inclusão na família. Agora, observamos um outro confronto: aquele que se estabelece entre o “homem predador”, ajustado a um sistema de dominação de género, e o “homem igualitário”, a braços com uma luta de referências simbólicas e também de estratégias quotidianas, onde se entrecruzam diferentes categorias. O caso de Patrício é, deste ponto de vista, particularmente interessante. Ele é simultaneamente defensor da autonomia feminina e da igualdade de género na esfera do trabalho profissional, ao mesmo tempo que mantém caracteres tradicionalmente associados à ordem da dominação masculina, através de uma natureza sexual definida por oposição ao feminino. Tenta proteger a filha dessa “natureza”, transmitindo-lhe traços idealmente masculinos, entende a fidelidade como uma questão mais sensível para os homens, insiste na solidariedade masculina entre pares, aproveita a independência da própria mulher para manter certas práticas de género, remanescentes da sua juventude e da liberdade que desfrutava no seu grupo de amigos. Fá-lo através dos convívios masculinos, onde as mulheres são figura distante ou mesmo ausente: os fins-de-semana de caça reavivam, mais do que os tempos passados, as categorias reprodutoras da própria masculinidade. Evidentemente, este é um processo complexo, dificilmente encaixável na simples dicotomia entre tradicional e moderno. Faz-se de entrecruzamentos e cumplicidades, mostrando uma das facetas, e muito provavelmente, uma das dificuldades (entre muitas outras possibilidades) enfrentadas pelos homens na definição de si em contextos sociais de multiplicidade de referências simbólicas.

Neste seguimento, vale a pena identificar dois exemplos interessantes no discurso de Patrício.

Um deles respeita à própria maneira como concebe a autonomia, acabando por identificá-la com a masculinidade. Uma mulher que queira ter uma carreira (e assim conquistar autonomia pessoal, como é o caso da sua mulher) terá que prescindir de certas coisas: ter menos filhos, ter uma licença de maternidade curta, ou mesmo não ter filhos. O contrato de gênero (Hirdman, 1998) seria desfavorável para as mulheres, negligenciando a prestação de cuidados aos filhos ou a outros (Fraser 1997). O discurso de Patrício sobre a igualdade de oportunidades ao nível profissional assenta na naturalização das diferenças entre mulheres e homens e numa concepção da parentalidade e da conciliação enquanto responsabilidades individuais, cujos “custos” não têm de ser assumidos pelas empresas e entidades empregadoras. O discurso sobre os potenciais efeitos negativos que o nascimento de filhos e a consequente ausência dos trabalhadores tem ao nível das empresas é formulado apenas no feminino e Patrício não refere a possibilidade de os homens se ausentarem da vida profissional por períodos mais longos nestas situações: são as mulheres que têm filhos, *os homens não tem filhos, mas não há nada a fazer, quero dizer, não podemos ter!* e portanto este é um aspecto que coloca necessariamente as mulheres em desvantagem relativamente aos homens. A não ser que elas se adaptem ao sistema. Não podemos esquecer que ele e a mulher acabaram por ter apenas uma filha, em grande medida, devido às dificuldades de conciliação da família com a carreira profissional.

Um outro aspecto interessante no discurso de Patrício prende-se com as suas opiniões sobre a família ideal, apoiada em valores de linhagem e de parentesco. Para ele, família ideal deve ser composta por pai, mãe, avós e um ou dois irmãos. Revelando, sob este prisma, algum conservadorismo, Patrício associa o ideal de família à descendência, definindo o casal através das suas funções reprodutivas. Por isso, ainda que considere família um casal sem filhos ou uma família monoparental, recusa as conjugalidades homossexuais. Um casal homossexual não é uma família, já que não cumpre a função e *raison d'être* da família, ou seja, a perpetuação da sociedade. Não deve, portanto, ter os mesmos direitos que as famílias heterossexuais. Ora, a recusa da homossexualidade, além de indiciar a resistência de concepções mais tradicionalistas de casal e de família, constitui um princípio de afirmação da masculinidade dominante, heterossexual e reprodutora, que, no caso, de Patrício, se apresenta em conformidade com o seu estilo de “ser homem”: igualitário, democrático e associativo, por um lado, resistente a mudanças em certas concepções de gênero na definição da própria masculinidade, ainda vinculado, sobretudo pelo lado da sexualidade, a traços centrais da masculinidade hegemónica. Ao valorizar, nas pessoas

da mulher e da filha, a autonomia pessoal e o poder de negociação e imposição, Patrício procura dissociá-las de uma feminilidade tradicional, atribuindo-lhes alguns traços particulares da masculinidade, próprios da noção mais universalista de pessoa (Amâncio, 1994).

Conjugalidades paralelas: “Homens fora da família”

A masculinidade tradicional, apesar de apontar um modelo inequivocamente dominante de “ser homem”, nunca esteve livre de contradições internas. A tensão entre o ideal do homem sexualmente livre (“o predador”) e o homem comprometido com as responsabilidades familiares (“o provedor”) foi historicamente construída como resultante da oposição entre “natureza” – ou seja, instinto, compulsão – e contenção – ou seja, controle, responsabilidade. O “homem responsável” (Collier, 1995) era afinal o que controlava os excessos da sua própria “natureza masculina”. Esta tensão, implicada num contrato de género desigual, tem sido equilibrada de diferentes modos (Kimmel 1995). Por um lado, a difusão dos ideais românticos, como claramente transparece na passagem histórica da família instituição para ideais de companheirismo, compeliu o homem a tornar-se cada vez mais “familiarizado”, mais incluso no ninho doméstico. Por outro lado, a crescente individualização das sociedades contemporâneas levou os homens a abraçar novos desafios. Mas, se muitos homens estão a tentar encontrar novos lugares na vida familiar, outros acabam por ficar de fora da família, como que “desfamiliarizados”, ainda que nem sempre a ausência das rotinas familiares ou mesmo das responsabilidades enquanto provedores seja cúmplice de ideais conservadores. Este perfil, socialmente transversal, encontra-se em todos os níveis de escolaridade, em todos os grupos socioprofissionais e etários, em famílias de primeira conjugalidade e em famílias recompostas, talvez ainda em maior número.

Com efeito, identificámos, entre os homens entrevistados uma significativa variedade de trajetórias e de motivações, mas que podemos enquadrar em dois grandes grupos, ambos revelando fraca inclusão no quadro doméstico, no tempo e nos investimentos conjuntos. O primeiro retrata situações que, grosso modo, advêm de dificuldades de integração conjugal e familiar, seja porque se trata de processos de difícil adaptação do homem à família, normalmente associados a dinâmicas de recomposição familiar ou a trajectos marcados pelo desemprego masculino, por exemplo; seja porque se trata de histórias marcadas por problemas de relacionamento conjugal e por desamor. O segundo grupo inclui homens que se encontram pouco

presentes no quotidiano familiar, devido ao auto-centramento nos seus projectos e a uma “masculinidade não domesticada” que legitima a ausência de um espaço doméstico feminizado, resultando em separações de género fortes nas rotinas do dia-a-dia.

Trajectórias de des-integração e masculinidades incertas

No primeiro grupo, encontramos casos como o de Francisco (37 anos, 12.º ano, técnico de informática). Actualmente a viver numa segunda união de facto, Francisco sente grande dificuldade em adaptar-se às rotinas da nova vida conjugal. A verdade é que a sua companheira e os seus três filhos tinham já rotinas bem definidas antes de Francisco fazer parte da nova família. Neste sentido, Francisco continua ainda hoje a ver-se como um estranho numa família que é hoje também a dele.

Uma situação semelhante é vivida por Paulo (32, anos, ex-toxicod dependente, 10.º ano). Actualmente desempregado, Paulo é sustentado pela mulher, que passa metade do ano fora de casa em virtude do seu trabalho num barco norueguês de passageiros. Nos períodos que ela está ausente, Paulo tenta, ainda que tibiamente, tomar conta da casa, do filho e do enteado, mas acaba por se afastar rapidamente das responsabilidades familiares, delegando-as nas suas próprias irmãs, a quem recorre em busca de apoio. Para Paulo acaba por ser mais importante usufruir do tempo livre que a sua situação de vida lhe permite, investindo nas saídas com os amigos e noutras actividades pessoais. No meio dos pares e no mundo das sociabilidades, Paulo reencontra a identidade positiva que não é capaz de obter através do trabalho remunerado ou sequer de um maior envolvimento nas rotinas familiares.

Um terceiro caso interessante, que narraremos com maior detalhe, é o de Henrique, homem de 53 anos, licenciado e arquitecto. Henrique teve uma trajectória assinalada por várias rupturas e recomposições: vive actualmente uma quinta experiência conjugal (que é o seu segundo casamento oficial) com uma mulher 13 anos mais nova e com uma filha de uma anterior relação, actualmente desempregada, a estudar no 10.º ano. Os seus dois filhos nasceram precisamente desses dois casamentos, o primeiro e o actual. Ao contar a sua história, descreve relações conjugais algo instáveis, em que nunca foi realmente capaz de encontrar o seu lugar. As dificuldades de ajustamento pessoal são, porém, particularmente acutilantes quando se refere à actual conjugalidade. Como ele próprio nos diz, reflectindo sobre as dificuldades relacionais nas conjugalidades contemporâneas:

... Agora, não é fácil, nos nossos tempos, ainda hoje... Nos nossos tempos de hoje, lá no tempo em que eu estou a falar; portanto há 20 anos, ainda menos. Estabelecer esse tipo de relação com uma mulher. Sabia que isso era importante para a vida e pá, digamos assim, pá, pá, para o crescimento da, da pessoa. Ser capaz de ser livre e assumir isso. Mas depois, como é que isso se faz? Não é? Porque, todos os modelos que eu tinha, herdados da minha, dos meus queridos pais, não tinham nada a ver com isso e eram o modelo tradicional do casamento e dos filhos e do... Percebe? Portanto, eh, eh imagine a confusão que não ia na minha cabeça, não é? Ahhh.(...) Eu acho que a gente de facto está muito mais embrulhados nos modelos em que nasce e em que é educado, do que propriamente aqueles que a gente fabrica e que é capaz de entender.

Na verdade, Henrique sente uma grande necessidade de autonomia pessoal, desejo que cresceu ao longo do seu atribulado percurso conjugal e familiar. Henrique casou pela primeira vez aos 21 anos, casamento que apenas teve lugar devido à pressão exercida pelos pais e pelos sogros. Como explicitamente afirma: *casar foi uma forma de os nossos pais de alguma forma nos arrumarem devidamente face aos olhos da sociedade.* Depois de onze anos de casado, Henrique divorciou-se e iniciou uma nova fase da sua vida marcada por várias relações *livres de compromisso.* Voltou, contudo a casar aos 32 anos com a sua actual mulher, na altura já mãe de uma criança de 3 anos. As dificuldades de relacionamento entre o casal conduziram Henrique a uma nova separação. Apaixonado por uma colega de trabalho, Henrique deu assim início a uma nova experiência conjugal que viria a terminar cinco anos depois devido a desacordos graves entre ele e a companheira. O facto de não querer ser novamente pai levou Henrique a terminar a relação, acabando por voltar a viver com a sua segunda e actual mulher. No entanto, apesar da longevidade da relação, Henrique considera-a em risco, chegando mesmo a afirmar que já desistiu. Actualmente precisa de pensar em si próprio, afirma:

O que não desisti foi de... Digamos, no fundo, hoje é um pouco, é ver um pouco a relação como um como um projecto mais solitário, menos..., talvez mais autónomo, do que via até agora... Acho que eh, eh, é um pouco... olhar para a... para a minha vida e para as minhas relações, de uma forma menos eh, digamos, esperando menos do outro. É. É mais isso. E, portanto, construir um projecto comum ou há essas condições ou se não há e eu tenho, eh, não tenho encontrado essas condições. Ahhh. Digamos, também tem havido, tem-se gasto muito tempo, digamos, numa digamos, numa, em conseguir que a própria relação ultrapasse questões muito importantes como a confiança. Porque, ahhh como deve calcular, a retoma de uma relação, não é? Que foi interrompida durante 5 anos por outra relação...

Na verdade, além dos aspectos inerentes à própria história atribulada do seu casamento, Henrique considera que a mudança nas relações de género e no

lugar das mulheres representa um enorme desafio a enfrentar, sentindo-se obrigado a uma reconstrução de si próprio, na tentativa de encontrar uma forma mais moderna de estar na família, mais independente do próprio compromisso a dois. Mais do que uma vez, no balanço que faz da sua larga experiência, define a sua própria trajectória como estando em colisão com o modelo tradicional de família e de masculinidade. Parece-lhe, portanto, que os investimentos na vida familiar têm necessariamente de ser mais limitados do que as expectativas criadas pela tradição deixariam supor. O poder acrescido das mulheres, apesar de descrito de forma globalmente positiva, constitui para Henrique uma razão de fundo para explicar maior instabilidade das relações conjugais. Como refere:

Considero que as mulheres hoje são, cada vez mais, o centro de gestão de, de poder. De informação e de, de, das relações que se passam numa determinada comunidade. Pela forma como se ligam às pessoas, pela forma como trabalham as relações. (...) Para mim a entidade casal era... Digamos que para mim era a entidade mais potente enquanto eles estão de acordo, se eles não estão de acordo são, são a maior desgraça que pode acontecer a um indivíduo. Porque o outro tá sempre a minar toda a força que ele tiver. Percebe? E é isso que eu começo a encontrar.

Para Henrique, as mudanças operadas na vida familiar e no papel das mulheres, mais activas e exigentes, deixa os homens a braços com desafios muito difíceis, para ele praticamente irresolúveis. Daí a sua *fuga* de um maior envolvimento na vida conjugal e familiar. Sem o suporte normativo dos modelos do passado, hoje incapazes de oferecer aos homens um guião de comportamento adequado enquanto maridos e pais, Henrique sente-se incapaz de encontrar um lugar próprio no seio da vida privada. Face às incertezas do presente, prefere assim desistir. Como faz questão de acentuar:

... é uma questão que eu acho que tem a ver muito com o nosso tempo. Os homens não estão preparados, não estão preparados para (...) E os homens (...) já não sabem ser homens, logo primeira coisa que os atrapalha. O que é isso, ser homem? Faz-se o quê? Faz-se como? Não é, não é nada fácil. (...) nas relações, o papel de cada um é, está cada vez mais complicado, e eu digo complicado também para as mulheres. O facto delas assumirem as posições que assumem não é impunemente. E, portanto, tudo isto são facturas que se vão pagando, não é?

Autocentramento e desfamilizalização da masculinidade

Na segunda situação encontramos histórias conjugais e familiares como as de Nicolau ou Marcelo, que brevemente reconstituímos.

Nicolau, de 30 anos, 9.º ano, estafeta de distribuição de documentação, é casado há 6 anos, pela primeira vez. Casou pela igreja depois de 8 anos de namoro (ele tinha 16 anos) porque a mulher engravidou, apressando assim a entrada na vida conjugal e na parentalidade. Nicolau teve dificuldades em integrar-se na dinâmica familiar, em grande medida, porque privilegiava um estilo de vida mais autocentrado, sem cortes marcados com os tempos de solteiro. O tempo fora de casa e sobretudo aquele que dedicava às sociabilidades e saídas com amigos foram sempre uma peça fundamental da sua forma de vida, limitando-lhe o tempo para a família, para participar nas tarefas da casa e nos cuidados com os filhos. O seu quotidiano doméstico acabou assim por pesar nos ombros da mulher, tornando-se evidentes as separações de género, irreconciliáveis com o seu estilo de homem ausente. Presentemente, encontra-se fase de transição em que procura integrar-se mais no casal e na família nuclear, devido a pressões da mulher para que ele mudasse a sua maneira de agir na família. Nicolau acaba, ao nível do discurso, por se mostrar extremamente dividido entre um ideal de família fusional e cooperante, que não consegue concretizar nas práticas, e o centramento em si próprio. Fala reiteradamente do seu esforço, sobretudo nos últimos tempos, para mudar e *estar na família*: sem dúvida, a inclusão é, para ele, uma luta difícil. Sente, pois, que teve que abdicar de muita coisa para dedicar mais tempo à família (só ficou com as sociabilidades desportivas de sábado).

Por seu lado, Marcelo, de 38 anos, com o 11.º ano de escolaridade, é empresário (é vendedor de óptica), com sucesso financeiro, auferindo francamente mais do que mulher. Casou pela primeira vez há 13 anos. Depois de um namoro de 9 anos, casou pela Igreja aos 24 anos e foi pai 5 anos mais tarde. A sua trajectória precoce de integração conjugal não se traduziu, todavia, numa grande inclusão na família, no presente. A responsabilidade da gestão quotidiana da família é exclusiva da mulher, enquanto ele se dedica à vida profissional, esfera extremamente importante na sua realização e identidade. Aliás, ele (até porque ganha bastante mais do que a mulher) sente-se o principal ganha-pão da família, dimensão importante da masculinidade e das relações de poder no casal. No quotidiano, valoriza o espaço pessoal, está muito pouco tempo com a família e não participa nas tarefas, acha que não se deve contar tudo, muito menos infidelidades (que só existem se o outro souber delas). Para ele, é importante a mulher estar bem adaptada às suas necessidades pessoais: chega a compará-la a um sapato confortável que lhe serve no pé, frisando as suas capacidades como esposa e mãe. A passagem de um modelo de homem livre para um de homem com família (neste caso, claramente o providenciador) é recordada como uma transição muito difícil para a estabilidade e a

responsabilidade. Responsabilidade que, no entanto, não implica lógicas centradas na co-presença e na cooperação doméstica. Até, porque a visão de género que tem do casal e da família é extremamente tradicionalista desse ponto de vista: homem e mulher têm papéis e esferas diferenciadas de acção. Contudo, Marcelo é familialista, novamente apelando a um quadro institucionalista de família. Hoje em dia os filhos são apresentados como essenciais, a razão de ser da família e as reacções negativas face ao divórcio advêm precisamente dessa visão familialista.

Conclusões

Num contexto em que profundas mudanças atravessam a sociedade portuguesa, alterando a geografia tradicional das relações de género, este capítulo teve como principal objectivo “entrar no lado de dentro da vida conjugal e familiar” a partir de um ponto de vista masculino, investigando com detalhe as práticas e as identidades diversificadas dos homens, hoje a braços com os desafios impostos por novas formas de masculinidade. Face ao movimento de erosão de um modelo de família institucionalista, encabeçado pela autoridade masculina e pela figura do homem ganha-pão (o *provedor*), bem com ao incremento de valores companheiristas de igualdade, negociação, afectividade, importava escutar as histórias e as vozes dos homens, cônjuges e pais, aferindo da sua participação na família e dos seus valores, bem como das suas dificuldades e tensões.

Uma primeira conclusão a salientar prende-se, efectivamente, com a grande diversidade de formas de construir a masculinidade na família, encontrada entre os 37 homens cujos percursos e afirmações analisámos. Consoante os contextos sociais, as gerações, os capitais herdados e adquiridos, a socialização na família de origem e os tempos de integração conjugal e parental, a trajectória pessoal e familiar, o tipo de família actual (recomposta, de primeira conjugalidade, união de facto, casamento, com muitos ou poucos filhos), variam também as maneiras como os homens se incluem na dinâmica familiar, as formas como pensam a sua autonomia, o grau de colagem da identidade à família. Por outro lado, uma segunda ideia importante deve reiterar a relação umbilical entre família e masculinidade, como advogámos na introdução deste capítulo.

À semelhança das mulheres, os homens são, também eles, protagonistas das transformações operadas na vida familiar e nas relações sociais de género, muito embora as mudanças verificadas estejam longe de seguir um padrão

único. Por um lado, a conjugalização de vida familiar centrada nos afectos, na cooperação, na inclusão quotidiana, numa parentalidade/paternidade activa veio desafiar os homens a construir uma masculinidade mais “familiarizada”, mais incluída nas dinâmicas da vida privada. Por outro lado, a individualização crescente de uma família orientada para a realização dos seus membros e a autonomia entre o casal e entre pais e filhos tem-se também traduzido na busca de um lugar próprio e de uma identidade masculina autónoma na vida familiar. Muitas vezes, como vimos, a incapacidade de enfrentar a mudança ou de reconstruir uma masculinidade mais paritária na vida de casal e na relação com os filhos leva os homens a desfamiliarizarem-se, a encontrarem na ausência do quotidiano familiar a única forma de construção de uma identidade positiva. Evidentemente, estes movimentos de mudança, assinaláveis nas histórias familiares dos homens, estão longe de ser lineares, homogêneos ou de se conformarem ao simples binómio entre tradicional e moderno. Existem, como se verificou, homens e famílias bastante institucionalistas entre os nossos entrevistados. Além disso, as diferenciações de género continuam a manifestar-se em várias frentes, não só as das desigualdades objectivas (como as de horas de trabalho profissional, as de nível salarial, as existentes na divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças), mas também as que advêm de concepções profundamente incorporadas sobre a feminilidade e a masculinidade. Contudo, é sobretudo através de uma *bricolage* de referências (Beynon, 2002) que os homens renegoceiam os seus poderes e papéis tradicionais.

A maioria dos homens, mesmo os mais modernistas e igualitários, não ultrapassam a associação do feminino à maternidade, revelando aí algumas das tensões colocadas ao acto de “ser pai”. Muitos deles encontram-se divididos entre a responsabilidade de prover a família e a de ser companheiro (embora se trate mais de um “providenciador”, que aceita a ajuda da mulher no trabalho pago, do que de um homem provedor no sentido mais tradicional das categorizações de género). Outros lutam para se incluir na família, vencendo o auto-centramento, conforme aos cânones da dominação masculina, em si próprios. Outros, ainda, gerem, de forma frequentemente ambivalente, a relação entre autonomia, inclusão familiar e igualdade conjugal, evidenciando desigualdades conjugais menos habituais e identidades feitas da cumplicidade de categorias quase antagónicas. De uma ou de outra forma, a existência de mudanças nos lugares dos homens no casal e na família deve ser assinalada como tendência relevante na sociedade portuguesa actual.

Neste sentido, identificámos, primeiramente, um movimento de construção do casal fusional, sinalizando, como comentam alguns autores (Elias 1993;

Giddens 1996), o distanciamento face a uma matriz de família instituição no seu sentido mais tradicional, a favor de tendências de inclusão do homem no domínio privado. Este é também, do ponto de vista das identidades masculinas, um movimento do “homem providenciador” para um “homem companheiro”.

Nesta linha, encontramos, primeiro, homens com visões institucionalistas e “genderificadas” da família, em que o casal é entendido como relação de género, embora dificilmente se encaixem no modelo de ganha-pão masculino ou no de família autoritária e desprovida de afectos. A separação tradicional dos géneros, prevalecente na organização do quotidiano, sofre já os efeitos da primazia simbólica dada ao casal afectivo e fusional, abrindo brechas para a mudança. Do ponto de vista das orientações normativas, o casal é, indubitavelmente, uma “aliança de género”. Neste âmbito, o homem vive para e pela família, mas assume-se primeiramente como um “providenciador”.

Uma segunda dinâmica é bastante semelhante às famílias bastião, e mais tarde às famílias *cocoon*, identificadas por Kellerhals *et al.* (1982, 2004). O casal é visto como uma unidade onde se juntam recursos, tempos quotidianos, projectos e identidades; a sua primeira finalidade é claramente a formação de uma família com filhos, o “nós” privilegiado acima do indivíduo e mesmo do casal. As diferenças entre homens e mulheres continuam a fazer parte do funcionamento interno da família, materializando-se na divisão das tarefas e nas diferentes competências da maternidade e da paternidade. No entanto, ao contrário do caso anterior, a palavra “ajuda” já aparece integrada no vocabulário (e nas práticas) dos homens. Todavia, apesar de todas as mulheres terem profissões remuneradas, estes homens sentem-se como principais responsáveis pelo sustento da família: o trabalho delas é visto sobretudo como um apoio, um apoio importante e imprescindível, que os tempos actuais exigem, mas, apesar de tudo, um apoio ao “papel masculino”, ainda o principal ganha-pão.

Um terceiro estilo de casal fusional (de matriz companheirista, mais paritária, modernista) acentua, em linhas gerais, o pendor relacionalista da conjugalidade e um maior o esforço de inclusão do homem na família. Estes são homens cujos discursos apelam a uma representação de si como cônjuges e pais afectivos e igualitários, apresentado como sua a grande batalha da inclusão masculina na dinâmica familiar. A entrada masculina na vida privada já não é a de um homem que quer ajudar a mulher no desempenho das suas competências femininas, continuando, em grande medida, a ser-lhes estranho, mas a de um homem que assume o esforço de construir uma identidade

multifacetada. Do ponto de vista simbólico, as diferenças de género reduzem-se, e nas práticas quotidianas encontramos homens mais participativos, embora sobrevivam desigualdades salariais e cargas horárias de trabalho profissional maiores para eles do que para elas. São também homens que, ao contrário dos casos anteriores, mais vinculados a meios populares e a baixos capitais escolares e sócio-profissionais, podemos encontrar em qualquer meio social, denotando a transversalidade dos ideais companheiristas. De uma forma geral, a construção do casal fusional, conjugalizado e voltado para o grupo familiar, constitui uma tendência importante de desinstitucionalização da família e, mais ainda, de inclusão masculina na vida privada. Constitui, em traços gerais, um verdadeiro movimento do “homem-provedor”, institucionalista e regulador, para o “homem companheiro”, relacionalista e democrático, como os que aqui procuramos descrever. De facto, estes homens definem-se mais claramente como “companheiros”, distanciando-se do “homem providenciador”, um estilo de provedor modificado pela aceitação do trabalho feminino, que encontramos entre os nossos entrevistados.

Num segundo momento, identificámos um outro movimento importante na construção da família e da masculinidade. Retratando agora processos de individualização no seio da família, vislumbramos um movimento do “homem familiar”, acima de tudo empenhado na vida da sua família e na gestão da relação, mais ou menos cúmplice ou tensa, entre uma identidade de providenciador e uma de companheiro, para o “homem indivíduo”, orientado para a realização de si e a autonomia individual, ainda que o casal e a família continuem a representar instâncias centrais de bem-estar pessoal. O “homem indivíduo”, inserido em conjugalidades associativas, pretende conjugar o estar no casal e na família de forma empenhada com a vida pública, com a realização de si noutras esferas. Ora, esta observação em profundidade permitiu-nos identificar vários estilos de construção do casal associativo, em cada um deles identificando traços particulares e também formas diferenciadas de relação entre autonomia, igualdade conjugal e identidade social. Sem dúvida, reiterando conclusões de outros estudos vale a pena voltar a sublinhar a relação entre elevados capitais escolares e conjugalidades associativas.

Contudo, na maioria dos casos, o casal associativo, em que o homem encontra espaço para construir uma masculinidade individualizada pauta-se pela desigualdade de género. Ao contrário do que sugere o ideal-tipo paritário que identifica habitualmente este modelo, a ênfase na autonomia é muitas vezes cúmplice de lógicas pouco igualitárias. Uma primeira lógica enfatiza, então, a justaposição entre o “investimento masculino na carreira profissional”,

exigente de uma grande autonomia pessoal, e dinâmicas de maior fusionalidade conjugal. Esta junção, algo híbrida, de termos pretende salientar a cumplicidade entre lógicas individualizadas de investimento em si e na carreira profissional em detrimento de um maior tempo de co-presença no seio da vida familiar e doméstica, e lógicas fusionais de valorização da integração conjugal, do projecto de paternidade, bem como de uma inserção profunda na família alargada, nas relações de parentesco. Do ponto de vista da identidade masculina, as divisões também são observáveis, entre um homem voltado para fora, para si próprio e o seu projecto de carreira, e um outro homem que carrega sentimentos de culpa por sobrecarregar a mulher, por não estar mais tempo com os filhos, por não se ter ainda livrado de todos os machismos incorporados ao longo da vida. Um homem que quer ser companheiro, mas que não deseja prescindir de si próprio em prol da família. Trata-se aqui, ao contrário, das tendências precedentes, das tensões entre um companheirismo incluso na família, no seu dia-a-dia, e o investimento na individualidade, na realização do homem enquanto indivíduo público.

Um segundo perfil identifica conjugalidades de estilo “associativo desigual”. Aqui, o investimento em si próprio é normalmente cúmplice de uma dinâmica profundamente marcada pela desigualdade de género. Fundado em orientações para a autonomia individual e em práticas consentâneas com esse acento forte na realização pessoal, além das gratificações obtidas na vida familiar, este tipo de casal não deixa de albergar significativas desigualdades conjugais. Na verdade, o projecto de realização de um dos cônjuges torna-se dominante, acabando o outro por servir de suporte à estratégia individualizada do primeiro. Reafirma-se, por conseguinte, que dinâmicas fundadas em formas modernistas de autonomia podem albergar desigualdades menos habituais numa leitura de género. A própria construção da identidade masculina foge, nestes casos, à codificação mais habitual das relações sociais de género. Nuns casos, é o homem que domina no cenário doméstico, invertendo as relações de poder tradicionais entre os géneros e tornando suas competências tradicionalmente femininas. Assim retirando, portanto, poderes tradicionais às mulheres, masculinizando-os ou feminizando-se a si próprio. Noutros casos, domina-se também na vida pública, acumulando poderes e sobrepondo categorias e responsabilidades numa estratégia de reconstrução da dominação masculina tradicional: agora a dominação que acaba por ser exercida estruturando um casal desigual faz-se através de novos encontros entre categorias de género. Trata-se de um homem, que à laia do que sucede com muitas mulheres, pretende construir uma identidade multi-facetada, incorporando competências femininas, mas mantendo a autonomia enquanto traço profundo da masculinidade.

De uma forma ou de outra, parece ser difícil para os homens, sobretudo em quadros modernistas de construção associativa do casal, gerirem as múltiplas referências com que se confrontam. Sentem as tensões que advêm, por um lado, do abandono de masculinidades tradicionais centradas no provedor, na autoridade e numa ética de responsabilidade, a favor da igualdade de género e da reconfiguração de si na família; sentem, por outro lado, as dificuldades em “colar” várias referências de masculinidade, debatendo-se com variadas ambivalências e inversões das relações de género tradicionais. É um homem que se feminiza, por um lado, acumulando poderes femininos tradicionais (apesar de uma última barreira imposta pela simbologia da maternidade), é um homem que torna femininas categorias tradicionalmente masculinas, é um homem que sente tensões ao tentar ultrapassar o hiato entre valores e práticas de desigualdade no casal. Como vimos, lembrando o caso de Filipe, a relação de desigualdade não pende sempre para o lado feminino; no caso, era ele quem assumia um lugar tradicionalmente feminino, obrigando-se a reinventar uma identidade.

Um terceiro perfil de casal associativo (o “associativo forte”) assenta, por outro lado, numa declaração forte de autonomia individual acompanhada de maior paridade entre o casal. Estas conjugalidades distinguem-se pela simultaneidade de autonomias, a do homem e a da mulher, ambos claramente orientados para o investimento em si através da inserção na vida pública (numa carreira de sucesso). Na vida privada predomina a negociação: mais do que valorizar o consenso, os cônjuges acentuam as maneiras de fazer individuais. Na relação a dois, na relação com os filhos, valoriza-se a especificidade de cada um dos membros da família e procura-se organizar o quotidiano sem que excessivas concessões pessoais ameacem a afirmação da individualidade. Em suma, são estas as conjugalidades mais próximas de um ideal de família de dupla carreira, orientada para valores modernistas de autonomia.

No entanto, este estilo de conjugalidade não está isento de tensões, nomeadamente as que se encontram na relação entre autonomia, igualdade conjugal e construção da identidade masculina. Apesar dos valores modernistas, as identidades masculinas aparecem divididas entre um modelo de homem companheiro, incluso nas dinâmicas da partilha conjugal (pelo menos no trabalho) e numa paternidade activa e presente, e traços mais tradicionalistas da masculinidade. Não se trata de uma dualidade entre o “homem providenciador” e “o homem companheiro”, como sucede em várias histórias familiares masculinas, mas de tensões geradas através do cruzamento entre referências diversas de masculinidade. Acabamos por vislumbrar o confronto entre o “homem predador”, referência central da masculinidade hegemónica, e o

“homem igualitário”, a braços com uma luta de categorias simbólicas e também de estratégias quotidianas. Estes são processos complexos e dificilmente classificáveis através de uma oposição simples entre tradicional e moderno. Mostram uma das facetas, e muito provavelmente, uma das dificuldades enfrentadas pelos homens na definição de si em contextos sociais de multiplicidade de referências simbólicas.

Por último, identificamos situações menos conformes aos cânones da autonomia modernista (relacionalista, democrática, idealmente igualitária), e retratamos casais cujo quotidiano é vivido de forma bastante separada, prevalecendo essas dinâmicas de separação na organização dos recursos, nos projectos, nas concepções de si mesmo. Estes casais de estilo paralelo, em que o homem surge com uma identidade “desfamiliarizada” surgem no presente como produto de variadas trajectórias conjugais e individuais: associadas à recomposição familiar, ao desemprego masculino, a uma determinada história afectiva do homem entrevistado. Demonstram, sobretudo, uma tendência importante no retrato dos homens na vida familiar, assinalando as dificuldades de inclusão sentidas, no masculino. Muitos homens encontram-se frequentemente bastante “fora” da família, revelando fraca integração familiar e doméstica. Este é um perfil socialmente transversal: encontra-se em todos os níveis de escolaridade, em todos os grupos socioprofissionais e etários, em famílias de primeira conjugalidade e em famílias recompostas. Na verdade, estes homens não são nem provedores, no sentido tradicional do termo, nem companheiros, antes buscando realização pessoal e mais-valias identitárias em esferas alternativas à família e mesmo ao trabalho, em alguns casos. A incapacidade em encontrar um lugar no seio familiar e o centramento em si mesmos constituem elementos cruciais para compreendermos a falta de participação masculina na vida familiar. À laia do que sugere Therborn (2004) ao reportar-se à erosão do sistema patriarcal, a incapacidade de muitos homens em lidarem com a perda dos poderes que lhes eram reservados na vida privada (e na vida pública) pode promover a busca de outras formas de poder, à margem dos códigos tradicionais da responsabilidade masculina na família ou dos modernos valores da inclusão, da partilha e da igualdade.

Em suma, no presente a vida familiar constitui um cenário dinâmico, marcado pela mudança no lugar tradicional dos homens. Contudo, como procurámos demonstrar, a recusa dos esquemas tradicionais da dominação masculina não se traduz nem num estilo de família predominante, nem numa masculinidade inteiramente redefinida por novos valores de companheirismo, afectividade e igualdade. Na maioria dos casos, prepondera uma negociação difícil entre novos e velhos traços. Muito frequentemente, a família e a masculinidade

transportam caracteres híbridos. O declínio do “homem provedor e autoritário” tende, antes, a promover a justaposição de diferentes valores e diferentes práticas, à medida que o ideal de um homem cuidador vai sendo incorporado na velha ética da responsabilidade masculina e na figura de um homem ganhador e guia da família.

Capítulo 6 Os discursos de género: Mudança e continuidade nas narrativas sobre diferenças, semelhanças e (des)igualdade entre mulheres e homens

Maria do Mar Pereira

Os processos de (re)produção¹ social da diferenciação entre mulheres e homens e as desigualdades que esses processos configuram e legitimam são objectos de estudo complexos e multidimensionais, que podem – e devem – ser problematizados a partir de diferentes perspectivas e em função de distintos níveis de análise. O projecto de investigação cujos resultados e conclusões se apresentam neste livro tomou esse pressuposto como uma das suas principais linhas orientadoras, e nesse sentido envolveu um esforço sistemático de combinação de distintas abordagens analíticas e de exploração de diversas portas de entrada na problemática da vida familiar no masculino.²

Em todos os capítulos desta obra se evidencia a forma como as masculinidades nas famílias portuguesas são (re)construídas e (re)significadas ao nível das práticas (de divisão do trabalho doméstico e cuidados às crianças, de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, de utilização das licenças parentais previstas pelas políticas de família, para indicar apenas alguns exemplos), das representações (sobre qual é a forma ideal de construir e organizar uma família ou sobre os papéis e responsabilidades que devem caber aos seus diferentes membros) e das identidades (nas suas múltiplas configurações: identidades como homens, pais, maridos ou companheiros, filhos, profissionais, entre outras). Todavia, aos importantes níveis de análise de práticas, representações e identidades, é possível adicionar um outro, também ele fundamental para a compreensão da (re)produção social das masculinidades: o dos discursos.

É nesse nível de análise que se foca o presente capítulo, que se propõe descrever e discutir os modos como os homens participantes no estudo falaram de diferenças, semelhanças e desigualdades de género no contexto das entrevistas, e como usaram esses discursos para projectar uma certa imagem de si. O que aqui se pretende é conceptualizar a diferenciação de género como

¹ Recorro a esta grafia – por exemplo em (re)produção ou (re)configuração – como estratégia para realçar o carácter dinâmico destes processos e tornar visíveis as suas dimensões de continuidade e mudança, entendidas aqui não como dimensões opostas e mutuamente exclusivas, mas sim articuladas e indissociáveis.

² Ver Introdução.

uma construção em parte discursiva, isto é, como uma diferenciação que é mantida, reforçada, legitimada, transformada ou minimizada não só através de práticas, representações e identidades, mas também através dos discursos que sobre ela são directa ou indirectamente produzidos pelos indivíduos em diversas situações de interacção.

A análise da (re)produção discursiva da diferenciação de género: Pressupostos e objectivos

Quais são, então, os pressupostos e objectivos de uma análise que toma os discursos sobre género como objecto de estudo e ponto de partida para uma exploração das masculinidades? E de que forma vão ser lidas e interpretadas, no âmbito dessa análise, as entrevistas conduzidas neste projecto? Estas são questões que importa discutir logo à partida, de forma a clarificar o enfoque da reflexão que aqui se apresenta e explicitar as suas ligações com os restantes capítulos do livro.

Como salienta Faria, “[c]ada discurso é um acto de produção e, simultaneamente, um meio de reprodução de valores adquiridos sobre o género” (1986, pp. 549). De facto, podemos dizer que é em parte através da linguagem e da produção quotidiana de discurso que se marcam diferenças, semelhanças e hierarquias entre indivíduos e grupos com base nas categorias de masculino e feminino, se invocam e impõem normas de género, ou se (re)configuram e legitimam relações de desigualdade e poder (Cameron, 1999; Goddard e Patterson, 2001; Mills, 1997; Nogueira, 2001). Aquilo que os indivíduos dizem sobre diferenciações de género ou, colocando a questão de outra forma, o modo como os indivíduos convocam diferenciações de género naquilo que dizem, é uma dimensão central dos processos de construção social do género. Estudar esta dimensão implica centrar a análise em situações de interacção de âmbito microsocial e perguntar que categorias e estratégias de argumentação são utilizadas em discursos específicos (individuais ou institucionais, falados ou escritos) sobre género, e quais são os objectivos e efeitos dessa utilização.

Numa análise como a que aqui se propõe, os discursos são conceptualizados como instâncias de produção contínua do género. Isto significa que se reconhece que os discursos individuais são estruturados, em larga medida, por sistemas simbólicos relativamente estáveis que dão sentidos (assimétricos) às categorias de feminilidade e de masculinidade (Amâncio, 1992, 1993, 1994; Bourdieu, 1999), mas se encaram esses discursos como mais do que produtos directos e necessários destes sistemas. Os discursos

sobre género não se limitam a reflectir uma diferenciação pré-existente; eles contribuem activamente para construir essa diferenciação e, nesse sentido, “fazem género” (West e Zimmerman, 1987). Como salienta Connell, “gender difference [is] *situational*, (...) created in some situations and ignored or overridden in others. Gender difference is not something that simply exists; it is something that happens, and must be made to happen; something, also, that can be unmade, altered, made less important” (2002, pp. 13-14, *itálico* no original). É em parte através da sua mobilização recorrente – mas variável – nos discursos, que a diferenciação de género assume existência enquanto eixo de categorização e desigualdade significativo, saliente e relevante.

Numa análise deste tipo é também fundamental ter em conta o papel activo dos indivíduos na produção de discursos. Tem sido demonstrado que os processos de socialização na ordem de género dominante modelam as representações individuais (Connell, 1987) e que as normas (formais ou informais) que regulam a interacção em cada contexto, instituição ou grupo fazem com que determinados discursos de género sejam avaliados como mais normais, correctos e aceitáveis do que outros (Sunderland, 2004). Neste sentido, é possível dizer que os discursos individuais são condicionados pelas estruturas materiais e simbólicas no seio das quais são produzidos. No entanto, mulheres e homens são mais do que receptores passivos de uma socialização *genderizada* e *genderizadora*, reproduzindo mecanicamente nos seus discursos as crenças dominantes sobre masculinidades e feminilidades. Os indivíduos envolvem-se e investem activamente na negociação discursiva dos significados e fronteiras das diferenciações de género (Gerson e Peiss, 2004), num processo que tem uma forte dimensão performativa (Butler, 1990). Ao usarem certas categorias, subscreverem determinados argumentos ou distanciarem-se de certas posições nos seus discursos sobre género, os indivíduos podem gerir a imagem que apresentam de si numa interacção: por exemplo, para tentarem ir ao encontro daquilo que consideram ser a postura mais desejada, respeitada ou vantajosa num dado (con)texto (Rocha e Ferreira, 2002; Skeggs, 1997). Deste modo, os discursos sobre género podem ser perspectivados como um dos recursos utilizados de forma mais ou menos consciente e intencional em performances (ou representações) de masculinidade e feminilidade.

Conceptualizar os discursos produzidos pelos entrevistados como performances não significa encará-los como menos “verdadeiros” ou “autênticos”. Como argumenta Goffman (1959), esta dicotomia entre performances honestas e falsas não é útil em termos analíticos, pois qualquer performance exige um trabalho activo e estratégico (embora nem sempre

consciente) de gestão da apresentação de si. Uma análise discursiva como a que aqui se apresenta não tem como objectivo procurar os discursos de género “verdadeiros” dos entrevistados, pois não considera que cada indivíduo possua um discurso autêntico, integrado e estável, independente das suas manifestações situacionais. O objectivo central é examinar como é que num contexto de interacção específico – neste caso uma entrevista conduzida por uma mulher para um projecto de investigação – os entrevistados expuseram e justificaram argumentos sobre género. O facto de os discursos nas entrevistas serem condicionados pelas características do contexto de interacção em que foram formulados não os torna menos “reais”: todos os discursos são, pelo menos em parte, um produto das condições particulares da sua construção. Como argumenta Francis, “the researcher should not assume that a respondent’s construction in one environment is more or less valid or true than their different construction in another” (2001, p. 70). De facto, é possível (e provável) que os discursos produzidos por alguns destes homens no contexto da entrevista tenham sido diferentes daquilo que dizem quando estão com amigas/os, colegas, filhas/os ou companheiras. No entanto, isso não retira relevância, pertinência e validade às entrevistas enquanto material que nos permite problematizar as estratégias discursivas utilizadas por estes homens para falar sobre género, no contexto de narrativas sobre as suas práticas e identidades enquanto homens, pais, maridos ou companheiros, e profissionais.

Uma análise das entrevistas como aquela que aqui se propõe foca-se fundamentalmente na forma, estrutura e efeitos dos discursos de género de cada entrevistado, procurando estudar como, e com que objectivos, é que esses discursos são construídos e justificados. É, portanto, particularmente indicada para examinar as palavras e expressões concretas que os participantes utilizam ou, mais ainda, para detectar inconsistências, contradições e reformulações nas narrativas de um entrevistado (Lazar, 2005). No entanto, esta estratégia analítica não é tão eficaz ou apropriada como instrumento para definir tipologias de caracterização dos entrevistados em função da sua maior ou menor adesão a posições igualitárias ou para efectuar comparações entre eles segundo diferentes eixos de caracterização sócio-demográfica. Como tal, este enfoque analítico é diferente do das abordagens adoptadas na maioria dos capítulos deste livro, que apostando numa análise minuciosa da diversidade procuraram sistematicamente identificar (ou “tipologizar”) diferentes perfis de práticas, valores e orientações normativas de género. Estas distintas perspectivas entrecruzam-se e complementam-se, e quando são lidas em articulação e diálogo produzem uma descrição particularmente rica e multidimensional

das relações entre processos de (re)construção de diferenciações de género e dinâmicas de (re)configuração da vida familiar dos homens.

Objectos de estudo e eixos de análise

Esta análise de discursos de género toma como objecto de estudo 21 entrevistas em profundidade efectuadas no âmbito deste projecto com homens em situação de família simples, residindo na Área Metropolitana de Lisboa. Procedeu-se a uma leitura pormenorizada da transcrição integral das entrevistas, considerando não só as respostas às perguntas que abordavam explicitamente questões de género (por exemplo, “Acha que existem diferenças entre mulheres e homens?” ou “Acha que deve haver igualdade de oportunidades entre mulheres e homens?”) mas também todos os outros momentos em que os entrevistados fizeram referências directas ou indirectas a diferenças, semelhanças e desigualdades entre pessoas e grupos com base nos conceitos de masculino e feminino. Essas respostas foram examinadas com o objectivo de identificar as categorias que os entrevistados convocam para falar sobre género, mapear as relações que estabelecem entre elas, e estudar o modo como utilizam essas estratégias discursivas para gerir a apresentação de si na situação de entrevista.

O material resultante destas entrevistas, algumas delas extremamente longas e detalhadas, é muito vasto e diversificado e portanto não é possível explorar num capítulo desta dimensão todas as diferentes e pertinentes pistas de análise que esse material pode suscitar. Optou-se, então, por focar a reflexão em três temas distintos, mas estreitamente relacionados, que surgiram de modo recorrente nas entrevistas e parecem desempenhar um papel particularmente central e decisivo na construção discursiva do género.

O primeiro eixo de análise problematiza *os usos das categorias de diferença e semelhança* nos discursos sobre género. Pretende-se aqui estudar o modo como os entrevistados usam estas duas categorias para descrever características, práticas e posições sociais de mulheres e homens, e examinar em que contextos, de que formas e com que objectivos é que os entrevistados realçam e minimizam, legitimam e contestam diferenças e semelhanças entre mulheres e homens. O segundo eixo de análise toma como objecto *os usos das categorias de natural e social*, perguntando como é que os entrevistados recorrem a discursos sobre o que é natural e social/cultural na sua descrição, justificação e avaliação das causas subjacentes às diferenças e semelhanças de género. O terceiro e último eixo centra-se nos *usos da categoria de machismo* e nas

formas como estes se articulam, à luz do vector *modernidade/conservadorismo*, com as formas de apresentação de si dos entrevistados. Os objectivos são estudar como é que os entrevistados demonstram discursivamente a sua adesão a, ou repudição de, diferentes modelos de conceptualização da diferenciação e da desigualdade de género, e também analisar como é que essa adesão e/ou repúdio é utilizada por eles nos seus esforços de gestão da imagem que procuram projectar de si na entrevista.

Estes três eixos serão problematizados detalhadamente nas páginas que se seguem com base em excertos das entrevistas examinadas. A essa análise seguir-se-á uma discussão das principais conclusões deste estudo e dos seus contributos para a compreensão dos processos de construção social de diferenças e desigualdades de género na vida familiar e na sociedade em geral.

Discursos sobre diferenças e semelhanças entre mulheres e homens

Quando se perguntou aos homens entrevistados se consideram que existem diferenças entre mulheres e homens, a maioria disse que sim. As diferenças de carácter físico, em particular ao nível da força e da reprodução, gravidez e amamentação, foram as mais frequentemente referidas.

Há certos trabalhos (...) pesados, mais pesados, é lógico que a mulher não... não vou dizer que tenha a mesma, ou tem mais ou tem menos força que o homem para fazer certos trabalhos.

Alberto

Aí acho que há uma diferença natural entre os homens e as mulheres (...). Não é uma questão de preconceito, é uma questão de a pessoa ter mais força e escusa de estar a fazer a outra partir as costas, quando ele não parte, quer dizer, pega e faz, não é?

Francisco

Penso que as mulheres são mais frágeis para determinados serviços, não é? (...) Porque penso que a mulher que... a constituição física dela é... não sei, talvez a massa muscular seja menos... menos desenvolvida que a dos homens, não é?

Jeremias

A referência recorrente a estas diferenças físicas não significa, no entanto, que os entrevistados falem de mulheres e homens como sendo sempre e necessariamente definidos pela sua diferença. Jeremias, por exemplo, continua o excerto transcrito acima explicando que só em alguns tipos de tarefas é que a constituição física faz a diferença e que em outras – por

exemplo, na vida política – não faz sentido falar de distintas capacidades de mulheres e homens. Tal como Jeremias, a maioria dos entrevistados identifica diferenças entre mulheres e homens mas refere que essas diferenças só existem em algumas áreas específicas e que coexistem com várias semelhanças.

[Bom, vamos falar agora de homens e mulheres. Acha que existem diferenças entre homens e mulheres?] Acho que não. Há homens e mulheres, mas diferenças, a não ser físicas... (...) A não ser... em relação à força, acho que tudo o resto é estúpido, pá. [Então, acha que há capacidades, qualidades diferentes entre homens e mulheres, de alguma maneira?] Capacidades físicas, sim, mas só.

Frederico

Penso que o papel do pai e da mãe é quase indiferente, apesar de haver sempre diferenças, não é, há sempre diferenças, por uma questão até biológica, acho eu, não é? Acho que (...) o pai pode fazer a comida, o pai pode dar banho, o pai pode fazer tudo no fundo, não é, só não pode é dar de mamar quando eles são pequenitos, de resto pode fazer tudo.

Aníbal

Acho que há diferenças. São inevitáveis, pronto, a maior diferença é que são sexos diferentes, não é, e só a partir daí há logo diferenças, não é. (...) Na minha opinião, a nível intelectual, (...) os homens são comparáveis às mulheres e as mulheres aos homens. A nível físico acho que existe uma diferença, o homem é predestinado para ser o mais forte de uma forma natural, acho que isso ninguém prepara esse tipo de coisas, acho que é normal, é da própria constituição física. (...) Mas se as mulheres é que têm filhos, os homens não, as mulheres só por isso já são diferentes dos homens, e os homens só por isso já são diferentes das mulheres, não é, mas nem tudo se resume aos filhos. (...) Portanto dizer que é tudo igual não concordo. Mas também dizer que é rigorosamente diferente também não acho e portanto há semelhanças e há diferenças.

Marcelo

Esta frase de Marcelo sintetiza e ilustra bem uma das principais características das entrevistas analisadas: a diferença de género surge aí como uma categoria fundamental, mas não é sempre a principal lente a partir da qual estes homens falam de mulheres e homens e da sua relação. Quando são questionados sobre a existência de diferenças entre mulheres e homens, em geral ou face a dimensões específicas, a maioria dos entrevistados apresenta discursos que entrecruzam referências a diferenças e a semelhanças. De facto, os seus discursos não reproduzem estritamente um modelo dicotómico, rígido e determinista, em que mulheres e homens aparecem sempre como grupos internamente homogéneos e necessariamente distintos. Isto não quer dizer que esse modelo está ausente dos discursos analisados; são, aliás, muito

frequentes nas entrevistas as generalizações de carácter dicotómico sobre as diferentes características, preferências ou aptidões de mulheres e homens. No entanto, afirmações desse tipo aparecem muitas vezes combinadas com referências explícitas à fluidez, contingência e relatividade dessas diferenças e dicotomias. É isso que acontece, por exemplo, quando os entrevistados afirmam que existe uma diferença entre mulheres e homens, e logo a seguir reenquadram ou minimizam essa diferença explicando que se trata de uma questão relativa porque nem todos os homens ou mulheres são iguais entre si. Vejamos alguns exemplos.

As mulheres (...) são mais caprichosas, gostam de ter as coisas mais arrumadinhas... o homem é capaz, por exemplo, de chegar à gaveta das meias, misturar com as cuecas, e... e vice-versa, e a mulher gosta de ter as coisas todas, uma coisa de um lado, uma coisa noutro... (...) Acho que é já um dom das mulheres, mesmo [ri-se], penso eu. Não serão todas iguais, claro, mas... mas penso que as mulheres são mais cuidadosas nesses aspectos.

Jeremias

Penso que as raparigas têm mais... têm uma maneira diferente de verem dos rapazes. Os rapazes às vezes fazem disparates só porque pronto “vou-me armar em bom ao pé dos meus amigos”, e fazem certo tipo de disparates que depois mais tarde arrependem-se. (...) E as raparigas já vêem as coisas de outra maneira. (...) Apesar de haver raparigas que não, não é, não estou a fazer todos iguais.

Miguel

Se calhar as mulheres são mais vocacionadas para determinadas coisas, os homens são mais para outras, não quer dizer que não haja depois mulheres que se consigam sobressair naquilo que os homens são melhores, e que não haja homens que não consigam sobressair [nas coisas em que as mulheres são melhores].

Marcelo

Os homens têm capacidades para fazer certas coisas que as mulheres também não têm, não é? Ah, e (...) as mulheres têm capacidade para fazerem outras coisas que os homens não têm. Eu, se for à cozinha, não percebo nada daquilo. Ela, se for para o meu trabalho ela não percebe, ela não percebe nada... (...) Há homens que claro que vão para uma cozinha percebem daquilo como... coisa, mas eu não, eu nesse aspecto não.

Jerónimo

A nível, a nível de trabalho há certos trabalhos que por... que o homem pela sua constituição física talvez esteja mais apto para executar essas tarefas, mas também lá está, já não é a primeira nem a segunda vez que há, que há mulheres que o executam.

Nicolau

Um homem, aquelas coisinhas (...) mais a nível de casa, essas coisinhas dos afazeres, um ambiente assim mais de casa, eu acho que se calhar um homem, parte masculina, não esteja mais habituado para essas coisas. (...) [Mas há que] ter em atenção que, pronto, (...) as pessoas também não são iguais umas às outras, e também difere, há sempre excepções quer de um lado quer do outro.

Hélder

[Nós, os homens,] temos em pensamento uma sexualidade, temos uma sexualidade muito mais activa que o sexo feminino, à parte das excepções, e depois também depende da maneira como nós fomos criados para..., desse modo. Então penso que pensamos de maneira diferente das mulheres.

Cláudio

Pronto, uma menina, (...) [quer] bonecas, se calhar não ligam tanto a um carro, mas também há aquelas que ligam. (...) Há sempre, [rapazes e raparigas] têm sempre um sentido [uma preferência em termos de brinquedos], que eles têm, que se a gente estiver com atenção, (...) [vê que] os caminhos são diferentes. [E isso tem a ver com o facto de serem um menino e uma menina?] Exactamente. Agora se fossem dois meninos, se calhar até tinha menos trabalho, porque era tudo igual, quer para um quer para outro. Tendo atenção às excepções. Porque há sempre excepções quer num caso quer noutra. Porque há meninos que gostam de brincar com bonequinhas e com aquelas coisinhas todas e há meninas que se calhar não ligam a nada disso e antes querem um carro ou querem isto, lá está a tal situação, se calhar um carro ou certo tipo de objectos mais atribuídos ao sexo masculino.

Hélder

Nestes excertos, os entrevistados posicionam a diferenciação entre mulheres e homens como um eixo saliente e significativo de caracterização de pessoas e grupos, mas relativizam a sua importância assinalando excepções e variações. A diferenciação de género continua a estar, assim, em primeiro plano, embora conceptualizada de forma menos determinista e abrangente. Há, no entanto, vários momentos em que os entrevistados negam ou minimizam explicitamente a saliência e utilidade da diferença de género como eixo de caracterização. Nos excertos apresentados em baixo, a entrevistadora coloca uma questão sobre a existência de diferenças entre mulheres e homens quanto a uma determinada dimensão. Nas suas respostas, os entrevistados não falam sobre essa dimensão como sendo definida por uma diferença: optam por salientar semelhanças entre mulheres e homens, ou explicar as práticas e aptidões em causa com base em características individuais muito variáveis e não em traços homogéneos e estáveis das mulheres ou dos homens em geral.

[Então, de alguma maneira, acha que há diferenças entre o que os homens e as mulheres procuram nas relações (...) conjugais?] Eu acho que depende de cada, de pessoa para pessoa, pá. Não acho que seja uma coisa pré-escrita que tem que ser assim, que uma pessoa tem que ser assim porque é homem, ou tem que ser assim porque é mulher.

Frederico

[E quem é que em sua opinião deve guardar as crianças quando elas são pequenas?] Qualquer um, tudo depende da aptidão de cada pessoa. Há pessoas que têm mais jeito para umas coisas que não têm jeito para outras. Isso tudo depende da pessoa. (...) Da personalidade da pessoa em questão. (...) [Homem ou mulher?] Seja um, seja outro.

Hélder

[E o que é que acha que é essencial para realização pessoal de um homem?] [suspiro] Não sei, sinceramente, não faço ideia, acho que... (...) Não sei, acho que isso é tudo igual, isso é tudo igual acho que tanto o homem como a mulher têm que ser iguais e não... acho que não há diferenças aí.

Nicolau

[Acha que há diferenças entre homens e mulheres, no que diz respeito a formas de ser, aptidões...] Não. Pronto, a maneira... na parte das maneiras, na maneira de ser... cada coisa é como cada qual. Cada pessoa é como cada... é como é, pronto. Agora, nas aptidões, tanto o homem como a mulher são inteligentes.

António

[E em termos da infidelidade sexual, acha que é diferente num homem e numa mulher?] Talvez pela tal coisa que as mulheres hoje em dia estão a mudar um bocado o papel, do seu papel na sociedade, ahhh... acho que começa a ser igual. (...) Hoje em dia já não é exclusivo do homem, tem muito a ver com a mulher. (...) Mas só há fidelidade se as coisas estiverem bem na relação. Se as coisas não estiverem bem na relação por qualquer motivo – seja de quem seja a culpa, não interessa – ahhh, dificilmente vai haver fidelidade sexual. Isso aí, acho que é para toda a gente. Não é de A, B ou C, acho que é geral.

Zacarias

Examinando o conjunto das entrevistas consideradas, é possível concluir que os discursos de género dos entrevistados assentam numa conceptualização complexa e multidimensional do género, em que se alternam – por vezes numa mesma frase ou resposta – referências ao sexo como um eixo decisivo de caracterização e distinção de indivíduos e grupos, e afirmações que minimizam a centralidade e o efeito determinante dessa diferença. Este é um traço comum a todas as entrevistas, embora seja possível identificar variações entre os entrevistados ao nível da forma como esse traço se manifesta. É entre

os homens mais escolarizados e exercendo actividades profissionais qualificadas que mais explícita e frequentemente se encontram discursos que rejeitam uma conceptualização dicotómica e determinista da diferenciação de género, como vimos também em outros capítulos desta obra. Importa salientar, contudo, que existem excepções a esta tendência geral, sendo possível identificar homens com habilitações académicas e níveis de qualificação profissional baixos que produzem discursos menos centrados na ideia de diferenciação entre mulheres e homens do que entrevistados com uma posição mais alta em termos de escolaridade e classe social.

Compare-se, por exemplo, estas respostas de Adriano, gestor de projectos numa empresa de consultoria com uma pós-graduação em Informática, e de Armando, operário industrial com o 9.º ano. Quando lhes foi perguntado se acreditam que existem diferenças de género, ambos fizeram referências a aspectos em que mulheres e homens são diferentes e aspectos em que são semelhantes. No entanto, Armando dá mais destaque a estes últimos, enquanto Adriano constrói o discurso em torno da ideia de diferenciação e caracteriza homens e mulheres primordialmente com base naquilo que os distingue.

*[Acha que há diferenças ao nível das competências e/ou qualidades, entre homens e mulheres, nalgumas esferas da vida social e pessoal, ou não?]
Já vimos que emocionalmente há e acho que há, que também é mais ou menos ponto assente que a forma de... de, de apreender as coisas, de estar-se ou da forma como o cérebro reage a determinados estímulos é diferente entre homens e mulheres, as memórias são diferentes entre homens e mulheres, ou tendencialmente diferentes entre os homens e as mulheres. Há esse tipo de diferenças mas..., mas são... não há nenhuma incapacidade do ponto de vista cognitivo, nem do ponto de vista de tarefas intelectuais, não há diferenças de capacidade entre homens e mulheres. Têm maneiras diferentes... de reagir neste mundo ou ser mais sensível a determinados estímulos que o outro sexo.*

Adriano

*[Acha que há diferenças fundamentais entre os homens e as mulheres e naquilo que cada um pode fazer e ser?]
Ahm, eu acho que há diferenças, mas pronto... ahm, hoje em dia já não é tanto, pronto, e... vão, hoje em dia já... já se vê as mulheres terem profissões que há uns anos não se imaginava, pronto, eu gosto muito de ver quando vou ou venho ali na [Estrada] Nacional 10, na Rodoviária mulheres condutoras das camionetas..., gosto de ver, há uns anos não se via. (...) Hoje em dia, pronto, a gente vê os casais modernos, pronto, ajudam-se muito e qualquer um faz uma coisa, pronto, antigamente é que havia esses... preconceitos.*

Armando

O estudo dos discursos de género produzidos nas entrevistas ilustra e confirma, como tal, uma das principais conclusões deste projecto de investigação,

amplamente discutida também em vários capítulos desta obra face a outros níveis de análise. Os posicionamentos destes homens face à diferenciação de género combinam elementos de um modelo tradicional e dicotómico com conceptualizações associadas a um paradigma de carácter moderno, que enfatiza a igualdade entre mulheres e homens e reconhece a heterogeneidade interna de cada uma destas categorias. Esta mobilização discursiva de uma conceptualização mais flexível da diferenciação de género pode ser interpretada como um sinal e efeito das importantes mudanças sociais e políticas que se têm verificado em Portugal ao longo das últimas décadas no sentido de uma maior modernização das representações sobre género e família (Wall, 2005a).

No entanto, importa proceder com cautela na avaliação do carácter inovador e transformador destes discursos. Referências explícitas à grande variabilidade individual, às muitas semelhanças entre mulheres e homens, e às várias diferenças entre indivíduos do mesmo sexo podem indicar um enfraquecimento do poder simbólico e normativo da diferenciação de género, e eu argumentaria que é assim que operam grande parte dos discursos analisados. Contudo, há situações em que essas referências podem ser lidas como estratégias de reforço e legitimação dessa diferenciação. Integrar na conceptualização da diferenciação de género o reconhecimento de que ela tem exceções, e de que nem sempre se aplica da mesma forma, permite aos entrevistados continuar, por vezes, a descrever (e potencialmente a hierarquizar) mulheres e homens com base em generalizações dicotómicas, mesmo quando as suas observações quotidianas não confirmam essas dicotomias. Vejamos alguns exemplos disto.

Penso que, em termos globais, acho que é mais isso, as mulheres têm mais 'coiso' para as mulheres, para falar com as raparigas e os homens com os homens. Não era o meu caso, era a minha mãe que falava comigo de tudo, mas pronto...

Miguel

Acho que esse instinto [de querer ter filhos] está mais ligado às mulheres. Quer dizer, também conheço casais que os homens têm mais eles vontade de ser pai do que elas de serem mãe, mas, pronto, mas no grosso modo julgo que é mais natural numa....mais da mulher, não é, esse... esse sentido não é?

Leonardo

A maior parte das vezes eu acho que é a mulher [quem deve ficar com as crianças]. (...) Eu falo por mim, eu falo por mim, de dizer que tentava ficar com a minha filha porque vejo que era capaz tão bem de me ocupar da minha filha que a minha mulher. Portanto, acho que o direito, nesse

aspecto, era igual mas em noventa por centos dos casos acho que é a mulher que deve ficar porque se ocupa melhor; melhor da criança que o próprio marido.

Cláudio

Note-se como Cláudio utiliza essa estratégia discursiva para se posicionar como alguém que contraria uma tendência geral quanto às distintas aptidões de mulheres e homens para cuidar de crianças. Isto permite-lhe subscrever essa diferenciação e apoiar a sua utilização como norma geral de organização das famílias, mas ao mesmo tempo recusar a aplicação desta norma ao seu caso pessoal. Este é um exemplo de como o reconhecimento de que existem exceções às “regras” da diferenciação de género pode ser utilizado para confirmar e salvaguardar essas “regras”, e não para as pôr em causa como acontece no discurso de outros entrevistados. Tal como se refere também noutros capítulos desta obra, os discursos (e as práticas, representações e identidades) dos entrevistados são caracterizados por entrecruzamentos, contradições, articulações e reformulações, que os tornam dificilmente encaixáveis na dicotomia conservadorismo/modernidade, e que ilustram bem o carácter dinâmico e complexo dos processos de negociação do género e de organização da vida familiar no Portugal contemporâneo.

Discursos sobre determinação natural e construção sociocultural da diferenciação de género

Vários autores têm salientado o papel central desempenhado pela dicotomia natural/social na construção da diferenciação de género, demonstrando nomeadamente como é que a naturalização de diferenças, isto é, a sua descrição como factos biológicos necessários e universais, contribui para a justificação e legitimação da desigualdade entre mulheres e homens (Amâncio, 1994; Bourdieu, 1999; Connell, 2002; Cranny-Francis *et al.*, 2003; Entwistle, 1998; Thomas, 1998). Como tal, estas entrevistas foram também examinadas sob um ponto de vista atento à forma como nelas são usadas as categorias de natural e de social. O que se pretendia era estudar como é que os entrevistados, na sua explicação e avaliação de diferenças, semelhanças e desigualdades de género, recorrem a discursos sobre o que é biológico e o que é cultural.

Essa análise das entrevistas reafirma aquilo que observámos relativamente ao eixo anterior: as respostas dos homens entrevistados parecem revelar uma conceptualização multidimensional da diferenciação de género também a este nível. De facto, combinam-se nas suas respostas referências a diferenças biológicas incontornáveis e estáveis com o reconhecimento de

que a diferenciação e desigualdade entre mulheres e homens é, em parte, uma construção social e, como tal, histórica e culturalmente variável.

É quando falam das diferenças entre mulheres e homens no que diz respeito à sua força física que os entrevistados mobilizam mais frequente e explicitamente discursos assentes numa naturalização da diferenciação, como ilustram, por exemplo, os excertos transcritos no início da secção anterior. Essa naturalização é também patente nos discursos sobre a maternidade e a paternidade. Vimos no capítulo anterior (capítulo 5) que os entrevistados fazem frequentes referências à ideia de que existe um “instinto maternal”, isto é, uma relação entre a mulher e a criança que é diferente de, e mais intensa do que, a relação entre o homem e a criança³. As referências ao impacto decisivo da natureza são centrais nesses discursos.

Eu acho que é a própria natureza... Acho que o pai se consegue desligar mais dos filhos do que a mulher: O homem... acho que o homem tem... esta característica, porque... acho que é nato aos masculinos... o macho... qualquer animal, não é? A protecção das crias compete, entre aspas, ao sexo feminino.

Manuel

Os animais ensinam-nos alguma coisa, os gatinhos, recolhem-se, têm os gatos, ali um período, que é da mãe com os filhos. (...) Acho que é um momento... que é mais da mãe, do que propriamente do pai, eu pessoalmente acho, sinto assim, não quer dizer que não apresente isto com uma... a pessoa pode lá estar para a ajudar, não é, se for esse o sentido pode estar, mas é no sentido da ajuda, no sentido da outra pessoa sentir a presença, está ali, está a ajudar.

Francisco

Acho que [uma] mãe dará muito mais apoio a um bebé do que um pai, isso nesse aspecto, mãe é mãe. (...) Porque a mulher nasce com isso já. Acho que a mulher nasce com isso a..., nasce, nasce mesmo já com esse intuito de quando (...) tem um filho a..., não sei, é completamente diferente. Acho que nesse... Acho que só a mulher é que pode explicar.

Nicolau

Porque a verdadeira relação – mas não é, isto não é um problema educacional, acho que é um problema, uma coisa natural – há uma empatia, há um fio condutor que liga a mãe (...). Eu acho que quer seja a criança quer a mãe... precisam uma da outra de uma maneira

³ Embora, importa repetir, se registem variações significativas entre os entrevistados quanto à forma como avaliam a intensidade e duração dessa relação de maior proximidade entre a mãe e a criança: alguns falam de um “instinto maternal” constante e para toda a vida, enquanto outros associam essa ideia a uma fase específica da vida do bebé e afirmam que este instinto tende a esbater-se à medida que a criança cresce. Para uma discussão mais detalhada desta questão, ver partes IV e V deste livro.

*especial, de uma maneira que eu não consigo atingir, não consigo...
perceber; se calhar porque pertença ao outro sexo.*

Filipe

O enraizamento dessa diferença entre sexos numa realidade natural é nítido nestes – e noutros – excertos das entrevistas. Note-se, aliás, como Francisco e Manuel salientam as semelhanças entre seres humanos e animais relativamente a esta questão, assim colocando esta diferença entre mulheres e homens explicitamente fora da esfera do social e cultural. Esse discurso de naturalização é particularmente interessante no caso de Francisco. As suas afirmações transcritas acima foram produzidas no contexto de uma explicação das razões pelas quais não assistiu aos partos dos filhos e não esteve muito presente nos seus primeiros dias de vida. Descrevendo essa prática como natural, referindo-se a ela como algo que *os animais nos ensinam* e acrescentando depois que *a natureza não se engana muito*, é-lhe possível enquadrar como normal, aceitável e até desejável a decisão que tomou, uma decisão que ele admite não ser a mais comum ou valorizada actualmente. Essa utilização de um discurso de naturalização da diferenciação para justificar e legitimar a divisão sexual de certas práticas surge também em algumas outras entrevistas, nomeadamente no que diz respeito aos cuidados em caso de doença dos filhos.

[Quem é que acha que deve faltar ao trabalho, quando as crianças estão doentes?] A mãe. Não, não... porque... isto porquê?, porque... a mulher tem um sexto sentido no... perante a criança. Se ela é que a cria com ela... ainda às vezes vem a febre na... digamos, na Serra da Estrela, já a mãe sente que a criança vai ter febre. (...) [Não faz sentido] a mulher estar no emprego e estar sempre com uma dupla preocupação. Ela está no emprego a pensar no filho que estava doente. E acabava por estar o marido lá a ligar-lhe de casa, “Olha, ele agora tossiu, o que é que eu faço agora?”. Enquanto a mulher, se estiver em casa, é como eu lhe digo, tem um sexto sentido perante a... perante a criança.

António

A ênfase no carácter natural da diferença entre os “sexos” quanto ao “instinto maternal” das mulheres não significa, no entanto, que os entrevistados considerem que a relação de maior intimidade entre a mulher e os filhos é total e unicamente determinada pela natureza. Os entrevistados falam dessa relação como sendo influenciada também por outros factores. No excerto acima, António descreve o *sexto sentido* das mulheres face às crianças. No entanto, salienta também na entrevista que uma outra divisão dos cuidados de bebés reduziria as diferenças entre mulheres e homens ao nível da sua proximidade com os filhos.

Uma criança... principalmente a recém-nascida, por exemplo, (...) se tivesse o pai junto a ele, talvez, ouvisse os dois sons, ele reconhecia tanto o pai como a mãe. (...) E acho que na... numa criança, (...) se ficasse com os dois [o pai e a mãe], talvez amanhã, ou daí a x meses, a criança não fugisse mais para o colo da mãe do que para o colo do pai.

No excerto transcrito acima, também Filipe salienta o grande impacto da “coisa natural” que cria uma grande intimidade entre a sua mulher e a filha de ambos. Contudo, refere depois que o facto de ser ele o principal responsável pelos cuidados com a filha⁴ cria uma proximidade entre os dois que é diferente daquela que se encontra habitualmente na relação entre pai e criança. Em alguns momentos da entrevista, chega a minimizar explicitamente o impacto dessa “coisa natural”. Isto acontece, por exemplo, quando reprova o facto de muitas pessoas – nomeadamente o pediatra da sua filha – assumirem que a mãe compreende melhor a criança do que qualquer outra pessoa (incluindo o pai) só porque é mãe, e critica a ideia de que o *código genético* da mãe a deixa automaticamente mais apta a perceber as necessidades dos filhos.

Quando vamos, ao pediatra vamos os dois [Filipe e a mulher]. O pediatra a mim não me liga nenhuma. Eu quero dizer a minha [opinião] e ele diz: “Não. Tu calas-te. Eu tenho que falar com a mãe. O que me diz a mãe é que me interessa a mim. O que dizes tu são... são hipóteses, são coisas que tu pensas.” E sempre vamos os dois e eu fico... um bocadinho de parte. E o pediatra diz: “Então, diga lá o que é que a sua filha tem?”. E a [mulher de Filipe] disse: “Mas olhe que o médico é o senhor, não sou eu.” Mesmo em termos de doenças. E ele disse: “Não. Olhe que se há uma pessoa neste mundo que sabe o que a sua filha tem é você, porque você tem uma relação com a sua filha especial, que eu não posso ter. Eu posso diagnosticar uma coisa física, mas porque não come, o que é que deve fazer quando chora, coisas assim, é a mãe.” (...) Se tem fome, se precisa de ser mudada, se tem febre, se dói isto, se dói aquilo... parece que, pronto, segundo o pediatra, tudo isso já, já está no código genético da mãe. Nisso, o pai é um bocado parvalhão, passe a expressão. Mas é assim, quando eu vou ao pediatra, ele me ignora sempre.

Filipe

Vale a pena analisar também as respostas de Leonardo a este respeito, já que ilustram bem o modo como num mesmo discurso se combinam afirmações sobre o carácter naturalmente determinado da relação entre mulheres/homens e os filhos, e referências ao modo como essa relação é modelada por aspectos sociais.

⁴ Vale a pena recordar que Filipe, artista plástico, interrompeu a sua actividade profissional (que sempre tinha sido, aliás, intermitente e instável) para cuidar da filha até aos 3 anos a tempo inteiro, enquanto a mulher mantinha a carreira como professora universitária. Esta opção foi tomada, segundo ele, com base em critérios de rentabilidade económica.

Segundo Leonardo, até a criança aprender a falar, mãe e pai têm com ela uma relação diferente devido ao instinto maternal natural das mães.

Durante o período recém-nascido o tempo com o pai ou seja, é assim um bocado mais relativo, não é, no fundo... não há tanto, tanto aquela comunicação e não existe ainda tanto – não é ligação, como é que eu hei-de dizer? – (...) não há tanto diálogo e comunicação, no fundo, entre o pai e a criança.” “[Há] mais o instinto maternal coisa que eventualmente as mães – as mães... – as mulheres normalmente têm mais esse... essa... outro ver, começa a ser natural... (...) Algo... algo que a natureza assim nos deu. Acho que sim.

Mais tarde na entrevista, refere que quando se aproximou o nascimento do seu filho sentiu medo de não saber o que fazer com a criança porque *como fui filho único, em termos familiares também nunca tive assim [experiência], ao contrário da minha mulher que tem uma família muito grande e teve primos e primas, é um bocado diferente de uma pessoa que vive assim desse universo.* A diferença entre ele e a mulher neste aspecto não é descrita como sendo determinada pela sua natureza, mas sim por distintas experiências ao longo da vida em termos de contacto com crianças. Num outro momento da entrevista, Leonardo salienta (e elogia) o modo como se têm vindo a transformar as relações dos homens com os filhos: considera que se verifica maior participação dos homens na vida doméstica e familiar e que isso tem feito com que passe a haver uma maior proximidade entre pais e crianças. Esta diferença entre mulheres e homens é conceptualizada no seu discurso como um facto que, apesar de relativamente estável – porque é natural –, é influenciado também por factores extra-naturais, estando portanto sujeito a transformações à medida que se alteram práticas de organização da vida familiar e profissional.

Este tipo de referências à ideia de que as diferenças entre mulheres e homens não são só, e sempre, um produto da biologia não surge apenas em afirmações sobre o “instinto maternal”. De facto, podemos identificar alusões ao carácter socialmente construído da diferenciação de género também em respostas sobre outros temas. Essas alusões assumem formas muito variáveis. Um tipo de discurso particularmente frequente é aquele que salienta o impacto da educação e socialização na produção de diferenciação entre rapazes e raparigas, homens e mulheres.

[Acha que homens e mulheres têm aptidões diferentes em termos profissionais?] Não, acho que não. (...) Podem ter oportunidades diferentes, mas em relação a competências diferentes, acho que não. (...) Também podem, eventualmente, desempenhar as funções de maneira diferente, percebe, mas isso acho que deriva também do facto, portanto, de serem de sexos diferentes e terem tido uma educação

também diferente. Agora, se pudermos, desde o início, pôr uma criança, rapaz ou rapariga, com a mesma educação, exactamente igual, e depois, se se conseguisse fazer isto no futuro, verificar-se, quando chegasse a essa altura, como é que era o comportamento dessa pessoa e o da outra, estou convencido que... (...) seria idêntico, era idêntico. Apesar de, biologicamente haver diferenças, mesmo assim, mas acho que a maior diferença é o meio, e não tanto questões biológicas, apesar de haver diferenças biológicas.

Aníbal

O macho é machista, porque lhe ensinam a ser assim. (...) Quer dizer, como acho que as mulheres têm uma certa componente masculina, o homem tem uma certa componente feminina. (...) Mas há o lado, no macho, que reprime, quer dizer, ele reprime-se porque lhe ensinam assim, ensinam que o homem não deve... saber costurar, ou saber fazer as tarefas de casa. Sempre foi tipicamente de menina. Mas eu acho que é estupidez. (...) [Há essa] componente feminina que, não sei por quê, sempre há a tendência para abafar no homem, (...) mesmo por esse preconceito de... haver um homem que costura, ou tricot, por exemplo, ou lava uma peça de roupa... Ainda existem estas, estas maneiras de ver.

Filipe

Acho que [a divisão sexual de papéis no casal] também tem a ver com a educação que as mães lhes deram. Acho que antigamente as mulheres eram criadas desde pequeninas “vais ter que tratar do teu marido e isto e aquilo...”. E as mulheres há uns anos para cá começaram a pensar de outra maneira e se calhar incutiram alguns desses valores aos filhos, e os filhos, agora quando crescerem, começam também a ajudar.

Miguel

Miguel refere-se aqui à mudança de valores e de papéis. Este reconhecimento de que as diferenças entre mulheres e homens – ao nível de práticas, identidades, ambições ou representações – não são estáveis e que podem estar, e têm estado, sujeitas a transformação está presente em muitas das entrevistas. Trata-se de uma segunda forma de incorporação discursiva de conceptualizações que explicam a diferenciação de género como sendo (re)configurada, pelo menos em parte, por factores sociais (e não naturais).

A mulher sempre... sempre foi discriminada... discriminada já é um favor, sempre foi proibida, quase, de poder participar na sociedade. À medida que a mulher participa mais na sociedade, a família, a instituição “família” muda, porque a disponibilidade é outra. Portanto, eu não vejo as mulheres... as mulheres desta minha geração terem, por exemplo, a mesma... o mesmo comportamento que a minha mãe teve, porque... as ambições são outras, os anseios são outros, os objectivos de vida são outros, quer dizer... e a própria postura da mulher na vida é outra.

Manuel

[E, por exemplo, na política achas que há diferenças entre mulheres e homens?] Não, está mais que provado que não, está mais que provado que não. Isso era no tempo da, no tempo da “Maria Cachucha”. Hoje, hoje... Mas porque assim era imposto, mas não..., infelizmente, infelizmente era assim. Mas, não, acho que não.

Nicolau

Acho que os homens são um bocadinho mais vulneráveis às infidelidades do que as mulheres, ou pelo menos nos meus tempos ou nesta geração que eu vivo penso que é um bocado assim. Hoje em dia, a gente mais nova não sei, as mulheres estão muito emancipadas e digamos que têm uma postura diferente. Porque eu sou homem e sou actual e tenho a idade que tenho mas vejo as coisas e apercebo-me que realmente há situações e circunstâncias que são muito diferentes do que eram no meu tempo, em relação aos homens como às mulheres. (...) Toda esta situação que traz a mulher em maior destaque, não é, faz com que também surjam situações ou que se deparem com situações que antes não se deparavam, (...) surgem situações que antes não existiam.

Marcelo

As mentalidades estão-se a mudar e acho que a minha geração é uma geração que ainda passou muito por uma educação no sentido dessas diferenças, dessas desigualdades, transmitidas de uma forma até talvez natural, nem se fazia de propósito, digamos que era... que era o conceito de vida que era transmitido. Hoje em dia acho que as coisas estão-se a alterar um bocadinho. (...) Eu penso que tudo isso faz com que o futuro nesse sentido seja um bocadinho, na minha perspectiva, venha a ser um bocadinho diferente.

Álvaro

Nas entrevistas surgem, além disso, referências ao facto de as características culturais de cada país exercerem alguma influência sobre as diferenciações e desigualdades de género e de estas serem, como tal, variáveis também em termos geográficos e culturais.

Os homens acabam por ganhar mais que as mulheres. (...) É um problema sociocultural, não é? Quer dizer, nalgumas coisas [um problema] que é mais do nosso país. Por exemplo, nós seremos e continuaremos a ser sempre o país mais aqui na caudinha [da Europa]... na forma da mentalidade e na forma de ver as coisas, não é?

Leonardo

Há áreas [profissionais] (...) em que há muito mais mulheres mas depois nas chefias continua a haver muitos mais homens, acho que passa muito por... é uma questão quase cultural da forma como o povo ou como os portugueses vivem a sua produtividade. Nós ainda mantemos, ainda acreditamos que a alta produtividade só se, só se obtém através de um número estúpido de horas de dedicação à própria actividade e acho que

(...) enquanto tudo isso não, não for mudando há sempre a tendência para os lugares de topo e lugares de responsabilidade estarem muito associados à necessidade de uma grande dedicação. Associando isso às questões de que..., que as mulheres, pelo menos durante a maternidade e aqueles primeiros tempos das crianças, estão tendencialmente com as crianças, quase que cria uma incompatibilidade entre a igualdade de oportunidades e o facto de ser, de se ser mulher.

Adriano

Segundo Adriano, o facto de existirem menos mulheres do que homens em cargos de chefia em Portugal não é um resultado das diferenças entre mulheres e homens, mas sim das características das estruturas e culturas institucionais, que tendem a dificultar a progressão profissional das mulheres. Há aqui elementos de um quarto tipo de discurso sobre o carácter socialmente construído da diferenciação de género: a explicação de diferenças e desigualdades com base em factores estruturais, e não em características internas de cada indivíduo. Este tipo de explicações está presente em várias entrevistas. Veja-se, por exemplo, esta resposta de Marcelo sobre o acesso das mulheres a cargos de chefia política:

A nossa própria sociedade embora se tenha alterado um bocadinho bom ainda se mantém muito as ideias de raiz, não é, os homens é que detêm os cargos mais importantes. E não sei, nós já tivemos uma Primeira-Ministra aqui há uns anos bons atrás, mas nunca tivemos nenhuma Presidente. Hoje em dia nos cargos principais políticos já vai aparecendo uma ou outra mulher mas essencialmente é sempre homens. Ora se é porque elas não têm capacidade, se é porque é assim que está feito... Eu da maneira que eu tenho assim pensado acho que é porque é assim que está feito! As mulheres têm capacidade e podem lá estar só que, pronto!

Em alguns excertos transcritos acima – por exemplo, os de Filipe, Miguel e este último de Marcelo – encontramos referências à ideia de que existem preconceitos (usando os termos de Filipe) que produzem diferenças e desigualdades reais, seja porque dificultam a progressão das mulheres na carreira política, seja porque influenciam a educação que é dada a rapazes e raparigas, encorajando o desenvolvimento de interesses e aptidões distintas entre uns e outras. No entanto, nos discursos dos entrevistados os preconceitos não estão sempre associados a diferenças consideradas reais. Uma quinta forma de alusão à construção social do género é a afirmação de que há certas diferenças que não existem “de facto”: são apenas estereótipos. Falando, por exemplo sobre a (in)fideliidade, Miguel afirma que não há diferenças entre mulheres e homens quanto às práticas: tanto eles como elas são infiéis. No entanto, as crenças dominantes sobre a (in)desejabilidade da infidelidade masculina e feminina fazem com que eles

assumam essas práticas mais abertamente do que elas, produzindo a aparência de uma diferença inexistente.

Há muitas mulheres que não são fiéis. (...) Mas não se gabam do que fazem e os homens que não são fiéis gabam-se todos do que fazem. (...) A diferença basicamente está aí, porque há muitas mulheres que não são fiéis aos maridos mas... é muito mais difícil a um homem dizer que é fiel perante os outros homens do que uma mulher dizer que é fiel perante as outras mulheres. (...) Acho que tem muito aquela... coisa machista, não é, que os homens têm, não é? As vezes uns até são fiéis e dizem que não são fiéis só porque, prontos, cai bem perante os outros homens.

O que nos diz, então, uma análise dos usos das categorias de natural e de social nos discursos sobre género destes entrevistados? Verifica-se que certas diferenças entre mulheres e homens são descritas em parte como fenómenos de raiz biológica, isto é, resultantes das suas distintas características e capacidades físicas. É o caso de diferenças ao nível da força muscular e, em especial, da proximidade e cumplicidade física e emocional com os filhos, particularmente nos seus primeiros meses de vida – o chamado “instinto maternal”. Vimos que as afirmações sobre estas diferenças assentam na ideia de que há características de mulheres e homens que são determinadas pela natureza (embora essa determinação não seja necessariamente total e universal) e que esta naturalização da diferenciação pode funcionar como um poderoso discurso de justificação e legitimação de práticas de divisão sexual (assimétrica) dos cuidados às crianças.

Constatou-se, no entanto, que estes discursos de naturalização coexistem e se articulam com referências directas ao carácter socialmente construído e histórica e culturalmente variável de muitas diferenças e desigualdades entre mulheres e homens. Muitos dos entrevistados reconhecem a importância da socialização enquanto processo de (re)produção da diferenciação de género ou o impacto de factores sociais estruturais no condicionamento das oportunidades de mulheres e homens. Os seus discursos combinam um modelo biologicista e essencialista de conceptualização do género com um modelo de desnaturalização da diferença e da desigualdade. Estes parecem ser entendidos e usados pelos entrevistados como modelos compatíveis e complementares, e não como paradigmas opostos e irreconciliáveis, o que resulta numa descrição das diferenças, semelhanças e desigualdades de género como sendo o produto de complexas e variáveis interacções entre factores naturais e socioculturais, individuais e estruturais.

Discursos sobre machismo e (des)igualdade

As entrevistas conduzidas no âmbito deste projecto incluíam um conjunto de questões sobre (des)igualdade de género. Perguntou-se aos participantes se consideravam existir actualmente igualdade entre mulheres e homens, se acreditavam que esse deve ser um objectivo a atingir e, em caso afirmativo, quais pensavam ser as condições necessárias para que a igualdade se concretize. Quase todos os entrevistados responderam a essas questões afirmando que existem desigualdades e discriminações de género que tendem a prejudicar as mulheres. A esmagadora maioria descreve esse facto como negativo e lamentável⁵.

Nestas respostas, e também em outros momentos das entrevistas, representações e práticas que defendam oportunidades diferentes e desiguais para mulheres e homens são abertamente criticadas. César e Marcelo descrevem-nas como formas de pensar *retrógradas* e Armando refere-se a elas como *preconceitos* próprios de *antigamente*. A desigualdade de género é uma *injustiça* (Adriano), um aspecto *infeliz* das sociedades (Leonardo e Nicolau), um *desperdício* das capacidades das mulheres (Filipe) e, portanto, a diminuição dessa desigualdade ao longo das últimas décadas é considerada uma *evolução* (Manuel e Frederico). Frederico diz que *é errado e uma certa violência pensar que o homem é primeiro que a mulher*. Segundo Manuel, *atitudes chauvinistas (...) não faz [em] sentido* e na opinião de Filipe *ensinar que o homem não deve... saber costurar, ou saber fazer as tarefas de casa (...) eu acho que é estupidez*. Este termo é usado também por Frederico, que considera que as desigualdades *muitas vezes são estúpidas*, e por Cláudio, que refere:

Não devia de haver [diferenças entre mulheres e homens], mas há. Há porque é próprio do dia-a-dia que nós vemos é isso, que há essas diferenças de um homem não aceitar tão bem a que a mulher, que a mulher ganhe tanto como ele ou..., ou que ela tenha um curso superior ao dele, isso há, essas diferenças há sempre. [E o que é que acha dessas diferenças?] Acho uma autêntica estupidez, cada um deve aceitar aquilo que é e deve de aceitar que o outro tenha capacidades superiores à dele. Que a mim nada me incomoda de ser gerido ou comandado por uma senhora.

⁵ Entre as 21 entrevistas analisadas, há apenas uma excepção a este nível. Zacarias avalia negativamente a transformação da posição social de mulheres e homens, defendendo que “a mulher extravasou um bocado” na sua luta por independência e que, em particular no seio da família, se substituiu a dominação do “patriarca” pela dominação da “matriarca”. Trata-se de um discurso muito diferente daquele que é assumido por todos os outros entrevistados e claramente minoritário neste grupo de homens. Como tal, não se apresenta aqui uma discussão detalhada dessa entrevista, embora se reconheça que se trata de um objecto de estudo muito pertinente e interessante no contexto de uma análise de discursos e representações sobre a (des)igualdade entre mulheres e homens.

Há uma adesão generalizada à ideia de que é desejável que homens e mulheres tenham oportunidades iguais. António considera que *a lei do macho (...)* tem que acabar e Armando, Nicolau e Leonardo dizem que é importante que haja uma *mudança de mentalidades* no sentido de maior igualdade e menor discriminação. Filipe diz que *acho que vale a pena um esforço, pronto. Arrastar velhos modelos de família, acho que não vale a pena e também não é, não... não é por aí. Temos que nos inventar, um novo macho, um novo homem.*

É interessante notar que a desigualdade é descrita por quase todos os entrevistados primordialmente como uma forma de subordinação das mulheres. Há nas entrevistas bastantes referências ao modo como a desigualdade de género limita o acesso das mulheres a actividades e a instituições (por exemplo na vida profissional e na esfera política, mas também a outros níveis, como, por exemplo, a liberdade para sair à noite durante a adolescência). Contudo, existe um menor reconhecimento do modo como as oportunidades dos homens são também limitadas por essa divisão de papéis de género. Filipe e Manuel são os únicos entrevistados que se referem explicitamente a este aspecto.

O próprio homem toma consciência que tem que trabalhar em equipe. E... e é muito mais benéfico, para ele enquanto homem, portanto, e agora estamos a isolar mesmo homem/mulher, e enquanto homem enquanto... pai, marido, tudo, pronto, é muito mais benéfico se trabalhar em equipe, e se... seja do ponto de vista amoroso, seja do ponto de vista profissional, em casa, familiar, portanto... se trabalharem, realmente... se a família for representar... se o sinónimo de família for o sinónimo moderno de família.

Manuel

Vimos que quase todos os entrevistados avaliam positivamente a mudança social no sentido da diminuição da discriminação das mulheres e da maior aceitação e promoção da igualdade de género. Existem, contudo, diferenças entre eles quanto à forma como descrevem a viabilidade, extensão e velocidade dessa mudança. Aníbal, por exemplo, é categórico quanto à importância da igualdade de género: *[Acha que deve existir igualdade de oportunidades entre mulheres e homens?] Sim, com certeza. Absolutamente. Ao considerar que a igualdade ainda está longe de ser atingida, diz: acho que é preciso mudar muita coisa. [ri-se] É mesmo preciso mudar muita coisa. Aliás, afirma estar activamente empenhado em contribuir para essa mudança, nomeadamente através da forma como educa o filho: isso começa desde pequeno, logo na educação, hmm... Têm de ter uma educação igual, se tiverem uma educação igual, (...) ao fim de não sei quantas gerações,*

consegue-se que depois acabem na sociedade por ter oportunidades iguais, percebe?. Trata-se de uma postura particularmente reflexiva face às questões da desigualdade e pessoalmente engajada com a sua erradicação. É essa a postura também de entrevistados como Filipe e Frederico⁶.

Um outro conjunto de entrevistados partilha com os primeiros o reconhecimento da existência de desigualdades, facto que é lamentado, e a avaliação positiva das tendências de mudança no sentido da sua erradicação. No entanto, consideram que (infelizmente) é impossível ou extremamente difícil fazer desaparecer por completo a desigualdade e a discriminação de género (nomeadamente por causa das diferenças reprodutivas entre homens e mulheres) e assumem, portanto, uma postura de maior resignação e alheamento pessoal face a esta questão. É o caso, por exemplo, de Manuel, Adriano, Patrício, Jeremias, António e Miguel⁷.

Devia-se mudar [o facto de as mulheres terem menos oportunidades na esfera do trabalho], mas não é fácil, (...) porque no mundo geral do trabalho, há os interesses financeiros de todos os empresários, não é? E se puderem optar por um... por um profissional que lhes garante mais tempo na firma e menos faltas, isso se calhar é... dificilmente irão optar por... por uma pessoa que à partida vai faltar mais vezes, por causa dos filhos, por causa... porque está grávida, porque não sei quê. Portanto, (...) isso dificilmente irá mudar, porque (...) depois os interesses financeiros normalmente falam mais alto (...) do que todos os outros. Embora... embora seja desagradável, porque de facto, o que seria bom era todos terem as mesmas oportunidades (...) mas sabe-se que isso é completamente... completamente impossível.

Jeremias

Vai ser difícil... vai ser difícil... Eu não digo só em Portugal, mas a nível do mundo inteiro, e isso deve-se notar a mesma situação. Porque as pequenas e médias empresas, ou mesmo as grandes empresas, ao admitirem uma mulher; estão sempre com o pé atrás, porquê? Porque a mulher; hoje, não tem filhos, amanhã fica grávida, depois é a gravidez, que eu não posso despedir, que não... não posso despedir, não posso fazer isto... o que quiser da mulher. Depois vai ter o bebé, são 3, ou 4, ou 5 meses em casa, e... é aí... a mulher é sempre uma mártir. Perante esse ponto, eu acho que a mulher continua a ser, será sempre uma mártir.

António

⁶ Estes entrevistados são bastante diferentes entre si quanto às características sociodemográficas, incluindo as suas habilitações académicas e situação na profissão. Importa referir, no entanto, que tanto Aníbal como Filipe estão casados com mulheres que exercem actividades ligadas ao mundo académico e científico (a mulher de Aníbal é investigadora e a de Filipe é professora universitária) e nas suas entrevistas há referências ao impacto que estas mulheres tiveram no seu pensamento sobre estas questões e em particular sobre as suas implicações ao nível da educação dos filhos.

⁷ Também neste grupo há diferenças significativas entre os entrevistados quanto às suas características sociodemográficas.

Acho que vai ser muito difícil acabar as desigualdades mesmo em termos... porque os homens... eu já não vejo os homens do tipo “Ah, ela é mulher não sabe!”, vejo mais nos homens do tipo “Ah, ela é mulher, vou-me fazer a ela”. Acho que essa parte aí nunca mais vai acabar, não é.

Miguel

Um terceiro grupo inclui entrevistados que também reconhecem explicitamente a permanência de desigualdades e avaliam-nas negativamente, mas salientam que a situação *já foi pior* (César). Falam da igualdade de oportunidades como estando praticamente atingida, atribuindo portanto pouca urgência e importância à acção e intervenção a este nível. Neste grupo estão, por exemplo, César, Armando e Nicolau⁸.

Apesar destas variações na forma de conceptualizar, e de se relacionar com, a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, é comum a quase todas as entrevistas aqui analisadas uma rejeição explícita de posições descritas como machistas. Como vimos acima, os entrevistados dizem que defender a desigualdade e a discriminação é uma posição reprovável, que é própria do passado e que deverá ser ultrapassada. A categoria de “machista” surge nos discursos como algo de negativo, um traço indesejável ao qual parecem não desejar ser associados⁹. Consequentemente, quando fazem uma afirmação ou descrevem uma prática de organização da sua vida familiar, que receiam possa ser avaliada como machista, utilizam várias estratégias discursivas para justificar essa afirmação ou essa prática, de forma a não pôr em causa a apresentação de si mesmos como homens modernos e igualitários.

Em alguns casos, esta estratégia discursiva é feita através da afirmação de que a sua posição não é estranha ou excepcional, mas, pelo contrário, uma posição normal, partilhada por qualquer outro homem. Vejamos alguns exemplos desta estratégia discursiva de normalização masculina.

[Se houvesse uma infidelidade da parte da mulher] penso que o relacionamento ia-se tornar muito difícil, portanto... o melhor mesmo seria... seria a separação. Não é por uma questão de ser mais machista, sou como toda a gente é, de facto sou... Sou um bocado como todos os

⁸ Todos estes entrevistados, recorde-se, têm habilitações escolares até ao 9.º ano e exercem actividades profissionais pouco qualificadas (ver caracterização dos entrevistados no Anexo I).

⁹ Isto acontece também no caso de Zacarias. Embora assuma explícita e categoricamente a defesa de um modelo de divisão sexual de papéis assente na diferenciação entre mulheres e homens, também ele parece não desejar ser visto como um homem que está de alguma forma contra as mulheres. Quando critica aquelas que tentam “ter um bocado o papel do homem”, explica de imediato que “digo isto por respeito pelas mulheres, que respeito muito. Têm um papel muito ingrato, principalmente quando são mães”.

homens são, penso... penso que são, e mal daqueles que não são, mas... mas... mas não iria, não iria perdoar isso.

Jeremias

Se calhar de uma forma inconsciente tomo aquela postura que todos os homens tomam, digamos "eu sou a cabeça da família". (...) Não me incomoda nada termos vários ministros mulheres e as mulheres terem a sua actividade e andarem para a frente, são inteligentes, algumas até bastante mais inteligentes que os homens. Portanto sou de acordo que as mulheres podem ter outra postura, não tenho uma posição machista, mas de uma forma natural assumo o comando da família, porque acho que é uma coisa que está intrínseca em todos [os homens], não é?

Marcelo

Esta estratégia assenta na ênfase das semelhanças entre o entrevistado e outros homens como forma de minimizar ou evitar avaliações negativas da sua posição discursiva. Há situações em que os entrevistados procuram atingir este mesmo fim recorrendo à estratégia inversa: tentam legitimar o discurso salientando a sua diferença face a outros homens (nomeadamente colegas e familiares) e explicando que são menos machistas do que eles.

É assim, por aquilo que conheço de, das pessoas mais ou menos da minha geração, com a minha idade, acabam por ser mais machistas do que eu. (...) Ah, propriamente dito em casa deles, não sei, não é? Mas, pela maneira de ser deles, ah, e de pensar, em muitos casos, se calhar, são capazes de não ser tão... tão... partilhantes das coisas, das tarefas da casa.

Zacarias¹⁰

Há colegas meus que pensam de uma [forma]... pronto, totalmente diferente. (...) Os meus colegas que eu trabalho, pronto, só trabalho com dois ou três, assim mais... assim mais directo, são pessoas diferentes, (...) são mais "o homem é homem", "a mulher é mulher".

César

Outra estratégia utilizada pelos homens para salvaguardar a apresentação de si é a delimitação explícita da área em que são conservadores. Explicam que é só face a um aspecto específico que são mais tradicionais, procurando assim manter intacto o resto da sua apresentação como indivíduos igualitários.

[Um casal homossexual com filhos (...) acha que podem ser uma família, podem ser pensados como uma família?] (...) Nesse aspecto sou um pouco mais retrógrado, acho que não se devia..., não se devia, como eu lhe digo, porque as crianças, aquela criança que tem dois pais, é pá, eu acho que vai passar um mau bocado.

Cláudio

¹⁰ Na entrevista, Zacarias diz que é a mulher a responsável por quase todas as tarefas domésticas na sua família. Nos (poucos) dias em que chega mais cedo a casa, é ele quem faz o jantar e arruma a cozinha. Durante os fins-de-semana, divide essas tarefas com a mulher e ajuda-a nas compras se necessário. Também faz algumas reparações mais complicadas.

[A criança] *acorda durante a noite e não sei o quê. Nesse aspecto, e para ir ao encontro do que me pergunta, sou um bocado tradicional, sou um bocado à moda antiga. (...) Esse tempo das crianças serem pequenas e na hora deles berrarem ou deles chorarem quando eram mais pequeninos, é sempre ela [a sua mulher] que se levanta. Ou seja, sou sempre eu que acordo, porque ela está mais profundamente a dormir que eu mas sou sempre eu que lhe faço “olha aí, o teu filho está a chorar” e é ela que se levanta.*

Marcelo

Uma quarta estratégia utilizada pelos entrevistados é reconhecer o carácter machista do seu discurso, mas descrevê-lo como algo de que não se orgulham e que só assumem (relutantemente) porque consideram que é fundamental ser sincero na entrevista. O tom aqui é menos seguro e assertivo do que em outros momentos das entrevistas: tendem a surgir risos nervosos ou discursos apologéticos.

Eu falo por mim, não acho que... de qualquer forma eu ainda sinto... isto... também a entrevista tem que ser reveladora da verdade e como estou a falar como homem... Eu ainda sinto que há umas coisinhas que devem ser elas a fazer... [ri-se] [Tais como?] Não estou a dizer, digo isto, eu faço, mas sinto que... As mesmas coisas, por exemplo, tratar dos miúdos e não sei que mais, eu faço tudo, mas ainda sinto, às vezes sinto que isto é o papel dela.

Francisco

O homem tem um papel importante e a mulher também, embora eu ainda seja um bocadinho da mentalidade de não fazer grande parte do que é as coisas das mulheres, confesso, quer dizer, peço desculpa pelas coisas das mulheres mas se calhar... [As coisas das mulheres?] Pois, o limpar o pó, o arrumar as casas, o fazer as camas e tal.

Marcelo

Uma outra estratégia usada com frequência assenta também no reconhecimento do carácter machista do discurso ou das práticas. Esse carácter machista é, no entanto, justificado com a explicação de que se trata de um aspecto resultante da educação recebida pelo entrevistado e que, portanto, é algo alheio ao seu controlo e que não é da sua responsabilidade.

Isso [o facto de não participar muito nas tarefas domésticas] penso que tem a ver com o que acabei de dizer, a minha mãe fez tudo, fazia tudo e tomava conta de tudo, dobrava a roupa, arrumava, limpava, lavava, nós habituámo-nos a esta forma de estar. Mas estou convencido que é assim, também estou preparado, se for necessário fazer as coisas faço.

Se a minha mulher estiver a trabalhar, aí já faz falta, pronto. (...) Aí a minha mãe vai lá a casa e faz o almoço para eles e para mim. Não vou

passar a vida nos restaurantes, como é óbvio. Não por uma questão financeira por uma questão mais de saúde. (...) Porque há essa possibilidade, senão que remédio eu tinha que ir para restaurantes, porque confesso já e pode ficar aí gravado que fazer almoço para eles não saía nada de jeito. Pronto, lá está, se tivesse sido habituado de pequeno a fazer; (...) assim como nunca fui e nunca mostrei interesse, não é, que isto às vezes também é assim. Portanto não faço e assim seria no restaurante, e assim não sendo no restaurante, faz a minha mãe.

Marcelo

Alguns leitores terão reparado que neste inventário das estratégias utilizadas pelos entrevistados na gestão discursiva da apresentação de si surgem vários excertos da entrevista a Marcelo. De facto, este participante foi um dos que mais frequente e explicitamente mobilizou vários tipos de estratégias e o seu caso serve como uma ilustração pertinente e interessante do modo como se podem articular discursos aparentemente contraditórios nas narrativas de um único entrevistado. Numa fase inicial da entrevista, Marcelo assume explicitamente que não é machista. Mais tarde, avalia favoravelmente o facto de o machismo estar a ser ultrapassado.

Os homens também têm acabado por conseguir de alguma forma dar a volta um bocado à situação daquela posição mais retrógrada, mais machista de que eles é que são, digamos, o elemento principal. As mulheres têm sabido afirmar-se nesse sentido e as coisas estão um bocadinho diferentes, se calhar o homem hoje em dia acaba por estar muito equiparado, é muito importante para a família o homem mas também é importante a mulher. Digamos que não tenho aquela perspectiva de que hoje em dia o homem é que tem de ser o principal e a mulher a secundária. Acho que têm os dois um papel principal a partir do momento, eu tenho um bocado isto como certo, a partir do momento em que a mulher é activa, que tem a sua profissão e que produz, que ajuda, não é, acho que estão mais ou menos iguais.

Ao longo da entrevista, constata-se que Marcelo se vê a si próprio – e se deseja dar a ver – como um homem moderno, *aberto*, *actual* (expressões que ele utiliza), embora admita que em alguns aspectos – por exemplo, a adopção por casais homossexuais – é um *bocado tradicionalista*. No entanto, embora no excerto acima refira que tem *um bocado como certo* que quando mulher e homem trabalham (situação que se verifica na sua família) os dois devem ter o papel principal, faz afirmações e descreve práticas que não parecem encaixar nesta descrição de “abertura” e modernidade. Como já vimos, diz que não faz grande parte das tarefas domésticas (a que ele chama *coisas das mulheres*) e que não se levantava para cuidar dos filhos quando choravam durante a noite; explica que é a sua mãe que cozinha as refeições para ele e as crianças quando a mulher não o pode fazer, já que ele próprio

não sabe cozinhar; admite que assume *o comando da família* e descreve-se como *a cabeça da família* e *o motor da equipa* [familiar]. Marcelo não justifica estes discursos e práticas de desigualdade com base na ideia de que o homem é *que tem de ser o principal e a mulher a secundária* – isso seria, na sua opinião, uma postura *retrógrada* e *machista*. As explicações para estas afirmações e hábitos são de outro tipo. Como também já vimos, Marcelo explica que isto resulta do facto de ter sido educado de uma certa forma e não ter sido habituado desde novo a fazer as tarefas domésticas. Diz também que há aspectos que não pode controlar porque são “intrínsecos” a todos os homens. Recorre além disso à estratégia – discutida na secção anterior – de mobilizar discursos de naturalização das diferenças entre mulheres e homens para justificar desigualdades.

Pronto, se calhar de uma forma inconsciente, tomo aquela postura que todos os homens tomam, digamos “eu sou a cabeça da família”. (...) Pronto, é assim, acho que os homens continuam a ser muito importantes, é uma coisa da própria natureza, não é, por isso é que são homens e é que são mulheres, senão era tudo igual.

O recurso a este tipo de justificações permite-lhe manter e legitimar práticas e discursos que pressupõem e/ou produzem desigualdade entre mulheres e homens, enquanto simultaneamente repudia a existência dessa desigualdade. Por outras palavras, o recurso a estas justificações permite-lhe manter e legitimar práticas e discursos relativamente tradicionalistas que reforçam o seu poder (desigual) na família, sem ter de os conceptualizar como *retrógrados* ou *machistas*.

O caso de Francisco também é um bom ponto de partida para a análise deste tipo multifacetado de dinâmicas. Na sua entrevista é possível detectar vários traços de um modelo modernista e igualitário de conceptualização da diferenciação de género. Falando do seu filho e da sua filha, diz que não vai educá-los de forma distinta porque considera que fazê-lo é *machista* e leva à criação de uma diferenciação que não existe.

Eu não faço, assim, diferença nenhuma, nem a nível nenhum. (...) Há aí uma coisa que é um bocadinho... machismo, não é. (...) Acho que cada um deles (...) deve andar com quem gosta e com quem quer, e fazer o que lhe apetece. É assim, são experiências meramente transitórias, são brincadeiras, portanto, podem fazer os dois, se é uma coisa mais séria também podem fazer os dois, portanto, não... Nem quero que a minha filha cresça com esses problemas, que... doutra geração, não é, quero que ela escolha livremente as escolhas que quer fazer... assim como ele, os dois com o mesmo grau de liberdade, não é. Não tenciono fazer até porque isso seria a diferenciar uma coisa que... acho que não existe, que é a diferença entre homens e mulheres. Portanto, não existe mesmo nenhuma diferença.

Defende que mães e pais devem ter *as mesmas, as mesmíssimas* [responsabilidades], *então, os filhos são dos dois, não é?* Quando é questionado sobre quem deve ficar com as crianças em casa nos primeiros meses/anos de vida, responde:

Acho que tanto faz, acho que não tem que ser... a mãe, a mãe ou o pai, tanto faz, depende, depende também da... depende mais do costume das pessoas do que propriamente ser ele ou ela. Há pais que têm muito jeito, são... têm paciência, sabem-se divertir com os miúdos, e há mães que também têm essa característica e há mães que são... completamente desastradas como mãe, e pais a mesma coisa. Portanto acho que não depende tanto do... (...) não depende do sexo, depende da pessoa que fique, uma pessoa com jeito, não tem que ser o pai, não tem que ser a mãe, o que tiver mais apetência, mais... personalidade para estar.

Podemos identificar nestes excertos alguns dos elementos de discurso examinados no âmbito do primeiro eixo de análise: há uma minimização das diferenças entre mulheres e homens, um reconhecimento da variabilidade dentro de cada categoria e também a afirmação de que mulheres e homens devem ter semelhantes responsabilidades quanto ao cuidado com os filhos. No entanto, e como vimos num excerto que já foi transcrito parcialmente acima, Francisco sente e defende que as tarefas domésticas e os cuidados às crianças devem ser primordialmente responsabilidade da sua mulher.

As mulheres antigamente ficavam em casa e agora não podem, estão a trabalhar como estão os homens, logo aí, de facto essa luta pela igualdade, fez de facto isso acontecer, as pessoas têm que se dividir, não é. Tratar dos miúdos por exemplo, é um exemplo, não é, se calhar é uma coisa que dita a um indivíduo de outra geração não cabia na cabeça, dizia logo “maricas!”. [ri-se] Não, acho que isso, nem sequer tem nada a ver, é uma situação mais evoluída. (...) De qualquer forma eu ainda, eu ainda sinto... isto... também a entrevista tem que ser reveladora da verdade e como estou a falar como homem... Eu ainda sinto que há umas coisinhas que devem ser elas a fazer... [ri-se] [Tais como?] Não estou a dizer, digo isto, eu faço, mas sinto que... As mesmas coisas, por exemplo, tratar dos miúdos e não sei que mais, eu faço tudo, mas ainda sinto, às vezes sinto que isto é o papel dela. Embora... gosto muito de fazer, e isso também é... eu também se calhar no meu caso porque tenho uma profissão em que eu tenho que empreender mais, então sinto – se fosse ao contrário se calhar já não sentia – portanto, acho que não é bem o machismo é... como eu preciso de trabalhar, ahm, por razões familiares, não é? De existência. Sinto que, às vezes penso “pá, ela tem que tomar conta senão não consigo trabalhar”. Não é no sentido, se calhar não estou tanto no sentido inicial do “acho deve ser ela a fazer”, porque acho que isso tem mais a ver com um aspecto profissional do que propriamente com a discriminação.

Note-se que Francisco começa a resposta referindo que *como homem eu ainda sinto que há umas coisinhas que devem ser elas a fazer – elas* aparece no plural, designando aparentemente as mulheres em geral. É uma frase que parece mobilizar uma dicotomia homens/mulheres, mas depois altera os termos do discurso de forma a centrar a discussão nas características específicas do seu casal. Isto permite-lhe justificar a sua afirmação com base em razões de ordem profissional e familiar que são alheias ao seu controlo, e marcar um distanciamento face a formas de *machismo* e *discriminação*.

O efeito é semelhante ao que vimos anteriormente: a divisão sexual assimétrica do trabalho doméstico é aqui justificada e legitimada como logicamente decorrente de aspectos que nada têm a ver com diferenças de sexo, processo que permite reproduzir esta prática tradicional sem o estigma de conservadorismo e machismo que lhe parece estar associado. Estas formas de discurso permitem aos entrevistados compatibilizar práticas concretas de desigualdade de género na família com representações igualitárias sobre os papéis de mulheres e homens. Vários estudos realizados em Portugal nas últimas décadas têm assinalado o desfasamento entre a grande adesão a normas igualitárias de organização da família e práticas concretas muito desiguais de divisão das tarefas domésticas e familiares (Costa, 1992; Torres e Silva, 1998; Poeschl, 2000; Wall e Guerreiro, 2005)¹¹. A análise desse desfasamento a partir de uma perspectiva discursiva vem complementar estes importantes estudos e demonstra que o desfasamento entre normas e práticas é mediado pelos discursos. É em parte através deste reenquadramento discursivo da divisão de tarefas como não sendo determinada por questões de género que se torna possível aos entrevistados articular e reconciliar práticas e normas aparentemente contraditórias num sistema que consideram lógico e coerente¹².

Revedo e resumindo a análise exposta nesta secção, poder-se-á identificar um conjunto de observações centrais. Os homens entrevistados descrevem a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens como desejável e manifestam apoio às mudanças sociais no sentido do aumento e alargamento dessa igualdade (embora alguns considerem que, infelizmente, há desigualdades dificilmente erradicáveis). Criticam crenças e práticas assentes na ideia de que mulheres e homens devem ter acesso a oportunidades e recursos distintos e desiguais, considerando-as machistas e retrógradas. Na maioria dos casos, investem muito numa apresentação de si como homens modernos e

¹¹ Ver também os Capítulos 3 e 5 deste livro.

¹² Ver Roux (1999) para uma discussão mais aprofundada desta dinâmica.

igualitários, e recorrem a diversas estratégias discursivas para produzir essa imagem e salvaguardá-la quando esta corre o risco de ser posta em causa durante a entrevista. A adesão generalizada a uma retórica igualitária e a evidente conotação negativa da categoria de *machista* – que surge com frequência nas narrativas mas sempre como uma identidade da qual os entrevistados se procuram distanciar – parecem indicar tendências de modernização dos discursos de género e uma maior consciência crítica da existência de desigualdades. Contudo, a integração destes traços de modelos igualitários nos discursos dos entrevistados não surge necessariamente acompanhada de uma ruptura efectiva com práticas e representações assentes em desigualdades de género. Algumas dessas práticas subsistem, mas são reenquadradas a nível discursivo como sendo causadas e motivadas por factores mais legítimos do que a ideia (*machista*, segundo os entrevistados) de que homens e mulheres devem ter papéis diferentes e desiguais na família, por exemplo. Assim, torna-se possível justificar, normalizar e legitimar a desigualdade mesmo no seio de um quadro de referências normativo – individual e colectivo – que a reprova explicitamente. Constata-se, então, que a integração de ideais igualitários nos discursos e representações dos indivíduos pode funcionar como uma tendência de mudança que inclui também fortes dinâmicas de continuidade.

Conclusões

Neste capítulo analisaram-se as narrativas dos entrevistados sobre identidade, família, paternidade, conjugalidade e vida profissional especificamente a partir da perspectiva dos discursos de género que nelas estão presentes. O que se pretendia era caracterizar os modos como estes homens falaram (directa ou indirectamente) sobre diferenciação e desigualdade de género na entrevista, em função de dois objectivos articulados. Por um lado, interessava examinar que conceptualizações de género estavam na base desses discursos (homens e mulheres são vistos como diferentes e/ou semelhantes? As diferenças entre eles e elas são explicadas como factos naturais?) e, nesse sentido, as entrevistas foram interpretadas como um instrumento que nos permite ficar a saber algo sobre as representações e orientações normativas dos indivíduos. Por outro lado, partia-se do pressuposto de que os discursos não são apenas um espelho ou produto das representações, mas também recursos mobilizados de forma contextual no âmbito de esforços de gestão da apresentação de si. O objectivo, a este nível, era estudar que imagem de si (no que se refere à sua posição face às questões de género) é que os entrevistados procuraram apresentar durante a entrevista e como é que geriram e

salvaguardaram essa apresentação. Pretendia-se caracterizar, em particular, as estratégias discursivas usadas para justificar e legitimar afirmações e práticas, e para marcar distância face a representações sobre género e família consideradas pouco desejáveis ou apropriadas.

No que diz respeito ao primeiro objectivo, uma revisão integrada dos dois primeiros eixos de análise aqui explorados (diferença/semelhança e natural/social) demonstra que homens e mulheres não são descritos pelos entrevistados com base num modelo que opõe semelhança a diferença, ou determinação natural a construção social, como se se tratassem de categorias incompatíveis e mutuamente exclusivas. Nos discursos dos entrevistados a diferenciação de género é retratada como complexa e multidimensional. Os entrevistados falam de homens e de mulheres como sendo semelhantes em algumas coisas (por exemplo, na inteligência ou no desejo de exercer uma actividade profissional) e diferentes noutras (em particular na força física e capacidade de estabelecer uma relação íntima com os filhos nos primeiros meses/anos de vida). Generalizações dicotómicas que salientam as diferenças entre mulheres e homens e as semelhanças entre indivíduos do mesmo sexo são mobilizadas nestes discursos, mas surgem muitas vezes acompanhadas ou reenquadradas por referências a excepções e a variações entre mulheres e entre homens. A diferenciação de género é descrita como saliente, significativa e determinante em alguns aspectos e momentos (o exemplo mais flagrante é, como vimos, o da relação com os filhos recém-nascidos) mas rejeita-se a sua importância e utilidade como eixo de distinção noutros contextos.

Além disso, as diferenças entre mulheres e homens são descritas como sendo determinadas pela natureza (a relação com a reprodução é um dos grandes redutos dos discursos de naturalização, frequentemente assentes no conceito de “instinto maternal”) e também como sendo (re)produzidas e potencialmente transformadas por factores sociais, culturais e históricos. O reconhecimento de que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são socialmente construídas não está, claramente, presente apenas nos livros de Estudos de Género ou Sociologia: também estes homens identificam e analisam diversas dinâmicas e efeitos dessa construção social, embora não se refiram necessariamente a eles nestes termos.

Quanto ao segundo objectivo, e terceiro eixo analítico inicialmente identificado – a análise das relações entre discursos mais ou menos “machistas” e as formas de apresentação de si –, verificou-se que quase todos os entrevistados declaram considerar indesejável a desigualdade e discriminação de género, e avaliam positivamente a mudança social no sentido de promoção da igualdade de

oportunidades entre mulheres e homens. Associam o machismo ao passado e a formas de pensamento pouco informadas: trata-se de uma *estupidez* e um *preconceito*. Investem muito numa apresentação de si como não sendo machistas, ora declarando-o explicitamente, ora usando várias estratégias discursivas para tentar minimizar a possibilidade de as suas afirmações e práticas serem interpretadas como machistas. Estas estratégias incluem, por exemplo, comparações com outros homens, a formulação de pedidos de desculpas ou o posicionamento da questão em causa como não sendo da responsabilidade do entrevistado ou estando alheia ao seu controlo.

Importa relembrar que o objectivo aqui não era descobrir se os entrevistados acreditam “realmente” em ideais tão anti-machistas quanto aqueles que defenderam neste contexto ou se estão a exagerar na sua adesão a modelos igualitários apenas para ficar bem vistos numa situação de entrevista que foi conduzida por uma mulher. Como se argumentou no início deste capítulo, todas as interacções – seja em situações de entrevista “artificiais” ou no contacto quotidiano destes homens com colegas, amigos/as e familiares – envolvem um esforço de gestão da apresentação de si (e dos discursos) em função daquilo que são as formas de apresentação consideradas desejáveis, respeitáveis ou apropriadas naquele contexto particular. É possível que alguns discursos produzidos na entrevista sejam diferentes dos discursos quotidianos dos entrevistados, mas isso não os torna inúteis ou menos válidos como objecto de estudo. A preocupação com a marcação de distâncias face ao machismo nas entrevistas diz-nos que os indivíduos desejam ser vistos como igualitários pela entrevistadora, pelas suas colegas de projecto e pelo público que lê a sua análise das entrevistas. Isto demonstra que os modelos igualitários de conceptualização do género têm actualmente em Portugal um forte poder simbólico enquanto referenciais normativos socialmente desejáveis.

Um dos principais objectivos deste projecto de investigação era estudar dinâmicas de mudança de discursos, práticas, identidades e normas relacionadas com a vida familiar no masculino. Interessava-nos, a este nível, examinar a seguinte questão: será que o lugar dos homens na família, e as suas representações sobre ela, se têm transformado no contexto das significativas mudanças macrossociais que se verificaram nas últimas décadas em Portugal, nomeadamente com o aumento da participação das mulheres na vida profissional, política e pública? Tendo em conta as observações descritas neste capítulo e resumidas acima, que resposta podemos dar a esta pergunta?

Verificou-se que os discursos produzidos pelos entrevistados incorporam elementos de um modelo moderno e igualitário de conceptualização do

género, em que mulheres e homens não são estrita e necessariamente definidos pela sua pertença e diferença sexual, em que se reconhece o carácter socialmente construído da diferenciação de género e em que se criticam as assimetrias e desigualdades a ela associadas. Estes elementos tendem a surgir de forma particularmente central e recorrente nas respostas de homens com habilitações académicas mais elevadas e exercendo actividades profissionais mais qualificadas, mas são uma característica de quase todas as entrevistas aqui analisadas. Podemos dizer, então, que estamos a assistir a uma modernização dos discursos sobre género, com a inclusão nesses discursos de narrativas de desnaturalização e relativização das diferenças entre mulheres e homens. É curioso notar, aliás, que a investigação académica sobre género que, nas últimas décadas, tem sido produzida em Portugal e no estrangeiro parece estar a contribuir para a modernização dos discursos masculinos e para uma maior consciência de que existem assimetrias de género com impactos profundos. De facto, são vários os entrevistados que nas suas respostas fazem referência à existência de estudos que demonstram que há desigualdade entre mulheres e homens. Não é possível, no âmbito deste projecto, traçar e examinar as relações entre investigação académica e transformações nos discursos de género, mas trata-se de uma linha de pesquisa que seria interessante explorar em futuros trabalhos.

No entanto, e como se foi argumentando ao longo do capítulo, esta modernização dos discursos dos homens não é um processo de rejeição total de modelos tradicionais assentes numa visão dicotómica e naturalizante do género, que se traduziria na sua substituição completa por um modelo distinto, de carácter mais igualitário. Nos discursos dos homens entrevistados, elementos desse modelo tradicionalista coexistem frequentemente com posições modernistas. Modelos de conceptualização do género que à primeira vista pareceriam opostos e mutuamente exclusivos são mobilizados nos discursos como posições conciliáveis (como inicialmente se discutiu também no capítulo 1 deste livro). Há, aliás, situações em que conceptualizações mais modernistas são incorporadas nas narrativas dos entrevistados de uma forma que vem reforçar e legitimar posições tradicionalistas, em vez de contrariá-las ou perturbá-las.

Constatámos, por exemplo, que a incorporação nos discursos dos entrevistados do reconhecimento de que há excepções às diferenças de género (isto é, mulheres e homens que não encaixam na “regra” de que os homens são mais “x” do que as mulheres), contribui para fragilizar e relativizar essa “regra”, mas também pode reforçá-la. Quando se prevê e aceita a existência de excepções, é possível continuar a pensar e falar sobre género em função de

generalizações dicotômicas, mesmo quando se conhecem casos que contrariam essas generalizações. Como tal, a relativização da dicotomia tradicional homens/mulheres pode até tornar essa dicotomia mais robusta, em vez de mais fraca, porque lhe dá flexibilidade suficiente para lidar com, e assimilar, contradições sem ter de ser posta em causa. Trata-se de uma dinâmica que ilustra bem a resiliência dos modelos dicotômicos de conceptualização do género descrita por Amâncio. Segundo a autora, em situações de profundas transformações nas estruturas sociais, não se verifica uma reconfiguração significativa da ideologia colectiva sobre a diferenciação entre masculino e feminino, mas sim uma criação de subcategorias de mulheres, particularizando aquelas que assumem papéis ou desempenham actividades “atípicas”, o que permite que os significados femininos e os seus limites contextuais permaneçam intactos (Amâncio, 1993, 1994).

Vimos, além disso, que apesar de rejeitarem abertamente uma divisão desigual de papéis, deveres e oportunidades entre mulheres e homens, vários entrevistados descrevem práticas de gestão das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos que reproduzem uma assimetria desse tipo. Ao incorporarem nos seus discursos uma recusa explícita do machismo e da desigualdade, e justificarem essas práticas com base em factores que, segundo eles, nada têm a ver com questões de género, os entrevistados podem manter modelos tradicionais de organização da família e ao mesmo tempo apresentarem-se como modernos e igualitários. Por outras palavras, a rejeição declarada de modelos conservadores é usada para invisibilizar ou negar o carácter conservador de algumas práticas e discursos dos entrevistados, contribuindo deste modo para normalizar e legitimar esses discursos e práticas e evitar (pelo menos até certo ponto) que sejam postos em causa.

Estes são exemplos dos modos como a mudança de discursos pode operar também como uma dinâmica de reforço de continuidades. Como se procurou demonstrar, a modernização dos discursos masculinos não é necessariamente acompanhada de uma rejeição de modelos tradicionais: pode ser, pelo contrário, uma forma de tornar práticas e representações tradicionalistas mais aceitáveis num contexto em que estas são avaliadas como indesejáveis. Neste sentido, é muito difícil avaliar de forma precisa ou inequívoca a forma, o grau e a extensão da mudança dos discursos de género. Os discursos dos entrevistados combinam traços modernistas com elementos tradicionalistas, evidenciam tendências de ruptura e de continuidade, e demonstram tanto dinâmicas de rejeição do conservadorismo, como estratégias de reenquadramento desse conservadorismo para o tornar mais

legítimo num contexto em que normas igualitárias parecem ter um importante poder simbólico. São sinais de que já se percorreu um longo caminho no sentido da diminuição da desigualdade entre mulheres e homens na família e na sociedade e de que podemos estar otimistas quanto à possibilidade de continuação e alargamento dessa mudança. No entanto, são também sinais de que nos devemos manter atentos às dinâmicas de continuidade e às formas como os modelos conservadores e assimétricos vão sendo reproduzidos, reinventados e reciclados nos discursos de homens e mulheres.

PARTE IV

Construindo a Paternidade

Capítulo 7 Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal

Vanessa Cunha

Introdução: A fecundidade masculina em questão

É escasso o conhecimento acerca da fecundidade dos homens. Em parte porque a demografia, que impulsionou e passou a deter um papel-chave na observação e na interpretação deste fenómeno, consolidou a sua análise em torno de indicadores que traduzem, quase exclusivamente, a realidade da fecundidade feminina (o índice sintético, as taxas globais e específicas, as taxas brutas de reprodução, os indicadores de calendário); mas também porque as ciências sociais em geral, e a investigação sociológica em particular, desde há muito que vêm interrogando a vida familiar, os comportamentos reprodutivos dos casais e o lugar dos filhos a partir da perspectiva das mulheres.

A marginalização flagrante dos homens, nomeadamente da análise demográfica da fecundidade, resultou da confluência de factores metodológicos, teóricos e ideológicos (Goldscheider e Kaufman, 1996; Green e Biddlecom, 2000). Com efeito, a dificuldade em calcular a idade fértil dos homens, a sua menor capacidade para precisar alguns eventos ligados à vida reprodutiva (a ocorrência e a datação de abortos, por exemplo), ou mesmo a fraca expressão numérica de famílias monoparentais masculinas impuseram-se enquanto razões de ordem técnica para não incluir os homens naquela análise.

Por outro lado, a disciplina desenvolveu-se e consolidou a sua linha de investigação em sintonia com o quadro normativo dominante das sociedades ocidentais de meados do século XX, que enfatizava a separação das esferas pública/masculina e privada/feminina. De facto, a influente sociologia dos anos 50 e 60 identificou a maior diferenciação funcional daquelas sociedades e, conseqüentemente, a maior diferenciação também das famílias, cabendo ao homem o papel instrumental de provedor ligado à sua participação na esfera pública, enquanto que à mulher competiria o papel expressivo ligado à esfera privada dos afectos, da domesticidade e da educação dos filhos (Parsons e Bales, 1955)¹. A especialização de papéis seria resultado, portanto, do processo

¹ Aliás, fazendo eco da psicologia e da pediatria do pós-guerra, estes autores consideravam que o papel expressivo teria fundamento nas características inatas ao sexo feminino, tanto de natureza biológica como psicológica. Como referiram Turmel (1997) e Hays (1996), a década de 50 do século XX foi marcada pelo discurso acerca da importância da qualidade afectiva da relação mãe-bebé. As teorias do psicanalista John Bowlby sobre “maternal attachment” e “maternal deprivation” foram muito

de industrialização daquelas sociedades, como também frisaram Goldscheider e Kaufman: “Prior to the transformations that created urban, post industrial societies throughout the more developed world, both men and women were home, involved in household production and the raising of their collective children (...). The historical circumstances that led to men’s preceding women in leaving the household for income-earning opportunities left children behind with their mothers, transferring both legal custody at divorce and responsibility for children’s moral development from men to women” (1996, p. 92). Inclusivamente, o maior isolamento da família nuclear e a proximidade física que passou a caracterizar o laço entre mãe e filhos seriam responsáveis, segundo vários autores, pela descoberta do amor maternal, sentimento que julgavam ausente das relações familiares nas sociedades pré-modernas (Ariès, 1988; Badinter, 1980; Shorter, 2001). Ora, estas abordagens teóricas, à época dominantes, que colocavam a mulher e a criança no âmago do processo histórico de sentimentalização da vida familiar, ou mesmo que consideravam os afectos uma prerrogativa do género feminino, contribuíram amplamente para dissociar o homem das manifestações afectivas que circulam no seio da família.

Por último, a demografia também foi chamada a intervir na resolução do problema da altíssima fecundidade dos países em vias de desenvolvimento. Sob a influência da “visão biomédica e sanitária da reprodução (...) [que encarava] as mulheres apenas como instrumentos e meios (de produção de filhos saudáveis) das políticas de saúde” (Almeida *et al.*, 2004, p. 24), mas também dos movimentos feministas, que defendiam o direito das mulheres à livre escolha no campo da contracepção, procurou-se travar o crescimento demográfico daqueles países apostando em programas dirigidos especificamente às mulheres. A fundamentação para deles excluir os homens remetia, então, para a dificuldade em balizar a sexualidade masculina, ainda mais problemática em contextos de poligamia, e para a resistência dos homens face ao planeamento familiar, tributária do seu (pretenso) alheamento em relação à criação dos filhos (Green e Biddlecom, 2000, p. 83).

Com a década de 90 deu-se uma mudança decisiva neste panorama, com a deslocação do enfoque do planeamento familiar para a saúde reprodutiva, em grande medida impulsionada pela Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, que se realizou no Cairo sob a égide das Nações Unidas: “Passa-se então de uma atenção privilegiada à população

influentes, assim como o trabalho do pediatra Benjamin Spock, que advogava “the crucial importance of child rearing (...) grounded in maternal affection” (Hays, 1996, p. 49), requisito que estaria, então, naturalmente inscrito na condição materna: “mothers are naturally loving and empathic” (*idem*).

e ao controlo da fecundidade para uma agenda de protecção e promoção de direitos reprodutivos de mulheres e homens, entendidos como direitos humanos, em sentido mais amplo” (Almeida *et al.*, 2004, pp. 24-25). Tratou-se de uma viragem que não foi alheia à escalada da SIDA e demais infecções sexualmente transmissíveis, mas que também traduziu o reconhecimento do fracasso dos programas de controlo da natalidade dirigidos apenas às mulheres, já que a fecundidade dos países em vias de desenvolvimento mantinha-se elevada apesar do declínio dos ideais femininos de descendência. Da Conferência do Cairo saíram, assim, orientações no sentido de promover a co-responsabilização dos homens nos comportamentos sexuais, reprodutivos e no exercício da parentalidade. E a análise demográfica passou a interessar-se pelo seu papel na manutenção daquele *status quo* (Goldscheider e Kaufman, 1996; Grady *et al.*, 1996). Como referiram Green e Biddlecom (2000), estava aberto o caminho para a compreensão dos processos de decisão no campo da fecundidade e do papel aí exercido pelos homens.

Ora, também é importante colocar a questão para os países mais desenvolvidos, embora pela razão inversa, já que se encontram a braços com o problema da baixa fecundidade. Trata-se de uma realidade que traduz o crescente sucesso do planeamento familiar e o adiamento da transição para a parentalidade – tendências que começaram a despontar nos anos 60 do século XX –, mas também a consolidação de um modelo de descendência mais contido, centrado na norma ideal dos dois filhos (Cunha, 2007; Testa, 2002). A verdade é que estes fenómenos têm concorrido para que se atribua às mulheres o protagonismo das mudanças registadas a nível da fecundidade. Antes de mais, porque a sua participação no mercado de trabalho – que tem aumentado significativamente desde meados do século XX – poderia mitigar a aspiração à maternidade. Como clarificou Oliveira a este respeito, trata-se de “uma visão profundamente enraizada na perspectiva de Becker, sobre os maiores custos económicos da criança associados ao aumento da educação feminina (...). Esta concepção supõe a existência de um conflito entre o trabalho feminino [associado ao aumento da escolarização] e a maternidade” (2007, p. 15). Por outro lado, porque a preponderância dos métodos anticoncepcionais ditos femininos (com amplo destaque para a pílula) transferiu o ónus do controlo da fecundidade do homem, a quem competia tradicionalmente², para a mulher.

² Pelo recurso ao coito interrompido. Este método de controlo dos nascimentos, muito generalizado até recentemente, esteve na base, inclusive, da “primeira revolução contraceptiva” na época moderna. Sobre este assunto ver: Ariès (1992), Bandeira (1986), MacLaren (1997), Leridon *et al.*: (1987) e Segalen (1999).

A acrescentar a isto, a própria ideologia do amor romântico, que marcou uma determinada geração de cientistas sociais, e a microeconomia da fecundidade inaugurada por Becker (1960), foram cúmplices da ideia de que no quadro da vida em casal a reprodução seria uma arena isenta de desencontros, tensões e negociações, pelo que poderia ser apreendida a partir da perspectiva da mulher.

Deste modo se explica a omissão do papel do homem no campo da reprodução conjugal, não obstante a maior visibilidade dos seus desempenhos e valores noutras arenas da esfera privada, seja na produção doméstica, seja no quadro das relações amorosas (Aboim, 2006). Esta lacuna marca, inclusivamente, a linha de estudos sobre paternidade (*fatherhood*) que floresceu nos anos 90 e que se tem pautado pela preocupação em recensear as dimensões do papel de pai, em abarcar a diversidade de práticas e significados associados ao seu exercício e em apreender o seu impacto na identidade e na realização masculinas (Dienhart, 1998; Marsiglio, 1995; Townsend, 2002, entre outros)³. Mas o que está a montante, o universo das aspirações procriativas, a antecipação da parentalidade, a construção da fecundidade no quadro da vida pessoal e conjugal – que já se conhece, aliás, para a população feminina (Almeida *et al.*, 2004; Cunha, 2007) –, constitui ainda um filão por explorar no caso dos homens.

É, justamente, o que nos propomos a fazer neste capítulo, a partir de algumas narrativas de homens-pais. Quando é que a aspiração à paternidade começa a desenhar-se nas suas vidas? Em que moldes ela é concretizada no quadro das relações conjugais? De que forma participa no processo de negociação da fecundidade do casal? Estas são algumas das questões às quais procuraremos responder. Mas, antes de avançarmos com a análise das entrevistas, vamos ainda apresentar alguns indicadores sobre a fecundidade portuguesa. São dados que revelam, então, que as práticas e as representações masculinas e femininas neste domínio nem sempre são coincidentes.

Fecundidade portuguesa masculina e feminina: Encontros e desencontros

Ora, o que se sabe da fecundidade masculina portuguesa deve-se ao contributo de análises demográficas recentes, mas também de estudos extensivos (nacionais e internacionais) ao valor social dos filhos e aos comportamentos da população jovem e adulta no campo da sexualidade, da

³ Sobre este assunto ver Capítulos 8 e 9.

contraceção e da reprodução. Destes, o mais relevante e inovador no panorama português é, sem dúvida, o *Inquérito à Fecundidade e Família* de finais dos anos 90 (INE, 2001), na medida em que, pela primeira vez, foi amplamente auscultada a população masculina nesta matéria⁴.

Quadro 7.1 – Distribuição percentual de homens e mulheres pela existência ou não de filhos e pelo número médio de filhos, segundo o grupo etário – Portugal, 1997

Grupo etário		Filhos (nados-vivos)			N.º médio
		Nenhum	1 ou +	Total	
Total	H	46,4	53,6	100	1,1
	M	40,0	60,0	100	1,2
15-19 anos	H	99,8	0,2	100	0,0
	M	97,5	2,5	100	0,0
20-24 anos	H	93,2	6,8	100	0,1
	M	78,6	21,4	100	0,3
25-29 anos	H	66,3	33,7	100	0,4
	M	42,4	57,6	100	0,8
30-34 anos	H	29,8	70,2	100	1,1
	M	16,4	83,6	100	1,5
35-39 anos	H	16,4	83,6	100	1,6
	M	11,3	88,7	100	1,9
40-44 anos	H	12,7	87,3	100	1,8
	M	8,1	91,9	100	2,0
45-49 anos	H	8,0	92,0	100	2,2
	M	9,2	90,8	100	2,1
50-54 anos	H	7,5	92,5	100	2,3

Fonte: INE (2001).

Um primeiro resultado que importa referir prende-se com a dimensão ligeiramente menor das descendências dos homens em relação à das mulheres:

⁴ O *Inquérito à Fecundidade e Família* resultou da iniciativa da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU), conhecida como *Fertility and Family Surveys*, que procurou conhecer as causas da baixa fecundidade dos países desenvolvidos. Em Portugal, o trabalho foi realizado pelo INE e consistiu na inquirição de uma amostra probabilística da população portuguesa em idade reprodutiva: 6260 mulheres dos 15 aos 49 anos e 3130 homens dos 15 aos 54 anos. A opção de estabelecer um limite etário diferente para mulheres e homens estará certamente relacionada com o facto de o período fértil dos segundos ser mais dilatado (ver mais adiante a nota 12).

em média, 1,1 nados-vivos contra 1,2. Este desfasamento é, aliás, uma constante em inquéritos similares, surgindo inclusivamente enquanto tendência europeia⁵. Ora, um factor que contribui para tal é, como podemos observar no mesmo quadro, o desajustamento dos calendários de fecundidade masculino e feminino. A transição para a parentalidade é mais tardia no caso dos homens, embora se verifique uma recuperação nos grupos etários mais velhos: aos 45-49 anos, a proporção de homens com filhos não só passa a ser maior do que a de mulheres, como também têm, em média, mais filhos.

Outro resultado a destacar é o que confirma – com uma impressionante similitude nas declarações de homens e mulheres – o peso dos métodos contraceptivos ditos femininos, e a pílula em particular, no quadro da relação conjugal (quadro 7.2). O recurso a estes métodos por parte dos casais é ainda maior nas idades mais fecundas, comprovando o protagonismo das mulheres no accionamento do planeamento familiar⁶.

A verdade é que no panorama contraceptivo actual – em que o coito interrompido é uma prática em desuso por ser manifestamente insegura, em que o preservativo se associa a relações ou a situações ocasionais e em que a vasectomia é um método pouco e mal conhecido –, “os homens [e as mulheres] não vêem a contracepção masculina como uma alternativa necessária ou mesmo possível à contracepção feminina” (Almeida e Vilar, 2008, p. 40).

⁵ Outros dois exemplos são: o Estudo Europeu de Valores de 1990, onde foram inquiridos homens e mulheres a partir dos 18 anos (Almeida e Guerreiro, 1993); e o Eurobarómetro 56.2 de 2001, onde foram inquiridos homens e mulheres a partir dos 15 anos (Testa, 2002).

⁶ O “4.º Inquérito Nacional de Saúde”, realizado em 2005/2006, corrobora estes resultados: o peso da pílula sobre os restantes métodos contraceptivos, em especial, nas idades mais fecundas. O aumento do recurso ao DIU a partir dos 40 anos compensa, de algum modo, o ligeiro decréscimo da utilização da pílula (INE/INSA, 2009).

Quadro 7.2 – Distribuição percentual de homens e mulheres (fecundas e não grávidas) em casal, por último método contraceptivo utilizado durante pelo menos 3 meses – Portugal, 1997

Métodos contraceptivos	Homens	Mulheres	Mulheres	
	15-54 anos	15-49 anos	25-29 anos	45-49 anos
Métodos femininos	77,0	77,1	82,7	70,2
Pílula	59,0	60,2	75,3	45,2
DIU, injeção, esterilização	12,0	11,6	–	–
Diafragma, espuma, cones, abstinência, ciclos seguros	6,0	5,3	–	–
Métodos masculinos	22,6	22,3	17,2	29,1
Preservativo, esterilização	16,6	15,5	–	–
Coito interrompido	6,0	6,8	–	–
Outros métodos	0,5	0,5	–	–
Total	100,0	100,0	–	–

Fonte: INE (2001).

No universo dos valores há também vários dados a realçar. Antes de mais, o inquérito faz eco de outros estudos que demonstraram que a norma dos dois filhos tem vindo a afirmar-se enquanto ideal de descendência, não apenas na sociedade portuguesa, mas nas europeias em geral (Cunha, 2007; Testa, 2002). As aspirações reprodutivas da população inquirida espelham, assim, esta tendência: 2,1 é o número médio de filhos desejado tanto por homens como por mulheres (quadro 7.3). No entanto, há diferenças que não podemos deixar de assinalar, como a adesão à norma dos dois filhos mais vincada nos homens: independentemente da idade ou da existência ou não de filhos, eles declaram com mais frequência o desejo de concretizar esse tipo de descendência. Por seu lado, as aspirações das mulheres são mais diversificadas, pelo que manifestam mais vezes a vontade de realizar uma descendência de 3 ou mais filhos, mas também de ficar pelo filho único, ou mesmo de não ter nenhum.

Quadro 7.3 – Distribuição percentual de homens e mulheres por número máximo de filhos desejados⁷, segundo o grupo etário – Portugal, 1997

Grupo etário		Número máximo de filhos desejados					Total
		Nenhum	1 filho	2 filhos	3+ filhos	NS	
Total	H	3,6	13,6	62,5	19,9	0,5	100
	M	4,2	15,5	57,6	22,3	0,4	100
Total sem filhos	H	7,2	8,8	69,1	13,9	0,9	100
	M	10,1	9,0	61,6	18,3	0,9	100
15-19 anos	H	3,4	8,8	73,9	13,2	0,8	100
	M	4,5	8,0	68,5	17,9	1,1	100
20-24 anos	H	2,8	8,3	73,3	14,8	0,8	100
	M	2,6	8,8	67,5	20,4	0,6	100
25-29 anos	H	2,7	9,8	68,5	18,2	0,9	100
	M	4,8	11,3	58,6	23,9	1,5	100
30-34 anos	H	7,9	7,6	70,2	12,0	2,2	100
	M	24,5	14,4	47,2	12,2	1,7	100
35-39 anos	H	29,1	16,8	41,1	10,9	2,1	100
	M	63,3	11,2	22,6	2,8	0,0	100
40-44 anos	H	52,5	2,5	45,0	0,0	0,0	100
	M	91,7	6,0	2,3	0,0	0,0	100
45-49 anos	H	93,5	0,0	6,5	0,0	0,0	100
	M	97,7	2,3	0,0	0,0	0,0	100
50-54 anos	H	76,3	14,9	8,8	0,0	0,0	100

Fonte: INE (2001).

Mas este resultado reflecte, afinal, outra diferença importante a nível da fecundidade masculina e feminina, que é o facto de o calendário das mulheres – o seu período fértil – ser mais curto do que o dos homens. O desacerto de calendários leva, portanto, a que os homens tenham expectativas de serem pais – e pais de mais filhos – até mais tarde (o que, aliás, acontece na prática, como observámos mais acima). Por conseguinte, se tivermos em conta as aspirações da população inquirida sem filhos segundo o grupo etário, verificamos que as expectativas das mulheres começam a diminuir

⁷ Com este indicador pretende-se medir as aspirações no campo da fecundidade. Mas enquanto no caso dos inquiridos que não têm filhos, o indicador traduz o número de filhos desejados, no caso dos inquiridos que já tiveram filhos, o indicador recobre não só o número de filhos ainda desejados como os filhos já nascidos.

rapidamente a partir dos 30-34 anos. E aos 40-44 anos, cerca de 9 em 10 declaram que já não equacionam ter filhos, enquanto mais de metade dos homens do mesmo grupo etário afirma o desejo de ter ainda dois filhos.

O inquérito proporciona ainda dados interessantes sobre valores ligados à parentalidade, isto é, sobre a posição que a criança detém, simbolicamente, no quadro da vida pessoal e conjugal (quadro 7.4).

Quadro 7.4 – Distribuição percentual de homens e mulheres, por opiniões sobre ter filhos e grau de concordância ou importância – Portugal, 1997

“Não acredito que alguém possa ser realmente feliz sem 1 filho”		
	H	M
Concorda fortemente	23,2	22,2
Concorda	23,0	25,9
Nem concorda nem discorda	14,2	17,5
Discorda	39,5	34,5
Total	100,0	100,0
“Um casal deveria ter pelo menos 1 filho”		
	H	M
Concorda fortemente	60,2	47,7
Concorda	27,5	37,7
Nem concorda nem discorda	5,8	7,2
Discorda	6,6	7,4
Total	100,0	100,0
“Ter crianças fortalece a relação do casal” (razão para ter filhos)		
	H	M
Importante	79,5	67,5
Não é importante	13,8	23,9
Não sabe	6,6	8,6
Total	100,0	100,0

Fonte: INE (2001).

Da análise das declarações e do grau de concordância ou importância atribuído às mesmas, duas notas se impõem. A primeira prende-se, justamente, com a posição distinta que a criança detém naqueles dois contextos: a ideia da felicidade pessoal alcançada exclusivamente por

intermédio da parentalidade não colhe um consenso generalizado, visto haver uma franja significativa de homens e mulheres que concebem outras fontes de gratificação para além (e mesmo na ausência) da criança; em contrapartida, é mais difícil dissociar a conjugalidade da parentalidade, ou seja, o sentido da vida em casal parece estar alicerçado na existência de filhos (*pelo menos 1*), em grande medida porque sobre eles recai a expectativa do fortalecimento do laço conjugal (ou se reconhece a posteriori o seu papel). Trata-se, na verdade, da função simbólica de coesão dos filhos, uma das mais importantes no quadro de valores das mulheres portuguesas, como se constatou noutro estudo (Cunha, 2007). Mas o que os dados vêm acrescentar – e esta é, então, a segunda nota – é que a expectativa projectada nos filhos é igualmente uma realidade no caso dos homens, aliás, ainda com mais peso. A concordância mais vincada em relação à segunda afirmação e a maior importância atribuída à terceira parecem apontar, em suma, para uma sobreposição ainda mais estreita da conjugalidade e da parentalidade na ordem simbólica masculina (Townsend, 2002).

Noutro inquérito sobre as atitudes dos europeus face à fecundidade – o Eurobarómetro 56.2⁸ – um resultado que não podemos deixar de aludir prende-se com o desacerto entre o que se aspira num dado momento neste campo e o que se concretiza efectivamente, bem como as razões que o justificam. Quando questionados se realizaram o projecto de fecundidade que tinham por volta dos 20 anos (em média, 1,8 filhos no caso dos homens e 2,0 no caso das mulheres), a maioria dos portugueses declarou tê-lo feito ou mesmo ultrapassado essa meta inicial, com uma ligeira vantagem para os primeiros (63% contra 59%). Os que não realizaram e que já não tinham intenção de fazê-lo (19% dos homens e 26% das mulheres) apontaram, então, as razões para tal⁹ (quadro 7.5).

Ora, os problemas financeiros, de saúde e conjugais e a falta de disponibilidade ditam, em grande medida, a limitação da fecundidade portuguesa, totalizando mais de 80% das respostas¹⁰. No entanto, é interessante observar que as razões pesam de modo diferente nas decisões dos homens e das mulheres. Se somarmos o custo dos filhos aos problemas financeiros constatamos que esta dimensão económica pesa tanto como a questão da

⁸ Estudo realizado em 2001 nos 15 Estados membros, à população de ambos os sexos com 15 e mais anos (Testa, 2002).

⁹ Esta questão era de resposta múltipla (até 3 razões). No quadro, a distribuição é apresentada sobre o total de respostas e não de casos.

¹⁰ Não obstante, Portugal destaca-se do panorama europeu pelo peso dos problemas financeiros. Na União Europeia sobressai, então, a falta de parceiro adequado, a falta de disponibilidade e a mudança de prioridades (Testa, 2002).

saúde no caso das mulheres, mas pesa significativamente mais no caso dos homens. São também eles que mais referem a falta de disponibilidade pessoal, enquanto as mulheres sentem mais dificuldade em conciliar a actividade profissional com a vida familiar¹¹ e em encontrar o parceiro certo para ter (mais) filhos.

Quadro 7.5 – Distribuição percentual de homens e mulheres pelas razões para não terem realizado o projecto de fecundidade que tinham por volta dos 20 anos – Portugal, 2001

Razões	H	M
Problemas financeiros (do próprio ou do cônjuge)	33,3	24,6
Problemas de saúde (do próprio ou do cônjuge)	25,0	28,6
Não encontrou o parceiro certo ou tem problemas conjugais	11,1	15,2
Falta de disponibilidade pessoal (não encontrou a altura certa)	11,1	7,6
Mudança de prioridades (já tem filhos suficientes)	8,3	7,6
Dificuldade em conciliar trabalho/família (falta de creches, etc.)	5,6	8,6
Custo dos filhos (educação, etc.)	5,6	4,8
Falta de alojamento adequado	0,0	2,9
Total	100	100

Fonte: Testa (2002).

Fecundidade e educação

É já sobejamente conhecido o impacto das variáveis macrosociais na fecundidade das mulheres portuguesas, tanto a nível dos comportamentos reprodutivos como no campo dos ideais e das aspirações (Almeida *et al.*, 1995, 2004; Almeida, André e Lalanda, 2002; Cunha, 2007), mas pouco se conhece no caso da fecundidade masculina.

Ora, a partir do recenseamento de 2001 e das estatísticas demográficas do INE, Oliveira (2007) procurou dar conta da tendência actual da fecundidade feminina e masculina à luz da sua relação com a educação, calculando, para diferentes níveis de ensino, indicadores de *intensidade* e de *calendário* – índice sintético de fecundidade, idade média ao nascimento¹² –, justamente

¹¹ Ver Capítulo 3.

¹² A análise demográfica da fecundidade contempla os nascimentos que ocorrem ao longo da idade fértil. No caso das mulheres está convencionado que se situa entre os 15 e os 49 anos, pois é nesse intervalo que têm lugar 99,9% dos nascimentos. No caso dos homens não há um intervalo definido, pelo que a autora optou por balizá-lo entre os 15 e os 59 anos, para incluir também 99,9% das ocorrências.

aqueles que melhor retratam a profunda mudança da paisagem demográfica portuguesa das últimas décadas: declínio acentuado da fecundidade e adiamento da transição para a parentalidade. Trata-se de uma análise original, pois, se desde há muito que aquela relação tem sido investigada pela demografia, constituindo mesmo um elemento central da teoria da transição demográfica, apenas tem sido equacionada para a população feminina.

Como podemos observar no quadro seguinte, a educação influencia no mesmo sentido os comportamentos procriativos das mulheres e dos homens: a idade média ao nascimento dos filhos aumenta linearmente para ambos com o grau de ensino; e a proporção da fecundidade realizada até aos 30 anos diminui de forma significativa. Contudo, há um certo desfasamento nos seus *calendários* associado à maior precocidade da fecundidade feminina e que reflecte a tradicional diferença etária entre cônjuges, tanto maior quanto mais baixo é o grau de ensino.

Quadro 7.6 – Idade média ao nascimento (IMN), proporção da fecundidade realizada até aos 30 anos (PFR 30) e índice sintético de fecundidade (ISF) de homens e mulheres, segundo a educação – Portugal, 2000/01

Grau de ensino	IMN		PFR 30		ISF	
	H	M	H	M	H	M
Até ao 6.º ano	30,0	26,5	0,54	0,74	1,58	1,90
9.º ano	32,1	29,2	0,41	0,60	1,35	1,32
Ensino secundário	33,6	31,0	0,27	0,44	1,56	1,29
Ensino superior	35,2	32,5	0,15	0,29	1,73	1,36
Total	31,6	28,7	0,42	0,59	1,50	1,50

Fonte: Oliveira (2007).

Quanto ao índice sintético, os resultados revelam uma intensidade da fecundidade em U (mais baixa nos graus de ensino intermédios e mais elevada nos extremos), o que levou Oliveira a concluir que a visão clássica que apontava “para uma relação inversa entre a fecundidade [feminina] e a educação” (2007, p. 15) já não permite fazer uma leitura do panorama actual. A autora adianta, assim, uma explicação que é inclusiva de outras variáveis independentes, como o trabalho e o rendimento: “É possível que as diferenças educacionais tenham um efeito negativo sobre a fecundidade até um dado patamar de escolaridade, porque aumentam a probabilidade das mulheres trabalharem, mas em trabalhos com poucas diferenças

salariais em função da educação (...). A partir de certo nível de escolaridade, as diferenças de nível educativo traduzem-se em aumentos do rendimento, diminuindo o custo relativo de ter um filho” (*idem*, p. 16).

Mas se é importante este avanço na compreensão da fecundidade das mulheres e dos homens portugueses, não é de somenos importância reflectir sobre as diferenças encontradas também na *intensidade* da fecundidade masculina e feminina: a recuperação do U ocorre num nível de escolaridade mais baixo para os homens (ensino secundário) do que para as mulheres (ensino superior); e onde a fecundidade atinge valores mais elevados é, no caso dos homens, entre os mais escolarizados e, no caso das mulheres, entre as menos escolarizadas. Estes resultados revelam, assim, que a relação entre educação (e, indirectamente, trabalho e rendimento) e fecundidade não só tende a ser globalmente mais positiva para os homens do que para as mulheres, como a distância entre eles vai adensando à medida que aumentam os capitais escolares¹³, sugerindo uma articulação entre as variáveis independentes mais complexa no caso das mulheres¹⁴.

A fecundidade dos homens no quadro da relação conjugal (análise de entrevistas)

Como já foi sobejamente referido em capítulos anteriores, este livro debruça-se sobre a vida familiar de homens portugueses de diferentes meios sociais e em diferentes configurações domésticas: em famílias “simples” de casais com filhos; em famílias recompostas, onde assumem (também ou exclusivamente) o papel de padrasto; e em famílias monoparentais paternas, na sequência de divórcio, separação, ou viuvez. Neste capítulo vamos restringir-nos ao primeiro tipo de família e vamos analisar a fecundidade masculina no quadro da relação conjugal. São entrevistas a homens com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos, que vivem, em regra, numa primeira conjugalidade e que foram pais no âmbito dessa mesma relação¹⁵. O nascimento do primeiro filho ocorre para alguns há bastante tempo, pelo que já têm filhos adultos, enquanto outros foram pais muito recentemente. Mas a maioria tem filhos

¹³ A excepção patente no grupo menos escolarizado traduz a menor participação dessas mulheres no mercado de trabalho, realidade que se associa a uma fecundidade mais elevada. Com efeito, num estudo quantitativo de âmbito nacional constatou-se que as mulheres que nunca trabalharam têm descendências mais numerosas do que as mulheres trabalhadoras, embora as suas aspirações reprodutivas até sejam mais modestas (Cunha, 2007).

¹⁴ Se é verdade que a inactividade económica é mais significativa nas mulheres com baixos capitais escolares, o que aquele estudo também revelou foi que as mulheres que estão fora do mercado de trabalho têm sistematicamente mais filhos, independentemente do nível de ensino (*idem*).

¹⁵ Abrimos apenas uma excepção, para um caso em que não há filhos da actual conjugalidade, mas em que o homem teve um filho no âmbito de uma relação anterior.

adolescentes ou crianças em idade escolar, predominando as descendências de dois filhos. Temos, assim, uma diversidade de “tempos familiares”, visto que há homens que estão no fim da sua carreira reprodutiva, enquanto outros estão agora a iniciá-la. Mas temos, também, uma diversidade de “tempos individuais”, pois estes homens foram pais em idades bem distintas, entre os 23 e os 44 anos, o que por si só potencia um amplo leque de experiências de fecundidade e, claro está, de paternidade¹⁶.

Ora, se os dados que atrás reunimos permitiram traçar um breve retrato da fecundidade masculina portuguesa, dando a ver as tendências dominantes que partilha com a fecundidade feminina mas também as singularidades e os desencontros entre elas, a análise das entrevistas permite ir um pouco mais além e conhecer **o modo como se formulam e concretizam os projectos de paternidade no quadro da relação conjugal**.

Procuramos conhecer, assim, em que momento e em que moldes é que os homens começam a esboçar um **projecto de paternidade**. No caso das mulheres, é sabido que costumam chegar à conjugalidade com aspirações bem definidas e dissociadas do próprio projecto conjugal (Almeida *et al.*, 2004). Será também assim no caso dos homens, ou será que aquele só é inaugurado no âmbito, e enquanto complemento indispensável, da vida em casal? Vamos auscultar, então, os projectos que acalentavam na juventude e no início da vida a dois, de forma a perceber em que momento é que a ideia de paternidade começou a tomar forma. Mas vamos também olhar para o momento actual, de modo a perceber se as suas preferências se mantiveram estáveis ao longo da trajectória reprodutiva, se foram sujeitas a tensões e ajustamentos ou, mesmo, se houve uma acomodação ao projecto reprodutivo da mulher.

Outra dimensão a analisar é a do papel do homem no **processo de negociação da fecundidade conjugal**. Queremos saber, portanto, se há comunicação a este nível, se os cônjuges explicitam os seus ideais e os seus projectos individualmente elaborados, mas também, face a eventuais divergências, como são tomadas as decisões: se procuram conciliar posições de modo a acordarem num projecto comum, ou, pelo contrário, se é a vontade de um dos cônjuges que prevalece. No fundo, queremos perceber como é que os homens reflectem acerca deste processo negocial e se consideram que participam nas decisões acerca da dimensão da descendência (*quantos filhos?*) e do calendário da fecundidade (*quando os ter?*).

¹⁶ Ver Introdução e Anexo I para detalhar a caracterização dos entrevistados.

No seguimento desta dimensão temos, então, uma terceira, ligada ao papel do homem na **construção da fecundidade conjugal**. Perante a realidade de um planeamento familiar que tende a ser conduzido pela mulher, em que é sobre ela que recai a responsabilidade de assegurar a infertilidade voluntária do casal ou de a suspender quando se equaciona a vinda de um filho, e que pode mesmo constituir-se numa vantagem em caso de desacordo¹⁷, importa perceber se os homens se sentem co-responsáveis pela vigilância contraceptiva (Grady *et al.*, 1996), pelo controlo da fecundidade conjugal, ou, inversamente, se o sentimento dominante é de que a trajectória reprodutiva do casal é dirigida unilateralmente pela mulher. Mas também pode haver um alheamento do homem desta esfera, ou mesmo uma dificuldade de ambos no controlo da fecundidade. Convém lembrar que, apesar das grandes mudanças registadas no panorama do planeamento familiar, há ainda uma margem não despreciable de “acidentes” na constituição das descendências que se ligam, em primeira linha, aos baixos capitais escolares que caracterizam a sociedade portuguesa (Cunha, 2007, 2009a).

De forma muito exploratória vamos abordar ainda uma última dimensão, que se prende com o maior ou menor **envolvimento dos homens na gravidez e no parto**. Trata-se de uma questão que tem sido essencialmente alvo de atenção clínica e mediática, mas que pode ser um terreno interessante para pensar as mudanças a nível do papel do homem nestes acontecimentos que até há pouco lhes foram vedados, bem como o impacto que esta experiência poderá ter na reconfiguração da identidade, dos laços e do papel parentais.

Ora, à luz destas dimensões, a análise de conteúdo fez emergir modos bem distintos de formular e concretizar os projectos de paternidade no quadro da relação conjugal. Encontradas as regularidades nos discursos dos homens entrevistados, chegámos a oito perfis, que o leitor poderá conhecer em detalhe no quadro 7.7 no final deste capítulo. Mas antes de passarmos à apresentação dos mesmos, importa deixar três notas metodológicas. A primeira é que as fronteiras entre os perfis nem sempre são fáceis de estabelecer, pelo que a decisão de incluir ou excluir um caso de um dado perfil poderá ser discutível. A segunda é que, na busca do equilíbrio entre a sistematização da informação e o realce da singularidade, chegámos a perfis que reúnem um número muito diverso de casos, entre um e seis. Finalmente, optámos por fazer apenas uma breve descrição de cada um deles para, em seguida, ilustrá-lo com a força e a lógica narrativa do discurso na primeira pessoa.

¹⁷ Estudos realizados em países em vias de desenvolvimento apontam nesse sentido, para o recurso à contracepção por parte das mulheres, sem conhecimento do marido, de modo a limitarem a descendência (Green e Biddlecom, 2000).

Perfil 1 – Concertado contido

Ser pai, ser marido ou companheiro, constituir família, são objectivos que se conjugam desde cedo nos planos de juventude de Cláudio, Jeremias ou Hélder, de Marcelo, Álvaro ou César. Mas é o início da vida a dois que marca, verdadeiramente, o momento em que o projecto de paternidade começa a tomar forma, não só quanto às preferências pessoais, mas também quanto ao calendário mais adequado para o bom funcionamento da vida familiar. No discurso destes homens destaca-se a importância da negociação da fecundidade e do confronto das aspirações, bem como da procura de uma posição concertada que tentam pôr em marcha, embora possa ser sujeita a reavaliações posteriores. A fecundidade do casal é, então, decidida e dirigida por ambos, sujeita a uma vigilância apertada (os nascimentos são planeados) e a gravidez é acolhida com envolvimento. Estes homens casaram-se relativamente cedo, mas viveram intencionalmente alguns anos sem filhos, à excepção de César que, após uma primeira conjugalidade mal sucedida e infecunda, foi logo pai no contexto da actual relação (a sua mulher passara por uma situação similar). Quase todos tiveram dois filhos, com intervalos relativamente longos entre os nascimentos, menos Cláudio, que tem apenas uma filha já adolescente. Nenhum pensa ter mais. Neste perfil, os homens detêm escolaridades a nível do 3.º ciclo do ensino básico ou do secundário e exercem profissões manuais ou pouco qualificadas ligadas aos serviços. Apenas Álvaro, de 47 anos, é mais qualificado e está a terminar uma licenciatura, dando resposta a um projecto seu de valorização pessoal e profissional. Vamos, então, conhecer as histórias de Cláudio, Jeremias e Hélder.

Cláudio tem 41 anos, o 8.º ano de escolaridade e é segurança numa instituição pública. A sua mulher tem 43 anos, também tem o 8.º ano e é proprietária de um pequeno negócio. Olhando para os seus tempos de juventude, Cláudio refere que o projecto de paternidade esteve sempre presente: *Isso tinha, sempre tive (...). Eu, sinceramente, não me via sem filhos. Não me via e queria.* Começou a viver com a mulher há 16 anos atrás. No ano seguinte casaram-se, *para lhe fazer mais a vontade*, mas logo nesse primeiro ano de vida a dois a questão dos filhos foi levantada e constatarem uma divergência de opiniões:

Ela sempre disse que filhos... filhos não queria. E eu sempre insisti que quando (...) quando casasse – apesar de fazermos vida em comum – quando casasse, que o objectivo era ter filhos. E aos poucos e poucos, não sei porquê, não foi por insistência minha, ela mudou.

O nascimento da única filha, hoje com 12 anos, ocorreu ao fim de 4 anos de vida conjugal e foi planejado pelo casal:

Foi na altura que nós decidimos que queríamos ter.

Mas Cláudio confessa que, quando a mulher engravidou, gostava que fosse um rapaz, antecipando uma identificação de género a nível das brincadeiras. Mas, como a mulher não tinha qualquer preferência, resolveram aguardar pelo nascimento para conhecer o sexo do bebé:

Quer queiramos quer não, o pai ocupa-se mais do rapaz e a mãe ocupa-se mais da rapariga. Até uma certa idade. Porque, porque é muito mais (...) fácil para nós estarmos a jogar à bola com os filhos. É por esse motivo que, na altura, que eu me via a ter um filho. Era assim que eu me via. E não me via a jogar às bonecas com uma filha, apesar de, por vezes, ter que o fazer, com alguma insistência da parte dela. Mas... mas era assim que me via, era com um filho.

Cláudio acompanhou de perto a gravidez. Na altura estavam emigrados e procuraram encaixar as idas ao médico com as folgas semanais do casal, de modo a Cláudio poder acompanhar a mulher:

“Na Suíça, nós podemos marcar os exames, os dias que queremos ser consultados. Então, nós éramos consultados nos dias que mais interessava. E como à sexta-feira era o nosso dia de folga havia sempre uma conciliação dessas datas para que isso acontecesse”.

No entanto, não esteve presente durante o parto, pois o nascimento ocorreu antes da data prevista e Cláudio estava fora:

Só a vi [passados] quinze dias, porque ela estava prevista que tivesse a filha numa altura e veio com uma boa antecedência. Então, nem sequer assisti ao nascimento porque não estava cá. Mas foi uma alegria, foi uma alegria (...). A coisa mais positiva que eu tive foi quando (...) recebi o telefonema que a minha filha tinha nascido.

Hoje o casal não pensa ter mais filhos e Cláudio aponta como principal razão as dificuldades sentidas no relacionamento com a filha nos seus primeiros anos de vida:

A minha filha foi extremamente difícil, não ao nível de saúde mas ao nível de comportamento. Então... [suspiro] Foi terrível. Eu lembro-me que quando ia levá-la para a creche de manhã, que era todos os dias o mesmo cenário de não querer se vestir: “não, não!” ... depois chegava a casa não queria tomar banho... Era horrível! Foi todos os dias, era..., foi diariamente assim para todos.

Jeremias tem 39 anos, o 8.º ano de escolaridade e é mecânico de automóveis numa pequena oficina, da qual é proprietário juntamente com um irmão. A sua mulher, da mesma idade e com o mesmo nível de ensino, é empregada doméstica. Constituir família era um dado inquestionável nos projectos de juventude deste entrevistado:

Era, era. Sempre foi. Eu acho que isso faz parte... como diz... faz parte das pessoas normais, não é?: casar e ter filhos (...). Se não fosse assim, a humanidade acabava!.

Está casado há 17 anos e tem duas filhas, de 14 e 6 anos. Apesar de achar que se casou algo cedo, aos 22 anos, deu esse passo por estar nessa altura a viver sozinho e por já namorar há algum tempo com a sua mulher:

Nós tínhamos este projecto já, de nos casarmos. Não foi uma... não faria muito sentido continuar a viver sozinho.

No entanto, apesar de ambos quererem ter filhos, decidiram não ter logo, de modo a desfrutarem algum tempo de vida a dois, pelo que a primeira filha só nasceu passados 3 anos:

Éramos novos, e a gente queria ter um tempo para... para passear (...). Aproveitámos para nos divertirmos também um bocadinho, não é? Com o pouco tempo que tínhamos, não é? E com o pouco dinheiro que tínhamos. Mas pronto. Isto é... também... também foi algo que a gente aproveitou para... para nós, como casal, passearmos um bocado (...). E então foi uma opção nossa, só termos filhos ao fim de 3 anos.

Quanto à segunda filha, nasceu 8 anos depois e tratou-se novamente de uma gravidez planeada, desta feita adiada de molde a concretizarem outro projecto de monta que era a construção da moradia da família:

A segunda adiámos porque... estávamos a pensar em construir a casa que hoje temos. E então, para não termos tudo ao mesmo tempo, ficámos 8 anos sem ter filhos. Portanto, a diferença delas é de 8 anos... e só quando tivemos a outra casa feita, esta onde moramos agora, ou estava quase feita... aliás, ela já lá foi nascer. Fomos estrear a casa quando ela nasceu.

Quando questionado acerca das suas preferências, Jeremias refere que gostaria de ter tido um rapaz, desejo ainda mais vincado na segunda gravidez:

Na primeira era indiferente. Portanto, eu... gostava mais que fosse um rapaz, pronto... se fosse um rapaz... [pausa]. Sei lá, os pais, todos eles, gostam mais de... depende... mas na primeira não foi assim muito... Na segunda, gostava mais que fosse um rapaz. Já tinha uma rapariga. Até por uma questão de seguir os automóveis, e que gostasse dos automóveis... Não para seguir isto, porque eu... isto não aconselho a

ninguém, mas... mas... Mas gostava, se um dia tivesse uma empresa maior, gostava de ter um que... para... para seguir. Sendo filhas...

Apesar disso e apesar de a mulher também ter vontade *de ter mais filhos*, Jeremias afirma que decidiram não ter mais, referindo para tal questões financeiras, nomeadamente a intenção de manter o nível de vida que proporcionam actualmente às suas duas filhas:

Ficamos por aqui. A minha esposa gostava de ter mais filhos, mas não... Gostava. Mas também chegámos à conclusão que a vida não... não nos permite ter mais filhos. Depois começávamos a não dar aquilo que gostávamos de dar a estas... pelo facto de termos mais, não é? Os infantários estão muito caros... É melhor ficarmos por aqui.

Em relação às gravidezes, Jeremias envolveu-se de forma desigual. De facto, acompanhou mais a segunda a partir do momento em que uma ecografia, aos 5 meses de gestação, levantou a suspeita de uma malformação do feto:

Tratámos logo de arranjar médicos para a operarem assim que a criança nascesse... procurar o que é que era possível fazer, assim, numa situação dessas... Passou-se a fazer exames quase semanalmente, em várias clínicas, em vários sítios diferentes. Embora todos os outros, todos os outros exames apontassem que a criança ia ser uma criança saudável, mas... ninguém nos conseguia sossegar, porque... levantou... levantou-se a onda, e depois... e depois, psicologicamente, nós pensávamos que toda a gente... tudo o que diziam era só para nos acalmar, porque ela andava num estado de nervos que não era normal. Portanto... e enquanto não vimos a criança, andámos... andámos todos nervosos. E eu acompanhei-a sempre nas... nas idas a... aos... às consultas, e às ecografias. Também tentava ver se via alguma coisa, e... e ela andava num estado de nervos bastante alterado, que era mesmo necessário eu acompanhá-la.

Foi, portanto, neste envolvimento de certa forma accidental, que Jeremias se deparou com a importância do papel do homem durante a gravidez para o bem-estar da mulher e, conseqüentemente, do bebé:

Se o pai conseguir, portanto, trazer a mãe calma, e... e agradar-lhe, e a gravidez passar a ser (...) com bastante calma, bastante... penso que a criança que... que nascerá mais calma (...). Mesmo em termos de choro, quando nasce e não sei quê... se a criança dentro da barriga da mãe andar numa vida um bocado agitada... e muitas vezes com discussões e nervos e não sei quê, a criança nasce um bocado alterada, e eu tive essa experiência com a... com esta mais nova.

Hélder tem 40 anos, o 11.º ano de escolaridade e é operador de venda e controle numa empresa de transportes públicos. A sua mulher tem 31 anos,

a 4.^a classe e é empregada de balcão. Estão casados há 13 anos e têm dois filhos, uma menina de 6 anos e um menino de 4. Ter filhos era uma aspiração que acalentava enquanto jovem, aspiração essa que era elaborada no quadro de um objectivo mais vasto onde casar, ter filhos e conseguir segurança material surgiam intimamente entrelaçados. Com efeito, quando questionado acerca dos projectos de vida que tinha então, respondeu:

Olha, praticamente o que tenho agora: uma casinha, um trabalho e família.

Aos 25 anos, Hélder conheceu casualmente a sua actual mulher, 9 anos mais nova. O facto de já ter na altura a vida organizada – estava a estagiar na empresa onde trabalha e a comprar casa – permitiu-lhes casar no espaço de 1 ano. Inclusivamente, Hélder acredita que foi isso que atraiu então a mulher:

Uma pessoa já mais... com mais, pronto, com um nível já definido (...). [Ela] já sabia que tinha responsabilidade de isto e daquilo. Já tinha um caminho definido. Casou comigo.

A primeira filha nasceu 7 anos depois, enquanto o segundo nasceu logo passados 2 anos. Foram gravidezes planeadas, que vieram de encontro às suas preferências pessoais:

Preferências, já 'tá a vista: é um menino e uma menina. É um casal. 'Tá feito!.

Mas também que vieram de encontro à sua convicção acerca do momento ideal para ter filhos, quando estão reunidas três condições essenciais – maturidade, idade adequada e situação material:

Ora, ao certo, se uma pessoa leva, portanto, a vida equilibrada, a responsabilidade... em chegando a uma determinada altura sabe que, se vier uma criança ou isso, que já tem uma responsabilidade acrescida e sabe o que há-de fazer. Agora, se é outra pessoa que não tem (...), o choque pode ser muito maior e não sabe... não tem bases para lidar com a criança (...). E depois, também há o nível de vida. Se uma pessoa vai ter uma criança e se não tem hoje um emprego, amanhã não trabalha, não tem um trabalho, não tem – porque a vida, nos tempos que correm, é à base de dinheiro – ou se tiver ajudas... E se não tiver ninguém, vale mais 'tar quieto (...). E há os factos biológicos da pessoa, não é? O nosso corpo todo passa por uma série de transformações durante a vida. É certo que quanto mais tarde, mais complicado se torna, porque o nosso organismo não 'tá feito para essas... Pronto, o nosso organismo também tem um relógio biológico (...), tem que se aproveitar esse período, porque fora disso já é um risco.

Hélder envolveu-se bastante na gravidez, acompanhando a mulher a *todas*, ou quase *todas* as consultas. Já as ecografias, por serem realizadas à noite,

permitted-lhe estar sempre presente. Mas também sentiu uma grande curiosidade em informar-se acerca da gravidez e em preparar a paternidade, pelo que, quando a primeira filha nasceu, já se sentia preparado:

Procurei ter informação. Isso é daquelas coisas que a gente, se a gente tiver um bocadinho, se a gente se der ao trabalho de ir lendo algumas coisas... que foi o que eu fiz. Ninguém me explicou. Tive que ir à procura delas, não é? Não hei-de ir ficar à espera que as coisas venham ter comigo. Fui à procura desses livros, desses...sei lá, revistas de informação que dão, tantas coisas para aí aos montes, desde que uma pessoa se interesse um bocadinho. Quando a gente chega à altura 'tá tudo em linha. Até se torna mais divertido.

No entanto, apesar do interesse, não conseguiu assistir a nenhum dos partos, por motivos de dinâmica hospitalar que lhe foram alheios:

Não me deixaram entrar por lado nenhum. Só ela é que entrava sozinha. Só, mais nada. Apesar de que gostava de assistir e falámos nisso, mas não... (...). Acho que era interessante e por ela até gostava. Gostava mas pronto, não permitem.

Apesar de ambos os nascimentos terem sido planeados e de actualmente não planearem ter mais filhos, Hélder manifestou-se disponível para acolher mais um bebé na eventualidade de um “acidente”:

Também se vier, também não há problema. Há-de se arranjar alguma coisa.

Perfil 2 – Antecipado bem-vindo

Tal como no perfil anterior, constituir família – enquanto projecto que alia casamento e filhos – também fazia parte dos planos de juventude de Nicolau, Miguel, António ou Sérgio. No entanto, consideram que foram pais prematuramente, o que os levou a ter de abdicar, com alguma pena, da camaradagem e da ausência de amarras que caracterizavam a sua juventude. A paternidade chegou, então, aos 23-24 anos, compelida por uma gravidez inesperada, como aconteceu a Nicolau e a Sérgio, ou por um casamento antecipado, nos casos de Miguel e António. Não obstante, assumiram com grande envolvimento o projecto de parentalidade a dois, no quadro de uma relação conjugal baseada na negociação, e viveram intensamente o período da gravidez, num misto de exultação e de ansiedade. Todos eles têm actualmente dois filhos e não pensam ter mais, embora Miguel até gostasse e Sérgio, lembrando que nenhum dos dois foi planeado, não descarte essa eventualidade. Aliás, uma característica comum a todos é, então, a fecundidade conjugal “acidentada”, o que se traduz em calendários

heterogéneos que se organizam ao sabor do “imprevisto”. Também como no tipo anterior, estes homens têm escolaridades a nível do 3.º ciclo do ensino básico ou do secundário e exercem profissões pouco qualificadas ligadas aos serviços. Passemos às histórias de Nicolau e Miguel.

Nicolau tem 30 anos, o 9.º ano de escolaridade, é estafeta de distribuição. A sua mulher tem menos 2 anos, o mesmo nível de ensino e é vendedora de loja. São pais de gémeos, um menino e uma menina de 6 anos. A gravidez inesperada da sua mulher, então namorada há já alguns anos, precipitou de uma só vez a conjugalidade e a parentalidade. Foram decisões conjuntas, ponderadas e que tiveram em conta a própria experiência familiar de Nicolau, nascido de uma relação extraconjugal que nunca chegou a ser formalizada:

Assim que recebi a notícia foi um susto. Depois eu e a Silvia tivemos uma conversa. A... a nossa primeira, a nossa primeira coisa era: haverá aborto ou não. O medo, o medo era esse: haverá aborto ou não. Mas optámos logo pelo não, porque ela poderia ter algum problema e eu não queria nada disso, muito pelo contrário (...). E optámos para que a gravidez viesse avante e resolvemos, logo ali, resolvemos que íamos casar para... porque... Já tinha tido o exemplo dos meus pais e eu não queria dar esse exemplo aos meus filhos. Queria estar sempre, constantemente presente. E resolvemos, resolvemos casar.

Na verdade, esta entrada algo abrupta na vida familiar com filhos constituiu tão-só uma antecipação do seu projecto de juventude, revelando-se mesmo gratificante:

Sempre tive esse projecto: casar, ter filhos. Não tão cedo talvez. Fui pai com 24. Talvez um bocadinho mais tarde. Mas não estou nada arrependido, muito pelo contrário. Acho que é extremamente impecável ser pai novinho.

Inclusive, o nascimento dos gémeos veio inteiramente de encontro às suas aspirações reprodutivas, coladas ao ideal normativo do *casalinho*:

O meu projecto foi... era ter um rapaz e uma rapariga e graças a Deus tive esse, tive essa benesse (...). Logo uma pessoa ter um casalinho de gémeos, e ser um rapaz e uma rapariga, acho que isso é... não sei, acho que é uma dádiva. Não acontece muitas vezes. E eu tive essa sorte.

Nicolau acompanhou de perto a gravidez e viveu-a com alguma ansiedade, mas também com a vontade de sentir a experiência que ia tendo lugar dentro da barriga da sua mulher:

Sempre em cima. Só falhei, só falhei uma ida dela a uma ecografia, porque na altura, no trabalho onde eu estava, nesse dia não pude ir (...).

*Mas sempre, sempre com ela, sempre para todo o lado, nunca faltei;
Só queria era sempre saber se estava tudo bem e que... qualquer
coisinha que lhe acontecia, para mim já era um problema: tipo uma
infecção urinária, que ela chegou a ter; ou terem-lhe dito, por exemplo,
que ela iria ter um parto de alto risco. Isso para mim já foi... um
problema bastante grave, mas nunca lho... mas nunca lho transmiti
dessa maneira, porque também não queria que ela...;*
*Mas se eu pudesse, se pudesse ser eu a transportar as crianças, era eu que
as transportava. Isso, não..., não..., não tinha problemas absolutamente
 nenhuns, muito pelo contrário. Era eu que as transportava.*

Fazendo o balanço entre o que perdeu com a precocidade da transição para a paternidade e a importância que esta assume na sua vida, Nicolau diz:

*Acho muito bem que, que o casal tenha aqueles primeiros três, quatro
anos em que possa, se houver oportunidade, possa curtir a vida à
vontade e viajar e ir... ter montes de jantares com amigos até altas
horas, divertirem-se ao máximo. Mas, quando tiverem a oportunidade,
não percam a oportunidade de ter um filho (...). Era uma, uma das
coisas que gostava de experimentar e... e que, e que me aconteceu e
acho que foi o melhor que me aconteceu até hoje.*

Miguel tem 32 anos, o 8.º ano e é electricista. A sua mulher tem 31, o 9.º ano e é vigilante de uma empresa de segurança. São casados e pais de duas filhas, de 9 e 6 anos. Apesar de, enquanto jovem, fazer intenção de casar e ter filhos, Miguel pensava concretizar esse projecto por volta dos 30 anos e explica porquê:

*É assim: a gente, quando somos miúdos, pensamos que vamos fazer muitas
coisas, que vamos aqui, vamos ali, vamos andar aí na desbunda até...
e pensa, toda a gente pensava na altura: “Ah, vais-te casar, depois não
podes fazer essas coisas”. E então, quanto mais tarde fosse, melhor era.
Sempre ‘távamos mais livres. Livres entre aspas, ‘né? Mas não deu.
Aconteceu. Conheci esta encomenda [diz a rir, referindo-se a Maria José].*

De facto, Miguel casou-se bem mais cedo, aos 19 anos, de certa forma impulsionado pela experiência de coabitação que aconteceu casualmente:

*Ela vivia com a tia e ‘tava farta de viver com a tia e não sei quê. Depois
apareceu-lhe uma oportunidade para ir para França e disse-me se eu
queria ir. E eu: “‘Tá bem”. Fui. ‘Tivemos lá 5 meses. Depois, entretanto,
chegou uma carta para eu ir para tropa e não sei o quê. Voltámos para
Portugal, tivemos juntos depois mais um ano e casámos.*

O casamento não trouxe logo os filhos, pois o casal queria reunir algumas condições materiais, bem como aproveitar a liberdade da vida a dois para passear. Os seus objectivos, diz, eram:

... arranjar trabalho e tentarmos comprar uma casa para gente viver. Não pensávamos em ter filhos tão cedo (...). Queríamos, tipo: sair, conhecer outros sítios. A gente, quando teve em França por exemplo (...), o dinheiro que eu ganhava era para gente ir passear. Fomos para Itália, visitámos aquela zona assim do sul de França, mais perto de casa. E era isso que a gente queria fazer cá. Só que o dinheiro também não era muito e depois eu fui para tropa. E, entretanto, depois nasceu a S. [filha mais velha] e ficámos, assim, um bocado mais presos.

De facto, o nascimento da primeira filha, quando Miguel tinha 23 anos, não foi planeado. Mas o nascimento da segunda, 3 anos depois, já foi planeado pelo casal, tendo em vista a proximidade etária das filhas:

Não queríamos que elas tivessem uma idade muito diferente uma da outra, muito... como é que eu hei-de dizer? Eu, do meu irmão, são 10 anos. Eu não brincava com o meu irmão, o meu irmão não brincava comigo, prontos. Assim não, elas, prontos. Acho que sempre fazem companhia uma à outra (...). Por isso é que nós pensámos na altura: “Acho que ‘tá na altura de ter outro”.

Miguel referiu ter acompanhado mais a primeira gravidez, pois durante a segunda estava a trabalhar fora de Lisboa. No entanto, fazia por assistir sempre às ecografias. Já em relação aos partos confessou que não teve *coragem para tanto*. Actualmente pensam não ter mais filhos por questões financeiras, embora ambos gostassem de ter pelo menos mais um. Inclusivamente, Miguel acha que o desejo da mulher encerra, na verdade, a vontade de ter um rapaz para lhe agradar a ele, já que Miguel tinha essa preferência declarada:

Ela queria ter um menino por causa de mim. Mas... mas acho que as meninas servem-lhe bem [ri]. (...) Eu gostava, mas não dá;

Quería meninos, não sei, mas queria meninos. É diferente (...). Se fosse um miúdo já dava mais... sabia brincar doutra maneira, que não sei brincar com elas. Mas, prontos, eu esforço-me para brincar com elas. Mas é um bocado complicado, porque eu não tenho muita paciência para andar com uma boneca (...). Mas, não sei, desde miúdo sempre quis um filho. Mas, nem era por isso, um filho é um filho.

Perfil 3 – Tradicional acidentado

Constituir família também fazia parte dos planos de juventude de Jerónimo e Júlio. Mas aqui, a antecipação da paternidade no quadro da vida em casal radica-se num projecto de afirmação de masculinidade viril. Por este facto, ou porque é a criança que dá sentido à relação conjugal, ou porque não há qualquer vigilância contraceptiva – como se pode depreender do caso de Júlio

–, o primeiro filho nasce no primeiro ano de vida a dois. A negociação conjugal da fecundidade é diminuta, se não mesmo inexistente, e pouco ou nada se sabe acerca das aspirações e dos projectos do cónjuge. Estes homens estão, assim, totalmente alheados do planeamento familiar, mas também da própria gravidez, pois entendem a reprodução enquanto esfera de competências estritamente femininas (ou mesmo uma esfera “indomável”), sobre a qual não têm qualquer controlo ou responsabilidade. Apesar de as suas posturas serem semelhantes, as suas trajectórias reprodutivas são bem distintas, pois Jerónimo teve apenas duas filhas com um intervalo de 5 anos e Júlio teve oito filhos muito seguidos. A diferença traduz, sem dúvida, o desigual desempenho na esfera reprodutiva por parte das suas mulheres, às quais foi confiada essa função. Estes homens têm profissões pouco qualificadas e têm os níveis de escolaridade mais baixos de todos. Vamos às suas histórias.

Jerónimo tem 48 anos, a 4.^a classe e é empregado de mercearia. A sua mulher tem 43, a 4.^a classe e é empregada doméstica. Estão casados há 22 anos e têm duas filhas, uma de 21 e outra de 16 anos. O projecto de paternidade de Jerónimo, desde sempre presente, configurava não só o desejo de constituir família, como também de confirmar uma masculinidade entendida enquanto capacidade reprodutora:

Ah, respondo por mim, eu acho que sim [que é importante para a realização masculina ter filhos]. Pronto, se não conseguir isso [ter filhos] é porque há qualquer coisa que falta, não é?.

E reforça a ideia apontando o exemplo dum conhecido seu, alvo de chacota pela sua infertilidade:

Eu conheço um casal lá na terra, um rapaz mais velho que eu, pronto... É por causa dele que não têm filhos (...). “Oh pá, adopta um puto!” “Ah, não quero nenhum puto que não seja meu!” , não sei quê, não sei que mais. “Então, não consegues?”. “Que é que queres que eu te faça?”. “Olha, vai pedir aos vizinhos!”. Pronto, mas é na palhaçada, a malta... Mas é um bocado chato.

No entanto, o seu projecto de paternidade era compatível com uma descendência pequena, de tal modo que após o nascimento da primeira filha pensou que não podia ter mais, devido às dificuldades económicas e à falta de condições do alojamento:

Só queria ter uma. Mas, enfim, tivemos um azar e vieram duas (...). Foi uma vida... foi uma... foi uma altura muito má, porque foi na altura até que mudei... ‘tava numa casa mais pequena (...), ainda vinha outro a caminho, não havia casa, depois arranjei aqui esta (...). As finanças eram poucas e eu não ‘tava preparado para isso. Mas enfim... Olhe, teve que ser.

O seu discurso reflecte, como vemos, uma concepção da fecundidade enquanto arena que não é possível dominar eficazmente, que tem uma margem de imponderabilidade, mas também que está nas mãos da mulher, situação à qual o homem tem de se submeter. O planeamento dos dois nascimentos reflecte isso mesmo:

O segundo é que fui enganado [sorri]. Agora o primeiro não. O primeiro... isso foi... mais ou menos... mais ou menos planeado, a coisa. Ela deixou de tomar a pílula e foi logo... logo passado um mês, ou dois, depois (...). Nasceu logo passado um ano (...), isso já foi normal (...). Como era a primeira, veio. Veio a segunda... também já não foi lá assim muito à minha vontade. Mas olhe, pronto, veio.

Como seria de esperar, Jerónimo não quer ter mais filhos, opinião que pensa partilhar com a mulher. Mas, mesmo colocando este cenário, não lhe é estranha a ideia de ter de se sujeitar a outro *azar*.

Da sua parte houve, então, um total alheamento da gravidez, na medida em que entende esses 9 meses como um tempo estritamente feminino:

Ela ia ao médico, ia todos os meses ao médico. Claro que eu não ia com ela, evidentemente. Ela é que ia ao médico e levava... levava a madrinha. E foi assim que eu nunca, nunca fui com ela.

E é também recorrendo às diferenças naturalmente inscritas na condição de género que explica as preferências que, na primeira gravidez, tinha em relação ao sexo do bebé que ia nascer, preferência também manifestada no momento do nascimento da segunda filha:

Eh pá, gostava, tinha na ideia que fosse um rapaz. Mas olha, saiu uma rapariga. Ficou cá na mesma [sorri]. Eh....olhe...é a vida da gente, é a vida dos homens, de ser primeiro um rapaz.

A segunda já foi diferente. A segunda já foi... já tive que me levantar às quatro da manhã e ir lá levá-la e...e 'tava um dia de chuva, uma noite de chuva, cuidado! Lá estive até às cinco ou seis da manhã. Depois disseram-me que ia ser, que era uma garota. Fiquei todo triste, pensava que era um garoto. E pronto, e vim p'ra casa [sorri].

Júlio tem 45 anos, a 2.^a classe e é trabalhador da construção civil, embora esteja desempregado há 2 anos e só faça uns biscates. A sua mulher tem 38 anos, a 3.^a classe e é empregada doméstica. Em união de facto há 24 anos, o casal e os 4 filhos co-residentes, entre os 15 e os 8 anos, vivem numa casa camarária e contam com apoios públicos e privados. Júlio também já é avô, pois as duas filhas mais velhas, hoje com 20 e 17 anos, foram mães adolescentes, tal como foi a sua mulher. A sua história é muito interessante,

pois dá conta de uma trajectória reprodutiva singular no contexto desta amostra. Podemos mesmo dizer, com contornos já pouco comuns nos dias que correm. Na verdade, quando se conheceram, Júlio tinha cerca de 20 anos e a mulher 14. Namoraram pouco tempo e logo se juntaram, acrescentando um anexo à habitação precária dos pais dela:

Coisa de um mês e tal, dois meses, ou o que é que foi [o tempo de namoro]. Acho que sim. Ela gostava de mim e eu gostava dela, pronto. A gente, ficámos juntos.

A mulher engravidou logo e foi mãe aos 15 anos. Tiveram ao todo 8 filhos, todos seguidos, dois dos quais falecidos precocemente. Trata-se de um caso extremo de trajectória reprodutiva desprotegida, com parcos ou mesmo nenhuns recursos contraceptivos, na total dependência da vida sexual e da fertilidade do casal. Aliás, esta fecundidade, sobre a qual não exerceram qualquer controlo eficaz, impôs-se à sua própria vontade, não traduzindo de modo algum o seu ideal de descendência. De facto, a representação de Júlio é bastante normativa neste domínio:

Casais que tenham uma vida mais ou menos, se tiverem um casálio, até... Prontos, eu acho que ficam mais felizes. Ter uma menina ou um menino, ou um casal.

Por outro lado, houve um total alheamento das gravidezes, que não tiveram qualquer acompanhamento médico:

Ela nunca foi ao médico (...). Nunca, destes meus filhos. Até os outros, se fossem vivos, ela nunca foi ao médico saber se era rapaz se era menina, se aquilo estava a correr bem, se não estava. Ela nunca foi a isso.

Inclusivamente, o último nascimento ocorreu em casa. Segundo Júlio, não por um acaso mas por vontade da mulher:

Essa mais nova foi aqui em casa [que nasceu] (...). Um dia à noite, andava a trabalhar (...), chego aqui à noite, eram umas seis e tal, sete horas, diz-me um vizinho: “Ai, os meus parabéns (...) lá a tua mulher, ela já teve mais uma menina aqui em casa. E depois vieram cá buscá-la, foi para a Maternidade Alfredo da Costa” (...). As vizinhas... as outras minhas filhas foram chamar a tia, depois vieram as vizinhas, trouxeram a tesoura e, pronto, cortaram aquilo (...). Passado um bocado veio logo o 112. Pegaram nela e levaram-na, para a ver, mais nada;

Nesse dia eu desconfeiei (...), fomos lá acima beber café de manhã e eu desconfeiei de qualquer coisa – “Oh Júlio, é hoje que eu vou ter a criança”, “Então, se vais ter...”. Ela foi esperta: as águas, já tinha arreventado, e ela nunca me disse nada. Ela, vai daí, vai buscar o pão, vai para casa, enquanto ela... Quando eu soube já era à noite, já ela tinha tido...

Perfil 4 – Flexível ambicioso

Manuel, Adriano, Francisco e Aníbal acalentavam, quando eram jovens, projectos de paternidade. Estes podiam ser já bem precisos, como no caso de Manuel, ou, pelo contrário, ainda indefinidos, como nos restantes casos. Mas é no quadro da relação conjugal que os projectos ganham consistência: são confrontados e negociados em casal e são, em regra, ambiciosos. Estes homens decidiram usufruir de algum tempo de vida a dois antes de fazerem a transição para a parentalidade (embora uma gravidez não planeada tenha antecipado esse objectivo no caso de Aníbal) e foram pais entre os 26 e os 33 anos. O que este perfil traz de novo é a margem de manobra da fecundidade conjugal, que está implicitamente receptiva a uma gravidez não negociada mas desejada pelos dois. Por conseguinte, a vigilância contraceptiva é pouco apertada e nenhum destes homens dá por encerrada, seriamente, a trajetória reprodutiva do casal. Na verdade, as suas condições económicas permitem-lhes manter esta abertura: à excepção de Manuel que tem o 12.º ano, os restantes homens são bastante escolarizados; e todos exercem profissões qualificadas ligadas aos serviços, às artes plásticas ou ao ensino. Mas este perfil também traz um envolvimento masculino sentido como circunscrito ou frustrado, pois consideram a gravidez uma condição, ou mesmo *privilégio* feminino, à qual o homem não tem pleno acesso. Vamos passar, então, às histórias de Manuel e de Adriano.

Manuel tem 31 anos, o secundário completo e trabalha na área informática de um banco. A sua mulher tem 32 anos, o 12.º ano e também é bancária. Estão casados há 10 anos e têm dois filhos, uma menina com 5 anos e um menino que ainda não fez 1 ano. Ao contrário dos amigos de juventude, casar e ter filhos sempre fez parte dos seus planos. Inclusivamente tinha aspirações ambiciosas, pois *sempre quis ter 5 filhos*, se bem que não tivesse preferência quanto ao sexo. Já o projecto da mulher era diferente:

Nunca teve nenhuma decisão relativamente ao número de filhos, como eu tive. Se calhar isso... isso também era... era... era se calhar mais... mais brincadeira, e por inconsciência do que outra coisa [risos]. Mas pronto. Ela não, ela nunca teve esse tipo de... de decisão e... sabia que queria ter filhos, e que gostava de, se possível obviamente, ter um de cada sexo. Ela dava bastante preferência a uma menina.

O casal planeou ambos os nascimentos e a primeira filha nasceu ao fim de 5 anos de conjugalidade. Manuel explica a importância desse tempo a dois:

Eu sou apologeta de que as pessoas devem viver um... um período de tempo para se conhecerem, e para viverem os dois, para terem a vivência

toda do que é estar em família e de partilhar uma casa, partilharem responsabilidades, e só depois tomar a decisão de ter um filho. Porque eu acho que é uma responsabilidade muito grande, portanto... se estas coisas não estão realmente consolidadas e afinadinhas... pode, no futuro trazer... trazer alguns dissabores.

Quanto às gravidezes, o sentimento dominante era de que estava à margem do processo:

Eu acho que, basicamente, é isso mesmo... eu acho que nós nos sentimos completamente de fora, a olhar, somos espectadores autênticos. Sentimos que o que está a acontecer também tem a nossa responsabilidade [risos], mas... Porque enquanto estive na barriga da mãe, não sei, é esquisito... mesmo a ver os pontapés e tudo... sentia-me muito desligado... Mesmo com o segundo filho.

Não assistiu aos partos, ambos por cesariana, mas explica como o nascimento da primeira filha se revelou um acontecimento profundamente perturbador:

Foi um bocado traumatizante (...), o nascimento da C. A minha mulher foi... foi cesariana, portanto... e ela ficou no recobro, e eu fui para enfermaria com o bebé. E a enfermeira vira-se para mim: "Pronto, ok, agora vista o bebé, se faz favor." E então tinha minutos de vida [risos], e eu tive que lhe trocar a roupa, à C. Aquilo... mexeu tanto comigo, tanto comigo, bem, fiquei... foi um estado tão stressante, que eu... tive que dizer à enfermeira: "Olhe, já 'tá vestida, fique aí com a minha filha que eu venho já". E tive que sair do Hospital e ir lá 'pó jardim do Hospital chorar. Mas 'tive, para aí, uma meia hora a chorar, a desabafar, porque... foi tudo tão seguido, foi a emoção do nascimento, e depois a preocupação de saber se 'tá tudo bem, com ele, com a mãe, e portanto... O facto de nascer já por si, é uma situação... inexplicável (...). E depois, por ser uma coisa completamente nova para mim. Era uma responsabilidade tremenda. Portanto, eu, naquele momento... há uns minutos atrás, eu sabia que ia ter um filho [riso], não é? E eu ali, naquele momento, eu já tinha a... a C. para tomar conta. Portanto... ela estava, naquele momento, completamente dependente de mim. Portanto, e foi um... um choque tão grande, em termos de responsabilidade, e em termos... emocional, mesmo, quer dizer, de... de ver ali a minha filhota, e ter que a vestir, e tudo tão pequenino, e estar com atenção a ver os pormenores todos, as perninhas, os pezinhos, foi... emocionalmente foi, foi muito... foi muito duro para mim, foi;

Com o segundo filho já foi mais... já foi mais natural. Houve, realmente, a emotividade toda associada ao nascimento, mas já foi... já se superou bastante melhor, não é, eu não... também não o tive que vestir, mas ... mas pronto [risos].

Manuel diz que não pensam ter mais filhos. Mas trata-se, reconhece, de uma convicção com pouca consistência, pois a verdade é que já se imagina a mudar de opinião:

Quer dizer... é um trabalho gigantesco. É muito trabalho... são maravilhosos mas é... é muito trabalho. Mas... mas o que é engraçado – já agora, só para acrescentar isto – o que é engraçado é que esta, esta... este sentimento que te estou agora a comunicar... também o tive depois da C. [primeira filha] nascer. Em que eu disse: “Eh pá, mas a C. já deu tanto trabalho e...”. Mas não, mas depois nasce aquela vontadezinha: “Não, pá, temos que ter um menino, quer dizer, temos que ter mais um filho”. E... e se bem que agora estou a pensar assim, não sei, se calhar daqui a uns tempos sou capaz de estar a dizer: “Não, se calhar gostava de ter mais um... mais um filhote.

Adriano tem 37 anos, é gestor de projectos numa empresa de consultoria e tem uma pós-graduação. A sua mulher tem 36 e é economista. Casados há 9 anos, têm 3 filhos: um de 6 anos, um de 3 e o mais novo de 6 meses. A paternidade era uma ideia que acarinhava na sua juventude. Aliás, de forma mais assertiva do que a própria ideia de casamento, como nos explica:

Eu sempre gostei muito de criança. A paternidade sempre fez parte dos meus projectos. O casamento não era uma, não era uma, naquela fase da minha vida não... não era muito importante se a forma era o casamento ou se era a união de facto. Constituir família, isso sim.

Contudo o casamento aconteceu aos 25 anos, após um breve namoro, e o primeiro filho nasceu 3 anos depois. O seu discurso é muito semelhante ao do entrevistado anterior:

Acho que é importante o casal poder ter um bocadinho de tempo para estar junto antes do primeiro filho. Agora, se é logo a seguir ao casamento, se é durante o tempo de namoro, também depende muito de como são os namoros (...). Isso... é importante viver determinadas coisas, poder viajar ou poder passar um fim-de-semana juntos ou... isso acho que é, que é relativamente importante para criar, para criar laços entre as pessoas e cumplicidades e conhecer o outro.

Já em relação à gravidez e ao parto, apesar de também transmitir a ideia de que foi um espectador do que estava a acontecer na barriga da mulher, Adriano acompanhou de perto os actos médicos de rotina:

Do último filho já não. Só ia, ia às ecografias, mas já não ia ao ginecologista. Mas dos dois primeiros, sim.

Mas não sem um sentimento de *inveja*, pelo *privilégio* feminino que constitui a gravidez, e a manifestação de um grande interesse e envolvimento no desenvolvimento fetal:

É um bocadinho de outsider [a situação do homem perante a gravidez], sinto um bocado de inveja da, daquela coisa [ri]. Não é um processo muito

a dois e acho muito pouca graça a essa, a esse privilégio. Mas depois, de vez em quando, e vai-se um bocado à procura dos sinais exteriores dessa, dessa existência. Os bateres dos corações, das ecografias, das mexidelas, da barriga;

Uma pessoa ganha afecto pelo que está ali naquela barriga, mesmo quando aquilo é um pontinho branco, um pixel a mexer na ecografia com dias, com uma semana ou com duas, ahh uma pessoa ganha a sensação que está ali um filho (...). Mas é obvio que é uma ansiedade grande para que ele se materialize depois ahh cá fora, que haja um contacto físico com essa criança. Há uma ansiedade. É importante ele nascer, porque passa devagar. As mulheres gostam muito das gravidezes, mas eu, para mim, abreviava esse processo [riso].

Quanto ao projecto actual, se pretendem ou não ter mais filhos, Adriano refere que ele e a mulher ainda não têm uma posição concertada, mas confessa a disponibilidade de ambos para ter mais filhos:

Hoje estávamos a arrumar (...) o esterilizador dos biberões, que já não é preciso. E eu disse-lhe: “Olha, vês, nunca vamos precisar disto” [ri]. E ela fez beijo. E acho que aquilo não é um bom sinal, não sei [ri].

Se pudesse, se não houvesse a questão financeira, claramente não me importava nada de ter mais um, ou mais dois [ri]. Mas havendo a questão financeira é difícil gerir ... o ponto de equilíbrio em que se pode, em que se pode ter uma, em que se pode dar aquilo que é importante, que nós achamos que é importante para eles e...aquilo que se depende, e as possibilidades que temos para o fazer. E, portanto, é preciso encontrar aí um ponto de equilíbrio que, hoje, se não estivermos nele, estamos muito perto dele.

E se antes de ser pai lhe era indiferente o sexo dos filhos, agora, com três rapazes, gostaria de ter uma filha:

Existe muita pressão para rapariga, mas obviamente que ter uma rapariga é uma coisa interessante. Mas, no fundo, gostamos muito de tentar.

Perfil 5 – Imposição feminina, acomodação masculina

Por alheamento ou convicção, a paternidade não fazia parte dos projectos que Filipe e Frederico, na juventude, pensavam vir a realizar. Já no quadro da relação conjugal são surpreendidos por uma gravidez não planeada, mas que acolhem por nela pressentirem o projecto inconfessado de maternidade das suas companheiras, ou mesmo a ruptura da relação em caso de rejeição da gravidez. É o exemplo de Frederico, que viveu uma situação que configurava mesmo um projecto de maternidade a *solo*, mas que o casal

tentou transformar num projecto familiar. Houve um envolvimento importante na gravidez, mas que também foi sentido como circunscrito para Filipe. No discurso destes homens sobressai, assim, a falta de comunicação e de negociação em torno da fecundidade conjugal, o controlo feminino desta esfera e o facto de terem de se adaptar ao projecto da mulher. Ambos foram pais em idades tardias, têm apenas um filho, exercem actividades profissionais criativas e têm níveis intermédios de escolaridade.

Filipe tem 47 anos, o 12.º ano de escolaridade e é artista plástico. No entanto, não produz desde o nascimento da sua única filha, hoje quase com 3 anos, pois ficou a tomar conta dela, desde os primeiros dias de vida, para que a mulher, 5 anos mais nova, pudesse investir na carreira universitária e terminar o doutoramento. A gravidez foi, então, uma surpresa para Filipe, pois embora houvesse da sua parte alguma receptividade à ideia de ter filhos, o rumo da relação conjugal, na altura com cerca de 20 anos, parecia afastar cada vez mais esse cenário. Aliás, das suas palavras depreende-se uma resignação passiva em relação a opções familiares que pareciam estar dependentes apenas e só da vontade da mulher:

Havia curiosidade, porque... pronto, eu tenho um irmão que tem dois filhos e via-o a ele, como é que vivia esta situação (...). Despertou-me uma curiosidade, mas não era nada de, de... não era aquela vontade de ter filhos desesperadamente (...). Aliás, já estava, tenho 47 anos... e depois dos 40 pensei: “Bom, não vou ter filhos, não vou casar, mas isto não quer dizer que não seja... que não possa ter uma vida, que continue a minha vida de namoro com ela. Se acontecer, acontece. Se não, paciência, pronto”.

Por conseguinte, a notícia da gravidez constituiu para Filipe um momento de profunda reformulação do seu projecto de vida pessoal e conjugal. E apesar de essa hipótese não ter sido abertamente ponderada pelo casal – de tal modo que Filipe estava convencido, como acabámos de ver, que a oportunidade de ser pai já estava perdida – a sua materialização não lhe parece alheia a um desejo emergente mas interdito da mulher motivado, muito provavelmente, pela sua percepção de que o final do período fértil estava próximo:

Nem sequer estava em... em projecto, digamos assim, ter um filho. Aconteceu, recebemo-lo muito bem, porque quando a Joana me disse: “Olha, estou grávida”, não houve... sentimentos nem de revolta, nem de “Ai, que chatice!”. Dei comigo a aceitar;

Quer dizer, eu acho que ela já estava... mesmo não dizendo abertamente, acho que já estava a pensar nisso, pronto. Mesmo porque... o tempo passa e, se calhar há orientações biológicas (...) Não sou mulher, por

isso não sei dizer, mas acho... suponho que tenham vontade de, de experimentar também a maternidade. São experiências novas. Acho que são um bocado naturalmente predispostas a isto. Mas nunca tinha predisposto ou falado nisso, de ter uma criança.

Da parte de Filipe houve um grande envolvimento na gravidez, na preparação para o parto e no nascimento propriamente dito, o que acarretou um sentimento de que há coisas que, infelizmente, estão fora do alcance dos homens:

Em todos os 9 meses, eu acho que fiz o que devia ter feito e fi-lo com interesse, sobretudo. Porque sempre me fascinou e fiquei muito curioso em relação a isso... o fenómeno... eu chamo o fenómeno, mas não é bem um fenómeno, é uma coisa natural da vida, da vida que nasce dentro da outra pessoa, não é? E, inclusive, depois quis ver como é que saem os meninos, pronto [riso] (...). Possivelmente é a única filha que eu vou ter. Eu acho que é um acontecimento muito importante, uma outra vida vir ao mundo. E tinha que testemunhar isso, sem dúvida (...). É uma coisa completamente nova: entrar numa situação de solteiro sem filhos, a uma situação de pai e ver a própria filha nascer. Acho que muda completamente uma pessoa. Não há, não há... todos aqueles preconceitos, que uma pessoa faz, em relação ao acto em si do nascimento, desaparece tudo (...). Como é que eu hei-de explicar isso? Eu vi, a minha filha. Vi antes da Joana [risos]. Vi, porque ela, naturalmente, não podia ver o que estava a acontecer ali à frente [riso]. Como é que... Dá para chorar. Dá para chorar, porque até quando está na barriga da mamã é a mamã que sente o que é que está a acontecer. Deve ser, aquilo deve ser uma coisa... eu chamo-lhe de mágico, porque uma relação que tem uma com a outra é mágica. Mas quando sai dessa, quando sai, vês, é uma sensação... não sei como dizer... de milagre (...), é de maravilha, de... surpresa, assim... de fascínio, de quase querer experimentar, mas não poder, claramente.

Mas o nascimento da filha trouxe também a realização de uma aspiração pessoal, a de ter uma filha:

Sim. Eu queria mesmo que fosse menina, sim. Porque (...) as raparigas são mais... independentes, assim mais... em certo sentido, são mais maduras do que os rapazes (...). São menos dependentes dos pais. São mais independentes. Acho que têm ideias mais claras. Mas... não sei, eu sempre tive a preferência por ter uma filha que um filho. E aconteceu.

Por fim, quando questionado acerca da possibilidade de terem outra criança, Filipe remete-se novamente para uma posição passiva, de aceitação conformada de qualquer decisão da mulher, mesmo não concordando com esse cenário e mesmo admitindo que seria complicado para si, na medida em que ficaria impossibilitado de trabalhar durante mais alguns anos:

Ahh... a vontade, acho que [a Joana] tem. Mas sabes... ah, ah... não sei. Isso, também não é que decida eu. É ela que tem que ver se, se... a

disponibilidade que ela tem, fazer bem as contas porque... enfim, não tem 20 anos. Aliás é um risco, para ela e para a criança também;

Quer dizer... sim, claro que eu fazia novamente isso [ficar a tomar conta de outro bebé]. Mas não sei se... o que não sei é que se ainda... porque esta ginástica de trabalhar, deixar de trabalhar, trabalhar, deixar de trabalhar... (...). Quer dizer, eu também não tenho 20 anos – tenho 47 – e não sei se... se é bom para mim também, quer dizer, isso. Mas, talvez voltava a fazê-lo, sim. Sim. Mesmo porque... ou é assim, ou é assim [riso], percebes? Ou é assim, ou é assim. Não há mais outra pessoa que esteja disponível para, para... para ficar com.

Frederico tem 49 anos, o 9.º ano de escolaridade e é carpinteiro de cenários, actividade que acumula com a de feirante de velharias. O seu caso não se encaixa no tipo de situação familiar que elegemos, na medida em que vive actualmente numa conjugalidade sem filhos. Mas tem um filho de 13 anos, de uma conjugalidade anterior, e que está à guarda da mãe. Apesar disso, trata-se de um caso muito interessante e ilustrativo deste perfil, pelo que optámos por dar a conhecer a sua história. Ora, a relação de Frederico com a mãe do seu filho começou de forma pouco habitual:

Conhecemo-nos um dia, no dia a seguir estávamos a viver juntos, 3 dias depois estava a viver na casa dela.

E foi também desta forma que aconteceu a gravidez, passado pouco tempo, na ausência de qualquer contracepção. Na verdade, a adivinhar pelas suas palavras, foi uma gravidez desejada pela sua companheira:

Aconteceu, não foi uma coisa que, “vamos fazer um filho”, etc., etc., até porque... aconteceu assim pouco tempo, poucas semanas de estarmos juntos... aconteceu. Mas sei que ela queria uma criança e que desde logo do princípio disse: “Ouve lá, se não quiseres assumir, eu assumo porque quero ter este filho”. E eu: “Não, não. Gosto de ti. Vou gostar desta criança”. Foi assim que aconteceu.

O facto é que, quando a mulher engravidou, Frederico tinha 36 anos e até então rejeitara a ideia de ter filhos. Mas o acontecimento implicou uma revisão dessa posição e Frederico passou a acarinhar o projecto de paternidade. A relação terminou definitivamente ao fim de 7 anos:

Quer dizer, eu, até nascer o F., pá, era da minha ideia de não ter filhos. Sim, por uma questão social (...). As condições sociais que há, pá: a pressão que as pessoas vivem; o stress; o... pá, o bordel que é o mundo, pá, da forma como é organizado, que dá muito poucas perspectivas para o futuro... sei lá, poluição, conflitos... políticos, etc. É muito complicado pensarmos em... fazer, construir, pôr crianças no mundo em que, vai ser cada vez mais agressivo. É isso que me fez pensar durante muito tempo. O F. aconteceu e eu apaixonei-me da ideia.

Frederico colocou-se na posição de espectador perante a gravidez, vendo a mulher *a crescer*, e faltou-lhe a coragem para assistir ao nascimento do filho, embora tivesse inicialmente essa intenção:

Eu deveria, era suposto eu assistir ao parto, etc., mas acho que não fui capaz.

Perfil 6 – Imposição feminina, desacordo masculino

Tal como no perfil anterior, também Zacarias e Leonardo não tinham, na juventude, intenções de casar e ter filhos. Os seus discursos revelam vidas familiares activamente fabricadas pelas mulheres, para as quais foram arrastados. No campo da reprodução, já não se trata de falta de comunicação ou de ausência de negociação, como no perfil anterior, mas de claro desacordo conjugal. A fecundidade é, então, planeada, decidida e controlada pelas mulheres, o que parece conduzir, de algum modo, à falta de envolvimento masculino em relação à gravidez, quando não mesmo ao questionamento da própria relação, como aconteceu com Zacarias. Ambos com filhos pequenos, os seus calendários também são muito semelhantes, pois foram pais por volta dos 30 anos, após 2 ou 3 anos do início da conjugalidade. Curiosamente, este perfil reúne dois homens de meios sociais bem diferentes.

Zacarias tem 37 anos, o 8.º ano de escolaridade e é motorista privado. A sua mulher, também com 37 anos, tem o 12.º ano e é administrativa numa embaixada. Estão casados há 9 anos e têm uma filha de 7 e um filho de 2. Quando era jovem, Zacarias não pensava *propriamente assim a fundo* na questão dos filhos. E o casamento, enquanto formalização de uma relação, estava mesmo excluído do seu projecto de vida a dois. No discurso transparece o sentimento de que as diferentes etapas de constituição da sua vida familiar têm sido forçadas pela mulher à revelia da sua vontade:

Aliás, casei-me, ahhh, um bocado na onda da circunstância... Como há pouco disse, o homem está a mudar um bocado em relação às mulheres, está a ser subjogado pelas mulheres, e aqui foi um bocado isso. A minha mulher começou... fui na onda, deixei-me ir na onda, pronto. Também gostava dela, digamos que era uma mulher que me interessava e eu, digamos, fui deixando-me levar. Ela quis tudo e mais alguma coisa e eu fui andando, fui andando, fui andando e até hoje, prontos, até hoje.

Zacarias admite que os filhos foram planeados, no sentido em que houve uma negociação do casal em ambos os casos. Contudo, face às divergências

de opinião, nomeadamente a propósito do momento certo para terem o primeiro filho, foi a vontade da mulher que prevaleceu:

A primeira [gravidez] sim. A segunda mais ou menos, se bem que veio com comum acordo, quer dizer... sim, eu posso dizer que foram as duas planeadas, ao fim ao cabo (...). Da (...) mais velha, foi decisão unilateral, digamos, da Mafalda. Eu digo unilateral por uma simples razão, que ela queria ser mãe até aos 30 anos. Aí foi uma imposição dela. E talvez daí se tivesse quebrado (...) algumas coisas no nosso casamento, no nosso casamento que nunca o gozámos. Que eu acho que é extremamente importante, uma pessoa quando se casa não ter logo filhos. Isso é das coisas, do conjunto da minha vida como, como marido e como pai que eu tiro, uma das ilações que eu tirei é essa: acho que uma pessoa casa-se, deve ter pelo menos 3-4 anos sem filhos; viver, conhecer a pessoa com quem está a morar e a viver... partilhar a sua vida, ao fim ao cabo, conhecê-la mais profundamente, essas coisas todas. E, quando isso não acontece, pode se ter muitos... muitos dissabores mais tarde.

Esta *decisão unilateral* teve, como se depreende das suas palavras, implicações negativas na relação conjugal – o casal chegou mesmo a ponderar o divórcio –, pelo que o nascimento do segundo filho, 5 anos depois, parece ter constituído uma tentativa de salvar um casamento em crise:

(...) aí posso dizer que foi... Sim, foi por mútuo acordo. Foi tecido por uma situação ingrata de nós os 2, mas foi... quisemos. De nós os dois, em termos pessoais, de mim e da minha mulher.

Talvez pela tensão gerada pela falta de acordo, ambas as gravidezes foram vividas com alguma distância, *sem grandes euforias e com alguma frieza*:

Eu sou uma pessoa extremamente... fria nessas coisas, não... Ainda hoje sinto que não sou uma pessoa, não sou uma pessoa que mostre muito os sentimentos, sou muito reservado nesse aspecto. Portanto, a Mafalda viveu mais do que eu. Mas, prontos, é assim, é um sentimento único, o nascimento, mas durante a gravidez é um sentimento muito pessoal, portanto... sem grandes euforias (...). Para dizer sinceramente, não me lembro de alguma vez ter ido ver uma consulta dela, mas acho que não.

Os nascimentos dos filhos, aos quais não assistiu, constituíram, em contrapartida, acontecimentos muito marcantes, de uma *alegria enormíssima* temperada, no caso do segundo, por *muita dor*; na medida em que houve complicações no parto que implicaram o internamento do bebé. Como o entrevistado explicou:

Foi uma alegria sem a ter.

Leonardo tem 33 anos, é licenciado e representante comercial de uma empresa de certificação de qualidade. A sua mulher, 1 ano mais nova, é fisioterapeuta. Durante a juventude constituir família não fazia parte dos planos deste entrevistado:

Acho que podemos dizer que não passava pela cabeça casar e ter filhos.

No entanto, hoje é casado e pai de um menino de 2 anos, fruto duma gravidez planeada. E Leonardo explica como é que a constituição da vida familiar foi sendo conduzida pela mulher e de como ele foi cedendo a um projecto de família alheio:

Eu nunca fui muito...não fazia grande questão de casar. Casar... por mim vivia junto, mas, pronto, é mais uma questão da parte da minha mulher que realmente era um princípio e era um...um sonho dela, não tive problema nenhum em obviamente também o satisfazer. Em ser pai, pronto, foi um...foi um... foi difícil, porque, lá está, não...eu acho que se não fosse pai ainda se calhar não... Não me importava de ser pai um bocadinho mais tarde (...). A determinada altura, prontos, começou-se, pensou-se então efectivamente já em dar esse passo. Eu sempre fui um bocadinho mais reticente nesse assunto, eu sempre tentei adiar o máximo, adiar o máximo possível.

A gravidez constituiu um período de espera passiva, pois Leonardo encarou-a enquanto condição que só pode ser experienciada pela mulher. No entanto, assistiu ao parto:

De uma forma simples é assim: enquanto dura a fase de gestação acaba-se por dizer: “Ah, ainda faltam dois meses, ainda faltam sete meses, ainda faltam seis meses...”. No fundo, é mais a mãe que costuma... no fundo já começa a... que já transporta a criança, não é? Portanto... nós, pais, vamos sempre, parece que “tamos assim: “Ah, ainda falta assim um bocadinho”;
Assisti ao parto e acho que sempre que possível deveremos assistir não é? No fundo é uma nova...uma nova etapa. Agora, para lhe descrever, é um bocado difícil, porque acho que foi...só mesmo... é uma situação que só mesmo passando por ela, não é? (...) Acho que é uma sensação muito própria de, dessa situação, dessa vivência, que acho que, não sei, acho que cada um, se calhar, também é capaz de vivê-la de maneira diferente, não é? De uma forma intensa diferente, portanto...

Questionado acerca das suas preferências quanto ao número e sexo dos filhos, as respostas são pouco assertivas, revelando tanto a indefinição dos seus projectos como a pressão que está a sentir por parte da mulher para ter mais filhos:

Quer dizer, acho que... rapaz gostava sempre de ter um rapaz...não é?... Isso é natural, não é? Mas também acho que gostava de uma rapariga.

Pronto, isso depois obviamente... Mas tanto fazia sair um rapaz ou rapariga;

Quer dizer... ao mesmo tempo, penso que, se calhar, não deveria só ter um, para ser filho único, mas ao mesmo tempo também não sei (...). Ela quer ter mais. Com toda a certeza. É assim, eu também, se tivesse uma vida... enfim, um bocadinho mais desafogada, se calhar... Lá está, isto é um bocado depois os opostos. Mas, ao mesmo tempo, também acho que uma família grande também devia ser extremamente interessante e... (...) mas ao mesmo tempo, se calhar um... não sei, é uma situação que eu tenho 'tado a viver com alguma pressão psicológica, por assim dizer (...). Ela, por ela, já tinha já. Quem 'tá a adiar mais o... não quer dizer que a gente pudesse já ter... Em termos de condições económicas, felizmente, poderíamos ter... Mas pronto, lá está, mas é sempre... Ter um, já é um passo importante, não é? Ter mais outro, acaba por ser mais outro passo.

Perfil 7 – Imposição masculina

Este perfil encerra algumas semelhanças com o anterior, como a ausência de projectos, o desacordo do casal a propósito da dimensão da descendência e a vigilância apertada da fecundidade. Mas o que singulariza este perfil é o facto de ser a vontade do homem que prevalece sobre a da mulher, pelo que ele sente que tem o controlo da situação. A paternidade chega relativamente tarde e há um grande envolvimento na gravidez. Este perfil traduz, então, a história de Pedro.

Pedro tem 38 anos, é físico, é casado e tem uma filha de 4 anos. A sua mulher tem 38 anos, o 11.º ano e é chefe de vendas. O percurso conjugal de Pedro teve início muito cedo, com uma coabitação juvenil. Após essa primeira experiência viveu outras conjugalidades informais e sem filhos, embora numa delas tenha havido uma gravidez accidental que, apesar da sua vontade em levá-la avante, foi interrompida por decisão da sua companheira, que não queria ter filhos. Apesar desta experiência, Pedro refere que aos 20-30 anos não se sentia particularmente motivado para ter filhos:

Sinceramente, a minha postura era um bocado de: “gosto, adoro crianças mas se puderem ser as dos outros e de vez em quando melhor”!.

Mais adiante, para justificar a sua atitude face à gravidez accidental, clarifica melhor a sua posição, que não era, afinal, de recusa categórica:

Portanto, não era... não era uma necessidade que eu sentisse, ter filhos, mas também não é uma coisa que eu descartasse.

A conjugalidade actual, da qual nasceu a sua filha, aconteceu casualmente há cerca de 7 anos. No início, cada um mantinha a sua casa, mas rapidamente passaram a viver juntos na casa dele. A ideia de terem um bebé surgiu pouco depois, à qual se seguiu a do casamento. Segundo Pedro, foi ele que deu o primeiro passo nessa direcção, pois percebia em Manuela o desejo de ser mãe:

Fui eu que propus [terem um filho], mas a prever que ela, que ela tinha necessidade disso.

A formalização do laço conjugal teve lugar sob a mesma motivação, a de corresponder às expectativas da mulher. Como diz Pedro, o casamento aconteceu:

Quase exclusivamente por ela. Da minha parte por... porque era importante para ela. Porque ficava mais descansada também, não sei porquê.

Na verdade, este conjunto de decisões parece estar inscrito no projecto conjugal que Pedro delineou inicialmente, projecto esse que estava centrado na busca, não de um relacionamento apaixonado, mas do bem-estar de ambos, assim como na vontade de agradar à mulher:

O meu grande prazer na relação inicialmente era a... ou a minha grande felicidade na relação era sentir que a fazia feliz.

Pedro viveu a gravidez com entusiasmo. Inclusivamente, o acompanhamento que deu a Manuela nas aulas de preparação para o parto criou nele a expectativa de participar no momento do nascimento, o que acabou por não acontecer para seu descontentamento:

Vivi mais os últimos meses da gravidez do que o próprio nascimento (...). Eu tinha estado a fazer formação para estar na sala de parto e não... e estavam duas mulheres a parir ao mesmo tempo, portanto, não me deixaram entrar. Portanto, foi um bocado um anticlimax e, pronto, fiquei um bocado aparvalhado e vi a miúda e pronto.

Mas apesar da relação próxima e gratificante que tem com a filha e da importância que a paternidade assume na sua realização pessoal¹⁸, a sua atitude actual contrasta grandemente com a anterior. Quando questionado sobre a possibilidade de terem mais um filho, Pedro confessa a divergência do casal – ele não quer, ela quer – e a sua irredutibilidade, bem como as razões, de ordem financeira e emocional, para tal:

São duas razões fundamentais. Uma é financeira, que passa por duas coisas: passa por não querer descer muito o meu standard de vida, mas

¹⁸ Ver Capítulo 8.

mais do que isso por... acho que estou no limite para... Acho que aquilo que se consome, a forma como se vive, etc., também é importante. A qualidade do que se consome também é importante para as próprias crianças (...). E depois, conforme elas vão crescendo, os investimentos em educação e actividades e numa série de coisas vão crescendo exponencialmente. E eu tenho dúvidas que tenha tanta, que tenha e venha a ter tanta flexibilidade financeira quanto isso para... ter a certeza que tenho os meios para criar mais crianças. Mas, sobretudo, e a questão mais importante, é que... Os brasileiros chamam à carrinha da polícia o “coração de mãe”, porque há sempre lugar para mais um. Mas eu aí, eu acho, eu tenho dúvidas que tenha “coração de mãe”. Eu tenho dúvidas que consiga manter o grau de atenção que acho que é devido a uma criança e o grau de emotividade que tenho relativamente a esta... Que consiga dividir ad infinitum o mesmo com mais crianças.

Esta tomada de decisão entra em conflito, inclusivamente, com a sua convicção de que não é positivo ser filho único, tanto mais que ele próprio faz parte de uma fratria extensa. É, portanto, reconhecendo a contradição entre as suas limitações e o seu ideal de fecundidade que explica:

Eu acho que não faz muito sentido, mas acho que se calhar a melhor situação é... não é ter uma criança só. Se calhar dois, três será mais descansado para..., será mais agradável até para eles, por vezes. Se bem que depois a gente vê como é que os irmãos às vezes se tratam... mas o facto é que, a maior parte das vezes, depois se dão bem no fim, não é? E podem contar...

Perfil 8 – Concertado no tempo

Também aqui, a juventude é um tempo sem espaço para pensar em constituir família. É, então, a vida em casal que inaugura e define o projecto de parentalidade. O que caracteriza este perfil é a importância da negociação da fecundidade ao longo do tempo, muito centrada na procura do calendário mais adequado para ambos os cônjuges. Assim, a realização daquele projecto vai sendo sucessivamente adiada, na medida em que o casal não consegue conciliar as suas disponibilidades. A paternidade chega por volta dos 30 anos e a gravidez é vivida com um envolvimento circunscrito. Tal como no perfil anterior, aqui encontramos um homem altamente qualificado. Esta é a história de Patrício.

Patrício tem 44 anos, é empresário na área de formação e consultoria e tem um mestrado. Está casado há 17 anos e tem uma filha de 15. A sua mulher, também de 44 anos, é directora geral de empresa. Patrício recorda a sua adolescência e juventude enquanto períodos totalmente preenchidos pelas

sociabilidades masculinas, não havendo espaço para equacionar cenários familiares futuros. Questionado, então, se tinha projectos de casar e ter filhos, referiu:

Não existiam, virtualmente não existentes. Eu tive uma juventude um bocado selvagem.

Os namoros vieram mais tarde, no tempo da faculdade. E foi também aí que conheceu Júlia, então colega de curso. O casamento realizou-se ao fim de 8 anos, quando começavam a *ter a vida organizada* em termos profissionais, e a filha nasceu 2 anos depois. Patrício conta que o nascimento não foi activamente preparado, mas que havia abertura para que tal sucedesse:

Não foi planeado. Quero dizer, era na base do nem que sim, nem que não, olha, quando vier, logo se vê. Quero dizer, não andávamos especificamente à procura de, de ter uma criança, como aconteceu com um casal amigo meu em que era quase “são horas!”, não é? Não. Aconteceu.

A gravidez foi vivida com descontração, entre as suas ausências por motivos profissionais e a certeza de que tudo estava a decorrer bem, pelo que Patrício considera que a mulher não precisava de grande apoio:

Bom, a gravidez, não tive muito que acompanhar. Para já, porque estava cá pouco, não é? Mas, ainda por cima, felizmente, a minha mulher teve uma gravidez santa. No final, lá fomos àquelas aulas de Lamaze: respira como um cão, puxa os braços, aquela coisa do costume. Mas a gravidez não teve história.

O projecto de fecundidade do casal, que assentava inicialmente na ideia normativa dos dois filhos, foi entretanto abandonado. É interessante, então, perceber como a questão foi sendo gerida e negociada em casal ao longo dos anos, em função das exigências profissionais de cada um, da diminuição dos apoios anteriormente existentes e do surgimento de um problema de saúde da mulher que inviabilizou definitivamente o projecto inicial:

Gostávamos de ter dois (...). É assim, a minha mulher é gémea com o irmão (...), na história da família da minha mulher há sobejos gémeos falsos. Têm uma probabilidade de 25 a 33% maior de ter gémeos do que... Que era aquilo que a gente gostava;

Depois de nascer a S. foi aquele período da nossa vida em que eu andei pelo estrangeiro (...). Quando voltámos a assentar, ou seja, a minha mulher deixou de ser Directora de Exploração e passou a ser Directora Comercial da ... [empresa], etc., tivemos ali um ano ou dois de indecisão. Nem chegou a ser indecisão, era mais: “Como é que a gente vai fazer isto? Vamos ter outro filho? Já? Mas e agora, como é que... Quero dizer, a gente está cá realmente, mas saímos às oito da manhã e voltamos às

oito da noite. Quem é que toma conta dele, os meus pais?”. Eles já estavam velhos demais para repetir a dose, não é? Portanto, acabámos por ir adiando a decisão, adiando a decisão, adiando a decisão, até que a abandonámos, pura e simplesmente, e decidimos ficar só com um. E aí sim, foi decidido, foi pensado, foi pensado. Tanto mais que a minha mulher teve um problema de saúde, aqui há uns quatro anos, teve um tumor no peito e a partir então daí, acabou-se. Nem pensar nisso é bom, porque não tínhamos muitas garantias, não é? Ficou só um. Mas gostávamos, mesmo, era de ter dois. Mas não tivemos.

Mesmo assim, apesar dos constrangimentos, ainda entreviram a possibilidade de adoptarem uma criança, sendo em torno desta questão que Patrício considera haver um eventual desacordo nas posições do casal:

Aliás, já falámos na hipótese de adoptar um segundo. A Júlia talvez ainda [pondere], mas eu não, acho que não. Acho que isso seria uma hipótese que eu só colocaria se não tivéssemos conseguido ter nenhum.

Síntese e pistas de reflexão

Os dados existentes sobre a fecundidade masculina portuguesa vêm de encontro ao que já se conhece sobre a tendência de modernização da fecundidade feminina: ideais normativos, descendências contidas, calendários mais tardios e planeamento familiar assente em métodos contraceptivos ditos femininos. Mas também fazem luz para desencontros que podem ser observados a vários níveis: das práticas; dos valores; e dos contextos sociais.

Começando pelas práticas, vimos que, pelo facto de a transição para a parentalidade ser mais tardia para os homens leva a que, só a partir dos 45 anos, eles alcancem os níveis de fecundidade das mulheres. Por outro lado, como o seu calendário é mais dilatado, faz com que tenham expectativas de serem pais – e pais de mais filhos – até mais tarde. A nível dos valores, destaca-se uma fecundidade masculina orientada por princípios mais normativos, não só a respeito da dimensão da descendência que equacionam realizar (muito norteadas pelo ideal dos dois filhos), como também da maior sobreposição entre conjugalidade e parentalidade no seu universo de representações sobre o lugar dos filhos. Por fim, constatámos que as fecundidades masculina e feminina em U são fortemente modeladas pela escolaridade. Mas a recuperação mais “precoce” e intensa no caso dos homens, indicia que a relação entre o aumento dos capitais escolares, das qualificações profissionais e dos níveis de rendimentos é mais favorável à realização das suas aspirações de fecundidade, enquanto as mulheres

parecem debater-se com mais dificuldades em conciliar as suas aspirações com as atribuições profissionais.

Quanto às entrevistas, elas corroboram algumas destas conclusões, mas também trazem pistas para reflectir sobre o papel dos homens na construção da fecundidade dos casais. A partir da análise de quatro dimensões-chave chegámos a oito perfis, que dão conta de modos distintos de formular e concretizar os projectos de paternidade no quadro da relação conjugal.

Começamos pela formulação do projecto de paternidade. A maioria dos entrevistados referiu que, quando eram jovens, já tinham aspirações nesse sentido, ou seja, ter filhos fazia parte dos seus planos de vida adulta. Contudo, tratava-se de um projecto vago (salvo uma ou outra excepção) e pouco individualizado, refêem do projecto mais amplo de “constituir família”, o que confirma essa sobreposição muito estreita entre conjugalidade e parentalidade no universo valorativo dos homens. Mas também houve entrevistados que declararam que a paternidade não estava em projecto, por alheamento ou mesmo rejeição, nos seus tempos de juventude. Este cenário – presente em 4 dos 8 perfis – é mais comum (mas não exclusivo) aos homens mais velhos da amostra, que constituem uma geração urbana que viveu a adolescência ou a juventude no final dos anos 60 e no início dos anos 70, não se ligando a nenhum contexto social em concreto. Assim sendo, tanto para uns como para outros, é a transição para a vida em casal que constitui o momento mais decisivo para a elaboração detalhada, mas não necessariamente definitiva, do projecto de paternidade.

A segunda dimensão em análise dizia respeito à negociação da fecundidade conjugal. Aqui deparámo-nos com várias atitudes. A que predomina – e que caracteriza os perfis *concertados*, *antecipado* e *flexível* – é aquela em que o homem tem um papel activo no processo de negociação. Os cônjuges dialogam acerca das suas preferências e do calendário mais apropriado para a vinda dos filhos e, em caso de divergência, procuram tomar uma decisão consensual, embora esta possa ser sujeita a reavaliações ao longo da trajectória reprodutiva (como acontece, por exemplo, nos casos em que os casais acabam por ficar pelo filho único). Aqui encontramos homens com profissões pouco qualificadas e com o 3.º ciclo do ensino básico ou o secundário, mas também homens muito qualificados. Para além desta atitude há ainda outras três: uma de desacordo conjugal, em que a comunicação das divergências gera conflito; outra de ausência de comunicação, consubstanciando um projecto tácito de maternidade; e outra ainda de negociação diminuta ligada ao alheamento do homem de uma esfera que

considera de competência feminina. É nesta última que se encontram os homens menos qualificados e com menos recursos escolares.

A terceira dimensão incidiu sobre o papel do homem na construção da fecundidade conjugal. O que constatámos foi que o recurso generalizado a métodos contraceptivos femininos por parte dos casais não impede, forçosamente, que o homem se sinta implicado e co-responsável no controlo da fecundidade conjugal. Este é, então, o sentimento dominante e que é independente, curiosamente, da trajectória reprodutiva ser mais ou menos “acidentada”: tantos nos perfis onde se exerce uma vigilância apertada (*concertados*), como naqueles onde há margem de manobra para acolher uma gravidez não planeada (*flexível ambicioso*). Mas também nos deparámos com a atitude oposta, de total alheamento, que se liga ao perfil *tradicional*, em que os homens se isentam de responsabilidades nesta esfera por considerarem que compete às mulheres a sua condução. Verifica-se aqui, de forma muito marcante, “a interiorização do discurso social dominante (...) que identifica a saúde reprodutiva com uma área feminina em relação à qual os homens desempenham funções claramente secundárias” (Almeida e Vilar, 2008, p. 42). Por fim, também nos deparámos com a construção (percebida como) unilateral da fecundidade, nas situações de ausência de negociação ou de desacordo. Praticamente em todos os casos, os homens sugerem uma instrumentalização da fecundidade conjugal por parte das suas companheiras, que procuram realizar as suas aspirações reprodutivas à revelia da sua vontade. Mas há também um caso oposto, em que é o homem que sobrepõe o seu projecto ao da sua mulher, com pouca margem para negociação. Ora, esta condução unilateral da fecundidade parece estar cativa do tipo de interacção conjugal e de relação de poder no casal, como sugere a relação claramente hipergâmica que está associada ao caso de Pedro, em que é o homem que tem a última palavra. Há, pois, que começar a equacionar a arena da fecundidade também por este prisma.

A última dimensão que analisámos foi a do envolvimento masculino na gravidez e no parto. Tratou-se de uma aproximação de natureza exploratória, como clarificámos oportunamente, até porque o questionamento sobre este tópico não foi muito profundo nem sistemático. Procurámos, assim, ficar com uma ideia geral da sua atitude, do modo como percebem as suas experiências destes acontecimentos. E o que encontramos foi, então, três disposições distintas. A primeira corresponde a um envolvimento masculino sentido como pleno. O acompanhamento da gravidez, mas também em alguns casos do parto, leva a que os homens se sintam realizados no cumprimento do seu papel e, nas palavras de alguns, até mais preparados para a paternidade.

A segunda corresponde a um envolvimento sentido como circunscrito, apesar de a participação efectiva poder ter sido das mais intensas. Ora, aqui radica uma diferença interessante em termos de pertença social dos entrevistados. No primeiro caso estamos perante homens de meios mais populares, que estão centrados no acompanhamento e no apoio da mulher grávida; no segundo caso estamos perante homens de meios mais favorecidos, que se centram mais no desenvolvimento fetal e na vida intra-uterina, percebidos enquanto privilégios das mulheres e aos quais não têm pleno acesso. Por fim, temos também uma atitude de alheamento, de distância física e emocional, nomeadamente em relação à gravidez. Esta disposição tem ainda duas facetas: uma de contornos tradicionais, em homens que consideram a gravidez e o parto enquanto redutos de feminilidade, nos quais eles não têm papel a desempenhar; e outra que parece consubstanciar o prolongamento ou a resposta ao conflito que existe na esfera da reprodução conjugal. Ora, este é um terreno sobre o qual importa reflectir, pois há claramente aqui várias leituras acerca do papel do homem na experiência da gravidez e do parto, algumas mais enquadradas por um saber prático e outras por um saber técnico, que confronta os homens com as suas limitações nesta arena. Mas também importa reflectir no modo como estas diferentes experiências determinam ou influenciam a construção e a vivência do papel parental, nomeadamente no quadro de tensão em torno da construção da trajectória reprodutiva do casal.

Gostaríamos de salientar mais algumas questões interessantes, que foram emergindo da análise das entrevistas. Uma diz respeito ao lugar do “acidente” na trajectória reprodutiva dos casais portugueses. Por um lado, as entrevistas aos homens corroboraram o que outros estudos concluíram acerca da fecundidade feminina, que é mais acidentada nas franjas populares e controlada nas intermédias e nas mais favorecidas, fruto de uma relação desigual com o planeamento familiar, mais falível nas primeiras e mais eficiente nas outras (Almeida *et al.*, 2004; Cunha, 2007, 2009a). Mas o que as entrevistas demonstram claramente, e que nesses estudos apenas se intuía, é que há um tipo de “acidente” que se deve a uma abertura do casal, mais tácita ou mais explícita, à vinda de uma criança não planeada. Encontrámos esta vigilância contraceptiva mais ambígua especificamente no perfil *flexível ambicioso*, onde há um projecto precoce de paternidade, negociação conjugal e uma fecundidade em aberto. Trata-se de uma flexibilidade, de uma margem de manobra, associada a contextos com algum conforto económico, pelo que o terceiro filho encontra aqui uma porta aberta (Segalen, 1999).

Há ainda um dado interessante sobre as preferências dos homens em relação ao sexo dos filhos. Se a preferência – aliás, bastante transversal – recaí, para

muitos, no “casalinho” (o rapaz e a rapariga)¹⁹, alguns entrevistados manifestaram, por seu lado, a preferência por um filho do sexo masculino: *é a vida da gente, é a vida dos homens*. Cláudio, Jeremias, Jerónimo e Miguel, homens pouco qualificados e, todos eles, pais de raparigas, confidenciaram que tinham *naturalmente* imaginado uma paternidade baseada em cumplicidades masculinas, assumindo mesmo a dificuldade em entrar no universo lúdico das filhas, em *brincar com elas*. Mas houve também uma voz dissonante, a de Filipe, homem que, desde cedo, assumiu o papel de principal cuidador da sua única filha²⁰. Filipe justifica a preferência, que reconhece sempre ter tido pelas meninas, pelas qualidades psicológicas que atribui ao e valoriza no género feminino.

Outra questão prende-se com o forte laço que liga a conjugalidade e a parentalidade nos projectos de vida de grande parte dos entrevistados, articulado, ainda, com a componente instrumental da produção da vida familiar. Com efeito, quando questionados acerca dos projectos que acalentavam durante a juventude para a vida adulta, foi este “pacote” – “the package deal”, nas palavras de Townsend (2002) – que emergiu dos seus discursos: *Olha, praticamente o que tenho agora: uma casinha, um trabalho e família* (Hélder). Este dado vem de encontro ao que Aboim já encontrara em narrativas femininas sobre a vida familiar, narrativas reveladoras da “força integradora de um projecto “familiarista” (...): um projecto doméstico (ter uma casa), um projecto parental (ter filhos), um projecto económico (de sobrevivência ou de acumulação/progressão financeira)” (2006, pp. 291-292). Tal como a autora então constatou, também aqui estamos perante homens de diferentes meios sociais, que partilham, então, este projecto de integração familiar. Ora, é justamente onde este projecto está presente, que a construção da fecundidade parece assentar numa maior cumplicidade conjugal, “pensando-se o “projecto de família” como roteiro que exige um constante trabalho de programação, adaptação e negociação” (*idem*, p. 291).

Outro aspecto diz respeito à importância que os homens atribuem à dimensão económica nas tomadas de decisão acerca da fecundidade, confirmando os resultados de pesquisas extensivas atrás mencionadas. Com efeito, independentemente do meio social ou das condições financeiras reais destas famílias, os constrangimentos económicos ditam, para muitos, o encerrar da carreira reprodutiva. Mas enquanto para uns, trata-se de assegurar o bem-estar dos filhos no dia-a-dia, em questões ligadas à subsistência e à educação;

¹⁹ À semelhança do que acontece com as mulheres (Almeida, 2004; Cunha, 2007), traduzindo a descendência ideal dentro do ideal normativo dos dois filhos.

²⁰ Ver Capítulo 8.

para outros trata-se de garantir a manutenção de um nível de vida, ao qual os filhos – e a família em geral – já se acomodaram e não querem abdicar. A vinda de mais um filho, tanto num caso como no outro, poderia pôr em causa o equilíbrio encontrado. Ora, esta valorização da dimensão económica deve-se, certamente, à importância que o homem atribui ao seu papel de provedor principal dos recursos familiares²¹. Talvez por isso, a relação hipogâmica muito evidente no caso de Filipe tenha conduzido à sua acomodação passiva ao projecto parental da mulher.

A última questão, por fim, prende-se com as situações de filho único que aqui encontramos. Na medida em que esta descendência está longe de traduzir o ideal normativo de fecundidade (Cunha, 2007, 2009b), revelou-se interessante conhecer, a partir do discurso dos homens, as razões que sustentam a decisão de ficar pelo filho único: são as dificuldades sentidas na relação com a criança, como referiu Cláudio; são as responsabilidades inerentes ao papel parental, como referiu Leonardo; são as exigências profissionais dos cônjuges, a falta de apoio familiar ou mesmo uma doença, como referiu Patrício; é a falta de disponibilidade afectiva ou a necessidade de garantir a manutenção de um certo estilo de vida e nível de consumo, como referiu Pedro. Mas não é só a escassez de recursos pessoais e externos que dita esta situação. De facto, os silêncios e os desacordos conjugais em torno da fecundidade, por um lado, e a resistência, nos tempos da juventude, em alinhar com o quadro normativo dominante – casar e ter filhos – parecem constituir, também, ingredientes que, isoladamente ou associados, concorrem para a constituição das descendências de filho único no âmbito da conjugalidade.

Para terminar, gostaríamos de partilhar a reflexão de Grady *et al.* acerca da dificuldade em compreender a fecundidade das sociedades contemporâneas: “the level of commitment between men and women is the key variable missing in the current study of fertility” (1996, p. 88). Se assim é – e esta parece ser, efectivamente, uma leitura correcta – cabe, então, às Ciências Sociais renovar o olhar sobre a reprodução, equacionando-a enquanto arena onde se encontram as aspirações, os projectos e os quadros de valores de dois indivíduos, que têm de concertar posições em prol de um projecto de fecundidade conjugal. Quando tal não acontece, esta arena da vida a dois pode transformar-se num palco de tensões e conflitos²² mais ou menos abertos, como pudemos constatar em algumas narrativas masculinas.

²¹ Ver Capítulos 1 e 2.

²² Casimiro, numa investigação sobre violência conjugal (2009), recolheu testemunhos masculinos e femininos que referiram o conflito na arena da reprodução enquanto uma forma de violência.

Quadro 7.7 – Quadro-síntese dos projectos de paternidade e da construção da fecundidade conjugal (perfis)

PERFIS	PROJECTO DE PATERNIDADE		FECUNDIDADE CONJUGAL		NÚMERO DE FILHOS	CASOS
	Na juventude	No início da relação conjugal	Negociação	Construção (sentimento dominante)		
1 – Concertado contido	Presente	Normativo ou contido	Forte	“A dois”, dirigida	Centrado na mulher	Cláudio, Jeremias, Hélder, Marcelo, Alvaro, César
2 – Antecipado bem-vindo	Presente	Normativo	Média ou forte	“A dois”, prematura	Centrado na mulher	Nicolau, Miguel, António, Sérgio
3 – Tradicional acidennado	Presente	Normativo	Diminuta ou ausente	Alheamento masculino, competência feminina	Alheamento tradicional	Jerónimo, Júlho
4 – Flexível ambicioso	Presente	Ambicioso	Em aberto	“A dois”, abertura para ter filhos, vigilância contraceptiva pouco apertada	Centrado no bebé (sentido como circunscrito), ou diminuto	Mmanuel, Francisco, Adriano, Anibal
5 – Imposição feminina, acomodação masculina	Ausente	Ausente ambivalente	Ausente	Determinada pela mulher	Centrado no bebé (sentido como circunscrito), ou diminuto	Filipe, Frederico
6 – Imposição feminina, desacordo masculino	Ausente	Ausente ou ambivalente	Desacordo	Determinada pela mulher	Alheamento emocional	Zacarias, Leonardo
7 – Imposição masculina	Ausente	Ambivalente	Desacordo	Determinada pelo homem	Centrado em ambos	Pedro
8 – Concertado no tempo	Ausente	Normativo	Forte	“A dois”, dirigida	Diminuto	Patrício

Capítulo 8 Perfis de paternidade no Portugal contemporâneo

Karin Wall, Sofia Aboim e Sofia Marinho

Introdução

Grande parte da recente discussão sobre o lugar do homem na família tem focado a sua atenção no papel de pai, esquecendo que, no casal, a “identidade de pai” implica, quase sempre, a “identidade de provedor” assim como a de “parceiro” (Castelain-Meunier, 2002; Nock, 1998; Townsend, 2002). Uma das razões para a discussão sobre o lugar do homem na família reduzir-se à questão da paternidade prende-se com a crescente preocupação pública com o “pai ausente” no contexto do divórcio ou da separação. Outra razão tem sido a ênfase dada às transformações nas práticas masculinas no final do século XX (Connell, 1995), ligada à ideia de que as novas masculinidades estão associadas, em grande medida, a novas formas de paternidade (Arendell, 1997; Brandth, 1998; Dulac, 1997; Gerson, 1997; Hayhood e Mac an Ghaill, 2003; Marsiglio, 1995; Morgan, 2004). Com efeito, estudos sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e do poder na família revelam menos transformações do que se poderia esperar, sendo as alterações mais claras nas atitudes do que nas práticas (Coltrane, 2000; Wall, 2005a). Em contrapartida, a constatação de que os homens não só desejam participar activamente no exercício da parentalidade, como estão, de facto, envolvidos nos cuidados directos às crianças, contribuiu para o desenvolvimento de uma forte atenção sobre a paternidade (Aboim, 2006; Björnberg, 1996; Brannen, 2003; Doucet, 2006; Hatter, Vinter e Williams, 2002; Modak e Palazzo, 2002).

Neste texto sugerimos uma estratégia de análise mais ampla para observar as dinâmicas de paternidade. As práticas e as normas sociais a este respeito são conceptualizadas no quadro das transformações contemporâneas da vida familiar. Do ponto de vista da sociologia da família, isto significa olhar para duas questões cruciais para compreender a modernização das famílias. A primeira é o declínio, nas sociedades europeias, do modelo de “ganha-pão masculino”, tendência que está associada às mudanças nos modelos culturais de género que sustentam a divisão do trabalho na família, mas também aos comportamentos das famílias em relação ao mercado de trabalho. Com efeito, de particular importância tem sido a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente daquelas que vivem em conjugalidade e têm filhos pequenos, e o aumento dos casais “duplo emprego”, em que ambos trabalham. Como resultado, diversificou-se a

divisão do trabalho pago nas famílias, passando a coexistir o modelo mais moderno de “duplo emprego/dupla carreira” com outros mais tradicionais, como o modelo de “homem-provedor/mulher-doméstica” e a sua versão modificada de trabalho masculino a tempo inteiro e feminino a tempo parcial. Estas mudanças expressam-se, assim, nas experiências de articulação entre trabalho e vida familiar de homens e mulheres. Com efeito, a investigação empírica mais recente tem revelado que as mulheres trabalhadoras sentem mais *stress* do que os homens na articulação destas esferas, embora os homens casados com crianças pequenas também sintam níveis elevados de *stress* (Wall, 2007).

A segunda questão prende-se com a pluralização das interacções familiares. A valorização da autonomia e da auto-realização, a centralidade conferida à negociação conjugal e o enfraquecimento dos constrangimentos externos são, para alguns sociólogos, tendências fundamentais das relações íntimas actuais (ver Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Giddens, 1992; Singly, 1996). Contudo, a modernidade conjugal revê-se não num único modelo de funcionamento familiar, mas num conjunto diverso de formas de interacção (Kellerhals, Widmer e Levy, 2004): os casais “associativos” são aqueles que mais valorizam a igualdade de género, a autonomia, a realização individual no casamento e a abertura ao exterior; nos casais “companheiristas”, a diferenciação de género também é fraca e o contacto com o mundo exterior também é importante, mas centram-se na fusão e já não na autonomia; nos casais “bastião”, também existem níveis fortes de fusão, mas estes ligam-se a uma diferenciação de género mais vincada e a um fechamento/desconfiança em relação ao mundo exterior; os casais “paralelos” são igualmente caracterizados pelo fechamento ao exterior e pela forte diferenciação de género, mas valorizam a autonomia e as esferas separadas de funcionamento, ao contrário dos casais fusionais. Estas diferentes formas de relacionamento conjugal estão associadas ao estatuto social dos cônjuges: as interacções “bastião” e “paralela” emergem, mais frequentemente, em casais com um baixo estatuto social, enquanto a “associativa” emerge em casais com um estatuto social mais alto. Em contrapartida, as interacções “companheiristas” são mais transversais a todas as classes sociais (Aboim e Wall, 2002).

Ora, o principal objectivo deste capítulo consiste em compreender, num contexto de diferentes modos de funcionamento familiar, como é que homens, que vivem em casal e têm filhos em idades dependentes, constroem papéis e identidades enquanto pais. Para investigar esta questão, o nosso modelo de análise observa as dinâmicas de paternidade e de funcionamento familiar focando, assim, as inter-relações entre ser pai, ser marido e ser

provedor. A paternidade é examinada, então, através das seguintes dimensões: as **práticas parentais**, como a prestação de cuidados desde o nascimento ou o envolvimento em outras actividades; o **tipo de laço entre pai e criança**, mais próximo ou mais distante em termos emocionais, individualizado ou mediado pela mãe; e as **orientações** dos homens para a paternidade, isto é, como é que se vêem enquanto pais. Quanto ao funcionamento familiar, este é aferido a partir das seguintes dimensões: as **orientações** dos homens para a vida conjugal e familiar, isto é, como é que entendem o seu lugar na família; os **tipos de interacção conjugal**, dimensão que será apreendida através do *grau de fusão*, ou seja, o nível de partilha conjugal de recursos individuais (tempo, dinheiro, ideias ou sentimentos), mas também do *grau de abertura*, ou seja, a intensidade dos contactos e das trocas que ocorrem entre o casal e o mundo exterior; e, ainda, a **divisão familiar do trabalho pago e não pago** e os modos como os homens equilibram a dedicação ao trabalho e à família, ou seja, as estratégias usadas para articular a vida profissional e familiar e as tensões e o *stress* decorrente de ambas. Levar em conta tanto a divisão do trabalho como as interacções conjugais é, deste modo, um elemento essencial da nossa abordagem analítica do funcionamento familiar.

A análise baseia-se em 24 entrevistas em profundidade efectuadas a homens a viver numa primeira conjugalidade com filhos¹.

Compreender a mudança e a diversidade na paternidade

A análise das entrevistas revelou que os homens têm diversas formas de perceber e viver a paternidade no contexto de diferentes modos de funcionamento familiar. Os discursos dos entrevistados desvendaram dinâmicas de paternidade distintas, que foram classificadas em sete formas de paternidade. O quadro 8.1, no final deste capítulo, apresenta as principais características destas formas de paternidade e os tipos de funcionamento familiar a que estão ligados.

As duas primeiras – a paternidade **conjunta** e a **de apoio** – emergem no quadro de dois tipos de funcionamento fusional descritos pela sociologia da

¹ As idades dos homens entrevistados estão compreendidas entre os 31 e 48 anos, e as idades dos seus filhos são inferiores a 18 anos. Pertencem a vários grupos socioprofissionais e têm níveis de escolaridade diferenciados. Destes entrevistados, 23 viviam à data em famílias “simples” de casal com filhos e 1 já vivia numa família monoparental. No entanto, o seu caso foi importante para compreender a paternidade apropriativa. O leitor poderá encontrar informações mais detalhadas sobre as características socioeconómicas dos entrevistados na Introdução deste livro e no Anexo I.

família, respectivamente, o “companheirista” e o “bastião”. A paternidade **paralela** está ligada, como o nome indica, às famílias “paralelas”. Já as restantes formas de paternidade estão ligadas a vários tipos de família “associativa”. Com efeito, contrariamente às tipologias existentes, verificámos que esta última forma de funcionamento familiar não é homogênea, pois a par do casal “associativo” com práticas ajustadas aos ideais da autonomia e da igualdade de género, as entrevistas também revelaram outras três formas de funcionamento “associativo” com práticas de género menos igualitárias, como explicaremos mais adiante. Tendo em conta o número limitado de entrevistas, devemos considerar esta categorização como uma classificação exploratória de casos-tipo emergentes da análise efectuada. Todavia, não deixa de sublinhar claramente a necessidade de levar em consideração a crescente diversidade daquilo que tem sido designado de família moderna “associativa” (Kellerhals, Widmer e Levy, 2004). Tentaremos explorar alguma desta diversidade na análise das principais formas de paternidade que apresentaremos em seguida.

A paternidade “conjunta” das famílias companheiristas

Neste perfil é dada uma grande ênfase à família como um todo, em que a cooperação conjugal é fortemente tecida em torno dos interesses e das necessidades das crianças. Na perspectiva masculina, a união e a colaboração conjugais devem estar sempre presentes, e estas são ainda reforçadas com a chegada dos filhos. Para **Sérgio**, um jovem engenheiro informático de 33 anos, casado e pai de duas crianças (10 e 8 anos):

(...) a Família não está a [conseguir] fazer uma execução de unidade. Cada vez mais se vêem os casais com contas separadas, com vidas completamente separadas. Eu acho que o casal tem uma vida só.

Neste contexto, os princípios de realização individual e de igualdade de género são subordinados ao bem-estar da família e, em particular, aos interesses da criança. Como diz:

Tudo gira à volta da criança. As vontades próprias passam para segundo plano.

Assim, enquanto indivíduos, estes homens dedicam-se à actividade profissional em função das exigências da sua vida familiar. Aliás, espera-se, de ambos os membros do casal “companheirista de duplo emprego”, que adaptem as suas vidas profissionais, ou mesmo as carreiras, às necessidades da família e que, *em conjunto*, partilhem as tarefas, em vez de as *dividirem de*

forma igualitária. A ideia fusional de junção envolve uma percepção específica da divisão do trabalho, menos ligada a regras de justiça e mais centrada na disponibilidade, no apoio mútuo e no sentimento de coesão edificado nas tarefas do dia-a-dia. Estes são homens que, frequentemente, dizem *fazemo-lo juntos*, um significado fusional que encerra práticas diferentes, nomeadamente no que toca ao trabalho doméstico: fazer *à vez*, fazer *em conjunto*, ou *dar uma mãozinha* enquanto o outro desempenha a tarefa. A delegação extensiva do trabalho doméstico ou dos cuidados às crianças não é, aqui, uma solução, dado que não se coaduna com a coesão familiar. Com efeito, é preferida uma delegação ocasional: das limpezas, do passar a ferro, ou dos cuidados às crianças pelos avós.

A paternidade e a maternidade também são vistas como profundamente interdependentes. Os homens consideram-se parceiros de um projecto parental *conjunto*, em que prover, cuidar e educar os filhos são actividades partilhadas e negociadas pelo casal ao longo do seu percurso de vida. Estes são pais fortemente implicados na prestação de cuidados, levantando-se durante a noite para alimentar e trocar a fralda aos bebés e, dependendo das exigências da vida profissional do momento, esforçando-se por estar em casa para cuidar dos filhos. Quando estes são mais velhos, partilhar as rotinas diárias, ter muitas actividades em família e apoiar activamente os seus projectos e interesses tornam-se elementos essenciais da construção de um laço próximo e íntimo entre pai e cada um dos filhos. Deste modo, estes homens consideram-se pais fortemente envolvidos, afectuosos, disponíveis e atentos; “cuidadores” e “provedores” activos; “bons amigos” e “educadores”. A vida familiar, a conjugalidade, o prover e a paternidade estão, assim, intimamente ligados, tanto na identidade como na vida quotidiana destes pais.

No entanto, ou por isso mesmo, os casais companheiristas têm dificuldade em conciliar as exigências do prover para a família com a forte participação na vida familiar, a parentalidade conjunta e a fraca delegação dos cuidados aos filhos. Ambos tentam reduzir as pressões do trabalho quando as crianças são pequenas. As faltas ao trabalho são cuidadosamente negociadas, tendo em conta as exigências profissionais de cada membro do casal e os direitos laborais. De um modo geral, contudo, os níveis de *stress* são muito altos para estes pais: os que desempenham profissões manuais têm longas horas de trabalho e queixam-se de falta de tempo para participarem na vida familiar; enquanto os homens mais qualificados têm de lidar com as elevadas expectativas dos seus empregadores. O caso de Sérgio, acima mencionado, é típico: enquanto jovem engenheiro numa empresa privada, espera-se que ele trabalhe horas a fio e fique na empresa até tarde. Esta situação gera fortes

tensões no seu trabalho, pois os seus empregadores queixam-se de que ele *nunca está em lado nenhum a partir da 4 horas da tarde.*

A paternidade de “apoio” das famílias bastião

Nas famílias bastião, os homens vêem a família como um mundo fechado, um refúgio privado no qual a família, enquanto grupo, está em primeiro lugar e as suas relações internas são a principal fonte identitária para ambos os membros do casal. A família é vista, igualmente, como um lugar gerido pela mulher, sustentado em papéis de género diferenciados e complementares, mas já não na norma rígida do prover masculino e do cuidar feminino. Assim, se a mulher trabalha fora de casa e ajuda nas despesas, pois os dois salários são considerados importantes para garantir um bom nível de vida, o homem deve oferecer ajuda em casa. **Armando**, operário de 37 anos, casado com uma empregada de limpeza e pai de 3 filhos, descreve a lógica de acção do “ajudante” masculino da seguinte forma:

Hoje em dia têm que trabalhar os dois, porque a vida está difícil. Se eu tivesse outra vida, tivesse mais posses, não me importava que a minha mulher estivesse em casa. Mas as mulheres também gostam de exercer a sua função e não se sentem bem em casa sozinhas (...). Eu penso que [no casal] se devem ajudar um ao outro. Na minha maneira de ver, não deve haver regra: “tu fazes o comer, eu lavo a loiça”. Pronto, acho que não é por aí. É ajudarem-se um ao outro.

Embora seja provável que estes homens advoguem uma visão mais tradicional dos papéis de género e da vida familiar (desaprovação do divórcio, crença na naturalidade biológica das diferenças de género), o seu centramento nas finalidades internas da família e na cooperação conjugal é reflectido num lugar diferente para o pai nestas famílias. As contribuições materiais são essenciais, mas as emocionais também são necessárias. Como resultado, a vida quotidiana destes homens passa a ser menos centrada em esferas separadas de actividades masculinas e mais envolvida na criação de um laço próximo com os filhos, assim como numa rede de actividades familiares mais densa e emocionalmente calorosa. Isto pode traduzir-se em aspirar a casa; ter prazer em comprar os iogurtes favoritos dos filhos; ou levar, a meio da noite, uma criança assustada para a cama do casal. Assim, enquanto pais, estes homens vêem-se a responder às necessidades emocionais, de cuidados e materiais das suas crianças. Todavia, o mais importante para eles é “estar presente”, ou seja, que os filhos sintam que o pai está ali, em casa. Logo, ser um “bom pai” liga-se mais à participação na vida familiar do que à ideia de fazer actividades individualizadas com as

crianças. Pais e filhos podem gostar de jogar à bola juntos, mas ter as crianças por perto enquanto eles lavam o carro ou vêem televisão, também é importante. As saídas são bastante raras, mas, quando acontecem, consistem em visitar parentes mais chegados ou *tomar um café* em família. Alguns dos pais, que visivelmente desconfiam do mundo exterior, gostam de encorajar os filhos a permanecerem o mais possível em casa.

Embora sejam menos activos nas tarefas domésticas do que os pais das famílias “companheiristas”, estes homens, trabalhadores da indústria, sentem algum *stress* no desempenho profissional e na vida familiar, devido aos longos horários de trabalho que, justamente, tornam difícil estar *presente*, mais ainda quando têm horários atípicos (horas extra ou turnos, por exemplo). **Hélder**, 40 anos, casado com uma empregada de balcão e pai de duas crianças pequenas, trabalha 11 horas por dia em três turnos diferentes numa empresa de transportes. O seu discurso ilustra bem estas tensões:

A gente gosta de estar com a família, gosta de estar com os pequeninos, porque eu já tenho uma família, não é? Agora, só que em termos de horários, muitas vezes queria ficar mais tempo com a família e não posso. Falando por esta semana, só consegui ver os meus pequeninos de manhã, que é quando os vou levar à escola, que é o período de os levantar, dar o pequeno-almoço e levá-los à escola. Fora isso, já não os vejo. Vou levá-los à escola, que têm que lá estar até às 9 e meia. Às 2 horas vou entrar ao serviço, venho às 11 horas [da noite]. Quando chego às 11 horas, já estão a dormir, lógico. Chego às 11 horas ou às 11 e meia. É lógico que eles não estão acordados. Passa-se uma semana inteira neste ritmo.

A paternidade “paralela” das famílias paralelas

Nas famílias de tipo “paralelo”, são os princípios do homem-provedor e da autonomia diferenciada de género que moldam as práticas conjugais e não o funcionamento conjugal baseado na “presença” e na “ajuda” masculina na vida familiar. Ter família e filhos é essencial para a identidade masculina, mas ligada aqui à ideia do marido como principal provedor e “chefe de família”. A ênfase na diferenciação de género e na ideologia da separação das esferas é forte: a mulher faz todo o trabalho doméstico e cuida das crianças, se necessário com a ajuda de outras mulheres da família; o homem tem horários, interesses e lazeres independentes.

Marcelo ilustra bem uma situação de paternidade paralela. Tem 38 anos, é vendedor de artigos ópticos e trabalha 12 horas diárias. Casado com Florbela, que trabalha 6 horas por dia (incluindo sábados) numa loja de roupa, é pai de

duas crianças com 8 e 3 anos. Marcelo cresceu numa família tradicional de pai ganha-pão, distante e autoritário, e de mãe doméstica, que nunca incentivou os dois filhos a fazerem alguma coisa em casa. Marcelo confessa:

Se calhar, de uma forma inconsciente, tomo aquela postura que todos os homens tomam, digamos, “eu sou a cabeça da família”. O que até no nosso caso é um bocado assim, quer dizer, o meu ordenado é o mais importante, é o maior.

Na sua vida quotidiana ele investe, em primeiro lugar, na actividade profissional e, depois, no passatempo favorito: é elemento da direcção de um clube desportivo. Enquanto pai vê-se a si mesmo como um bom provedor, afectuoso e interessado nas actividades e nos progressos dos seus filhos (algo que o seu pai nunca fez) e, ainda, como alguém que está *presente quando é necessário*. No entanto, durante a semana chega a casa demasiado tarde para poder estar com eles. É a mulher e a sogra que cuidam deles e Marcelo nunca sentiu nenhum tipo de pressão para se envolver mais. Durante o fim-de-semana passa muito tempo no clube levando, por vezes, os seus filhos consigo, enquanto a mulher trata da casa.

Num contexto de separação e diferenciação conjugal, os pais paralelos são mais ausentes do dia-a-dia dos filhos do que os pais apoiantes das famílias bastião. Não participam nos cuidados aos bebés e às crianças pequenas, nem usam a licença de paternidade. Aliás, dizem a este respeito:

Exigir os 5 ou 10 dias para ficar com os filhos, sei lá, acho que isso é mais uma fuga à responsabilidade do trabalho.

Marcelo

Enquanto pais, enfatizam o seu papel de figura de autoridade e de provedor, de quem é esperado estar no trabalho e não em casa. Mas também não querem ser como os pais autoritários e distantes do passado. Todavia, sentem que o mais importante não é tanto *estar lá* ou passar mais tempo com as crianças, e sim ter um relacionamento com os filhos baseado em afeição, compreensão e interesse. Deste modo, embora a mãe continue a ser uma mediadora importante das relações parentais, o pai já não é a figura dominadora que inspira medo e exige obediência imediata.

Articular o trabalho e a família não é um problema para estes pais, pois, na verdade, estão libertos do esforço de conciliação que é assegurado pelas suas mulheres. Para se implicarem numa paternidade centrada no prover, no educar e no acarinhar, é *suficiente*, para eles, o tempo que estão com os filhos às refeições e durante parte do fim-de-semana.

A paternidade “igualitária” das famílias associativas igualitárias

Dois dos traços principais destas famílias associativas são a igualdade de gênero e a autonomia individual, tanto na vida profissional como na vida familiar. Estes são homens altamente qualificados e que estão tão empenhados na vida profissional com as suas parceiras, o que acontece no quadro de um relacionamento baseado em princípios de igualdade, autonomia e gestão cuidadosa do tempo familiar e individual. Tal como disse um entrevistado:

(...) é mais uma relação de iguais, do que propriamente uma relação de subordinante e subordinado. As opiniões de cada um são levadas em conta. Tenho a impressão que, se algum dia, houvesse um assunto em que a J. tivesse uma opinião inabalável e eu tivesse uma opinião inabalável, fazíamos as duas coisas. Cada um fazia a sua.

Patrício

De acordo com estes princípios de conjugalidade “associativa”, os dois membros do casal investem fortemente nas suas carreiras, têm interesses comuns mas também individuais e acreditam que todas as tarefas e responsabilidades são “divididas” de um modo “justo”:

Eu acho que a divisão das tarefas dentro de casa deve ser um reflexo das divisões das tarefas fora de casa. Nos casos, como é o meu, em que o esforço de trabalho fora de casa é dividido meio por meio, o esforço de trabalho dentro de casa, por uma questão de justiça, deve-o ser da mesma forma.

Patrício

A ideia é que o homem pode (tem competências para tal) e deve participar *equitativamente* em todos os tipos de cuidados às crianças e nas tarefas domésticas. Para estes casais de dupla carreira, porém, colocar este princípio em prática só é possível na condição de delegarem uma grande quantidade do trabalho doméstico e parental. Durante a semana utilizam serviços pagos e não pagos, tanto para assegurar os cuidados às crianças até ao princípio da noite, como para fazerem a maior parte do trabalho doméstico; nos fins-de-semana, o casal divide a preparação das refeições, as compras e os cuidados aos filhos. Estes homens sentem que, antes da chegada das crianças, não tinham noção do que eram responsabilidades familiares. A transição para a parentalidade foi, portanto, fundamental para a criação de interdependências e de uma maior fusão de recursos, tempos e interesses. Talvez por esta razão, a parentalidade seja entendida como uma esfera crucial do investimento masculino na vida familiar, tão ou mais importante que a conjugalidade, levando o homem a aperceber-se da importância de criar laços individualizados com os filhos.

Patrício, empresário de 44 anos, ilustra bem a paternidade igualitária. Filho único de um casal altamente qualificado, ambos já reformados de cargos dirigentes da função pública, Patrício é casado com uma directora de uma empresa multinacional. Quando a filha deles nasceu, 3 anos depois de terem casado, tinham ambos 30 anos e horários de trabalho muito longos. Viajavam várias vezes em trabalho e estavam empenhados em fazer as suas carreiras. Recorreram a uma empregada doméstica, e muito especialmente aos avós, para conciliarem a actividade profissional com os cuidados à filha. Ao longo de vários anos, os pais de Patrício ficavam na casa dele para cuidarem da bebé durante o dia e, mais tarde, para a acompanharem ao fim da tarde quando chegava da creche. Se Patrício precisava de se ausentar vários dias em trabalho, não era preciso alterar a rotina da criança, dado que os avós estavam sempre presentes. Durante o fim-de-semana, o casal ficava sozinho e os cuidados à criança, assim como as tarefas domésticas, eram divididos *equitativamente*: Patrício cozinhava e cuidava do jardim; a mulher lavava a loiça e arrumava a cozinha. Na altura do nascimento da filha, a licença de paternidade ainda não existia, mas Patrício era um pai empenhado: mudava fraldas, dava banhos, fez e deu a primeira sopa de cenoura. Patrício sente que é muito diferente de alguns dos seus amigos, cujas mulheres não trabalham ou não estão interessadas numa carreira. Considera-se um homem “igualitário” e respeitador da autonomia da mulher e do seu empenho na vida profissional.

Na paternidade igualitária, os homens sentem que a divisão dos cuidados é importante para criar laços próximos com a criança, tanto emocionais como físicos. Sublinham, portanto, que o casal deve desenvolver relações individualizadas com a criança. Para tal, o pai deve nutrir interesses e gostos comuns, fomentar actividades de lazer com a criança, que ambos apreciem, e deve estar disponível para apoiá-la nas áreas que apelam às suas competências masculinas ou pessoais, como ajudar nos trabalhos escolares, por exemplo. Assim, estes homens vêem-se como pais cuidadores e afectuosos, assim como bons amigos e educadores modernos, que aproveitam o tempo lúdico também para educar. Mas vêem-se, igualmente, como “mediadores” da integração dos filhos na sociedade, protectores que os guiam e lhes dão competências para se tornarem independentes e para lidarem com o mundo exterior.

Nesta forma de paternidade, a articulação trabalho-família não envolve muito *stress*, devido à forte delegação do trabalho doméstico e dos cuidados aos filhos. Mesmo assim, esta forte delegação e a intensa dedicação à carreira nem sempre deixam muito tempo para uma parentalidade igualitária, para ambos os membros do casal. Esta tensão é ultrapassada e resolvida de várias

formas: mantendo uma proximidade emocional e física com a criança (falando regularmente pelo telefone; cuidando sozinho quando se está em casa); estando sempre disponível para ela, a qualquer hora; edificando esferas especiais de interação, como interesses ou passatempos. Desta forma, a identidade masculina na vida familiar está fortemente ancorada na paternidade. Muito embora declarem que a relação conjugal também é importante, algumas vezes ela é remetida para segundo plano. De facto, a confluência da paternidade **igualitária** com a procura de auto-realização individual numa carreira profissional compensadora deixa, muitas vezes, pouca disponibilidade para o casal. Isto é algo que é lamentado, mas não é considerado um problema importante na articulação entre a profissão e a vida íntima, pelo menos nesta fase da vida familiar. A possibilidade de ambos os membros do casal se dedicarem a uma carreira compensadora e, ao mesmo tempo, cuidarem de uma criança pequena, é o mais importante.

A paternidade “apropriativa” das famílias associativas desiguais centradas na apropriação masculina

Neste tipo de funcionamento conjugal, os homens vêem-se como os principais actores da vida familiar e sublinham a necessidade de serem eles a administrá-la e a organizá-la, de alguma forma desvalorizando as suas parceiras, que, a seu ver, precisam de orientação por terem menos competências do que eles, nomeadamente parentais. Ao contrário da forma de paternidade anterior, em que os membros do casal negociam o trabalho doméstico e a parentalidade num contexto em que ambos têm carreiras profissionais exigentes, neste tipo de funcionamento familiar os homens sentem que é a eles que cabe *dar conta*, apropriando-se, num certo sentido, da vida familiar. Tal como um dos entrevistados declarou:

Impus mais. Há um maior ascendente da minha parte.

Pedro

Mas este tipo de dinâmica familiar não deixa de ter lugar, curiosamente, num quadro normativo moderno. Os entrevistados acreditam que os homens devem dividir, de forma paritária, as tarefas domésticas e os cuidados aos filhos; que as mulheres devem ser autónomas e trabalhar fora de casa; que os atributos da maternidade e da paternidade são praticamente os mesmos. Na sua infância tiveram, muitas vezes, que se desembaraçar sozinhos, aprendendo, por exemplo, a cozinhar muito cedo. Desta forma, a divisão do trabalho doméstico e dos cuidados aos filhos não é *genderificada* no sentido tradicional do termo, mas leva sempre em conta as preferências e as

prioridades definidas pelo homem. Na prática, isto significa que assume o papel de principal provedor, a par de algumas tarefas e cuidados mais morosos, como cozinhar, deitar as crianças ou estar em casa para as receber quando regressam da escola.

Como pais sentem que os afectos, embalados na participação diária e activa nos cuidados, são cruciais, mas também sublinham a importância de serem “bons amigos”, “educadores modernos” e “mediadores protectores” das suas crianças. Contudo, ao contrário do que sucede nas famílias associativas igualitárias, tendem a ver-se como os principais cuidadores e educadores e competem com as mulheres pelo envolvimento parental. Deste modo, estes homens estão sobrecarregados por múltiplos papéis, pois consideram-se os principais provedores da família, os gestores da conjugalidade e da parentalidade e os principais cuidadores e educadores dos filhos. Se acrescentarmos o seu interesse na realização pessoal, também através de uma carreira exigente, então podemos compreender porque é que têm níveis elevados de *stress* na profissão e na família. É muito difícil ter tempo para tudo e a única forma de conciliar uma carreira, ou mesmo um cargo de direcção, com o papel de principal cuidador, com a realização das tarefas domésticas e com a gestão geral da vida familiar, é tendo horários de trabalho flexíveis. No exercício da actividade profissional, as horas suplementares são sistematicamente transferidas para a noite, pois primeiro é preciso ir buscar a criança à escola, ajudá-la a fazer os trabalhos de casa e fazer o jantar para a família. É, portanto, dentro destas rotinas diárias organizadas em torno dos cuidados à criança e das actividades familiares, que os homens procuram algum espaço para mergulharem no trabalho profissional. Apesar dos elevados níveis de *stress* que esta organização de tempos profissionais e familiares implica, estes entrevistados têm orgulho de serem homens “modernos”, que assumem qualquer papel ou fazem qualquer tarefa considerada feminina. Têm orgulho, especialmente, de serem pais que controlam e estão activamente envolvidos na vida quotidiana e na educação dos seus filhos.

Pedro, 38 anos, físico, casado e pai de uma criança de 4 anos é um exemplo de paternidade apropriativa. Sente que *supervisiona* a vida familiar e tem consciência que detém mais poder, tanto no relacionamento do casal como em relação à sua filha. Prefere apontar a sua *ascendência* – como lhe chama – como a razão da sua participação activa na vida quotidiana, em vez de mencionar a sua posição de principal provedor ou as suas qualificações:

Sou eu que faço mais tarefas em casa. Num casal que divide as tarefas, eu sou a mulher, não sou o homem.

É sempre Pedro que cozinha, pois não gosta dos cozinhados da mulher, que faz a maior parte das compras e também ajuda nas limpezas. É o primeiro a levantar-se para acordar a sua filha, dar-lhe o pequeno-almoço e pô-la na carrinha da escola. E é ele quem, quase sempre, está em casa para a receber à tardinha. Profundamente envolvido na paternidade, tenta estar sempre presente na vida da filha, mesmo que isso implique sair do trabalho mais cedo e depois trabalhar em casa pela noite fora, quando ela já está a dormir. No que respeita à sua educação, acha-se mais competente do que a mulher e, por isso, sente que deve fazer um esforço suplementar. Pedro tem dificuldade em conciliar o trabalho com as tarefas domésticas e os cuidados à filha, anda sempre numa correria e, *o que acaba por ser mais afectado*, é a actividade profissional. Para compensar, tira partido da flexibilidade do seu horário e aproveita as viagens em trabalho para recuperar o tempo perdido. Apesar do seu discurso sobre a importância da autonomia, a mulher é bastante dependente dele, embora, na prática, acabe por ser ela a apoiar e a sustentar a autonomia de Pedro. Por outro lado, a conjugalidade representa para Pedro um abrigo protector, onde ele pôde tornar-se pai, papel que mais valoriza na sua vida familiar.

A paternidade “electiva” das famílias associativas desiguais centradas na carreira masculina

Esta é uma forma de paternidade que aparenta ser uma versão modificada da paternidade igualitária. De início, marido e mulher investiam de igual modo na vida profissional e estavam a construir as suas carreiras. A igualdade, a autonomia individual e a abertura ao mundo exterior eram princípios ideais de funcionamento conjugal. Mas, com o passar dos anos e a chegada das crianças, a vida familiar mudou consideravelmente: o forte investimento masculino na carreira passa a estar ligado a um forte envolvimento feminino nos cuidados aos filhos e nas tarefas domésticas, apesar de as mulheres não só manterem o trabalho a tempo inteiro, como o considerarem importante para a sua autonomia pessoal. Deste modo, ambos trabalham a tempo inteiro e valorizam a vida profissional. Porém, e por diferentes razões, normalmente associadas a determinados acontecimentos do percurso de vida (desemprego feminino, dois ou três nascimentos muito próximos...), o homem é melhor sucedido na construção da sua carreira e da sua independência, e a paridade no casal desvanece. Neste quadro tem lugar a construção da paternidade **electiva**: os entrevistados vêem-se como homens de sucesso, orientados para a carreira profissional, menos envolvidos na parentalidade do que as suas mulheres e com pouco tempo disponível para a vida familiar em geral, pelo

que “elegem” actividades/momentos de qualidade na sua relação com os filhos. Olham para o maior envolvimento da mulher na vida doméstica como fazendo parte da “ordem de género” e julgam que a presença feminina em casa, especialmente quando existem crianças, é mais importante do que a presença masculina. Por outro lado, declaram que as suas mulheres concordaram em apoiá-los nas suas estratégias de investimento na vida profissional e na manutenção da autonomia individual que dela decorre. Como um dos entrevistados afirmou:

(...) em relação à família tem havido sempre um apoio, não é?, da parte da Inês.

Francisco

Francisco, pai de 2 crianças de 5 e 6 anos, ilustra bem esta forma de paternidade. Francisco é arquitecto e também ensina. Trabalha muitas horas e fica quase sempre no trabalho até bastante tarde. No princípio do casamento, a sua mulher, que é um pouco mais velha do que ele, já se tinha licenciado e era directora financeira numa empresa privada. Para o ajudar a acabar os estudos universitários, ela tornou-se a principal provedora e tomou conta de todo o trabalho doméstico, situação para a qual também contribuiu o facto de Francisco não saber cozinhar. Contudo, acredita que, idealmente, os casais devem dividir as tarefas de forma paritária e está consciente que nunca fez a parte que lhe cabia. Francisco comenta que se tornou a pessoa que arruma tudo e *decora* a casa. Quando a sua primeira filha tinha 6 meses e já estava numa creche, a sua mulher ficou inesperadamente desempregada, devido à deslocalização da empresa onde trabalhava. Enquanto procurava um novo emprego, sem querer voltou a engravidar. Assim, sem o pretender, acabou por ficar em casa durante quase 3 anos, experiência que Francisco descreve como tendo sido bastante difícil para ela. Quando regressou ao mercado de trabalho viu-se obrigada a aceitar um trabalho de secretariado com um estatuto profissional e um rendimento inferiores aos que tinha anteriormente.

Dadas as suas várias actividades profissionais, Francisco assinala que:

A pessoa tem que fazer porque tira gozo daquilo que está a fazer. Também tenho estas actividades extras para controlar um bocadinho a estabilidade económica da família.

E sente, igualmente, que é impossível conciliar o trabalho com a paternidade. Em vez disso, tenta ter *tempos de qualidade* com os filhos:

(...) não dá para conciliar nada. Então, se há um trabalho para entregar, não dá para conciliar nada.

(...) estou pouco tempo com eles, mas estou muito com eles. Quando estou com eles, estou, faço por fazer render o tempo. E aos fins-de-semana faço questão de estar com eles e brincar com eles. E ao fim do dia gosto sempre de os ver.

Na paternidade electiva, os pais estão apenas ocasionalmente envolvidos nas práticas parentais quotidianas. Alguns, como é o caso de Francisco, pouco participam nos cuidados ao bebé. Outros, esforçam-se por participar, concentrando o seu tempo de envolvimento numa tarefa específica, como deitá-lo ou levantar-se de noite. À medida que as crianças vão crescendo, o conceito de *tempo de qualidade* é transferido para o desenvolvimento de uma actividade específica com a criança: brincar com ela ao fim-de-semana. Deste modo, a paternidade é muito centrada no *amar* e no *brincar*. Os pais “electivos” também se vêem como “educadores modernos”, que devem orientar e ensinar, negociando com a criança. Contudo, têm, por vezes, dificuldades em alcançar este objectivo e admitem que, em comparação com as suas parceiras, existe uma maior *distância* entre eles e as crianças. Como resultado, em vez de sentirem *stress* devido à articulação entre família e trabalho, sentem culpa: por não apoiarem suficientemente as suas mulheres; por não estarem mais presentes e envolvidos na vida dos filhos; e por não conseguirem realizar os seus ideais de conjugalidade e parentalidade igualitárias.

A paternidade “a tempo inteiro” das famílias associativas desiguais centradas na carreira feminina

Esta forma de paternidade está também ligada a normas conjugais de autonomia, negociação e igualdade de género, mas é, grosso modo, o inverso do padrão anterior de carreira masculina. Aqui, é a mulher quem mais investe na realização profissional e no prover, enquanto o homem assume as responsabilidades domésticas e os cuidados à criança. Ao tornar-se um pai que fica em casa, o homem desafia a tradicional divisão conjugal do trabalho, opção que percepçiona como estando ancorada nas ideias modernas da igualdade e do direito à auto-realização dos dois parceiros. Ainda que assim seja, as razões apresentadas para justificar o protagonismo masculino nos cuidados também são financeiras, relacionadas com a necessidade de prover para a família: como a mulher tem maiores rendimentos e uma carreira mais segura, cabe ao homem ficar em casa com a criança nos seus primeiros anos de vida. É, igualmente, a dificuldade do homem em arranjar um trabalho estável e bem remunerado, que justifica ser ele a ficar em casa. Claro que esta é uma forma de paternidade minoritária e está ligada à desvalorização do papel

masculino enquanto provedor, tanto em termos normativos como de regime de emprego. A vida profissional de hoje está frequentemente sujeita à instabilidade, ao desemprego e ao subemprego. Os casais que se vêem nestas situações têm de enfrentar novos desafios relacionados com a “reinvenção” dos papéis masculinos na família. Os homens que assumem as tarefas domésticas e os cuidados a tempo inteiro têm que repensar a sua identidade, até para poderem atribuir um significado positivo ao seu confinamento doméstico. Foi o que aconteceu com **Filipe**, um artista plástico desempregado com 47 anos e pai, a “tempo inteiro”, de uma criança de 3 anos.

Ao fim de mais de 20 anos de vida comum com uma mulher com uma carreira académica bem sucedida, e quando já estava convencido de que não iria ser pai, a sua mulher engravidou. Por seu lado, **Filipe** sempre teve uma carreira profissional instável, o que contribuiu para a decisão de ser ele a deixar de trabalhar para ficar em casa com o bebé. Com efeito, apesar de valorizar muito a sua autonomia, Filipe considera a situação justificável: dado que o casal decidiu não colocar a criança numa creche antes de ela ter três anos, é quem tem menos recursos financeiros que deve ficar em casa. Por conseguinte, ao fim da licença de maternidade, a mãe voltou ao trabalho e ele passou a ocupar-se da filha a tempo inteiro. Nos últimos três anos, Filipe teve que lidar com mudanças significativas nas suas rotinas, prioridades e identidade. A sua dependência financeira em relação à mulher, a impossibilidade de trabalhar e a sua posição de pai “a tempo inteiro” levou-o, como ele diz, a *inventar um novo eu*. Filipe teve que adaptar-se aos ritmos profissionais da mulher e funcionar como apoio, não só à carreira dela, mas também à relação entre mãe e filha. Embora ele seja o principal cuidador, não deixa de considerar a mulher a figura parental chave, o que leva, frequentemente, a alguma ambiguidade no modo como Filipe se define como pai “a tempo inteiro”. Por um lado, sublinha o seu papel de liderança na família, mostrando não só como é imprescindível, como também o poder que adquiriu por gerir a vida doméstica. Compara-se, aliás, às mulheres tradicionais, que, por detrás da fachada de autoridade masculina, eram verdadeiramente quem governava o lar. Por outro lado, acredita nas competências e na intuição naturais das mulheres enquanto mães, o que cria algumas incertezas no modo como se define como principal cuidador. Por exemplo, Filipe acha que, numa situação hipotética de divórcio, as mulheres têm mais competências para ficarem com as crianças.

No dia-a-dia, as rotinas são organizadas de acordo com a disponibilidade da mãe para estar com a criança, o que acontece sobretudo ao final do dia. Como ele diz:

O tempo da mãe com a criança deve ser protegido.

Então, para a mulher poder dedicar-se exclusivamente à criança, afasta-se e vai fazer tarefas domésticas. O casal tem a ajuda de uma empregada, três manhãs por semana, mas é Filipe quem faz a maior parte das tarefas. Acima de tudo, ele descreve-se como uma figura de sacrifício e de protecção, alguém que abdicou de muito, não só para cuidar de uma criança e da casa, mas também para preservar e proteger o laço entre a mãe e a criança. Filipe descreve a sua experiência como sendo compensadora e uma fonte de realização pessoal, mas tem dificuldade em lidar com as exigências de ser um homem num domínio feminino. Com a entrada recente da filha no jardim-de-infância, está a tentar voltar ao trabalho.

Em suma, os pais **a tempo inteiro** experimentam sérias dúvidas sobre as suas capacidades como homens de família. Em vez de considerarem o ficar em casa como uma “oportunidade” para cuidarem dos seus filhos (um significado atribuído pelos homens às mulheres que ficam em casa), experimentam um sentimento de “incerteza” em relação à ordem de género e às normas convencionais da masculinidade (Doucet, 2004, 2006). Enquanto pais que estão em casa a tempo inteiro sentem que construíram uma relação emocionalmente próxima com a criança e vêem-se como o seu principal cuidador. Contudo, dada a importância que atribuem ao lugar da mãe na vida familiar, estes pais também têm uma imagem de si próprios como guardiões emocionais ou protectores dos laços familiares, em particular dos laços entre a mãe e a criança.

Conclusão

Neste artigo explorámos a diversidade de formas de paternidade nas famílias contemporâneas. Focámos o olhar nos homens enquanto pais, provedores e cônjuges, enfatizando, deste modo, os nexos analíticos entre a paternidade e o funcionamento familiar para captar a pluralidade das dinâmicas parentais. Os nossos resultados são apenas exploratórios, na medida em que a análise qualitativa de vinte e quatro entrevistas em profundidade não permite obter uma imagem representativa do lugar dos homens na família. Contudo, os resultados também sugerem que, de facto, as normas e as práticas sociais da paternidade devem ser analisadas no contexto das dinâmicas familiares. Os pressupostos correntes do maior envolvimento dos pais, particularmente no que diz respeito à sua participação activa na vida familiar quotidiana, são interpretados e postos em prática de modos diferentes, em função de interacções e eventos familiares, de divisões de género do trabalho, de tensões entre trabalho e

família, de investimentos diferenciados, de homens e mulheres, nas esferas pública e privada.

Os dados sugerem, ainda, que os significados e as formas de paternidade estão firmemente ancorados na complexidade das dinâmicas da vida familiar. A ênfase na fusão, na igualdade de gênero e na abertura ao exterior que caracteriza as famílias “companheiristas” encoraja uma paternidade **conjunta**, em que ambos os cônjuges colocam as crianças e a família em primeiro lugar e, apoiando-se mutuamente, partilham todas as tarefas: as do prover, as dos cuidados e as domésticas. Assim, a orientação fusional da família está associada à participação activa do homem nas práticas quotidianas do cuidar e do trabalho doméstico. Porém, quando o familiarismo e as interações fusionais estão ligados à maior diferenciação de gênero e ao fechamento ao exterior, como acontece nas famílias “bastião”, a paternidade passa a assumir contornos de **apoio**: os homens são os “ajudantes” das suas mulheres nos cuidados aos filhos e nas tarefas domésticas; e contribuem para a coesão familiar procurando passar tempo em casa. Distanciando-se fortemente desta forma de estar na família, os homens provedores, das famílias “paralelas”, sustentam a manutenção de mundos separados entre os cônjuges. São pais **paralelos**, que providenciam os recursos da família e monitorizam as suas crianças à distância, não se envolvendo activamente nas práticas quotidianas dos cuidados e do trabalho doméstico.

A paternidade parece adquirir outros significados e formas no cenário das famílias “associativas”, nas quais se enfatiza a igualdade de gênero, a autonomia individual e a abertura ao exterior. Todavia, em vez de uma única forma de paternidade, as entrevistas revelaram modalidades diversas de dinâmicas conjugais e parentais, que este capítulo procurou explorar. Identificámos uma forma de paternidade **igualitária** nos contextos em que o duplo empenhamento na carreira é combinado com um modelo de duplo cuidar, embora apoiado numa forte delegação dos cuidados e das tarefas domésticas. Por outro lado, os casais com graus de investimento profissional e parental mais assimétricos parecem estar ligados a três formas possíveis de paternidade: **apropriativa**, quando os homens se tornam os principais cuidadores e educadores dos filhos; **electiva**, caracterizada por casais em que os homens estão mais orientados para a carreira e as mulheres para a parentalidade, levando estes pais a procurar ter *tempo de qualidade* com os filhos; e **a tempo inteiro**, quando a orientação feminina para a carreira, combinada com a instabilidade profissional masculina, empurram, de certo modo, os homens para a primeira linha dos cuidados aos filhos e do trabalho doméstico.

A abordagem analítica utilizada neste estudo foi vantajosa de duas maneiras. Por um lado, as dinâmicas familiares ajudaram a compreender a diversidade e a multidimensionalidade da paternidade. Por exemplo, foi através de uma abordagem focada nas interações familiares que pudemos perceber o laço individualizado entre o pai e a criança. Por outro lado, a análise da paternidade também permitiu ir mais longe na compreensão do funcionamento familiar, particularmente no que toca às famílias “associativas”, que emergem na nossa tipologia como mais complexas do que a teoria leva a crer.

Para sintetizar esta discussão, é igualmente importante referir a relação entre as configurações da paternidade e as tensões existentes na articulação trabalho-família e na negociação das masculinidades. Espera-se que os homens sejam os principais provedores, embora a amplitude das diferenciações de género varie consideravelmente nos diferentes tipos de família. Observámos que o *stress* é particularmente elevado nas famílias “companheiristas” e “associativas de apropriação masculina”, nas quais os homens são os principais provedores, estão orientados para a carreira e asseguram grande parte dos cuidados e tarefas domésticas quotidianas. Contudo, são estes homens que sentem que estão a viver à altura das novas expectativas que recaem sobre os homens na família e, deste modo, têm menos problemas em negociar velhas e novas masculinidades. Comparativamente, aqueles que investem fortemente nas suas carreiras em detrimento do envolvimento familiar e os pais **a tempo inteiro** têm mais dificuldade nesta negociação: os primeiros devido à culpa que sentem por *não estarem lá*; os segundos dada a ausência de realização profissional e a falta de um modelo masculino de homem doméstico e cuidador.

Em síntese, observámos que todos estes pais estão a tentar negociar velhas e novas práticas e velhas e novas masculinidades. Contudo, os resultados apresentados neste texto sugerem que as consequências destas tendências, quer para as identidades masculinas e quer para o *stress* família-trabalho, são fortemente moldadas pelas mudanças que têm vindo a ter lugar no funcionamento conjugal e na divisão familiar do trabalho pago e não pago.

Quadro 8.1 – Quadro-resumo do funcionamento familiar e das formas de paternidade

FUNCIONAMENTO FAMILIAR	Companheirista	Bastião	Paralelo	Associativo/Igualitário	Apropriação Masculina	Associativo/Não Igualitário	Carreira Masculina	Carreira Feminina
Orientações: Percepção do lugar do homem na família (partilha tudo)	Companheiro cooperativo (partilha tudo)	Provedor, ajudante em casa	Provedor, chefe de família	Parceiro igual	Líder, provedor e cuidador principal	Provedor principal e cuidador secundário	Provedor principal e cuidador secundário	Cuidador principal, provedor emocional e parceiro apoiante
Tipo de interações								
Grau de fusão: práticas	Forne coesão familiar	Forne coesão familiar, diferenciação de género	Separação familiar, forte diferenciação de género	Autonomia masculina e feminina, alguma coesão familiar	Autonomia masculina, alguma coesão familiar	Forne autonomia masculina, alguma coesão familiar	Autonomia masculina, alguma coesão familiar	Autonomia feminina, alguma coesão familiar
Grau de fusão: normas	Fusão familiar	Fusão familiar	Autonomia diferenciada (em função do género)	Autonomia individual	Autonomia individual	Autonomia individual	Autonomia individual	Autonomia individual
Grau de abertura	Abertura média	Fechamento	Fechamento, alguma abertura masculina	Forte abertura	Forte abertura	Forte abertura	Forte abertura	Forte abertura
Divisão conjugal do trabalho pago e não pago								
Trabalho pago	Duplo emprego/ dupla carreira	Duplo emprego	Duplo emprego	Dupla carreira	Duplo emprego, carreira masculina	Duplo emprego, carreira masculina ou dupla carreira	Duplo emprego, carreira masculina	Carreira feminina
Trabalho não pago	Cooperação e gestão conjunta, em vez de igualdade estrita	Apoio mútuo: mulher ajuda a ganhar dinheiro, homem ajuda em casa	Trabalho doméstico feminino	Divisão igualitária, forte delegação	Divisão igualitária, liderança masculina	Trabalho doméstico feminino, ajuda masculina ocasional	Trabalho doméstico masculino, ajuda feminina ocasional	Trabalho doméstico masculino, ajuda feminina ocasional
Articulação trabalho/família								
Estratégia de articulação	Orientação Familiar: reduzir investimento profissional	Orientação Familiar: reduzir horário de trabalho	Orientação Provedor: sem procura de articulação	Orientação Carreira: reduzir tempo para a família através de delegação	Orientação Carreira e Filhos: articular áreas de trabalho flexível	Orientação Carreira: sem procura de articulação	Orientação Carreira: sem procura de articulação	Orientação Familiar: abdicar da actividade profissional
Tensões e stress	Forne: dificuldade em articular trabalho e funcionamento fissional	Médico: horários alargados, falta de tempo para a família	Ausente	Forne na carreira. Baixo na articulação (delegação)	Forne: investimento nas duas esferas	Forne: investimento na articulação, mas forte sentimento de culpa	Forne: investimento na articulação, mas forte sentimento de culpa	Identitário: dificuldade em lidar com "inversão de papéis"
PATERNIDADE	Conjunta	De apoio	Paralela	Igualitária	Apropriativa	Eletiva	A tempo inteiro	
Práticas parentais dos pais								
Cuidar	Em conjunto	Apoiante dos cuidados femininos	Ausente (não cuida)	Igualitário	Predominantemente masculino	Ocasional, selectivo	Cuidador principal	
Outras actividades	Partilha	Estar presente ou partilha	Brimar e saídas ocasionais	Partilha e interesses escolhidos	Partilha	Principalmente brincar	Partilha	
Laços Pai-Filhos	Próximos, baseados na família	Próximos, baseados na família e <i>genderificados</i>	Distâncias, mediados pela mãe	Próximos, individualizados	Próximos, individualizados	Pouco próximos, mediados pela mãe, brincar individualizado	Próximos, individualizados e baseados na família	
Orientações: Auto-percepções enquanto pai	Cuidador, companheiro, educador, presente	Provedor, cuidador de apoio, educador, presente	Provedor, chefe de família, altivo	Cuidador, companheiro, educador, mediador	Cuidador, educador, companheiro, mediador	Companheiro de "tempo de qualidade", educador, principal, provedor	Principal cuidador, companheiro, educador	
n = 24	4	6	5	2	2	3	2	

PARTE V

Parentalidade Masculina no Pós-Divórcio e na Recomposição Familiar

Capítulo 9 Ser pai na residência alternada: Dinâmicas, trajectos e contextos da paternidade

Sofia Marinho

Apresentação

As práticas e representações da paternidade e da parentalidade nos casais separados ou divorciados conheceram nas últimas décadas mudanças significativas, que se manifestam na divisão dos cuidados e da educação da criança após a dissolução conjugal e, sobretudo, na residência alternada dos progenitores com a criança.

O estudo sociológico da residência alternada tem evidenciado que é uma prática que configura uma modalidade singular de “coparentalidade” no pós-divórcio, ao ser pautada pela divisão rotativa e tendencialmente paritária dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança, entre o pai e a mãe. Em contraste com o modelo tradicional da parentalidade separada, moldado por uma dualidade profunda de género que tende a afastar a criança de um dos progenitores, a residência alternada acolhe representações e práticas que valorizam a implicação do pai nos quotidianos dos filhos e a cooperação entre o pai e a mãe, mantendo assim para a criança a comunidade parental e filial construída durante a conjugalidade. Nesta medida, tem sido associada aos movimentos de mudança nas relações parentais, de género e nas representações da criança na família, que aproximam papéis masculinos e femininos na parentalidade e traçam lugares renovados para o pai nas famílias separadas (Côté, 2000; Cresson, 2004; Neyrand, 2005).

O principal objectivo deste capítulo é perceber se existem formas diversificadas de conceber e pôr em prática a paternidade no contexto da guarda conjunta com residência alternada. Partimos do pressuposto de que estas são formadas pelos sentidos subjectivos, os valores, as normatividades e as ideologias de género presentes nas interações quotidianas, tanto entre o pai e os filhos, como entre o pai e a mãe na cooperação parental. E igualmente de que são influenciadas pelos trajectos de implicação paterna e de cooperação parental do pai, na conjugalidade e na residência alternada, por um lado, e pelos contextos sociais em que este vive a residência alternada, pelo outro.

No quadro deste estudo exploratório foram traçadas quatro formas de paternidade na residência alternada: a paternidade *assertiva*, a paternidade

reconstruída, a paternidade *conjunta* e a paternidade *condicionada*. Cada uma sublinha diferentes factores das dinâmicas da paternidade, dos trajectos e dos contextos, que configuram a diversidade da paternidade na residência alternada.

Começamos por explicar o modelo analítico que orientou a análise, primeiro visitando alguns dos estudos sobre a residência alternada com que fomos dialogando, à medida que a análise das narrativas e reflexões dos pais nos foi indicando eixos, níveis e dimensões de análise a explorar, que descreveremos logo em seguida. Depois, passamos à apresentação das formas de paternidade encontradas. Por fim, sintetizamos os principais resultados.

“Coparentalidades” na residência alternada

O estudo sociológico da residência alternada foi iniciado nos anos 80 do século XX nos Estados Unidos e desenvolveu-se, também na Europa, sobretudo nos anos 90, a par do movimento gradual de institucionalização jurídica da “responsabilidade parental conjunta” nas famílias divorciadas: primeiro, como guarda conjunta *legal*¹, que instaurou a partilha da autoridade parental entre os progenitores, no quadro da separação da autoridade parental da residência única da criança, usualmente com a mãe; depois, aos poucos, acrescida da opção de uma residência alternada, que é

¹ O termo guarda conjunta é uma adaptação ao português de designações como “shared custody” ou “joint custody” utilizadas em países de língua inglesa. A lei portuguesa começou por designar esta figura jurídica de “exercício comum do poder paternal”, que foi introduzida no Código Civil em 1995 (Lei 84/95 de 31 de Agosto, artigos 1905 e 1906). Na alteração da Lei do Divórcio de 2008, o conceito “poder paternal comum” foi substituído pelo de “responsabilidade parental conjunta” (Lei 61/2008 de 31 de Outubro, artigo 1906), indo ao encontro da terminologia utilizada em vários países europeus, onde foi abolido o termo “poder paternal” para que as leis da família espelhassem a ruptura com o modelo de família patriarcal vigente durante mais de um século. Em Portugal, a residência alternada é apenas uma opção dada aos pais implícita na lei e não tem uma designação própria, tal como na maior parte dos países onde a lei prevê a “responsabilidade parental conjunta”, à excepção da França, da Bélgica, do Canadá e de alguns Estados Norte Americanos, onde foi introduzida na lei enquanto figura jurídica.

O termo *guarda conjunta legal* é uma designação sociológica que é utilizada na literatura (tanto anglo-saxónica como francófona) para distinguir as situações em que os progenitores partilham a autoridade parental, daquelas em que também dividem a residência com a criança. Já a *guarda conjunta com residência alternada* tem sido nomeada *guarda física conjunta ou partilhada e residência conjunta ou partilhada* na literatura de origem anglo-saxónica (Arendell, 1996; Moyer, 2004). Na literatura francófona predomina a designação *guarda conjunta com residência alternada* criada por Neyrand (2004 [1994]), que utilizaremos neste texto. Com esta designação, o autor pretende evidenciar a natureza rotativa e tendencialmente paritária da participação dos progenitores na missão de criar a criança; que é o tempo da criança que é partilhado com cada um dos progenitores, estabelecendo a permanência dos laços parentais na sua definição identitária, e a ideia de que a criança não pertence a nenhum dos dois.

praticada hoje em vários países², muito embora apenas por uma minoria das famílias separadas.

Em Portugal pouco se sabe sobre a expressão e diversidade social da *guarda conjunta com residência alternada* com a criança, quer do ponto de vista estatístico³, quer do sociológico, pois não tem sido estudada⁴. Nos países onde foi estudada, mesmo passadas quase duas décadas de investigação, é ainda escassa a informação sobre a diversidade das formas de paternidade, de maternidade e de cooperação parental que abarca, bem como sobre como os pais e as mães a organizam, negociam, encaram e põem em prática. Por outro lado, poucos são os estudos que se debruçaram apenas sobre a residência alternada e ainda menos aqueles que investigaram como é vivida pelo pai. Isto deve-se ao facto de a residência alternada ter sido estudada principalmente no âmbito da investigação comparativa da coparentalidade e da implicação paterna nos vários tipos de guarda da criança nas famílias separadas.

² Desde os anos 80 que a residência alternada, ou a guarda física partilhada, é uma opção prevista na lei de alguns dos estados norte americanos (Arendell, 1996; Moyer, 2004). Na Europa, foi introduzida no Reino Unido pelo “Children Act” em 1989 (Smart, 1999) e na França em 1987, onde foi alargada à coabitação em 1993.

Em 2002 foi introduzida na lei francesa com o mesmo estatuto da residência única (Neyrand, 2005) e na lei belga em 2006. Hoje é uma opção sujeita ao acordo dos progenitores e dos tribunais em países como a Alemanha, a Irlanda, a Itália, o Mónaco, a Noruega e Portugal. Já a “responsabilidade parental conjunta”, ou a guarda conjunta *legal*, figura na lei de, pelo menos, 23 países europeus: Áustria, Alemanha, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Irlanda, Letónia, Mónaco, Noruega, Polónia, Portugal, Sérvia, Suécia, Suíça e Reino Unido (Wall, 2008).

³ Apesar de estar prevista na lei desde 1995, a “responsabilidade parental conjunta” e esta pressupor a opção pela residência alternada, só em 2001 é que surgem nas Estatísticas do Ministério da Justiça casos de atribuição de *guarda conjunta* pelos tribunais de 1.^a instância. Contudo, não é diferenciada a *guarda conjunta legal* da *guarda conjunta com residência alternada*. Neste ano, foi atribuída apenas em 0,6% dos casos e até 2006 apresenta valores médios de cerca de 3% (Ministério da Justiça, 2008). Note-se que não estão incluídos nestes números os casos em que há uma separação após uma coabitação e o casal opta por não recorrer aos tribunais para regular a guarda da criança, situações em que os progenitores podem também optar pela prática de uma residência alternada. Na realidade, a ausência de dados estatísticos sobre a expressão social da prática da residência alternada, e mesmo da guarda conjunta com residência única, não é uma situação única de Portugal, mas da maior parte dos países onde estas estão previstas na lei da família. É principalmente uma lacuna das estatísticas demográficas, pois a investigação tem vindo a perceber que é uma prática que ocorre muitas vezes à margem da lei. Como alguma literatura tem mostrado, e podemos também verificar neste estudo, algumas vezes a regulação judicial das guardas conjuntas com residência única ou de custódia única (seja materna ou paterna) escondem uma prática efectiva de residência alternada e, deste modo, é extremamente difícil, através das estatísticas judiciais, recensear os casos efectivos de residência alternada. De facto, encontrou-se casais que optaram por uma custódia única ou uma guarda conjunta com residência materna e depois mudaram de ideias e transformaram-na numa residência alternada sem recorrer aos tribunais, outros casais usaram estas opções como uma estratégia para contornar maiores demoras ou a sujeição a um processo de avaliação pelos tribunais que consideram desnecessário e intrusivo da sua vida privada.

⁴ Cabe aqui referir o estudo de Sottomayor (1999), do ponto de vista do Direito, sobre a introdução da guarda conjunta *legal* na lei do divórcio portuguesa.

E, sobretudo, ao domínio analítico dos problemas sociais do divórcio que pautou esta investigação até meados da década de 90 do século xx. Com efeito, o centramento da pesquisa sobre o conflito interparental nas famílias separadas, por ser sustentada no pressuposto de que os relacionamentos entre os ex-cônjuges seriam, inevitavelmente, sempre pautados pelo conflito, toldou a visão das práticas de coparentalidade. A mudança de perspectivas de análise deu-se no âmbito dos estudos sistémicos e interaccionistas da família que, inspirados pelas evidências de que o conflito era também uma dimensão do relacionamento coparental na conjugalidade e de que era mais importante perceber como era negociado e ultrapassado, começaram a procurar desvendar as dinâmicas do relacionamento coparental e os factores que as fazem variar, bem como os modos como os pais e mães negociam papéis, identidades e responsabilidades parentais nas famílias separadas (McHale *et al.*, 2002). Desta mudança de perspectivas de análise emerge o termo “coparentalidade”, que é um dos principais contributos desta linha de investigação comparativa para o estudo da residência alternada. Inicialmente, foi definido de uma forma abrangente: como a colaboração parental entre os progenitores que vivem separados e o seu envolvimento com as crianças, independentemente do nível de cooperação entre estes (Arendell, 1996; McHale *et al.*, 2002). Depois, começou a ser associado a modos de guarda da criança nas famílias separadas, como é o caso dos estudos de Furstenberg e Winquist Nord (1985) e Furstenberg e Cherlin (1991), onde é definido como um termo que visa descrever a colaboração dos progenitores nas tarefas de criação da criança e é associado às famílias com guarda conjunta legal, com ou sem residência alternada. A colaboração nas famílias de residência única é classificada de “parentalidade paralela”, termo que exprime a ausência de colaboração coparental, na medida em que os progenitores mantêm com a criança relações separadas e segregadas e têm um acordo tácito de não interferir na vida do outro. As famílias em que o pai não tem contactos com a criança são denominadas de “parentalidade só”.

De facto, em muita da literatura, e até os dias de hoje, o conceito de “coparentalidade” é utilizado como sinónimo da residência alternada ou da guarda conjunta legal, nem sempre distinguidas na literatura, e o de “parentalidade paralela” como sinónimo de residência única. (Moyer, 2004). Mas, paralelamente, foi abarcando outras dimensões, à medida que foi sendo captada a diversidade das formas de “coparentalidade” e as diferentes dimensões da colaboração parental nas famílias separadas. Aliás, alguns autores, como é o caso de Mchale e equipa (2002), recusam mesmo a distinção entre a “coparentalidade” nas famílias separadas e na conjugalidade, ao evidenciarem que se forem olhadas as dinâmicas de interação na família

as dimensões da “coparentalidade” são as mesmas. Deste modo, defendem que para interpretar os modos de “coparentalidade” devem ser analisadas a comunicação, a cooperação, a coordenação, a ligação e o consenso, quanto aos modos de educar, entre os progenitores, seja qual for o tipo de família.

Já Modak (2007) associa a “coparentalidade” à residência alternada e atribui-lhe a responsabilidade colectiva e simétrica e a interdependência parental, que asseguram aos progenitores a manutenção de um lugar junto da criança, pela continuidade dos papéis anteriores, e mantêm na criança um sentimento de continuidade com a realidade familiar anterior. A autora diz ainda que aquela é regida por normas de concertação, de valorização recíproca e de pacificação voluntária do quotidiano, através de concessões que visam adaptar as modalidades de alternância às necessidades da criança. E igualmente que não é desprovida de tensões, advindo a sua especificidade do esforço de ambos os progenitores para as reduzir e negar. Por outro lado, encerra dois tipos de contradições: uma, não restaura mas reproduz desigualdades de género, porque não há uma contabilidade do investimento parental da mãe, mas sim uma organização pelo estatuto do pai e, nesta medida, é perpetuada a divisão sexual do trabalho existente anteriormente entre os esposos (sendo também aumentadas as desigualdades financeiras entre o pai e a mãe); outra, reside na dificuldade em conciliar a interdependência própria a uma comunidade familiar com a autonomia de cada progenitor, inerente à individualização das responsabilidades parentais. Para a autora, estas contradições não podem ser resolvidas sem que haja uma igualização das condições parentais, profissionais e familiares na família intacta e no mercado de trabalho.

Ora, este é um argumento ilustrativo da importância que a discussão da natureza das relações sociais de género na “coparentalidade” na residência alternada tem adquirido, tanto no âmbito dos estudos comparativos dos modos de guarda nas famílias separadas, como nos estudos apenas focados na residência alternada, como ainda no domínio político e jurídico. De facto, o processo de legitimação jurídica da “responsabilidade parental conjunta” desnudou as desigualdades de género que sustentavam o sistema de direitos e deveres na parentalidade e na família. Ao validar um novo modelo ideal de simetria e continuidade coparental nas famílias separadas, veio colocar sob debate tanto os pressupostos ideológicos que sustentaram durante décadas o modelo de custódia única materna, como aqueles que passaram a ser associados à “responsabilidade parental conjunta” e, principalmente, as relações entre as desigualdades entre os géneros na parentalidade e as estruturas sociais onde esta é vivida (Neyrand, 2005). Contornaremos os argumentos que são esgrimidos nestes debates, a que fizemos referência

apenas para sublinhar que este é o quadro que subjaz a muito do que é dito sobre a residência alternada. A sua identificação ajuda-nos a compreender o que leva alguns autores a associarem a “coparentalidade” à residência alternada ou à guarda conjunta legal e a “parentalidade paralela” à custódia única, dado que se trata de evidenciar as diferenças do regime de relações sociais de género que cada tipo de família separada encerra. Deste modo, à “coparentalidade” é atribuído um princípio de igualdade estatutária de ambos os progenitores, já existente anteriormente na conjugalidade, que se traduz na residência alternada, e à “parentalidade paralela” um princípio proporcional dos méritos de cada progenitor baseado na desigualdade dos investimentos do pai e da mãe durante a conjugalidade, que é expressa na custódia única (Neale e Smart, 1997; Smart e Neale, 1999).

Neste contexto, Côté (2000) salienta que os casais que entrevistou no seu estudo associam a residência alternada a um ideal de simetria parental, mas também que as suas práticas interligam novas e velhas hierarquias entre os sexos. Assim, algumas mães tendem a manter um papel fundamental na gestão dos cuidados e na planificação da vida da criança, mas, ao mesmo tempo, alguns pais procuram a autonomia e a singularidade nos cuidados à criança e na gestão doméstica. Por outro lado, a divisão dos tempos, dos cuidados e da educação da criança é marcada pelas assimetrias que resultam da ordem social de género, ou seja das relações entre as relações sociais de género e as posições dos indivíduos nas estruturas de classe. Desta forma, a autora assinala que os maiores capitais sociais e económicos do homem e os menores recursos de grande parte das mães criam diferenças nas formas como pais e mães experienciam a residência alternada. Ainda assim, note-se que a autora entrevistou casais de classe média e média-alta, em que o homem tinha um estatuto social mais elevado do que a mulher, por isso estas diferenças de capitais poderiam ser mais vincadas. Por outro lado, o facto de a residência alternada ser praticada transversalmente aos vários lugares de classe, como indicam estudos dos anos 70 e 80 citados por Moyer (2004), aconselha a que se pondere uma maior complexidade e diversidade na configuração não só das relações sociais de género na residência alternada, como também entre estas e os diferentes estatutos sociais e económicos de homens e mulheres.

Smart e Neale (1999) também associam a “coparentalidade” à residência alternada, mas definem-na como um modo particular de divisão da autoridade parental e dos cuidados à criança, que assenta em três razões principais: as crianças passam uma boa parte do tempo na segunda casa; o pai assume mais responsabilidades parentais, ou porque já era um pai

implicado durante a conjugalidade ou porque muda a sua forma de implicação para levar avante a residência alternada; e há negociações constantes e ajustamentos da organização da alternância, bem como debates frequentes sobre os cuidados e a disciplina. Indicam que esta negociação é influenciada por factores socioeconómicos, relacionamentos interpessoais e diferentes expectativas normativas de género sobre as capacidades parentais de cada progenitor. Nesta medida, defendem que a residência alternada é organizada sobretudo pela diversidade e a fluidez.

Maccoby, Depner e Mnookin (1990), num estudo sobre três modos de guarda da criança (residência única com a mãe, com o pai e alternada), distinguem quatro modos de “coparentalidade” a partir do cruzamento das categorias comunicação e conflito: a “parentalidade separada” ou “paralela”, a “cooperativa”, a “conflituosa” e a “combinada”⁵. Verificam que a “parentalidade paralela”, tal como é definida por Furstenberg e Winquist Nord (1985) e Furstenberg e Cherlin (1991), não existe apenas na guarda única, mas também na residência alternada, demonstrando assim que o paralelismo pode ser combinado com a divisão dos tempos de residência, dos cuidados e da educação, neste contexto familiar. Por outro lado, mostram que a parentalidade “combinada” corresponde a um paralelismo mais moderado (que existe sobretudo na residência alternada), por combinar a comunicação sobre a criança e a coordenação educativa com o paralelismo e algum conflito⁶. Na “parentalidade cooperativa”, a que tem maior expressão na residência alternada, os progenitores conversam sobre os problemas da criança, constroem estratégias educativas conjuntas, que são coordenadas nas duas casas, e apoiam-se mutuamente. A “parentalidade conflituosa” existe sobretudo na residência única e é um modo de parentalidade paralela em que os progenitores não cooperam porque não conseguem chegar a nenhum tipo de acordo. A importância deste estudo deve-se ao ter evidenciado não só a diversidade que o conceito de “coparentalidade” pode abranger, quando aplicado à residência alternada, como também o facto de o paralelismo parental adquirir contornos diferentes e diversos, ao exprimir a independência parental no quadro de uma divisão coparental tendencialmente paritária.

No âmbito das pesquisas sobre a residência alternada, a existência de modos de cooperação parental diversificados, que incluem os paralelos, viria a ser confirmada por autores como Smyth, Caruana e Ferro (2003), Brunet,

⁵ Os autores chamam-lhe “mixed parenting”.

⁶ No nosso estudo encontramos também estes dois modos de cooperação coparental: o primeiro na paternidade *assertiva*, o segundo na paternidade *reconstruída*.

Kertudo e Malsan (2008). As primeiras fizeram uma pesquisa qualitativa que visou captar os motivos e as reflexões sobre o relacionamento com a criança e a colaboração coparental de 27 mães e 29 pais, que partilhavam equitativamente os tempos de residência com a criança. Neste estudo encontraram uma “coparentalidade paralela” e outra “cooperativa”: a “paralela” é pautada pela separação da relação educativa de cada progenitor com a criança, interações e comunicações restritas ao necessário, bem como por regras rigorosas de rotatividade da residência com a criança e de divisão dos cuidados, que mantêm o funcionamento da cooperação e das rotinas quotidianas sem percalços nem conflitos; a “coparentalidade cooperativa” é desenhada por um relacionamento entre os progenitores centrado nas necessidades da criança e numa partilha baseada em interações alargadas, assim como na comunicação frequente entre os progenitores. As autoras concluem que a residência alternada tende a ser uma prática de um grupo restrito de famílias separadas, porque o seu funcionamento exige a reunião de um conjunto de factores: a proximidade geográfica entre as casas dos progenitores; um relacionamento contratual entre estes que mantenha a criança de fora dos desentendimentos que possam existir; uma rotatividade residencial que respeite as várias necessidades da criança; empregos flexíveis, particularmente para o pai, e alguma independência financeira, principalmente das mães. Contudo, estes são pressupostos criticados por Côté (2000), pois no seu estudo não encontra indícios de que a sua ausência, particularmente da proximidade geográfica, da flexibilidade de horários e da independência financeira, seja da mãe ou do pai, seja impeditiva do funcionamento da residência alternada.

Já Brunet, Kertudo e Malsan (2008), num estudo sobre a forma como 60 pais e mães organizam a residência alternada, encontraram uma “coparentalidade associativa”, uma “coparentalidade tolerante” ou “civilizada” e uma “coparentalidade paralela” ou “biparentalidade”. A primeira é uma “coparentalidade” paritária e negociada, que os autores consideram ter dinâmicas iguais ao tipo de funcionamento familiar “associativo” na conjugalidade (Wall, 2005a; Aboim, 2006). Assim, as regras e estratégias de cuidados e educação são concertadas e mantidas nas duas casas; o relacionamento coparental é fundado na comunicação diária, em interações frequentes que incluem idas à casa de cada um, na amizade e no apoio mútuo em várias esferas da vida; e os tempos de residência com cada progenitor são flexíveis. A “coparentalidade tolerante” é centrada nas crianças e não comporta uma relação de amizade; as interações e a comunicação entre os progenitores são menos frequentes e mais centradas sobre questões específicas, que não podem deixar de ser faladas; cada casa tem as suas regras e ritmos e não há concertação educativa; e a organização da

alternância tem alguma flexibilidade. A “parentalidade paralela” ou “biparentalidade” não é considerada uma forma de “coparentalidade”, pois o facto de cada progenitor educar e cuidar da criança como entende e apenas partilhar a organização da divisão dos tempos de residência, leva os autores a defender que não existe um casal parental. Desta forma, ao contrário do estudo anterior, a independência coparental, ou o paralelismo, não é interpretada como uma forma de cooperação e, portanto, de “coparentalidade”.

Esta breve referência aos estudos da “coparentalidade” na residência alternada revela alguma da sua diversidade e os factores que podem organizar o seu funcionamento. Olhemos agora para como tem sido representada a implicação paterna neste contexto familiar.

O ser pai e a implicação paterna

O estudo sociológico sobre a diversidade dos modos como o pai encara e põe em prática a paternidade na residência alternada tem sido pouco desenvolvido. À semelhança do que aconteceu na investigação da cooperação parental, o que se sabe sobre a paternidade na residência alternada resulta sobretudo da pesquisa comparativa da implicação do pai nos diferentes tipos de guarda da criança nas famílias separadas. E esta é uma investigação que, até aos anos 90 do século XX, centrou a sua atenção nos factores que promovem a ausência do pai nas famílias separadas e não a sua presença. Nos estudos comparativos sobre a presença do pai, que foram depois desenvolvidos, procurou-se captar os significados, as atitudes, os comportamentos e as práticas que configuram a implicação paterna e a paternidade separada (Arendell, 1996; Moyer, 2004). Destaca-se a sua contribuição para o mapeamento dos factores que fazem variar as formas de paternidade na residência alternada: a classe social; a proximidade geográfica entre a casa do pai e da mãe; as identidades sociais paternas; o tipo de relacionamento com a mãe das crianças (diferentes níveis e modalidades de conflito e de cooperação) e o apoio desta à ligação entre o pai e as crianças; as atitudes e concepções de género sobre os papéis maternos e paternos na parentalidade, depois da separação e na conjugalidade, assim como as suas relações com as feminilidades e masculinidades; o tipo de implicação do pai e de relacionamento com as crianças durante a conjugalidade (partilha ou não dos cuidados e ligação com a criança dependente ou não da mãe); e a recomposição familiar.

Alguns estudos sobre as perspectivas masculinas da implicação paterna na residência alternada, como o Seltzer e Brandreth (1994), por exemplo,

assinalaram que esta deixa de estar tão ligada ao papel tradicional de provedor e passa a estar mais norteada para os cuidados indiferenciados, a orientação, o acompanhamento educativo, a gestão do quotidiano da criança e o fabrico de cumplicidades e de proximidades afectivas. Neyrand (2004 [1994]) salienta que alternância residencial facilita a implicação paterna, ao permitir que o pai arrume a sua vida parental, profissional e pessoal segundo a cadências dos tempos. Esta é também uma conclusão de Côté (2000), mas autora acrescenta que a vida parental para o pai, principalmente quando não volta a viver em conjugalidade, torna-se um refúgio afectivo, enquanto a mãe encontra esse refúgio no trabalho profissional, que se torna o seu espaço de afirmação. Autores como Neyrand (2004 [1994]) e Smart e Neale (1999) vão ao encontro deste argumento ao dizerem que a implicação paterna na residência alternada é regida por uma norma individualista de afirmação pessoal no relacionamento com a criança. Neyrand associa-a a movimentos históricos de dissociação da conjugalidade e da parentalidade, de reposicionamento da relação com a criança num eixo essencialmente relacional e afectivo e da paternidade num eixo simbólico em que as consonâncias entre os papéis e as práticas sociais não estão definidas, cabendo, por isso, ao pai (e à mãe) a escolha normativa e valorativa, o que também é defendido por Beck e Beck-Gernsheim (2002). Smart e Neale ligam esta individualização parental do pai à construção de uma autonomia paterna contextualizada. Na sua opinião, o que está em causa é que o pai passe a falar por si, a ser ele próprio, a decidir o curso da sua vida como pai, estabelecendo assim, para si, novos horizontes morais. Aliás, esta é também a tese de Martucelli (2006) que interpreta o divórcio como uma das experiências de “individuação”, que constitui socialmente os sujeitos nas sociedades contemporâneas. Na residência alternada, a autonomia paterna distingue-se por ser construída pela manutenção dos laços sociais e parentais com a ex-companheira e com a criança. Neste contexto, Modak (2007) diz que a construção residência alternada é orientada por uma dupla injunção: coloca aos actores e actrizes a necessidade de tentar reconstruir uma colectividade para a criança, por um lado, e de individualizar direitos, deveres e relacionamentos com a criança, pelo outro.

Uma outra conclusão dos estudos que abordam a implicação paterna na residência alternada é que esta tende a ser a continuação da que existia na conjugalidade, já tecida à margem do modelo tradicional de pai provedor, embora nuns casos possa ser indiferenciada e noutros uma versão modificada da diferenciação de papéis. Ora, esta conclusão leva-nos a olhar para os trajectos da implicação do pai da conjugalidade para a residência alternada.

Os trajectos da implicação paterna

Muito embora grande parte da investigação sobre a “coparentalidade” saliente a eventual influência dos trajectos conjugais e paternos na implicação do pai e na cooperação parental após o divórcio, esta pouco foi pesquisada. Na verdade, esta é uma formulação que é pela primeira vez apresentada por Roussel (1980) no âmbito dos estudos do divórcio. O autor afere uma relação entre cada modelo de divórcio e de casamento: o “divórcio sanção” com o “casamento aliança”; o “divórcio perda” ou “sobrevivência” com o “casamento fusão”; e o “divórcio dissociação” com o “casamento associação”. O que também foi confirmado em Portugal pelo estudo de Torres (1996). Roussel diz que é esta relação que configura os modos de implicação paterna e de cooperação parental após a dissolução marital. Mas que estes tendem a ser mantidos apenas pelo divórcio dissolução, dado que, ao corresponder a uma ruptura afectiva ligeira, leva a um relacionamento contratual entre os ex-cônjuges onde há espaço para a cooperação parental e para a residência alternada. Quanto à dissolução de um casamento fusão, defende que este implica uma ruptura profunda que coloca em causa o equilíbrio de cada um dos ex-cônjuges, dado este ter sempre dependido do forte investimento afectivo no todo familiar. Assim, o relacionamento parental após o divórcio tende a ser difícil e a criança a ser, não só um alvo de disputa, como também a intermediária do ressentimento entre os ex-cônjuges. Mais recentemente, Cardia-Vonèche e Bastard (2007) aferiram a manutenção da implicação paterna e da cooperação parental entre os ex-cônjuges das famílias associativas e a sua impossibilidade na dissolução das famílias fusionais.

A teoria disposicional de Lahire (2003) ajuda-nos a perceber como se dão estes processos de continuidade ou ruptura que, para o autor, operam nos esquemas de acção construídos no passado, quando os actores enfrentam novos quadros de socialização no presente. Lahire diz que a explicação das acções presentes, pelo peso relativo das experiências passadas na situação presente, está ligada à pluralidade das lógicas de acção em que o actor foi e é levado a inscrever-se. Por isso, a articulação entre o passado e o presente ganha sentido sobretudo quando o passado incorporado e o presente contextual são diferentes, pois coloca a questão do ajustamento entre disposições e novos quadros de acção e de existência. Mas, defende, mais do que imaginar que todo o nosso passado, como uma síntese homogénea, persegue as situações vividas no presente, o que importa perceber é como uma parte (porque é sempre apenas uma parte) das experiências passadas incorporadas é mobilizada, convocada e despertada pela situação presente.

O passado está aberto, diferentemente, conforme a natureza e a configuração da situação presente, o que significa que nunca há uma relação de causalidade passado-presente, mas sim uma modalidade de desencadeamento ou de actualização dos esquemas de acção incorporados, pelos elementos ou pela configuração da situação presente. Neste contexto, nem os acontecimentos desencadeadores nem as disposições incorporadas pelos actores podem ser designados como verdadeiros determinantes das práticas, isto porque quando a acção é o produto de um encontro entre o passado e o presente, cada elemento que o constitui é apenas interdependente.

Ora, a residência alternada pode efectivamente dar ao pai as condições de mobilização dos esquemas de acção formados na conjugalidade, porque há uma historicidade nos elementos da acção que estão presentes nas interacções. Contudo, como sublinha ainda Lahire (2003, 2005), porque os pais que se comprometem com ela não são redutíveis a uma única fórmula geradora das suas práticas e porque esta forma um novo quadro de socialização, também desencadeia a “actualização” destes esquemas de acção. Nesta medida, para perceber a influência dos trajectos parentais do pai na formação de diferentes formas de paternidade na residência alternada será preciso atender não só aos modos como nesta são mobilizados os esquemas de acção incorporados no passado conjugal e quais os que a situação presente desencadeia, mas também à forma como estes vão sendo transformados pela situação presente e dão novos contornos aos sentidos e práticas que compõem estes trajectos, configurando assim outras formas de ser pai.

A rotatividade dos tempos e dos cuidados

A importância da divisão rotativa dos tempos de residência com a criança na constituição de novas formas de implicação paterna e de cooperação parental nas famílias separadas é evidenciada em grande parte da literatura. Um dos autores que o faz é Neyrand (2004 [1994]), que distingue a residência alternada de outros modos de guarda da criança justamente pelas práticas de rotatividade da residência. Diz o autor que estas se caracterizam por concepções mais actuais dos papéis sexuais, da parentalidade e da família, bem como, por valores mais latos, de responsabilidade individual, tolerância e equidade. Côté (2000) salienta igualmente a rotatividade enquanto a principal prática que singulariza a residência alternada, bem como a concretização dos ideais de complementaridade simétrica dos investimentos dos progenitores, quer no plano doméstico e parental, quer no profissional, quer ainda na individualização parental. Indo ao encontro deste

argumento, Neyrand assinala que a residência alternada oferece ao pai e à mãe a possibilidade de manter o seu papel parental sem que este seja onnipresente, muito difícil de cumprir ou torne quase impossível a construção de uma carreira profissional ou de uma vida pessoal, como acontece a algumas mães ou pais sós.

Contudo, apesar da sinalização das práticas de rotatividade residencial como uma das dimensões basilares da residência alternada, não existe uma definição consensual das divisões dos tempos de residência que constituem uma residência alternada. Para Arendell (1996), esta existe quando ambos os progenitores têm a responsabilidade pela criança durante períodos significativos e quando esta pernoita quatro ou mais noites, durante um período de duas semanas, na segunda residência. Maccoby, Depner e Mnookin (1990), num estudo que efectuaram no Canadá, verificaram que os pais e as mães consideram que vivem numa situação de residência alternada quando a criança pernoita na segunda residência entre 26 a 29% das noites (7 a 9 noites), durante o período de um mês, o que se distancia do período de 40% de noites (cerca de 12) utilizado como critério de classificação oficial neste país. Já nos Estados Unidos, num estudo efectuado no final dos anos 90 por Pruett e Santangelo, citado por Moyer (2004), pais e mães indicam tempos que podem variar entre 20 a 50 % das noites (6 a 15), enquanto o critério de classificação neste país é de 30 a 50% de noites (9 a 15) na segunda residência. Ora, estes estudos indicam que não é, necessariamente, a residência da criança com cada progenitor por períodos iguais que constitui uma residência alternada, nem no plano jurídico-legal, nem para os pais e mães que consideram vivê-la. O que explica Côté (2000) é que os modos de divisão dos tempos variam sobretudo em função das diferentes concepções de uma divisão parental paritária e dos lugares femininos e masculinos na parentalidade, que são convocados para a negociação da cooperação parental, por um lado, e dos constrangimentos da vida profissional dos progenitores e da vida escolar da criança, pelo outro.

Como a diversidade dos modos de divisão dos tempos de residência e dos critérios de partilha e de paridade foram pouco estudados, procurou-se construir uma definição da residência alternada olhando tanto para os critérios sociológicos indicados na literatura, como para os dos pais entrevistados. Privilegiámos dois critérios: o da divisão rotativa dos tempos tendencialmente simétrica e o da produção de um quotidiano familiar e social com a criança. Deste modo, definimos a residência alternada como as situações em que a criança reside com o pai e com a mãe por períodos iguais ao longo do mês, ou, não sendo iguais, que nunca poderão ser

inferiores a 10 dias em cada mês com um dos progenitores. Considerámos que estes são os modos de divisão dos tempos de residência que permitem ao pai fabricar um quotidiano familiar e social autónomo, no quadro de uma cooperação parental. Distinguem-se, assim, dos modos tradicionais de divisão das residências únicas (26/4 ou 24/6)⁷, em que nenhum destes factores está presente.

O desenho do estudo

Este estudo exploratório baseou-se na análise de conteúdo qualitativa das narrativas e reflexões de catorze⁸ homens sobre as experiências que viveram como pais, na conjugalidade e na residência alternada. Estas foram recolhidas por entrevistas em profundidade com uma duração média de duas horas e meia a três horas e meia.

A paternidade na residência alternada foi observada através da articulação de três níveis analíticos: o das interações do quotidiano entre o pai e os filhos e entre o pai e a mãe na cooperação parental, que remete para o funcionamento interno da paternidade na residência alternada; o do percurso de vida do pai, parental e conjugal, que olha para as interações paternas e coparentais ao longo do tempo; e o dos contextos sociais em que a paternidade é vivida, relativo às coordenadas de diferenciação social.

Partimos de quatro pressupostos: em primeiro lugar, de que as dinâmicas da paternidade são fabricadas de modos diversos, consoante os sentidos subjectivos, os valores, as normatividades e as práticas que a desenham nas interações entre o pai e as crianças e entre o pai e a mãe na cooperação parental. Em segundo lugar, de que são influenciadas pelos diferentes trajectos de implicação paterna e de “coparentalidade”, na conjugalidade e na residência alternada. Em terceiro lugar, de que são igualmente influenciadas pelos contextos sociais em que a paternidade na residência alternada é vivida. Em quarto lugar, de que as diferentes dinâmicas da paternidade, trajectos do pai e contextos sociais configuram diferentes modalidades de funcionamento da residência alternada.

⁷ 26/4 corresponde a um regime de visitas ao pai de 2 fins-de-semana por mês; e 24/6 a mais 2 dias por mês nas semanas em que o pai não está com a criança.

⁸ Às doze entrevistas iniciais que foram efectuadas no âmbito do projecto, foram acrescentadas mais duas que foram realizadas em Maio de 2009. Neste período procurou-se também voltar a contactar alguns dos pais previamente entrevistados, para obter algumas informações adicionais e esclarecer algumas questões que surgiram da análise.

As dinâmicas de interacção na paternidade foram observadas através da articulação das seguintes dimensões: os **significados e os fins subjectivos da acção**, as **práticas paternas**, a **coesão familiar** e a **regulação da cooperação parental**. Transversalmente a estas dimensões foi também analisada a construção do género nas interacções, com o objectivo de captar as relações entre as dinâmicas da paternidade, a construção das masculinidades e as atribuições de diferenças e semelhanças aos géneros na parentalidade.

Os **sentidos e os fins subjectivos da acção** referem-se às interpretações de sentidos, valores e finalidades tecidas nas interacções e como nelas ocorrem construções “nómicas” e identitárias (Berger e Kellner, 1971), que desenham os modos como os sujeitos se percebem no palco familiar. Mas também a como estas interpretações se referenciam aos valores e normas dominantes num determinado contexto social (Roussel, 1989). Operacionalizámos este conceito averiguando quais os significados, finalidades, ideais e normas que os pais atribuem à implicação paterna e à cooperação parental.

As **práticas paternas** foram referenciadas ao conceito de “práticas familiares” de Morgan (1996, 1999), que as define como as actividades associadas pelos indivíduos à família e pelas quais “fazem a família”.⁹ Foram considerados indicadores de práticas paternas as actividades que implicam interacções directas com a criança (cuidados, troca de afectos, comunicação, educação, etc.). E ainda as que os pais atribuem à paternidade (prover recursos, gestão doméstica, etc.). Conjuntamente foram observadas as práticas de articulação da implicação paterna com a profissão.

A **coesão familiar** informa-nos sobre as formas como os membros da família estabelecem e gerem os laços entre si. Assim, pretendeu-se perceber se o relacionamento entre o pai e a criança é mediado ou individualizado, assim como as diferentes combinações destas dimensões da coesão. Um relacionamento com a criança independente da mãe e uma resposta completamente autónoma às necessidades da criança são indicadores da individualização do relacionamento paterno. A delegação do “trabalho emocional”, de alguns cuidados e da gestão do quotidiano da criança, ao indicarem uma menor autonomia paterna, apontam para a mediação da mãe no relacionamento do pai com a criança.

A **cooperação parental** foi observada através das formas de **regulação** da divisão dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança.

⁹ Para o autor, os sujeitos “fazem a família” através das práticas familiares, porque estas são orientadas pelas suas concepções de família e do que vai ficando acordado fazer entre os seus membros.

O conceito de **regulação** refere-se à organização da produção da vida familiar e particularmente às formas como a cooperação é garantida entre o grupo familiar (Kellerhals, 1987)¹⁰. Foi operacionalizado pelos seguintes indicadores: os **tempos efectivos de co-residência** da criança com o pai; a **abertura dos espaços parentais**; a **flexibilidade dos tempos parentais**; as **interacções** e a **comunicação entre progenitores** e a **divisão sexuada dos cuidados e da educação**.

Os **trajectos do pai** foram observados nos planos da implicação paterna e da cooperação parental e em três tempos: o da conjugalidade, o da transição para a residência alternada e o da vivência desta. O objectivo foi perceber qual a sua influência na configuração das dinâmicas da paternidade, olhando para a forma como a residência alternada desperta a mobilização de esquemas de acção paterna e de cooperação parental formados no passado conjugal, por um lado, e como os transforma, pelo outro. Assim, comparámos as dinâmicas da paternidade da residência alternada com as da conjugalidade anterior, sendo que a cooperação parental na conjugalidade foi investigada pelas normas de **coesão familiar**¹¹ “investidas” nas interacções familiares e pela **divisão sexuada do trabalho** pago e não pago. Por outro lado, analisámos como as dinâmicas da paternidade na conjugalidade influenciaram as formas de transição para a residência alternada, tentando perceber como é que a divisão dos tempos de residência e dos cuidados à criança foi sendo negociada depois da separação.

Os **contextos sociais** foram analisados através da **inserção dos pais nas estruturas de emprego e de estratificação social** (pelos indicadores profissão, situação na profissão e escolaridade) e da sua **relação com a profissão** (investimento na carreira, flexibilidade dos horários de trabalho e o tipo de profissão).

¹⁰ A **regulação** é constituída por três subdimensões: a “definição de papéis” que pode ser diferenciada em aspectos relacionais (quem se comporta como em relação ao outro e ao grupo) e em aspectos instrumentais (quem faz o quê); a “hierarquia no grupo familiar”, relativa aos aspectos de igualdade e de dominação entre os membros da família; e a “rotinização”, que identifica em que medida o casal estipulou regras fixas relativas aos territórios e ritmos do seu quotidiano como, por exemplo, na divisão de tarefas e responsabilidades. Efectuámos uma adaptação deste conceito às dimensões da cooperação parental que emergiram da análise das entrevistas.

¹¹ Kellerhals *et al.* (1982) e Kellerhals (1987) dizem que a coesão pode ser edificada na conjugalidade de duas formas: dando uma maior ênfase à autonomia individual e, portanto, à manutenção de espaços e especificidades individuais distintos na família e à insistência na troca das diferenças de cada um; ou acentuando a fusão, pela valorização das semelhanças entre os seus membros e da partilha da maior parte dos espaços, dos tempos e actividades. Não se procura neste texto fazer uma análise aprofundada da coesão que organizava as interacções familiares durante a primeira conjugalidade, algo que não faria sentido dado que as narrativas sobre ela retratam retrospectivamente o que se pode considerar apenas como normas e valores “perseguidos” e “investidos” e não tanto normas e práticas efectivas de coesão.

Por último, tentámos perceber se as relações entre as várias dimensões de análise apresentadas configuravam diferentes **modalidades de funcionamento a residência alternada**.

Modos de ser pai na residência alternada

Neste ponto passaremos a apresentar os resultados do estudo. Ao longo das próximas páginas descreveremos quatro modos diferentes de encarar e pôr em prática a paternidade na residência alternada. Cada um sublinha diferentes lógicas dos processos que podem configurar a paternidade na residência alternada, os diversos semblantes que podem assumir e como se expressavam na vida dos catorze pais entrevistados.

A paternidade assertiva

Penso que tanto o pai como a mãe são capazes e têm um papel preponderante na educação da criança. E que cada um consegue preencher perfeitamente todas as necessidades de uma criança. Eu sou muito agarrado... tenho crianças porque quis, gosto de as ter e o prazer, e não o trabalho, de cuidar e educar cabe-me a mim, sou auto-suficiente. Tenho alguma dificuldade em partilhar essa responsabilidade, porque é uma coisa que gosto e quero ser eu a fazer.

Pascoal¹²

A **paternidade assertiva** é traçada por uma implicação paterna que procura ser completamente autónoma e que está investida no fabrico de um relacionamento individualizado e privilegiado com a criança. É vivida em lugares sociais com qualificações escolares e profissionais de altos e médios recursos.

Estes pais encaram a residência alternada como a única opção consequente com o seu trajecto de pais, na medida em que foram tão implicados nos cuidados e na educação da criança como a mãe durante a conjugalidade. Por isso a residência alternada começa a ser vivida logo a seguir ao divórcio. É feita por tempos de residência com a criança quer equivalentes quer um pouco mais longos com o pai. O seu modo de funcionamento é estruturado pelo **protagonismo paterno** e pela **tendência para a simetria**, na divisão dos tempos, dos cuidados e da educação da criança.

No plano dos sentidos subjectivos, dos valores e das normatividades presentes nas interações é uma paternidade **assertiva** por estar investida na afirmação

¹² Pascoal, 36 anos, bacharel, profissional de aeronáutica, pai de duas crianças de 8 e 3 anos, sendo que a criança mais velha vive com ele períodos de 10 dias alternados e a mais nova semanas alternadas.

de um modo particular de ser pai, autónomo e auto-suficiente, que reivindica a possibilidade do pai ser uma figura parental tão ou mais importante para a criança do que a mãe. No fabrico do género nas interações, este modo de ser pai é tecido por lógicas de “masculinização” das semelhanças entre os géneros na parentalidade, que produzem a incorporação das competências tradicionalmente atribuídas às mães como elementos “naturais” e distintivos da acção paterna. Deste modo, no plano das práticas, a **assertividade** paterna expressa-se na construção de um “cuidar masculino”, caracterizado por um modo de interagir com a criança, distinto do da mãe. Assim, o protagonismo do pai na orientação educativa, no acompanhamento da criança e na construção de cumplicidades e laços afectivos privilegiados, está sempre presente, mesmo nos “tempos maternos”, ou seja, quando a criança está em casa da mãe. Na organização do quotidiano paterno é a auto-suficiência masculina que é evidenciada. Na articulação com o trabalho profissional a prioridade dada à dedicação às crianças é concomitante com os fortes investimentos na carreira profissional, mas a segunda cede sempre à primeira.

A cooperação parental configura uma **coparentalidade paralela**. O paralelismo cimenta a independência de cada progenitor em relação ao outro, através da não interferência nos territórios e práticas do outro. Cada um no seu tempo e espaço parental exerce a parentalidade como bem entende e cada casa tem as suas rotinas, os seus ritmos e as suas normatividades. Por outro lado, poucas são as decisões conjuntas, a comunicação sobre a criança é limitada e tende-se a evitar o contacto com o outro. É sobretudo a circulação da criança que liga as duas casas. É igualmente tendencialmente simétrica, ao ser regida pela indiferenciação parental e a paridade na divisão dos tempos, cuidados e educação da criança. Contudo, o significado da simetria parental na paternidade **assertiva** é complexificado pelo forte protagonismo paterno na cooperação parental, no acompanhamento da criança nos tempos maternos e numa maior ascendência na tomada de decisões sobre a vida da criança.

No plano dos trajectos de implicação paterna e de cooperação parental, a paternidade **assertiva** mostra um processo simultâneo de mobilização e “actualização” das lógicas “associativas” que formaram uma paternidade **autónoma** numa conjugabilidade **associativa**.

“Ser o pilar parental”

Pascoal, Júlio e Bernardo são os pais que nos falaram de uma paternidade que chamámos de **assertiva**. Vivem-na em lugares sociais ancorados em

estruturas de qualificação, de emprego e de remuneração, tanto superiores como médias¹³. Todos exercem profissões exigentes e têm em comum horários flexíveis, que lhes permitem ou trabalhar em casa ou intercalar o trabalho com o quotidiano das crianças. Estão em momentos diferenciados do seu trajecto conjugal: Júlio e Pascoal voltaram a viver em conjugalidade e Bernardo vivia só. Nenhum teve mais filhos depois da separação, nem as suas novas companheiras tinham filhos.

A residência alternada instalou-se nas suas vidas imediatamente a seguir ao divórcio. A verdade é que não equacionavam sequer outra possibilidade, porquanto sempre foram pais tão implicados como as ex-companheiras. É uma residência alternada em que a divisão dos tempos com a criança tende a ser paritária, pois esse é o princípio que a organiza. Mas pode incluir situações em que os tempos de residência do pai com criança são um pouco mais longos do que os da mãe. Acresce ainda que a duração da experiência da residência alternada é diferente para cada pai e a divisão dos tempos de residência sofreu alterações ao longo do tempo.

Pascoal tem 36 anos, é bacharel e profissional de aeronáutica. É pai de duas crianças, uma com 8 anos e outra com 3. Há dois anos, no processo de divórcio, o casal optou por uma guarda conjunta com residência alternada semanal. Mas, como a criança mais velha depois pediu para viver com o pai, decidiram que fariam uma residência alternada com períodos mais longos com o pai, de 20 dias alternados com os períodos mais curtos com a mãe, que seriam de sexta a segunda-feira cada quinze dias, acrescidos das quintas-feiras das semanas em que a criança estaria com o pai (no total 20 dias com o pai e 10 dias com a mãe, em cada mês). Com a criança mais nova, dada a sua tenra idade, seria o contrário: estaria os 10 dias com o pai e os restantes 20 dias com a mãe. Um ano depois, por insistência do pai, a criança mais nova passou a residir períodos iguais com cada progenitor (segunda-feira a segunda-feira, alternadamente), a mais velha continuou a residir períodos mais longos com o pai.

Júlio tem 32 anos, o 12.º ano e trabalha como técnico administrativo. É pai de uma criança de sete anos e divorciou-se há seis. No processo de divórcio o casal também decidiu por uma guarda conjunta com uma residência alternada semanal. Contudo, esta foi instável durante bastante tempo, isto porque, devido aos horários nocturnos e as viagens em trabalho frequentes da mãe, a criança acabava por ficar com os avós maternos e o pai achava que era preferível ficar com ele. Deste modo, durante vários anos, criança

¹³ Ver a Introdução para uma descrição detalhada das características sócio-profissionais destes pais.

residiu a maior parte do tempo com o pai e só estava com a mãe períodos equivalentes quando o seu trabalho profissional o permitia. Dois anos antes da entrevista, o pai e a mãe acordaram que a criança iria residir tempos equivalentes com ambos e que passariam a gerir a sua rotação consoante os ritmos profissionais da mãe. Desta forma, a cadência dos tempos de residência é frequentemente ajustada e tanto pode ser semanal, como de semanas repartidas, ou ainda quinzenal.

Bernardo tem 47 anos, é doutorado e professor universitário. É pai de uma criança adolescente de quinze anos, com quem vive há 11 anos em semanas repartidas (dois dias fixos em cada semana com o pai (quarta e quinta-feira) e com a mãe (segunda e terça-feira) e os restantes dias da semana alternados). Nos dois primeiros anos da residência alternada, a criança viveu a maior parte do tempo com o pai, o que se deveu à criança estar habituada aos cuidados do pai e chorar pela sua presença sempre que se aproximava a hora de deitar na casa da mãe. Acabou por se habituar aos ritmos da rotação residencial que, até hoje, se sucederam sem modificações e sempre respeitando a equidade parental nos tempos de residência com a criança.

Tanto esta divisão dos tempos de residência com a criança, como o trajecto destes pais para e na residência alternada, indicam que a paternidade **assertiva** é desenhada principalmente por duas categorias interligadas: a equidade parental e o forte protagonismo do pai na divisão dos tempos, dos cuidados e da educação da criança. É pela sua combinação que neste perfil se estrutura uma residência alternada **tendencialmente simétrica e de protagonismo paterno**.

A primeira categoria é simultaneamente um valor e uma finalidade subjectiva, tanto nas interações paternas, como na cooperação parental. A segunda é um modo de acentuar a importância do pai na parentalidade pelas semelhanças entre os géneros, mas de uma maneira particular, pois abriga uma competição por um lugar parental junto da criança, tão ou mais importante do que o da mãe, e não tanto uma partilha coparental entre iguais. É nesta medida que falamos de uma paternidade **assertiva**, por esta estar engajada na afirmação de uma forma singular de se ser pai na residência alternada, que é cimentada numa implicação paterna auto-suficiente e completamente autónoma, bem como no fabrico de um relacionamento individualizado e único com a criança, em que os valores e normatividades da presença e da proximidade são elementos fundamentais:

A minha relação com os meus filhos sempre foi muito junta e muito próxima. Tudo o que eu faço é com eles, sempre foi, tento estar o máximo

de tempo possível com eles. Sou eu que quero fazer as coisas todas, sou eu que quero saber de tudo e não quero dar esse prazer a ninguém, não abdicar de coisas em relação aos meus filhos para outros.

Pascoal

Mas, também, porque é uma paternidade que afirma a sua singularidade numa parentalidade masculina em que o pai reclama para si a possibilidade de ser a principal figura parental, seja nos laços afectivos, seja nos cuidados, seja ainda nos contributos para a formação da criança. Não é negada a importância da mãe para a criança, até porque é por comparação com as práticas, os laços e o relacionamento materno com a criança que é tecida a diferença desta “importância paterna” (Marshall e Lambert, 2006), sendo pelo seu “reconhecimento”, principalmente nas demonstrações da criança, que estes pais validam a sua identidade social e pessoal:

Percebo que a M em casa da mãe é capaz de ter algum afecto de mãe, que existe. Apesar de também reconhecer que a mãe tem um relacionamento com ela menos próximo do que o que eu tenho com ela. Quando ela tem um problema é comigo que fala, não com a mãe.

Bernardo

Na construção dos significados deste modo de ser pai, a produção do género nas interacções é uma dimensão fundamental, pois é neste plano que são interpretadas as semelhanças entre os géneros que fabricam a singularidade masculina. A paternidade **assertiva** distingue-se pela lógica de “masculinização” das competências expressivas, de prestação de cuidados e de gestão do quotidiano da criança, tradicionalmente atribuídas às mães, e que são incorporadas como elementos “naturais” e distintivos no reportório da acção paterna:

Acabo por ser um bocado doméstica, entre aspas, porque vou trabalhar, vou às compras, preparar o jantar, dar os banhos, falar com eles, fazer brincadeiras, dar o jantar, a seguir ponho na cama, estou exausto e caio para o lado. Eu acho que nisso sou um bocado mulher, em termos de relação, em termos de estar numa casa, gosto de acompanhar muito as crianças e de ser afectuoso com elas. Até se diz que o pai tem um bocado de dificuldade nisso, e eu não tenho.

Pascoal

Contudo, ao mesmo tempo, esta “masculinização” das semelhanças entre os géneros não exclui um distanciamento do que é percebido como feminino, o que conduz, nas narrativas destes pais, à noção de um “cuidar masculino” (Brandth e Kvande, 1998; Doucet, 2006) específico ao pai e diferente do da mãe. Este traduz-se numa presença diferente, empenhada em interagir com a criança no cuidar e que o transforma em momentos lúdicos

de partilha emocional e fabrico de laços. E nele está implícita a percepção de uma maior competência parental do pai (pelo menos em certos domínios da acção parental):

Eu sempre fui muito mais presente com as crianças do que ela. Ela está presente está em casa, mas eu sou muito mais atencioso e cuidadoso, há um tipo de brincadeira... brincar com eles, rolar no chão, jogar futebol, ter brincadeiras com eles quando lhes dava banhos ou nadava com eles, e não sei quê. A minha relação com os meus filhos sempre foi muito mais próxima.

Pascoal

No plano das práticas, este “cuidar masculino”, fortemente implicado e interactivo, pode estender-se aos períodos em que a criança está com a mãe. Por exemplo, por exigência do pai, ir buscar e levar a criança à escola para poder estar mais algum tempo com ela, como faz Bernardo. Por outro lado, está associado a uma orientação educativa que o pai procura protagonizar, permanecendo sempre atento ao desenvolvimento e à integração social e escolar da criança. Nesta medida, a paternidade assertiva é também um modo de protagonismo parental masculino na cooperação parental, como iremos explicar mais adiante. Já a construção de cumplicidades, de intimidade e de laços afectivos está sempre presente na partilha de todo o tipo de actividades nas interacções:

Tentei sempre ir buscá-la ao colégio, levá-la ao colégio, mesmo quando ela está em casa da mãe. Acho que podem ser poucos minutos durante o dia, mas são minutos muito importantes para uma vida de uma criança, nem que seja só para ela perceber que gostam dela. Sempre estudei muito com ela, sempre tentei perceber o que ela estava a fazer no colégio, para que ela sentisse que estava sempre acompanhada, que faz parte do nosso projecto que uma pessoa está interessada pelo desenvolvimento dela. Tenho tentado que ela tenha uma grande confiança na relação comigo e construir projectos conjuntos com ela.

Bernardo

A assertividade destes pais está também presente no plano das práticas de organização doméstica, onde também é a auto-suficiência masculina que é frisada. Todos sublinham que é uma competência adquirida já há bastante tempo, ou por terem sido ensinados na família de origem ou por terem vivido sozinhos antes da primeira conjugalidade ou, ainda, por a terem aprendido durante esta. Mais tarde ou mais cedo, recorrem à ajuda de uma empregada para lhes poupar tempo e trabalho, mas fazem questão de sublinhar que não é porque não conseguissem tratar de tudo sozinhos:

Não me chateia nada estar sozinho, não me faz falta nenhuma companhia para me suprir aquelas faltas, não faz. Eu sei coser, sei passar a ferro,

sei fazer máquinas, sei lavar roupa à mão, sou auto-suficiente, e durante muito tempo em que vivi sozinho agora com os miúdos não tive empregadas e não preciso delas. Agora tenho para me aliviar algum tempo e algum trabalho.

Pascoal

Nas práticas de articulação com o trabalho evidencia-se a prioridade que é dada às crianças, apesar de esta ser concomitante com um forte investimento na carreira profissional. A flexibilidade de horários que têm dá-lhes a facilidade de poderem gerir mais facilmente imprevistos e, se necessário, interromperem o trabalho para estarem disponíveis para a criança. Nas situações de doença da criança ou quando ficam retidos no trabalho recorrem às suas redes de apoio: aos avós paternos, à empregada e mesmo a amigos. Aproveitam os períodos em que a criança está na casa da mãe para porem o trabalho em dia e trabalham em casa pela noite fora quando a criança está a dormir. Alguns, quando viajam em trabalho, levam a criança consigo. E, tal como nos conta Bernardo, cedem o mais possível aos pedidos da criança para estar com eles:

Para dizer sinceramente eu divido muito o tempo entre ela e o trabalho, e posso dizer que acho que trabalho bastante mais do que a média e de um modo geral trabalho muito à noite, até altas horas da noite. Tenho é dificuldade em arranjar tempo para fazer mais coisas (...). E eu cedo bastante, faço o possível por ceder para estar próximo dela e acompanhá-la bastante.

Bernardo

Uma das características das narrativas destes pais, aqui exemplificada pelos discursos de Pascoal e Bernardo, é estabelecerem um *continuum* entre os significados que atribuem ao pai que são no presente e ao pai que foram na conjugalidade. Convocam assim o trajecto de implicação paterna para darem coerência e unicidade à multiplicidade de experiências vividas e percebidas no ser pai, na residência alternada e na conjugalidade, indicando a importância deste trajecto para a construção da paternidade **assertiva**. Com efeito, a residência alternada deu condições para estes pais mobilizarem e “actualizarem” uma parte dos “esquemas da acção paterna” (Lahire, 2003) que formaram uma paternidade **autónoma** numa conjugalidade de dinâmicas **associativas**. A paternidade **autónoma** é caracterizada por uma implicação paterna autónoma, individualizada e indiferenciada nos cuidados e na educação da criança. As dinâmicas **associativas** da conjugalidade inscreviam-na numa matriz desenhada pelos valores, quer da igualdade entre os géneros, quer da autonomia de cada cônjuge, em todas as esferas da vida. Na parentalidade, esta era traduzida quer num relacionamento individualizado de cada progenitor com a criança quer numa divisão do trabalho parental paritária.

Ao “desconjugalizar-se”, a paternidade **autónoma** torna-se **assertiva** sobretudo porque as lógicas de autonomia e de partilha igualitária e indiferenciada da acção paterna na conjugalidade são “actualizadas”, ao tornarem-se num instrumento de afirmação da superioridade da parentalidade masculina na residência alternada, não só no plano das interacções e do relacionamento com a criança, como também no da coparentalidade.

Vejamos então como é regulada e quais as características da cooperação parental na paternidade **assertiva**.

“Dividir entre os dois, mas sendo autónomo e independente”

A cooperação parental na paternidade assertiva configura uma **coparentalidade paralela**. O “paralelismo” traduz a independência parental de cada progenitor em relação ao outro e é cimentado pela norma de não ingerência nos territórios e práticas parentais de cada um. Na paternidade **assertiva**, permite a completa autonomia do pai e que este mantenha um espaço reservado para afirmar o seu protagonismo parental. É uma coparentalidade também tendencialmente simétrica, por ser organizada pelas normas da indiferenciação e da igualdade na divisão dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança. Os tempos de residência de cada progenitor com a criança tendem a ser equivalentes, mas também podem não ser completamente iguais. Contudo, na paternidade **assertiva** são os tempos de residência do pai com a criança que tendem a ser mais longos e não os maternos.

No caso de Bernardo a criança reside efectivamente tempos iguais com cada progenitor. Júlio e a ex-companheira, depois de um período em que a criança residiu mais tempo com o pai, estavam a tentar que assim fosse, tornando a organização da rotatividade dos tempos de residência flexível às solicitações profissionais da mãe, para que não colidisse com as suas dificuldades de conseguir fazer uma divisão pré-estabelecida. Pascoal, dado o desejo da sua criança mais velha residir mais tempo com ele, só faz uma divisão simétrica da residência com a mais nova. Assim, para alguns pais e mães, podem existir alguns factores que impedem a concretização de uma simetria absoluta. Por outro lado, estes imprimem alguma flexibilidade à organização da divisão dos tempos de residência. Mas é uma flexibilidade limitada, porque não há lugar para trocas ou alterações da rotatividade acordada, como encontramos noutras modalidades de cooperação parental.

As trocas são sempre feitas através da escola, para evitar idas e vindas à casa de cada um, que levam a encontros encarados como desnecessários. Quando é mesmo preciso ir à casa do outro, o pai (ou a mãe) dificilmente passam da soleira da porta ou da entrada do prédio, só se a criança estiver doente. De resto, não há visitas ou actividades em conjunto com a criança, nem mesmo no seu aniversário, pois cada progenitor organiza a sua festa para a criança. Quanto muito, os progenitores encontram-se nos eventos escolares e, mesmo assim, evitam a proximidade do outro. Assim, na paternidade **assertiva**, o paralelismo na cooperação parental inclui o fechamento dos espaços parentais, interações face-a-face reduzidas e um relacionamento “contratual”¹⁴ entre os progenitores, ao estar focado apenas na organização da coparentalidade e guardar sempre as distâncias entre os espaços de cada um. Ainda assim, pai e mãe comunicam entre si, mas sobretudo pelo telefone, usado apenas quando é preciso tomar uma decisão importante, pôr o outro a par de alguma coisa ou combinar algo relativo à rotação da residência com a criança. Não há uma comunicação alargada sobre o quotidiano das crianças ou que vise partilhar estratégias de cuidados ou de educação:

É o mínimo possível [a comunicação]. É para falar das crianças e para regularizar a situação e nada mais. Não tenho interesse em privar. Manter uma relação cordial com ela, pronto, quer dizer, é o mínimo indispensável porque temos duas crianças, e nada mais. Não mantemos nenhuma relação de amizade.

Pascoal

Na divisão dos cuidados e da educação da criança o paralelismo traduz a independência parental de cada progenitor em relação ao outro. Assim, em cada espaço-tempo parental, cada um, ao seu modo, presta cuidados, resolve problemas, determina e aplica regras educativas. Cada casa tem os seus ritmos, rotinas e normatividades. É sobretudo a criança que liga os dois espaços parentais, ao circular entre um e outro e partilhar o seu tempo com ambos os progenitores:

Quando ela está em casa de um resolve e faz aquele em casa de quem é que está. Há algumas coisas conjuntas mas muito poucas coisas.

Bernardo

¹⁴ Roussel (1980) diz que o relacionamento entre ex-cônjuges que viveram um casamento **associativo** é contratual, porque se assemelha à separação de dois sócios que constatam que os seus interesses já não são convergentes. Diz igualmente que é esta contratualidade *associativa* que permite a continuidade de uma cooperação educativa entre os ex-cônjuges, que pode incluir a residência alternada. A paternidade **assertiva** corrobora o afirmado pelo autor, contudo também indica que a “contratualidade associativa” do relacionamento entre os ex-cônjuges pode assumir diferentes contornos. Nesta cooperação parental está associada a um paralelismo coparental que inclui o evitamento dos contactos e de qualquer tipo de proximidade entre os progenitores, ao contrário do que veremos na paternidade **condicionada**, em que as lógicas associativas não se traduzem num paralelismo e os contactos são frequentes.

É por esta forma de divisão que é garantida à criança a dedicação e a presença de ambos os progenitores na sua vida e é acautelada a paridade no lugar de cada um no seu quotidiano. Só a assertividade do pai balança esta última equação, ao traduzir-se em decisões unilaterais, numa maior ascendência nas decisões tomadas em conjunto e na presença paterna nos cuidados pertencentes aos tempos maternos. O acompanhamento da criança no ir e levar à escola, nas idas ao médico ou à escola para falar com os professores, que o pai faz questão de ser ele a fazer, são exemplos da sua presença nestes tempos. É um posicionamento paterno na cooperação parental que esbate o princípio de paridade em que assenta, ou lhe dá outro sentido que não o de uma partilha entre iguais, expresso, aliás, no maior protagonismo parental que o pai procura ter. Este parece não ser alheio à existência de um diferencial de recursos entre o pai e a mãe, seja por este ter horários mais flexíveis, que lhe dão mais tempo para acompanhar a criança, seja por ter uma maior capacidade financeira de proporcionar à criança oportunidades educativas, conforto material e experiências culturais, seja ainda por este ter maiores recursos escolares, que lhe permitem acompanhar melhor o desempenho escolar da criança.

A paternidade reconstruída

Realmente pensei: “esta coisa de ser pai de fim-de-semana é horrível. Porque parece que sou tio”. Os miúdos não me conhecem, não sabem quem eu sou, e então pequenitos... não há... – por telefone não falam – portanto, quer dizer, não há relação nenhuma. Os miúdos já olhavam para mim assim: “quem é este que cá nos vem buscar”. Então eu pensei: “bolas, se quero mesmo ter filhos é melhor levar isto mais a sério”, e então, aí resolvi, começar a tentar uma semana uma semana [de alternância].

Rafael¹⁵

A paternidade **reconstruída** é configurada por um processo de reconstrução da implicação paterna, que é vivido pelo pai ao longo do seu trajecto para e numa residência alternada, em que a divisão dos tempos, dos cuidados e da educação da criança se torna gradualmente paritária. É vivida em lugares sociais transversais, de níveis de escolaridade e estruturas de emprego tanto altos como médios e baixos.

A reconstrução da paternidade dá-se pela recuperação gradual da implicação paterna no quotidiano da criança, que foi vedada ao pai por uma cooperação parental “paralela” de residência única da criança com a mãe, durante um

¹⁵ Rafael, 38 anos, doutorado, professor universitário, pai de duas crianças, com 10 e 7 anos, com quem vive semanas alternadas.

período longo após a dissolução marital. É feita por um trajecto de reequacionamento e ruptura com as lógicas fusionais das dinâmicas familiares que formaram a paternidade durante a conjugalidade, o que singulariza a paternidade **reconstruída**, ao mostrar a possibilidade de manter a implicação paterna e a cooperação parental nestas famílias. Com efeito, a paternidade **reconstruída** começou por ser uma paternidade *participativa* durante a conjugalidade. Nesta forma de paternidade, o pai participa no quotidiano da criança como o “ajudante da mãe”, que é percebida como a cuidadora “natural” e insubstituível da criança, bem como para fabricar um “nós-família”, em que a conjugalidade, a paternidade e a maternidade não se distinguem. Na dissolução marital, o pai tende a secundarizar o seu papel parental e a optar pelo modelo de residência da criança com a mãe. Depois, reequaciona o modo como deseja ser um pai separado e luta pela residência alternada.

No trajecto para e na residência alternada, a paternidade é reconstruída pelo entrecruzamento de duas lógicas: uma de afirmação da singularidade da parentalidade masculina, que se contrapõe à secundarização do pai na paternidade **participativa**; e outra de aprendizagem e de autoquestionamento, que é traduzida na procura de regras, normatividades e fontes de significado para aprender a ser um pai separado na residência alternada. Ambas se expressam no modo como a construção da autonomia paterna redesenha o território parental paterno e o ser pai na residência alternada.

No plano dos sentidos e fins subjectivos presentes nas interações, a afirmação da singularização parental expressa-se sobretudo pelo investimento do pai na individualização do relacionamento com a criança e pela ideia de (re)conquista do seu lugar na parentalidade. No plano das práticas, no reencontro do lugar tradicional do pai na orientação moral, na integração social e na disciplina da criança, o que reconstitui a ligação entre uma masculinidade mais tradicional e uma paternidade presente. Por outro lado, também no “estar junto” e “fazer junto” todo o tipo de actividades e reconstituir a coesão familiar nas interações paternas. Neste plano, a reconstrução da paternidade é feita ainda pelo autoquestionamento das práticas e pela procura de modos de fazer o certo para a criança.

A cooperação parental configura uma **coparentalidade de paralelismo moderado**. Esta cooperação parental é herdeira de um “paralelismo coparental” formado durante o período de residência da criança com a mãe. Na residência alternada, este “paralelismo” transforma-se, a pouco e pouco, e torna-se mais moderado, à medida que se torna paritário e mais permeável

à necessidade da partilha coparental do quotidiano da criança. Assim, continua a determinar a independência das práticas parentais de cada progenitor na sua casa, particularmente as educativas, e a não interferência do outro, por um lado. Porém, por outro lado, estabelece também uma abertura moderada dos espaços parentais e alguma flexibilidade na divisão dos tempos com a criança, mas sempre balizada pelo princípio de equidade. A construção do acolhimento da implicação paterna e da simetria configuraram uma modalidade de funcionamento da residência alternada, no presente, de **paralelismo moderado e simétrico**.

“Para que saibam o pai que têm”

Afonso, Manuel, Rafael e Pedro, estes são os pais que nos falaram de uma paternidade que foi **reconstruída** na residência alternada. Vivem-na em lugares sociais variados e transversais, pois incluem tanto as altas qualificações escolares como as médias e ainda as mais baixas, como o segundo ciclo. Bem como um leque de profissões que inclui tanto o professor universitário, como o pequeno empresário da indústria ou dos serviços, ou ainda o assistente administrativo.

Actualmente, todos estes pais vivem períodos com a criança iguais aos da mãe, mas só o conseguiram depois de um trajecto de conquista gradual da residência alternada. Quando se separaram pensaram que a melhor opção seria a criança ficar a residir com a mãe e visitá-los aos fins-de-semana. Na verdade, era a única que conheciam. Mas depois perceberam que os afastava completamente do quotidiano dos cuidados e da educação da criança, para além de lhes ser quase impossível manter com ela o relacionamento próximo a que estavam habituados: *De 15 em 15 dias um fim-de-semana, isso não é nada! Então?* diz Manuel, exemplificando o desagrado e frustração que estes pais associam a esta experiência e que os levou a lutar por uma residência alternada. Manuel tem 38 anos, o 6.º ano e é empreiteiro. Está divorciado há dois anos e vive numa família recomposta há cerca de ano e meio. É pai de uma criança com 7 anos que, há um ano para cá, vive com ele cada quinze dias. No primeiro ano após o divórcio, só estava com ela dois fins-de-semana por mês, foi o que lhe foi permitido no acordo do divórcio. Depois, foi lutando por tempos mais longos, aproveitando os pedidos da criança para estar com ele, bem como os pedidos da mãe para ir buscá-la à escola, que é perto da sua casa, ou para ficar mais tempo com ele. Assim, por vezes os fins-de-semana estendiam-se a uma semana e outras vezes mais do que isso. Por fim, acabou por entrar em acordo com a ex-mulher para fazerem uma divisão de quinze dias.

Afonso tem 32 anos, o 12.º ano e é assistente de saúde. Está separado há cerca de 7 anos, coabita com uma nova companheira há dois anos e é pai de uma criança com 9 anos. Desde há cerca de dois anos que vive com ela períodos iguais aos da mãe. Mas este tempo foi sendo conquistado aos poucos: durante os primeiros seis meses a seguir à separação só estava com a sua criança todos os sábados, passava com ela o dia e depois voltava a entregá-la à mãe. Depois, começou a ir buscá-la todos os dias à creche, passava com ela o final da tarde e levava-a a casa da mãe. Com efeito, Afonso não concordava que fosse a avó materna, e não ele, a ir buscá-la à creche e a tomar conta dela até a mãe chegar do trabalho. Durante este primeiro ano, viveu em casa de amigos e na casa do pai, por não ter meios para ter a sua própria casa. Por isso não tinha um quarto para receber a criança. Entretanto, conseguiu melhorar a sua vida e alugar uma casa, já podia receber a sua criança, mas a mãe só lhe permitia estar com ela um fim-de-semana de quinze em quinze dias, e assim foi durante mais de um ano. No ano seguinte, primeiro, conseguiu ter a criança mais dois dias por mês (as quartas-feiras das semanas em que não a via), depois, mais outros dois (as quartas-feiras das semanas em que a criança estava com a mãe). Sempre achou que a mãe era mais importante para a criança e esta convicção, durante algum tempo, coibiu-o de exigir tempos mais longos com a criança, bem como o sentir que a ex-companheira não confiava nele e que tinha de lhe demonstrar que era capaz de cuidar da criança sozinho. Mas, ao mesmo tempo, começou a aperceber-se que havia pais separados a viver metade do tempo com os filhos e pensou que poderia ser um deles. Um dia decidiu que a situação tinha que mudar:

Tive que discutir e tive que dizer: “Ó pá, ó Isabel desculpa lá eu sei que tu se calhar não confias muito em mim, tens aqueles receios que eu sou homem e que não consigo cuidar da minha filha, mas eu consigo cuidar da minha filha!”

Afonso

Depois desta conversa, a criança começou a ficar na casa dele de quarta a segunda-feira ou de sexta a terça-feira, cada quinze dias, mais a quarta-feira das semanas em que a criança estava com a mãe. Algum tempo depois, voltou a falar com a ex-companheira e chegaram ao acordo de uma residência alternada com tempos iguais para cada um (de quarta a quarta-feira).

Rafael tem 38 anos, é doutorado e professor universitário. Está divorciado há seis anos e tem uma namorada há cerca de um ano, com quem coabita aos fins-de-semana. É pai de duas crianças, com 10 e 7 anos, respectivamente, com quem vive semanas alternadas (segunda-feira a domingo), desde há dois anos. No primeiro ano a seguir ao divórcio estava com elas apenas dois

fins-de-semana por mês. No segundo, a estes foi acrescentada a quarta-feira das semanas em que não via as crianças. Entretanto, começou a perceber que era um estranho para as crianças, *um tio*, como diz, e decidiu que não era assim que queria ser pai. Então procurou informar-se sobre outras soluções possíveis e soube da residência alternada. Renegociou com a ex-mulher o acordo de residência com a mãe e transformou-o numa divisão de semanas repartidas (quinta a terça-feira). Foi o que conseguiu, mas ainda assim continuava a residir menos tempo com as crianças do que a mãe. Com efeito, a vivência destes períodos com as crianças levou-o a achar que os tempos deveriam ser iguais para o pai e para a mãe. Voltou a renegociar o acordo e ficou estipulada uma residência alternada de semanas alternadas.

Pedro tem 42 anos, é bacharel e um pequeno empresário. Está divorciado há três anos e vive só. É pai de quatro crianças com 20, 18, 13 e 6 anos, respectivamente, sendo que a mais velha vive com ele, a segunda com a mãe e as duas mais novas passam o dia com o pai e a noite na casa da mãe. Os fins-de-semana (de sexta a domingo) são alternados. Nos primeiros seis meses após o divórcio as crianças ficaram na morada de família com a mãe, que era também o local de trabalho do pai. Então, quando a mãe saía de manhã para o trabalho, o pai entrava na casa para trabalhar. Durante o dia buscava e levava as crianças, consoante os horários de cada uma, dava-lhes o almoço e o lanche, saíam, acompanhava-as nos estudos, ficava com elas até a mãe chegar. Tal como costumava fazer antes da separação. Os fins-de-semana eram divididos. Entretanto o pai resolveu ter a sua própria casa. As crianças ficaram com a mãe e, por vontade desta, só estavam com o pai dois fins-de-semana por mês, situação que se arrastou durante cerca de um ano e a que o pai procurou pôr fim:

Eu não conseguia perceber porque é que os filhos teriam de deixar de ter o acompanhamento e a responsabilização do pai que sempre tiveram.

Pedro

Insistiu com a mãe e acabou por conseguir que tudo voltasse a ser como nos primeiros meses após o divórcio, com a diferença que agora as crianças estão durante o dia na sua casa e, ao final do dia ou depois do jantar, ele leva-as para a casa da mãe onde pernoitam.

Estes trajectos de implicação paterna interrompida e de conquista gradual de uma residência alternada simétrica configuram um processo de reconstrução da implicação paterna que é um dos principais traços da paternidade **reconstruída**. No momento em que estes pais decidem que não querem continuar a ser “pais-de-fim-de-semana”, como o chamam, começam

também a reequacionar o modo, como até ali, encaravam o que era ser um pai separado e a empenhar-se na recuperação de uma implicação paterna presente nos quotidianos da criança.

Outro dos seus traços é esta reconstrução da paternidade dar-se por rupturas com as lógicas dos “esquemas de acção paterna” e das “disposições” adquiridas (Lahire, 2003) na formação da paternidade na conjugalidade. A paternidade **reconstruída** começou por ser uma paternidade **participativa** em conjugalidades de dinâmicas fusionais, tanto de tipo “companheirista”, como de “bastião modificado” (Wall *et al.*, 2007). Este modo de ser pai na conjugalidade caracteriza-se pelo empenho do pai em estar presente nos quotidianos familiares, para participar nos cuidados e educação da criança e em todo o tipo de actividades familiares. No entanto, na parentalidade o pai é o “ajudante da mãe”, dado que “naturaliza” os cuidados e os laços maternos com a criança. A coesão fusional fabricada nas interacções familiares acolhe a implicação do pai como parte de um “nós família”, em que a conjugalidade, a paternidade e a maternidade não se distinguem. No entanto, a paternidade depende da maternidade e deste todo familiar para se edificar. Por conseguinte, quando este todo desaba a paternidade perde o seu suporte e o pai, como se considera o “ajudante da mãe”, secundariza o seu papel parental e cede ao modelo dominante de residência da criança com a mãe.

Na residência alternada, a paternidade **participativa** transforma-se numa paternidade **reconstruída** justamente pela ruptura com estas lógicas fusionais e de secundarização do papel do pai, pois é esta que desenha o trajecto destes pais para e na residência alternada. Mostra assim que, na residência alternada, é possível reconstruir a implicação paterna e a cooperação parental depois da dissolução de uma conjugalidade fusional, ao contrário do que advogam Roussel (1980) e Cardia-Vonèche e Bastard (2007).

Neste contexto, o processo de reconstituição da paternidade tem um duplo sentido para o pai: resgatar uma implicação paterna presente no quotidiano da criança, por um lado, e recuperar um lugar na parentalidade, pelo outro. Por outro lado, é configurado por duas lógicas concomitantes e interligadas: uma de afirmação da singularidade da parentalidade masculina, que tem algumas diferenças da que encontramos na paternidade **assertiva**, por se basear na afirmação da importância das especificidades tradicionalmente atribuídas ao pai na educação da criança¹⁶

¹⁶ Este é um processo também assinalado por Arendell (1995). A autora diz que quando o pai tem concepções tradicionais sobre os papéis de género, o divórcio ou a separação podem levar a um processo de negociação e de reconstrução identitária do papel específico do pai, que este define nas esferas educativa e dos afectos.

e resultar de um trajecto distinto¹⁷. E uma outra de aprendizagem e de autoquestionamento, traduzida na procura de regras, normatividades e fontes de significado, para aprender a ser um pai separado na residência alternada. Ambas se traduzem no modo como a construção da autonomia paterna redesenha o território parental paterno e o ser pai na residência alternada.

No plano dos sentidos e fins subjectivos, bem como das normatividades presentes nas interacções, a singularização do papel paterno nos cuidados e na educação da criança estabelece-se focada na individualização do relacionamento entre o pai e os filhos:

Quero que ela me conheça, que saiba o pai que tem. Quero que ela tenha mais confiança em mim, que seja minha amiga. Quero incutir-lhe os valores que eu acho que são importantes para mim e que acho que deviam ser importantes para ela, quero que ela tenha os valores do pai. Hoje sinto que ela quando está com o pai já sabe... as coisinhas..., como é que podem ser. Estar regularmente com ela... ela foi crescendo e hoje, hoje, eu sinto que ela quer vir para o pai.

Afonso

É também movida pela ideia de conquista, ou seja, de que o lugar do pai na parentalidade e junto da criança tem de ser (re)conquistado, principalmente após a dissolução marital, ao contrário do da mulher, que está sempre assegurado pelo seu laço com a criança, O que, aliás, Afonso refere um pouco mais à frente na nossa conversa:

O pai tem de conquistar a sua posição. Agora, eu sinto que não é um bem adquirido. O homem tem que se adaptar um bocado a tudo, aprender a participar para continuar o acto, para que a peça continue. Portanto, eu acho que tem de haver sempre uma certa conquista. A mãe teve o privilégio de poder gerar e ter o filho e isso dá-lhe vantagens que o pai nunca tem.

Afonso

Na verdade, esta ideia de conquista simboliza o desbravamento gradual do caminho para a autonomização paterna, que é feito pela interpelação dos arquétipos que davam sentido à acção paterna, à medida que este vai sendo

¹⁷ Na paternidade **reconstruída**, apesar desta lógica de singularização paterna também estar ancorada na individualização do relacionamento do pai com a criança participa na construção da autonomização paterna pela afirmação das especificidades tradicionalmente atribuídas ao pai na educação da criança, enquanto a da paternidade assertiva constrói a autonomia paterna pela “masculinização” da indistinção parental entre os géneros e pelo protagonismo do pai nos cuidados e na educação da criança. Por outro lado, tem uma faceta de aprendizagem parental resultante de um trajecto de implicação paterna distinto, tanto na conjugalidade, como para e na residência alternada. Por conseguinte, neste perfil a afirmação da singularidade paterna tece a autonomia paterna de outros modos.

percorrido sem o amparo materno e do “nós-família”, que sustentava a paternidade na conjugalidade. Com efeito, este desbravar vai, a pouco e pouco, esbatendo a importância da convicção da superioridade materna no modo como é construída a paternidade, ao mostrar ao pai que, apesar da importância da mãe, o modo como este cuida e sempre cuidou da criança supre igualmente as suas necessidades:

Eu ajudava, não é, ajudava o máximo que podia [na conjugalidade]. Só depois... [do divórcio], depois apercebi-me que eu, se calhar, fazia mais do que eu pensava. Eu sempre achei que estar com eles não é estar a olhar para eles é estar-lhes a dar banho ou dar-lhes comida, essas coisas...mas pensava que as crianças pequenas não ligam muito ao pai. Depois comecei a pensar que se calhar é porque as mães os agarram muito... Hoje sei que em termos de atenção e cuidados eu tenho os mesmos cuidados que a mãe tem, as únicas diferenças que eles poderão sentir..., é só a falta da mãe, porque de resto...

Rafael

Este reequacionamento vai dar novos sentidos às atribuições de género na parentalidade fabricadas nas interações. Durante a conjugalidade, as lógicas de interação fusionais apelavam à reciprocidade da troca mútua entre o pai e a mãe e entre estes e a criança, que assim formavam um “todo parental”. Este era tecido pela concepção de que os atributos e os papéis parentais do pai e da mãe são “naturalmente” diferentes e complementares, mesmo que se traduzam em práticas semelhantes. Na residência alternada, esta ideia de complementaridade é gradualmente recuperada para estabelecer a autonomia parental pela singularização do papel paterno. Neste processo, o pressuposto materno é amenizado, ao ser associado à ideia da similitude das práticas maternas e paternas. A mãe continua a ter um papel insubstituível para a criança, porém as especificidades parentais tradicionalmente atribuídas ao pai ganham um outro valor aos seus olhos. Assim, a implicação paterna é reconstruída pelo reencontro do lugar do pai na educação da criança, pois a sua singularidade afirma-se sobretudo na orientação moral, na integração social e na disciplina da criança. Deste modo, o pai passa a complementar o todo parental pela residência alternada, por um lado, e pela compensação das lacunas educativas maternas na divisão parental, pelo outro.

Eu estou mais preocupado com se a miúda tem amigos, se não lhe andam a bater, como eu descobri, e ela a calar-se, e coisas do género, e que consigam fazer o que gostam. E se eles aprendem princípios e o certo e o errado, isto porque a mãe deixa-os fazer tudo. Eu tenho horas fixas para ver televisão e programas que eles podem ver e outros que não podem. Um bocadinho de televisão por dia acho bem, ajuda a descontrair. Agora, constantemente, como eles às vezes estão, dias inteiros em casa da mãe, não dá. Quem diz isso... diz das comidas, eu obrigo-os a comer de tudo,

a mãe não, se eles não gostam: “ah encomenda-se uma pizza, coitadinho do menino”, cá em casa não há cá pizzas, comem aquilo que eu fiz e já está. Eu sou mais duro. A mãe nem sequer ralha.

Rafael

No plano das práticas há um cuidar implicado e um quotidiano feito de mimos, de educação, de reprimendas e da partilha de vários tipos de actividades. O brincar com a criança não é uma actividade eleita para produzir ou alicerçar laços: *Não sou muito apologista dos pais andarem a brincar aos tachinhos com os filhos*, diz Rafael. Estes constroem-se na partilha familiar, em que se reedifica o sentido de família no “estar junto” a *fazer junto*, seja nas várias rotinas do dia-a-dia, seja nos lazeres. Contudo, depois de um período de afastamento, a produção de um quotidiano paterno não é um trabalho fácil, pois tem de ser tecido a pouco e pouco, ganhando de novo a confiança da criança e aprendendo o que fazer. Nesta medida, a reconstrução da paternidade é também feita pelo auto-questionamento e a aprendizagem das práticas, em que o pai procura perceber o que faz certo e errado e como fazer melhor. Mas sozinho ou com a ajuda da nova companheira, não em conjunto com a mãe:

Estou sempre preocupado se está tudo bem, se eles estão bem, se lhes falta qualquer coisa, o que é que eu posso fazer para melhorar – estou sempre a pensar nisto –, estou sempre a pensar: “ah, eu se calhar fui chato porque disse isto e devia ter dito aquilo”, ou também estou sempre a chagar a minha namorada: “olha, achas que fiz bem? Porque fiz assim, assado, aqeloutro...

Rafael

A organização das tarefas parentais e domésticas é também um palco desta aprendizagem. Como estes pais sempre foram “ajudantes” neste plano da vida familiar, a autonomização paterna exigiu-lhes um esforço acrescido, que é exemplificado nas palavras de Rafael:

Tenho aquela fase crítica que é fazer o jantar e dar banho ao M ao mesmo tempo, que é complicado – já foi pior porque a L também não tomava banho sozinha, então eram dois e mais o jantar – fogões, comida, banhos, tenho que secar o cabelo [a L tem um cabelo enorme...]. É o mais complicado! Eu antigamente, ao princípio, tudo me fazia impressão: “ai a roupa para lavar, ai não sei quê...”. Agora deixei de me ralar... se ficar para lavar, lava-se depois.

Para articular a paternidade com o trabalho profissional os pais aproveitam os períodos em que a criança está com a mãe, nos quais tentam pôr em dia algum trabalho que se tenha atrasado. Procuram igualmente criar um triângulo de proximidade entre as casas de cada um e a escola da criança. Os imprevistos

são geridos com a ajuda da ex-companheira e das redes paternas (avós, irmãos, a nova companheira). Acima de tudo, estes pais procuram resguardar os tempos de residência com a criança das solicitações da vida pública:

Tento sair tarde, ir ao supermercado, lavar a roupa, na semana em que não os tenho. Assim, estou aqui [no trabalho] até às nove, depois vou ao supermercado até à meia-noite. E vou lavar roupa durante a noite. Na semana que os tenho, já sei que naquela semana vou trabalhar pouco, já sei que não vai ser uma semana muito produtiva e, pronto, já arrumei isso na minha cabeça porque é assim, porque eu decidi vou ter filhos, pronto, se vou ter filhos não vou trabalhar tanto – é uma escolha.

Rafael

A paternidade **reconstruída** é também tecida pelo modo como, ao longo do trajecto do pai, para e na residência alternada, foi sendo regulada a cooperação parental. Na verdade, este trajecto foi também esculpido pelo modo como a “desconjugalização” lhe deu traços específicos. Vejamos então quais as suas características e especificidades.

“Eu trato-os de uma maneira e a mãe trata-os doutra”

A cooperação parental configura uma **coparentalidade de paralelismo moderado**. Nesta a simetria foi conquistada gradualmente, à medida que no trajecto de implicação paterna foi sendo alcançada a paridade na divisão dos tempos, dos cuidados e da educação da criança. Estes começaram por estar entregues à mãe e vedados ao pai, por uma cooperação parental “paralela”, na acepção que lhe atribuem Neale e Smart (1997) e Fustenberg e Cherlin (1991) quando se referem às famílias separadas em que a criança reside com a mãe. Neale e Smart dizem que este “paralelismo parental” assenta na natureza genderificada da parentalidade durante a conjugalidade, na autoridade da mãe e na impossibilidade da autoridade do pai contribuir para determinar a vida quotidiana da criança. Fustenberg e Cherlin atribuem-no à segregação e separação do relacionamento de cada progenitor com a criança e a um acordo tácito de não interferência na vida do outro.

Ora, na residência alternada o “paralelismo coparental” adquire outros contornos, ao tornar-se paritário na divisão dos tempos, dos cuidados e da educação da criança, como já vimos na paternidade **assertiva**. Contudo, na paternidade **reconstruída**, para além de adquirir esta faceta, torna-se também mais moderado do que o foi durante o período de residência da criança com a mãe. Isto porque acolhe a necessidade de alguma partilha do

quotidiano da criança. Nesta medida, é também um “paralelismo” um pouco diferente do que encontramos na paternidade **assertiva**. Por outro lado, a residência alternada também o leva a ser mais movido por alguns desacordos educativos, dado que a rotação da criança entre as duas casas acaba por expor as diferenças entre os progenitores neste plano, por um lado, e esta é a esfera em que o pai procura afirmar a sua singularidade, pelo outro. Ainda assim, são desacordos calados, porque esta afirmação é feita pela compensação do que a mãe faz e o pai não concorda, mas apenas nos espaços e nos tempos paternos com a criança. Ao contrário dos pais **assertivos**, que alargam o acompanhamento da criança aos tempos maternos para protagonizarem os cuidados e a educação da criança. Na realidade, na paternidade **reconstruída** é o próprio trajecto paterno para residência alternada que aconselha o pai a calar desacordos e a evitar a negociação das práticas educativas com a mãe, pois esta é percebida como geradora de possíveis confrontos que podem pôr em causa a residência alternada.

Assim, no plano da divisão dos cuidados e da educação da criança o “paralelismo” determina que cada progenitor exerça a parentalidade na sua casa como bem entende, bem como uma concertação e circulação comedida da educação da criança, como explica Rafael:

Em relação ao dia-a-dia de cada um, cada um toma as suas decisões, eu aqui acompanho-os, ela lá acompanha-os. Eles sabem que lidam com a mãe de uma maneira e com o pai doutra. De um modo geral nós estamos de acordo, nas coisas gerais, não é, nas coisas mais particulares... ela faz coisas que eu não concordo, mas eu não consigo conversar com ela sobre isso porque não há discussão possível.

Mas, ao mesmo tempo, apazigua-se, sobretudo quando se trata de partilhar espaços parentais e eventos importantes da vida da criança. Assim, nesta cooperação há alguma abertura para acolher o pai e a mãe nos aniversários da criança, no Natal e quando é preciso ir buscar a criança à casa do outro. Vimos que, por exemplo, Pedro vai todos os dias levar as crianças à casa da mãe. É certo que há algum desconforto com a proximidade do outro e é sobretudo a criança que incita as interações entre os progenitores, mas o facto é que se dispõem a isso, ao contrário dos pais **assertivos**.

A abertura moderada dos espaços parentais está associada a alguma flexibilidade na divisão dos tempos de residência com a criança, que são alterados ou trocados em função das necessidades de cada progenitor, principalmente as profissionais. Mas procurando manter sempre a paridade nos tempos de cada progenitor com a criança:

Se realmente tiver um pico de trabalho numa semana que é a minha, eu combino com a mãe e trocamos e nunca há problema, ela geralmente troca. Eu também fico com as crianças se ela precisa, apesar de ser raro com o trabalho que ela tem (...) Às vezes trocamos fins-de-semana, mas tentamos sempre manter a coisa equitativa.

Rafael

Ambas indicam que nesta cooperação há uma partilha focalizada nalguns aspectos da divisão dos cuidados e um “paralelismo” focado sobretudo no domínio educativo, em que a partilha quotidiana parece ser mais difícil de concretizar, porque se entrecruza com a demarcação de territórios materiais e de acção parental, por vezes necessária para estabelecer e manter a autonomia e a independência paterna e materna. A construção da autonomia da implicação paterna e o modo como, ao longo do tempo, foi acolhida na cooperação parental estrutura uma modalidade de funcionamento da residência alternada de **paralelismo moderado e simétrico**.

A paternidade conjunta

Este equilíbrio que os casais têm de encontrar em conjunto, para se complementarem, com certeza que pode existir também depois do divórcio.

César¹⁸

A paternidade **conjunta** destaca-se por ser tecida pela pertença a uma unidade de comunhão e entrejaída coparental, em que a partilha e a sintonia nos cuidados e na educação da criança transformam as casas do pai e da mãe num mesmo espaço parental. É vivida em lugares sociais variados, tal como a paternidade **reconquistada**, muito embora tenda a ser menos transversal, por não abranger extractos profissionais e níveis de escolaridade de baixos recursos.

A residência alternada é feita por tempos de residência iguais com a criança e configura uma modalidade de funcionamento de **entrejaída e de simetria flexível**. Instala-se um pouco depois do divórcio ou da separação e é hesitante na recusa do modelo tradicional de residência da criança com a mãe.

No plano dos sentidos, dos valores e das orientações normativas fabricadas nas interações há um reajustamento de fins subjectivos, ideais e percepções de si. Os ideais familiares fusionais e companheiristas, que formaram uma

¹⁸ César tem 43 anos, o 12.º ano e é técnico informático. É pai de uma criança de 10 anos com quem vive semanas alternadas.

paternidade igualmente conjunta durante a conjugalidade, ao serem “desconjugalizados” são redireccionados para a qualidade do relacionamento do pai com a criança, que se individualiza ganhando outra dimensão como lugar de realização de si. Mas são igualmente mobilizados na finalidade de manter acesa uma unidade coparental coesa, que sempre existiu, adaptando-a à residência alternada. Deste modo, a autonomização paterna vai-se edificando em compasso com a materna, ao ser alinhada com os ritmos e normas da comunhão coparental.

Nos modos de encarar os papéis e lugares de género na parentalidade destaca-se a indistinção valorativa dos seus atributos e domínios de acção, bem como a “coparentalização” das diferenças dos papéis parentais, ou seja, a prevalência da ideia de que estes são o resultado de uma negociação privada feita pelo casal, segundo as particularidades, preferências, talentos e disponibilidade de cada um.

No âmbito das práticas, o cuidar e a educação paternas são implicados e muito atentos às diferentes necessidades da criança, frequentemente aferidas em conjunto com a mãe. Nas interacções do quotidiano paterno procura-se principalmente “estar junto” e “fazer junto”, desde as pequenas coisas do dia-a-dia aos lazeres, bem como incluir a mãe nesses momentos e actividades.

Na articulação com o trabalho, o que distingue a paternidade **conjunta** é esta ser feita pela entajuda entre os progenitores, que procuram que a criança esteja sempre ou com o pai ou com a mãe e só recorrem às redes familiares como último recurso.

A cooperação parental configura uma **coparentalidade conjunta**, em que predomina uma partilha ampla e sintonizada entre os progenitores, bem como um apoio mútuo quotidiano que extravasa a esfera de acção parental. Ao contrário dos perfis anteriores não se busca a independência parental, mas manter uma unidade parental regida pelos valores da entajuda e da parceria. Os espaços parentais de cada progenitor são abertos a visitas e a refeições em conjunto com a criança, os tempos de residência são equivalentes, flexíveis e integram actividades dos dois progenitores com a criança. Os cuidados e a educação fluem entre uma casa e a outra e formam um espaço de acção parental comum, que é construído por interacções frequentes e por uma comunicação intensa e assídua entre os progenitores.

Do ponto de vista dos percursos paternos e de cooperação parental, a paternidade **conjunta** mostra-nos uma outra forma de trilhar o caminho de uma paternidade

formada em dinâmicas familiares fusionais para e na residência alternada. Ao contrário da paternidade *reconquistada*, aqui não houve rupturas de maior nas formas de encarar e fazer a paternidade e a coparentalidade, mas um esforço em entrelaçar permanências na mudança, ajustando e redireccionando as lógicas fusionais.

“Continuar a ser pai em conjunto com a mãe”

Foi nas narrativas das experiências da residência alternada vividas por Patrício, César e António que identificámos o conjunto de lógicas que desenham uma paternidade que apelidámos de paternidade **conjunta**.

Esta pode ser vivida em lugares sociais variados, tal como a paternidade **reconquistada**, mas mais ancorados em estruturas de qualificação, de emprego e de remuneração, quer altas, quer médias. Bem como em momentos do percurso conjugal e parental diferenciados: um dos pais vive numa família recomposta, os outros dois, apesar de já terem tido experiências de coabitação após a separação ou o divórcio, não viviam em conjugalidade quando foram entrevistados (nem as suas anteriores companheiras). Também nenhum dos pais tinha tido mais filhos. Os tempos de residência da criança com cada progenitor tendem a ser equivalentes, apesar da organização da sua rotação ser diferente. A duração da experiência da residência alternada era também distinta para cada pai. António tem 47 anos, é doutorado, empresário e pai de duas crianças com 16 e 20 anos. Há catorze anos que vivem com o pai períodos de 15 dias alternados. Patrício tem 38 anos, o 12.º ano e é designer. É pai de uma criança com 8 anos, que há dois anos que vive com ele períodos de 15 dias alternados. César tem 43 anos, o 12.º ano, é técnico informático e pai de uma criança de 10 anos, que há seis anos vive com ele semanas alternadas (de segunda a segunda-feira).

A residência alternada tende a ser estabelecida logo após a dissolução marital. Instala-se, mas com algumas dúvidas quanto aos benefícios para a criança do modelo de residência única, que pode mesmo ser experimentado durante um período curto, correspondente ao tempo de regulação do divórcio ou da separação. O discurso social sobre os malefícios para a criança do “andar para lá e para cá” tende a ser pesado com o objectivo de assegurar a continuidade da implicação paterna e da cooperação parental existentes na conjugalidade. Depois, uma vez tomada a decisão, os progenitores tendem a experimentar diferentes maneiras de dividir os períodos de residência com a criança. A que acaba por ser escolhida mantém-se sempre aberta a adequações

às necessidades de cada um, principalmente da criança. O que nos disse César é exemplificativo do que estava em causa para estes pais quando optaram pela residência alternada:

Ambos queríamos ficar com ele o mais tempo possível e acabámos por achar que o melhor seria fazermos a guarda conjunta, conscientes de que a troca de casa poderia ser complicada para o desenvolvimento da criança, porque pode baralhar, isso pode, e ter consequências mais tarde. Mas achámos que seria preferível do que esta história dos pais só verem a criança de 15 em 15 dias, acho que é tão incorrecto para o pai e prejudicial para a criança. Portanto, entre nós os dois assumimos o compromisso que íamos manter as coisas semelhantes, continuar o que fazíamos quando vivíamos juntos.

Tal como indicia esta narrativa, a principal singularidade da paternidade **conjunta** é justamente formar-se no seio de uma união parental, que é preservada após a dissolução marital e adaptada à separação física e simbólica dos territórios de acção parental. Ergue-se ancorada no trajecto de implicação paterna, ao mobilizar esquemas de acção incorporados (Lahire, 2003) numa paternidade que se tornou conjunta ao longo da conjugalidade; ao ser moldada numa dinâmica de interacções familiares fusionais companheiristas, em que a implicação do pai nos cuidados e educação da criança, intensa e persistente, é vivida como uma componente da pertença e participação num todo familiar. Contudo, ao invés da paternidade **reconquistada**, o percurso para e na residência alternada faz-se sem grandes rupturas com as formas anteriores de encarar e fazer a paternidade, mostrando que os alicerces fusionais da paternidade também podem ser transformados pelo entrelaçamento de permanências na mudança. Nesta medida, mostra que o trajecto fusional da paternidade na conjugalidade pode cimentar a implicação paterna no pós-divórcio, e não forçosamente a ausência paterna, como defendem Cardia-Vonèche e Bastard (2007).

Ainda assim, a residência alternada, ao criar espaços de acção paterna “desconjugalizados”, revela a estes homens uma nova ordem de significações do ser pai. Esta apela a “actualizações” da acção paterna que, simultaneamente, alimentam a sua autonomização e acentuam a individualização das interacções e dos laços entre o pai e a criança. É do que nos fala Patrício:

Na separação eu aprendi a dar muito mais valor ao estar com o meu filho, do que quando estava com ele todos os dias. Ele estava lá. Eu estava lá. Portanto, não tinha que regar. Era tudo natural, fazia parte de um todo. E agora não. As coisas ganharam outra dimensão, agora eu percebo que tudo o que eu faço quando ele está comigo é muito importante, que eu tenho de regar, que ele não é um bem adquirido (...).

Do mesmo modo, as finalidades subjectivas que os pais investem nas interacções com a criança são reajustadas e nestas emergem outras facetas dos pais que são. Os ideais de dedicação e apoio incondicional, anteriormente investidos num projecto familiar fusional, são encaminhados para a qualidade do relacionamento entre o pai e a criança, percebida agora como a parceira do quotidiano (Singly, 1993, 2000). E, neste movimento, a ancoragem identitária da paternidade modifica-se, pois ser pai deixa de ser apenas o que se faz em conjunto com a mãe da criança e passa a ser uma expressão de si. Assim, nos seus novos espaços de acção, o pai procura criar um “ninho”, como diz António, onde simultaneamente reproduz e singulariza a coesão fusional que traça uma paternidade **conjunta** na residência alternada:

Um “ninho” de tal maneira construído, ou uma “teia”, de tal maneira construída, que quando se entra é difícil de sair, porque a pessoa sente-se lá aconchegada pelo espírito de família.

António

É na associação da ideia de *ninho* ao seu novo espaço de interacções com a criança que o pai se constrói como o seu melhor amigo, o seu confidente e cúmplice, aquele que ela escolhe como companheiro para partilhar todo o tipo de actividades. E esta é, justamente, uma das principais facetas de si, como pai, que julga reconhecer nas interacções com a criança (Marshall e Lambert, 2006):

Eu acho que ele me vê como o companheiro para as brincadeiras, mesmo que esteja com os primos pede-me para participar. Também como o melhor amigo, pelas coisas que me vem contar e que partilha comigo. Ele hoje lida comigo, há ali coisas que são, diria, de um companheiro, de uma pessoa com quem ele tem prazer em partilhar as coisas e não tanto filho-pai.

César

Porém, para o pai, este novo território paterno é igualmente um espaço de comunhão dos cuidados e da educação da criança com a mãe e, portanto, este *ninho* é urdido por uma teia que une a casa do pai à casa da mãe. Nesta medida, a percepção de si enquanto pai, bem como os fins subjectivos investidos nas interacções do quotidiano, são igualmente formadas pelo seu empenho em consubstanciar uma forte partilha e solidariedade coparental. Até porque é deste modo que torna a sua paternidade **conjunta**:

Acho que a união entre o pai e a mãe, mesmo, como é o meu caso, que estejam divorciados e vivam em casas diferentes, tem de ser exemplar para que o filho veja neles o pilar para o apoiar e explicar determinadas regras. E é preciso continuar a passar a mensagem [ao filho] de harmonia, de

tranquilidade, da continuidade da família, é preciso um projecto para continuar a construir ao lado daquela pessoa [a mãe].

César

O pai posiciona-se nesta partilha coparental ao mesmo nível do que a mãe; como alguém que contribui de forma equivalente para um todo parental, afastando arquétipos tradicionais de diferenças naturalizadas e cultivando uma masculinidade tecida nas semelhanças entre o homem e a mulher na parentalidade (Gerson e Peiss, 2004; Gerson 1997). Porém, ao contrário do que acontece na paternidade **assertiva**, onde também é sublinhada a indistinção parental, a valorização das semelhanças não é utilizada para afirmar a superioridade da parentalidade masculina em relação à feminina. Mas, sim, para cimentar uma complementaridade entre o pai e a mãe, assente na indistinção valorativa das diferenças entre os géneros na parentalidade. Com efeito, esta é uma maneira de “fazer o género” nas interacções em que os valores da igualdade se entrelaçam com os da parceria e partilha familiar (Dienhart, 2001). Deste modo, as oposições rígidas entre masculino e feminino são rejeitadas e as suas diferenças são “coparentalizadas”, por um processo de negociação dos papéis e domínios de acção parental nas interacções entre o casal, em que as diferenças entre os géneros são atribuídas aos patrimónios sociais, simbólicos e às características individuais de cada um. É o que explica César:

É o casal que encontra o seu papel, a sua margem de actuação, digamos assim. Na educação e no cuidar a criança vão encontrando em função das iniciativas de cada um, um tem mais jeito para um determinado tipo de coisas e outro tem mais jeito para outras. Depois, há sempre um mais condescendente e outro mais severo, há um que dá mais mimo, há outro que brinca mais e não dá tanto mimo. No casal, acho que ambos assumem papéis diferentes, que se complementam, mesmo no caso da S e eu, que estamos divorciados e vivemos em casas diferentes, nós também temos esse equilíbrio e procuramos mantê-lo.

No plano das práticas, o cuidar é implicado. É uma esfera de construção de laços e procura responder a todas as necessidades da criança, de orientação, apoio, disciplina e integração escolar e social. Na construção do quotidiano, procura-se cimentar os laços familiares em interacções alargadas onde o cuidar e o educar se entrelaçam com os afectos, o “estar junto” todo o tempo possível e o “fazer junto” todo o tipo de actividades em diferentes contextos, desde a produção das rotinas domésticas e escolares, ao brincar e aos lazeres ao ar livre. É exemplificativo o que afirma Patrício:

Eu vejo as coisas assim: estamos aqui os dois então isto é a dividir pelos dois. Se é para fazer; fazemos os dois, estamos sempre os dois, vamos

sempre os dois. A vida que eu levo aqui com ele é: “vamos fazer a cama”, fazemos os dois juntos.

Mas, muito embora as práticas paternas sejam autónomas e singularizadas, têm igualmente sempre presente a partilha coparental, o que distingue a paternidade **conjunta** das anteriores. De facto, a produção do quotidiano paterno abrange igualmente as interações com a criança na casa da mãe ou em conjunto com a mãe. Por outro lado, sempre que o pai decide alterar o que faz, a mãe é convidada a participar nesta mudança (e vice-versa), para que exista uma sintonia entre as práticas paternas e maternas e uma comunhão entre os dois espaços parentais:

Se estou a fazer de uma forma que não é habitual tenho que falar com a S, porque ela, se não souber, provavelmente não vai fazer assim também.

César

A organização das tarefas parentais e domésticas do dia-a-dia, à semelhança da paternidade **reconquistada**, implicou também alguns desafios para estes pais. Apesar de serem pais já habituados a cuidar da criança e da casa, faziam-no no âmbito da partilha familiar, em que era a mão feminina que fazia andar a engrenagem doméstica. Como no perfil anterior, nem sempre os pais tendem a substituir os desempenhos femininos pelo recurso a empregadas domésticas, dado que, ou não têm recursos financeiros para as contratar, ou fazem questão de fazer tudo sozinhos.

Nas práticas de articulação da paternidade com a vida profissional também encontramos estratégias de concentração do maior volume de trabalho nos períodos em que a criança está com a mãe. Por outro lado, tal como na paternidade **reconquistada**, a mãe continua a ser um recurso para lidar com os imprevistos profissionais ou situações de doença da criança. Mas, na paternidade **conjunta**, esta ajuda entre os progenitores na articulação com o trabalho é mútua (assim como noutras esferas da parentalidade) e os problemas que esta coloca tendem a ser resolvidos sempre entre o pai e a mãe, norma que fazem questão de seguir, sendo apenas chamadas as redes de apoio (avós maternos ou paternos) quando não há outra solução. Foi o que nos explicou César:

Os problemas são resolvidos entre o pai e a mãe, porque faz muito mais sentido. Se não vai um, vai o outro. Se não fica um, fica o outro, ou dividimos entre nós. Se ele não está com a mãe, está com o pai e vice-versa. Evitamos outro tipo de soluções.

Como temos vindo a sublinhar, na paternidade **conjunta** os modos de encarar e fazer a paternidade nas interações do quotidiano estão profundamente

ligados à conjugação da construção da autonomia paterna com a manutenção das lógicas de partilha coparentais engendradas na conjugalidade. Observemos então como estas são mantidas e quais as suas características.

“Conjugar tudo a dois como quando vivíamos juntos”

Na paternidade **conjunta** a cooperação parental configura o que apelidámos de **coparentalidade conjunta**, dado ser uma cooperação parental pautada por uma partilha ampla, aberta, flexível e sintonizada entre o pai e a mãe, em todas as esferas dos cuidados e da educação da criança. Comporta, igualmente, uma relação próxima e de amizade entre os progenitores, que continuam a trocar confidências e a apoiar-se mutuamente em várias esferas da vida pessoal e social. Por outro lado, ao contrário dos modos de cooperação já apresentados, os progenitores não procuram a independência parental, mas, sim, adaptar as lógicas de cooperação parental fusionais e companheiristas, inerentes ao percurso conjugal, à residência alternada. É uma cooperação que partilha com a paternidade **reconquistada** este trajecto na conjugalidade, contudo indica uma outra estratégia para fazer o trajecto coparental para e na residência alternada, pois este não é feito de rupturas, mas de adaptações e continuidades de um mesmo modelo de coparentalidade. Mas, do mesmo modo, mostra como o divórcio ou a separação em modelos de conjugalidade fusionais não impossibilita que seja mantida uma cooperação parental após a dissolução marital, como defendem Roussel (1980) e Cardia-Vonèche e Bastard (2007). Na realidade, o que este perfil indica é que as lógicas fusionais podem ser “actualizadas” nos esquemas disposicionais da acção (Lahire, 2003) de cooperação parental na residência alternada¹⁹:

No fundo foi a continuação do que já tínhamos, quando vivíamos juntos, mesmo já não sendo marido e mulher; já não tendo essa relação. Tentámos manter a coisa o mais equilibrada possível, continuar a conjugar tudo, e que não houvesse uma diferença muito grande de uma casa para a outra.

César

Na **coparentalidade conjunta** não há separação de territórios de acção parental pelo seu fechamento ao outro. Os espaços parentais são totalmente

¹⁹ Como vimos, o perfil anterior mostra que o trajecto de implicação paterna e de cooperação parental das conjugalidades “fusionais” para a residência alternada pode, realmente, ser mais sinuoso, do que o que é feito a partir das conjugalidades “associativas”, indo em parte ao encontro da tese destes autores. O que pretendemos frisar é que não é uma realidade que possa ser excluída à partida. Temos consciência de que os resultados deste estudo não podem aferir da representatividade social destes casos, mas também não existem estudos que a possam elucidar. Esta é uma questão que está em aberto e necessita de ser esclarecida. O nosso único contributo neste estudo é o de poder mostrar que é uma realidade social.

abertos. O pai e a mãe visitam-se nos tempos parentais de cada um para estar com a criança, partilham refeições em cada uma das casas, bem como actividades de lazer em conjunto ao fim-de-semana, mesmo que cada um deles tenha relações amorosas com terceiros (ou viva em conjugalidade, como é o caso de António cuja nova companheira, por vezes, participa ou recebe estes convívios). No fundo, ao acalentarem o contacto sempre próximo entre eles e a criança, procuram manter junto desta um sentimento de coesão familiar independente do desfecho da relação conjugal. É o que exemplifica Patrício:

Se um precisa de uma coisa, o outro vai lá e dá a mão. Nós somos amigos a S liga-me, conta-me os problemas dela, o que se passa com o namorado ou o que se passa com o emprego. E o P, no fundo, se ele quer estar com a mãe, está com a mãe. Se ele quer estar comigo, está comigo. Ontem, por exemplo, ele está com a mãe e eu telefonei: “Olha, vamos jantar. – Vamos!”. – Pronto e apareci lá. Fomos jantar fora, fomos ao cinema, os três. E fins-de-semana: ir ao McDonald’s ou ao cinema e depois comer pipocas, passar o dia todo com ele e passear; fazemos independentemente das outras pessoas que estão. Neste caso, não estão connosco. Vamos só nós três. Eu vou lá casa com alguma frequência. A mãe vem vê-lo com a frequência que quer.

Esta abertura dos espaços parentais está interligada com uma grande flexibilidade na divisão dos tempos parentais que, apesar de ter uma regra de divisão de tempos de residência iguais com cada progenitor, é alterada facilmente consoante as necessidades e vontades de cada um, tanto da criança como dos progenitores. Contudo, não há uma preocupação de harmonizar esta flexibilidade com a manutenção de uma divisão absolutamente paritária dos tempos com a criança, dado que os valores da entajuda e da parceria sobrepõem-se ao da equidade:

A S. tem um namorado e sempre que ele vai lá dormir ela pede-me para ficar com ele. (...) Se a S. não pode ir buscá-lo à escola, vou eu. Se eu preciso de três dias: ou porque tenho trabalhos e tenho que ficar até mais tarde ou porque tenho outras coisas para fazer que necessito, ele interrompe esses quinze dias, vai para casa da mãe e depois retoma novamente. Não há a questão se está mais um dia ou menos um dia.

Patrício

E são também estes mesmos valores que estão presentes na organização da divisão dos cuidados e da educação. Esta é concertada e afinada à medida das iniciativas de cada um, que são adaptadas a uma rotina que se quer idêntica nas duas casas. Assim, se um dos progenitores adopta uma nova prática o outro é convidado a incorporá-la no seu quotidiano também. Há uma preocupação constante em manter um fluxo de cuidados, de afectos e

de educação entre as duas casas e uma comunidade parental para a criança, que continua a conjugar tudo, desde as regras de comportamento, as roupas e os brinquedos da criança, comprados por cada um, aos presentes de aniversário e de Natal, que são dados em conjunto. Este é um palco onde a comunicação assídua e abrangente é utilizada como ferramenta imprescindível para afinar e concertar as ações de cada um. Mas vejamos então algumas facetas desta forma de divisão:

Tentámos manter sempre uma rotina semelhante para que não houvesse uma diferença muito grande de uma casa para a outra. Aquelas coisas mais diárias, a hora a que se vai para a cama, a que se acorda de manhã, a hora das refeições, o facto de ele chegar e ter de fazer os trabalhos de casa antes ou depois de brincar. Acabamos por comunicar muito um com o outro, por trocar estas impressões e estas situações O que achamos que é importante vamos um pouco afinando, alinhando e isso depois acontece em tudo. Depois, penso que tem muito a ver com a nossa disponibilidade no momento, por exemplo, eu agora acabo por ter muito mais disponibilidade para ir com ele ao médico e eu acabo por suportar essas coisas. Noutras coisas pode ser ela a ter mais disponibilidade e suporta ela.

César

As lógicas de interação paterna e de cooperação parental da paternidade **conjunta** desenham uma modalidade de funcionamento da residência alternada de **entreadjudada** e **simetria flexível**.

A paternidade condicionada

Para um pai com guarda partilhada está muito mais presente na nossa cabeça o facto de sermos pais e de termos responsabilidades. Porque, no fundo, quando se está casado há vários assuntos com que o pai não se preocupa. Passei a ter toda uma lista de preocupações que não tinha e tive que passar a gerir melhor o tempo que estou a trabalhar; sentimos que temos de ser nós a fazer as coisas, tudo isso foi, são, situações muito difíceis.

Gonçalo²⁰

A **paternidade condicionada** é vivida a procurar equilíbrios entre os ideais, valores e normatividades de uma paternidade presente e implicada no quotidiano da criança, da autonomia no exercício das responsabilidades parentais acrescidas na residência alternada e da manutenção da autonomia para alcançar o sucesso profissional. Distingue-se, igualmente, por ser tecida numa parceria coparental diferenciada em que a mãe mantém um papel fulcral, quer por residir e estar mais tempo com a criança, quer por

²⁰ Gonçalo tem 37 anos, é doutorado, professor universitário e pai de uma criança com 8 anos, que vive com ele em semanas repartidas.

liderar a organização do quotidiano escolar da criança e a negociação dos modos de agir nos cuidados, quer ainda por ser o principal recurso de apoio do pai na conciliação da paternidade com o trabalho. É, assim, uma paternidade em que a autonomia do pai é apoiada pela mãe. Quando o pai volta a viver em conjugalidade (que é o caso de três dos quatro pais deste perfil), ao apoio da mãe é acrescido o da sua companheira, com quem forma uma parceria paterna de cuidados que o ampara nas tarefas do quotidiano e também na conciliação com o trabalho. Nestes casos, o pai beneficia de duas frentes de apoio parental.

Estes pais têm escolaridades e estatutos profissionais altos. A residência alternada tende a instalar-se logo a seguir ao divórcio ou a separação e é pautada pela assimetria e o protagonismo materno.

Ao nível dos sentidos, valores e normatividades presentes nas interacções a paternidade está principalmente ancorada na produção da presença paterna, embora seja um ideal contido pela percepção de que é uma escolha condicionada pelo desejo de grande autonomia e liberdade para a vida pública. E, simultaneamente, no ser um “pai activo”, aquele que permanece implicado no quotidiano da criança, ao aprender a gerir melhor, do que geria na conjugalidade, os tempos para a família e para o trabalho, e que participa e mantém “activamente” uma parceria educativa com a sua ex-companheira.

Ao nível das práticas encontrámos um cuidar menos implicado, porque mais instrumentalizado e delegado sempre que possível. Embora estes pais considerem que “fazem de mãe” quando estão sozinhos com a criança, mantêm inalterada uma masculinidade mais associada às diferenças tradicionais entre os géneros. Por isso, fazem questão de definir as traves mestras da orientação e da disciplina e de as pôr em prática no quotidiano, bem como de negociar com a mãe a sua implementação nas duas casas. Por outro lado, o desequilíbrio frequente entre os tempos para a criança e para o trabalho profissional leva-os a inscrever o relacionamento individualizado com a criança em tempos e actividades específicos: “tempos de qualidade”, em que se “está junto” e a “fazer junto” as actividades “pai-filho” de que mais se gosta e, verdadeiramente, se está presente.

A cooperação parental configura uma **coparentalidade ajustada** que é organizada pela categoria negociação: de uma parceria educativa principalmente, em que as convicções, princípios e projectos educativos de cada progenitor são compatibilizados e traduzidos em regras que circulam entre as duas casas, dando-lhes uma “coerência educativa”. É uma parceria em que, à

semelhança da que encontramos na **paternidade conjunta**, não é visada uma independência parental. Contudo, e ao invés desta, restringe-se apenas à parentalidade e é mantida à margem de todas as outras esferas da vida pessoal e social de cada progenitor. Nesta medida, as interações entre os progenitores e os seus contextos são mais restritas. Ainda assim, os espaços parentais de cada um são abertos e é mantida uma comunicação telefónica frequente. Os tempos de residência com a criança são flexíveis a alterações, sobretudo dos tempos paternos, sempre que o trabalho profissional do pai o exige. A divisão dos cuidados e da educação é diferenciada com base em “especializações” de género (Dienhart, 1998) que, aliás, justificam o maior protagonismo materno neste perfil.

A importância dos trajectos do pai na configuração das dinâmicas da paternidade verifica-se na mobilização das lógicas electivas nas interações com a criança e das de diferenciação e de delegação na cooperação parental para a residência alternada.

“Ser um pai ‘activo’ numa parceria educativa”

Martim, Gonçalo, Lourenço e Raul foram os pais que nos contaram como é tecida uma **paternidade condicionada** na residência alternada. Todos têm níveis de escolaridade superiores à licenciatura e profissões com horários de trabalho longos. À excepção de um pai, que continua a viver só, todos coabitam já há algum tempo com uma nova companheira. Nenhum tinha voltado a ser pai e as novas companheiras também não tinham filhos.

A residência alternada tende a instalar-se nas suas vidas logo a seguir ao divórcio ou a separação. Ao invés das “paternidades” anteriores, nem sempre o período de residência da criança com o pai é igual ao da mãe, ou porque não foi estipulada uma divisão completamente equitativa ou porque esta não é cumprida. Os modos de organização dos tempos de residência são variados, mas têm em comum o serem flexíveis para facilitar a ajuda materna ao investimento profissional do pai. Alguns foram sendo alterados ao longo do tempo.

Gonçalo tem 37 anos, é doutorado, professor universitário e pai de uma criança de 8 anos, com quem vive semanas repartidas (segunda e terça-feira com o pai, quarta e quinta-feira com a mãe, de sexta-feira a domingo ora com um ora com o outro e nas férias escolares a maior parte do tempo fica com a mãe). No início, como a criança estava pouco habituada a ser cuidada por

ele, voltava muitas vezes para a casa da mãe. No presente, já se adaptou a viver com o pai, mas estes períodos continuam a ser alterados quando o pai precisa estender os horários ou tem de viajar em trabalho. Martim tem 40 anos, é pós-graduado, empresário e pai de uma criança de 10 anos, que vive com ele em semanas alternadas (segunda-feira a domingo) e nos períodos de férias está sempre com a mãe. Tal como a criança de Gonçalo, vai para casa da mãe sempre que o pai tem compromissos de trabalho que não lhe permitem cuidar dela. Lourenço tem 45 anos, é doutorado, professor universitário e pai de duas crianças, com 13 e 12 anos, respectivamente. As crianças começaram por residir com o pai períodos mensais de 10 a 12 dias (primeiro, de sexta a segunda-feira e as quartas-feiras das semanas que a criança estava com a mãe, depois, ora de sexta a terça-feira, ora de sexta a quarta-feira, em semanas alternadas), mais tarde foi associada a esta divisão uma “residência dividida” (Moyer, 2004) (uma das crianças passou a estar o restante tempo com o pai e a outra com a mãe). Também no seu caso a rotatividade da residência com a criança é facilmente alterável. Raul tem 30 anos, é mestre e director de uma empresa. É pai de duas crianças com 1 e 3 anos. Desde há 1 ano que a criança mais velha reside com ele cerca de 12 dias em cada mês (quinta a segunda-feira em semanas alternadas mais a quinta-feira da semana em que a criança está com a mãe), enquanto a mais nova, nascida já depois do divórcio, só está com ele todos os sábados.²¹

Um dos traços particulares da **paternidade condicionada** é ser vivida nos dilemas da conciliação da concretização de dois ideais: o de uma paternidade presente, próxima e implicada – de ser um “pai activo” na educação da criança, mesmo estando separado, expressão que é comum no discurso destes pais; e o de manter a liberdade masculina para investir no sucesso profissional. Estes dilemas são traduzidos na procura de equilíbrios entre os valores e as normatividades da presença paterna, da autonomia no exercício de responsabilidades parentais acrescidas (porque em tese se tornam iguais às da mãe na residência alternada) e da premência de frequentemente ter de as delegar. Outro dos seus traços, intimamente ligado com esta “necessidade” de delegar, de obter ajudas, é justamente o papel fulcral que a mãe continua a ter no modo como a paternidade é tecida na residência alternada, seja como recurso para apoiar a realização profissional do pai, seja como mediadora e orientadora da implicação paterna. Quando o pai voltou a viver em conjugalidade (que é o caso de três destes pais) a este amparo materno é acrescido o da nova companheira.

²¹ No momento da entrevista este pai estava a negociar um período de residência com esta criança igual ao da mais velha.

Neste contexto, no plano dos sentidos subjectivos, dos valores e das normatividades fabricados nas interacções, a construção da presença emerge como um elemento fundamental, na medida em que é reportada a um aumento de responsabilidades parentais inerente à residência alternada, a que o pai pretende corresponder sendo um “pai activo”. É uma presença ideal, ao ser concebida como uma disponibilidade para dar atenção à criança, a realizar, e que reúne diferentes finalidades: perceber as necessidades da criança, alimentar laços de proximidade e apoiar e educar a criança:

O pai tem que estar cá para estar presente, ter tempo e paciência para os educar, apoiar o seu crescimento, o pai tem que estar cá para, no fundo, basicamente, ser um orientador. A parte mais difícil é nós estarmos disponíveis... porque é assim: a dificuldade que aqui está é tentar ir um bocadinho mais longe, não é, e tentar estar lá quando eles precisam.

Martim

E é igualmente, como Martim deixa perceber, um ideal contido, pela percepção de que é condicionado pelas solicitações da autonomia e da liberdade para a vida pública e, nesta medida, de que é uma escolha que exige um esforço suplementar, frequentemente consumado em tensão. Por outro lado, é um ideal de presença tecido pela comparação avaliativa do passado (o pai que foram na conjugalidade) com o presente (o pai que são na residência alternada), indicando assim, também neste perfil, a importância do trajecto de implicação paterna na formação das dinâmicas da paternidade na residência alternada:

Eu era pior pai. Agora quando eu digo que, na altura [durante a conjugalidade], também não era muito presente, é um bocadinho exagero, porque agora é que estou bastante, não é, a nível do que é normal para a profissão que eu tenho e daqueles estereótipos dos homens. Agora sou obrigado a ter mais tempo para ele, faço aquilo que posso e, às vezes, gostava de poder fazer mais e, aí, é o eterno problema do tempo, que é mesmo real, infelizmente.

Martim

De facto, ser um “pai activo” na residência alternada significa, principalmente, aprender a gerir melhor os tempos para dedicar às diferentes actividades da vida e não tanto estar sempre disponível para a criança, como os “pais assertivos” ou “conjuntos” aspiram a estar. Por outro lado, e à semelhança da paternidade **conjunta**, significa igualmente ser um pai que participa “activamente” numa parceria coparental. Mas note-se que é uma participação e uma parceria com uma outra natureza, porque é muito mais centrada na compatibilização de convicções, práticas e projectos educativos do que numa partilha organizada por uma forte solidariedade coparental e pessoal.

Nesta medida, o trajecto de implicação paterna é também mobilizado por estes pais pela incorporação das mudanças provocadas pela ruptura conjugal na mobilização e “actualização” dos esquemas de acção passados, de modo a desencadear permanências na acção do presente (Lahire, 2003). Ora, a paternidade **condicionada** começou por ser formada como uma paternidade **electiva**²², no seio de dinâmicas familiares **associativas** sustentadas nos valores da autonomia e da igualdade de género na família, mas em que a autonomia profissional masculina prevalecia sobre a feminina, criando contradições entre os valores da igualdade e as práticas parentais. Na parentalidade, esta diferença manifestava-se na delegação da maior fatia das responsabilidades parentais à mãe, vista como a cuidadora “natural”, bem como na ausência de um relacionamento paterno com a criança totalmente autónomo e individualizado, que costuma caracterizar as dinâmicas familiares **associativas**. Neste quadro, a paternidade tornou-se **electiva**, porque o pai, para compensar a criança das ausências devidas ao seu investimento no sucesso profissional, apostava sobretudo na qualidade do relacionamento com a criança construindo “tempos de qualidade” (Snyder, 2007). Na residência alternada, a paternidade **electiva** transforma-se numa paternidade **condicionada**, porque incorpora nos seus esquemas de acção uma implicação paterna mais completa e exigente, dado que, em tese, já não é poupada a tarefas, responsabilidades ou preocupações, como o era na conjugalidade. Como diz Gonçalo:

A lista de número de cuidados, de acções de educação e de preocupações passou a ser igual para um lado e para o outro. Eu e a minha ex-mulher temos uma lista igual.

Por outro lado, porque esta implicação é dificultada pela permanência da mesma relação com o trabalho profissional. Por isso o pai continua a recorrer à ajuda e orientação da mãe, não procurando assim uma autonomia parental absoluta, mas antes uma autonomia apoiada. E recorre igualmente à ajuda da nova companheira, mantendo assim duas frentes de apoio parental.

No âmbito das práticas o cuidar é menos implicado do que nos perfis anteriores. É um cuidar instrumentalizado, vivido como uma tarefa rotineira inevitável, que se tende a delegar quando é possível (na nova companheira, por exemplo) e a fazer seguindo alguns conselhos maternos. Não é uma prática de construção de laços e de realização afectiva, como o é para os pais dos perfis anteriores.

Do ponto de vista da construção das atribuições de género nas interacções, é encarado como uma prática feminina que o pai pode fazer quando é preciso.

²² Ver Capítulo 8.

De facto, é particular neste perfil a postura híbrida que o pai assume nesta construção. A autonomização parental na vivência da residência alternada significa, nas palavras de Martim, *ser pai ao mesmo nível do que uma mãe*. Porém, o que é declarado como uma aparente equivalência de papéis parentais é, ao mesmo tempo, o que mantém firmes as fronteiras entre os domínios de competências e de acção maternos e paternos (Gerson e Peiss, 2004). É certo que, para cuidar da criança, o pai atravessa essas fronteiras, mas fá-lo acautelando as configurações simbólicas de cada domínio, de forma a não transcender as classificações sociais que estabelecem as diferenças entre os géneros. Trata-se apenas de *fazer de mãe*, sublinha Martim, ou *de ser pai e mãe ao mesmo tempo*, como diz Gonçalo, e, portanto, de substituir, ou mesmo imitar, os comportamentos maternos nos tempos paternos, acrescentando-os à parentalidade masculina, como tal. Mas não é abandonada uma masculinidade tecida pelas diferenças tradicionais entre os géneros na parentalidade, pelo contrário, dado que são estas que singularizam o contributo do pai junto da criança (e, como iremos ver, na parceria parental):

Acabo por ser pai e mãe ao mesmo tempo. Acho que está associado com a tal responsabilidade de ter um cuidado muito maior e uma preocupação muito maior com a minha filha, de ter de fazer de tudo. Eu acho que se não me tivesse separado estaria a fazer aquela figura do pai típico, não me iria preocupar com certas coisas, só em termos de educação é que teria um papel mais ou menos semelhante como tenho, não iria estar alheado. Acho que, hoje em dia, o pai pode desempenhar o que antigamente estava mais ou menos atribuído às mães. Mas, apesar de tudo, eu acho que ainda há a figura do pai, pai homem, do ponto de vista da criança, como alguém forte, que dá segurança, que protege, a pessoa que se respeita mais e de quem se tem um bocadinho mais de medo.

Gonçalo

Nesta medida, o pai procura estar mais implicado na orientação, na disciplina e na integração social da criança, bem como na negociação de estratégias e projectos educativos com a mãe, para que seja mantido um fluxo educativo entre as duas casas. Por outro lado, procura individualizar o seu relacionamento com a criança nas interacções e actividades propícias à construção de cumplicidades, de laços próximos e às trocas afectivas, mas distinguindo-se dos pais dos perfis apresentados ao inscrevê-las em tempos e contextos de interacção específicos (Brotherson, Dollahite e Hawkins, 2005), em “tempos de qualidade” que são reportados a um “estar junto” emocionalmente próximo e a um “fazer junto” actividades de que se gosta (conversar ao deitar, acompanhar as actividades desportivas da criança, brincar ou incluir nas brincadeiras actividades físicas ao ar livre), (Snyder, 2007). Martim deu-nos um exemplo destes momentos:

Gosta muito, de vez em quando, que eu vá dormir um bocado com ele e eu isso não me importo nada, porque começa-se ali na conversa. Nos fins-de-semana em que eu estou com ele eu faço muitas coisas só com ele, mesmo só, em que a S [a actual companheira] não participa. Fazemos muita coisa, vamos ao cinema, passear, temos esse vício que é ir jogar futebol, etc. Porque os miúdos gostam é de também de estar só com o pai e é importante. E depois quando nós temos pouco tempo...

Nas práticas de articulação da paternidade com o trabalho, estes pais também tendem a concentrar tarefas nos períodos em que a criança está com a mãe. Como exemplifica o que nos disse Gonçalo, têm a percepção de que se esforçam por estar com a criança, nem que seja um bocadinho ao fim do dia, e por não se concentrarem excessivamente na carreira profissional:

Eu era e continuo a ser, mas sou menos, eu era completamente viciado no trabalho. Obviamente que o facto de ter ficado com a guarda partilhada fez com que eu dedique menos tempo ao trabalho do que dedicava antes. Continuo a dedicar muito, acho eu, mas obrigou também a uma gestão do tempo mais apertada e mais rigorosa. O trabalho não deixa muito tempo, mas tento, sempre que possível, mesmo durante a semana, estarmos um bocadinho.

Contudo, na prática, a balança entre tempos dedicados à criança e ao trabalho mantém-se a favor do trabalho, apesar do sentimento de que deveria ser de outra maneira e de que se tem um maior cuidado. Os tempos dedicados ao trabalho são muitas vezes estendidos com o recurso a duas frentes de apoio: ou à da parceria coparental com a mãe ou à da parceria paterna com a nova companheira e, em cada uma delas, por vezes são também chamadas as avós (materna e paterna), principalmente quando a criança adoece. Quando o pai não vive em conjugalidade (que é o caso de um dos pais) ao apoio da mãe pode ser acrescentado o recurso a uma empregada. Neste contexto, os momentos do fim do dia com a criança são, com alguma frequência, reduzidos ao momento do deitar e, por vezes, também os do fim-de-semana são cedidos às solicitações profissionais, como conta Martim:

Eu, por exemplo, não posso desligar o telemóvel, nem pensar. Às vezes estou com ele, num sítio que estamos a divertir-nos imenso, e toca o telemóvel e eu já sei que tenho um problema qualquer e de voltar para Lisboa, aquelas coisas que... são chatas. Isso é que faz com que eu não seja ainda melhor pai.

Em suma, a paternidade **condicionada** é vivida nos dilemas da conciliação da presença e da dedicação à criança nas interações quotidianas com o investimento na carreira profissional, por um lado, e na participação numa

parceria educativa onde é negociada uma autonomia paterna apoiada, por outro lado Vejamos então quais os traços desta parceria.

“Parcerias educativas ‘coerentes’”

Na paternidade **condicionada** a cooperação parental configura uma **coparentalidade ajustada**, dada a importância que nela tem a compatibilização, por via da negociação, dos projectos, princípios e práticas educativas de ambos os progenitores. Distingue-se igualmente por ser uma coparentalidade diferenciada, em que a mãe tende a manter um maior protagonismo do que o pai, seja por residir mais tempo com a criança, seja por ser a ela que cabe, nesta negociação, assinalar as necessidades da criança e propor modos de agir ao pai, bem como liderar a organização do quotidiano escolar da criança; seja ainda pelo apoio que dá à implicação paterna, orientando alguns cuidados e ajudando o pai na conciliação da paternidade com o trabalho profissional. Nesta medida, do ponto de vista do trajecto de cooperação parental, indica uma mobilização das lógicas de diferenciação e de mediação materna, que organizavam a cooperação parental na conjugalidade, para a residência alternada e a “actualização” da negociação coparental, que passa a ter um peso muito maior.

É igualmente uma cooperação que tem alguns traços de semelhança com a **coparentalidade conjunta** do perfil anterior, ao ser constituída por uma parceria de cuidados e de educação da criança, em que não é visada a independência parental. Contudo, é uma parceria com lógicas de regulação e de interacção um tanto distintas, uma vez que são mais pautadas pela conciliação de convicções e projectos educativos individuais e pelo apoio materno à implicação paterna. O que é principalmente pretendido é que a criança beneficie de uma “coerência educativa”, como lhe chama Gonçalo, que ligue as duas casas e as duas famílias. Distingue-se assim do perfil anterior no qual, como vimos, existia uma comunhão parental entre iguais, indistinta e sustida por fortes laços de solidariedade, que formava um só espaço parental e alimentava na criança o sentimento de constância dos laços familiares formados na conjugalidade.

Assim, na **coparentalidade ajustada** as interacções face a face entre os dois progenitores são mais restritas, bem como os contextos em que ocorrem. Os espaços parentais permanecem abertos sempre que a criança adoece ou se é preciso ir buscar a criança à casa da mãe, o que acontece sempre que é esta a ir buscar a criança à escola nos períodos de residência paternos. Porém,

ainda que esta presença na casa materna possa ser aproveitada para conversar sobre a criança ou combinar qualquer coisa, não é usada para estar em conjunto a partilhar actividades ou momentos com ela, o que ocorre somente nos espaços e eventos escolares (festas de final de ano, competições desportivas, etc.). Por isso, Gonçalo afirma:

Contam-se pelos dedos de uma mão as actividades em que eu estive presente com a mãe, e são aquelas óbvias, tipo a festa de fim de ano da escola em que a criança vai desfilar ou vai fazer qualquer coisa e aí estamos naquelas situações em que a criança claramente quer que esteja pai e mãe.

Com efeito, os progenitores interagem principalmente num contacto telefónico assíduo e dirigido para a troca de impressões sobre as necessidades, os comportamentos e os problemas da criança, bem como para o ajustamento de pontos de vista e estratégias de acção educativa (regras de comportamento, castigos, permissões, restrições), que é estabelecido tendo sempre balizas bem precisas. Mas, como explica o Gonçalo, uma vez negociadas e acordadas, as regras circulam entre as duas casas:

Não há as regras da mãe e as regras do pai, não é esse o caso, nem poderia ser, porque é preciso haver alguma coerência entre as duas casas e com certeza seria prejudicial para a sua educação (...). Falamos, dizemos o que é que achamos que deve ser e chegamos a um acordo, tendo aqueles pilares fundamentais dos quais eu não abduco e a mãe também não.

A divisão dos tempos de residência com a criança é diferenciada e bastante flexível. A mãe tende a residir com a criança por um período mais longo e a ter a criança na sua casa com alguma frequência nos períodos paternos, sempre que o pai não a pode ir buscar à escola, lhe pede para que seja alterada a rotatividade da residência por motivos profissionais ou é preciso partilhar as faltas ao trabalho quando a criança adoece. Por outro lado, é uma divisão que está sempre aberta a mudanças nos fins-de-semana, caso um dos progenitores tenha algum impedimento ou queira fazer algum programa especial com a criança, sendo apenas estes os tempos que são alvo de compensação entre os progenitores e, portanto, de uma divisão mais equitativa. A proximidade geográfica entre as duas casas ou entre estas e a escola da criança é considerada um aspecto importante para a organização da rotatividade dos cuidados e da educação.

Na divisão dos cuidados e da educação há uma “especialização” (Dienhart, 1998) que traduz alguns dos papéis tradicionais de cada género na parentalidade. O pai afirma-se na prescrição dos pilares educativos mais

latos e nos disciplinares, negociando-os com a mãe e aplicando-os no seu quotidiano com a criança. Por outro lado, dedica-se ao acompanhamento das actividades desportivas, bem como às actividades físicas ao ar livre. No plano dos cuidados, esforça-se, como vimos, por “fazer de pai e de mãe” e segue, em grande parte, as orientações maternas acordadas entre ambos. A esfera do “trabalho emocional” (Thomas, 1993) é deixada à mãe que, aos seus olhos, permanece como a principal figura parental e, nessa medida, o principal recurso da implicação paterna. Vejamos um exemplo de como um dos pais vê esta divisão:

É mais confidente com a mãe do que comigo, há mais troca de carinhos com a mãe e ela sabe melhor o que ela precisa do que eu. A mãe é mais branda, porque é mulher e, portanto, de uma forma muito simples acho que a L. abusa mais quando está com a mãe. A mãe usa muitas vezes aquela coisa: “ai se continuas a fazer isto, ou isto, eu vou dizer ao teu pai”.

Gonçalo

As lógicas das interacções paternas e da cooperação parental da paternidade **condicionada** descritas apontam para uma modalidade de funcionamento da residência alternada **assimétrica e de protagonismo feminino**.

Conclusões

Neste capítulo explorámos a diversidade dos modos de encarar e fazer a paternidade, nas famílias portuguesas com residência alternada da criança. Observámos as dinâmicas da paternidade enquanto experiências de implicação parental e de coparentalidade vividas pelo pai, que são tecidas por diferentes significados, normatividades e práticas nas interacções familiares do quotidiano. E procurámos desvendar como são moldadas pelos trajectos de implicação paterna e de cooperação parental do pai, para e na residência alternada e na conjugalidade, por um lado, e pelos lugares sociais em que são vividas, pelo outro. Desta forma, distinguimos quatro formas de paternidade na residência alternada: a paternidade **assertiva**, a paternidade **reconstruída**, a paternidade **conjunta** e a paternidade **condicionada**.

Um dos resultados que importa assinalar é o maior peso dos factores interaccionais do que dos contextuais na configuração das formas de paternidade. Este corrobora a autonomia relativa das interacções familiares, na produção de sentidos, identidades e atributos de funcionamento interno das famílias, em relação a variáveis estruturais como a classe social e as grandes normas sociais, que tem vindo a ser defendida por Kellerhals e equipa (1982). Nas formas de paternidade encontradas combinam-se

lugares de classe diversificados de altos e médios recursos, encontrando-se apenas na paternidade **reconstruída** um empregado com uma escolaridade baixa. Por outro lado, na paternidade **condicionada** concentram-se os empresários e dirigentes e as profissões intelectuais e científicas com altos níveis de escolaridade, mas estas também estão presentes nas outras formas de paternidade. Deste modo, os resultados vão ao encontro da transversalidade social da residência alternada apontada por Maccoby, Depner e Mnookin (1990) e Maccoby e Mnookin (1992). No entanto, também sugerem que os factores associados ao exercício de uma determinada profissão, como a maior ou menor flexibilidade de horários, por exemplo, tendem a ter algum impacto nas dinâmicas da paternidade. A paternidade **assertiva** indica que horários mais flexíveis permitem uma implicação paterna mais presente no quotidiano da criança, mais despida de tensões na articulação com o trabalho e que, quando estão associados a maiores remunerações do que as da mãe, podem encorajar o protagonismo paterno na cooperação parental. Por outro lado, a paternidade **condicionada** mostra como profissões com horários muito longos e mais rígidos podem ser promotoras de uma implicação paterna mais focalizada em “tempos de qualidade” e de uma cooperação parental mais diferenciada, porque mais dependente do apoio materno nos cuidados à criança.

O maior peso explicativo dos factores interaccionais indica igualmente a presença de um processo de privatização da parentalidade na residência alternada. Com efeito, este é desencadeado no plano institucional, dado que o sistema jurídico português legitimou a “responsabilidade parental conjunta” como uma norma a seguir, mas deixou ao cuidado dos pais e das mães a decisão de efectivar a residência alternada, bem como a maneira como esta deve ser organizada. O que os nossos resultados sugerem é que as formas de residência alternada dependem mais da negociação privada entre o pai e a mãe, e do compromisso mútuo que assumem de a pôr em prática, do que de legitimidades normativas externas.

Um segundo resultado confirma a diversidade dos significados, das normatividades e das práticas sociais da paternidade e indica que estes devem ser entendidos no contexto dos diferentes modos de regular a cooperação parental na residência alternada. Uma das tendências encontradas aponta que as dinâmicas da paternidade se diferenciam em função de como a autonomização paterna é negociada na cooperação parental. Com efeito, a autonomização da implicação paterna emerge na análise como uma categoria organizadora dos sentidos e das práticas que configuram as interacções, em cada forma de paternidade.

Assim, o que nos mostra a paternidade **assertiva** é que a construção da autonomia paterna pode ser feita pela afirmação da auto-suficiência e maior competência parental do pai, que reclama para si o maior protagonismo parental. Para o pai, a paternidade é um espaço de individualização pela afirmação de si, no fabrico de um relacionamento individualizado com a criança único e privilegiado, bem como num maior protagonismo nos cuidados e na educação da criança, que se estende aos tempos maternos. A afirmação da singularidade paterna está ancorada no fabrico de uma masculinidade firmada na atribuição de semelhanças aos géneros na parentalidade, sustentada por uma lógica de “masculinização” das competências tradicionalmente imputadas às mães que, ao serem transformadas nas interações em elementos “naturais” da acção paterna, dão legitimidade ao protagonismo que o pai procura ter. A paternidade **reconstruída** mostra um processo de construção da autonomia da implicação paterna que está ancorado na (re)conquista de um lugar paterno na parentalidade. A implicação paterna individualiza-se ao mesmo tempo que se autonomiza, ao alcançar uma residência alternada paritária, nos tempos de residência, nos cuidados e na educação da criança e ao afirmar a sua singularidade no reencontro entre uma paternidade presente e próxima e uma masculinidade tradicional, ancorada no papel do pai na orientação moral na integração social e na disciplina. Na paternidade **conjunta**, a construção da autonomia paterna é feita a par e passo com a materna. Está ancorada no fabrico de um novo espaço de interações com a criança na residência alternada e na forma como este é transformado num espaço de comunhão coparental, em que as diferenças entre os géneros são tornadas indistintas por um processo de “coparentalização”. O pai individualiza a implicação paterna num relacionamento individualizado com a criança em que descobre o companheirismo como um novo modo de expressão de si. Mas, ao mesmo tempo, ao posicionar-se como igual na manutenção de uma comunhão coparental com a ex-companheira. Já na paternidade **condicionada**, a construção da autonomia da implicação paterna é feita com o apoio da mãe e da nova companheira, quando o pai voltou a viver em conjugabilidade, e em tensão com a manutenção da liberdade individual para investir na carreira profissional. A individualização da implicação paterna é pautada por duas lógicas: uma de valorização de interações e momentos particulares no relacionamento com a criança; outra de identificação e afastamento, simultâneos, das diferenças tradicionalmente atribuídas ao ser pai e ao ser mãe, o que leva o pai a imitar a mãe e a seguir as suas orientações nos cuidados à criança, por um lado, e a reclamar a sua competência na esfera educativa, por outro.

Um terceiro resultado aponta o papel fulcral da implicação paterna nas modalidades de cooperação parental na residência alternada. A inclusão da

implicação paterna é feita através da negociação de diferentes significados, valores, normatividades e práticas da igualdade de género, da independência, da parceria e da partilha entre o pai e a mãe, na divisão dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança. E é através desta que são configuradas as diferentes formas de coparentalidade e de funcionamento interno da residência alternada.

Na paternidade **assertiva** a regulação da cooperação parental configura uma **coparentalidade paralela**. É o “paralelismo” que separa e torna independentes as práticas paternas de cada progenitor, bem como os seus territórios. Deste modo, é criado o espaço para a afirmação da autonomia paterna, numa divisão dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança regida pelos valores da igualdade. Os valores da igualdade tendem a criar tempos de residência com a criança equivalentes mas, apesar de ser esta a norma, o protagonismo do pai pode levar a que a criança resida mais tempo com ele. O modo de funcionamento da residência alternada é assim tendencialmente simétrico e de protagonismo paterno. Na paternidade **reconstruída**, a implicação paterna é acolhida na cooperação parental aos poucos, num trajecto gradual do pai ao encontro de uma divisão paritária dos tempos de residência, dos cuidados e da educação. A cooperação parental configura uma **coparentalidade de paralelismo moderado**. O paralelismo moderado é tecido a par e passo com a construção da autonomia paterna, criando espaços para que a independência da implicação paterna permita ao pai reconstruí-la, numa residência alternada de tempos iguais de residência com a criança. Mas, ao mesmo tempo, gerando esferas de singularização paterna e de partilha entre os progenitores na divisão coparental. O funcionamento interno da residência alternada é assim pautado pela simetria gradual e pelo paralelismo moderado. Na paternidade **conjunta** a implicação paterna é acolhida numa cooperação parental que forma uma **coparentalidade conjunta**, ao manter uma comunhão coparental na residência alternada. Nesta, a construção da autonomia parental de cada progenitor faz-se de modo concertado e contando com a presença e participação da implicação parental de ambos. Deste modo, ambas as casas compõem uma comunidade parental para a criança. Os tempos de residência de cada progenitor com a criança são iguais e a divisão dos cuidados e da educação é “coparentalizada”, regendo-se assim sobretudo pelos valores da parceria e da partilha. O modo de funcionamento interno da residência alternada é modelado pela entreajuda e a simetria. Na paternidade **condicionada**, a cooperação desenha uma **coparentalidade ajustada**, em que a compatibilização dos projectos, princípios e práticas desenha uma parceria educativa entre os progenitores assente no princípio da negociação. Nesta, a implicação paterna é acolhida

pelo modo como o pai participa nesta parceria, fazendo valer o papel tradicional do pai na prescrição dos pilares educativos e na disciplina. Mas, ao mesmo tempo, é acolhida pelo protagonismo materno na divisão dos tempos de residência, que tendem a ser menores com o pai, e na divisão dos cuidados, onde orienta e apoia a implicação paterna em várias esferas. O modo de funcionamento interno da residência alterna é, deste modo, modelado pela assimetria e pelo protagonismo materno.

Um quarto resultado importante é o da importância dos trajectos masculinos no desenho das diferentes dinâmicas da paternidade. O que percebemos é que estas dinâmicas são tecidas pelo modo como o pai adapta, mobiliza, actualiza ou rompe, na totalidade ou em parte, com os “esquemas disposicionais da acção paterna” formados na conjugalidade e os insere, ou afasta, nos “esquemas da acção paterna” formados na residência alternada (Lahire, 2003). Por outro lado, que esta relação se estabelece com o tipo de dinâmicas familiares em que a implicação paterna e a cooperação parental foram formadas. Este resultado vai ao encontro do que foi defendido por Roussel (1980) e mais recentemente por Cardia-Vonèche e Bastard (2007). Contudo, também questiona o pressuposto de que a continuidade da implicação paterna e da cooperação parental fica comprometida quando as lógicas conjugais são fusionais.

Na verdade, a paternidade **reconstruída** indica que a dissolução das lógicas fusionais pode, de facto, levar à interrupção da implicação paterna no quotidiano da criança, devido à residência da criança com a mãe e à formação de uma parentalidade paralela após o divórcio. Mas mostra igualmente que o pai pode resgatar a implicação paterna e reencontrar o seu lugar na parentalidade na residência alternada, por um processo de ruptura com a fusionalidade que sustentava a paternidade na conjugalidade. Já a paternidade **conjunta** revela que, quando as lógicas fusionais são mobilizadas na residência alternada, por ajustamentos e redireccionamentos, o trajecto de uma conjugalidade fusional para este contexto familiar pode ser feito sem grandes mudanças nos modos de encarar e pôr em prática a implicação paterna e a cooperação parental.

No que diz respeito à dissolução das conjugalidades associativas os resultados mostram que estas também podem levar a diferentes modos de implicação paterna e de cooperação parental na residência alternada. Estas diferenças resultam de diferentes interpretações da autonomia individual e das práticas igualitárias na parentalidade formada na conjugalidade, por um lado, e do modo como estas são mobilizadas ou actualizadas na residência

alternada, pelo outro. Na paternidade **assertiva** as lógicas de autonomia e de partilha igualitária e indiferenciada da acção paterna na conjugalidade são mobilizadas e “actualizadas”, ao serem transformadas no instrumento da afirmação do protagonismo paterno e na base do paralelismo coparental na residência alternada. Na paternidade **condicionada**, as lógicas electivas de interacção com a criança e as de diferenciação e delegação na cooperação parental são mobilizadas para construir o “pai activo” e para favorecer a assimetria e o protagonismo materno na divisão dos tempos de residência e dos cuidados e educação da criança.

Os resultados do estudo revelam, ainda, que a residência alternada, na contemporaneidade portuguesa, promove a transformação dos modos de representar e fazer a paternidade “separada” de três formas: incentiva a concretização de uma “paternidade de proximidade” e igualitária após o divórcio ou a separação, anteriormente vedada ao pai; permite manter a implicação paterna após a dissolução conjugal; e associa as “novas” formas de ser pai a “novos” modelos de “coparentalidade”.

Capítulo 10 O lugar do padrasto no quotidiano familiar

Susana Atalaia

Nota introdutória

O presente capítulo tem como principal objectivo analisar o modo como se constrói a relação padrasto-enteado no quotidiano familiar. Pretende-se, por um lado, aferir se o lugar do padrasto é ou não um lugar parental e, por outro, captar a diversidade inerente aos modos de ser padrasto. Para o efeito, torna-se necessário penetrar no lado de dentro da família através da análise das suas disposições internas em termos de interacções, valores e orientações. A intenção é traçar um perfil tão completo quanto possível das lógicas associadas à construção do lugar de padrasto, com base na análise de três dimensões analíticas principais: i) a posição do padrasto face à parentalidade recomposta; ii) a posição do padrasto face à parentalidade biológica; iii) a dinâmica parental em contexto de recomposição familiar.

Embora o lugar de padrasto seja habitualmente considerado um lugar parental, na realidade, este postulado começou a ser posto em causa a partir do momento em que as famílias recompostas começaram a ser precedidas, sobretudo, pela situação de divórcio ou separação em detrimento da situação de viuvez. De lá para cá, a parentalidade passou a ser definida tendo em conta o factor biológico e não o factor residencial, o que contribuiu para a criação de uma nova ordem de parentesco, baseada na filiação em detrimento do casamento (Théry, 1993). O aumento do número de divórcios permitiu o estabelecimento de uma estreita articulação entre biologia e família, inaugurando-se o tempo do biologismo familiar (Déchaux, 1995). Em simultâneo, inviabilizou a manutenção da lógica de substituição como base da estratégia de recomposição familiar adoptada¹.

¹ Em meados dos anos 80 do século XX, Irène Théry, socióloga pioneira no estudo da recomposição familiar em França, definiu enquanto lógicas de relacionamento após divórcio/separação; a lógica da substituição e a lógica da perenidade. Enquanto a primeira (lógica da substituição) caracterizaria as famílias em que o casal parental não sobrevive à ruptura conjugal, o padrasto assume ser o verdadeiro pai da criança e a família recomposta a sua verdadeira família, a segunda (lógica da perenidade) caracterizaria as famílias em que se assiste a uma continuidade do casal parental após a ruptura conjugal, o padrasto assume-se enquanto figura complementar e a família de origem da criança (pai e mãe biológicos) permanece a sua verdadeira família (1985 citada por Le Gall, 1993, p. 158). Com base nesta distinção, Le Gall e Martin (1991), no relatório de 1990 “*Recomposition Familiale: Usages du Droit et Production Normative*”, articularam as lógicas propostas por Théry (que os autores preferem denominar de “modalidades de regulação típicas”) com o meio social de pertença e concluíram que enquanto a lógica de substituição predomina nos meios populares com menor capital cultural, a de perenidade predomina nos meios sociais mais favorecidos em que é maior o capital cultural.

O padrasto passou a ter que construir o seu próprio lugar (Le Gall em Lobo, 1996) enquanto *figure familiale inédite* no seio de uma família em que a parentalidade biológica se articula com a social num quadro de pluriparentalidade (Théry, 1995).

A ausência de normas definidas, nomeadamente a ausência de reconhecimento legal das figuras associadas à recomposição familiar (Cherlin, 1987a), aliada à ausência de modelos a copiar (Berger, 1998) e à forte interdependência entre parentalidade e conjugalidade no seio do agregado doméstico recomposto (Allan, Hawker e Crow, 2001) conduzem a uma grande diversidade nas formas de construção deste lugar familiar. Trata-se de um lugar não instituído, para o qual não se é socializado, quase sempre mediado pela figura materna.

Isto significa que, face a idênticas condições de partida, nem todos os padrastos constroem com os enteados o mesmo tipo de relação. Em primeiro lugar, à semelhança do que se verifica nas relações amorosas contemporâneas em geral, também no que concerne às relações em contexto de recomposição, a consciência de que a relação pode vir a acabar um dia não se traduz num desinvestimento no momento presente. Em segundo lugar, cresce a consciência que os laços familiares, designadamente os que têm lugar dentro do agregado doméstico recomposto, dependem mais do conteúdo relacional que da estrutura familiar que lhes deu lugar, o que contribui para aproximar as famílias recompostas das outras configurações familiares. Em terceiro lugar, tratando-se de uma relação que não existe por si só, a relação padrasto-enteado baseia-se fortemente na construção de um laço no quotidiano. É a partilha do dia-a-dia com o enteado, através da partilha do mesmo agregado doméstico, espaço físico e afectivo, que confere especificidade à relação. Trata-se, por isso, de uma relação construída no quotidiano familiar, cujos contornos parecem variar de acordo com os indivíduos em questão, bem como com o seu próprio percurso, designadamente em termos parentais.

Tendo em conta o actual cenário de mudança na vida familiar, a construção do lugar de padrasto parece acompanhar esta redefinição geral dos lugares na família. Interessa, assim, perceber como é que, numa época marcada pela pluralização das formas de ser mãe e de ser pai, o padrasto constrói o seu lugar em contexto de recomposição familiar. De que natureza é o laço estabelecido entre o padrasto e o enteado? Como é que a relação se processa no dia-a-dia? Como é que estes homens definem o seu lugar na família? Trata-se ou não de um lugar parental? Haverá diferentes modos de ser padrasto? Que factores os podem explicar? Ser pai biológico altera a percepção que os padrastos têm deste seu lugar familiar?

Metodologia do trabalho de pesquisa

Para responder a estas questões procedeu-se à análise dos testemunhos de 30 padrastos, recolhidos na forma de entrevistas semi-directivas². Em comum, os entrevistados apresentam o facto de: i) pelo menos um dos seus enteados ter uma idade inferior a dezasseis anos no momento em que passaram a partilhar o mesmo agregado doméstico (o que significa que se encontrava numa situação de dependência face à mãe/pais biológicos); ii) viverem na Área Metropolitana de Lisboa, justamente onde os divórcios e as recomposições são mais frequentes³; iii) e a actual recomposição familiar ter sido precedida, em regra, por uma situação de ruptura conjugal da mulher⁴. Para além disso, destacam-se ainda como elementos centrais de caracterização dos entrevistados, a sua diversidade em termos de percurso parental (pai e padrasto; padrasto e pai; só padrasto); de idade (idade mínima de 25 anos e máxima de 59 anos); de nível de escolaridade (do 6.º ano de escolaridade ao doutoramento); e de contexto social de existência (em termos de família de origem, de família actual e de inserção profissional no presente)⁵.

Para analisar as entrevistas realizadas foram seleccionadas as seguintes dimensões analíticas: i) a posição do padrasto face à parentalidade recomposta (tipo de interacções; tipo de laço; orientações normativas e valores); ii) a posição do padrasto face à parentalidade biológica (percurso parental; tipo de interacções; tipo de laço; orientações normativas e valores); iii) a dinâmica parental em contexto de recomposição familiar (atitude da mãe face à parentalidade do padrasto; lugar ocupado pelo pai biológico). O quadro-resumo a seguir apresentado permite uma melhor visualização das componentes de cada uma das dimensões analíticas seleccionadas.

² Destas, 17 foram realizadas no âmbito do projecto aqui apresentado e 13 foram realizadas no âmbito do trabalho desenvolvido pela autora com vista à elaboração da tese de doutoramento.

³ Conforme a análise dos resultados do último recenseamento (Censos 2001) permite verificar, a recomposição familiar é um fenómeno mais comum no litoral/sul do país, por oposição ao seu interior/norte. Factores como a maior urbanidade e menor religiosidade parecem estar na origem desta diferença (Leite, 2004).

⁴ Embora tal não tenha acontecido em 3 casos, nos quais a mulher foi, efectivamente, mãe solteira.

⁵ Ver Anexo I do livro para aprofundar a caracterização dos entrevistados.

Quadro 10.1 – Quadro-resumo das dimensões de análise, subdimensões e variáveis

Dimensões	Subdimensões	Variáveis
i) Posição Padrasto Parentalidade Recompоста	Tipo de Interações (padrasto-enteado)	– Disponibilidade – Cuidados (partilha com a mãe) – Actividades – Comunicação
	Tipo de Laço (padrasto-enteado)	– Proximidade vs. distância afectiva – Mediação materna – Individualização
	Orientações Normativas e Valores	– Autopercepção (enquanto padrasto) – Lugar padrasto família recompоста – Valorização laço biológico
ii) Posição Padrasto Parentalidade Biológica	Percurso Parental	– Tipo de percurso – Modo guarda (filhos anteriores) – Local residência (filhos anteriores)
	Tipo de Interações (padrasto-filho)	– Disponibilidade – Cuidados (inclui partilha c/ ex-mulher) – Actividades – Comunicação
	Tipo de Laço (padrasto-filho)	– Proximidade vs. distância afectiva – Mediação Materna – Individualização
	Orientações Normativas e Valores	– Autopercepção (enquanto pai) – Valores parentalidade biológica (pai e mãe)
iii) Dinâmica Parental Recomposição Familiar	Atitude da Mãe (partilha com o padrasto)	– Responsabilidades parentais (tarefas) – Poder parental (decisões) – Autoridade
	Lugar Ocupado pelo Pai	– Tipo de relação pai-filho – “Parentalidade” pais biológicos – Modo guarda – Forma de regulação familiar

Em primeiro lugar, interessa perceber a posição do padrasto face à parentalidade recompоста. Para o efeito seleccionaram-se três subdimensões analíticas principais: i) as interações padrasto-enteado; ii) o tipo de laço padrasto-enteado; iii) as orientações normativas e os valores associados ao ser padrasto. Por um lado, interessa saber exactamente quais são os momentos em que padrasto e enteado interagem entre si. O padrasto disponibiliza-se para interagir com o enteado no dia-a-dia? Que actividades desenvolvem juntos? É comum o padrasto participar nos cuidados ao enteado? Quais são os cuidados em que participa? E conversar? Há assuntos específicos de que fale com o enteado? Quem é que toma a iniciativa das conversas? Por outro, interessa saber em que medida o laço estabelecido entre padrasto e enteado tem por base o estatuto ou, pelo contrário, o conteúdo da relação. Aqui, a intenção é perceber até que ponto esta relação é individualizada ou, pelo contrário, é mediada pela figura materna, e qual o papel que o afecto joga

na relação em termos de proximidade *versus* distância afectiva. Por último, interessa perceber a maneira como o padrasto se posiciona face à parentalidade recomposta do ponto de vista das representações. Para o efeito, analisa-se a sua autopercepção enquanto padrasto e face ao lugar ocupado na família recomposta, bem como a valorização atribuída ao laço biológico. Se, por um lado, a posição do padrasto deriva do lugar que lhe é atribuído à partida na estrutura familiar recomposta, por outro, trata-se de um lugar que cada um constrói para si mesmo ao longo do tempo de recomposição familiar, ou seja, de um lugar adquirido⁶.

Em segundo lugar, tendo em conta que o lugar de padrasto é, muitas vezes, definido por referência ao lugar de pai, importa perceber em que medida a forma de ser pai influencia a forma de ser padrasto, nos casos em que os padrastos também são pais biológicos. Para o efeito, seleccionaram-se quatro subdimensões analíticas principais: i) percurso parental do padrasto; ii) interacções pai-filho; iii) tipo de laço pai-filho; iv) e, por último, orientações normativas e valores associados à parentalidade biológica (pai e mãe). Por um lado, interessa comparar a relação que o padrasto desenvolve com o filho com a relação desenvolvida com o enteado e, por outro, perceber o impacto que a existência de um filho biológico tem no modo como a parentalidade recomposta é construída, quer este filho seja fruto de uma conjugalidade anterior ou da actual conjugalidade e quer partilhe ou não o mesmo agregado doméstico que o enteado.

Em terceiro lugar, dado que nas situações de recomposição familiar a dinâmica parental já estabelecida parece ter um efeito significativo no modo como o padrasto constrói o seu lugar, seleccionaram-se duas subdimensões analíticas principais: i) a atitude da mãe face à parentalidade do padrasto; ii) e o lugar ocupado pelo pai biológico no quotidiano do enteado. Em primeiro lugar, interessa perceber até que ponto as responsabilidades parentais (tarefas) e o poder parental (decisões) são ou não partilhados entre o casal recomposto, isto é, se o casal recomposto é ou não um casal parental, designadamente do ponto de vista da autoridade parental. Há ou não lugar a uma figura parental principal dentro do agregado doméstico recomposto? Trata-se necessariamente da mãe? Em segundo lugar, torna-se importante compreender o impacto que a presença ou a ausência do pai biológico tem no modo como padrasto e enteado interagem entre si. Para o efeito, interessa perceber: o tipo de relação pai biológico – filho (em termos de frequência de contacto e

⁶ A distinção entre lugar atribuído e lugar adquirido tem vindo a assumir grande importância na bibliografia sobre paternidade – diferença entre *fatherhood* e *fathering* – laço biológico e laço construído/relacional (Edwards *et al.*, 2002).

qualidade da relação); a forma de parentalidade entre os pais biológicos (se há ou não diálogo e negociação acerca das questões educativas); o modo de guarda acordado (única materna; conjunta; conjunta de residência alternada); e, por último, a forma de regulação adoptada (auto-regulação/ hetero-regulação).

Lógicas de construção da relação padrasto-enteado

A análise das 30 entrevistas realizadas permitiu apurar a existência de 7 lógicas diferenciadas na construção da relação padrasto-enteado. São elas: i) a lógica da pluralidade parental; ii) a lógica da substituição parental; iii) a lógica da dualidade parental; iv) a lógica do suporte parental; v) a lógica da co-parentalização progressiva; vi) a lógica da demissão parental; vii) e, por último, a lógica dissociação parental. A cada uma das lógicas corresponde, então, um modo específico de ser padrasto: i) o padrasto envolvido; ii) o padrasto apropriativo; iii) o padrasto estatutário; iv) o padrasto ajudante; v) o padrasto reivindicativo; vi) o padrasto distante e autoritário; vii) e, por último, o padrasto desinvestido. As lógicas de construção da relação padrasto-enteado, bem como os modos de ser padrasto que lhes estão associados, visam contribuir para uma melhor compreensão do campo em análise; o da parentalidade recomposta ou social⁷. Veja-se, então, em detalhe cada uma das lógicas de construção da relação padrasto-enteado encontradas.

A lógica da pluriparentalidade do padrasto envolvido

São cinco, os padrastos que adoptaram a lógica da pluriparentalidade. Estes homens entraram na situação de recomposição familiar há, pelo menos, três anos, numa altura em que os seus enteados eram pequenos. Quatro deles também são pais biológicos, da conjugalidade actual e/ou da anterior. Neste último caso, os filhos ficaram a viver com a mãe após a ruptura conjugal. Em regra, tanto estes homens como as suas actuais companheiras têm escolaridades elevadas, exercem actividades profissionais qualificadas e bem remuneradas e ambos contribuem para a prestação ou renda da casa onde residem actualmente.

⁷ Ver no final do capítulo o Quadro-resumo das lógicas de construção da relação padrasto-enteado.

Em seu entender, o lugar de padrasto é um lugar que se constrói tendo em conta as características individuais de cada um. O padrasto preocupa-se menos com o seu reconhecimento enquanto figura parental, isto é, com o seu estatuto na família, e mais com a construção de um laço relacional apoiado no afecto e nas interacções quotidianas. O tempo assume aqui um papel de destaque. É necessário dar tempo para que as pessoas se conheçam e estabeleçam uma relação de confiança entre si, isto é, para solidificar a relação. Por este motivo, a idade dos enteados no momento da recomposição familiar é destacada como uma variável importante. Quanto mais novos eles forem, mais fácil se torna alcançar uma relação bem sucedida.

Em termos de interacções, estas têm por base a forte disponibilidade do padrasto para interagir com o enteado no dia-a-dia, alterando a sua rotina diária em função da nova situação familiar. Apesar de se identificar com a sua actividade profissional, o padrasto relativiza a importância da carreira na sua realização pessoal. Em simultâneo, destaca a importância que a família tem para si. Trate-se ou não de uma decisão relacionada com a actual situação familiar, a família é vista como um pilar na vida destes homens, que encaram a presença física como um requisito fundamental da harmonia familiar. É na articulação entre presença física e disponibilidade que se cria a fusão familiar por si valorizada.

A disponibilidade do padrasto para a vida familiar torna-se perceptível no modo como participa nos cuidados prestados aos enteados, no tipo de actividades que realiza só com eles e na importância atribuída ao diálogo na família. Nestas famílias, a palavra de ordem é partilhar. Com efeito, o padrasto partilha com a mulher os cuidados aos enteados, assumindo-se, desde o início, como um dos responsáveis parentais. Disponibiliza-se para preparar refeições, dar banho aos enteados, vesti-los, adormecê-los à noite, acordá-los pela manhã, ajudá-los na realização dos trabalhos de casa, levá-los à escola, ou ir buscá-los à discoteca. A participação nos cuidados aos enteados é vista como uma componente importante da vida familiar, dado que, desde sempre, o padrasto assume o enteado como se de um filho se tratasse.

Em relação às actividades desenvolvidas em conjunto, estas ocorrem sobretudo em família, seja dentro ou fora de casa. No entanto, apesar da mãe poder estar presente, ela nem sempre participa nas actividades, o que atribui às interacções padrasto-enteado um carácter individualizado. Por outro lado, embora não constitua uma regra rígida, há actividades em que o enteado recorre com mais frequência à mãe e outras em que privilegia o padrasto, o que parece estar associado à personalidade e aos gostos pessoais

de cada um. As actividades padrasto-enteado tanto podem ter por base o jogo e a brincadeira gerando uma relação de amizade e companheirismo, nomeadamente quando os enteados são pequenos, como basear-se na partilha de afinidades criando complicitades específicas entre ambos. A este nível, o objectivo é proporcionar ao enteado “aberturas” que possibilitem a formação de um gosto pessoal próprio. O padrasto não impõe mas transmite os seus gostos pessoais e, à medida que o tempo passa, o enteado acaba por se identificar com alguns desses gostos.

No que diz respeito à comunicação, esta constitui um elemento central das interacções familiares. Os enteados são desde cedo incentivados a pronunciarem-se abertamente sobre todos os assuntos. O diálogo é estimulado e o desenvolvimento da lógica argumentativa encarado como uma mais-valia em matéria de educação. Estes padrastos respondem a todas as dúvidas dos enteados e estimulam-nos a pensar pela sua própria cabeça. Para além de constituírem um importante veículo de desenvolvimento pessoal, as conversas permitem ao padrasto ficar a par do dia-a-dia do enteado, saber o que ele faz e quem o acompanha. Também é comum o enteado pedir conselhos ao padrasto. As conversas podem ou não ocorrer na presença da mãe e a hora do jantar é o momento de eleição para a família conversar.

Apesar das interacções padrasto-enteado se desenvolverem na presença de todos os membros da família há lugar à individualização da relação. O padrasto constrói com o enteado um laço íntimo e afectivo, de grande proximidade. Trata o enteado como indivíduo, apostando desde cedo na criação de uma relação não mediada pela figura materna. Trata-se de um laço equiparado ao laço pai-filho nos casos em que os padrastos também são pais biológicos.

Com efeito, o padrasto não faz qualquer distinção nas relações que mantém com os filhos e os enteados. No quotidiano, ser pai e ser padrasto são lugares que se equiparam e o padrasto vê-se como um indivíduo presente e próximo tanto dos filhos como dos enteados, alguém que se envolve na vida familiar assumindo responsabilidades específicas em termos parentais. A relação padrasto-enteado é equiparada à relação que o padrasto estabelece com os filhos biológicos, mesmo em termos afectivos. Os padrastos envolvidos sentem-se pais dos enteados, valorizando mais os laços afectivos que os laços biológicos ou de sangue. Aliás, ser pai biológico não era essencial para a sua realização pessoal.

No entanto, os três padrastos que foram pais no âmbito de uma conjugalidade anterior reconhecem que, no momento inicial da recomposição, há uma distinção

entre ser pai e ser padrasto. Ao contrário da relação pai-filho, relação atribuída desde o momento do nascimento, a relação padrasto-enteado é uma relação que se constrói, isto é, que se adquire ao longo do tempo de recomposição familiar. Tal facto permite ao padrasto manter alguma distância em caso de conflito familiar, nomeadamente entre o enteado e a mãe. Por este motivo, o padrasto envolvido vê-se a si mesmo como um mediador familiar. Em seu entender, a sua posição na família permite-lhe mediar a relação entre o enteado e a mãe, entre o enteado e o pai e mesmo entre os ex-cônjuges (pais biológicos do enteado).

Dado que, nestes casos, o pai biológico se mantém presente na vida do enteado, o padrasto acaba por adicionar-se enquanto figura parental. A parentalidade do pai biológico não impede, portanto, a parentalidade do padrasto. O lugar de padrasto é, para todos os efeitos, um lugar parental que se reúne aos dois lugares parentais com existência prévia – pai e mãe. Apesar de se considerar um dos pais do enteado, na medida em que, no dia-a-dia, é ele que exerce as funções ligadas ao lugar de pai (*stepfathering*), o padrasto não tem por intenção ocupar o lugar do pai biológico, reconhecendo à partida a impossibilidade de se transformar no “verdadeiro” pai do enteado.

Pelo contrário, promove a integração do pai biológico na vida do enteado e procura que entre pai e filho se estabeleça uma relação significativa. Trata-se de uma relação única e insubstituível que deve ser preservada. Théry (1995) apelida este entrosamento entre parentalidades de pluriparentalidade. Nuns casos, o padrasto reconhece que incentiva a relação porque se revê na figura do pai biológico não residente; noutros casos, porque há a consciência da especificidade associada à situação de recomposição familiar. O padrasto sente que é importante integrar o pai biológico como forma de promover a coesão familiar. No entanto, este esforço do padrasto é, muitas vezes, boicotado pelo enteado que reage mal às tentativas de aproximação do pai, elegendo o padrasto como o seu “verdadeiro” pai. Embora o padrasto incentive o enteado a tratá-lo pelo seu nome próprio, nos casos em que há filhos comuns torna-se difícil implementar essa regra.

A promoção da integração do pai biológico na vida do enteado não se faz sem custos para a família recomposta. Como a guarda foi atribuída apenas à mãe em 4 dos 5 casos aqui em análise, embora o pai esteja presente na vida do filho, a comunicação entre os pais biológicos limita-se a questões financeiras e de planeamento e agendamento de dias de visita e de férias. Os padrastos reconhecem que a ausência de uma linha educativa comum entre a mãe e o pai,

ou seja, o facto de não conversarem entre si a respeito da educação dada aos filhos, torna difícil a gestão da pluriparentalidade no quotidiano. A este nível, o factor tempo é, mais uma vez, uma variável fundamental. À medida que aumenta o tempo de recomposição familiar diminuem os conflitos entre os pais biológicos, dado que, com a idade, o enteado passa a ter autonomia para decidir por si próprio o que quer fazer.

Os padrastos envolvidos correspondem assim melhor ao ideal de paternidade da própria mãe. Estabelecendo-se uma hierarquia entre parentalidades, com a parentalidade recomposta em articulação com a parentalidade biológica materna a desempenhar um papel muito importante. De resto, são eles próprios os primeiros a reconhecer que o facto de as mulheres apreciarem a sua forma de parentalidade facilitou ou tem vindo a facilitar a sua aceitação por parte dos enteados.

A inclusão do padrasto ocorre desde o início da recomposição familiar, verificando-se uma igualdade em termos parentais entre a mãe e o padrasto. É a mãe a responsável pela integração do padrasto na família enquanto figura parental, é ela quem tem o poder para tomar essa decisão. Isto significa que as mulheres não criaram um subgrupo mãe-filhos separado do padrasto. O padrasto faz parte de um casal parental em igualdade de direitos e deveres, ou seja, a mãe permite que o padrasto se assuma como pai do enteado no dia-a-dia doméstico e o padrasto aceita partilhar com a mãe as responsabilidades parentais, o que se traduz numa relação padrasto-enteado pautada pela proximidade, em que o padrasto sente ser mais um dos pais. Desde o início da recomposição familiar que o padrasto assume algumas responsabilidades parentais associadas ao dia-a-dia do enteado, sem nunca se mostrar intrusivo. As responsabilidades vão sendo “transferidas” ao longo do tempo da mãe para o padrasto. O padrasto tem muito cuidado em não impor a sua presença ao enteado.

Para além de não valorizarem o estatuto familiar, estes padrastos não atribuem muita importância à autoridade enquanto componente da relação parental. Ela existe e é partilhada pelos dois membros do casal parental, sendo que a autoridade do padrasto deriva de uma delegação materna. Tanto a mãe como o padrasto são figuras respeitadas pelos enteados. Deste modo, regista-se uma tendência a favor da inexistência de uma figura parental principal dentro do agregado doméstico recomposto, prevalecendo a igualdade entre o casal a nível parental. Assiste-se a uma associação entre conjugalidade e parentalidade no seio da recomposição familiar, com o padrasto a assumir um papel muito activo na educação do enteado.

No entanto, estes padrastos reconhecem que há diferenças entre ser homem e ser mulher que influenciam a forma como a relação com os filhos é construída. Para eles, a relação mãe e filhos é diferente da relação entre pai e filhos. Trata-se de uma relação que foi física e, por isso, as mulheres têm mais dificuldade que os homens em aceitarem a autonomia dos filhos, nomeadamente a sua saída de casa. Deste ponto de vista, consideram que a mulher, ao contrário do homem, é essencial na educação e no crescimento da criança, o homem é mais acessório e precisa de lutar mais para conquistar o seu lugar que é, à partida, menos evidente, pelo menos nos primeiros tempos de vida da criança. O pai institui-se como um elemento moderador na família, promovendo o equilíbrio entre os filhos e a mãe. A história de Vicente parece ilustrar bem a lógica aqui apresentada:

Vicente tem 49 anos de idade, é docente universitário, divorciado e pai de duas filhas maiores de idade que residem com a ex-mulher. Vive em união de facto há 3 anos com Clara, 42 anos de idade, também docente universitária, divorciada e mãe de duas filhas menores, que vivem em regime de guarda conjunta de residência alternada: uma semana em casa da mãe, outra em casa do pai. Foi a relação entre Vicente e Clara que determinou os divórcios de parte a parte. O casal recomposto passou por um período de adaptação de cerca de ano e meio que envolveu 3 fases distintas. Primeiro, Vicente viveu sozinho durante alguns meses, depois passou a viver com a mulher actual na semana em que as enteadas estavam no pai (“semana não”), era ela quem mudava de casa, a seguir decidiram alugar uma casa onde passaram a viver todos juntos. Optaram por alugar uma casa nas imediações da casa do pai das enteadas (a anterior casa da mulher), próxima do colégio frequentado por elas. Embora a nova situação familiar fosse complicada por natureza, o Vicente e a Clara procuraram simplificá-la. Houve sempre a preocupação de não forçarem as enteadas a fazer o que não queriam. Tanto que nos primeiros tempos de coabitação, Vicente não as levava à escola sozinho, isso foi acontecendo com o tempo. Antes de coabitarem já tinham passado férias todos juntos e as enteadas já sabiam qual era o teor da relação. Para Vicente foi fácil partilhar o seu espaço e o seu tempo com as enteadas porque vinha de uma situação familiar idêntica – vivia com a ex-mulher e as duas filhas e passou a viver com a mulher actual e as duas enteadas. Por lhe ser fácil reconhecer padrões comportamentais, a partir do momento em que passaram a coabitar começou a participar nos cuidados às enteadas, de maneira a facilitar a sua aceitação e também a sua integração familiar. De manhã é ele o primeiro a levantar-se e prepara o pequeno-almoço de todos, aproveitando o momento em que está na cozinha para fazer os lanches que cada um leva consigo para comer a meio da manhã. Como sabe aquilo de que elas gostam e não lhe custa nada agradar-lhes, a relação com as enteadas tem corrido bem. Embora permaneça o mesmo de sempre em termos de comportamento sente que, hoje em dia, as enteadas o aceitam e têm com ele as mesmas atitudes que as suas filhas biológicas, o que associa aos seus traços de personalidade. A relação entre ele e as enteadas melhorou ao longo do

tempo, sobretudo com a enteada mais velha: (...) [Portanto, dá-se bem com elas?] (...) *dou-me muito bem. É muito engraçado porque a [nome enteada mais velha] nem sequer falava comigo aqui há três anos atrás, nem sequer falava comigo. Agora, dá mais beijinhos que sei lá o quê. E eu não mudei de comportamento.* Considera-se um padrasto bem sucedido. As enteadas tratam-no pelo nome, o pai delas não toleraria que fosse de outra maneira. Vicente sente-se pai delas no dia-a-dia familiar. Nunca investiu o suficiente na profissão para não ter tempo para a família, foi uma opção, e hoje em dia continua a sentir que tem tempo tanto para si, como para o casal, como para a família, está tudo em equilíbrio. Não abdica de ser uma figura de autoridade. Acha que é importante as crianças respeitarem os adultos, neste caso os pais, e impõe limites claros às enteadas, nomeadamente quando estas são mal-educadas com a mãe: *Eu tenho uma maneira muito simples de viver, eu não chateio as pessoas [silêncio] mas há terrenos onde... Por exemplo, os miúdos agora têm muito esse costume: – “Cala-te” diz ela para a mãe. “[nome enteada mais velha] não mandas a tua mãe calar.” Ela lembra-se... Pronto, eu não deixo escapar coisas dessas nunca.* Diz que faz como sempre fez com as filhas, as regras são claras e declaradas à partida, não são excessivas nem opressivas, por isso também não são negociáveis. Gosta das enteadas e sente-se próximo delas, mas tem consciência que o amor que o une a elas é distinto do que o une às filhas, pois os filhos são os únicos a darem aos pais a oportunidade de experimentarem algo único: o amor incondicional. No entanto, considera que, com o tempo, esta distinção pode vir a perder sentido, porque a partilha do quotidiano durante muitos anos pode levá-lo a sentir as enteadas como filhas. É uma possibilidade, não uma certeza. Considera que as responsabilidades de um padrasto são iguais às de um pai, destacando a importância da presença. Mesmo que não seja fisicamente, as filhas e as enteadas sabem que podem sempre contar com ele. *Eu acho que a grande responsabilidade de um pai sempre é estar presente. Estar presente seja de que maneira for (...). Quer dizer, os filhos têm sempre que saber que podem contar com o pai.* Tem total disponibilidade para as enteadas. O jantar, que Vicente prepara sempre, é o momento de reunião familiar por excelência, e é comum a enteada mais velha ficar a conversar com ele na mesa da cozinha, pedindo-lhe conselhos e opiniões. Têm uma relação franca e aberta e a educação das enteadas é inteiramente partilhada com a mãe, havendo igualdade entre o casal a nível parental. Sempre tratou as crianças de igual para igual e não as infantiliza. Não é um pai nem um padrasto companheiro de brincadeiras, mas procura criar cumplicidades com as crianças relativamente a gostos que tenham em comum. A mãe pode ou não estar presente. A ex-mulher normalmente estava presente na sala mas não participava dos momentos de cumplicidade entre pai e filhas, a mulher actual não costuma pronunciar-se quando Vicente e a enteada mais velha conversam entre si. Procurou sempre construir uma relação individualizada com as filhas e faz o mesmo com as enteadas. Sempre que se apercebe que as enteadas não sabem alguma coisa de cultura geral, faz questão de lhes ensinar.

A lógica da substituição parental do padrasto apropriativo

São cinco, os padrastos que adoptaram a lógica da substituição parental. Estes homens vivem no mínimo há oito meses e no máximo há doze anos com o enteado ou a enteada, que tinham menos de dois anos de idade no momento da recomposição familiar. Todos são pais biológicos e vivem com, pelo menos, um filho. Em dois casos foram pais no âmbito de uma conjugalidade anterior, partilhando com a ex-mulher a guarda conjunta dos filhos, nos outros três casos foram pais no âmbito da actual conjugalidade. Em geral, tanto os homens como as suas companheiras actuais têm um nível de escolaridade baixo, exercendo actividades profissionais pouco qualificadas. Nem sempre a casa onde residem é paga com recurso ao dinheiro dos dois. A este nível a situação apresenta-se de forma bastante diversificada.

Se tivermos em conta que é nas famílias com menores recursos escolares e económicos que o contacto entre pai e filho tende a diminuir de forma mais acentuada após a ruptura conjugal (Skevik, 2006), uma vez que os filhos são considerados uma responsabilidade materna e persiste a associação entre conjugalidade e parentalidade, percebe-se que seja neste tipo de famílias que a recomposição familiar por substituição ganhe maior expressão. Contudo, num dos casos aqui em análise a situação apresenta-se de maneira diferente. Ambos os cônjuges possuem recursos escolares elevados e exercem actividades profissionais qualificadas. Esta excepção à regra sugere que o principal factor associado à substituição parental é a ausência do pai biológico do quotidiano do enteado, o que é mais comum (mas não exclusivo) em contextos sociais menos favorecidos.

Tendo em conta que, para estes padrastos, os papéis de pai e de mãe são insubstituíveis e complementares entre si, percebe-se que só se assumam como pais tendo por referência a ausência do pai biológico. Neste sentido, o padrasto sente que está a desempenhar um papel que, em condições ideais, seria uma competência do pai biológico, mas que este não desempenha por inaptidão ou irresponsabilidade. É a ausência de contacto entre o enteado e o pai, bem como a distância que se estabeleceu entre ambos, que levam o padrasto a apropriar-se do lugar vazio por ele deixado. Apenas num dos casos aqui em análise o enteado vê o pai com regularidade. No entanto, são os avós paternos, com quem o pai vive, que assumem as responsabilidades parentais nos dias de visita. Trata-se do único caso em que o pagamento da prestação de alimentos é feito atempadamente, nos restantes ocorre de forma irregular ou simplesmente não ocorre.

A acompanhar a (quase) ausência de contacto entre o enteado e o pai biológico, está o facto de a mãe procurar reconstituir família não só do ponto de vista conjugal mas também do ponto de vista parental. Isto significa que a mãe procura não só um companheiro para si mesma, mas também um pai para o filho, incentivando-o desde cedo a tratar o padrasto por pai. O poder parental face ao enteado começa por ser inteiramente partilhado entre a mãe e o padrasto; a mãe permite não só a ingerência do padrasto em todos os assuntos parentais, como acaba por delegar nele grande parte do poder parental, nomeadamente em termos de autoridade. Assim, à medida que o tempo passa, o padrasto passa a monopolizar grande parte das responsabilidades e das decisões parentais só para si, assumindo, nalguns casos, o papel de principal figura parental. Inclusivamente, num dos casos aqui em análise é o padrasto, e não a mãe, o encarregado de educação do enteado. A negociação entre o casal existe sobretudo no início da recomposição familiar, com a passagem do tempo a imposição do homem tem tendência a ganhar relevância.

O facto de terem participado no processo de regulamentação da guarda parental do enteado, acaba por conferir a estes homens um poder acrescido dentro da família. Num dos casos, a enteada não é perfilhada; noutros dois, quem exigiu a regularização da situação à mulher foi o padrasto. Ainda que o pai biológico seja o único protegido pela lei em termos de direitos e obrigações parentais, o padrasto sente que, enquanto aliado da mãe, a sua palavra tem um peso decisivo. No momento da entrevista, todos estes padrastos eram apologistas que os direitos do pai biológico dependiam da margem de manobra dada pelo casal recomposto. Daí que, na generalidade dos casos, o recurso aos tribunais (hetero-regulação) como forma de solucionar os conflitos familiares, fosse encarado com bastante normalidade.

A família recomposta assume-se, assim, como a “verdadeira” família do enteado e as decisões parentais são tomadas pela mãe e pelo padrasto, sem que o pai biológico seja chamado a intervir. Os seus membros comportam-se como se de uma família de primeiro casamento se tratasse, negando a especificidade da sua situação familiar (Le Gall, 1993). O que se torna visível, por exemplo, na forma como estes homens recusam o título de padrasto e afirmam serem eles os “verdadeiros” pais dos enteados.

Outro dado importante é o facto de o enteado partilhar o mesmo agregado doméstico que o filho biológico do padrasto, o que contribui para uma uniformização do comportamento do padrasto em termos parentais. Os lugares de pai e de padrasto tornam-se, assim, lugares equivalentes. Caso

tenha filhos anteriores, o padrasto assume desde o início da recomposição uma posição face ao enteado semelhante à posição face ao filho. Porém, quando não tem filhos anteriores, a equivalência entre os dois lugares parentais torna-se mais forte após o nascimento do primeiro filho em comum (Marsiglio, 1992). A partir desse momento, a família recomposta passa a ser um verdadeiro símbolo de união familiar, dada a existência de um elo de ligação consanguíneo entre todos os membros familiares. No entanto, apesar de afirmarem não haver diferenças entre ser pai e ser padrasto, percebe-se não ser essa a regra para estes padrastos “quase-pais”, nomeadamente do ponto de vista das práticas parentais.

Ao contrário do que acontece com os filhos, a participação nos cuidados aos enteados, sobretudo quando estes são pequenos (não esquecer que os padrastos apropriativos começaram a viver com os enteados quando estes tinham no máximo dois anos de idade), é inferior à participação da mulher. No caso dos padrastos com filhos anteriores, isso deve-se ao facto de a mulher actual, ao contrário da mulher anterior, ser vista como uma pessoa capaz de cuidar do filho sozinha; no caso dos padrastos com filhos em comum verifica-se que a sua participação nos cuidados ao enteado aumentou a partir do momento em que eles próprios foram pais. Neste último caso, no momento inicial da recomposição familiar, o enteado era visto essencialmente como uma responsabilidade materna. Em parte, tal deve-se à inexperiência do padrasto em termos parentais e à sua parca idade no momento da recomposição familiar. Assim, embora considerem ter sempre participado nos cuidados ao enteado – como, por exemplo, mudar fraldas, dar de comer, dar banho, ensinar a vestir, levar à escola, estar atento ao seu desempenho escolar, preparar refeições, etc. – percebe-se que o envolvimento do padrasto nos cuidados ao enteado sempre foi menor que o seu envolvimento nos cuidados ao próprio filho. Tratava-se de uma participação opcional e intermitente. Hoje em dia, contudo, o padrasto ajuda efectivamente a mãe.

Em termos de actividades, dada a escassa idade do enteado no momento inicial da recomposição familiar, estas baseiam-se, sobretudo, em actividade de carácter lúdico. O padrasto pode fazer cócegas, rebolar no chão com o enteado, jogar *playstation* ou jogos de computador. Estas actividades ocorrem em família, ou seja, quando estão todos reunidos dentro ou fora de casa. Não é habitual o padrasto sair de casa com o enteado com vista à realização de um programa a dois. Contudo, apesar de a mãe estar presente, os momentos lúdicos nem sempre contam com a sua participação, o que atribui às interações padrasto-enteado um carácter tendencialmente individualizado.

Isto significa que padrasto e enteado podem estar a brincar enquanto a mãe está a realizar outra tarefa. No entanto, à medida que o enteado cresce, diminuem as actividades desenvolvidas em conjunto, tornando-se mais complicado encontrar pontos de contacto.

No que diz respeito à comunicação, é habitual padrasto e enteado conversarem. Os temas vão desde o percurso escolar às questões associadas à sexualidade. As conversas procuram ser pedagógicas, mas tendem a ser menos íntimas que aquelas que o enteado mantém com a mãe, a sua principal confidente. Nem sempre o enteado mostra disponibilidade para falar com o padrasto acerca dos seus assuntos mais íntimos. À semelhança da relação pai-filho, a relação padrasto-enteado também é uma relação marcada pela proximidade. Trata-se de uma relação que não precisa da mediação materna para existir, ou seja, é uma relação individualizada. O laço padrasto-enteado é fundamentalmente um laço relacional construído no quotidiano familiar com base nas interacções e no afecto. No entanto, a intimidade padrasto-enteado não é a mesma em todos os casos. Dentro deste grupo de padrastos, alguns apontam para a dificuldade em conseguir construir com o enteado um laço íntimo, dizendo que a personalidade do enteado não o permite.

Em termos de valores e orientações normativas, estes padrastos consideram que os filhos (onde se incluem os enteados) são a sua grande prioridade na vida. Por isso, concentram grande parte da sua realização pessoal no facto de serem pais. A família é considerada o seu pilar. O padrasto vê-se como alguém presente, cuidador e educador do enteado. Ser padrasto é ser “quase-pai” do enteado. Embora valorizem os laços biológicos, considerados como os únicos a conferir ao homem um conjunto de direitos e deveres face ao filho, são de opinião que a paternidade depende da articulação entre partilha do quotidiano doméstico e partilha do mesmo código genético.

Por outro lado, consideram que o papel de pai é diferente do de mãe, complementando-se entre si. O homem é alguém próximo dos filhos, que desenvolve com eles um laço íntimo apoiado no afecto e nas interacções quotidianas e participa de forma activa na sua educação. No entanto, não abdica do seu reconhecimento enquanto principal figura de autoridade na família e só participa nos cuidados aos filhos de forma intermitente, levando-os à escola, por exemplo. Os cuidados que têm por base o desempenho de tarefas domésticas tipicamente associados ao lugar das mulheres na família, são considerados uma função feminina. Trata-se de uma área em que o homem ajuda, mas a responsabilidade principal recai sobre a mulher. A história de Miguel, parece ilustrar bem este tipo de lógica:

Miguel, 30 anos, 9.º ano de escolaridade, ex-empregado de escritório actualmente no desemprego, está casado há 9 anos com Ana, 28 anos, 11.º ano de escolaridade, vendedora de balcão, mãe de dois rapazes com dez e cinco anos de idade, respectivamente. Miguel e Ana conheceram-se quando o enteado tinha 3 meses de idade, casaram-se uns meses mais tarde e foram viver para a casa da avó dela; uma casa alugada com cerca de oito assoalhadas. Após o falecimento da avó, há 6 anos atrás, a tia mais nova da Ana, actualmente com 38 anos de idade, passou a residir com eles. No entanto, dado estar empregada num restaurante, tem um horário irregular e é raro o seu horário coincidir com os do resto da família. Para Miguel, exceptuando o facto de ter que conviver com o controlo diário da avó de Ana, a adaptação à vida em casal foi fácil. A parca idade do enteado e o facto de este não ter chegado a coabitar com o pai biológico facilitaram a sua integração na família enquanto figura parental. Foi Miguel quem impôs a Ana, após o casamento, que se procedesse à regulamentação do poder parental. A relação pai-filho começou quando o enteado tinha um ano de idade. De lá para cá, o pai tem pago com regularidade a pensão de alimentos. Cabe, no entanto, aos avós paternos, com quem o pai biológico reside, assegurar o grosso das responsabilidades paternas. Durante a semana, o enteado vai almoçar a casa dos avós paternos às quartas-feiras, os avós vão buscá-lo e pô-lo à escola, e de quinze em quinze dias passa com eles o fim-de-semana. As decisões face ao enteado sempre foram tomadas pelo casal recomposto, o pai do enteado nunca participou na educação do filho. Em termos parentais, o poder de Miguel é claramente superior ao poder do pai biológico: (...) *“É pá, eu dou-te a hipótese de tu ires todos os dias levá-lo à escola (...) se estiveres cá às 8.30am vais levá-lo todos os dias, o dia em que falhares, as coisas mudam.”* Porque é mesmo assim, a gente também tem que impor limites como é evidente, agora, nunca impus que o pai não o visse, nunca, nem vou fazê-lo. Até aos 4 anos de idade, o enteado de Miguel foi cuidado pela avó de Ana. Nessa altura, a participação de Miguel nos cuidados ao enteado limitava-se a adormecê-lo ao colo à noite, pois era o único que o conseguia fazer quando este estava mais agitado. Desde pequeno que o enteado se habituou a ver Miguel como um dos pais. Afinal, foi com ele que aprendeu a andar e a falar. De maneira a sentir-se verdadeiramente pai do enteado, Miguel sempre fez questão de ser tratado como tal: (...) *desde o princípio (...) dirigia-me como pai, nunca como Miguel, era: – “O pai ‘tá-te a dizer isto” p’ra ele perceber que eu era pai, e ele com o tempo começou-me a chamar de pai, como é evidente.* Ainda hoje recusa em absoluto o título de padrasto: ... *p’ra começar; eu não sou padrasto, sou pai.* Reconhece que sempre participou menos nos cuidados ao enteado que nos cuidados ao filho em comum, nascido quatro anos após o início da recomposição familiar. Nessa altura, Ana estava desempregada e Miguel conseguia manter a casa só com o seu ordenado. No entanto, teve sempre consciência da precariedade do seu vínculo de trabalho; trabalhava para uma empresa com carácter temporário. Por isso, no momento em que começaram os primeiros despedimentos, tinha o filho em comum cerca de ano e meio de idade, Ana arranjou emprego e Miguel passou a assumir grande parte das responsabilidades parentais. Hoje em dia, já em situação de desemprego

há um ano, é ele quem vai pôr e buscar os filhos à escola; quem os leva às consultas médicas; quem vai às reuniões na escola; quem lhes prepara o banho e o jantar e, algumas vezes, quem os coloca para dormir nos dias em que a mãe sai mais tarde do trabalho. O facto de estar desempregado leva-o a ter mais tempo disponível para estar em casa e a cuidar dos filhos no dia-a-dia. Com excepção de engomar, tarefa para a qual diz não ter paciência, Miguel aspira a casa, limpa o pó, lava a loiça, cozinha, etc. No entanto, admite que a partir do momento em que a mulher chega a casa, quem assegura o grosso das tarefas domésticas é ela. Enquanto segundo filho mais velho de um total de quatro irmãos, todos rapazes, Miguel foi desde pequeno habituado a ajudar a mãe nas tarefas domésticas, sobretudo, após a separação dos pais, aos 11 anos de idade. Ao fim do dia e durante o fim-de-semana é habitual a família deslocar-se à associação recreativa local a fim de tomar café e conviver com os amigos. O café constitui o local por excelência de sociabilização familiar. Miguel e Ana conversam com os amigos, enquanto os filhos brincam e jogam todos juntos. Não é habitual, por isso, pai e filhos desenvolverem actividades a sós entre si. É mais frequente colocar os filhos em locais onde estes podem interagir com crianças da mesma idade. No entender do Miguel, os filhos são uma responsabilidade dos pais e devem estar sempre com eles. O facto de ter educado o enteado ajudou-o a educar o próprio filho, dando-lhe experiência. Por ter participado mais nos cuidados ao filho que nos cuidados ao enteado, embora em pequeno também lhe fosse bastante ligado, Miguel considera que o filho está sem dúvida mais ligado a si que o enteado, que sempre esteve mais ligado à mãe e à família materna. A relação de Miguel com o enteado é como uma relação pai-filho a todos os níveis. Trata-se de uma relação individualizada na medida em que não precisa de mediação materna para existir. Para Miguel, a única diferença entre o enteado e o filho biológico prende-se com a idade, pelo que não exige ao filho as mesmas responsabilidades que exige ao enteado. No entanto, apesar de se considerar pai do enteado e não padrasto, quando questionado acerca de importância de ter filhos responde: *Filho já tinha, faltava ter um filho mesmo meu, que eu sabia que era meu, que era biológico, ninguém mo pode tirar*. Por outro lado, quando inquirido sobre os direitos dos padrastos em relação aos enteados, refere que os filhos são uma pertença dos pais biológicos, em particular, dos pais que cuidam deles no dia-a-dia. Pelo que se depreende que, para Miguel, o enteado, é menos seu filho que o próprio filho biológico.

A lógica da dualidade parental do padrasto estatutário

São três, os padrastos que adoptaram a lógica da dualidade parental. Estes homens vivem em situação de recomposição familiar no mínimo há ano e meio e no máximo há dez. Curiosamente, têm todos apenas uma enteada, que tinha quatro anos de idade no momento da recomposição familiar. São todos pais biológicos, dois no âmbito de uma conjugalidade anterior e um

no âmbito da actual conjugalidade. Os padrastos estatutários, bem como as respectivas mulheres, são oriundos de famílias de meio popular ligadas ao operariado. No entanto, os homens apresentam um nível de escolaridade mais elevado que as mulheres e, embora os dois trabalhem fora de casa, a actividade profissional da mulher assume um carácter secundário enquanto fonte de rendimento familiar. Em dois casos foram as mulheres e os respectivos filhos que mudaram de local de residência para irem viver com o padrasto.

Neste tipo de lógica, os padrastos estabelecem uma diferença significativa entre ser pai e ser padrasto, não só em termos de orientações normativas mas também no quotidiano familiar. A importância atribuída ao factor biológico na definição da paternidade parece influenciar a maneira como se processa o envolvimento com as enteadas. Em sua opinião, o sentimento que os une às enteadas é diferente do sentimento que os une aos seus próprios filhos, com quem estabelecem um laço afectivo mais forte e face a quem consideram ter, a todos os níveis, mais direitos bem como mais obrigações. Ao contrário das enteadas, os filhos são considerados uma “pertença” dos pais, que ninguém lhes pode tirar. Denota-se um forte impacto das representações “tradicionalistas” em torno da masculinidade e da importância da virilidade (paternidade biológica) na construção da identidade destes homens.

A distinção entre factor biológico e social na definição da paternidade reflecte-se na forma como as relações parentais são construídas. No caso das enteadas, a relação constrói-se com base no estatuto, isto é, tendo em conta o lugar do padrasto na estrutura familiar, enquanto companheiro da mãe. Trata-se mais de um lugar atribuído à partida, que de um lugar adquirido ao longo do tempo de vivência em comum. O padrasto vê-se a si mesmo como o principal provedor do sustento familiar e, desejavelmente, a principal figura de autoridade. A relação com as enteadas é, a todos os níveis, uma relação mediada pela figura materna. No caso dos filhos, a relação tem por base o estabelecimento de um forte laço afectivo. O laço pai-filho existe à margem da relação estabelecida entre o pai e a mãe. A relação com os filhos é apontada como a relação mais significativa na vida destes homens. É com eles que o padrasto se identifica mais. Na hierarquia dos afectos, o filho está à frente de todas as outras pessoas, incluindo da actual mulher.

O laço padrasto-enteado é um laço estatutário, menos próximo e também menos íntimo que o laço relacional entre pai e filho. A enteada é, para todos os efeitos, encarada como a filha da mulher e tratada dessa maneira pelo padrasto, pelo que a relação entre eles é sempre mediada pela mãe. O padrasto não se sente pai da enteada, quer o pai biológico seja ou não alguém presente

na sua vida. E é necessário muito tempo para a relação padrasto-enteada poder ser equiparada a uma relação parental do tipo pai-filho, registando-se sempre uma diferença perceptível entre o comportamento do padrasto face ao filho e face à enteada.

Em termos de interações, estes padrastos dedicam grande parte do seu tempo livre aos filhos. Enquanto, os cuidados face aos filhos são repartidos entre o padrasto e a sua família de origem, os cuidados face à enteada são uma responsabilidade essencialmente materna, em que a mulher pode ou não contar com a ajuda da sua própria família. A regra é que todas as responsabilidades associadas à enteada sejam desempenhadas só pela mãe. Em termos de cuidados prestados, a disponibilidade do padrasto face à enteada limita-se a esporadicamente levá-la a um ou outro local, caso a mãe não tenha de todo possibilidade de o fazer. O padrasto admite ter pouca disponibilidade para desenvolver tarefas específicas com a enteada, nomeadamente quando estas implicam alguma dose de paciência como, por exemplo, ensinar-lhe matérias escolares ou dar-lhe comida à boca durante a refeição. No entanto, face ao seu próprio filho, em particular quando este vive consigo a tempo inteiro ou parcial, o padrasto participa nos cuidados disponibilizando-se para o levar a todos os sítios necessários, para lhe dar banho, para o auxiliar na realização dos trabalhos de casa, etc. Só não preparam as refeições, pois essa é considerada uma tarefa feminina por excelência.

No que diz respeito às actividades partilhadas, os padrastos estatutários não desenvolvem quaisquer actividades específicas com as enteadas. Por um lado, dada a sua escassez de tempo, uma vez que passam muitas horas a trabalhar. Por outro, quando esse tempo existe, tendem a privilegiar as actividades desenvolvidas com os seus próprios filhos, registando-se uma forte separação a este nível. As actividades desenvolvidas com as enteadas assumem um carácter secundário face às actividades desenvolvidas com os filhos. Os filhos são a grande prioridade na vida destes homens, que não se coíbem de o demonstrar.

Também não é habitual conversarem com as enteadas, embora o possam fazer a título esporádico, nomeadamente em caso de indisciplina, quando consideram ter havido um mau comportamento. Já em relação aos próprios filhos as conversas são bastante frequentes, o pai tem aqui a preocupação de saber se o filho está bem a todos os níveis. Quando não vivem juntos, o pai telefona diariamente. Faz questão de estar presente e de se informar sobre tudo o que diz respeito ao filho, o bom e o mau.

A atitude da mãe face à parentalidade do padrasto é a de quem procura um pai para os filhos, partilhando com ele as responsabilidades bem como as decisões parentais. No entanto, depara-se com uma forte relutância por parte do padrasto em assumir outras responsabilidades face à enteada para além de contribuir para o seu sustento, nomeadamente através do pagamento da casa onde a família reside. Face à manifesta indisponibilidade do marido, a mãe continua a assumir a filha como uma responsabilidade apenas sua, mantendo-se como principal figura parental mais por imposição masculina que por vontade própria. Torna-se claro que a atitude da mãe não se coaduna com a posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade recomposta. Ela procura que o padrasto se envolva mais, mas ele mostra uma certa relutância em assumir como seus os filhos de outro homem.

Para os padrastos estatutários, os filhos são, a todos os níveis, considerados uma responsabilidade dos pais biológicos, o que acarreta duas consequências. Por um lado, estabelece-se uma dualidade parental dentro do agregado doméstico recomposto, com a parentalidade biológica a sair reforçada em detrimento da parentalidade recomposta. Por outro lado, assiste-se ao exercício de uma forma de parentalidade que se pode denominar parentalidade paralela, em que cada um dos membros do casal recomposto se responsabiliza em primeiro lugar pelos seus próprios filhos. Nos casos em que há filhos comuns esta situação parece criar algum desequilíbrio entre o casal em termos de exercício da parentalidade no quotidiano familiar. O casal conjugal assume-se como casal parental apenas e só nestes casos.

Deste modo, enquanto o padrasto tem mais poder em relação aos seus próprios filhos, a mulher tem mais poder face aos enteados e esta fronteira raramente é ultrapassada. No dia-a-dia, estes homens responsabilizam-se por tudo o que está relacionado com os seus próprios filhos, nomeadamente por ir levá-los e buscá-los à escola ou às actividades extracurriculares, mas não se responsabilizam por nada directamente relacionado com os enteados. As tarefas parentais encontram-se atribuídas, assim, em função do tipo de laço que une adulto e criança: laço biológico *versus* laço social.

No entanto, em termos de autoridade, estes homens consideram que na família há sempre alguém que manda mais, alguém que estabelece os limites e *manda dois berros se for necessário*. Pela sua experiência de vida, esse lugar é uma competência masculina por excelência. Eles são os chefes de família, são eles que *comandam o navio*. Daí que, embora procurem não se *intrrometer* na educação da enteada como forma de evitar o conflito entre o casal, os padrastos estatutários consideram que dentro de casa são eles a

principal figura de autoridade. Autoridade surge aqui associada à partilha do mesmo espaço – a casa – que, regra geral, é deles.

O facto de o pai biológico ser ou não uma figura presente na vida da enteada parece não alterar a forma como a parentalidade é gerida pelo casal recomposto. Apenas num dos casos aqui em análise, pai e filha estão juntos regularmente nos dias de visita. O lugar ocupado pelo pai biológico no quotidiano da enteada parece, assim, influenciar menos a lógica da dualidade parental que a posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade recomposta e biológica. Em termos de regulamentação da guarda, trata-se de situações em que a guarda foi atribuída à mãe, é ela a principal responsável parental, vigorando a auto-regulação como forma de regulação parental. O padrasto não interfere neste campo da vida familiar. A este nível, a história de Manuel constitui um bom exemplo:

Manuel tem 38 anos de idade, vive há ano e meio em união de facto com Sara, 32 anos de idade, estrangeira, a viver em Portugal há cerca de 5 anos. Manuel tem o 6.º ano de escolaridade, trabalha por conta própria como operário especializado e empreiteiro da construção civil. Sara trabalha como cozinheira e tem o 11.º ano de escolaridade. Ele tem um filho de 7 anos, fruto do seu casamento anterior, que passa metade do tempo consigo, num regime de guarda alternada informal (legalmente a guarda do filho foi atribuída à mãe). Ela tem uma filha de 5 anos, que veio para Portugal aos 5 meses de idade e, desde então, não manteve qualquer contacto com o pai. O casal conheceu-se através de um dos empregados de Manuel e namoraram alguns meses antes de começarem a viver juntos, o que só ocorreu depois de concluída a relação de bens entre Manuel e a ex-mulher, ou seja, depois da casa onde a família reside actualmente ter passado para o nome dele. Vivem numa casa com 4 assoalhadas, onde cada uma das crianças tem um quarto para si. Manuel considera que a adaptação à vida em casal foi mais complicada para Sara, dado que ele se encontrava muito fragilizado com o divórcio. Custou-lhe muito aceitar que o casamento com a ex-mulher tivesse chegado ao fim, mas tendo em conta o desgaste atingido foi ele próprio quem propôs o fim da relação. Ao divorciar-se, Manuel viu-se obrigado a redefinir o seu papel como pai e passou por um período conturbado em que a ex-mulher não o autorizava a estar com o filho, carinhosamente apelidado de *tesouro*. Não será por isso de espantar que a relação mantida com o filho seja considerada a relação mais importante da sua vida. No momento em que a recomposição familiar ocorreu, tanto o filho como a enteada reagiram mal por uma questão de ciúme. Esta situação só foi ultrapassada graças à intervenção de terceiros, nomeadamente das professoras que intercederam a favor do casal. No entanto, a enteada teve mais facilidade em aceitar o padrasto, que o filho em aceitar a madrasta. O facto de o filho, ao contrário da enteada, conviver com ambos os pais, parece ter contribuído para dificultar este processo. Ao contrário do que acontecia na sua conjugalidade anterior, em que a ex-mulher,

apesar de não trabalhar fora de casa, lhe exigia que participasse nas tarefas domésticas, a actual mulher, para além de trabalhar fora de casa, desde logo assumiu a responsabilidade de cuidar sozinha da gestão diária da casa: *Eu acho, acho bem dividir metade (...) só que eu não faço porque ela não me pede e eu também não dou assim muito jeito (...)*. É ela quem faz as compras, quem cozinha, quem limpa a casa, etc. Tudo isto sem recorrer a qualquer tipo de ajuda externa. Esta divisão dos papéis na família é do agrado de Manuel, que considerava injusta a situação vivida na sua anterior conjugalidade. Assim, cabe a Sara o papel de principal responsável pela gestão quotidiana da vida familiar e a Manuel o papel de principal provedor. O emprego de Sara é encarado como uma forma dela poder fazer face às suas próprias despesas, onde se inclui o colégio da filha. Tudo o resto, desde o pagamento do empréstimo da casa às despesas com a alimentação, passando pelos passeios ao fim-de-semana, é pago por Manuel. Apesar de Sara querer que Manuel se sinta pai da enteada e proceda como tal, incentivando a filha a tratá-lo por pai – (...) *a mãe dela diz: “O pai é, o pai é o Manuel, ele é que está a criar. Tens que gostar dele.”* – ele apenas se sente pai da enteada na medida em que a sustenta e contribui para a sua educação. A este nível, considera que as responsabilidades de um pai e de um padrasto são as mesmas, pois a enteada mora com ele e é ele quem ajuda a sustentá-la e quem a está a educar. Em termos materiais não estabelece qualquer distinção entre o que compra para um e para o outro, tudo o que compra para o filho também compra para a enteada. Porém, em termos afectivos, considera haver uma diferença significativa entre ser pai e ser padrasto. O sentimento que o une ao seu próprio filho é diferente daquele que o une à enteada. Gosta dela, mas gosta mais do seu próprio filho, com quem tem uma relação, a todos os níveis, mais significativa: *Este, o meu filho, é a coisa, é a coisa melhor que eu tenho, que eu tive até hoje e que eu tenho, é ele*. É capaz de fazer cócegas à enteada manifestando deste modo o seu carinho, mas se o filho estiver presente é com ele que interage em primeiro lugar. Vê a enteada como um prolongamento da relação conjugal e a relação com ela é mediada pela mãe. Assim, ao contrário do que faz com o próprio filho, não há nenhuma actividade que desenvolva apenas com a enteada. Aqui, o facto de o filho ser rapaz e da enteada ser rapariga também parece influenciar a relação que Manuel mantém com cada um deles. Neste sentido, parece ter dificuldade em estabelecer uma relação com a enteada independente da hierarquia entre parentalidades biológica e recomposta. Embora a autoridade constitua, a seu ver, um dos requisitos para o exercício do lugar de pai, Manuel não está ainda suficientemente à vontade para se assumir enquanto figura de autoridade face à enteada: (...) *ela não é minha filha, gosto dela, tudo bem, prontos, ela mora comigo há 1 ano e meio, não é aquele amor como eu tenho, tenho com o meu filho (...) quando ‘tá ao pé da mãe, quando ela faz alguma coisa que, que tenha que ser chamada à atenção, eu não digo nada, prefiro que seja a mãe a dizer-lhe, ela é que é a mãe dela. (...) Se for eu a falar com o meu filho sou capaz de gritar com ele por qualquer coisa e ela com a filha dela a mesma coisa, mas eu com a filha dela não grito, nem ela com o meu filho.*

A lógica do suporte parental do padrasto ajudante materno

São seis, os padrastos que adoptaram a lógica do suporte parental. Trata-se de homens que vivem com os enteados no mínimo há 1 ano e meio e no máximo há 19 anos. Por regra, os enteados tinham entre 7 e 10 anos de idade no momento da recomposição familiar e cada padrasto conta apenas com um enteado, que tanto pode ser rapaz como rapariga. Cinco padrastos também são pais biológicos, da conjugalidade actual e/ou de anteriores. Após o divórcio, os filhos anteriores ficaram a viver com a mãe. Estes homens, bem como as suas companheiras actuais, apresentam níveis de escolaridade intermédios a superiores (entre o 9.º ano e a licenciatura) e exercem actividades profissionais semi-qualificadas ou qualificadas, quase sempre bem remuneradas. Em geral, ambos os membros do casal contribuem para a prestação da casa onde residem.

Para estes padrastos, o facto de a parentalidade anteceder a conjugalidade recomposta justifica a desigualdade entre mãe e padrasto. A mãe é reconhecida e aceite como principal figura parental e o padrasto assume a posição de ajudante materno. Trata-se de alguém que, no dia-a-dia, ajuda a complementar o papel da mãe, ocupando um lugar parental novo. Apesar de se disponibilizar para auxiliar sempre que a mulher solicita o seu apoio, o padrasto não assume nenhuma responsabilidade específica face ao enteado.

Dentro do agregado doméstico recomposto, o factor biológico legitima a diferença entre a mãe e o padrasto em termos de responsabilidades parentais assumidas, estabelecendo-se uma hierarquia entre parentalidades. A noção de que os filhos constituem uma responsabilidade dos pais biológicos é aqui muito forte. A disponibilidade do padrasto é menor que a disponibilidade materna e varia em função da intensidade da sua actividade profissional.

Com efeito, atribuem tanta importância à família como à vida profissional. A profissão é, a par da família, assumida como fonte de realização pessoal. Dentro da família, destaca-se a relação entre o padrasto e os seus filhos biológicos. A paternidade biológica é sentida como um elemento fundamental da sua identidade pessoal. As responsabilidades enquanto pais ultrapassam em muito as responsabilidades enquanto padrastos.

Por outro lado, consideram que aos lugares de pai e de mãe correspondem a atribuições específicas no quotidiano familiar. Por isso são de opinião que as mulheres, enquanto mães, são mais responsáveis que os homens, nomeadamente no que diz respeito às rotinas familiares. São elas as principais

responsáveis em termos de educação. Enquanto as mulheres fazem, os homens, sejam eles pais ou padrastos, ajudam. Uma mãe sabe cuidar melhor de um filho do que um pai, nomeadamente quando este é pequeno e necessita de maiores cuidados. A diferença entre ser homem e ser mulher justifica a atribuição de competências parentais distintas, assistindo-se a uma associação entre parentalidade e género.

Isto significa que, em termos de interacções familiares, a forma como se é padrasto parece depender mais do modo como o lugar do homem na família é percebido e construído tendo em conta valores e orientações, e menos do tipo de lugar ocupado – pai ou padrasto. Ou seja, o modo como a relação padrasto-enteado é construída não difere muito do modo como a relação com os filhos foi ou é construída, nomeadamente nos casos em que há filhos anteriores. O pai procura aliar-se à mãe enquanto figura complementar – ajudante materno, e, em simultâneo, promove uma relação de proximidade com os filhos através do jogo e da brincadeira. Neste sentido, ser pai e ser padrasto são lugares que se equiparam.

Esta forma de pensar dos homens parece encontrar eco na atitude das mulheres, que procuram alguém que divida consigo as responsabilidades e as decisões associadas ao dia-a-dia, mas salvaguardam para si mesmas as grandes responsabilidades, bem como as grandes decisões parentais. Independentemente do casal parental biológico sobreviver ou não à ruptura conjugal⁸, a mãe assume-se como a principal figura parental dentro do agregado doméstico recomposto, impondo ao actual companheiro este *modus operandi*.

A participação do padrasto nos cuidados ao enteado reveste-se de um carácter intermitente, ocorrendo apenas quando a mãe não tem disponibilidade para o fazer. Sempre que os cuidados envolvem tarefas associadas ao lugar tradicional da mulher na família – preparar refeições, cuidar da roupa da criança, dar-lhe banho, vesti-la – é habitual o padrasto não participar. Pelo contrário, se os cuidados implicarem o contacto com o mundo exterior à casa – como, por exemplo, ir pôr ou buscar o enteado à escola, às actividades extra-curriculares ou à casa de alguém – aumenta a probabilidade do padrasto participar.

⁸ Dos seis casos em análise, há dois em que o modo de guarda adoptado é a guarda conjunta. Num deles, trata-se de uma guarda com residência alternada; no outro, o enteado mantém como residência principal a casa onde vive com a mãe e o padrasto. Os casos de guarda conjunta são os únicos em que o ex-casal tem por hábito conversar entre si a respeito da educação dada ao filho.

Os padrastos ajudantes maternos disponibilizam-se, sobretudo, para interagir com os enteados desenvolvendo com eles actividades lúdicas, que variam em função da idade e do sexo dos mesmos. Para os entrevistados, é mais fácil partilhar actividades quando os enteados são pequenos ou quando são do sexo masculino: jogar *playstation*; jogar à bola; andarem juntos de bicicleta; brincarem na praia; construírem pistas de carros; ou irem juntos ao futebol. O facto de desenvolverem estas actividades em conjunto ajuda a promover a proximidade entre ambos, facilitando a integração do padrasto em termos familiares.

Talvez, por isso, nos casos em que a enteada é uma rapariga, as interacções desenvolvidas têm por base, sobretudo, o diálogo, nomeadamente quando ela tem mais de 7 ou 8 anos de idade no momento da recomposição familiar e não há nenhum rapaz com quem “jogar” em simultâneo. Porém, os temas de conversa, quer se trate de uma rapariga ou de um rapaz, são quase sempre os mesmos: a escola e as amigas. Sempre que se apercebe que o enteado tem um problema ou uma dúvida, o padrasto procura conversar com ele, esclarecendo-o e, se for caso disso, reconfortando-o.

Apesar da relação padrasto-enteado apresentar sinais de individualização nas actividades e nas conversas desenvolvidas a dois, o facto de o padrasto participar pouco nos cuidados ao enteado, não assumindo qualquer responsabilidade parental específica face ao mesmo, e da mãe permanecer a principal figura parental, sugerem que a relação padrasto-enteado permanece uma relação mediada pela figura materna, considerada o *pivot* da relação.

Esta mediação é visível, por exemplo, nas questões associadas à autoridade parental. A autoridade é percebida como uma área de influência associada à parentalidade biológica. Dentro do agregado doméstico recomposto trata-se de uma atribuição materna, dado que os filhos são “dela”. Como sinal de desagrado quando não gostam do comportamento do enteado, estes homens boicotam as actividades desenvolvidas em conjunto como, por exemplo, jogar *playstation*, no entanto, não faz parte das suas competências parentais aplicarem castigos. A mediação materna assume maior relevância à medida que os enteados entram na fase da adolescência, tornando-se mais frequentes os conflitos padrasto-enteado. Por regra, o padrasto diz à mãe o que julga estar mal e é ela quem fala com o filho a esse respeito.

A forma como os padrastos ajudantes maternos interagem com os enteados tem por base também uma dimensão relacional. O afecto é considerado uma componente essencial das relações familiares. A relação padrasto-enteado não

constitui a este nível uma excepção. Trata-se de alguém com quem o enteado sabe poder contar aos mais diversos níveis. No entanto, a natureza do laço, biológico *versus* social, faz com que se estabeleça uma diferença significativa em termos de sentimento. Ao contrário do laço pai-filho, o laço padrasto-enteado pode não ser um laço íntimo e apresenta limitações.

Aqui os laços de filiação são importantes. A relação com os filhos é considerada diferente da relação com os enteados. Embora no quotidiano procurem não estabelecer qualquer distinção entre os filhos e os enteados, na realidade, essa igualdade formal assenta numa desigualdade de princípio. Para os padrastos ajudantes maternos, o factor biológico é determinante na definição da relação estabelecida. Por isso, em seu entender, “mãe é sempre mãe”, “pai é sempre pai” e “filho é sempre filho”. Eles não se sentem pais do enteado, nem procuram substituir o pai no dia-a-dia. Vêm-se como indivíduos adultos, amigos e companheiros de brincadeira dos enteados.

O facto de o pai biológico ser ou não uma figura presente na vida do enteado parece não alterar a forma como a parentalidade é gerida pelo casal recomposto. Por norma, pai e filho contactam entre si, embora a qualidade da relação fique aquém do desejado pelo padrasto. O lugar ocupado pelo pai biológico no quotidiano parece, assim, ter menos relevância na definição da lógica do suporte parental que a interligação entre a atitude da mãe – que coloca algumas reservas ao exercício da parentalidade recomposta – e a posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade em geral, marcada pelo princípio da diferenciação de género. A história de Pedro constitui um bom exemplo da lógica aqui analisada:

Pedro tem 33 anos e é licenciado. Após algumas incursões profissionais mal sucedidas estabilizou como empresário em nome individual. É casado pelo civil com Inês, 36 anos de idade, bacharel, que trabalha como secretária, mãe de um rapaz com 9 anos de idade. Pedro e Inês vivem juntos há quase 3 anos e casaram há 1 ano atrás. Conheceram-se na altura em que eram colegas de trabalho, pouco tempo depois dela ter sido mãe. Embora conheça o enteado desde pequeno, só pouco tempo antes de irem viver juntos é que Pedro foi formalmente apresentado como namorado da mãe, tinha o enteado 6 anos de idade. Tratou-se de uma ocasião programada, jantaram juntos num restaurante. A casa nova, adquirida em nome de ambos os membros do casal, situa-se nas imediações da casa do pai biológico do enteado, com quem este passa metade do tempo num regime de guarda conjunta de residência alternada; o enteado muda de casa todas as semanas. Foi Pedro quem mudou de área de residência. Antes da passagem à coabitação, a reacção do enteado à presença do padrasto foi sempre boa. Pedro gosta de brincar com crianças, por isso é natural que elas guardem boas recordações suas; é o filho mais novo de uma família de seis irmãs

e desde pequeno sempre acompanhou o nascimento e o crescimento de vários sobrinhos. Contudo, nos primeiros tempos de coabitação, o enteado retraiu-se um bocado ao aperceber-se do impacto da relação conjugal na sua relação com a mãe. Mas com o tempo e o investimento de Pedro na relação, esta reacção inicial acabou por ser superada. Para dar o exemplo ao enteado, começou a ser uma pessoa mais atenta aos seus comportamentos dentro de casa, passou a ser mais arrumado e a controlar-se mais nas discussões com a mulher. Dada a sua inexperiência em termos conjugais e parentais, pois viveu com a mãe até aos 30 anos de idade, foi-lhe complicado adaptar-se à nova situação familiar. Ainda hoje continua a pedir conselhos à mulher a respeito do modo como deve agir perante o enteado e como se deve ou não comportar em casal. Dá-se muito bem com o enteado, embora reconheça que é necessário impor-lhe limites. De acordo com as suas próprias palavras: (...) *eu já dei o braço a torcer com ela, já conversei com ela n vezes, e peço-lhe exactamente ajuda, para me ajudar a mim próprio, 'né? Porque... Eu também nunca tinha vivido com um miúdo, nunca tinha tido um filho (...) cometi muitos erros que, se calhar cometem os pais novos, os pais de "primeira viagem". Penso que me vai ser muito útil depois para o futuro e o [nome enteado], de facto, ajuda-me imenso. É o meu amiguinho cá dentro, é o meu rival cá dentro também, porque eu às vezes fico em polvorosa com ele.* Há pouco tempo atrás, Pedro e Inês começaram a planear ter um filho em comum e decidiram mudar o quarto do enteado, pintando-o de maneira diferente e substituindo a cama individual por um beliche (no momento em que a entrevista decorreu a mulher estava grávida há 1 mês e meio). Desde que começou a dormir na parte de cima do beliche, o enteado tornou-se mais autónomo da mãe. Apesar de querer muito ter um irmão, depois de confirmada a gravidez, começou a mostrar-se inseguro quanto ao seu lugar na família. Pedro aproveitou esse momento para conversar a sós com o enteado acerca da sua importância na família. Costuma repreender o enteado e isso até ao momento nunca foi posto em causa pela mulher, embora ela tenha tendência a proteger o filho nas situações de conflito, atitude que Pedro desaprova: *Assim como o defende e acha-se na obrigação de e no dever de, também o castiga e acha-se na obrigação de e no dever de. Eu sou uma peça totalmente à parte. Por outro lado, também lhe mostro que se eu vivo aqui e ele vive comigo há regras que imperam. (...) Aquilo que acontece são arrufozinhos e eu também, às vezes, se calhar dou azo a isso, também dou uma de criançola (...) deveria virar costas e não viro e faço um finca-pé, e ele faz o finca-pé dele e pronto!* Quando o enteado se porta mal, Pedro castiga-o boicotando as actividades desenvolvidas em conjunto como, por exemplo, os jogos de computador. Nunca lhe bateu. Gosta muito do enteado, trata-o como se fosse seu filho e acha que, com a vinda do filho em comum, a relação entre ambos se irá estreitar ainda mais: *É assim, eu sei que ele não é meu filho, mas eu gosto de acreditar que há parte dele que sou eu.* Contudo, percebe-se que, por um lado, tem expectativas elevadas em relação ao facto de ser pai biológico e, por outro lado, tem pena de não ter conhecido a mulher antes de esta ter casado pela primeira vez, ou seja, sente pena de não ser ele o pai biológico do enteado. Não obstante, Pedro considera que está a preencher um vazio existente na vida do enteado em termos de afectividade, porque sabe que,

ao contrário de si, o pai do enteado tem dificuldade em demonstrar os seus afectos. É um padrasto disponível para o enteado, não só o vai pôr e buscar à escola quando para tal é solicitado, como tem por hábito partilhar actividades lúdicas com ele e aprecia os momentos em que o enteado vem ter consigo para conversarem a sós. No entanto, não é um padrasto que partilhe com a mulher numa base equitativa as responsabilidades face ao enteado, onde se incluem as tarefas como cozinhar, tratar da roupa, etc., tudo o que faz em casa e em prole do enteado é feito numa lógica de ajudar a mulher, a figura parental dominante. Também se preocupa com o desempenho escolar do enteado, diz que o faz por oposição ao que o seu pai fazia consigo, totalmente desprendido. O enteado trata-o pelo nome próprio e não reage bem quando se dirigem a ele tratando-o como filho de Pedro. Tem uma forte relação com o pai e vê o padrasto como um amigo: *Trata-me por Pedro e amiguinho e dá-me muitos beijinhos, coisa que às vezes falha do outro lado. Não por meu conhecimento, mas por que falo com a mãe dele, não é? (...) Vamos jogar computador, ele está-me a dar beijinhos, dá-me palmadinhas e depois, às vezes, é bruto, é natural, é a maneira dele ser.*

A lógica da co-parentalização progressiva do padrasto reivindicativo

Os quatro padrastos que adoptaram a lógica da co-parentalização progressiva vivem no mínimo há 6 meses e no máximo há 15 anos em situação de recomposição familiar. No momento inicial da relação, os enteados tinham no mínimo 3 anos de idade. Apenas dois são pais biológicos: um no âmbito de uma conjugalidade anterior (após a ruptura conjugal os filhos ficaram a viver com a mãe); outro no âmbito da conjugalidade actual (filho em comum). Em termos escolares, são indivíduos com formação média ou superior cujas mulheres possuem no mínimo uma licenciatura. Todos desempenham profissões qualificadas e bem remuneradas. Por regra, vivem na casa da mulher com recurso ao dinheiro dela.

Estes homens consideram que o lugar de padrasto em contexto de recomposição familiar é um lugar construído. Vêem-se como amigos e educadores do enteado. Não se limitam a ajudar a mãe no quotidiano familiar, assumem-se como mais uma das figuras parentais em jogo na “constelação familiar recomposta”⁹, dividindo com a mãe as responsabilidades parentais que, no momento inicial da recomposição familiar, constituíam uma obrigação materna e eram divididas entre a mãe e a sua família de origem (avós maternos; tios maternos; etc.). Assim, à medida que o tempo de recomposição familiar

⁹ Expressão utilizada por Théry para descrever o espaço de circulação da criança filha de pais separados/divorciados. A partir de meados dos anos 80 do século XX, a definição de família apresentada pela criança passa a incluir dois agregados domésticos; a casa da mãe e a casa do pai (Théry, 1993).

avança, as responsabilidades associadas ao enteado passam a ser assumidas por ambos os membros do casal. Talvez por isso, o padrasto não abdica de ser reconhecido enquanto figura de autoridade, nem de manifestar livremente a sua opinião em tudo o que diz respeito ao enteado. A dinâmica parental em contexto de recomposição não fica refém do modo como mãe e filho se relacionavam entre si no passado. No entanto, a mãe continua a assumir-se como a principal figura de autoridade face aos filhos. No caso em que a situação de recomposição familiar deu origem a um filho em comum, a autoridade do homem é maior face ao filho que face ao enteado. O padrasto procura não se impor em demasia na sua relação com o enteado, pois sabe que isso pode originar conflitos com a mulher.

Isto significa que os padrastos reivindicativos reconhecem e aceitam como inevitáveis algumas das especificidades associadas à configuração familiar recomposta, tais como: i) a existência de um subgrupo mãe e filhos dentro do agregado doméstico recomposto; ii) a legitimidade do padrasto, ao contrário da legitimidade do pai, passa pela aprovação materna. Por um lado, não negam que entre mãe e filho exista uma relação de maior proximidade que entre padrasto e enteado. Reconhecem mesmo a existência de um subgrupo parental dentro do agregado doméstico recomposto e consideram que este deve ser respeitado, retirando-se sempre que percebem que mãe e filho precisam de tempo e de espaço para estarem a sós. Contudo, ao contrário dos padrastos ajudantes maternos, mostram relutância em serem tratados como *outsiders* por parte das mulheres, nomeadamente em termos de decisões parentais¹⁰. Têm consciência que a atitude da mãe é determinante para a sua integração na família enquanto figura parental e que a legitimidade das decisões parentais recai sobre os pais biológicos, nomeadamente a mãe. Daí a dificuldade, e até mesmo o sentimento de ingratidão, em relação ao papel de padrasto: enquanto a legitimidade do pai existe por si só e não precisa do reconhecimento materno, a legitimidade do padrasto passa por uma estreita articulação com a mãe e o seu modo de educar. Conjugalidade e parentalidade encontram-se assim interligadas. Os padrastos reivindicativos não possuem autonomia suficiente para agir sem o consentimento materno. A relação padrasto-enteado surge, por isso, como uma relação mediada pela figura materna, considerada o *pivot* da relação. No entanto, como há lugar à negociação entre o casal a respeito das decisões parentais e o padrasto não deixa de manifestar o seu ponto de vista, a mediação materna tende a perder acuidade à medida que aumenta o tempo de vivência em comum. Afinal, são eles a figura parental masculina presente no quotidiano familiar.

¹⁰ Em 1993, Papernow, terapeuta familiar americana, introduziu a expressão *intimate outsider* ao descrever o lugar do padrasto nas famílias recompostas. Em seu entender, o padrasto seria sempre um *outsider* face à unidade criada entre a mãe e os filhos enquanto família monoparental.

A este nível, torna-se pertinente analisar a interdependência entre o lugar ocupado pelo pai biológico no quotidiano e o lugar ocupado pelo padrasto. Nos casos em que o pai biológico é uma figura pouco presente (não contacta com os filhos fora dos dias de visita ou as visitas têm um carácter pontual), o casal recomposto assume-se como principal casal parental, ou seja, as decisões relacionadas com o enteado são tomadas por ambos os membros do casal, ainda que caiba à mãe a decisão final. Porém, caso o pai biológico seja uma figura presente, o padrasto associa-se ao casal parental biológico, co-existindo, pelo menos, três figuras parentais. O padrasto procura ser a terceira figura parental, situação que alguns entrevistados denominaram de *co-paternidade*.

A mãe estimula a relação entre pai e filho – dinâmica integração após ruptura conjugal – no entanto, procura intervir enquanto mediadora da relação, estabelecendo os parâmetros nos quais a relação deve ocorrer, o que nalguns casos gera conflitos entre *exes*. Por outro lado, vigora a auto-regulação como forma de regulação familiar. Se o pai não puder cumprir com os dias de visita, a mãe toma conta da criança. Num dos casos, a enteada, hoje com 16 anos, deixou de querer passar fins-de-semana com o pai há 2 anos atrás, dada a falta de gratificação da relação. Hoje em dia encontram-se esporadicamente, menos que uma vez por mês.

O padrasto não se intromete na relação entre os pais biológicos, nem mesmo quando a sua participação é requerida pelo pai. Só intervém quando as decisões do pai interferem com os seus planos pessoais, nomeadamente através da alteração da data de férias. Nessas ocasiões, o padrasto manifesta o seu desagrado. Por outro lado, reconhece que a estabilização da relação entre o enteado e o pai, seja no sentido de se aproximarem ou de se afastarem, contribuiu para uma melhor clarificação do seu lugar na família, designadamente em termos classificatórios.

À semelhança do que acontece com os padrastos envolvidos que adoptaram a lógica da pluriparentalidade, a parentalidade do pai biológico não impede a parentalidade do padrasto. O lugar de padrasto é um lugar parental que se adiciona aos dois lugares parentais pré-existentes. No entanto, ao contrário dos padrastos envolvidos, os padrastos reivindicativos não procuram agir enquanto mediadores ou conciliadores familiares, mas sim enquanto elementos neutros da relação, interferindo o menos possível no relacionamento entre o enteado e o pai, ou dos pais biológicos entre si. Em seu entender, o padrasto não deve procurar ocupar um lugar que não lhe pertence salvo se o pai for uma figura ausente. Isto não impede que, no dia-a-dia familiar, o padrasto se sinta e aja como pai do enteado.

Aqui é muito importante a noção de compromisso familiar. Na opinião dos padrastos reivindicativos, viver em família implica que se façam concessões. Os interesses familiares sobrepõem-se muitas vezes aos interesses pessoais do padrasto e o enteado é sentido como um compromisso do casal, competindo tanto à mãe como ao padrasto formá-lo e educá-lo para a vida. Isto significa que a vivência em situação de recomposição familiar alterou de modo profundo o quotidiano destes homens. Apesar de, em regra, valorizarem tanto a família como a vida profissional, estes padrastos fazem questão em estar presentes no dia-a-dia, disponibilizando-se para interagir com os enteados e predispondo-se a ajudá-los em tudo o que for necessário.

No entanto, os arranjos familiares têm em conta a disponibilidade de cada um dos cônjuges em termos de horário de trabalho. Com efeito, o padrasto é ou foi durante algum tempo, nomeadamente em relação aos enteados mais pequenos, responsável por assegurar tarefas específicas como ir pôr e buscar à escola ou às actividades de tempos livres. Não se trata aqui de substituir pontualmente a mãe, mas sim de assegurar no dia-a-dia uma responsabilidade parental. Esta participação do padrasto nos cuidados ao enteado é importante, na medida em que gera proximidade e integração familiar. Ao contrário da mulher que, independentemente de ter ou não disponibilidade, tem que assegurar as obrigações parentais ou pensar na forma de as delegar em alguém, os padrastos tendem a especializar-se nesta ou naquela tarefa em particular. De facto, se ambos os membros do casal estiverem livres, por norma quem se ocupa dos enteados é a mãe. É ela quem, aos fins-de-semana, vai pô-los e buscá-los às actividades e é com ela que eles normalmente estão, verificando-se uma certa autonomia materna em termos de actividades. Se as saídas dos enteados se processarem à noite, passa a ser uma responsabilidade do padrasto ir pô-los e buscá-los ao restaurante ou à discoteca.

Em, pelo menos, dois dos casos aqui em análise, a divisão de tarefas e das responsabilidades parentais entre o casal parece estar associada a uma imagem do homem enquanto símbolo de protecção familiar. As saídas têm que ser combinadas com antecedência, caso contrário, o padrasto pode negar-se a levar o enteado e este não sai. É a mãe quem pede ao padrasto a sua intervenção a este nível, subscrevendo na íntegra a sua tomada de posição. A questão do padrasto ter o papel de *mau da fita*, expressão usada por um dos entrevistados, prende-se com o facto de, tradicionalmente, a função de figura de autoridade estar associada ao lugar do homem na família e não ao lugar da mulher.

Em termos de actividades, aquelas que são desenvolvidas a dois ocorrem quase sempre no espaço doméstico. Quanto mais novo o enteado for, maior é a

probabilidade do padrasto interagir com ele com base no jogo e na brincadeira, sobretudo se for um rapaz. Nalguns casos, este comportamento faz parte de uma estratégia para conquistar o afecto e a admiração do enteado nos primeiros tempos de vivência em comum. Contudo, à medida que o enteado cresce, são cada vez menos comuns as actividades lúdicas. A adolescência transforma a relação e as actividades desenvolvidas passam a ter por base a ajuda na realização dos trabalhos de casa ou no esclarecimento de dúvidas relacionadas com matérias escolares. Ainda que possa acontecer, raramente estes padrastos saem de casa sozinhos com os enteados sem ser numa situação de ir pôr ou buscar a um local específico. Só a título excepcional o padrasto irá com o enteado ao cinema, por exemplo, mas para isso é necessário que mais ninguém na família queira fazê-lo. Regra geral, as actividades fora do espaço doméstico são realizadas por toda a família ou então apenas pela mãe com os filhos, o que vem reforçar a ideia da forte autonomia materna neste tipo de família.

Em relação à comunicação, as conversas ocorrem predominantemente à noite durante o jantar, o momento por excelência da reunião familiar. Conversam sobre os assuntos relacionados com a escola, os amigos, as saídas à noite, mas não conversam sobre questões íntimas. Essas são conversas que a mãe tem com o filho em privado, nomeadamente no caso das raparigas. Aqui, o papel do padrasto é sobretudo o de introduzir uma pitada de humor sempre que sente uma certa tensão no ar. Apesar do teor das conversas mantidas com o padrasto ser menos íntimo, em pelo menos dois dos casos em análise o padrasto considera que, a seguir à mãe, é ele a pessoa em quem o enteado mais confia e de quem se sente mais próximo. Trata-se de uma relação aberta, apoiada no forte diálogo. Quando os enteados são mais velhos, os padrastos procuram transmitir-lhes os seus gostos pessoais, tanto em termos de lazer como em termos musicais e literários.

No que se refere aos cuidados, a mãe permanece a principal responsável. O acto de cuidar, nomeadamente quando implica contacto físico – como dar banho, por exemplo – pressupõe a existência de uma intimidade que nos casos aqui em análise não se proporcionou. O padrasto pode mandar os enteados tomarem banho, mas não lhes dá banho. Por um lado, devido à idade avançada dos enteados no momento da recomposição familiar, já faziam muitas coisas sozinhos. Por outro, devido ao medo que o padrasto sente em ser mal-entendido na sua aproximação física ao enteado, nomeadamente quanto este é do sexo feminino¹¹. A participação do padrasto nos cuidados ao

¹¹ Dada a conotação social negativa dos lugares associados à recomposição familiar, de padrasto e de madrasta (Robinson e Smith, 1993; Ganong e Coleman, 1997), há padrastos que se mostram relutantes em desenvolver tarefas parentais que impliquem um contacto mais próximo com o corpo do enteado, o que é consistente com os resultados empíricos de outros estudos (Robertson, 2008).

enteado processa-se de modo indirecto, preparando as refeições para a família, pondo a roupa do enteado a secar, etc. Assim, é habitual o padrasto cozinhar o jantar para a família, mas quem prepara o enteado para dormir é a mãe. Não obstante, quando os enteados são pequenos e ainda não sabem ler é habitual ouvirem histórias contadas pelo padrasto ao adormecer.

O laço padrasto-enteado é um laço relacional, apoiado na dimensão processual da relação. O padrasto considera-se próximo do enteado, mas não tem com ele uma relação tão íntima como a mãe, eleita a principal confidente. A proximidade varia de enteado para enteado, tendo em conta a idade, o género e a personalidade de cada um. Para além disso, nos casos em que os padrastos também são pais, a ausência de um laço biológico é considerada determinante para a relação entre ambos. O laço padrasto-enteado é, então, menos íntimo que o laço pai-filho. Por conseguinte, ser pai e ser padrasto não são lugares iguais, embora se possam equivaler.

Ao contrário da relação padrasto-enteado, a relação pai-filho surge como uma relação individualizada, que se baseia na partilha de muitos momentos a dois. Um pai faz exactamente as mesmas coisas que uma mãe, nomeadamente em termos de cuidados primários. Dar banho e ter contacto íntimo com a criança constitui, a este nível, o melhor exemplo. Ser pai e ser mãe constituem lugares distintos atendendo às diferenças de género, mas não em termos funcionais do que um e outro podem fazer em prole dos filhos, nomeadamente no dia-a-dia familiar. Para além disso, quer em termos de interações, quer em termos de sentimento, a relação pai-filho é percebida como uma relação distinta da relação padrasto-enteado. É, a todos os níveis, mais próxima e também mais íntima. Nos casos em que o padrasto não é pai, a tendência é para relativizarem estas diferenças. Embora respeitem o pai biológico, consideram que os enteados são o que já tiveram de mais parecido com um filho. A história de Tomás ilustra bem este tipo de lógica:

Tomás, 42 anos, divorciado, bancário, vive em união de facto há cinco anos com Beatriz, 42 anos, divorciada, docente universitária, mãe de uma rapariga com 16 anos de idade. Tomás e Beatriz conhecem-se desde a infância, na adolescência namoraram durante cinco anos, mas com a entrada na idade adulta cada um seguiu o seu caminho. Um dia, estando ambos divorciados, reencontraram-se e reiniciaram o namoro. A enteada tinha então 10 anos de idade e vivia há já quatro anos sozinha com a mãe. O namoro não foi logo assumido pelo casal. Quando a enteada se apercebeu reagiu bem, embora fosse comum perguntar à mãe de quem é que ela gostava mais. Também Tomás se sentia inseguro. Apesar de ter estado casado antes, não tinha tido qualquer experiência parental prévia. Por isso, procurou informar-se sobre as questões associadas à recomposição

familiar e pesquisou muito na internet. Contudo, foi o apoio da mulher e a sua disponibilidade para o esclarecer que possibilitou a adaptação e a integração familiar de Tomás, como atestam as suas palavras: *Foi um bocado difícil. Foi uma coisa nova para mim, não fazia a mínima ideia. Tinha medo. Depois, às vezes, fazia asneiras – devia fazer assim, não devia fazer assado – mas foi uma questão de adaptação e de ver. E ela, a mãe, também me ajudou muito (...) sempre gostei muito de miúdos, mas aquela relação de viver e de estar em casa, ser pai entre aspás, nunca tinha tido e, às vezes, na altura, lembro-me de estar, de sentir-me assim um bocado: “É pá, e agora? Como é que é? O que é que eu faço? Digo... Não digo...” Ainda hoje em dia há certas coisas que eu tenho que tomar a decisão e não sei.* Um ano após o início do namoro, Tomás passou a residir a meio tempo na casa da mulher. Porém, em seu entender, a passagem à coabitação só ocorreu, no verdadeiro sentido da palavra, quando mudaram para uma casa nova adquirida apenas em nome dele. Trata-se de uma casa que já se encontrava em processo de aquisição antes do começo da relação. A mudança de casa implicou uma mudança de área de residência. No entanto, como a casa da mulher foi mantida, hoje em dia a família passa os dias úteis na casa de Tomás, mais central e próxima dos locais de trabalho de ambos os membros do casal, e os fins-de-semana na casa de Beatriz, localizada a cerca de 20 km de Lisboa. Embora não a tenham consultado acerca da mudança, a enteada gostou do facto de ter mudado de casa e de ter um novo quarto só para si. Como é uma pessoa muito sociável, com facilidade se integrou na nova escola, fazendo novos amigos. Há 3 anos que vivem juntos na nova casa. Tomás sente-se próximo da enteada e nutre por ela um grande afecto. Apesar de ter desejado ser pai, considera que a paternidade se define mais pela presença física que pela consanguinidade. Para Tomás, bom pai é aquele que dá carinho e castiga, encaminha e ampara. É quem está lá, presente. Apesar de não ter filhos, considera que ser pai e ser padrasto são lugares equiparados. Tomás sente-se pai da enteada, *pai entre aspás*, embora não queira assumir o papel de pai substituto. Reconhece que lhe é mais próximo que o pai biológico e que participa de forma activa na sua educação, o que o pai não faz. Há dois anos que a enteada não cumpre o plano de visitas acordado, ficou magoada com a indiferença com que o pai a tratou numa ocasião em que esteve gravemente doente. Como é Tomás quem no dia-a-dia está a educar a enteada, juntamente com a mãe, sente-se no direito de a repreender, impondo-lhe limites claros em algumas ocasiões: *Ajudo em tudo (...) tanto no miminho como quando é preciso dar o castigo. (...) Quando ela se porta mal a gente tem que ralar (...). Estica, estica, estica, estica, estica. Depois a gente diz “Acabou”, ela fica por aí. (...) Tem-me respeito, sabe as coisas que eu não gosto (...). Eu não lhe bato, nunca toquei na miúda (...). Ela está com 16 anos, está terrível.* Enquanto membro de um casal parental, Tomás não gosta de ser encarado como um ajudante materno, e reivindica para si mesmo um lugar específico no quotidiano da enteada. Em sua opinião, se as responsabilidades parentais são partilhadas entre ambos, as decisões também o devem ser. Contudo, Beatriz parece não partilhar da mesma opinião: *(...) ela tenta tirar essa*

carga de cima de mim (...), o monopólio da educação (...), mas eu disse-lhe: “Isso não podes, não podes fazer por que se não eu ainda mais na corda bamba ando (...) Se eu tomar a decisão, pode estar errada mas não contraries à frente, depois dizes-me: “Fizeste assim, devias ter feito assim e não sei quê (...)”. No dia-a-dia, Tomás é uma pessoa disponível para interagir com a enteada. De manhã, como começa a trabalhar mais cedo, é ele o responsável por levar a enteada à escola. Ao final do dia, sempre que Beatriz não pode, é também ele quem a vai buscar. Beatriz sai por volta das 16h, dá aulas de manhã e atende os alunos à tarde. Dentro de casa as tarefas domésticas são repartidas de forma equitativa. Dois dias por semana é ele quem cozinha o jantar (terças e quintas), nos outros dois é ela (segundas e quartas), à sexta depende: tanto podem jantar fora com amigos, como ficar em casa. No sábado costumam jantar sempre fora com amigos ou familiares. Tirando isso, Tomás é responsável por estender a roupa e despejar o lixo, a enteada é quem arruma a loiça lavada e quem põe e tira a mesa. As limpezas e o passar a roupa a ferro são feitas por uma mulher-a-dias, duas manhãs por semana. O jantar é o momento do dia de reunião familiar por excelência, jantam na sala. Tomás ainda não conseguiu que desligassem a televisão à hora do jantar, mas proibiu a enteada de ter o telemóvel à mesa bem como de ter o comando da televisão à mão. Por regra, à sexta-feira ou ao sábado, Tomás também é o responsável por ir buscar a enteada ao restaurante ou então à discoteca. No passado isso acontecia com mais frequência, hoje em dia é menos frequente porque alguns amigos conduzem. Se a enteada combinar sair sem o avisar previamente e quiser boleia, é provável que fique em casa. Para além disso, Tomás ajuda-a nos trabalhos de casa quando ela tem dúvidas. Com exceção dos momentos em que a família está toda reunida, não é habitual padrasto e enteada desenvolverem actividades juntos, a enteada está na fase da adolescência, sempre ligada ao *messenger* e ao telemóvel, sempre a falar com os amigos, assim como não é habitual conversarem fora do momento da refeição, onde normalmente se abordam temas já desenvolvidos pela mãe e pela filha no caminho entre a escola e a casa. Quem conversa mais com a enteada é a mulher, Tomás considera que isso é natural, também porque mãe e filha são ambas mulheres. Sente que a relação entre a enteada e a mãe é única, muito especial, e faz questão de respeitar. Há momentos em que percebe que elas precisam de tempo para estarem as duas e ausenta-se de propósito para lhes dar esse espaço: *Ela era o centro, era o centro das atenções, vivia só com a mãe, brincadeiras, não sei quê. E isso foi uma das coisas que eu tive que aprender a gerir e a dar-lhes o espaço, o terreno delas, para elas, para elas brincarem, para elas discutirem e eu, portanto, faço a gestão disso consoante vejo, não posso estar sempre (...) sempre presente.* Mãe e filha têm uma relação muito próxima e íntima. Já o laço padrasto-enteada, embora próximo e individualizado, não é tão íntimo como o laço mãe-filha.

A lógica da demissão parental do padrasto distante e autoritário

São cinco, os padrastos que adoptaram a lógica da demissão parental. Estes vivem no mínimo há 5 anos e no máximo há 22 anos em situação de recomposição familiar e os enteados tinham no mínimo um ano de idade nessa altura. Três padrastos são também pais biológicos, dois no âmbito de uma conjugalidade anterior e um no âmbito da actual conjugalidade. Em termos escolares, possuem o ensino secundário ou superior e todos desempenham profissões qualificadas e bem remuneradas. Já as mulheres tendem a ser menos escolarizadas que os maridos, desempenhando profissões de nível intermédio. Em regra, vivem numa casa adquirida ou alugada em nome de ambos os membros do casal, mas quase sempre paga com recurso ao dinheiro do homem.

Os padrastos distantes e autoritários associam os lugares familiares mais ao estatuto que ao conteúdo das relações. O lugar de padrasto é, neste sentido, mais uma questão de estatuto definido à partida do que um lugar construído ao longo do tempo. Uma vez que o pai biológico dos enteados se mantém uma figura presente e próxima dos filhos¹², os padrastos sentem que não têm um lugar parental a ocupar e a mãe surge como a única figura parental dentro do agregado doméstico recomposto. A relação do padrasto com o enteado desenvolve-se tendo em conta o seu lugar na família enquanto indivíduo adulto do sexo masculino e companheiro da mãe. No entanto, dado que partilham com os enteados a mesma casa, exigem-lhes respeito e obediência.

Em seu entender, o lugar do homem na família, enquanto pai, padrasto e marido, está associado ao reconhecimento do seu papel de chefe de família e de figura de autoridade, delegando na mulher a função de tratar, cuidar e dar afecto aos filhos. Pai e mãe desempenham funções distintas e complementares entre si, prevalecendo uma visão da paternidade pautada pela distância entre pais e filhos, nomeadamente em termos afectivos.

Em contexto de recomposição familiar, o facto de a mulher assumir o grosso das responsabilidades parentais associadas ao enteado é aceite como um dado adquirido, não só porque é mulher, mas também porque os filhos são “dela”. Por um lado, enquanto mãe, a mulher é considerada o *pivot* da relação, ou seja, a relação padrasto-enteado surge como uma relação mediada pela figura materna. Por outro lado, enquanto elo de ligação entre o casal e os enteados, a mulher é encarada como mais responsável pelos filhos que o padrasto.

¹² Num caso, o pai biológico do enteado faleceu pouco tempo depois do início da recomposição familiar.

A distinção entre paternidade biológica e paternidade social torna-se aqui relevante. Enquanto a paternidade biológica implica uma série de responsabilidades a que o pai não pode “fugir”, a paternidade social só implica essas mesmas responsabilidades se o padrasto entender que as deve assumir. Trata-se de uma opção para o padrasto participar ou não no dia-a-dia do enteado. Pelo contrário, no caso dos seus próprios filhos trata-se de uma obrigação. Os enteados são encarados como *filhos por empréstimo*, expressão utilizada por um dos padrastos.

No entanto, partilhar com os enteados o mesmo espaço doméstico, a mesma casa, constitui um factor determinante em termos de autoridade. Ao contrário da autoridade do pai, legitimada pelo laço biológico e transversal a uma série de espaços ao longo do tempo, a autoridade do padrasto encontra-se circunscrita a um espaço físico específico: a casa. No fundo, o padrasto exige ser respeitado enquanto chefe de família dentro do agregado doméstico recomposto. Porém, essa autoridade nem sempre lhe é reconhecida pelo enteado, o que conduz, nalguns casos, a situações de conflito. A autoridade do padrasto é posta em causa porque ele não se vê, nem é visto, enquanto figura parental. Neste sentido, a autoridade do padrasto carece tanto de legitimação como de reconhecimento por parte dos restantes membros familiares. A relação de proximidade estabelecida entre a mãe e os filhos leva-a a consentir, do ponto de vista das práticas, o que o padrasto procura evitar do ponto de vista discursivo.

Em simultâneo, estes padrastos valorizam muito a componente profissional na sua realização pessoal, investem na construção de uma carreira onde são reconhecidos pelo seu mérito. O seu papel na família é, sobretudo, o de principal ganha-pão, que permite a manutenção de um certo estilo de vida. Valorizam mais a profissão e a vida conjugal que a vida em família, onde se incluem os enteados e, caso os haja, os filhos biológicos, anteriores ou comuns à actual situação familiar.

A recomposição familiar não alterou em nada a vida destes homens, uma vez que o seu dia-a-dia se manteve o mesmo de sempre. São padrastos que se disponibilizam pouco para interagir, não assumindo nenhuma responsabilidade específica face aos enteados, nem mesmo nos casos em que estes eram pequenos no momento da passagem à recomposição. O padrasto nunca participa nos cuidados prestados ao enteado e não há actividades que, habitualmente, desenvolvam em conjunto. As actividades são quase sempre desenvolvidas pela mãe com os filhos, tenham elas lugar dentro ou fora de casa. O padrasto só interage com o enteado quando tem vontade, o que

significa que muitas vezes não se disponibiliza para o fazer. Em relação às conversas, estas têm como temas preferenciais o percurso escolar e profissional do enteado. O padrasto procura aconselhar e orientar o enteado para a vida.

O laço estabelecido entre padrasto e enteado é um laço estatutário. Entre estes padrastos é comum a desvalorização da construção de um laço afectivo forte com aqueles que os rodeiam, mesmo no caso das relações familiares. Embora atribuam muita importância ao peso do factor biológico na definição de paternidade, os padrastos que também são pais acabam por desenvolver relações com os enteados similares às que mantêm com os seus próprios filhos. Em ambos os casos, a distância prevalece como *modus operandi*. Isto significa que a distinção estabelecida, em termos de representações, entre paternidade e padristicidade, na prática não conduz a comportamentos distintos. Em geral, trata-se de relações em que os entrevistados investem pouco. Pouco tempo e também pouco afecto. No entanto, tendem a ter uma visão mais negativa de si mesmos enquanto pais que enquanto padrastos, uma vez que hoje em dia o lugar de pai pressupõe um maior envolvimento com a criança tanto em termos afectivos como de participação no seu quotidiano. Alguns desculpam-se afirmando estar a reproduzir com os filhos o mesmo padrão comportamental que o próprio pai teve com eles.

Deste modo, embora se aproximem dos padrastos que adoptaram a lógica da dualidade parental no tipo de relação mantida com os enteados, uma relação caracterizada pela indisponibilidade do padrasto para interagir com o enteado no dia-a-dia familiar, o facto de os padrastos distantes e autoritários não estabelecerem com os seus filhos biológicos uma relação simbólica e afectivamente significativa, introduz uma importante distinção entre estas duas formas de ser padrasto. Por conseguinte, mesmo nos casos em que são pais co-residentes (de filhos de relações anteriores ou da actual conjugalidade), mantêm com os filhos uma relação predominantemente caracterizada pela distância. Tal facto parece evidenciar que o que está na origem do modo de ser padrasto, e mesmo de ser pai, destes homens é, essencialmente, o modo como interpretam o lugar do homem na família, por oposição ao lugar da mulher.

Neste tipo de lógica, as mulheres não procuram um pai para os filhos mas sim um companheiro para si mesmas. A partilha das responsabilidades e das decisões parentais entre a mãe e o padrasto está, à partida, fora de questão. As mulheres assumem os filhos como uma responsabilidade essencialmente sua. A única excepção prende-se com o sustento, tarefa em que podem ser auxiliadas pelo companheiro, designadamente através do pagamento da renda ou prestação da casa.

Apesar de não partilharem as pequenas decisões do dia-a-dia, consultam os padrastos acerca das grandes decisões, embora também seja habitual as mulheres decidirem no sentido contrário à opinião dos homens. Torna-se, assim, perceptível que o casal recomposto não é um casal parental, assistindo-se a uma dissociação entre conjugalidade e parentalidade no seio do agregado doméstico recomposto.

Associada à forte autonomia materna surge a presença do pai biológico na maioria dos casos aqui em análise. O pai é alguém significativo na vida dos filhos. Embora o ex-casal não tenha por hábito conversar entre si a respeito da educação dada ao filho, isto é, o casal parental não sobrevive à ruptura conjugal, a presença do pai no quotidiano do enteado impede o padrasto de realizar o seu ideal de família. Dada a sua dificuldade em construir um lugar próprio na família, um novo lugar que venha adicionar-se e não substituir o lugar de pai já ocupado, o padrasto abdica de participar na esfera parental da vida familiar. A história de Francisco exemplifica bem este tipo de lógica:

Francisco tem 37 anos de idade, trabalha como chefe numa empresa de informática, é divorciado e tem um filho com 8 anos. Vive há 5 anos em união de facto com Manuela, 40 anos de idade, professora em regime de tempo parcial no ensino privado e mãe de três filhos, duas raparigas com 16 e 10 anos de idade e um rapaz com 14. Embora tanto Francisco como Manuela tenham frequentado cursos superiores, nenhum dos dois completou a licenciatura. O agregado doméstico é, na actualidade, composto pelo casal e as duas enteadas. O enteado vive com o pai e o filho de Francisco com a mãe. As visitas estão organizadas de maneira a que, de 15 em 15 dias, o casal tenha um fim-de-semana só para si. Vivem numa casa alugada com 4 quartos – um quarto para o casal, um para cada uma das raparigas e um quarto para os rapazes que, durante a semana, serve de escritório a Francisco. Francisco conheceu os enteados já depois de estar a viver com a mulher. Tudo se passou de uma forma muito rápida. Separou-se da ex-mulher, foi viver para a casa da irmã e em menos de um mês mudou-se para a casa da mulher actual que era, na altura, sua colega de trabalho. Foi apresentado aos enteados no dia em que estes regressaram das férias com o pai e subiram para cumprimentar a mãe e deixar a irmã mais nova que, à época, era a única que vivia com a mãe. Tratou-se de uma ocasião informal que, tanto quanto sabe, já tinha sido conversada entre mãe e filhos por telefone e os enteados reagiram bem. Para Francisco não foi difícil habituar-se ao quotidiano familiar, porque a nova situação era em tudo igual à anterior – casal com um filho. Perturbavam-no mais os fins-de-semana em que as quatro crianças, os três enteados e o filho, se reuniam todas em casa: *(...) uma coisa é a pessoa ir viver com alguém que tem um filho... e pronto. Passa a ser um casal com um filho. Outra coisa é ir viver com uma pessoa que já tem 3, não é? Quer-se dizer, a partir de um momento para o outro, eu passei de 1 para 4. (...) Pronto. E no princípio aquilo fez-me assim um*

*bocado de confusão. Agora já não ligo, a pessoa depois habitua-se. No fim-de-semana em que eles estão lá todos, a casa fica virada do avesso, no princípio ainda... quando eles passavam lá aos fins-de-semana: "Cuidado com isto, cuidado com aquilo, cuidado com aqueleoutro"... Agora? Quero lá saber! Segunda-feira logo se arruma. (...) Não os posso vencer, tenho que me juntar a eles (...). Quando a enteada mais velha decidiu ir viver com a mãe, há três anos atrás, foi fácil a adaptação porque já tinham passado dois anos desde o início da recomposição familiar, tempo suficiente para se conhecerem bem. Francisco relaciona-se bem com os enteados, nunca procurou substituir o pai biológico, que é uma pessoa muito presente na vida dos filhos e muito próximo também, o típico pai companheiro de brincadeiras que os leva sempre aos sítios que eles querem. Contudo, a enteada mais nova tem uma relação especial com o padrasto porque viveu pouco tempo com o pai, foi a única que ficou a viver com a mãe no momento da ruptura conjugal, aos 2 anos de idade, e acabou por ver no padrasto a figura paterna dominante: *Eu acho que a miúda [enteada mais nova] acha que eu sou mais pai dela do que propriamente pai do meu próprio filho, porque vivo com ela, não é? E o meu filho chega lá a casa e sente que é uma (...) visita.* Os enteados tratam-no por tu, mas Francisco exige-lhes respeito: ser padrasto não é o mesmo que ser *um colega lá da escola*. Em casa é ele a principal figura de autoridade: *Eu acho que aquilo é uma tribo sem chefe, mas quando a "mostarda me chega ao nariz" sou eu... sou eu que dou dois gritos para pôr ordem nas coisas.* É apologista da disciplina e do respeito pelos mais velhos. Há regras que são para cumprir e, essas, os enteados sabem que não podem ser negligenciadas: *Lá em casa não têm direito a exigências (...), é uma coisa que eu sempre lhes disse: "Ok, vocês podem fazer aquilo que quiserem, mas aqui não têm direitos, ponto final. Os vossos direitos aqui começam onde acabam os meus e os da vossa mãe. Pronto. E se nós dissermos que não, é não.* No passado, houve coisas que tolerou ao seu próprio filho que não tolerou aos enteados, hoje reconhece que estava errado em fazer essa diferenciação entre os miúdos. Quando os enteados estão a passar dos limites, por norma, não intervém mas chama a atenção da mãe, se ela não atender ao seu pedido, impõe-se ele. Associa o seu papel na família ao papel de homem tradicional, enquanto ganha-pão masculino e principal figura de autoridade. Afinal, é ele quem paga o aluguer da casa onde vivem e parte das despesas, como a água, a luz, o gás, etc. À mulher compete pagar as compras do supermercado e todas as despesas relacionadas com os enteados, como roupas ou material escolar. Nutre um certo carinho pelos enteados, ainda que subvalorize a construção de uma relação afectiva. Considera-se uma pessoa amiga dos enteados. Para Francisco, os filhos são uma responsabilidade dos pais biológicos, mais especificamente da mãe que, enquanto mulher, possui aptidões naturais para cuidar das crianças. Na qualidade de padrasto não sente ter responsabilidades específicas face aos enteados, estas pertencem em exclusivo à mulher. Francisco não participa em nada, nem dentro nem fora de casa. É a mulher quem os leva e traz da escola, quem os coloca nas actividades, quem os vai pôr a casa do pai, etc. É também ela a*

responsável por ir buscar o filho de Francisco às sextas-feiras, de quinze em quinze dias, porque lhe é mais fácil conciliar o trabalho com a vida familiar. Para além de pouco disponível para assumir responsabilidades específicas face aos enteados, também tem pouca disponibilidade para interagir com eles. Por regra, só se disponibiliza para responder às suas perguntas ou para lhes dar conselhos quando para isso é solicitado. Neste caso, são os enteados que vêm ter consigo, nunca o contrário. Dá conselhos sobretudo ao enteado do meio, o rapaz, que não vive consigo. Já as raparigas procuram sempre a mãe. Por isso, não há nenhuma actividade que desenvolva só com eles. Não é uma pessoa que goste de interagir com as crianças. Nem mesmo com o seu próprio filho: *Eu sou um péssimo pai. Eu sou péssimo pai. E não tenho aquelas atitudes do... de andar com o miúdo às cavalitas, rebolar no chão (...), ir jogar à bola (...), até porque nem gosto de jogar futebol... (...)* Falo com ele, sim senhora, estou sentado, ele às vezes senta-se ao pé de mim, abraça-me e não sei quê, estou ali um bocadinho na brincadeira com ele... brincadeira, mas é tipo fazer umas cócegas, e coisas assim do estilo (...) *Querem jogar à bola, vão jogar à bola sozinhos (...)* não tenho uma proximidade muito grande com ele, isso eu confesso. *Eu afasto-o um bocadinho (...)*. Francisco só faz aquilo que lhe dá prazer e não procura criar com os enteados afinidades específicas, não há nada que lhes queira transmitir. Os enteados são encarados como *filhos emprestados*, cabendo ao padrasto o papel de companheiro da mãe, no máximo alguém que pode orientar os enteados em termos escolares e profissionais, caso estes solicitem a sua opinião. A atitude de Francisco face aos enteados não difere muito da atitude que tem face ao seu próprio filho, embora se considere mais próximo do filho que dos enteados: *Eu gosto, gosto dos filhos da minha mulher, mas... gosto mais do meu filho, não é? Quer-se dizer... apesar de só estar com ele de 15 em 15 dias. Porque o meu filho diz-me alguma coisa, não é..., enquanto os outros dizem-me... só do contacto e da convivência do... do dia-a-dia. (...) Mas preocupo-me mais com o meu filho, porque é meu filho, não é?* A partir do momento em que perdeu em tribunal a batalha pela guarda parental, Francisco tem vindo paulatinamente a demitir-se do papel de pai, assumindo a paternidade como um caderno de encargos, nomeadamente económicos. O facto de associar conjugalidade e parentalidade e de considerar que cabe às mulheres cuidarem dos filhos, são os factores que parecem estar na origem deste distanciamento face ao filho e aos enteados.

A lógica da dissociação parental do padrasto desinvestido

São dois, os padrastos implicados na lógica da dissociação parental. Vivem em situação de recomposição familiar no mínimo há 2 e no máximo há 12 anos e, no momento inicial, os enteados tinham no mínimo 7 anos de idade. O número de enteados varia, embora se tratem sempre de raparigas. Cada um destes padrastos é pai de dois rapazes. Num dos casos, os filhos são fruto de

uma conjugalidade anterior, no outro da conjugalidade actual. Em termos de escolaridade destaca-se a formação superior do homem que pode ou não ser acompanhada pela formação superior da mulher. Actualmente, o investimento da mulher em termos profissionais é francamente superior ao investimento feito pelo marido. Por motivos diversos, registou-se uma despromoção profissional do homem em ambos os casos. A casa onde residem é a mesma onde a mulher vivia antes da passagem à recomposição familiar, embora, num dos casos, o padrasto seja actualmente co-proprietário.

À semelhança dos padrastos reivindicativos (lógica da co-parentalização progressiva), os padrastos desinvestidos procuram participar na educação dos enteados através do estabelecimento de regras em relação à escola, às saídas com amigos, aos horários dos enteados dentro de casa, etc. Mas os seus esforços são boicotados pela mulher, que vê nesta atitude uma intromissão numa área que constitui um domínio materno por excelência: a parentalidade.

Enquanto principal figura parental, a mãe considera que os filhos são uma responsabilidade essencialmente sua. A díade mãe-filhos é aqui muito forte, o padrasto surge como um elemento externo, um *outsider* no verdadeiro sentido da palavra (Papernow, 1993). A forma como a parentalidade era vivida antes da passagem à recomposição familiar acaba por afectar a dinâmica familiar no seu todo. A ausência do pai biológico do quotidiano dos enteados vem reforçar o monopólio materno em termos educativos. O pai não cumpre com o plano de visitas estipulado, nem tem por hábito conversar com a mãe a respeito da educação dada aos filhos. Quem assume o lugar deixado vago pelo pai é a mãe, que assim reforça o seu poder na família. Não obstante, os padrastos desinvestidos consideram que os lugares de pai e de mãe são insubstituíveis e promovem a integração do pai biológico no quotidiano do enteado, nomeadamente disponibilizando-se por levá-lo a casa do pai.

O padrasto vê-se como uma figura complementar no universo da recomposição familiar, trata-se de uma figura parental nova, alguém que pretende ajudar a mãe a educar o enteado. No entanto, cedo se apercebe que a mãe está pouco interessada em discutir consigo a educação dada ao filho. Ela quer alguém que a ajude no dia-a-dia, mantendo-se a única figura parental com poder de decisão. A regulação familiar tem por base a forte imposição materna. Dentro do agregado doméstico, a mãe impõe-se como a figura de autoridade, por excelência. Isto faz com que, muitas vezes, contrarie as ordens dadas pelo padrasto. Este sente a atitude da mãe como um obstáculo ao exercício da parentalidade em contexto de recomposição, o que é fonte de conflitos conjugais.

Os padrastos desinvestidos valorizam a paternidade biológica enquanto componente da sua realização pessoal. O laço biológico, ao contrário do laço social, legitima uma série de comportamentos que à partida estão “vetados” ao padrasto. A relação pai-filho tem um futuro. Não vive, como a relação padrasto-enteado, para o presente familiar. Por mais escolhos que a relação possa ter, pai e filho continuaram sempre a estar unidos. No entanto, em termos práticos, ser pai e ser padrasto são lugares equiparados. A distância que separa os lugares ocupados pela mulher e pelo homem em matéria de parentalidade é superior à distância que separa os lugares de padrasto e de pai. A relação com os filhos ou os enteados é vista como interdependente da qualidade da relação conjugal mantida com a mãe, assistindo-se a uma associação entre conjugalidade e parentalidade. A paternidade biológica ou social é entendida como diferente da maternidade, o que legitima o facto de a mãe, em contexto de recomposição familiar, sentir que os filhos são dela. O padrasto sabe que o seu lugar na família tem um peso inferior ao lugar da mãe. Neste sentido, sente que a sua relação com os enteados, tal como com os filhos, surge sempre como uma relação mediada pela figura materna. É por intermédio da mulher que o padrasto estabelece a relação com o enteado. Facto que irá marcar para sempre a relação, que assim resiste à individualização. A mediação materna varia ao longo do tempo atendendo à idade do enteado.

No caso em que o padrasto foi pai no âmbito da actual conjugalidade, teve que lutar por construir uma relação com os filhos não mediada pela figura materna, isto é, teve que lutar para poder ocupar o lugar de pai junto dos filhos, sem que a mãe estivesse constantemente a desautorizá-lo. O facto de ter sido despedido, acabou por contribuir para a aproximação entre pai e filhos. Já no caso em que o padrasto foi pai no âmbito de uma conjugalidade anterior, a relação desenvolvida com os filhos sofreu com o seu afastamento face à ex-mulher. Hoje em dia, o contacto pai-filhos é irregular e a relação distante, os filhos não estiveram presentes no casamento do pai com a actual mulher. Neste caso, a relação com a enteada é, a todos os níveis, sentida como uma relação mais próxima. Ser padrasto deu-lhe a oportunidade de ser um “pai” diferente do que tinha sido para os filhos. Ao contrário da enteada, os filhos nunca o viram como um *herói*. Porém, tal como na sua primeira conjugalidade, hoje em dia, sente que a mulher não tem em conta as suas opiniões no momento em que as decisões parentais são tomadas e isso tem vindo a fazer com que perca vontade de ter um filho em comum, um dos projectos do casal.

A divisão das responsabilidades parentais não é negociada entre o casal. É a mãe quem determina o que o padrasto deve ou não fazer. A mãe assume-se como a principal cuidadora. No caso em que o padrasto é pai de filhos anteriores, a sua

disponibilidade para participar nos cuidados à enteada é francamente superior à disponibilidade evidenciada no passado face aos seus próprios filhos. No caso do padrasto que é pai de filhos em comum, a participação nos cuidados às enteadas foi sempre menor que a participação nos cuidados aos filhos, nomeadamente ao filho mais novo. O facto de ter ficado desempregado levou-o a construir com o filho mais novo (3 anos) uma relação totalmente diferente da relação mantida com o filho mais velho (7 anos). Entre os cuidados prestados aos filhos e à enteada conta-se a disponibilidade para ir pôr e buscar à escola e às actividades de tempos livres; preparar o banho; preparar comida; ajudar na realização dos trabalhos de casa; etc. Assim é possível afirmar que, neste tipo de lógica, a participação do padrasto nos cuidados varia em função da sua maior ou menor inserção no mercado de trabalho; da idade dos enteados e dos filhos e das necessidades sentidas pela mãe. No início da recomposição familiar, os cuidados aos enteados eram partilhados entre a mãe e a sua família, dado que após o divórcio houve um período de monoparentalidade, o acaba por dificultar a integração do padrasto enquanto figura parental.

No que diz respeito às actividades desenvolvidas em conjunto, estas passam essencialmente pelo desenvolvimento de actividades de carácter lúdico e recreativo quando os filhos são mais pequenos. Aqui a questão do género é relevante. O facto de as enteadas serem raparigas e dos filhos serem rapazes leva estes homens a identificarem-se mais com as brincadeiras desenvolvidas com os filhos. No entanto, no caso em que o padrasto é mais velho, a relação com a enteada é descrita como uma relação muito afectiva e próxima, diferente para melhor da relação alguma vez mantida com os filhos. O que o entrevistado associa ao facto de a enteada ser rapariga.

As conversas entre os padrastos e as enteadas são frequentes. Eles procuram aconselhá-las e ensiná-las a pensar pela sua própria cabeça, nomeadamente quando se encontram na fase da adolescência. Há, por parte do padrasto, a tentativa de orientar as enteadas para a vida escolar e profissional. As conversas não tocam assuntos íntimos, esses são temas conversados com a mãe, quase sempre eleita a principal confidente, no entanto, o padrasto procura intervir junto das enteadas alertando-as para aquilo que em seu entender é importante, designadamente a preocupação com o seu percurso escolar e profissional, e, caso sejam mais velhas, com o seu percurso amoroso. A história de Diogo ilustra bem a lógica da dissociação parental aqui apresentada:

Diogo tem 40 anos, é licenciado e encontra-se em situação de desemprego há 3 anos. É casado há 12 anos com Margarida, 44 anos, bacharel, trabalhadora por conta própria. Margarida tem duas filhas, fruto do seu

primeiro casamento, com 26 e 24 anos e dois filhos, fruto da actual conjugalidade, com 7 e 3 anos. Vivem todos juntos num apartamento com 5 assoalhadas, propriedade da mulher. Diogo e Margarida conheceram-se numa festa por intermédio de um amigo em comum, namoraram dois anos mas só após o casamento começaram a viver juntos. Tratou-se de uma cerimónia religiosa. Apesar de Diogo não possuir qualquer experiência conjugal ou parental prévia adaptou-se com facilidade à nova realidade familiar, conforme faz questão de salientar: (...) *eu, para mim, mesmo depois que eu me casei, elas eram as minhas filhas. Procurei sempre (...) deixar bem clara a minha posição. A minha posição era de amigo, pai mas que não é um pai substituto porque existia um outro pai, portanto procurei dar muito a relação com, com o pai e é uma das coisas que eu procurei mesmo foi que isto fosse um processo de adição (...)*. Apesar disso nunca se responsabilizou por nenhuma tarefa parental específica face às enteadas. A recomposição familiar não alterou em nada o seu dia-a-dia. Trabalhava como quadro dirigente numa empresa multinacional, sendo frequentes as suas deslocações ao estrangeiro por motivos profissionais. Em termos de interacções, a relação padrasto-enteadas tinha por base, sobretudo, uma forte abertura ao diálogo. Um factor importante dada a idade das enteadas no momento da recomposição familiar, 10 e 12 anos de idade, respectivamente. Diogo deu-lhes conselhos escolares e profissionais, desempenhando assim aquela é a seu ver uma competência paterna. Em simultâneo, procurou incentivá-las a pensarem pela sua própria cabeça, serem criativas e terem a sua própria opinião. No entanto, dada a escassez de tempo disponível para dedicar à família é de supor que a relação entre as enteadas e Diogo tenha sempre sido uma relação mediada pela mãe. Ao contrário de Diogo, Margarida lutava por se afirmar tanto em termos familiares como profissionais. No momento do divórcio, cerca de 3 anos após a separação, ambas as filhas decidiram ir viver com o pai. A mais velha regressou passado menos de um mês mas a mais nova ficou a viver com o pai e a madrasta durante 2 anos. Passado esse tempo regressou de forma não voluntária a casa da mãe. Por esse motivo, a relação entre a mãe e a filha mais velha foi sempre marcada por uma maior proximidade. Apesar da forte ligação afectiva entre a enteada mais nova e o pai, este passou a ser uma figura ausente e distante do quotidiano das filhas. A distância geográfica, vive a 300 km de distância, ajudou ao afastamento afectivo. Como forma estimular a proximidade com as filhas, Margarida passou a trabalhar a partir de casa, o que lhe permita orientar a vida familiar ao mesmo tempo que se dedicava ao trabalho. A ausência do padrasto era assim colmatada por uma presença constante da mãe, reconhecida e aceite enquanto principal figura parental. Nessa altura, Margarida era ajudada por uma empregada doméstica em regime *part-time*. Não é por isso de estranhar que Diogo afirme: *A mãe tem um papel forte nesta família. Se calhar mais forte que, que o pai. Elas já cá viviam (...) procurei mexer o mínimo possível no, no, no seu modo de vida e isto é pensado, isto é intencional mas, por outro lado, quando eu dei essa margem perdi-a, quando eu a quero, quando eu quero que aconteça alguma coisa, não acontece. Porque a minha autoridade está completamente desgastada (...) para as grandes coisas há sempre grandes soluções, o*

problema é o dia-a-dia, são as pequeninas coisas (...). Com a passagem do tempo a relação padrasto-enteadas deteriorou-se. Outrora próxima e afectiva, hoje em dia surge marcada pelo conflito, sobretudo, com a enteada mais nova. Sempre que Diogo reivindica um comportamento diferente por parte das enteadas, elas não lhe obedecem. Para além disso, é comum Margarida desautorizá-lo, consentindo às filhas o que o padrasto proíbe. Diogo vê-se como alguém que está de *passagem* na vida das enteadas. É aí que, em seu entender, reside a diferença entre ser pai e ser padrasto. Ser pai é para sempre, ser padrasto pode não ser. Mas adverte que não foi ele que estabeleceu a distinção: (...) *eu não faço distinção, não... nunca fiz distinção entre os meus filhos biológicos e as minhas enteadas, até que elas começaram a fazer*: Dá como exemplos o facto de sempre ter dado prendas do mesmo montante económico, de se preocupar da mesma maneira com as questões de saúde, escolares, etc. e de as ter como herdeiras no seu seguro de vida. Acontece que, “(...) *a determinada altura [elas] acharam que se deviam autonomizar e deixaram de me chamar pai para me chamar padrasto*”. Diogo ficou particularmente ofendido quando as enteadas deixaram de comemorar o Dia do Pai consigo. Ao contrário da relação com as enteadas, a relação com os filhos biológicos tem vindo a melhorar significativamente. Embora tenha sempre participado nos cuidados aos filhos: dar banho, mudar a fralda, etc., fazia-o com um carácter de excepção. Quando o filho mais velho nasceu o casal contratou uma empregada interna. Era ela quem no dia-a-dia cuidava do filho de Diogo, ajudada pelas enteadas, descritas como umas autênticas *segundas mães* para os irmãos. Hoje em dia, fruto da sua condição de desempregado, Diogo tem muito mais disponibilidade para interagir com os filhos no dia-a-dia, nomeadamente em termos de cuidados prestados (assegurar o transporte entre a casa e a escola; dar banho; preparar as refeições; etc.), bem como das actividades desenvolvidas em conjunto (ir ao parque com os filhos; ler-lhes uma história antes de dormir; fazer-lhes cócegas; rebolar com eles no chão; etc.). Diogo ficou desempregado pouco tempo depois do nascimento do filho mais novo, há 3 anos atrás. Dada a sua maior disponibilidade em termos de tempo, a relação construída com o filho mais novo (3 anos) é muito diferente da relação com o seu filho mais velho (7 anos). O filho mais novo é muito parecido com o pai a todos os níveis. Enquanto pai e principal responsável parental no dia-a-dia familiar, Diogo passou a reivindicar um papel mais activo na família, nomeadamente em termos de poder parental. No entanto, Margarida parece continuar a agir como se fosse ela a figura parental com mais poder de decisão. O que aponta para uma concentração do poder parental nas mãos da mãe. Embora se sinta bastante próximo dos filhos, Diogo reconhece que o poder da mulher é ainda muito grande. Assim, e ao contrário do que acontecia antes, quando Margarida desenvolvia o seu trabalho a partir de casa, hoje em dia é Diogo quem fica em casa e assegura as responsabilidades associadas à rotina familiar. No entanto, deprime-o o facto de não ter um emprego e considera ser pouco saudável para os filhos verem-no assim. Durante a semana, Margarida trabalha quase sempre até às 22 horas e é raro o fim-de-semana em que não precise de trabalhar.

Notas finais

No início deste capítulo estabeleceram-se como principais objectivos: i) perceber se o lugar de padrasto é um lugar parental e ii) captar a diversidade inerente aos modos de ser padrasto. Fazendo um balanço dos resultados obtidos, é possível afirmar que, por um lado, o lugar do padrasto é um lugar parental para quase todos os padrastos entrevistados e, por outro, existe uma grande diversidade nos modos de construção do lugar de padrasto.

Apesar do crescimento do número de pais biológicos não residentes que após um divórcio ou uma separação mantêm contacto com os filhos, os padrastos vêm-se como figuras parentais. Ou seja, como alguém que, no dia-a-dia, contribui para a educação do enteado, zelando ao mesmo tempo pelo seu bem-estar económico e afectivo. Não obstante, o exercício da parentalidade em contexto de recomposição familiar parece ter sofrido alterações. Entre estas alterações destacam-se, pela sua relevância, o número crescente de figuras parentais presentes no quotidiano do enteado (mãe, pai, madrasta, padrasto) e a hierarquia estabelecida entre parentalidade biológica e recomposta.

Actualmente, a principal questão que a recomposição familiar coloca em termos de parentalidade é a de saber se há lugar para mais que dois lugares parentais na vida da criança, isto é, se é possível falar numa pluralização dos lugares parentais para além dos típicos lugares de pai e de mãe. Embora em termos culturais as máximas “pai há só um” e “mãe há só uma” permaneçam válidas, ao nível das práticas cresce o reconhecimento em torno daqueles que, sem terem qualquer relação biológica com a criança, constroem com ela um forte vínculo afectivo e uma relação baseada na partilha do quotidiano. Neste sentido, não se é pai simplesmente porque se ocupa uma posição de companheiro da mãe. É-se pai na medida em que se desempenha esse papel no dia-a-dia. Dito de outro modo, é o padrasto que está presente e assegura as tarefas e das responsabilidades parentais associadas ao enteado. Independentemente da presença ou ausência do pai biológico, há casos em que o padrasto sente ser mais um dos pais do enteado.

Contudo, o facto de o padrasto considerar que o seu lugar em contexto de recomposição familiar é um lugar parental nada diz acerca do tipo de parentalidade em causa. A forma como a relação padrasto-enteado é construída depende tanto da posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade recomposta e biológica (padrasto enquanto agente), como do espaço de manobra que lhe é dado pela mãe e pelo pai biológico (padrasto enquanto produto). Tendo em conta a articulação entre as três dimensões analíticas

seleccionadas: i) posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade recomposta; ii) posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade biológica e iii) a dinâmica parental em contexto de recomposição, foi possível apurar a existência de sete lógicas diferenciadas na construção da relação padrasto-enteado no quotidiano familiar. Veja-se então, em resumo, cada uma das lógicas encontradas.

Na **lógica da pluriparentalidade**, as interacções padrasto-enteado têm por base a forte disponibilidade do padrasto para interagir com o enteado no quotidiano. O **padrasto envolvido** disponibiliza-se para partilhar com a mulher os cuidados ao enteado (dar banho; preparar a comida; vestir; lavar os dentes), desenvolve actividades específicas com ele (jogar; brincar; transmitir conhecimentos específicos; levar a um concerto; verem juntos uma série de televisão; etc.) e, em simultâneo, promove o diálogo, estimulando o enteado a falar sobre aquilo que o preocupa e a pensar pela sua própria cabeça. Dependendo da idade do enteado, o tipo de cuidados prestados varia, bem como o tipo de actividades desenvolvidas a dois e os temas sobre os quais se conversa. Afinal, a forma como se educa uma criança com quatro anos é diferente da forma como se educa um adolescente de catorze. Aposta-se na construção de uma relação individualizada. O laço padrasto-enteado é um laço íntimo e afectivo marcado pela proximidade. Ser pai e ser padrasto são lugares que se equiparam. A relação padrasto-enteado é sentida como uma relação parental e equiparada à relação que o padrasto estabelece com os filhos biológicos, mesmo em termos afectivos. O padrasto envolvido vê-se a si mesmo como uma figura parental adicional em contexto de recomposição familiar. A parentalidade do pai biológico não impede a parentalidade do padrasto. Desde o início da recomposição familiar que a mãe promove a integração do padrasto enquanto figura parental, verificando-se uma igualdade em termos parentais entre a mãe e o padrasto. O casal conjugal é também um casal parental. No entanto, a presença do pai biológico no quotidiano do enteado, implica uma negociação constante das decisões parentais entre os vários intervenientes educativos.

Na **lógica da substituição parental**, o padrasto começa por substituir o pai biológico ausente e, com o tempo e o consentimento materno, passa a apropriar-se do poder parental face ao enteado. As decisões parentais são partilhadas entre a mãe e o padrasto e não com o pai biológico, pois este é encarado como um indivíduo irresponsável em termos parentais. O enteado partilha o mesmo agregado doméstico que o filho biológico do padrasto, seja este fruto de uma conjugalidade anterior ou da conjugalidade actual, o que contribui para tornar os lugares de pai e de padrasto equivalentes entre

si. Ser pai significa estar presente; ser cuidador e educador; e manter uma relação individualizada com os filhos/enteados. Trata-se de alguém disponível, que ajuda a mulher nos cuidados prestados aos filhos/enteados, desenvolvendo com eles actividades específicas e, nalguns casos, conversando de modo aberto. Embora o modo como se processam as interacções com o enteado não seja diferente do modo como o padrasto interage com o seu próprio filho, quer em termos de cuidados prestados, quer em termos de comunicação (conversas), registam-se algumas diferenças. O **padrasto apropriativo** participa mais nos cuidados ao enteado quando há um filho biológico a partilhar a mesma casa; o que pode demorar alguns anos a acontecer nos casos em que os filhos do padrasto são os filhos comuns ao casal. Por outro lado, o padrasto procura sempre estar mais informado acerca dos assuntos íntimos dos seus próprios filhos, com quem o laço estabelecido é, quase sempre, mais íntimo e também mais próximo. Embora a relação padrasto-enteado não precise de mediação materna para existir, a proximidade padrasto-enteado nem sempre se traduz em intimidade relacional. A mãe é eleita a principal confidente. Uma importante particularidade é a expressão “padrasto” nunca ser proferida por estes homens, que se sentem e agem enquanto “verdadeiros” pais dos enteados. Em rigor, face à diferenciação, por vezes subtil, que estabelecem entre filhos e enteados, podemos também designar os padrastos apropriativos de “quase-pais”.

Na **lógica da dualidade parental**, ser pai é totalmente diferente de ser padrasto tanto em termos de orientações normativas como de quotidiano familiar. Os filhos são considerados pertença, propriedade dos pais. O sentimento que une um pai a um filho é, portanto, diferente do sentimento que une um padrasto a um enteado, pois este, sendo o filho da mulher, é pertença da mulher. A relação entre ambos constrói-se com base no estatuto de cada um dentro do agregado doméstico recomposto. Trata-se sempre de uma relação mediada pela mãe. O **padrasto estatutário** vê-se a si mesmo como o principal provedor do sustento familiar e, desejavelmente, a principal figura de autoridade, mas mostra-se indisponível para interagir com o enteado no quotidiano familiar. O seu dia-a-dia mantém-se, aliás, inalterado após a entrada em situação de recomposição familiar. Participa pouco ou nada nos cuidados primários; não partilha nenhuma actividade com os enteados; sendo pouco habitual conversarem entre si. Pelo contrário, enquanto pai, o padrasto vê-se a si mesmo como um indivíduo presente, cuidador e próximo do filho. A relação parental biológica é a relação mais significativa da sua vida e o filho é a pessoa com quem mais se identifica. O laço pai-filho é um laço afectivo, marcado pela proximidade e pela intimidade. O pai está sempre disponível para o filho. A mulher procura aqui um pai para o filho,

mas depara-se com a relutância do marido em assumir como seu o filho de outro homem. Deste modo, a mulher assume o filho como uma responsabilidade apenas sua, mantendo-se a principal figura parental, pois, por regra, o pai biológico é uma figura pouco presente na vida do filho.

Na **lógica do suporte parental**, a mãe é reconhecida e aceita enquanto principal figura parental. O facto de a parentalidade anteceder a conjugalidade em contexto de recomposição familiar, justifica a desigualdade entre o casal em termos parentais. O **padrasto** assume a posição de **ajudante materno** e vê-se com amigo do enteado. Trata-se de alguém que ajuda a mãe, sempre que esta solicita o seu apoio, no entanto, não assume nenhuma responsabilidade parental específica face ao enteado. As mulheres procuram aqui alguém que divida com elas as tarefas e as responsabilidades do dia-a-dia, mas salvaguardam para si mesmas as grandes decisões parentais. São elas que impõem este *modus operandi*, com o qual os padrastos tendem a concordar dados os seus valores familiares, designadamente nos casos em que são pais de filhos anteriores. Em seu entender, o factor biológico legitima as diferenças entre ser pai e ser padrasto, nomeadamente em termos de autoridade. A relação padrasto-enteado é, deste modo, uma relação mediada pela figura materna, sobretudo ao nível dos cuidados. No plano das actividades e das conversas desenvolvidas a dois há uma tendência para a individualização. Nos casos em que o padrasto é também pai biológico, o laço pai-filho é sentido como um laço mais próximo e também mais íntimo. O **padrasto ajudante materno** sente-se, a todos os níveis, mais responsável pelo filho que pelo enteado. No entanto, em termos de interações familiares, a forma de ser pai e de ser padrasto não é muito distinta. O exercício da parentalidade no quotidiano familiar parece depender mais das diferenças em termos de género entre os cônjuges, isto é, da diferença entre ser homem e ser mulher, que do tipo de lugar ocupado, isto é, ser pai ou ser padrasto. O pai biológico pode ou não ser alguém presente na vida do filho.

Na **lógica da co-parentalização progressiva**, o lugar de padrasto é mais um dos lugares parentais em jogo em contexto de recomposição familiar. O padrasto vê-se como um educador, alguém que, no dia-a-dia, contribui para o bem-estar da família, responsabilizando-se por tarefas parentais específicas face ao enteado. Embora reconheça que a mãe é a principal figura parental, o padrasto considera que deve ser reconhecido enquanto figura de autoridade e não se coíbe de manifestar a sua opinião sobre todos os assuntos relacionados com o enteado. Trata-se de um lugar parental novo, apoiado na conquista progressiva de espaço por parte do padrasto no triângulo relacional padrasto-mãe-enteado. O casal conjugal é aqui um casal

parental, ainda que o poder materno seja superior ao poder do padrasto, sobretudo, no momento inicial da recomposição familiar. Por este motivo, a relação padrasto-enteado tende a ser mediada pela figura materna, embora nos casos em que o padrasto não tem filhos a tendência seja para a individualização de relação. As interações padrasto-enteado têm por base a forte disponibilidade do padrasto, alterando o seu dia-a-dia em função da nova situação familiar. O **padrasto reivindicativo** participa nos cuidados ao enteado, em particular nos que implicam o desempenho de tarefas domésticas que envolvem toda a família, desenvolve com ele actividades que variam em função da idade e do género do enteado e, embora a mãe seja eleita a principal confidente, mostram disponibilidade para conversar com os enteados sobre os mais variados temas. Nos casos em que o padrasto é pai biológico, seja no âmbito da actual conjugalidade ou de uma conjugalidade anterior, a relação pai-filho é, a todos os níveis, sentida como mais próxima e também mais íntima. O pai biológico é quase sempre uma figura presente no quotidiano do enteado, no entanto, a parentalidade do pai não impede a parentalidade do padrasto. Este alia-se à mãe e juntos formam um casal “quase parental”, designadamente em termos de decisões parentais.

Na **lógica da demissão parental**, a mãe é encarada como a principal responsável parental, cabendo ao padrasto o lugar de principal provedor do sustento familiar. O padrasto vê-se essencialmente como um orientador e uma figura de autoridade na família. A partilha do mesmo espaço físico confere-lhe poder face à família, designadamente face ao enteado, o que, muitas vezes, é causa de conflito familiar. As interações padrasto-enteado caracterizam-se pela falta de disponibilidade do padrasto para interagir, isto independentemente da idade e do género do enteado. O padrasto não só não participa nos cuidados ao enteado, como não desenvolve com ele quaisquer actividades ou conversas. O laço padrasto-enteado é um laço marcado pela distância. O enteado é sentido como um “filho por empréstimo” do padrasto. Como o pai biológico, por norma, é uma figura presente, o padrasto tem dificuldade em criar um novo lugar para si. A mãe não procura aqui um pai para o filho. Bastante autónoma, desde o início da relação que o filho é assumido como uma responsabilidade apenas sua. O casal recomposto não é casal parental. Apesar da relação padrasto-enteado ser encarada como distinta da relação pai-filho, em termos práticos a distância que as separa não é muito significativa. Os **padrastos distantes e autoritários** associam paternidade a um conjunto de preocupações e obrigações. Ao contrário da profissão, a paternidade não é encarada como fonte de realização pessoal.

Na **lógica da dissociação parental**, a díade mãe-filho é muito forte. A desigualdade entre o padrasto e a mãe em termos parentais institui também uma desigualdade em termos conjugais. A família é um domínio materno por excelência. A mãe não reconhece ao padrasto o “direito” a interferir nas questões parentais. O **padrasto** sente esta atitude da mãe como uma ameaça à perenidade da relação conjugal, sente-se secundarizado e ultrapassado pela mulher, numa palavra, **desinvestido** de um poder a que julgava ter direito por via da conjugalidade: o poder parental. A mãe quer que o padrasto a ajude no dia-a-dia, assumindo responsabilidades específicas face ao enteado, no entanto, limita a sua interferência nas decisões parentais. Ouve a opinião do marido mas, no final, raramente a mesma é tida em consideração. O padrasto vê esta situação como injusta. Vê-se limitado no seu papel enquanto educador e regulador familiar, disciplinador, e sente que o facto de haver uma dissociação entre o seu modo de educar e o modo de educar da mulher, coloca em causa o seu lugar na família. A existência de filhos comuns ao casal parece agudizar ainda mais esta situação, dado que o padrasto não aceita que a mãe se assuma como a principal figura parental. Como, nestes casos, o pai biológico do enteado é uma figura distante, pouco presente no quotidiano do filho, quem ocupa o lugar parental deixado vago pelo pai é a mãe e não o padrasto. A mãe vê, assim, reforçado o seu poder na família.

A diversidade encontrada ao nível das lógicas de construção do lugar de padrasto permite perceber que o campo da recomposição familiar é, hoje em dia, mais complexo que em meados dos anos 80 do século XX quando a socióloga francesa Irène Théry introduziu as duas lógicas de relacionamento após divórcio/ separação – lógica de substituição e lógica de perenidade – como base das estratégias de recomposição familiar adoptadas. Apesar desta distinção se manter válida, nos tempos que correm ela revela-se insuficiente para explicar o modo como se desenvolvem as relações familiares em contexto de recomposição familiar, designadamente o modo como o lugar de padrasto é construído. Em parte, tal deve-se ao facto de o modelo de análise desenvolvido pela socióloga francesa ter como principal dimensão analítica o lugar ocupado pelo pai biológico. Se é verdade tratar-se de uma subdimensão analítica importante da dinâmica de recomposição familiar adoptada, também não deixa de ser verdade que, dentro do agregado doméstico recomposto, a forma como a mãe age perante a parentalidade do padrasto e o modo como este se posiciona tanto face aos enteados como face aos seus filhos biológicos, é determinante para perceber a forma como a relação padrasto-enteado é construída, nomeadamente do ponto de vista das práticas. Apenas numa das lógicas encontradas – lógica da substituição parental – o lugar ocupado pelo pai biológico parece assumir maior força

explicativa face às restantes dimensões analíticas. É a ausência do pai biológico que leva o padrasto a assumir o lugar de “quase-pai” do enteado no dia-a-dia familiar, partilhando com a mãe o poder parental face à criança. Poder esse que, mais tarde, acaba por ficar concentrado nas suas mãos.

Nas lógicas do suporte parental do padrasto ajudante materno e da dissociação parental do padrasto desinvestido, a dimensão analítica com mais força explicativa é a atitude da mãe face à parentalidade do padrasto. No primeiro caso, a mãe não aceita partilhar o poder face aos filhos com o padrasto. Ela é a principal figura parental na família, relegando o padrasto para um lugar secundário de suporte à parentalidade materna. No segundo caso, a mãe partilha com o padrasto as responsabilidades associadas ao quotidiano familiar mas não aceita negociar as decisões parentais, mantendo-se a principal figura parental face ao filho ainda que contra a vontade expressa do marido/companheiro. Em ambos os casos, a vida familiar é encarada como um domínio feminino por excelência.

Nas lógicas da pluriparentalidade e da co-parentalização progressiva destaca-se a posição do padrasto face à parentalidade recomposta enquanto principal dimensão analítica. Nestes casos, o facto de o padrasto associar padristicidade e paternidade, leva-o a no dia-a-dia assumir o enteado como se de um filho se tratasse. Porém, se no primeiro caso, o padrasto envolvido vê-se apoiado pela mulher, que partilha com ele o poder parental face ao filho; no segundo caso, o padrasto reivindicativo precisa de lutar face ao poder parental feminino para conseguir impor-se enquanto figura parental. Embora reconheça e aceite as especificidades associadas à vida em contexto de recomposição familiar, o padrasto reivindicativo exige reconhecimento enquanto figura de autoridade e participação na educação do enteado. Em ambos os casos, a parentalidade do pai biológico não impede a parentalidade do padrasto. No entanto, o padrasto estabelece uma distinção entre ser pai e ser padrasto não em termos de quotidiano, isto é, de práticas parentais, mas em termos de sentimento, designadamente no caso dos padrastos reivindicativos que são também pais biológicos.

Por último, também nas lógicas da dualidade parental e da demissão parental o destaque vai para a posição adoptada pelo padrasto face à parentalidade recomposta ou social enquanto dimensão analítica com maior força explicativa. Em ambos os casos, os padrastos mantêm uma relação distante com os enteados, fortemente mediada pela figura materna. Porém, se no caso dos padrastos estatutários que adoptaram a lógica da dualidade parental essa distância surge associada a uma diferença significativa face ao modo como

são pais, isto é, face à relação construída com os seus próprios filhos; no caso dos padrastos distantes e autoritários a relação com os enteados parece prolongar o tipo de relação mantida com os filhos, quase sempre encarada como uma relação pouco gratificante. Por outro lado, enquanto no primeiro caso a mãe procura um pai para os filhos e depara-se com a indisponibilidade do padrasto mantendo-se, ainda que contra a sua vontade, a principal figura parental; no segundo caso a forte autonomia materna parece adaptar-se bem à ausência de vontade do padrasto em envolver-se de forma profunda com o enteado, designadamente responsabilizando-se por tarefas específicas face ao mesmo e desenvolvendo com ele um laço afectivo forte.

Para além das dimensões analíticas seleccionadas, também a idade e o género do enteado parecem ter um impacto significativo no modo de ser padrasto adoptado. O facto de o enteado ser pequeno e do género masculino parece facilitar o exercício da parentalidade recomposta. Vários estudos internacionais apontam para a idade do enteado no momento da recomposição familiar como a variável de caracterização sócio-demográfica que mais influencia a relação padrasto-enteado (Cherlin, 1992; Spanier e Furstenberg, 1987; Marsiglio, 1992; Robinson e Smith, 1993; Théry, 1995; Ferri e Smith, 1998 e Pryor, 2004). Regista-se, no entanto, menor consenso relativamente ao impacto da variável género. A existência de afinidades de género a nível das brincadeiras e das actividades desenvolvidas a dois nem sempre assume os mesmos contornos.

A associação entre idade e género do enteado como factores impulsionadores da relação padrasto-enteado foi salientada pelos padrastos ajudantes maternos (lógica do suporte parental), pelos padrastos reivindicativos (lógica da co-parentalização progressiva) e pelos padrastos desinvestidos (lógica da dissociação parental). No entanto, nem sempre estas variáveis – idade e género – surgem associadas entre si. Os padrastos envolvidos (lógica da pluriparentalidade) e os padrastos apropriativos (lógica da substituição parental) destacam a idade do enteado, sempre pequeno no momento da recomposição familiar, não se registando qualquer efeito da variável género. Já para os padrastos estatutários (lógica da dualidade parental), o género do enteado parece influenciar mais que a idade a relação padrasto-enteado. A identificação destes padrastos com os seus próprios filhos, todos rapazes, é superior à sua identificação com as enteadas, embora estas fossem pequenas no momento da recomposição familiar. Há, no entanto, uma lógica em que o efeito das variáveis socio-demográficas não se faz sentir. Trata-se da lógica da demissão parental. A forma como a relação padrasto-enteado se desenvolve mantém-se constante independentemente

da idade e do género do enteado. Não obstante, alguns dos padrastos distantes e autoritários (lógica da demissão parental) referiram o facto de os enteados serem rapazes como um dos factores potenciadores da maior conflituosidade parental, sobretudo, no decurso da adolescência.

A análise aqui apresentada procurou contribuir para o conhecimento da relação entre padrasto e enteado com base numa perspectiva que privilegia o ponto de vista do padrasto. A forma como a parentalidade é gerida dentro do agregado doméstico recomposto depende da relação estabelecida entre o casal em termos parentais, ou seja, da forma como os lugares parentais são repartidos e negociados entre a mãe e o padrasto. A relação padrasto-enteado parece ser influenciada quer pela vontade do padrasto em se envolver na nova vida familiar, assumido como suas as responsabilidades parentais até então consagradas à mãe ou aos pais biológicos; quer pela atitude da mãe face à parentalidade em contexto de recomposição familiar, isto é, permitindo, promovendo ou limitando a ingerência do padrasto no domínio parental. Tudo parece depender da forma em como a cada dado momento os intervenientes no processo de recomposição familiar se posicionam face à vida familiar, nomeadamente do objectivo da recomposição familiar a médio, longo prazo, isto é, se há ou não a intenção de criar coesão familiar associando conjugalidade e parentalidade independentemente da origem, biológica ou social, dos descendentes. A este nível, o facto de o pai biológico ser ou não uma figura presente no quotidiano do enteado parece ter um menor impacto que o facto de o padrasto ser ele próprio pai biológico, sobretudo, se partilhar no dia-a-dia o mesmo agregado doméstico com os filhos e os enteados.

Quadro 10.2 – Quadro-resumo das lógicas de construção da relação padrasto-enteado

LÓGICAS	Pluralidade Parental (5 casos)	Substituição Parental (5 casos)	Dualidade Parental (3 casos)	Suporte Parental (6 casos)	Co-Parentalização Progressiva (4 casos)	Demissão Parental (5 casos)	Dissociação Parental (2 casos)
PARENTALIDADE RECOMPOSTA	Envolvido	Apropriativo	Estatutário	Ajudante Materno	Reivindicativo	Distante e Autoritário	Desinvestido
Tipo de Interações (padrasto-enteado)	Partilhada	Substituta	Dual	Suporte	Cooperante	Demissionária	Dissociativa
Disponibilidade	Forte	Forte	Fraca	Moderada	Forte	Inexistente	Forte (actualmente)
Cuidados (partilha com a mãe)	Partilha total	Ajuda sempre	Inexistentes (mãe única cuidadora)	Ajuda quando solicitado	Ajuda sempre	Inexistentes (mãe única cuidadora)	Ajuda sempre (actualmente)
Actividades	Lúdicas, transmissão de gostos	Lúdicas	Inexistentes	Lúdicas	Lúdicas, transmissão de gostos	Inexistentes	Inexistentes
Comunicação	Intensa (abertura forte)	Moderada (mãe principal confidente)	Restrita (fechamento)	Moderada (mãe principal confidente)	Moderada (mãe principal confidente)	Restrita (fechamento)	Moderada (mãe principal confidente)
Tipo de Laço (padrasto-enteado)							
Proximidade vs. distância afectiva	Proximidade e intimidade	Proximidade	Alguns distâncias estatutária	Alguns proximidade, mas estatutária	Alguns proximidade	Distância estatutária	Alguns proximidade
Mediação materna	Fraca	Fraca	Forte (indisponibilidade padrasto)	Forte (vontade materna)	Moderada	Forte (indisponibilidade padrasto)	Forte (vontade materna)
Individualização	Sim	Sim	Não	Alguns individualização (actividades)	Alguns individualização (conversas, actividades)	Não	Não
Orientações normativas e valores (enquanto padrasto)							
Autopercepção (enquanto padrasto)	Presente	Presente	Provedor	Amigo	Educador	Orientador	Disciplinador
	Cuidador	Cuidador	Protector	Figura de referência	Figura de referência	Protector	Protector familiar
	Educador	Educador		Conselheiro	Orientador		Orientador
	Mediador				Protector		
Lugar do padrasto família recomposta	Figura parental adicional	Figura parental (<i>quase pai</i>)	Homen na família	Figura de suporte parentalidade materna (<i>amigo do enteado</i>)	Figura parental adicional	Companheiro da mãe	Figura parental adicional
Valorização laço biológico	Fraca	Moderada (direitos legais)	Forte (afectos)	Forte (afectos, autoridade)	Moderada (afectos, autoridade, responsabilidade)	Forte (autoridade, responsabilidade)	Fraca
PARENTALIDADE BIOLÓGICA							
Percurso Parental							
Tipo de percurso	- Pai e padrasto - Padrasto e pai - Padrasto	- Pai e padrasto - Padrasto e pai (num caso mulher grávida filho) Guarda conjunta	- Pai e padrasto - Padrasto e Pai Guarda única mãe	- Pai e padrasto - Padrasto e pai (num caso mulher grávida filho) Guarda única mãe	- Pai e padrasto - Padrasto e pai - Padrasto	- Pai e padrasto - Padrasto e pai	- Pai e padrasto - Padrasto e pai
Modo de guarda (filhos anteriores)	Guarda única mãe	Guarda conjunta	Guarda única mãe	Guarda única mãe	Guarda única mãe	Guarda única mãe	Guarda única mãe
Local de residência (filhos anteriores)	Residência materna	Residência alternada ou residência paterna	Residência materna ou residência alternada informal	Residência materna	Residência materna	Residência materna	Residência materna

(Continua)

(Continuação)

	Pluralidade Parental (5 casos)	Substituição Parental (5 casos)	Dualidade Parental (3 casos)	Suporte Parental (6 casos)	Co-Parentalização Progressiva (4 casos)	Demissão Parental (5 casos)	Dissociação Parental (2 casos)
	Envolvido	Apropriativo	Estatutário	Ajudante Materno	Reivindicativo	Distante e Autoritário	Desinvestido
Tipo de PADRASTO							
Tipo de Interacções (padrasto-enteado)							
Disponibilidade	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Fraca	Forte (actualmente)
Cuidados (inclui partilha com ex-mulher)	Partilha total	Ajuda mútua	Ajuda	Ajuda quando solicitado	Ajuda mútua	Inexistentes (mãe única cuidadora)	Ajuda (actualmente)
Actividades	Transmissão de gostos	Lúdicas	Criação de gostos e actividades comuns	Lúdicas	Lúdicas, transmissão de gostos	Inexistentes	Lúdicas
Comunicação	Intensa (abertura forte)	Intensa (abertura forte)	Intensa (abertura forte)	Moderada (mãe principal confidente)	Intensa (abertura forte)	Resrita (pai conselheiro)	Moderada (mãe principal confidente)
Tipo de Laço (padrasto-filho)							
Proximidade vs. distância afectiva	Proximidade e intimidade	Proximidade e intimidade	Proximidade e intimidade	Proximidade	Proximidade e intimidade	Distante	Proximidade (actualmente)
Mediação materna	Inexistente	Inexistente	Fraca	Moderada a Forte	Inexistente a Fraca	Forte	Moderada
Individualização	Sim	Sim	Sim	Alguma	Sim	Não	Alguma
Orientações normativas e valores							
Autopercepção (enquanto pai)	Cuidador Presente Disponível Conselheiro	Cuidador Presente Disponível	Provedor Educador Amigo Companheiro	Cuidador Presente Conselheiro Regulador	Cuidador Presente Educador	Provedor Orientador Disciplinador Educador	Disciplinador Protector Orientador Educador
Valores parentais/biológica (pai e mãe)	Mesmos papéis parentais	Papéis complementares (de género)	Papéis complementares (de género)	Mesmos papéis a nível das representações, mais complementares (de género) nas práticas	Mesmos papéis parentais	Papéis complementares (de género)	Papéis complementares (de género)
DINÂMICA PARENTAL NA RECOMPOSIÇÃO							
Atitude da Mãe (partilha com padrasto)							
Responsabilidades parentais (tarefas)	Total	Total	Inexistente	Parcial (padrasto disponibilidade moderada)	Quase total	Inexistente	Quase total (actualmente)
Poder Parental (decisões)	Partilhado (casal reconposto é casal parental)	Mais Padrasto (casal reconposto é casal parental)	Materno (indisponibilidade padrasto)	Materno (forte autonomia materna)	Materno (casal reconposto quase casal parental)	Materno (forte autonomia materna, indisponível)	Materno (forte autonomia materna)
Autoridade	Partilhada entre a mãe e o padrasto	Delegada pela mãe no padrasto	Padrasto como figura de autoridade na família	Materna (emana do laço biológico)	Materna mas com alguma partilha (padrasto reivindicativo)	Padrasto como figura de autoridade na família	Materna (padrasto desinvestido pela mãe)

(Continua)

(Continuação)

LÓGICAS	Pluralidade Parental (5 casos)		Substituição Parental (5 casos)		Dualidade Parental (3 casos)		Suporte Parental (6 casos)		Co-Parentalização Progressiva (4 casos)		Demissão Parental (5 casos)		Dissociação Parental (2 casos)	
	Envolvido	Apropriativo	Estatutário	Ajudante Materno	Reivindicativo	Distante e Autoritário	Desinvestido							
Tipo de PADRASTO														
Lugar do Pai Biológico														
Tipo de relação pai-filho	Presente e próxima (ou tentativa de aproximação)	Ausente e distante ou mediada por avós paternos	Quase sempre distante, pode ou não ser presente	Quase sempre presente, pode ou não ser próxima	Presente e próxima (mas há uma exceção)	Quase sempre presente e próximo	Distante e pouco presente ou mesmo ausente							
Parentalidade pais biológicos	Quase sempre dialogante	Casal parental não sobrevive ruptura conjugal	Casal parental não sobrevive ruptura conjugal	Nalguns casos dialogante (guarda conjunta)	Casal parental não sobrevive ruptura conjugal	Casal parental não sobrevive ruptura conjugal	Casal parental não sobrevive ruptura conjugal							
Modo de guarda	Guarda única mãe ou conjunta (residência alternada)	Guarda única mãe	Guarda única mãe	Guarda única mãe ou conjunta (residência alternada)	Guarda única mãe	Guarda única mãe ou conjunta (com separação da fratria)	Guarda única mãe							
Forma de regulação familiar	Auto-regulação Pai paga prestação de alimentos	Hetero-regulação Só num caso pai paga prestação de alimentos	Auto-regulação Num caso o pai vive no estrangeiro e não mantém contacto com o filho	Auto-regulação Em dois casos pai não paga/ pagou prestação de alimentos	Auto-regulação Pai paga prestação de alimentos	Auto-regulação Pai paga prestação de alimentos	Auto-regulação Pai paga prestação de alimentos de forma irregular							

CONCLUSÕES

NEGOCIANDO VELHAS E NOVAS MASCULINIDADES

Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha

O trabalho de investigação que apresentámos ao longo dos vários capítulos deste livro foi produto de uma longa caminhada, mas também, e sobretudo, de uma enorme curiosidade científica e social. Queríamos conhecer uma realidade que até há poucos anos foi permanecendo oculta, apartada dos olhos do público e de um questionamento sociológico rigoroso. Como os leitores e as leitoras não podem deixar de adivinhar, trata-se da realidade dos homens e, mais concretamente, dos lugares que ocupam numa vida familiar e numa sociedade em mudança. A história recente do século XX facilmente justificou a menor preocupação em perscrutar os homens e a masculinidade na vida privada e, claro está, nas relações de género. Face à importância que teve a dominação masculina sobre as mulheres eram, afinal, os novos protagonismos femininos que importava acompanhar e avaliar. Neste sentido, no mundo ocidental ao longo do século XX, as mulheres protagonizaram uma verdadeira “revolução” de práticas e de costumes. Portugal, como sabemos, não constituiu uma excepção e as mudanças que se fizeram sentir, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, ganharam um fôlego dificilmente imaginável alguns anos antes. As mulheres adquiriram, a partir de então, o direito a uma igualdade jurídica e moral que anteriormente lhes era negada, conquistando paulatinamente novas liberdades e também novos lugares no mundo do trabalho e da vida pública em geral. Portugal é hoje, afinal, um dos países europeus onde as mulheres e as mães de crianças pequenas mais trabalham a tempo inteiro. Todavia, as mudanças operadas no feminino, ao mudarem indelevelmente a sociedade e as suas formas de organização, contribuíram para transformar, sem margem para dúvidas, o lugar dos homens na vida privada e até na vida pública. Relativamente consensual será dizer que os antigos modelos de autoridade patriarcal e de ganha-pão masculino cederam, encontrando-se hoje apenas em franjas minoritárias da população. Porém, além desta representação geral que atravessa a sociedade portuguesa da actualidade, muito mais havia e há para saber sobre os novos equilíbrios, tensões e desafios que se colocam aos homens.

Pretendíamos conhecer mais a fundo, e esperamos tê-lo conseguido ainda que parcialmente, as mudanças que têm atravessado a família portuguesa, mas agora numa perspectiva masculina. Sendo certo que, apesar de todas as mudanças na situação das mulheres e dos homens, a transformação dos papéis de género tem conhecido alguns entraves ao longo das últimas décadas, é necessário e urgente conhecer melhor esta realidade a partir do

ponto de vista masculina. O que pensam os homens? Como vêem o seu lugar na família? Como respondem às novas exigências trazidas pelo trabalho das mulheres ou por novas concepções do que deve ser a paternidade? Mais ainda, que factores promovem a mudança e quais constituem entraves a uma participação masculina mais plena na família?

Neste panorama, e agora ensaiando nestas páginas finais um olhar de longe sobre os resultados que aqui apresentamos, o nosso trabalho de investigação junto dos homens que entrevistámos partiu, desde logo, de um duplo objectivo. Em termos simples, queríamos, antes de mais, conhecer a fundo os “lugares dos homens” na família contemporânea portuguesa. Queríamos conhecer os “lugares” e não apenas o “lugar”, pois, mais que diagnosticar tendências singulares, pretendíamos descobrir o manancial de diversidade que se alberga sobre os traços mais gerais da viragem de um modelo desigual de família para ideais de igualdade e formas de organização familiar mais paritárias. Neste sentido, como tentaremos em traços largos sumarizar, a diversidade, mais do que uma preocupação expressa através de um vocábulo tão comumente utilizado, constituiu uma perspectiva teórica e uma ferramenta metodológica através da qual olhámos para a família numa perspectiva masculina. Consequentemente, é agora fácil enunciar o nosso segundo, e talvez mais importante, objectivo: o de apreender os modos distintos de construir esses lugares masculinos no seio da família. Se durante tanto tempo, e tão aprofundadamente, se procurou compreender a entrada das mulheres na vida pública, era agora tempo de estudar o movimento inverso: o da entrada dos homens na vida privada, na família. É certo que a identidade masculina – ou, se quisermos, a masculinidade – sempre esteve, mesmo de fora, intimamente ligada à esfera da família. Segundo os velhos códigos de “ser homem” era aí que os jovens do sexo masculino se tornavam, afinal, adultos, provedores e pais. Patriarcas, portanto. No entanto, com a erosão dos velhos modelos de masculinidade e a construção de novas formas de organizar a vida familiar, também os homens se viram, e se vêem, convocados à mudança e à reconstrução de si mesmos, das suas práticas, dos seus valores e das suas identidades.

Face a estes grandes objectivos e questões que atravessaram, de formas diferentes, os vários capítulos deste livro, pensamos ser muito importante ressaltar três grandes conclusões. Não é nossa intenção passar em revista os resultados de cada capítulo, pois cada um deles apresenta individualmente as suas próprias indagações e conclusões, que o leitor facilmente poderá consultar. No entanto, existem alguns aspectos centrais que ressaltaram da pesquisa que efectuámos junto de todos estes homens pertencentes a tipos

de família e a meios sócio-profissionais diferenciados. Identificá-los, um a um, é o que tentaremos fazer de seguida.

A recusa dos papéis tradicionais e a emergência de novos modelos de masculinidade

Em primeiro lugar, impõe-se uma conclusão muito importante e que atravessa todos os capítulos deste livro, trate-se da divisão do trabalho, da conjugalidade, das dinâmicas de paternidade ou dos discursos sobre os ideais de género e família. A verdade é que, na sua esmagadora maioria, os homens recusam o papel tradicional de único provedor e de principal figura de autoridade dentro da família. Se é possível argumentar, face aos nossos resultados, que os caminhos para a reconstrução da masculinidade são pouco monolíticos e até ambivalentes, é inegável que os homens sabem hoje, muito claramente, aquilo que não querem ser. Seja qual for o caminho seguido, quase todos eles procuram afastar-se das velhas figuras de marido e de pai distante, ausente e autoritário. A figura do “chefe de família”, que emanava dos figurinos ideológicos do Estado Novo, encontra-se posta em causa de modo muito evidente. O distanciamento, em muitos dos casos, face aos modelos de socialização herdados em que o “pai” representava a autoridade e a disciplina, constitui um elemento discursivo comum aos homens entrevistados. Em contrapartida, a linguagem da afetividade, do companheirismo, de uma paternidade próxima e intimista substituem os antigos códigos, hoje conotados com um passado que não se quer nem reproduzir, nem transmitir aos filhos.

A igualdade passou a ser uma norma presente nos discursos, ganhando um peso significativo, muito provavelmente por razões históricas que se alimentam da memória do passado autoritário anterior à Revolução de Abril. Grande parte dos homens entrevistados, em todos os meios sociais, subscrevem a ideia de que igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é desejável e deve ser ampliada e promovida. O “machismo” e o “autoritarismo” constituem categorias discursivas criticáveis e descartadas por grande parte dos homens. Pelo contrário, parece ser importante elaborar um auto-retrato associado à modernidade, à igualdade, à figura de um marido e pai presente e apoiante. Ainda que, como se demonstrou nas Partes I e II do livro, as mulheres continuem a arcar mais com as tarefas domésticas e os cuidados aos filhos em muitas famílias, as marcas da passagem de um modelo de ganha-pão masculino para um de duplo emprego conjugal não deixa incólume os “lugares masculinos”. Apesar de

os discursos e os valores andarem um passo à frente das práticas efectivas, a verdade é que, hoje em dia, é muito pouco frequente assumir posições declaradamente conservadoras no que toca ao tradicional poder masculino sobre as mulheres e os filhos. Os movimentos de sentimentalização e familiarização da masculinidade não podem, assim, ser relegados para um segundo plano da análise, não obstante a permanência de desigualdades entre homens e mulheres.

É verdade, não podemos negá-lo, que a forte associação da masculinidade ao mundo profissional continua a marcar muito os papéis de género na família. Com efeito, é transversal a todos os entrevistados a ideia que o homem nunca deve deixar de trabalhar, ou seja, de estar inserido no mercado de trabalho. É mais aceitável para os homens que seja a mulher a fazê-lo, muito embora a realidade mostre, por vezes, o contrário: alguns homens vão também assumindo o papel de “pai doméstico” quando o desemprego ou certas opções familiares assim o determinam; ou vão investindo menos na actividade profissional, de modo a estarem mais presentes na cena doméstica. Mas, em traços gerais, importa salientar também algumas continuidades. Se bem que a ética do homem ganha-pão e único sustento já não traduza o lugar do homem na família, na medida em que se aceita o trabalho da mulher e se conta com a sua indispensável contribuição económica, os homens ainda sentem que é sobre eles que recai a principal responsabilidade económica.. Trata-se, portanto, de um modelo de homem “providenciador”, como procurámos designá-lo, em contraposição ao tradicional modelo do homem “provedor”. Os dois percursos profissionais não são vistos, no entanto e na maioria dos casos, como paralelos e idênticos. O facto de o homem faltar ou deixar de trabalhar – por desemprego, para cuidar de uma criança pequena, por doença – associa-se a elevados níveis de *stress*, a falhas no seu sentido de cumprimento do dever, a lacunas nas obrigações face ao empregador e, mais ainda, a um questionar da identidade masculina. O facto de a mulher deixar de trabalhar durante algum tempo – por desemprego, por licença de maternidade ou por opção para se dedicar a pessoas dependentes ou à casa – é, inversamente, visto como um tempo de oportunidade para a família, embora não deixe de se reconhecer, apesar de tudo, que pode representar um tempo de perda de oportunidades em termos profissionais, nomeadamente em casos de carreira profissional forte.

A par da erosão do modelo de ganha-pão masculino, outra tendência transversal e de grande relevância para interpretarmos os lugares dos homens nas famílias contemporâneas, bem como a emergência de novos modelos de masculinidade, opera-se, indubitavelmente, no quadro da paternidade.

Investigar os homens enquanto pais ou figuras parentais (padrastos) constituiu uma motivação central deste estudo. Mais do que isso, definiu uma perspectiva de análise (dividindo os homens em grupos consoante a sua situação face à paternidade: pais em casal, pais-sós e padrastos), que elegeu a paternidade como um domínio fundamental quer para compreender a mudança nas práticas e nos lugares dos homens, quer para perscrutar as transformações das identidades masculinas. Esta opção ficou, aliás, bem patente na estrutura do livro: duas partes e quatro dos seus capítulos discutem aprofundadamente a questão da paternidade, investigando percursos de homens em diferentes situações familiares e parentais. Seguindo de perto pistas de reflexão teórica florescentes nas abordagens actuais da masculinidade e dos homens, considerámos também, como referido nas primeiras páginas da introdução do livro, a pertinência das dinâmicas de paternidade para a compreensão da mudança no masculino. Voltando a citar Therborn (2004), a criança tornou-se, hoje, absolutamente central para a redefinição do masculino. Como nos diz o autor, ao reflectir sobre o impacto da erosão do patriarcado no último século, uma das mais importantes mudanças operadas reflecte-se em novas formas de apropriação da criança. A perda de poder patriarcal sobre as gerações mais novas tem, como contrapartida, a reconstituição identitária com base num léxico de afectos que se mistura, em doses variáveis, com valores centrados na instrumentalidade e no institucionalismo. Os códigos do amor pelos filhos abrem, sem dúvida, uma janela de mudança na masculinidade tradicional. Se as teses da sentimentalização da vida familiar propostas por Ariès ou Shorter – para caracterizar a construção de uma família moderna que atravessou o século XX – propunham a emergência de um laço afectivo central entre a mãe e a criança, essa relação umbilical e exclusiva é, hoje, cada vez mais invadida pelos homens, também eles desejosos de redefinir os cânones da paternidade, outrora patriarcal e autoritária, assim como de ser uma voz activa na construção da própria fecundidade conjugal. Neste sentido, a criança passa a ser, também, um elemento progressivamente apropriado pelos homens na construção de uma masculinidade mais afectiva.

E a verdade é que os nossos resultados parecem confirmar esta ideia-chave. A esmagadora maioria dos homens adere a uma nova imagem do *pai presente* e do *pai educador*, por oposição à imagem do *pai autoritário*, *distante* e *castigador* do passado. Mas este processo de mudança não decorre sem algumas ambiguidades. Por um lado, devemos sublinhar as tensões sentidas em estabelecer os “novos” limites da autoridade masculina na família. Por outro lado, são também de assinalar as tensões inerentes às dificuldades, sentidas numa vida quotidiana de longos horários de trabalho

profissional e de múltiplas pressões por parte dos empregadores, em concretizar o *modelo do homem/pai presente*. Por fim, são ainda de referir as tensões sentidas no campo da fecundidade conjugal, que, por vezes, escapa à desejada negociação.

As formas múltiplas de construir um lugar dentro da família

Uma segunda grande conclusão prende-se, como referimos inicialmente, com o facto de os caminhos para construir um novo lugar masculino dentro da família serem múltiplos. Por detrás das tendências gerais que enunciámos, a diversidade impõe-se de modo flagrante. Metodologicamente, operacionalizar uma perspectiva teórica que procure enfatizar a diversidade encerrou também algumas opções de fundo, bem patentes nos capítulos deste livro. Procurámos, a partir de cada biografia, sempre singular, encontrar os principais traços de proximidade que uniam determinados homens em torno de um dado perfil, tipo ou lógica. Consequentemente, tentámos apresentar ao leitor diferentes formas de ser homem na divisão do trabalho, na vida conjugal, na negociação da fecundidade e na esfera da parentalidade, trate-se de pais em casal ou das dinâmicas pós-divórcio de homens que assumem a solo os encargos da paternidade, que encontram soluções na guarda conjunta ou que constroem um papel enquanto padrastos. Todas estas situações e percursos enunciam, à partida, diferenças de fundo e, no seu interior, também se afirma a heterogeneidade.

Não basta, portanto, dizer que os pais-sós são diferentes dos que vivem em casal ou dos padrastos; é preciso ir mais fundo na análise e perscrutar, em cada grupo, a sua própria diversidade interna. Entre os homens, os chamados novos tipos de paternidade (como, por exemplo, as situações de guarda conjunta analisadas no capítulo 9) albergam internamente uma significativa margem de variação, ainda que possamos dizer, em traços gerais, que a guarda conjunta com residência alternada participa na transformação das formas de representar e de viver a paternidade na contemporaneidade portuguesa, pois incentiva a concretização de um “modelo ideal de paternidade de proximidade” após o divórcio ou a separação, transições cada vez mais comuns nos percursos de vida dos indivíduos. Contudo, estes homens podem viver esta nova forma de ser pai de modos diversos, de forma mais “assertiva” e orientada para a autonomia, ou de forma mais “conjunta” e partilhada entre os progenitores. Mas este é apenas um exemplo, entre vários. Veja-se um outro, igualmente interessante. Se a grande maioria dos homens aspira à paternidade, como se concluiu no capítulo 7, a verdade é que os seus projectos de descendência e os seus graus de envolvimento no

processo da gravidez e dos cuidados prestados ao recém-nascido são muito diversos, oscilando entre um compromisso intenso com o projecto de ser pai e o acompanhamento à mãe e um distanciamento dessa esfera, ainda considerada feminina por alguns. O envolvimento na parentalidade (veja-se o capítulo 10) revela, igualmente, um alargado leque de variação, mais complexo do que o simples binómio presença/ausência deixaria entrever. O homem, pai ou padrasto, pode ver-se como um amigo e companheiro, um educador, uma figura estatutária, alguém que sustenta materialmente, um simples ajudante ou mesmo alguém que tenta igualar – e muitas vezes apropriar – as competências maternas. As lógicas que presidem ao lugar parental masculino, que aqui tomamos como exemplo, são de facto muito pouco monolíticas, ainda que poucos homens reneguem a importância da presença e da afectividade paterna. Em suma, não existe um único modelo de “ser pai”.

Continuando a nossa argumentação através deste exemplo, e voltando aos resultados apresentados no capítulo 8, onde procurámos delinear perfis de paternidade no Portugal contemporâneo, notamos claramente os caminhos complexos da diversidade entre os pais a viver em famílias “simples” (ou seja, numa primeira conjugalidade com filhos). A variedade de modelos é significativa: desde uma *paternidade igualitária* baseada na autonomia e na paridade do laço que cada progenitor estabelece com os filhos; a uma *paternidade conjunta* em que tudo se partilha de modo mais fusional; ou, ainda, a uma *paternidade de apoio* em que se procura estar presente e ajudar no dia-a-dia; até uma *paternidade paralela* em que predomina a ideia do pai provedor e só presente quando é necessário; passando ainda pela *paternidade electiva* em que homens com uma carreira profissional intensa elegem certos tempos de qualidade para estar com as crianças. Outros modelos podem ser minoritários, mas também se encontram entre os homens que entrevistámos. Um bom exemplo é a *paternidade a tempo inteiro*, um pai que fica em casa durante os primeiros anos de vida da criança, assumindo a escolha feita. Mesmo que situações de desemprego masculino possam estar por detrás deste tipo de opções, trata-se de homens sem problemas em assumir um papel parental mais próximo, que era antes um exclusivo das mulheres, hoje também elas cada vez mais envolvidas nas demandas de uma vida profissional exigente. Nalgumas situações, encontramos ainda uma *paternidade apropriativa* em que, como sucede também entre alguns pais-sós e padrastos, as funções tradicionalmente associadas ao feminino e à maternidade tendem a ser substituídas pelo homem.

Foi, afinal, através deste esforço de investigação intensiva e tipológica que conseguimos trazer à luz do dia um leque de variações que escapariam a

uma estratégia menos minuciosa. Só assim conseguimos descrever a diversidade que adivinhávamos existir por detrás dos discursos dominantes ou de oposições demasiado lineares entre formatos tradicionais e modernos. Contudo, se procurarmos alinhar os homens em movimentos de mudança e de reconstrução de si um pouco mais alargados, conseguimos perceber que muitos homens procuram construir-se enquanto “companheiros”, quer na conjugalidade, quer na relação de paternidade. Este movimento, muitas vezes carregado de dificuldades para eles próprios, sinaliza o distanciamento face a uma matriz de família instituição no seu sentido mais tradicional, a favor de tendências de inclusão do homem no domínio privado, nas próprias interações quotidianas da família. Por outro lado, alguns homens inserem-se num movimento que retrata os processos de individualização operantes na vida das famílias: quer como maridos, quer como pais ou padrastos, é agora o “eu” que emerge com relativa autonomia do “nós”. No seio do casal procura-se resguardar a autonomia individual, construindo um espaço para si; com os filhos tenta-se edificar uma relação fortemente individualizada e não mediada pela figura materna. Podemos entender esta transformação como um movimento do “homem familiar”, acima de tudo empenhado na vida da sua família e na concretização do projecto familiar, para o “homem indivíduo”, orientado para a realização de si e a autonomia individual no casal e na relação pessoalizada com os filhos ou mesmo os enteados. Por outro lado ainda, podemos identificar também, em alguns casos, uma lógica de construção da masculinidade por afastamento e ausência, isto é, uma espécie de “desfamiliarização da masculinidade”. Trata-se, agora, não de situações conformes aos cânones da autonomia modernista (relacional, democrática, idealmente igualitária, empenhada na paternidade presente), mas de vidas masculinas vividas de forma bastante separada em virtude do afastamento do homem, que busca a sua realização pessoal em esferas exteriores ao casal e à paternidade.

Em suma, à semelhança das mulheres, os homens são, também eles, protagonistas das transformações operadas na vida familiar e nas relações sociais de género, muito embora as mudanças verificadas estejam longe de seguir um padrão único. Por um lado, a conjugalização de uma vida familiar centrada nos afectos, na cooperação, na inclusão quotidiana, numa paternidade activa veio desafiar os homens a construir uma masculinidade mais *familiarizada*, mais incluída nas dinâmicas da vida privada. Por outro lado, a individualização crescente de uma família orientada para a realização dos seus membros e a autonomia entre o casal e entre pais e filhos tem-se, também, traduzido na busca de um lugar próprio e de uma identidade masculina autónoma na vida familiar. Todavia, muitas vezes, a

dificuldade de enfrentar a mudança ou de construir uma identidade positiva na vida de casal e na relação com os filhos leva os homens a desfamiliarizarem-se, a encontrarem no afastamento do quotidiano familiar a única forma de construção da masculinidade. Evidentemente, estes movimentos de mudança, assinaláveis nas histórias familiares dos homens, estão longe de ser lineares, homogêneos ou de se conformarem ao simples binómio entre tradicional e moderno. Existem, como se verificou, homens e famílias bastante institucionalistas entre os nossos entrevistados. Além disso, as diferenciações de género continuam a manifestar-se em várias frentes, não só as das desigualdades objectivas (como as horas de trabalho profissional, o nível salarial, a divisão do trabalho doméstico e os cuidados às crianças), mas também as que advêm de concepções profundamente incorporadas sobre feminilidade e masculinidade. Contudo, é sobretudo através de uma *bricolage* de referências (Beynon, 2002) que os homens renegociam os seus poderes e papéis tradicionais.

Apoios e entraves à participação masculina na família

Finalmente, um terceiro aspecto que devemos salientar sinaliza a existência, em simultâneo, de factores de promoção e de entrave à participação do homem na vida familiar. Trata-se, agora, de procurar, mais sistematicamente, explicar as razões subjacentes à enorme diversidade que descrevemos na secção anterior.

Começando pelo lado positivo, ou seja, os principais factores que têm promovido a mudança nos lugares dos homens na família, nomeadamente a sua “entrada” na vida doméstica e nos cuidados parentais, os seguintes aspectos parecem ter um impacto mais significativo:

- Em primeiro lugar, conjugalidades construídas em torno dos valores e das práticas do companheirismo, da igualdade e da negociação. Os casais que, desde o início da vida a dois, desenvolvem laços centrados no diálogo, na entreeajuda, na partilha quotidiana, num projecto parental definido a dois, tendem, ao longo da vida, a organizar-se segundo lógicas de maior envolvimento masculino no dia-a-dia familiar. Essas lógicas reflectem-se, aliás, nas situações de guarda conjunta com residência alternada, tendendo a gerar maiores doses de compromisso e partilha entre pai e mãe mesmo após o divórcio ou a separação.
- Em segundo lugar, destacamos o impacto de uma nova política de família que, como vimos no capítulo 2, tem, nos últimos dez anos, promovido formas mais igualitárias de divisão dos papéis de género.

- Em terceiro lugar, importa salientar, novamente, o crescente impacto do trabalho profissional feminino a tempo inteiro, bem como as novas normas de justiça distributiva na família. Ao promoverem a empatia masculina pela dupla jornada de trabalho das mulheres, gera-se a ideia de que o homem tem pelo menos de ajudar, de maneira a evitar uma excessiva sobrecarga feminina.
- De salientar são, também, alguns aspectos das biografias masculinas. Uma trajetória familiar marcada por certos acontecimentos que “empurram” o homem para dentro da vida doméstica, como, por exemplo, a socialização para o trabalho doméstico ainda em criança, a experiência de viver só enquanto jovem-adulto, as situações de desemprego masculino ou de doença na família, e o nascimento de um segundo ou terceiro filho, constituem “oportunidades” para o homem se realizar enquanto pai e cônjuge mais envolvido, colmatando eventuais falhas e ausências anteriores.
- De grande relevo são, como não podíamos deixar de reiterar, as crianças. Muito frequentemente são os filhos os principais agentes de mudança. São eles a solicitar a presença e o companheirismo do pai, derrubando as hierarquias e as distâncias do modelo tradicional de relação pai/filhos.
- Finalmente, são também de frisar as lógicas de construção das identidades masculinas face aos pares, aos outros homens. Uma identidade e uma estratégia de vida construídas em função do “fazer a diferença” face ao grupo de pares e aos próprios empregadores pouco compreensivos em relação à articulação família-trabalho tende a agilizar a entrada do homem na esfera doméstica e parental. Muitos homens sentem-se diferentes, e de forma positiva, porque resistem às pressões para serem pais pouco presentes e maridos ou companheiros pouco participativos.

Por outro lado, convém igualmente, e não com menor importância, enumerar os principais factores de entrave à mudança nos lugares masculinos na vida familiar:

- Em primeiro lugar, importa salientar a relativa persistência de uma visão diferenciada dos papéis e das identidades de género. Apesar de todos estes homens se sentirem protagonistas de um processo de mudança irreversível, alguns traços tradicionalistas ainda resistem na sociedade portuguesa, embora de forma ambivalente e transformada. Um dos aspectos importantes para explicar esta resistência, senão mesmo o mais importante, reporta-se ao significado da maternidade. Partindo da ideia de que as mulheres são diferentes por serem mães, emerge uma reflexão

frequente à volta do “instinto maternal”, que se associa a laços relacionais e a competências maternas específicas. É, todavia, certo que, enquanto alguns homens acreditam num “instinto maternal” incorporado, natural e para toda a vida, outros sublinham antes um instinto maternal ligado sobretudo a uma fase específica da vida do bebé. Surge com a gravidez, período em que os dois seres, a mãe e o filho, formam uma junção e constroem um laço físico “de pele”; após o parto este laço umbilical pode ou não ser reforçado pela amamentação, mas tende a esbater-se à medida que a criança cresce. No entanto, é inegável que, do ponto de vista masculino, a existência desta junção física e de uma forte identidade mãe-filho na altura do nascimento da criança faz com que os homens tenham de fazer um esforço para entrar na parentalidade e construir laços com o filho recém-nascido, ao contrário das mulheres, a quem é dada à partida, e pela via da “natureza”, a possibilidade de construção de uma relação forte. A questão da maternidade é, inquestionavelmente, como se analisou no capítulo 6, a principal peça de resistência de concepções naturalizantes das diferenças de género.

- Em segundo lugar, o investimento intenso na carreira profissional, sobretudo quando ligado a um projecto forte e de longo prazo de individualidade, pode criar igualmente obstáculos quando o esforço da conciliação trabalho-família recai todo sobre a mulher. Esta situação pode conduzir o homem a um afastamento da vida familiar e pode gerar tensões e culpabilidades pelo investimento prioritário na carreira e em si próprio.
- A pressão exercida por parte dos empregadores ou os horários de trabalho longos ou atípicos podem igualmente constituir entraves, acabando por dificultar a disponibilidade do homem para articular de forma mais igualitária a vida familiar e a vida profissional.
- Destacamos, ainda, um aspecto muito importante que coloca o cerne do problema ao nível da identidade. Muitos homens sentem, e dizem-no abertamente, uma grande dificuldade em conciliar diferentes exigências em termos de género. Por um lado, continuam a sentir-se os principais responsáveis pelo sustento da família. Por outro, querem encontrar um novo papel mais participativo num domínio tradicionalmente feminino. Conciliar as duas coisas pode gerar ambivalência e incerteza. Na verdade, muitas das mudanças operadas nas masculinidades estabelecem estreita cumplicidade com o esboroar das fronteiras entre os traços estereotípicos do masculino e do feminino ou mesmo com o crescente elogio dos afectos e da intimidade (Giddens, 1996). No entanto,

este movimento de “emocionalização” da masculinidade, embora transformativo, não conduz necessariamente à igualdade no equilíbrio de poderes conjugais, podendo gerar ambivalência, incerteza e conflito, como ficou bem patente na análise apresentada no capítulo 5. Alguns dos homens que classificámos como “desfamiliarizados” ou apartados de um maior envolvimento na família, disseram-no claramente, afirmando a sua incapacidade de lidar com as novas expectativas impostas ao masculino.

- Finalmente, importa ainda apontar o papel desempenhado pela cumplicidade e a conformidade femininas com o esquema da desigualdade de género. Muitas vezes as mulheres prescindem da igualdade e da individualidade, para serem o suporte da estratégia masculina e da própria vida familiar. Para compreendermos realmente as mudanças e as continuidades nos lugares dos homens na família, teremos sempre de ponderar a relação estreita, e nem sempre promotora de maior igualdade, entre feminilidade e masculinidade. Daí a enorme importância da família enquanto espaço de negociação e de recriação dos papéis e das identidades de género.

Em resumo, gostaríamos, por fim, de relembrar os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, é fundamental a consciência que todos os homens revelam possuir acerca da mudança nos papéis e nas identidades masculinas, normalmente atribuindo às mulheres (sobretudo no que respeita à expansão do emprego feminino e à noção de que isso representa poder dentro da família) o principal protagonismo nesses processos. Por outro lado, essa nova consciência é solidária com as mudanças na família, nomeadamente com a sua democratização. Se a ideia de responsabilidade económica pela família pode persistir, o modelo de homem autoritário e “chefe de família” está definitivamente posto em causa. Em segundo lugar, apesar de se encontrarem, na sociedade portuguesa contemporânea, quer práticas e valores tradicionais, quer práticas e valores modernos, a verdade é que as posições claramente associadas a um ou a outro destes ideários tendem a ser minoritárias. A maioria dos homens encontra-se algures entre um pólo e o outro, tendo, antes, de enfrentar imperativos e solicitações contraditórias, muitas vezes geradoras de tensões. As principais são, como vimos, as que se prendem com a conciliação família-trabalho e com a gestão de diferentes referências identitárias: nomeadamente, a tensa oposição entre um modelo de homem como cônjuge e pai afectivo e participante *versus* um modelo de homem profissionalmente bem sucedido e mais dedicado à vida pública. É sobretudo através de uma *bricolage* de referências que os homens renegoceiam os seus

poderes e papéis tradicionais e vão operando a sua própria transformação. Neste sentido, e em terceiro lugar, vale a pena voltar a sublinhar a tendência para uma maior entrada, ainda que através de múltiplos caminhos, dos homens na família. Desse ponto de vista, as políticas de família relativas à licença de paternidade parecem, em muitos casos, ir ao encontro da vontade e dos ideais dos homens sobre o seu novo papel parental, desejavelmente mais presente, envolvido e íntimo, desde a primeira hora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Sofia e WALL, Karin (2002), “Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos”, *Análise Social*, n.º 163 (n.º temático “Famílias”), pp. 475-506.

ABOIM, Sofia (2005), “A Formação do Casal: formas de entrada e percursos conjugais”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 85-116.

ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ABOIM, Sofia e MARINHO, Sofia (2006), *The Role of Men in the Promotion of Gender Equality: the Role of Men and Fathers in the Promotion of Reconciliation of Work and Private Life. Report on Portugal*, Lisboa, ICS-UL/ /CIDM/KETHI.

ABOIM, Sofia (2007), “Clivagens e continuidades de género face à família em Portugal e noutros países europeus”, in Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (col. “Atitudes Sociais dos Portugueses”, n.º 7), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-91.

ABOIM, Sofia (2009), “Da pluralidade dos afetos: trajetos e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, n.º 70, pp. 107-122.

ADAMS, Michele e COLTRANE, Scott (2005), “Boys and men in families: the domestic production of gender, power and privilege”, in Michael Kimmel, Jeff Hearn e Robert Connell, *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, Thousand Oaks, Sage, pp. 230-248.

ALLAN, Graham, HAWKER, Sheila e CROW, Graham (2001), “Family diversity and change in Britain and Western Europe”, *Journal of Family Issues*, vol. 22, n.º 7, pp. 819-837.

ALMEIDA, Ana Nunes e GUERREIRO, Maria das Dores (1993), “A Família”, in Luís de França (coord.), *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*, s.l., Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (col. “Cadernos I.E.D.”), pp. 181-219.

ALMEIDA, Ana Nunes *et al.* (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM (col. “Cadernos da Condição Feminina”, n.º 41).

ALMEIDA, Ana Nunes *et al.* (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal – Que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 45-78.

ALMEIDA, Ana Nunes *et al.* (2000), “Family relations: change and diversity”, in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Crossroads to Modernity – Contemporary Portuguese Society*, Oeiras, Celta, pp. 41-70.

ALMEIDA, Ana Nunes e WALL, Karin (2001), “Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança”, in José Brandão de Brito (org.), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 277-307.

ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel e LALANDA, Piedade (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, n.º 163 (n.º temático “Famílias”), pp. 371-409.

ALMEIDA, Ana Nunes (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp. 50-93.

ALMEIDA, Ana Nunes (coord.) *et al.* (2004), *Fecundidade e Contraceção. Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, Ana Nunes, ANDRÉ, Isabel e CUNHA, Vanessa (2005), “Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações e Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 517-550.

ALMEIDA, Ana Nunes e VILAR, Duarte (2008), “Literacia e práticas contraceptivas masculinas”, *Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 50/51, pp. 34-42.

ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.

AMÂNCIO, Lúcia (1992), “As Assimetrias nas representações de género”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, pp. 9-22.

AMÂNCIO, Lúcia (1993), “Género: representações e identidades”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 14, pp. 127-140.

AMÂNCIO, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.

AMÂNCIO, Lúcia (2003), “O género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, n.º 168, pp. 687-714.

AMÂNCIO, Lúcia (2004), “A(s) masculinidade(s) em questão”, in Lúcia Amâncio (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo Masculinidades*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 13-27.

ANDRÉ, Isabel (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

ANTONNEN, Anneli e SIPILÄ, Jorma (1996), “European social care services: is it possible to identify models?”, *Journal of European Social Policy*, vol. 6, n.º 2, pp. 87-100.

ARENDELL, Terry (1995), *Fathers & Divorce*, Thousand Oaks, Sage Publications.

ARENDELL, Terry (1996), *Co-Parenting: A Review of the Literature*, National Center on Fathers and Families, <http://www.ncoff.gse.upenn.edu/litrev/cplr.htm>.

ARENDELL, Terry (1997). “A social constructionist approach to parenting”, in Terry Arendell (ed.), *Contemporary Parenting: Challenges and Issues*. Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 1-45.

ARENDELL, Terry (ed.) (1997), *Contemporary Parenting: Challenges and Issues*. Thousand Oaks, Sage Publications,

ARIÈS, Philippe (1973 [1960]), *L'enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.

ARIÈS, Philippe (1988 [1960]), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.

ARIÈS, Philippe e DUBY, George (dir.) (1990), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores.

ARIÈS, Philippe (1992), “A contracepção, antigamente”, in AAVV, *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Mem Martins, Terramar, (col. “Pequena História”), pp. 125-143.

BADINTER, Elisabeth (s.d. [1980]), *O Amor Incerto. História do Amor Maternal do Século XVII ao Século XX*, Lisboa, Relógio d'Água.

BAIRRÃO, Joaquim et al. (1990), *Perfil Nacional dos Cuidados Prestados às Crianças com Idade Inferior a 6 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BANG, Henrik, JENSEN, Per e PFAU-EFFINGER, Birgit (2000), “Gender and European welfare states: context, structure and agency”, in Simon Duncan and Birgit Pfau-Effinger (eds.), *Gender, Economy, and Culture in the European Union*, London/New York, Routledge, pp. 115-142.

BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnès (1992), *La Division Familiale du Travail: La Vie en Double*, Paris, PUF.
- BATTAGLIOLA, Françoise (1984), “Employés et employées : Trajectoires professionnelles et familiales”, in AAVV, *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 57-70.
- BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2002), *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage Publications.
- BECKER, Gary (1960), “An economic analysis of fertility”, in National Bureau of Economic Research, *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton, Princeton University Press, pp. 209-240.
- BERGER, Peter e KELLNER, Hansfried (1971), “Marriage and the construction of the reality”, in Michael Anderson (org.), *Sociology of the Family: Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin Books, pp. 302-323.
- BERGER, Roni (1998), *Stepfamilies: a Multidimensional Perspective*, New York, Haworth.
- BEYNON, John (2002), *Masculinities and Culture*, Philadelphia, Open University Press.
- BJÖRNBERG, Ulla e KOLLIND, Anna-Karin (eds.) (1996), *Men's Family Relations. Report from an International Seminar*, Stockholm, Almqvist & Wiksell International.
- BOURDIEU, Pierre (1996), “Des familles sans nom”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 113, pp. 3-5.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- BRANDTH, Berit e KVANDE, Elin (1998), “Masculinity and child care: the reconstruction of fathering”, *The Sociological Review*, vol. 46, n.º 2, pp. 293-313.
- BRANNEN, Julia (2003), “Changing family and generational patterns: a comparative assessment of fatherhood”, in Lynne Chisholm *et al.* (eds.), *Family Forms and the Young Generation in Europe*, Report on the Annual Seminar 2001 (Milan, 20-22 September), European Observatory on the Social Situation, Demography and Family, Vienna, pp. 23-36.
- BROD, Harry and KAUFMAN, Michael (eds.) (1994), *Theorizing Masculinities*, Thousand Oaks, Sage Publications.

BROTHERSON, Sean, DOLLAHITE, David e HAWKINS, Alan (2005), “Generative fathering and the dynamics of connection between fathers and their children”, *Fathering*, n.º 3, pp. 1-28.

BRUNET, Florence, KERTUDO, Pauline e MALSAN, Sylvie (2008), *Étude Sociologique sur la Résidence en Alternance des Enfants de Parents Séparés* (col. “Dossiers d’ Études”, n.º 109), s.l., FORS Recherches Sociales.

BURGESS, Ernest, LOCKE, Harvey e THOMES, Mary Margaret (1960 [1945]), *The Family. From Institution to Companionship*, New York, American Book.

BUTLER, Judith (1990), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, New York, Routledge.

CABRAL, João de Pina (2003), *O Homem na Família. Cinco Ensaios de Antropologia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CAMERON, Deborah (1999), “Performing gender identity: young men’s talk and the construction of heterosexual masculinity”, in Adam Jaworski e Nik Coupland (orgs.), *The Discourse Reader*, London, Routledge.

CARDIA-VONÈCHE, Laura e BASTARD, Benoit (2007), *Pourquoi certains enfants voient leur père et d’autres non? Quelques hypothèses à partir d’une étude exploratoire*, paper presented at the 2nd Interim Meeting of the ESA Research Network on Sociology of Families and Intimate Lives, Lausanne.

CASIMIRO, Cláudia (2009), *Da Violência Conjugal às Violências na Conjugalidade: Representações e Práticas Masculinas e Femininas*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

CASTELAIN-MEUNIER, Christine (2002), *La Place des Hommes et les Métamorphoses de la Famille*, Paris, Presses Universitaires de France.

CASTELAIN-MEUNIER, Christine (2005), *Lés Métamorphoses du Masculin*, Paris, Presses Universitaires de France.

CASTELLS, Manuel (1997), *The Power of Identity* (col. “The Information Age: Economy, Society and Culture”, vol. II), Oxford, Blackwell Publishers.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique e SONTONNAX, Françoise (1985), *Espace et Temps du Travail Domestique*, Paris, Librairie des Méridiens.

CHAMBAZ, Christine (2000), “Les familles monoparentales. Europe: des réalités multiples”, *Études et Résultats*, n.º 66, DREES, Paris, pp. 1-8.

CHAMBAZ, Christine e MARTIN, Claude (2001), “Lone parents, employment and social policy in France: lessons from a family-friendly policy”, in Jane Miller e Karen Rowlingson (ed.), *Lone Parents, Employment and Social Policy: Cross-National Comparisons*, Bristol, The Policy Press.

CHAUDRON, Martine (1984), “Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes: Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles”, in AAVV, *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 17-27.

CHAUDRON, Martine (1991), “Vie de famille, vie de travail”, in François de Singly (dir.), *La Famille, l'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 133-144.

CHAUMIER, Serge (1999), *La Déliaison Amoureuse. De la Fusion Romantique au Désir d'Indépendance*, Paris, Armand Colin.

CHERLIN, Andrew (1987a [1978]), “Le remariage comme institution incomplète”, *Dialogue*, n.° 97, pp. 50-64.

CHERLIN, Andrew (1987b), “Dix ans après, “le remariage comme institution incomplète””, *Dialogue*, n.° 97, pp. 65-67.

CHERLIN, Andrew (1992), *Marriage, Divorce, Remarriage*, Cambridge, Harvard University Press.

CHRISTIANSEN, Shawn e PALKOVITZ, Rob (2001), “Why the ‘good provider’ role still matters: providing as a form of paternal involvement”, *Journal of Family Issues*, n.° 22, pp. 84-106.

COLLIER, Richard (1995), *Masculinity, Law and Family*, London, Routledge.

COLTRANE, Scott (2000), “Research on household labor: modelling and measuring the social embeddedness of routine family work”, *Journal of Marriage and Family*, vol. 62, n.° 4, pp. 1208-1233.

COMMAILLE, Jacques (1993), *Les Stratégies des Femmes. Travail, Famille et Politiques*, Paris, La Découverte.

COMMAILLE, Jacques, STROBEL, Pierre e VILLAC, Michel (2002), *La Politique de la Famille*, Paris, Éditions La Découverte.

CONNELL, Robert (1985), “Theorising gender”, *Sociology*, vol. 19, n.° 2, pp. 260-272.

CONNELL, Robert (1987), *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge, Polity Press.

- CONNELL, Robert (1995), *Masculinities*. California, University of California Press.
- CONNELL, Robert (1996, 2.^a ed.), *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge, Polity Press.
- CONNELL, Robert (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- COOPER, Marianne (1995), “Being the ‘go-to guy’: fatherhood, masculinity and the organization of work in Silicon Valley”, in Michael Kimmel and Michael Messner, *Men’s Lives*, Boston, Allyn and Bacon, pp. 268-288.
- CORREIA, Sónia Vladimira (2004), *Estratégias de Conciliação Trabalho/Vida Familiar em Famílias de Mães Sós*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).
- COSTA, Adélia (1992), *Representações Sociais de Homens e de Mulheres: Portugal 1991*, (col. “Cadernos Condição Feminina”, n.º 34), Lisboa, CIDM.
- CÔTÉ, Denyse (2000), *La Garde Partagée. L’Équité en Question*, Montréal, Les Éditions du Remue-Ménage.
- CRANNY-FRANCIS, Anne *et al.* (2003), *Gender Studies: Terms and Debates*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- CRESSON, Geneviève (2004), “De l’idéal égalitaire aux pratiques inégalitaires, quelles ‘réorganisations’? in Yvonne Knibiehler e Gérard Neyrand (eds.), *Maternité et Parentalité*, Rennes, Éditions de L’École National de la Santé Publique, pp. 117-125.
- CROMPTON, Rosemary (ed.) (1999), *Restructuring Gender Relations and Employment: the Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press.
- CROMPTON, Rosemary e LYONETTE, Clare (2006), “Work-life balance in Europe”, *Acta Sociologica*, vol. 49, n.º 4, pp. 379-393.
- CROMPTON, Rosemary (2006), *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CROMPTON, Rosemary, LEWIS, Susan e LYONETTE, Clare (eds.) (2007), *Women, Men, Work and Family in Europe*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- CUNHA, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CUNHA, Vanessa (2009a), “Filhos a mais: descendências numerosas e a questão do (não) planeamento dos nascimentos”, *Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 52/53, pp. 23-27.

CUNHA, Vanessa (2009b), “O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: descendência ideal ou descendência possível?”, in Associação Portuguesa de Sociologia, *Actas do Colóquio Internacional “Família, Género e Sexualidade na Sociedade Contemporânea”*, 2002, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 203-215, http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49f72ee6dbc00_1.pdf.

DALY, Mary e LEWIS, Jane (1998), “Introduction: conceptualising social care in the context of welfare state restructuring”, in Jane Lewis (ed.), *Gender, Social Care and Welfare State Restructuring in Europe*, Aldershot, Ashgate, pp. 1-24.

DÉCHAUX, Jean-Hugues (1995), “Orientations théoriques en sociologie de la famille: autour de cinq ouvrages récents”, *Revue Française de Sociologie*, vol. 36, n.º 3, pp. 525-550.

DELPHY, Christine e LEONARD, Diana (1992), *Familiar Exploitation. A New Analysis of Marriage in Contemporary Western Societies*, Cambridge, Polity Press.

DEMO, David e ACOCK, Alan (1996), “Singlehood, marriage, and remarriage: The effects of family structure and family relationships on mothers’ well-being”, *Journal of Family Issues*, vol. 17, n.º 3, pp. 388-407.

DIAS, Isabel Correia (1994), *A Família no Discurso Político da Actualidade*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).

DIENHART, Anna (1998), *Reshaping Fatherhood. The Social Construction of Shared Parenting*, Thousand Oaks, Sage Publications.

DIENHART, Anna (2001), “Make room for daddy: the pragmatic potentials of a tag-team structure for sharing parenting”, *Journal of Family Issues*, n.º 22, pp. 973-999.

DONNELLY, Denise e FINKELHOR, David (1993), “Who has joint custody? Class differences in the determination of custody arrangements”, *Family Relations*, n.º 42, pp. 57-60.

DOUCET, Andrea (2004), “It’s almost like I have a job, but I don’t get paid”: fathers at home reconfiguring work, care, and masculinity”, *Fathering*, n.º 2, pp. 277-303.

- DOUCET, Andrea (2006), *Do Men Mother? Fathering, Care, and Domestic Responsibility*. Toronto, University of Toronto Press.
- DREW, Eileen, EMEREK, Ruth e MAHON, Evelyn (eds.) (1998), *Women, Work and Family in Europe*, London, Routledge.
- DULAC, German (1997), “La configuration du champ de la paternité: politiques, acteurs et enjeux”, *Lien Social et Politiques*, n.º 37, pp. 133-143.
- DULK, Laura den, DOORNE-HUISKES, Anneke van e SCHIPPERS, Joop (eds.) (1998), *Work-Family Arrangements in Europe*, Amsterdam, Thela-thesis.
- DULK, Laura den, PEPPER, Bram, and DOORNES-HUISKES, Anneke van (2005), “Work and family in Europe: employment patterns of working parents across welfare states” in Bram Peper, Anneke van Doorne-Huiskes e Laura den Dulk (eds.), *Flexible Work and Organizational Change: the Integration of Work and Personal Life*, Cheltenham, Edward Elgar, pp. 13-38.
- DUNCAN, Simon (1995), “Theorising European gender systems”, *Journal of European Social Policy*, vol. 5, n.º 4, pp. 263-284.
- EDWARDS, Rosalind *et al.* (2002), “Step-fathering: comparing policy and everyday experience in Britain and Sweden”, *Sociological Research Online*, vol. 7, n.º 1, sem páginas, <http://www.socresonline.org.uk/7/1/edwards.html>.
- ELIAS, Norbert (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, D. Quixote.
- ELIAS, Norbert (1978 [1939]), *The Civilizing Process*, Oxford, Blackwell Publishers.
- ENTWISTLE, Joanne (1998), “Sex/Gender”, in Chris Jenks (org.), *Core Sociological Dichotomies*, London, Sage Publications.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (1999), *Social Foundations of Post-Industrial Economies*, Oxford, Oxford University Press.
- FARIA, Isabel Hub (1986), “Mulheres agentes de discurso: alguns aspectos das orientações para os significados”, *Análise Social*, vol. 22, n.º 92/93, pp. 547-555.
- FERREIRA, Pedro Moura e ABOIM, Sofia (2002), “Nascimentos fora do casamento e situações familiares: tendências recentes da coabitação e da monoparentalidade”, *Análise Social*, n.º 163 (n.º temático “Famílias”), pp. 411-446.
- FERRI, Elsa e SMITH, Kate (1998), *Step-Parenting in the 1990s* (col: “Family & Parenthood: Policy & Practice”), London, Family Policy Studies Centre.

- FINCH, Janet (1989), *Family Obligations and Social Change*, Cambridge, Polity Press.
- FINCH, Janet (1993), "The concept of caring: feminist and other perspectives", in Julia Twigg (ed.), *Informal Care in Europe*, York, Social Policy Research Unit/University of York.
- FINCH, Janet e MASON, Jennifer (1993), *Negotiating Family Responsibilities*, London, Routledge.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1975), *Les Amours Paysannes. Amour et Sexualité dans les Campagnes*, Paris, Gallimard.
- FLOOD, Michael, et al. (eds.) (2007), *Encyclopaedia on Men and Masculinities*, London, Routledge.
- FRANCIS, Becky (2001), "Beyond postmodernism: feminist agency in educational research" in Becky Francis e Christine Skelton (orgs.), *Investigating Gender: Contemporary Perspectives in Education*, Buckingham, Open University Press, pp. 65-76.
- FRASER, Nancy (1994), "After the family wage", *Political Theory*, vol. 22, n.º 4, pp. 591-618.
- FRASER, Nancy (1997), *Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition*, New York, Routledge.
- FURSTENBERG Frank, WINQUIST NORD, Christine (1985), "Parenting apart: patterns of childrearing after marital disruption", *Journal of Marriage and the Family*, vol. 47, n.º 4, pp. 893-904.
- FURSTENBERG, Frank (1987), "The new extended family: the experience of parents and children after remarriage", in Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman (orgs.), *Remarriage and Step-Parenting: Current Research and Theory*, New York, Guilford Press, pp. 42-61.
- FURSTENBERG, Frank e CHERLIN, Andrew (1991), *Divided Families: What Happens to Children when Parents Part*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- GANONG, Lawrence e COLEMAN, Marilyn (1997), "How society views stepfamilies", *Marriage & Family Review*, vol. 26, n.º 1-2, pp. 85-106.
- GAREY, Anita (1999), *Weaving Work and Motherhood*, Philadelphia, Temple University Press.

GERSON, Judith e PEISS, Kathy (2004), "Boundaries, negotiation, consciousness: reconceptualizing gender relations", in Michael Kimmel e Amy Aronson, (eds.), *The Gendered Society Reader*, Oxford, Oxford University Press, pp. 114-126.

GERSON, Kathleen (1997), "The social construction of fatherhood", in Terry Arendell (ed.), *Contemporary Parenting: Challenges and Issues*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 119-154.

GIDDENS, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love, and Eroticism in Modern Societies*, Stanford, Stanford University Press.

GIDDENS, Anthony (1996), *As Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.

GILLIS, John (2000), "Marginalization of fatherhood in western countries", *Childhood*, vol. 7, n.º 2, pp. 225-238.

GODDARD, Angela e PATTERSON, Lindsey (2001), *Language and Gender*, London, Routledge.

GONGLA, Patricia (1982), "Single parent families: a look at families of mothers and children", in Harriet Gross e Marvin Sussman (eds.), *Alternatives to Traditional Family Living*, New York, Howard Press, pp. 5-27.

GOFFMAN, Erving (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*, Garden City, Doubleday.

GOLDSCHIEDER, Frances e KAUFMAN, Gayle (1996), "Fertility and commitment: bringing men back in", *Population and Development Review*, vol. 22 (Supplement: Fertility in the United States: New Patterns, New Theories), pp. 87-99.

GRADY, William *et al.* (1996), "Men's perceptions of their roles and responsibilities regarding sex, contraception and childrearing", *Family Planning Perspectives*, vol. 28, n.º 5, pp. 221-226.

GREENE, Margaret e BIDDLECOM, Ann (2000), "Absent and problematic men: demographic accounts of male reproductive roles", *Population and Development Review*, vol. 26, n.º 1, pp. 81-115.

GREENHAUS, Jeffrey, COLLINS, Karen e SHAW, Jason (2003), "The relation between work-family balance and quality of life", *Vocational Behavior*, vol. 63, n.º 3, pp. 510-531.

GUERREIRO, Maria das Dores e ROMÃO, Isabel (1995), “Famille et travail au Portugal. La coexistence de différentes dynamiques sociales”, in Tineke Willemsen, Gerard Frinking e Ria Vogels (eds.), *Work and Family in Europe: The Role of Policies*, Tilburg, Tilburg University Press, pp. 151-165.

GUERREIRO, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas Familiares em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

GUERREIRO, Maria das Dores (coord.) (1998), “A conciliação entre trabalho e vida familiar em Portugal”, in Maria das Dores Guerreiro, *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES/ISCTE, pp. 33-38.

GUERREIRO, Maria das Dores e CARVALHO, Helena (2007), “O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa”, in Karin Wall e Lúcia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa* (col. “Atitudes Sociais dos Portugueses”, n.º 7), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 129-179.

GORDON, Tuula (1994), *Single Women, on the Margins?*, London, MacMillan.

HAKIM, Catherine (2003), *Models of the Family in Modern Societies: Ideals and Realities*, Aldershot, Ashgate.

HALBERSTAM, Judith, (1998), *Female Masculinity*, Durham, Duke University Press.

HANKE, Robert (1992), “Redesigning men: hegemonic masculinity in transition”, in Steve Craig (ed.), *Men, Masculinity and the Media*, London, Sage Publications, pp. 185-198.

HANTRAIS, Linda (1990), *Managing Professional and Family Life. A Comparative Study of British and French Women*, Aldershot, Dartmouth Publishing Company.

HANTRAIS, Linda e LETABLIER, Marie-Thérèse (1996), *Families and Family Policies in Europe*, London and New York, Longman.

HATTER, Warren, VINTER, Louise e WILLIAMS, Rachel (2002), *Dads on Dads: Needs and Expectations at Home and at Work*, Manchester, MORI Social Research Institute, Equal Opportunities Commission.

HATTERY, Angela (2001), *Women, Work and Family. Balancing and Weaving*, London, Sage Publications.

HAYHOOD, Christian e MAC AN GHAILL, Máirtín (2003), *Men and Masculinities. Theory, Research and Social Practices*, Buckingham, Open University Press.

HAYS, Sharon (1996), *The Cultural Contradictions of Motherhood*, New Haven, London, Yale University Press.

HEARN, Jeff *et al.* (2002), “Critical studies on men in ten European countries (3). The state of law and policy”, *Men and Masculinities*, vol. 5, n.º 2, pp. 192-217.

HIRDMAN, Yvonne (1998), “State policy and gender contracts: the Swedish experience”, in Eileen Drew, Ruth Emerek e Evelyn Mahon, *Women, Work and the Family in Europe*, London, Routledge, pp. 36-46.

HOBSON, Barbara, (ed.) (2002), *Making Men into Fathers. Men, Masculinities and the Social Politics of Fatherhood*, Cambridge, Cambridge University Press.

HOCHSCHILD, Arlie e MACHUNG, Anne (1989), *The Second Shift*, New York, Avon Books.

HOCHSCHILD, Arlie (1997), *The time bind: when work becomes home and home becomes work*, New York, Henry Holt.

INE (1996), *Censos – Resultados definitivos. Portugal – 1991*, Lisboa, INE.

INE (2001), *Inquérito à Fecundidade e Família. Resultados Definitivos*, Lisboa, INE.

INE (2002), *Censos – Resultados definitivos. Portugal – 2001*, Lisboa, INE.

INE/INSA (2009), *Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006*, Lisboa, INE/INSA.

INFANTE, Fernanda (1989), “Alguns dados sobre o quotidiano das famílias portuguesas: resultados de um inquérito”, in Ester Liñares, Fernanda Infante e Maria Luísa Botelho (coord.), *Actas do Seminário Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família*, Lisboa, Direcção-Geral da Família, Ministério do Emprego e Segurança Social, pp. 41-64.

JAMIESON, Lynn (1998), *Intimacy: Personal Relationships in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.

KANTOR, David e LEHR, William (1975), *Inside the Family: Toward a Theory of Family Process*, San Francisco, Jossey-Bass.

KAUFMANN, Jean-Claude (1992), *La Trame Conjugale, Analyse du Couple par son Linge*, Paris, Nathan.

KELLERHALS, Jean *et al.* (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturelles et Organisation Familiale*, Lausanne, Pierre-Marcel Favre.

KELLERHALS, Jean, TROUTOT, Pierre-Yves e LAZEGA, Emmanuel (1984), *Microsociologie de la Famille*, Paris, PUF.

KELLERHALS, Jean (1987), “Les types d’interaction dans la famille”, *L’Année Sociologique*, n.º 37, pp. 153-179.

KELLERHALS, Jean e ROUSSEL, Louis (1987), “Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances des recherches”, *L’Année Sociologique*, n.º 37, pp. 15-44.

KELLERHALS, Jean e TROUTOT, Pierre-Yves (1987), “Milieu social et types de familles: une approche interactive”, *Annales de Vaucresson*, vol. 26, n.º 1, pp. 367-413.

KELLERHALS, Jean, TROUTOT, Pierre-Yves e LAZEGA, Emmanuel (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

KELLERHALS, Jean, WIDMER, Erik e LEVY, René (2004), *Mesure et Démesure du Couple. Cohésion, Crises et Résilience dans les Couples Contemporains*, Paris, Payot.

KIMMEL, Michael (1995), *Manhood in America: A Cultural History*, New York, The Free Press.

KIMMEL, Michael e MESSNER, Michael (1995), *Men’s Lives*, Boston, Allyn and Bacon.

KIMMEL, Michael, HEARN, Jeff e CONNELL, Robert (2004), *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, California, Sage Publications.

KREMER, Monique (2006), *How Welfare States Care. Culture, Gender and Parenting in Europe*, Amsterdam, Amsterdam University Press.

KROGER, Teppo (2001), *Comparative Research on Social Care – The State of the Art*, Brussels, SOCCARE Project Report 1, European Commission.

LAHIRE, Bernard (2003), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Lisboa, Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard (2005), “Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 49, pp. 11-42.

LAZAR, Michelle (2005), “Politicizing gender in discourse”, in Michelle Lazar (org.), *Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, Power and Ideology in Discourse*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

LE BIHAN-YOUIYOU, Blanche e MARTIN, Claude (dir.) (2008), *Concilier Vie Familiale et Vie Professionnelle. Quelles politiques en Europe?*, Rennes, Presses de l’EHESP.

- LE GALL, Didier e MARTIN, Claude (1987), *Les Familles Monoparentales, Evolution et Traitement Social*, Paris, Éditions ESF.
- LE GALL, Didier (1991), “Rôle beau-parental et nouvel enfant dans les familles composées”, in GREF/AISLF (eds.), *Familles et Contextes Sociaux, Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, CIES, pp. 101-112.
- LE GALL, Didier e MARTIN, Claude (1991), “L’instabilité conjugale et la recomposition familiale”, in François de Singly (dir.), *La Famille. L’État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 58-66.
- LE GALL, Didier (1993), “Segundos amores: amar a razão?”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, pp. 155-171.
- LEFAUCHER, Nadine (1991), “Les familles dites monoparentales”, in François de Singly (dir.), *La Famille, l’État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 67-74.
- LEITE, Sofia (2004), “Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas”, *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 35, pp. 53-89.
- LERIDON, Henri *et al.* (1987), *La Seconde Révolution Contraceptive. La Régulation des Naissances en France de 1950 à 1985*, Paris, INED/PUF (col. “Travaux et Documents”), pp. 267-283.
- LEWIS, Jane (1997), *Lone Mothers in European Welfare Regimes. Shifting Policy Logics*, London, Philadelphia, Jessica Kingsley Publishers.
- LEWIS, Jane (ed.) (1998), *Gender, Social Care and Welfare State Restructuring in Europe*. Aldershot, Ashgate.
- LEWIS, Jane (2001), “The decline of the male breadwinner model: implications for work and care”, *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, vol. 8, summer, pp. 152-169.
- LEWIS, Jane *et al.* (2008), “Patterns of development in work/family reconciliation policies for parents in France, Germany, the Netherlands and the UK in the 2000s”, *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, vol. 15, n.º 3, pp. 261-286.
- LEWIS, Jane (ed.) (2009), *Work-Family Balance, Gender and Policy*, Cheltenham, Edward Elgar.
- LOBO, Cristina (1994), *Processos de Recomposição Familiar: Estratégias e Trajectórias nas Famílias Recompuestas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE (policopiado).

- LOBO, Cristina (1995), “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 18, pp. 69-95.
- LOBO, Cristina (1996), “Padrasto no quotidiano”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 19, pp. 67-82.
- LOBO, Cristina (2006), *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um Processo de Transição*, Tese de Doutoramento em Sociologia da Família e da Vida Quotidiana, Lisboa, ISCTE (policopiado).
- LUHMANN, Niklas (1991), *O Amor como Paixão: para a Codificação da Intimidade*, Lisboa, Difel.
- LUPTON, Deborah e BARCLAY, Lesley (1997), *Constructing Fatherhood: Discourses and Experiences*, London, Sage Publications.
- LUPTON, Deborah (1998), *The Emotional Self. A Sociocultural Exploration*, London, Sage Publications.
- LYONETTE, Clare, CROMPTON, Rosemary e WALL, Karin (2007), “Gender, occupational class and work-life conflict. A comparison of Britain and Portugal”, *Community, Work and Family*, vol. 10, n.º 3, pp. 283-308.
- MACCOBY, Eleanor, DEPNER, Charlene e MNOOKIN, Robert (1990), “Coparenting in the second year after divorce”, *Journal of Marriage and the Family*, vol. 52, n.º 1, pp. 141-155.
- MACCOBY, Eleanor e MNOOKIN, Robert (1992), *Dividing the Child: Social and Legal Dilemmas of Custody*, Cambridge, Harvard University Press.
- MACLAREN, Angus (1997), *História da Contraceção. Da Antiguidade à Actualidade*, Lisboa, Terramar (col. “Pequena História”).
- MAHON, Rianne (2002), “Child care: toward what kind of ‘Social Europe’?”, *Social Politics*, vol. 9, n.º 3, pp. 343-379.
- MARSHALL, Sheila e LAMBERT, David (2006), “Parental mattering: a qualitative inquiry into the tendency to evaluate the self as significant to one’s children”, *Journal of Family Issues*, vol. 27, n.º 11, pp. 1561-1582.
- MARSIGLIO, William (1992), “Stepfathers with minor children living at home”, *Journal of Family Issues*, vol. 13, n.º 2, pp. 195-214.
- MARSIGLIO, William (ed.) (1995), *Fatherhood. Contemporary Theory, Research, and Social Policy*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- MARTUCELLI, Danilo (2006), *Forgé par l’Épreuve. L’Individu dans la France Contemporaine*, Paris, Armand Colin.

- MATHIEU, Nicole-Claude (1977), “Paternité biologique, maternité sociale”, in Andrée Michel (ed.), *Femmes, Sexisme et Sociétés*, Paris, PUF, pp. 39-48.
- MCHALE, James *et al.* (2002), “Coparenting in diverse family systems”, in Marc Bornstein (ed.), *Handbook of Parenting. Vol. 3 – Being and Becoming a Parent*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 75-107.
- MILLS, Sara (1997), *Discourse*, London, Routledge.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2008), “Processos de regulação do exercício do poder paternal findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância, total de menores envolvidos nos processos e menores sujeitos à guarda do pai, da mãe e da guarda conjunta nos anos de 1995 a 2006”, *Informação*, n.º 51, DSEJI.
- MODAK, Marianne e PALAZZO, Clothilde (2002), *Les Pères se Mettent en Quatre! Responsabilités Quotidiennes et Modèles de Paternité*, Lausanne, Éditions EESP.
- MODAK, Marianne (2007), “Être parent dans la séparation, une institution en construction”, in Claudine Burton-Jeangros, Eric Widmer e Christian Lalive D’Epinay, (eds.), *Interactions Familiales et Constructions de L’Intimité. Hommage à Jean Kellerhals*, Paris, L’Harmattan, pp. 313-324.
- MORGAN, David (1996), *Family Connections*, Cambridge, Polity Press.
- MORGAN, David (1999), “Risk and family practices: accounting for change and fluidity in family life”, in Elizabeth Silva e Carol Smart (eds.), *The New Family?*, London, Sage Publications, pp. 13-30.
- MORGAN, David (2004), “Men in families and households”, in Jacqueline Scott, Judith Treas e Martin Richards (eds.), *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*, Oxford, Blackwell Publishing, pp 374-393.
- MOYER, Sharon (2004), *Child Custody Arrangements: Their Characteristics and Outcomes*. Report presented to Family, Children and Youth Section, Department of Justice Canada, <http://www.justice.gc.ca/en/ps/pad/reports/2004-FCY-3/2004-FCY-3.html>.
- NAZARETH, José Manuel (coord.) (1993), *Relatório Situação Actual da Família Portuguesa*, Lisboa, Direcção-Geral da Família.
- NEALE, Bren e SMART, Carol (1997), “Experiments with parenthood?”, *Sociology*, vol. 31, n.º 2, pp. 201-219.
- NEYRAND, Gérard (2004 [1994]), *L’Enfant Face à la Séparation des Parents. Une Solution, la Résidence Alternée*, Paris, Éditions La Découverte.

- NEYRAND, Gérard (2005), “La résidence alternée, réponse à la reconfiguration de l’ordre familial. Les enjeux d’un débat”, *Recherches Familiales*, n.º 2 (Dossier thématique: “Les lieux de vie des enfants”), pp. 83-99.
- NOCK, Steven (1998), *Marriage in Men’s Lives*, Oxford, Oxford University Press.
- NOGUEIRA, Conceição (2001), “Construcionismo Social, Discurso e Género”, *Psicologia*, vol. 15, n.º 1, pp. 43-65.
- OAKLEY, Anne (1974), *Housewife*, London, Allen and Unwin.
- OECD (2007), *Babies and Bosses – Reconciling Work and Family Life. A Synthesis of Findings for OECD Countries*, Paris, OECD.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago (2007), “Fecundidade e educação”, *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 40, pp. 5-19.
- PAPERNOW, Patricia (1993), *Becoming a Stepfamily: Patterns of Development in Remarried Families*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- PARSONS, Talcott e BALES, Robert (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, New York, Free Press.
- PARSONS, Talcott (1971 [1949]), “A estrutura social da família”, in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família. A sua Função e Destino*, Lisboa, Meridiano, pp. 273-300.
- PASCALL, Gillian e LEWIS, Jane (2004), “Emerging gender regimes and policies for gender equality in a wider Europe”, *Journal of Social Policy*, n.º 33, pp. 373-394.
- PATEMAN, Carole (1988), *The Sexual Contract*, Cambridge, Polity Press.
- PEREIRINHA, José António, ARCANJO, Manuela e CAROLO, Daniel (2008), *Prestações Sociais no Corporativismo Português: a política de apoio à família no período do Estado Novo*, comunicação apresentada ao Congresso da Asociación Española de Historia Económica, Múrcia, Setembro de 2008.
- PERISTA, Heloísa (2002), “Manutenção das desigualdades de género nos usos do tempo dedicado às tarefas domésticas e aos filhos”, *Análise Social*, n.º 163, (n.º temático “Famílias”), pp. 447-474.
- PFAU-EFFINGER, Birgit (1999), “The modernization of family and motherhood in western Europe”, in Rosemary Crompton (org.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press, pp. 60-79.

PFAU-EFFINGER, Birgit (2004a), “Socio-historical paths of the male breadwinner model – an explanation of cross-national differences”, *The British Journal of Sociology*, vol. 55, n.º 3, pp. 377-399.

PFAU-EFFINGER, Birgit (2004b), *Development of Culture, Welfare States and Women’s Employment in Europe*, Aldershot, Ashgate.

PFAU-EFFINGER, Birgit e GEISSLER, Birgit (eds.) (2005), *Care and Social Integration in European Societies*, Bristol, The Policy Press.

PIOTRKOWSKI, Chaya, RAPOPORT, Robert e RAPOPORT, Rhona (1988), “Family and Work”, in Marvin Sussman e Suzanne Steinmetz (eds.), *Handbook of Marriage and the Family*, New York, London, Plenum Press, pp. 251-275.

PLANTENGA, Janneke e REMERY, Chantal (2005), *Reconciliation of Work and Private Life. A Comparative Review of Thirty European Countries*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Commission.

POESCHL, Gabrielle (2000), “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais”, *Análise Social*, vol. 35, n.º 156, pp. 695-718.

PORTUGAL, Sílvia (2000), “Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 56, pp. 81-98.

PRYOR, Jan (2004), “Parenting in reconstituted and surrogate families”, in Masud Houghghi e Nicholas Long (eds.), *Handbook of Parenting – Theory and Research for Practice*, London, Sage Publications, pp. 110-129.

RANE, Thomas e MCBRIDE, Brent (2000), “Identity theory as a guide to understanding fathers ‘involvement with their children’”, *Journal of Family Issues*, vol. 21, n.º 3, pp. 347-366.

RAPOPORT, Robert e RAPOPORT, Rhona (1971), *Dual Career Families*, Harmondsworth, Penguin Books.

ROBINSON, Margaret e SMITH, Donna (1993), *Step by Step: Focus on Stepfamilies*, London, Harvest Wheatsheaf.

ROCHA, Cristina e FERREIRA, Manuela (2002), “Aprender a ser rapaz entre rapazes e raparigas: masculinidades em duas escolas C+S do distrito do Porto”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 42 (1-2), pp. 49-76.

ROSA, Rodrigo (2009), *Escolha do Cônjuge e Modos de Construção da Distância Social no Casal*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE (policopiado).

- ROUSSEL, Louis (1980), “Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux”, *Population*, vol. 35, n.º 6, pp. 1025-1040.
- ROUSSEL, Louis. (1987), “Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés”, *Population*, n.º 3, pp. 429-448.
- ROUSSEL, Louis (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- ROUSSEL, Louis (1991), “Les types de familles”, in François de Singly (org.), *La Famille. L'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 83-94.
- ROUX, Patricia (1999), *Couple et Égalité: Un Ménage Impossible*, Lausanne, Réalités Sociales.
- SARACENO, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Presença.
- SEGAL, Lynne (2007), *Slow Motion: Changing Masculinities, Changing Men*, London, Palgrave Macmillan.
- SEGALEN, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.
- SELTZER, Judith e BRANDRETH, Yvonne (1994), “What fathers say about involvement with children after separation”, *Journal of Family Issues*, vol. 15, n.º 1, pp. 49-77.
- SENNETT, Richard (1986 [1974]), *The Fall of Public Man*, London, Faber.
- SHORTER, Edward (2001 [1975]), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.
- SINGLY, François de (dir.) (1991), *La Famille, l'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- SINGLY, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan.
- SINGLY, François de (1996), *Le Soi, le Couple et la Famille*, Paris, Nathan.
- SINGLY, François de (2000 [1996]), *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SILVA, Manuela (1983), *O Emprego das Mulheres em Portugal. A Mão Invisível da Discriminação Sexual no Emprego*, Porto, Afrontamento.
- SKEGGS, Beverley (1997), *Formations of Class and Gender: Becoming Respectable*, London, Sage Publications.

SKEVIK, Anne (2006), “‘Absent fathers’ or ‘reorganized families’? Variations in father-child contact after parental break-up in Norway”, *Sociological Review*, vol. 54, n.º 1, pp. 114-132.

SMART, Carol (1999), “The ‘new’ parenthood: fathers and mothers after divorce”, in Elizabeth Silva e Carol Smart (eds.), *The New Family?*, London, Sage Publications, pp. 100-114

SMART, Carol e NEALE, Bren (1999), *Family Fragments?*, Cambridge, Polity Press.

SMYTH, Bruce, CARUANA, Catherine e FERRO, Anna (2003), *Some whens, hows and whys of shared care. What separated parents who spend equal time with their children say about shared parenting*, paper presented at the Australian Social Policy Research Conference, University of New South Wales, July 2003.

SNYDER, Karrie Ann (2007), “A vocabulary of motives: understanding how parents define quality time”, *Journal of Marriage and Family*, vol. 69, n.º 2, pp. 320 -340.

SOTTOMAYOR, Clara (1999), “Introduction and impact of joint custody in Portugal”, *International Journal of Law, Policy and the Family*, vol. 13, n.º 3, pp. 247-257.

SPANIER, Graham e FURSTENBERG, Frank (1987), “Remarriage and reconstituted families”, in Marvin Sussman e Suzanne Steinmetz (orgs.), *Handbook of Marriage and the Family*, New York, Plenum Press, pp. 419-434.

SUNDERLAND, Jane (2004), *Gendered Discourses*, Houndmills, Palgrave Macmillan.

TARIFA, Fatos (ed.) (2001), *The Breakdown of State Socialism and the Emerging Post-Socialist Order*, The Hague, CESTRAD, Institute of Social Studies.

TESTA, Maria Rita (2002), *Attitudes of Europeans Towards Fertility: Ideals, Desires, Intentions and Realizations*, Report for Eurobarometer 56.2, Vienna, Institute for Demography, Austrian Academy of Sciences (policopiado).

THERBORN, Goran (2004), *Between Sex and Power: Family in the World, 1900-2000*, London, Routledge.

THÉRY, Irène (1987), “Remariage et familles composées: des evidences aux incertitudes”, *L’Année Sociologique*, vol. 37, pp. 119-152.

- THÉRY, Irène (1993), *Le Démariage. Justice et Vie Privée*, Paris, Odile Jacob.
- THÉRY, Irène e DHAVERNAS, Marie Joseph (1993), “La parenté aux frontières de l’amitié: statut et rôle du beau-parent dans les familles recomposées”, in Irène Théry e Marie Thérèse Meulders-Klein (dir.), *Les Recompositions Familiales Aujourd’Hui*, Paris, Nathan (col. “Essais & Recherches”), pp. 159-187.
- THÉRY, Irène (1995), “Parent/beau-parent: refonder les places por libérer les sentiments”, in Irène Théry (org.), *Recomposer une Famille, des Rôles et des Sentiments*, Paris, Textuel, pp. 87-111.
- THÉRY, Irène (1996), “Différence des sexes et différence des générations. L’institution familiale en déshérence”, *Esprit*, n.º 227, pp. 65-91.
- THOMAS, Carol (1993), “De-constructing concepts of care”, *Sociology*, vol. 27, n.º 4, pp. 649-670.
- THOMAS, Helen (1998), “Culture/Nature”, in Chris Jenks (org.), *Core Sociological Dichotomies*, London, Sage Publications, pp. 110-122.
- TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- TORRES, Anália e SILVA, Francisco (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 28, pp. 9-66.
- TORRES, Anália (1999), “Políticas sociais e a questão do acolhimento das crianças em Portugal”, *Cadernos de Política Social*, n.º 1, pp. 45-90.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- TORRES, Anália (coord.) (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Direcção-Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento.
- TOWNSEND, Nicholas (2002), *The Package Deal. Marriage, Work and Fatherhood in Men’s Lives*, Philadelphia, Temple University Press.
- TURMEL, André (1997), “Absence d’amour et presence des microbes: sur les modèles culturels de l’enfant”, *Recherches Sociographiques*, vol. 38, n.º 1, pp. 89-115.
- TREPPER, Terry e BERGER, Roni (1998), *Stepfamilies. A Multidimensional Perspective*, New York, Haworth.

VASCONCELOS, Pedro (1998), “Vida familiar”, in José Machado Pais (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 321-404.

VIEGAS, José Manuel e FARIA, Sérgio (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras, Celta Editora.

WALL, Karin (1995), “Apontamentos sobre a família e a política social portuguesa”, *Análise Social*, n.º 131-132, pp. 431-457.

WALL, Karin (1997), “Portugal: Issues Concerning the Family in 1996”, in John Ditch, Helen Barnes e Jonathan Bradshaw (eds.), *Developments in National Family Policies in 1996*, York, University of York, European Commission/European Observatory on Family Policies, pp. 213-249.

WALL, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

WALL, Karin e LOBO, Cristina (1999), “Famílias monoparentais em Portugal”, *Análise Social*, vol. 34, n.º 150, pp. 123-146.

WALL, Karin *et al.* (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo: Estruturas, Dinâmicas e Solidariedades*, Relatório Final, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (policopiado).

WALL, Karin *et al.* (2001), “Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality”, *Journal of European Social Policy*, vol. 11, n.º 3, pp. 213-233.

WALL, Karin, SÃO JOSÉ, José e CORREIA, Sónia Vladimira (2001a), *Child Care Arrangements in Lone Parent Families – Portugal*, SOCCARE Report, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, <http://www.uta.fi/laitokset/sospol/soccare/reports.htm>.

WALL, Karin, SÃO JOSÉ, José e CORREIA, Sónia Vladimira (2001b), *Care Arrangements in Dual-Career Families – Portugal*, SOCCARE Report, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, <http://www.uta.fi/laitokset/sospol/soccare/reports.htm>.

WALL, Karin (2002), *Family Change and Family Policies in Portugal*, working paper, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

WALL, Karin, SÃO JOSÉ, José e CORREIA, Sónia Vladimira (2002), “Mães sós e cuidados às crianças”, *Análise Social*, n.º 163 (n.º temático “Famílias”), pp. 631-663.

WALL, Karin (2003), “Famílias monoparentais”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 51-66.

WALL, Karin (2004), *Developments in Family Policy in Portugal in 2003*, Annual Report on Portugal, European Observatory on the Social Situation, Demography and Family, Vienna.

WALL, Karin e SÃO JOSÉ, José (2004), “Managing work and care: a difficult challenge for immigrant families”, *Social Policy & Administration*, vol. 38, n.º 6, pp. 591-621.

WALL, Karin (org.) (2005a), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, Karin (2005b), “Modos de guarda das crianças”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 499-516.

WALL, Karin e GUERREIRO, Maria das Dores (2005), “A divisão familiar do trabalho”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 303-362.

WALL, Karin (2006), “Os homens e a política de família”, in Karin Wall *et al.*, *A Produção da Vida Familiar no Masculino: Novos Papéis, Novas Identidades*, Relatório Final, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Fundação para a Ciências e a Tecnologia (policopiado).

WALL, Karin *et al.* (2006), *A Produção da Vida Familiar no Masculino: Novos Papéis, Novas Identidades*, Relatório Final, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Fundação para a Ciências e a Tecnologia (policopiado).

WALL, Karin (2007), “Main patterns in attitudes to the articulation between work and family life: a cross-national comparison”, in Rosemary Crompton, Susan Lewis e Clare Lyonette (eds.), *Women, Men, Work and Family in Europe*, Houndmills, Palgrave Macmillan, pp. 86-115.

WALL, Karin e AMÂNCIO, Lúcia (orgs.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, Karin, ABOIM, Sofia e MARINHO, Sofia (2007), “Fatherhood, family and work in men’s lives: negotiating new and old masculinities”, *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, vol. 38, n.º 2 (“Articuler vie familiale et vie professionnelle: une entrée par les pères”), pp. 105-122.

WALL, Karin (2008), “I modelli di politiche relative ai congedi e l’articolazione lavoro/famiglia in Europa: una prospettiva comparative [Leave policy models and the articulation of work and family in Europe: a comparative perspective]”, *Rivista Sociologia e Politiche Sociali*, II (I), (special issue: “Family, Gender and Work: policies and practices in the European context”) pp. 283-308.

WALL, Karin *et al.* (2009), *Council of Europe Family Policy Questionnaire – Family Policy in Council of Europe Member States*, Strasbourg, Council of Europe.

WALL, Karin e ESCOBEDO, Anna (2009), “Portugal and Spain, two pathways in southern Europe”, in Peter Moss and Sheila Kamerman, *The Politics of Parental Leave Policies*, Bristol, Policy Press, pp. 207-226.

WALL, Karin e LEITÃO, Mafalda (2009), “Portugal”, in Peter Moss (ed.), *International Review of Leave Policies and Related Research 2009*, London, BIS Department for Business Innovation Studies, Employment Relations Research series n.º 102, pp. 227-286.

WALL, Karin (2010), “O Estado e as Famílias”, in Ana Nunes de Almeida (ed.) *História da Vida Privada Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores (no prelo).

WEST, Candace e ZIMMERMAN, Don (1987), “Doing Gender”, *Gender & Society*, vol. 1, n.º 2, pp. 125-151.

WILCOX, William (2004), *Soft Patriarchs, New Men. How Christianity Shapes Fathers and Husbands*, Chicago, University of Chicago Press.

ANEXO I

**Apresentação dos Entrevistados
(pseudónimos; informação à data da entrevista)**

Famílias “Simples” (23 casos)

S.1 Adriano, 37 anos, pós-graduado, gestor de projectos em consultora de informática. Casado há 9 anos com Elsa, 36 anos, economista. Três filhos de 6 e 3 anos e 6 meses.

S.2 Aníbal, 38 anos, licenciado, analista informático. Casado há 6 anos (mais 4 de união de facto) com Ana, 34 anos, licenciatura incompleta, investigadora. Um filho de 5 anos.

S.3 António, 44 anos, 12.º ano, chefe de vendas de armazém. Casado há 22 anos com Sara, 40 anos, 9.º ano, rececionista. Duas filhas de 20 e 7 anos.

S.4 Álvaro, 47 anos, a terminar licenciatura, formador em mecânica. Casado há 25 anos com Carla, 46 anos, 9.º ano, polícia. Dois filhos de 20 e 15 anos.

S.5 Armando, 37 anos, 9.º ano, operário. Casado há 15 anos com Daniela, 36 anos, 6.º ano, empregada de limpeza. Três filhos, de 13, 8 e 2 anos.

S.6 César, 40 anos, 5.º ano, contínuo e empregado de restauração. Em união de facto há 10 anos com Isaura, 39 anos, 9.º ano, ajudante técnica de farmácia. Dois filhos de 9 e 4 anos.

S.7 Cláudio, 41 anos, 8.º ano, segurança em instituição pública. Casado há 15 anos (mais 1 de união de facto) com Teresa, 43 anos, 8.º ano, proprietária de pequeno negócio. Uma filha de 12 anos.

S.8 Filipe, 47 anos, 12.º ano, artista plástico. Casado há 3 anos (mais 22 de união de facto) com Joana, 42 anos, professora universitária. Uma filha de 3 anos.

S.9 Francisco, 35 anos, pós-graduado, professor universitário e arquitecto. Casado há 10 anos com Inês, 39 anos, licenciada, secretária de direcção. Dois filhos de 6 e 5 anos.

S.10 Frederico, 49 anos, 9.º ano, carpinteiro de cenários. Casado há 7 anos (mais 3 de união de facto) com Luísa, 38 anos, polícia. Um filho de 13 anos.

S.11 Hélder, 40 anos, 11.º ano, operador de venda e controle em empresa de transportes. Casado há 13 anos com Maria, 31 anos, 4.º ano, empregada de balcão. Dois filhos de 6 e 4 anos.

S.12 Jeremias, 39 anos, 8.º ano, mecânico de automóveis, proprietário de pequena oficina. Casado há 17 anos com Augusta, 39 anos, 8.º ano, empregada doméstica. Duas filhas de 14 e 6 anos.

S.13 Jerónimo, 48 anos, 4.º ano, empregado de mercearia. Casado há 23 anos com Maria do Céu, 43 anos, 4.º ano, empregada doméstica. Duas filhas de 21 e 16 anos.

S.14 Júlio, 45 anos, 2.º ano, desempregado da construção civil. Em união de facto há 24 anos com Esmeralda, 38 anos, 3.º ano, empregada doméstica. Seis filhos de 20, 17, 15, 14, 13 e 8 anos.

S.15 Leonardo, 33 anos, licenciado, representante comercial de empresa de certificação de qualidade. Casado há 5 anos com Sandra, 32 anos, fisioterapeuta. Um filho de 2 anos.

S.16 Manuel, 31 anos, 12.º ano, informático. Casado há 10 anos com Patrícia, 32 anos, 12.º ano, bancária. Dois filhos, de 4 anos e a fazer 1 ano.

S.17 Marcelo, 38 anos, 11.º ano, vendedor de artigos ópticos. Casado há 13 anos com Florbela, 38 anos, 11.º ano, responsável de loja. Dois filhos de 8 e 3 anos.

S.18 Miguel, 32 anos, 8.º ano, electricista. Casado há 12 anos (mais ano e meio de união de facto) com Maria José, 31 anos, 9.º ano, vigilante de empresa de segurança. Duas filhas de 9 e 6 anos.

S.19 Nicolau, 30 anos, 9.º ano, estafeta de distribuição. Casado há 6 anos com Sílvia, 28 anos, 9.º ano, empregada de balcão. Dois filhos gémeos de 6 anos.

S.20 Patrício, 44 anos, mestre, empresário na área de formação e consultoria. Casado há 17 anos com Júlia, 44 anos, directora-geral de empresa. Uma filha de 15 anos.

S.21 Pedro, 38 anos, doutorado, físico e investigador. Casado há 7 anos com Manuela, 38 anos, 11.º ano, chefe de vendas numa empresa privada. Uma filha de 4 anos.

S.22 Sérgio, 33 anos, licenciado, gestor de projectos informáticos. Casado há 11 anos com Margarida, 35 anos, directora de *marketing*. Dois filhos de 10 e 8 anos.

S.23 Zacarias, 37 anos, 8.º ano, motorista privado. Casado há 9 anos com Mafalda, 37 anos, 12.º ano, administrativa. Dois filhos de 7 e 2 anos.

Famílias Recompuestas (17 casos + 13 novos casos)

R.1 João, 52 anos, doutorado, professor universitário. Casado há 4 anos (mais 2 de união de facto) com Filomena, 46 anos, doutorada, investigadora. Três enteados de 16, 14 e 9 anos (guarda única materna).

R.2 Miguel, 30 anos, 9.º ano, desempregado (empregado de escritório). Casado há 9 anos com Ana, 28 anos, 11.º ano, empregada de balcão. Um enteado de 10 anos (guarda única materna) e um filho comum de 5 anos.

R.3 Paulo, 32 anos, 10.º ano, desempregado (trabalhador não qualificado). Em união de facto há 6 anos com Mafalda, 30 anos, 12.º ano, assistente de bordo. Uma enteada de 7 anos (sem modo de guarda definido, ao cuidado da mãe) e um filho comum de 3 anos.

R.4 Vicente, 49 anos, doutorado, professor universitário. Em união de facto há 3 anos com Clara, 42 anos, doutorada, professora universitária. Duas filhas de 23 e 20 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna) e duas enteadas de 14 e 9 anos (guarda conjunta com residência alternada).

R.5 Pedro, 33 anos, licenciado, delegado comercial. Casado há menos de 1 ano (mais um de união de facto) com Inês, 36 anos, bacharel, secretária de administração. Um enteado de 9 anos (guarda conjunta com residência alternada) e à espera do seu primeiro filho.

R.6 António, 47 anos, doutorado, empresário. Casado há 6 anos (mais 6 de união de facto) com Teresa, 49 anos, licenciada, professora 2.º ciclo. Dois filhos de 21 e 17 anos (conjugalidade anterior, guarda conjunta com residência alternada). Uma enteada de 14 anos (guarda única materna).

R.7 Manuel, 38 anos, 6.º ano, empreiteiro da construção civil. Em união de facto há ano e meio com Sara, 32 anos, 11.º ano, cozinheira. Um filho de 7 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna com residência alternada informal) e uma enteada de 5 anos (sem modo de guarda definido, ao cuidado da mãe).

R.8 Hugo, 43 anos, doutorado, professor universitário. Casado há 6 anos (mais 2 de união de facto) com Marta, 46 anos, licenciada, professora do secundário. Uma enteada de 16 anos (guarda única materna).

R.9 Tiago, 25 anos, 9.º ano, motorista. Em união de facto há 2 anos com Carla, 28 anos, 9.º ano, motorista. Um enteado de 4 anos (guarda em regulação – ao cuidado da mãe) e à espera do primeiro filho.

R.10 Henrique, 53 anos, licenciado, arquitecto em instituição pública. Casado há 15 anos (mais 5 de união de facto) com Catarina, 40 anos, 9.º ano, desempregada (empregada de balcão). Três filhos, de 32 e dois gémeos de 28 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna). Uma enteada de 24 anos (guarda única materna) e uma filha comum de 16 anos.

R.11 Leonel, 48 anos, 12.º ano, técnico de informática. Em união de facto há 6 meses com Vera, 38 anos, licenciada, técnica superior em instituição pública. Dois filhos de 18 e 12 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna). Um enteado de 9 anos (guarda única materna).

R.12 Francisco, 37 anos, 12.º ano, cargo de chefia em empresa informática. Em união de facto há 5 anos com Manuela, 40 anos, 12.º ano, professora do ensino privado. Um filho de 8 anos (anterior conjugalidade, guarda única materna). Duas enteadas de 16 e 10 anos (guarda conjunta com residência materna) e um enteado de 14 anos (guarda conjunta com residência paterna).

R.13 Diogo, 40 anos, licenciado, desempregado (cargo dirigente em empresa multinacional). Casado há 12 anos com Margarida, 44 anos, bacharel, empresária de moda. Duas enteadas de 26 e 24 anos (guarda única materna) e dois filhos comuns de 7 e 3 anos.

R.14 Lourenço, 55 anos, 9.º ano, reformado (gerente de delegação bancária). Em união de facto há 12 anos com Anabela, 50 anos, licenciada, professora do 1.º ciclo. Três filhos de 27, 22 e 21 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna). Uma enteada de 25 anos (guarda única materna).

R.15 Ricardo, 51 anos, licenciado, reformado e director técnico de clínica privada. Casado há 11 anos (mais 4 de união de facto) com Luísa, 48 anos, bacharel, enfermeira. Uma filha de 21 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna) e dois enteados de 25 e 19 anos (guarda única materna).

R.16 Sérgio, 37 anos, 8.º ano, trabalhador da construção civil por conta própria. Em união de facto há 8 meses com Rita, 12.º ano, secretária de direcção. Duas filhas de 10 e 6 anos (conjugalidade anterior, guarda conjunta com residência paterna) e um enteado de 3 anos (guarda única materna).

R.17 Afonso, 52 anos, pós-graduado, técnico de informática. Casado há 1 ano (mais 1 de união de facto) com Helena, 30 anos, 9.º ano, proprietária de loja. Dois filhos de 30 e 26 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna) e uma enteada de 9 anos (guarda única materna).

R.18 André, 37 anos, licenciado, consultor informático. Casado há 1 ano (mais 2 anos de união de facto) com Madalena, 38 anos, licenciada, directora de instituição pública. Dois enteados de 8 e 5 anos (guarda única materna).

R.19 Nuno, 51 anos, mestre, técnico superior de instituição pública. Em união de facto há 15 anos com Idalina, 52 anos, bacharel, enfermeira. Uma enteada de 18 anos (guarda única materna) e uma filha comum de 11 anos.

R.20 Rui, 50 anos, pós-graduado, arquitecto (trabalha por conta própria). Em união de facto há 2 anos com Sofia, 30 anos, licenciada, artista. Dois filhos de 28 e 22 anos (conjugalidades anteriores, guarda única materna). Um enteado de 8 anos (guarda conjunta com residência materna).

R.21 Tomás, 42 anos, 12.º ano de escolaridade, bancário. Em união de facto há 5 anos com Beatriz, 42 anos, licenciada, professora universitária. Uma enteada de 16 anos de idade (guarda única materna).

R.22 Xavier, 35 anos, 12.º ano, artista e empresário. Casado há 4 meses (mais 1 ano em união de facto) com Joana, 30 anos, bacharel, empresária. Um filho de 9 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna) e uma enteada de 10 anos (guarda única materna).

R.23 Luís, 48 anos, 11.º ano, gerente de empresa. Em união de facto há 10 anos com Isabel, 36 anos, 6.º ano, proprietária de cabeleireiro. Um filho de 24 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna) e uma enteada de 15 anos (guarda única materna).

R.24 Jaime, 58 anos, licenciado, director de serviço de instituição pública. Casado há 10 anos com Elisa, 50 anos, 9.º ano, administrativa em instituição pública. Dois enteados de 24 e 22 anos (guarda única materna).

R.25 Fernando, 59 anos, 11.º ano, artista. Casado há 18 anos (mais 5 em união de facto) com Alice, 53 anos, licenciada, repórter. Um filho de 31 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna). Dois enteados de 32 e 29 anos (guarda única materna) e uma filha comum de 21 anos.

R.26 Filipe, 36 anos, licenciado, engenheiro. Em união de facto há 2 anos e meio com Cátia, 33 anos, 6.º ano, proprietária de cabeleireiro. Uma enteada de 6 anos (guarda única materna) e um filho comum de 8 meses.

R.27 Carlos, 53 anos, licenciado, arquitecto (trabalhador por conta própria). Casado há 13 anos (mais 3 de união de facto) com Mariana, 50 anos, licenciada, cargo dirigente em empresa. Dois filhos de 27 e 25 anos (conjugalidade anterior, guarda única materna). Dois enteados de 26 e 18 anos (guarda única materna).

R.28 Victor, 50 anos, pós-graduado, pré-reforma (cargo dirigente em empresa). A viver em união de facto há 25 anos com Gisela, 53 anos, licenciada, arquitecta em instituição pública. Uma enteada de 26 anos (guarda única materna) e dois filhos comuns de 21 e 16 anos.

R.29 Bernardo, 45 anos, licenciado, pequeno empresário. Em união de facto há 22 anos com Julieta, 55 anos, licenciada, terapeuta. Duas enteadas de 30 e 28 anos (guarda única materna) e uma filha comum de 18 anos.

R.30 Jorge, 39 anos, 12.º ano, delegado comercial. Em união de facto há 2 anos com Carolina, 11.º ano, 36 anos, delegada comercial. Uma enteada de 4 anos de idade (guarda única materna).

Famílias Monoparentais (19 casos + 2 novos casos)

Residência única

M.1 Álvaro, 43 anos, 11.º ano, controlador aéreo. Divorciado há 4 anos de casamento de 10 com Florinda. Uma filha de 13 anos.

M.2 Bruno, 42 anos, 12.º ano, mediador de seguros. Viúvo há 12 anos de casamento de 9 com Laura, 12.º ano, técnica de serviço social. Um filho de 17 anos.

M.3 Inácio, 56 anos, 4.º ano, desempregado da construção civil. Separado há 8 anos de casamento de 12 com Cátia, 3.º ano, ajudante de cozinha. Quatro filhos de 12, 13, 16 e 19 anos.

M.4 Leonardo, 43 anos, pós-graduado, pequeno empresário. Divorciado há 5 anos de casamento de 3 com Anabela, 32 anos, licenciada, técnica de serviço social. Um filho de 7 anos.

M.5 Leonel, 50 anos, 12.º ano, técnico de seguros. Viúvo há 7 anos de casamento de 18 com Alexandra, administrativa não qualificada. Dois filhos de 18 e 24 anos.

M.6 Manuel, 40 anos, 12.º ano, técnico administrativo. Divorciado há 2 anos de casamento de 11 com Andreia, 12.º ano, cabeleireira. Três filhos de 8, 12 e 13 anos.

M.7 Vasco, 43 anos, 11.º ano, pequeno empresário. Divorciado há 5 anos de casamento de 10 com Luísa, 38 anos, licenciada, pequena empresária. Dois filhos de 8 e 10 anos.

M.8 Veríssimo, 57 anos, licenciado, director de organismo público. Viúvo há 11 anos de casamento de 3 com Amanda, licenciada, professora do secundário. Um filho de 12 anos.

M.9 Xavier, 53 anos, 10.º ano, estagiário de animação sociocultural. Separado há 3 anos de união de facto de 5 com Leandra, 9.º ano. Um filho de 7 anos e uma enteada de 16 anos de quem tem a custódia.

Residência alternada

M.10 Afonso, 32 anos, 11.º ano, assistente de saúde. Separado há 7 anos de união de facto de ano e meio com Isabel, 23 anos, 11.º ano, administrativa. Uma filha de 9 anos.

M.11 Bernardo, 47 anos, doutorado, professor universitário. Divorciado há 11 anos de casamento de 5 com Rita, 43 anos, licenciada, terapeuta. Uma filha de 15 anos.

M.12 César, 43 anos, 12.º ano, técnico sistemas de informação. Divorciado há 6 anos de casamento de 11 com Susana, 43 anos, licenciada, técnica de publicidade. Uma filha de 10 anos.

M.13 Gonçalo, 37 anos, doutorado, professor universitário. Divorciado há 5 anos de casamento de 7 com Márcia, 42 anos, licenciada, professora do secundário. Um filho de 8 anos.

M.14 Lourenço, 45 anos, doutorado, professor universitário. Divorciado há 7 anos de casamento de 7 com Cláudia, 46 anos, bacharel, secretária. Dois filhos de 12 e 13 anos (residência alternada e dividida).

M.15 Martim, 40 anos, pós-graduado, pequeno empresário. Divorciado há 4 anos de casamento de 16 com Sofia, 43 anos, licenciada, técnica de saúde. Um filho de 10 anos.

M.16 Pascoal, 36 anos, bacharel, controlador aéreo. Divorciado há 2 anos de casamento de 10 com Teresa, 36 anos, 12.º ano, professora de actividade desportiva. Dois filhos de 3 e 8 anos

M.17 Patrício, 38 anos, 12.º ano, *designer*. Separado há 2 anos de união de facto de 17 com Sónia 39 anos, 12.º ano, administrativa. Um filho de 8 anos.

M.18 Pedro, 42 anos, bacharel, pequeno empresário. Divorciado há 3 anos de casamento de 20 com Dulce, 44 anos, 12.º ano, administrativa. Quatro filhos de 6, 13, 18 e 20 anos.

M.19 Rafael, 38 anos, doutorado, professor universitário. Divorciado há 6 anos de casamento de 12 com Lia 38 anos, licenciada, informática. Dois filhos de 7 e 10 anos.

M.20 Raul, 30 anos, mestre, director de empresa privada. Divorciado há 1 ano de casamento de 4 com Teresa 29 anos, mestre, professora do secundário. Dois filhos de 1 e 3 anos.

M.21 Júlio, 33 anos, 12.º ano, bancário. Divorciado há 5 anos de casamento de 5 com Catarina, 12.º ano, artista. Um filho de 7 anos.

ANEXO II

Guião de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

Apresentação do Projecto: estamos neste momento a realizar um estudo sobre os homens com filhos em idade pré-escolar/escolar e gostaríamos de conhecer a sua perspectiva sobre o papel do homem na família tendo em conta a sua experiência enquanto pai e/ou padrasto, marido e profissional.

0. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA ACTUAL

Vamos começar por falar de si e da sua família actual...

0.1. PERFIL DO ENTREVISTADO (Falar de si):

- Nome
- Idade (data de nascimento)
- Nível de ensino
- Estado civil actual (conforme consta no B.I.)
- Este é o seu 1.º casamento/união?
 - SE NÃO, quantas vezes viveu em casal? A anterior união acabou por divórcio, separação ou viuvez? Existem filhos dessas uniões anteriores? Com quem vivem?
- Local de residência (concelho)

0.2. PERFIL DAS PESSOAS QUE VIVEM COM O ENTREVISTADO (Falar das pessoas que vivem consigo):

- Quem vive consigo? Caracterize as pessoas:
 - Parentesco/relação com ego
 - Sexo
 - Idade (data de nascimento)
 - Nível de Ensino
 - Estado Civil
 - Ocupação/Profissão (descrição detalhada)

PERGUNTAR SÓ AOS MONOPARENTAIS E RECOMPOSTOS

- Há quanto tempo se encontra nesta situação familiar?

PARA TODOS

- Tem mais filhos da actual conjugalidade que não vivam consigo?
(se os filhos estiverem a estudar noutra cidade, não conta)

SÓ PARA OS ENTREVISTADOS COM FILHOS NÃO RESIDENTES

0.3. PERFIL DA DESCENDÊNCIA NÃO RESIDENTE (Falar dos filhos que não vivem consigo):

- Quantos são?
- Caracterize-os em termos de:
 - Sexo
 - Idade
 - Nível de ensino
 - Estado civil
 - Ocupação/Profissão
 - Local de residência (concelho)

SÓ PARA MONOPARENTAIS E RECOMPOSTOS

- De que casamento/união são?

I – VIDA PROFISSIONAL

Vamos agora falar da sua profissão, da profissão da sua mulher e do impacto da vida profissional na vida familiar.

1. PERCURSO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO:

1.1. PRIMEIRA PROFISSÃO (aquela com que entrou definitivamente na vida activa)

1.1.1. Idade

- Profissão (descrição detalhada)
- Duração

1.2. PROFISSÃO ACTUAL:

- Condição perante o trabalho
- Profissão (descrição detalhada)
- Situação na profissão

- Se é patrão mencionar número de empregados
- Se é trabalhador por conta de outrem mencionar se exerce um cargo de chefia/ /supervisão e quantas pessoas supervisiona
- Se é trabalhador por conta de outrem contratado mencionar o tipo de contrato e respectiva duração

- Regime de trabalho (tempo completo, tempo parcial)
- Horário de trabalho
- N.º de horas de trabalho por semana
- Tipo de horário (regular, por turnos, irregular)
- Ocupação profissional complementar (horário, n.º de vezes por semana)

1.3. PERCURSO PROFISSIONAL:

- Há quanto tempo está neste trabalho?
- Entre a sua 1.ª profissão e a actual desempenhou outras? Quais foram e a que momentos da sua vida corresponderam? (por exemplo: antes/depois de ter filhos)

1.4. ASPIRAÇÕES E REALIZAÇÃO PROFISSIONAL:

- Hoje em dia, sente-se uma pessoa **realizada profissionalmente**? A que nível? (por exemplo: o dinheiro, os projectos de trabalho, a necessidade de sustentar a família...)
- Conseguiu **concretizar o projecto profissional** que tinha para si? (se havia projecto, perguntar Que projecto era esse?)
- Pensando no futuro, quais são as suas **expectativas/aspirações** em relação à sua actividade profissional actual?

2. IMPACTO DA VIDA PROFISSIONAL NA FAMÍLIA:

- Em que medida sente que a sua **vida familiar interfere no seu trabalho**? (por exemplo: costuma sentir-se cansado quando vai trabalhar; atrasa-se com frequência; tem que pedir dispensa do trabalho com frequência para tratar de assuntos relacionados com a família; etc.)

- E, o contrário, ou seja, a **vida profissional interferir com a vida familiar**, acontece? Com que frequência e em que aspectos? (por exemplo: costuma ter falta de tempo para estar com os seus filhos; vem cansado do emprego e não tem disponibilidade para estar com a sua família; etc.)
- Sempre senti as coisas desta forma ou houve **alturas da sua vida** em que senti mais do que outras? (por exemplo: quando os seus filhos nasceram)
- A sua **relação com a profissão mudou** à medida que foi passando por etapas específicas do seu percurso familiar (como, por exemplo, casamento; nascimento do primeiro filho; entrada do filho para a escola; separação/divórcio; etc..), ou não houve qualquer interferência?
- Vamos supor que, por algum motivo, a sua **vida familiar o obrigava a deixar de trabalhar**. Era capaz de o fazer?
- Em seu entender, a **sua profissão é mais importante** do que a profissão da sua mulher? Porquê?

3. PERCURSO PROFISSIONAL DA MULHER:

NO CASO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS PERGUNTAR SOBRE A EX-MULHER/ FALECIDA

Vamos agora falar sobre o percurso profissional da sua mulher, já me falou sobre a profissão...

3.1. PROFISSÃO ACTUAL: (COMPLETAR A INFORMAÇÃO)

- Condição perante o trabalho
- Profissão (descrição detalhada)
- Situação na profissão

- Se é/era patroa mencionar número de empregados
- Se é/era trabalhadora por conta de outrem mencionar se exerce/exercia um cargo de chefia/supervisão e quantas pessoas supervisiona/supervisionava
- Se é/era trabalhadora por conta de outrem contratada mencionar o tipo de contrato e respectiva duração

- Regime de trabalho (tempo completo, tempo parcial)
- Horário de trabalho
- N.º de horas de trabalho por semana
- Tipo de horário (regular, por turnos, irregular)
- Horas extraordinárias (frequência e tipo de pagamento)
- Ocupação profissional complementar (horário, n.º de vezes por semana)

3.2. OUTRAS PROFISSÕES...

- E, desde que vivem/viveram juntos/casaram, **sempre foi essa a situação profissional da sua mulher?**
 - SE NÃO, quais foram as suas outras profissões?
- **Interrompeu** alguma vez a **actividade profissional**.
 - SE SIM, porquê?

3.3. ASPIRAÇÕES E REALIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Quais são/eram as **aspirações profissionais** da sua mulher?
- Acha que a sua **mulher se sente/se sentia realizada** em termos profissionais? Porquê?

3.4. IMPACTO DA PROFISSÃO NA VIDA FAMILIAR

- Em relação às **interferências da vida familiar no trabalho e vice-versa**, acha que a sua mulher as sente/as sentia de forma diferente da sua?

3.5. IDEAIS

- Para cada uma das seguintes situações diga-me se, em seu entender, **as mulheres** devem: TRABALHAR A TEMPO INTEIRO, TRABALHAR A TEMPO PARCIAL ou NÃO TRABALHAR.
 - Antes de casar.
 - Depois de casar e antes de terem filhos.
 - Depois do nascimento do(s) filho(s) e após os quatro meses de licença de maternidade.
 - Depois dos filhos terem entrado para a escola (ensino primário).
- E os **homens**?
- Porquê essa opinião?

II – TRAJECTÓRIA DE VIDA

Agora gostaria de ter uma ideia do seu percurso de vida: até que idade viveu com os seus pais, quando é que se casou... Vamos começar por falar da sua vida em criança.

4. PERCURSO DE VIDA

- Onde é que **nasceu**? (concelho, distrito)
- Com quem **vivia em criança**? Tem **irmãos**?
- Quando era criança **o que fazia o seu pai**? E a sua **mãe**?
 - Profissão (condição perante o trabalho, situação na profissão)
 - Nível de ensino
- E, **hoje em dia**, o que é que os seus pais fazem?
- Que idade tinha quando **deixou de estudar**? Quais foram as razões? E os seus irmãos? Que nível de ensino atingiram?
- Que idade tinha quando **saiu de casa** dos seus pais?
- Para **onde** (tipo de casa/ concelho) e **com quem foi viver** nessa altura? Quais as razões?
- Ao longo da sua vida viveu sempre no mesmo concelho ou tem havido **mudanças**?
- Em solteiro, o **projecto de casar e ter filhos** era importante para si? Pensava nisso?
- Com que idade **iniciou a sua vida sexual**? Usaram algum **método contraceptivo**? Qual?

5. PERCURSO CONJUGAL

SÓ PARA MONOPARENTAIS E RECOMPOSTOS

5.1. CONJUGALIDADES ANTERIORES

Sabendo que esta não é a sua primeira conjugalidade, gostaria que me falasse das suas conjugalidades anteriores.

5.1.1. PRIMEIRA(S) CONJUGALIDADE(S):

- Idade dos dois
- Estado civil dos dois
- Tempo de duração da conjugalidade
- Local de residência/Concelho
- A quem pertencia a casa onde vivia
- Viviam só os dois ou viviam com outras pessoas
- Teve filhos

5.1.2. CONJUGALIDADE(S) DE QUE TENHA TIDO FILHOS:

- **Como e onde foi** que conheceu a sua ex-esposa/companheira ou a sua anterior mulher (falecida)?
- Quanto **tempo namoraram** antes de começarem a viver juntos?

- Quais eram os **projectos/expectativas** que tinha no início deste seu casamento/união?
- Como é que **recorda** este seu casamento/união? (por exemplo, qualidade da relação [aspectos positivos/ aspectos negativos])
- Quanto **tempo viveram** juntos?

SÓ PARA MONOPARENTAIS SEPARADOS/DIVORCIADOS E RECOMPOSTOS

5.1.3. SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO DO ENTREVISTADO...

- **Caracterização da ex-mulher:**
 - Qual era a **escolaridade** e a **situação profissional** da sua ex-mulher quando se separaram? E, hoje em dia? (descrição detalhada)
 - Qual é a **situação familiar actual** da sua ex-mulher? Voltou a casar, vive sozinha com os filhos, tem namorado mas não vive com ela...
 - Qual é a **profissão** do cônjuge da sua ex-mulher? (descrição detalhada)
 - Como é a **sua relação** com o cônjuge actual da sua ex-mulher?
 - O que é que pensa do **desempenho dele** enquanto padrasto dos seus filhos?
- **Divórcio**
 - **Quem é que quis** o divórcio/separação e porquê?
 - O divórcio foi **litigioso** ou por **mútuo consentimento**?
 - O que é que aconteceu à **casa onde vivia** com a sua ex-esposa/ companheira? E, em relação a **outros bens imóveis**?
 - Quando se divorciou, **há quanto tempo não vivia na mesma casa** que a sua ex-mulher/ companheira?
 - Que **dificuldades** sentiu logo **após o divórcio** e como é que as superou?
- **Consequências do Divórcio**
 - Quais foram as **consequências** do divórcio na sua vida?
 - aspectos positivos (maior autonomia, maior respeito por si próprio)
 - aspectos negativos (perda de amigos/ sociabilidades, perda de nível de vida)
- **Filhos e Divórcio**
 - Que **idade** tinham os seus filhos quando foi a separação/divórcio?
 - Qual foi a **reacção** deles?
 - Houve nessa altura algum **tipo de ajuda**? (por exemplo, de familiares, amigos, ajuda especializada)
- **Regulação da divisão da responsabilidade parental**
 - O que é que ficou acordado entre o senhor e a sua ex-esposa/companheira na **regulação/ no acordo da divisão da responsabilidade parental**?
 - tipo de guarda da criança (guarda da mãe, guarda do pai, guarda conjunta...)
 - pensão de alimentos
 - direitos e frequência das visitas
 - direitos em relação às férias
 - E, **na prática**, o que é que tem acontecido?
 - Alguma vez pensou **pedir a guarda conjunta** dos seus filhos?

SÓ PARA ENTREVISTADOS COM GUARDA CONJUNTA

- **Regulação da divisão da responsabilidade parental**
 - O que é que ficou acordado entre o senhor e a sua ex-esposa/companheira na **regulação/ no acordo da divisão da responsabilidade parental**?
 - Divisão dos tempos de residência e férias

- Divisão dos custos
 - Decisões sobre a vida da criança
- A guarda conjunta e a divisão da residência com a criança foram a vossa primeira opção? Porquê?
- Foi difícil chegar a um acordo? Esse acordo foi regulado pelo tribunal?
- **Organização da residência alternada**
- **Tempos e rotatividade residencial**
 - Hoje quais são os tempos efectivos de residência com cada um?
 - Houve mudanças ao longo do tempo? Quais e porquê?
 - Estes tempos em casa de cada um costumam ser alterados (interrupções, trocas)? Em que circunstâncias?
 - Quando são alterados são depois ajustados? Como?
 - Como é feita a troca de residência (escola, casa de cada um, outra)?
- **Comunicação e interações coparentais**
 - Têm um acordo estabelecido que seguem ou costumam combinar como vai ser cada vez que a criança troca de casa?
 - Costumam conversar sobre a criança? Sobre que assuntos e com que frequência?
 - Quando têm de resolver alguma coisa como fazem? Costumam encontrar-se para conversar ou telefonam um ao outro?
 - Quando a criança está na casa da sua mulher costuma manter o contacto com ela? Como é que faz?
 - E quando a criança está consigo a sua ex-mulher/companheira costuma manter o contacto com ela?
 - Costumam ir à casa um do outro? Em que circunstâncias?
 - trocas de residência;
 - resolução de problemas;
 - situações de doença da criança;
 - visitas para estar com a criança;
 - ocasiões festivas.
 - Costumam sair juntos com a criança? O que costumam fazer nessas saídas?
 - Nessas saídas as(os) vossas(os) companheiras(os) estão também presentes? Outros familiares?
- **Cuidados e educação**
- **Autoridade**
 - Como é que decidem as questões sobre:
 - as escolas, as actividades, extra-curriculares, as questões de saúde das crianças;
 - as saídas com os amigos, os tempos de estudo, as regras educativas, os castigos, etc.?
 - Quem é que toma a iniciativa, quem decide o quê?
 - Cada casa tem as suas regras em relação aos cuidados e educação? Ou são as mesmas para as duas casas?
- **Divisão e circulação**
 - Há actividades com a criança ou tarefas que seja mais o pai a fazer e outras mais a mãe?
 - Quando a criança adoece e é preciso ficar em casa com ela como é que fazem? E nas férias escolares?
 - Como é que fazem em relação às roupas, os brinquedos, o material escolar da criança, etc.? Decidem em conjunto o que comprar, ou cada um compra o que acha necessário?
 - A criança costuma levar as coisas dela de uma casa para a outra?
 - E como é que dividem os custos escolares, de saúde, etc.?
 - Acha que se o pai ganhar mais e a mãe menos, este deve ajudá-la nas despesas com a criança?

- **Balanço**

- O que é que acha mais importante para que a guarda conjunta funcione? O que é que tem sido mais positivo e mais difícil?

SÓ PARA ENTREVISTADOS RECOMPOSTOS

5.1.4. COMEÇO DE UMA NOVA VIDA FAMILIAR...

- **Viver divorciado...**

- Quando conheceu a sua actual esposa/companheira, **há quanto tempo estava sozinho** (sem namorada/ esposa/ companheira)?
- Teve **outras relações/namoros** durante o tempo que esteve sozinho?

- **Voltar a casar...**

- Em que circunstâncias os seus **filhos conheceram a sua actual esposa/companheira**? Foi antes ou depois do senhor conhecer os filhos dela?
 - reacção dos filhos
 - tempo de namoro
 - acontecimento programado ou coincidência
 - idades dos filhos
 - sentimentos associados a esse momento pelo entrevistado
- Lembra-se quando e em que **circunstâncias conheceu os filhos** da sua esposa/companheira? Qual foi a reacção deles?
 - tempo de namoro
 - acontecimento programado ou coincidência
 - dos enteados
 - sentimentos associados a esse momento pelo entrevistado

5.1.5. SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO DA SUA ACTUAL MULHER...

- **Divórcio**

- **Quem é que quis** o divórcio/separação e porquê?
- O divórcio foi **litigioso** ou por **mútuo consentimento**?
- Que **consequências** teve o divórcio na vida dela e dos filhos?

- **Enteados e Divórcio**

- Que **idade** tinham os seus **enteados** quando foi a separação/divórcio?
- Qual foi a **reacção** deles?
- O que é que ficou acordado entre a sua mulher e o ex-marido/companheiro na **regulação do poder paternal**?
 - tipo de guarda da criança (guarda da mãe, guarda do pai, guarda conjunta...)
 - pensão de alimentos
 - direitos e frequência das visitas
 - direitos em relação às férias
- E, **na prática**, o que é que tem acontecido?

- **Caracterização do Pai dos Enteados**

- Idade
- Estado Civil
- Profissão (descrição detalhada)
- Local de residência (concelho)
- Com quem vive actualmente

PERGUNTAR SÓ AOS QUE VIVEM EM 1.ª CONJUGALIDADE E AOS RECOMPOSTOS

5.2. CONJUGALIDADE ACTUAL

Agora gostaria que me falasse da sua actual conjugalidade...

5.2.1. NAMORO E INÍCIO DA VIDA A DOIS

- **Como e onde** foi que conheceu a sua mulher?
- Que **idades** tinham quando começaram a namorar?
- Quanto **tempo** namoraram antes de começarem a viver juntos?
- Começou a viver com a sua mulher sem casar? Que idade tinha? Porquê essa opção?
- Casou depois? Que **tipo de casamento** foi? Porquê?

5.2.2. PROJECTOS DA VIDA A DOIS

- **No início da sua vida de casado**, que **projectos** é que tinha? Viver uma relação de amor e ser feliz, ter uma família e uma casa, ter uma vida independente, ter filhos...?
- **E actualmente**, quais são os seus **projectos**?

5.2.3. VISÃO DO CASAMENTO E DA RELAÇÃO COM A MULHER

- O que é que acha **fundamental numa relação** entre duas pessoas casadas? O respeito, a compreensão mútua, a amizade, a paixão, os filhos...?
- O que é que **tem procurado** na relação com a sua mulher? Porquê?
- Como define **actualmente** o que sente pela sua mulher? Acha que, ao longo dos anos, houve mudanças no plano afectivo? Quais?
- Acha que a **fidelidade** é importante no casamento/união? Há diferenças entre a **infidelidade masculina** e a **feminina**?

5.2.4. ADAPTAÇÃO DO CASAL À VIDA EM COMUM

- Pensando no início da sua vida de casado, acha que foi fácil **adaptar-se à vida a dois** ou sentiu alguma dificuldade em mudar de vida, de hábitos? Porquê?
- Quem acha que **impôs mais maneiras de fazer** as coisas ao outro? O senhor ou a sua mulher? Pode dar alguns exemplos?

5.2.5. CASAMENTO E DIVÓRCIO

- **Quando casou** pensava que o casamento era para toda a vida ou que era possível haver uma eventual ruptura, uma separação?
- **Hoje em dia** continua a pensar o mesmo ou não? Porquê?

SÓ PARA ENTREVISTADOS RECOMPOSTOS E 2.ª CONJUGALIDADE

- Diga-me, por favor, quais pensa serem as grandes **diferenças entre a sua união actual e a anterior**?
- E as **semelhanças**?

SÓ PARA MONOPARENTAIS

5.2.6. VIVER SEM ESTAR CASADO...

- Diga-me, por favor, quais pensa serem as grandes **diferenças** entre a sua situação familiar actual e a anterior?
- E as **semelhanças**?
- Actualmente mantém alguma **relação afectiva estável**? SE SIM, diga-nos:
 - Com **quem**? (idade, estado civil, escolaridade, profissão, essa pessoa tem filhos...)

- Pensa **viver/ casar** com essa pessoa?
- Como é a **relação entre** os seus filhos e a sua namorada? E, como é a sua relação com os filhos dela? E, as crianças, entre si, dão-se bem?
- É habitual ela **ficar em sua casa**? Com que frequência o faz?
- Ser pai sozinho é **muito diferente** de ser pai em casal? Quais são as principais **fontes de tensão** e as **dificuldades** sentidas na sua actual situação?

PARA TODOS

- Que significado tem, para si, a expressão “**viver uma vida a dois**”?
 - **Formalizar a relação** é importante? E o **casamento religioso**?
- O que significa para si a expressão “**verdadeira**” **família**?
 - Dois homens ou duas mulheres que vivam juntos enquanto casal constituem uma família? E um **casal heterossexual sem filhos**?
- Qual é, para si, a **família ideal** para uma criança?

6. PERCURSO DE PARENTALIDADE

6.1. PROJECTO PROCRATIVO

- Quando casou pela primeira vez era **importante ter filhos**, queria ter filhos? Quantos? Tinha preferências em relação ao **sexo dos bebés**?
- Qual o **n.º ideal de filhos**? Quantos rapazes e quantas raparigas?
- De quem foi a **decisão** de ter filhos? Foram todos planeados?
- Quais os **métodos contraceptivos** utilizados no passado e actualmente?
- O que sentiu quando foi pai pela **primeira vez**?
- Como é que **acompanhou a gravidez** da sua mulher? Houve diferenças no acompanhamento da 1.ª gravidez e das seguintes?
- Quer ter **mais filhos**? Porquê?

6.2. SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO FILHO

- Os seus filhos são **importantes** para si? Porquê?
- Desde que nasceram até hoje, que **mudanças** houve no significado que os seus filhos têm para si?

6.3. RECIPROCIDADE ENTRE PAIS E FILHOS

- Acha que um pai **deve fazer tudo** por um filho? Ou há limites?
- O que espera receber deles no **futuro**?

6.4. NORMAS DE PARENTALIDADE

FILHOS

- O que é, para si, ser **bom pai**? E ser **boa mãe**?
- Qual é a primeira grande **responsabilidade de um pai**? O sustento da família acima de tudo ou também dar apoio, presença, afecto aos filhos?
- O que é o **bem-estar dos filhos**?
- Sente-se **satisfeito** com o seu **desempenho enquanto pai**?
- A **experiência de ser pai** marcou-o? De que maneira?
- Sentiu algumas mudanças pessoais e na relação com a sua mulher derivadas da paternidade/ maternidade?
- Como se define **antes e depois de ser pai**? E a sua **mulher**, o que acha que responderia a esta pergunta?

- Como se classifica como pai? Acha que a sua mulher influencia a sua forma de ser pai?
- Considera-se diferente dos outros pais que conhece?
- Há alguém que tenha sido para si um modelo de como ser pai (pai, mãe, outros: masculinos, femininos)?

SÓ PARA ENTREVISTADOS RECOMPOSTOS

Vamos agora falar sobre os seus enteados...

ENTEADOS

- Quais são as **responsabilidades** que, em seu entender, um **padrasto** tem para com os seus enteados?
- Sente que a **experiência de ser padrasto** o marcou? De que maneira?
- Para si, **ser pai biológico é diferente de ser padrasto**?
- Sente-se satisfeito com o seu **desempenho enquanto padrasto**?
- Como é que **os seus enteados se referem à sua pessoa** quando não está presente? (nome próprio, padrasto, tio, padrinho...)
- E como é que eles o tratam quando estão **frente-a-frente** consigo?

III. DIA-A-DIA DA FAMÍLIA

Agora que contou a sua história e a da sua família, vamos falar do seu dia-a-dia em família...

FILHOS RESIDENTES, NÃO RESIDENTES E ENTEADOS

7. DIAS TÍPICOS

Gostaria que me descrevesse como são habitualmente os seus dias...

7.1. DIA TÍPICO DURANTE A SEMANA... O QUE COSTUMA FAZER?

- Quais os seus **horários habituais**...
 - hora de sair/chegar a casa
 - hora de jantar (com quem janta habitualmente?)
 - momentos do dia passados em casal/ com os filhos/ em família
 - momentos reservados para si próprio, que sente como seus
 - piores e melhores momentos do dia
- Quais os **horários habituais da sua mulher**? Quais as principais diferenças face aos seus? (hora de levantar, chegar a casa, deitar, etc...)
- E dos seus **filhos/ enteados**?
- Quais são as suas **responsabilidades diárias** relativamente aos seus filhos/ enteados? (levar à escola, dar banho...)

7.2. DIA TÍPICO AO FIM-DE-SEMANA... O QUE COSTUMA FAZER?

- Quais os seus **horários ao sábado/domingo**?
- O que faz com os seus **filhos/ enteados ao fim-de-semana**? (responsabilidades/actividades)

7.3. TEMPO PARA SI, TEMPO PARA A FAMÍLIA...

- Relativamente aos seus horários em geral, do seu cômjuge e dos seus filhos/enteados... acha que **passam tempo suficiente juntos**? Porquê?
- E acha que, o senhor e a sua mulher, **têm tempo suficiente para si mesmos**? Porquê?

7.3. MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO

- Há quanto tempo **mantém** este dia-a-dia?

- Sente muitas **diferenças face ao passado...**? (por exemplo, antes de ter filhos, quando os seus filhos eram bebés, antes de irem para a escola...)

SÓ PARA ENTREVISTADOS MONOPARENTAIS COM GUARDA CONJUNTA E RECOMPOSTOS

- Quais são as principais **diferenças** entre o seu dia-a-dia actual e quando vivia com a sua ex-mulher? (horários, comemorações...)
- Teve que efectuar mudanças na sua vida ou na vida das crianças para poder cuidar delas (mudança de residência para perto da escola das crianças ou da casa da mãe, de escola das crianças, outras)?
- Como foi a adaptação a estar sozinho com os seus filhos(as)? Teve algumas dificuldades? Em quê? (organização doméstica, conciliação com o trabalho, cuidados e educação das crianças) Era algo que já sabia fazer ou teve de aprender?
- Durante o **período da separação/divórcio...**
- Teve que efectuar mudanças na sua vida ou na vida das crianças para poder cuidar delas (mudança de residência para perto da escola das crianças ou da casa da mãe, de escola das crianças, outras)?
- Como foi a adaptação a estar sozinho com os seus filhos(as)? Teve algumas dificuldades? Em quê? (organização doméstica, conciliação com o trabalho, cuidados e educação das crianças) Era algo que já sabia fazer ou teve de aprender?

SÓ PARA ENTREVISTADOS RECOMPOSTOS E MONOPARENTAIS COM GUARDA CONJUNTA

Vamos falar sobre os filhos.

7.5. O DIA-A-DIA

- O que é que **costumam fazer** quando estão juntos?
- Com que frequência **conversa** com eles **por telefone**?
- Eles procuram-no para **conversar/ pedir conselhos** sobre os seus problemas (relacionados com a escola, trabalho, dia-a-dia)?
- O que é que acha que é mais importante proporcionar aos seus filhos nos tempos em que está com eles?

7.6. CONSEQUÊNCIAS DA SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO

- Quais foram as **alterações** que a separação/divórcio provocou na relação com os seus filhos...
 - comparar o antes com o depois
 - tempo diário disponibilizado
 - tarefas associadas às crianças de que era responsável (dar banho, pôr a dormir, levar à escola, ajudá-lo a comer)
- Acha que ser um pai com uma guarda conjunta mudou o que pensava que deve ser/fazer um pai?

SÓ PARA ENTREVISTADOS RECOMPOSTOS COM FILHOS NÃO RESIDENTES

- Qual é a **frequência com que vê os seus filhos**? (regularmente, só em datas comemorativas/ ocasiões especiais/ menos que isso)
- Actualmente, **participa de forma activa na educação** dos seus filhos? Tem por hábito conversar com a ex-mulher sobre os seus filhos?
- É habitual a sua ex-mulher **ir a sua casa**? Vai porque é convidada ou só para uma visita rápida (pôr ou levar os filhos)?
- Descreva a **relação** entre a sua ex-mulher e a sua mulher actual?

Vamos falar sobre o dia-a-dia dos seus enteados...

7.7. O PAI BIOLÓGICO DOS ENTEADOS

- Descreva a relação entre os filhos da sua mulher e o pai biológico?
 - **frequência** com que se vêem (regularmente, só em datas comemorativas/ ocasiões especiais/ menos que isso)
 - frequência com que **conversam por telefone**
 - pedem-lhe **conselhos/ desabafam** problemas
 - **aspectos positivos e negativos** da relação
- A sua esposa/companheira **dá-se bem** com o **ex-marido/companheiro**?
 - **frequência** com que ele vai a sua casa. (fale-me, por exemplo, do que costuma acontecer nas datas comemorativas: Aniversários, Natal, Páscoa)
 - **participação na educação** dos filhos
- E o senhor? Como é que classifica a **sua relação com ele**?

7.7. RELAÇÃO FILHOS E ENTEADOS

- Os seus filhos e os filhos da sua esposa/companheira dão-se bem?
 - **frequência** com que se vêem
 - **ocasiões** em que se vêem (se frequentam a casa uns dos outros)
 - **relacionam-se** entre si fora da sua casa (vão ao cinema, ao café, a exposições...)

Caso haja amizade entre os filhos biológicos do entrevistado e os enteados, perguntar se:

- A sua **ex-mulher/ companheira reage bem** à amizade entre os seus filhos e os enteados?

8. TAREFAS DOMÉSTICAS

8.1. QUEM FAZ...

- Quem, em sua casa, faz **sempre ou muitas vezes** as seguintes tarefas domésticas? Indicar todas as pessoas residentes que participam numa dada tarefa e se tem apoios externos: empregada doméstica, outros familiares, etc.
 - Ir às compras
 - Tratar das refeições
 - Lavar a loiça
 - Tratar da roupa
 - Limpar a casa
 - Reparações
 - Tarefas administrativas
 - Cuidar dos outros quando estão doentes

8.2. AS MUDANÇAS NA DIVISÃO DAS TAREFAS AO LONGO DA VIDA DE CASADO

- Sempre foi assim ou houve **mudanças** ao longo da relação conjugal? O que acha que mudou e porquê?

8.3. OS IDEAIS

- Relativamente às tarefas domésticas, como é que **tem procurado** participar? (Ajudar a mulher, dividir igualmente, não é da sua competência...)
- E **idealmente**, como acha que os casais deviam dividir o trabalho doméstico?

9. CUIDADOS COM OS FILHOS

9.1. QUEM CUIDA...

- **Atualmente?**
 - Levar/ir buscar à escola
 - Levar ao médico
 - Cuidar quando estão doentes
 - Dar banho, trocar fraldas...
 - Deitar, levantar
 - Ajudar nos trabalhos de casa
 - Brincar
 - Outras
- **No passado...** E quando os seus filhos eram bebés? Participou nos cuidados ao bebé? O que fazia?
 - Levantava-se de noite
 - Mudava as fraldas
 - Dava comida (papa, *biberon*)
 - Dava banho
 - Adormecia-o

9.2. OS IDEAIS

- Relativamente aos cuidados com os filhos, como é que **tem procurado** participar?
- E **idealmente**, como acha que os casais deviam dividir os cuidados com os filhos?

10. LAZERES / TEMPOS LIVRES E SOCIABILIDADES

Vamos agora falar sobre os lazeres e convívios: seus e das pessoas que vivem consigo...

10.1. LAZERES E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DENTRO DE CASA

10.1.1. ESTAR EM CASA...

- O que **costumam fazer?**
 - Ver televisão
 - Ouvir música
 - Ler
 - Conversar
 - Outros. Quais?
- Quem é que costuma estar junto em casa, *nas actividades que referiu?*
 - Toda a família? O senhor e a sua mulher **OU**
 - O senhor e os seus filhos? A sua mulher e os seus filhos? Os seus filhos? Os seus enteados?

10.1.2. CONVERSAS EM SUA CASA

- Gostaria que me falasse sobre quem, em sua casa, **costuma falar** sobre que **assuntos** com quem?
 - Vida profissional/trabalho
 - Escola/estudos
 - Assuntos domésticos
 - Desporto
 - Livros, cinema, jornais, notícias
 - Problemas pessoais
- Conversar com outras pessoas como, por exemplo, os seus amigos, é frequente?

10.1.3. RECEBER EM CASA...

- Costumam receber **outras pessoas em casa**? Com que **frequência**? Quem são essas pessoas (Famíliares seus, da sua mulher, ex-família, amigos, vizinhos, colegas)?
- E os seus **filhos** (ou enteados), **trazem os amigos** a casa? Quem são esse amigos, os colegas de escola, vizinhos ou outros.
- Quem é que costuma **organizar** “esses convívios”? O senhor, a sua mulher, ambos?
- Como costumam ser comemorados na sua família os **dias festivos**: Natal, Páscoa, Aniversários...

10.1.4. IR A CASA DE ...

- E ir a **casa de familiares/ amigos** é habitual? Da sua casa, quem vai?
- Quem são as pessoas que **costumam visitar**? (que familiares, que amigos)
- Em que **gênero de convívios** participam habitualmente?
 - Almoçar/jantar em casa de familiares amigos
 - Passar alguns dias em casa de familiares, amigos...
 - Outros. Quais?

10.2. LAZERES E ACTIVIDADES FORA DE CASA

- **Entretenimento fora de casa**: Há alguém da sua casa que o faça com alguma **frequência**...
Com quem o faz (pessoas da casa e de fora)?
 - Cinema
 - Exposições e museus
 - Espectáculos desportivos
 - Ir ao café
 - Ir ao restaurante
 - Passear/dar uma volta
 - Fazer desporto
 - Outras actividades. Quais?
- **Participação social fora de casa**
 - Actividades religiosas
 - Actividades políticas e sindicais
 - Outras. Quais?

10.3. REDE DE SOCIABILIDADES E MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO

- Para além da sua família nuclear (a sua mulher e os seus filhos/enteados), quais são as pessoas com quem **mais se relaciona** actualmente? (especificar o tipo de laço)
 - Familiares (seus, da sua mulher, de ambos)
 - Amigos (seus, da sua mulher, de ambos)
 - Colegas de trabalho (seus, da sua mulher, de ambos)
 - Vizinhos...
- Pensando na sua vida, diria que a sua **rede de “contactos, familiares, amigos”** tem sido sempre a mesma ou não? Porquê? Em que circunstâncias e momentos houve mudanças?
- Quando **casou, nasceram os filhos...** (Houve quebra de relações? Formação de novas? Quais se mantiveram?)

SÓ PARA ENTREVISTADOS MONOPARENTAIS E RECOMPOSTOS

- Quando se **separou/divorciou...**
- Quando **começou a viver** com a sua **actual mulher**?

10.4. OPINIÃO SOBRE OS TEMPOS LIVRES / OS CONVÍVIOS

- Estar com outras pessoas é importante para si? E para a sua vida familiar? Porquê?
- Gostava de conviver mais? Com quem?

11. DINHEIRO E DECISÕES

11.1. ORGANIZAÇÃO DO DINHEIRO

- Falando um pouco sobre a organização do dinheiro em sua casa, como é feita a **gestão doméstica** do dinheiro? O dinheiro é posto numa bolsa comum, é posto em separado...?
- Quem **contribui** mais para as despesas da casa? Porquê?
- O senhor e a sua mulher costumam **controlar os gastos um do outro**?
- De quem é a responsabilidade de **gerir** as despesas domésticas correntes? E outros tipos de **despesas de maior vulto**?

11.2. DECISÕES

- Habitualmente, o senhor e a sua mulher tomam todas as **decisões em conjunto** ou há **decisões que cada um toma** sem consultar o outro?
- Por exemplo, as **decisões** relativamente aos seguintes aspectos são tomadas por quem?
 - Escolher as actividades do fim-de-semana
 - Fazer ou aceitar um convite
 - Comprar coisas para a casa (móveis, electrodomésticos)
 - Escolher o local de férias
 - Comprar um carro
 - Dar permissão aos **filhos** para fazer qualquer coisa
 - Dar permissão aos **enteados**...
 - Escolher o programa de televisão que se vê em casa

11.3. DESACORDOS... PROBLEMAS...

- Em caso de **desacordo** entre si e a sua mulher, como é que **resolvem o problema**? Há cedências de parte a parte ou é apenas um de vós a impor a sua vontade?
- E **em relação aos seus filhos/ enteados**?
- Quais são os aspectos da sua vida em que considera **não haver lugar a cedências**?

IV – COESÃO CONJUGAL E FAMILIAR

(para todos)

12. CASAL

12.1. COMUNICAÇÃO COM A MULHER/COMPANHEIRA

- Relativamente a aspectos de conversa / diálogo (o “falar muito”), como descreveria a sua relação com a sua mulher? Acha que há **muito diálogo** entre si e ela? Porquê? Acha que é suficiente ou gostaria que houvesse mais diálogo?
- Acha que um casal deve **contar tudo** um ao outro? Ou, há certas coisas (pensamentos, acontecimentos) que se deve **guardar para si**?
- Há algum assunto que só fale com a sua mulher? E assuntos que nunca ou raramente fala com a sua mulher?
- Se tiver um problema com quem fala em 1.º lugar?

12.2. PROXIMIDADE COM A MULHER/COMPANHEIRA

- Sente-se **próximo da sua mulher**? Sente que existe uma intimidade forte (*um laço forte*) entre ambos ou não?
- SE NÃO, acha que isso era importante? E ela sente o quê?

12.3. VIDA SEXUAL

- Acha que a vida sexual é **importante** no casamento?
- E para si, na sua vida conjugal actual, a **sexualidade é importante**?
- **Como era** quando casou/começou a viver junto? Acha que houve **mudanças** ao longo da vida de casado?

12.4. TEMPO JUNTOS

- **Idealmente**, acha que um casal deve passar todo o tempo possível em conjunto ou guardar também algum tempo para si separadamente?
- **No seu caso**, o que procura fazer?
- E quando **começou a viver** com a sua mulher, como era? Acha que houve alguma **mudança** ao longo do tempo?

12.5. SEREM PARECIDOS NOS GOSTOS E MANEIRAS DE SER

- De uma **forma geral**, acha que é importante os dois membros do casal serem parecidos um com o outro nos gostos, nas maneiras de ser?
- Relativamente aos gostos pessoais e maneiras de pensar... acha que **o senhor e a sua mulher** são parecidos ou diferentes? Porquê? Em quê?
- E no **início da vossa relação** já era assim? Se não, o que **mudou** e porquê?
- Pensando nas **mudanças e ajustes** que fizeram um ao outro ao longo da vossa vida em comum, acha que a sua mulher o influenciou (nos gostos, nas actividades que faz, nas ideias...)? E o contrário? Porquê?
- Diria que foram ficando mais parecidos ou que cada um desenvolveu (teve espaço para...) gostos, ideias, maneiras de ver e de ser diferentes um do outro?

13. FILHOS

13.1. PROXIMIDADE COM OS FILHOS/ ENTEADOS

- Sente-se **próximo dos seus filhos**? Sente que existe uma cumplicidade forte com eles? Em que altura se sentiu mais próximo deles? Porquê? E dos seus **enteados...**
- Sempre foi assim? Houve **mudanças** ao longo do tempo? Quais? (responder em relação aos filhos e aos enteados)
- Quando os seus filhos têm um problema **com quem é que falam primeiro**? E os seus **enteados**?

13.2. (IN)DEPENDÊNCIA DOS FILHOS

- Acha que os filhos devem **participar “intensamente” na vida do casal**, ou é melhor preservar uma certa independência? (por exemplo, não irem para todo o lado com os pais...)
- A partir de que **idade** se deve dar **autonomia aos filhos** para...
 - Ficarem em casa sozinhos durante um período alargado de tempo (uma manhã, uma tarde...)
 - Saírem à noite com os amigos
 - Passarem um fim-de-semana sozinhos
- Acha que essa **autonomia** deve ser **igual** para os **rapazes e raparigas**?

14. FAMÍLIA

SÓ PARA ENTREVISTADOS MONOPARENTAIS E RECOMPOSTOS

- Quem é que sente fazer parte do seu **núcleo familiar mais próximo**?

- Em sua opinião, os seus **filhos não residentes** que vivem com a sua ex-mulher, fazem ou não parte desse **núcleo familiar**?

Os filhos da sua anterior conjugalidade têm um **quarto/ um espaço só deles em sua casa**?

V – GUARDA DAS CRIANÇAS E EDUCAÇÃO

15. A EDUCAÇÃO DOS FILHOS E DO PRÓPRIO

- O que deve ser a **educação de um filho**: que valores, qualidades, regras se devem transmitir?
- **Diferenças de género** na educação dos filhos. Educar meninos é diferente de educar meninas?
- No seu caso, sente existirem **diferenças entre os filhos** residentes e os não residentes/ /enteados? E entre os vários filhos residentes?
- Para si, a educação deve ser **igual para todos ou cada filho deve ter uma** educação adequada à sua personalidade?
- É usual **divergir** das opiniões da sua mulher a respeito da educação dos filhos? E, da sua ex-mulher?
- Que projectos tem para o **futuro dos seus filhos**?
- Acha que a **educação que lhe deram os seus pais** é muito diferente daquela que procura dar aos seus filhos? Porquê?
- Os **seus irmãos** tiveram uma educação parecida com a sua?

16. A DISCIPLINA, AS REGRAS...

- Com que tipo de **disciplina** educa os seus filhos? Em relação a: horários, mesadas, tarefas, castigos.
- Nesses horários ou castigos há **regras rígidas ou vai-se vendo** conforme as circunstâncias? Há lugar à negociação na relação parental?
- Acha legítimo que os pais façam **uso da violência** como método educativo? Alguma vez bateu nos seus filhos?
- Para si, **o pai é uma figura de autoridade** na família? E, na relação de casal é compreensível essa autoridade do homem face à mulher?
- Em pequeno, como era o **método educativo usado pelo seu pai**? E, pela sua **mãe**?

17. GUARDA DA CRIANÇA

- Quem é que **toma/ tomou conta da(s) criança(s) durante o dia** antes dela entrar para a escola – filhos biológicos/ crianças do grupo doméstico até aos 16 anos – soluções institucionais e familiares:
 - > 3 a 12 meses
 - > 1 a 3 anos
 - > 3 a 6 anos
- Além da solução (ou soluções) principal havia **outras alternativas** para:
 - > à noite
 - > durante a noite
 - > férias
 - > imprevistos
- Crianças na escola: **Depois da escola** onde e com quem ficam as crianças?
- Qual é a **solução ideal** para cuidar de uma criança? Com quem é que ela deveria ficar?

18. POLÍTICAS SOCIAIS NO MASCULINO

- **Conhece** alguma **medida social de apoio à paternidade**?
- Alguma vez **usou** alguma medida social de apoio à paternidade?
 - licença de paternidade
 - licença parental (licença de maternidade/ caso a mãe não possa transfere-se para o pai)
 - licença para apoio a descendentes doentes/ deficientes
- Acha bem que os homens tenham direito a cinco dias de licença com vencimento depois do nascimento de um filho?
- Que **outras medidas** considera necessárias para apoiar os pais e a paternidade? E as mães?

VI – REDE DE APOIO

19. REDE DE APOIO ACTUAL

- Diga, em relação a cada uma das seguintes situações, quem são as pessoas a quem o senhor e a sua família recorrem para:
(especificar bem o laço afectivo/familiar com essa pessoa)
 - Desabafar, apoio emocional, problemas
 - Dar/emprestar dinheiro
 - Ajuda material em géneros
 - Ajuda nas tarefas domésticas
 - Ajuda nos cuidados às crianças
 - Ajuda em serviços quotidianos
 - Outros tipos de apoio considerados importantes
- Neste momento o senhor e a sua família **estão a apoiar alguém**? De que modo e a quem é prestado o apoio?

20. APOIO RECEBIDO AO LONGO DA VIDA

- **Teve ajudas...**
 - quando iniciou a actual conjugalidade, quando se separou/divorciou, recompôs a sua vida conjugal/familiar, nalgum outro momento importante da vida...
- **Grandes ajudas recebidas ao longo da vida** (uma casa, grandes quantias de dinheiro, bens imóveis...)
- Houve algum **momento na sua vida** em que sentiu que **precisava muito de ajuda**? Podia dizer-nos que momento foi esse e a quem é que pediu auxílio? (familiar/amigo/profissional) Continua a relacionar-se com essa pessoa?

21. APOIOS INSTITUCIONAIS

- **Actualmente**, recebe algum tipo de **apoio do Estado**? por exemplo, Abono de Família, Subsídio de Renda, Rendimento Social de Inserção...
- E **no passado**, o senhor e a sua mulher, receberam algum tipo de apoio institucional? De que tipo e em que momento da vossa vida?

22. PADRÃO DE RESIDÊNCIA

- A que **distância** vivem os seus familiares e amigos mais próximos...
 - Os seus pais e sogros

- Os seus irmãos
- Os seus amigos
- Outras pessoas que considere importantes na sua rede de relações

23. NORMA DE APOIO

- Acha que os **membros de uma família** se devem apoiar mutuamente e de forma incondicional sempre?
- E **na sua família** como é?

VII – VALORES E IDENTIDADE DE GÉNERO

24. VALORES

- Acha que existem **diferenças entre os homens e as mulheres**? Porquê? São diferenças sociais, são biológicas...
- Acha que os homens e as mulheres têm **competências/qualidades específicas** para:
 - o trabalho profissional
 - a política
 - as tarefas domésticas
 - o cuidar dos filhos
 - o comportamento sexual/afectivo...
- Actualmente, acha que existe **igualdade entre homens e mulheres**? Se não, deveria existir?
- Pensando no comportamento dos homens e das mulheres actualmente, pensa que deveriam existir **mudanças**? Quais?
- O que é que acha mais importante para **um homem se realizar**? E **uma mulher**?
- Como é que vê uma **mulher sem filhos**? E um **homem sem filhos**? E um **casal sem filhos**?
- Para que um homem seja considerado um **“verdadeiro” homem** é necessário que seja pai? E uma **mulher**?

25. IDENTIDADE

- Pensando no seu percurso de vida, que momentos o marcaram mais?
 - negativos
 - positivos
- Sente que realizou todos os seus **projectos de vida** ou acha que teve de abdicar de alguma coisa importante? Que projectos deixou para trás?
- Quando pensa na sua vida, o que é que acha que correu **bem** e que aspectos considera que correram **menos bem**?
- Se tivesse que se apresentar a alguém, como se definiria? Como profissional; pai; marido... O que é mais **importante para si como pessoa**?
- Algum dia imaginou como seria a sua vida sem estar casado com a sua mulher e /ou ter os seus filhos? O que acha que **perderia e o que ganharia**?
- Da seguinte lista, gostaria que me dissesse os 3 domínios da sua vida que mais gosto e satisfação lhe dão? Desses 3, qual é o mais importante? E o segundo mais importante?

Os seus estudos / a sua actividade profissional	As suas actividades de lazer (passatempos, ler, ir ao cinema...)
O convívio com os seus amigos / colegas de trabalho	Assistir a actividades desportivas (ver futebol, ver corridas...)
A relação com os seus filhos(as)	Praticar actividades desportivas
A relação com os seus parentes mais próximos (pais, irmãos...)	As tarefas domésticas, o cuidar do lar
A sua vida em casal	Outras actividades sociais (religiosas, político-partidárias, de intervenção social)
A sua vida sexual	Outro(s) domínio(s) de realização. Quais?

26. COMPARAÇÃO FAMILIAR INTER-GERACIONAL E INTRA-GERACIONAL

- No papel de **homem, pai, profissional, marido**, como se compara com os outros homens da sua família? (na maneira de pensar e de agir, nas dificuldades que sente, nos investimentos que faz)

26.1. MUDANÇAS INTER-GERACIONAIS

- Em relação ao **seu pai**, como se sente? Que semelhanças e diferenças acha que existem?
- Acha que há mais distância/proximidade entre si e o seu pai do que havia/há entre o seu pai e o **seu avô**?

26.2. MUDANÇAS INTRA-GERACIONAIS

- Em relação aos **seus irmãos**/ outros homens da sua geração, como se sente?

26.3. MUDANÇAS NA GERAÇÃO FUTURA

- Como pensa o futuro, em relação aos **seus filhos**? Acha que eles vão ser diferentes, em quê? Para melhor, para pior?
- O que acha que está a mudar no lugar dos homens na vida familiar?

VIII – QUESTÕES FINAIS

27. RECURSOS E DESPESAS FAMILIARES

27.1. A CASA

- **De quem é** a casa onde vive? (no caso dos recompostos, se a casa for de um deles, perguntar se após a recomposição familiar foi feita uma reorganização do espaço)
- Há quanto **tempo** reside nessa casa?
- Número de divisões?

27.2. O DINHEIRO E AS DESPESAS

- Pode-me dizer qual é o seu salário e o salário da sua mulher? (depois dos descontos)
- Para além dos vossos salários, têm outras fontes de rendimento? (ex. rendas, subsídios...)
 - No caso de viver com outras pessoas, qual é o rendimento total do agregado familiar?
 - Quais são as vossas principais despesas por mês? Quanto?

28. RELIGIÃO

- Qual é a sua religião?
- Com que frequência participa no culto religioso?

29. POSIÇÃO POLÍTICA

- Considera-se uma pessoa de esquerda ou de direita?
- Com que partido político português simpatiza mais?

A VIDA FAMILIAR NO MASCULINO

Negociando velhas e novas masculinidades

Ao longo das últimas décadas, a organização da vida familiar e as relações entre homens e mulheres conheceram mudanças significativas. A entrada massiva das mulheres na vida pública e a crescente legitimidade de um modelo de família democrático e igualitário desafiaram os lugares tradicionais da masculinidade e o papel do homem enquanto “ganha-pão” e figura de autoridade. Não obstante a persistência de desigualdades de gênero, tanto na divisão do trabalho como nos valores associados à feminilidade e à masculinidade, é, hoje, necessário conhecer melhor o lado masculino das mudanças. Como vêm os homens o seu lugar na família? Como respondem às exigências de igualdade e às novas concepções do que deve ser a paternidade? Como procuram articular a vida familiar e a vida profissional? Ou ainda, quais os factores que promovem uma maior ou menor participação masculina na vida familiar e doméstica? Este livro procura responder a este conjunto de questões, apresentando um retrato diversificado e dinâmico da vida familiar no masculino. Através de narrativas de homens, todos eles pais ou padrastos, a viver em casal ou sozinhos com os filhos, descobrimos formas plurais de ser cônjuge e pai, na encruzilhada de velhas e novas masculinidades. Nestes percursos diversos encontramos, entretanto, pontos de convergência. O modelo de autoridade patriarcal herdado do passado está, definitivamente, posto de lado por homens que acalentam valores de companheirismo e afectividade.



COMISSÃO PARA A IGUALDADE
NO TRABALHO E NO EMPREGO

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social